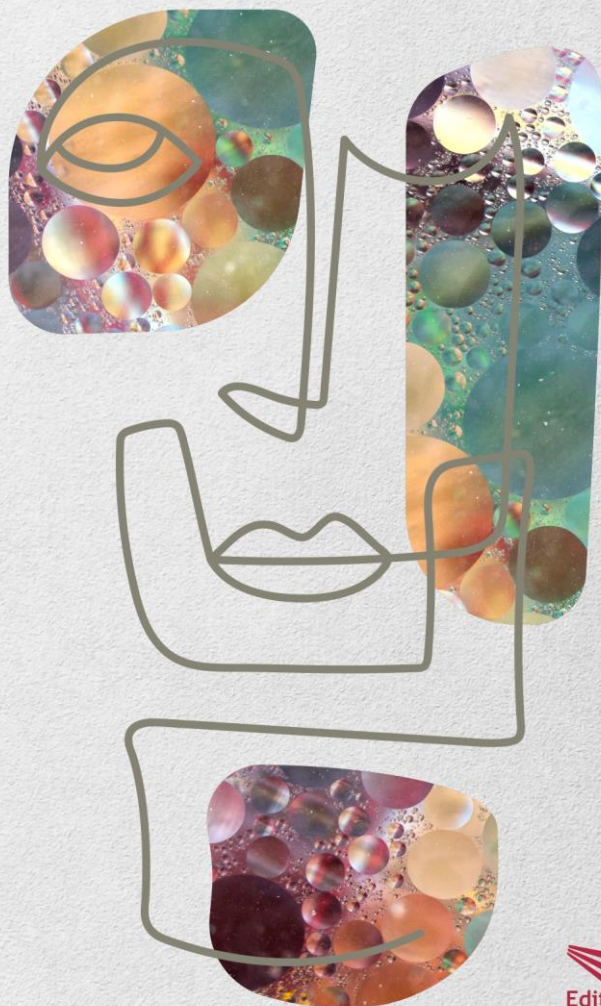


PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS EM ANÁLISE DO DISCURSO

Gestos (d)e leituras

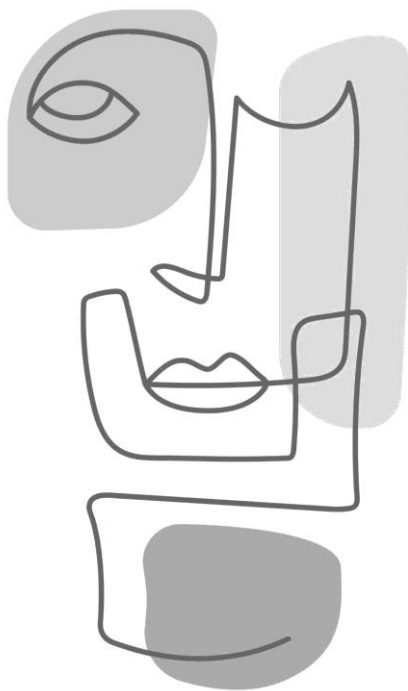


Fernanda Galli
Alcione Costa
Mizael Nascimento
Thiago França
ORG.

PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS EM ANÁLISE DO DISCURSO

Gestos (d)e leituras

Fernanda Galli
Alcione Costa
Mizael Nascimento
Thiago França
ORG.



RECIFE
2021



PROEX
Projeto de Extensão
de Ensino e Cultura



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REITOR: Alfredo Macedo Gomes

VICE-REITOR: Moacyr Cunha de Araújo Filho



EDITORA UFPE

DIRETOR: Diogo Cesar Fernandes

VICE-DIRETOR: Junot Cornélio Matos

EDITOR: Artur Almeida de Ataíde

CONSELHO EDITORIAL (CONED):

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

PRÓ-REITOR: Oussama Naouar

COORDENAÇÃO DE GESTÃO EDITORIAL E IMPACTO SOCIAL

COORDENADOR: Adriano Dias de Andrade

ASSISTENTE: Artur Villaça Franco

EDITORAÇÃO

REVISÃO DE TEXTO: Alcione Costa, Fernanda Galli, Mizael Nascimento, Thiago França, Carolina Pires, João Gabriel Silveira, Fernanda Silva e Isabel Andrade

PROJETO GRÁFICO: Carolina Pires (imagens de @plasteed, @lifeforstock e @freepik – freepik.com)

Catálogo na fonte:

Biblioteca Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

P912 Práticas contemporâneas em análise do discurso [recurso eletrônico] : gestos (d)e leituras / organizadores : Fernanda Galli... [et al.]. – Recife : Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE ; Ed. UFPE, 2021.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-070-8 (online)

1. Análise do discurso. 2. Análise crítica do discurso. 3. Análise do discurso – Aspectos sociais. 4. Análise do discurso – Aspectos políticos. 5. Linguística. 6. Comunicação de massa – Aspectos sociais. I. Galli, Fernanda Correa Silveira (Org.).

410.41

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2021-081)



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional.

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife, PE.

CEP 50670-90, Tels.: (81) 2126-8134/ 2126-8105

E-mail: proexc@ufpe.br



FORMANDO
PESSOAS QUE
TRANSFORMAM
O MUNDO



PARECERISTAS AD HOC

ADILSON SILVA DE JESUS (*Universidade Federal da Bahia*)
ADRIANA DA SILVA (*Universidade Federal de Viçosa*)
ÁGATA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA (*Universidade Federal do Rio de Janeiro*)
ALANA DRIZIÉ GONZATTI DOS SANTOS (*Instituto Federal do Rio Grande do Norte*)
ALENCAR GUTH (*Universidade Federal do Paraná*)
ANA DENISE TEIXEIRA ANDRADE (*Ineditec*)
ANA LÚCIA MAGALHÃES (*Faculdade de Tecnologia Prof. Waldomiro May*)
ANA MARIA COSTA DE ARAUJO LIMA (*Universidade Federal de Pernambuco*)
ANDERSON CRISTIANO DA SILVA (*Sec. de Educação do Estado de São Paulo/Universidade de Taubaté*)
ANDERSON FELIX DOS SANTOS (*Universidade Federal de Pernambuco*)
ANDERSON LINS RODRIGUES (*Universidade Estadual de Santa Cruz*)
ANÍSIO BATISTA PEREIRA (*Universidade Federal de Uberlândia*)
ANNALICE DEL VECCHIO DE LIMA (*Universidade Federal do Paraná*)
ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA (*Universidade Estadual do Ceará*)
ATAUAN SOARES DE QUEIROZ (*Instituto Federal da Bahia*)
BÁRBARA SOARES DA SILVA (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)
CAMILA DA SILVA LUCENA (*Universidade Federal de Pernambuco*)
CIDARLEY GRECCO FERNANDES COELHO (*Universidade Estadual de Campinas*)
CONCEIÇÃO MARIA ALVES DE ARAÚJO GUIARDI (*Universidade Federal de Uberlândia*)
DAISY CORDEIRO DOS SANTOS (*Universidade Federal da Bahia*)
DANIEL JOSÉ GONÇALVES (*Instituto Federal do Paraná*)
DANIELA DE BRITO (*Universidade Federal de São Carlos*)
DENISE DIAS DE CARVALHO SOUSA (*Universidade do Estado da Bahia*)
DENNIS CASTANHEIRA (*Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Univ. Federal do Rio de Janeiro*)
DIEGO DOMINGUES (*Universidade Federal do Rio de Janeiro*)
ÉDERSON DE OLIVEIRA CABRAL (*Universidade Feevale*)
ÉDERSON LUÍS DA SILVEIRA (*Universidade Federal de Santa Catarina*)
EDUARDO DE MOURA ALMEIDA (*Universidade de São Paulo*)
EDUARDO OLIVEIRA HENRIQUES DE ARAÚJO (*Universidade Federal de Pernambuco*)
ELAINE PEREIRA ANDREATTA (*Universidade do Estado do Amazonas/Univ. Estadual de Campinas*)
ELIANE RIGHI DE ANDRADE (*Pontifícia Universidade Católica de Campinas*)
ELISA DOMINGUES COELHO (*FCLAr/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*)
ELIZÂNGELA FERNANDES DOS SANTOS (*Universidade Federal de Pernambuco*)
FERNANDA MAFFEI MOREIRA (*Instituto Federal de São Paulo*)

FERNANDA PEREIRA (*Universidade Estadual de Campinas*)
FERNANDA SCOPEL FALCÃO (*Universidade Federal do Espírito Santo*)
FLÁVIO PASSOS SANTANA (*Universidade Federal de Sergipe*)
GEANE CÁSSIA ALVES SENA (*Faculdade Santo Agostinho - Grupo Afya*)
GIL DERLAN SILVA ALMEIDA (*Instituto Federal do Maranhão*)
GISELLE LIANA FETTER (*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*)
GIULIA MENDES GAMBASSI (*Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp*)
GUILHERME NOGUEIRA MILNER (*Universidade Federal Fluminense*)
ILMARA VALOIS BACELAR FIGUEIREDO COUTINHO (*Universidade do Estado da Bahia*)
IVAN ROCHA DA SILVA (*Museu Paraense Emílio Goeldi*)
JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA (*EEEFM Padre Miguelinho*)
JOSÉ ELDERSON DE SOUZA SANTOS (*Universidade Estadual de Campinas*)
JOSEFA MARIA DOS SANTOS (*Universidade Federal de Alagoas*)
KATHRINE BUTIERI (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*)
LAÍS VIRGINIA ALVES MEDEIROS (*Universidade Estadual de Campinas*)
LUA GILL DA CRUZ (*Universidad de Chile*)
LUIZ AUGUSTO ELY (*Universidade Federal do Paraná*)
MARIA LUZINEIDE PEREIRA DA COSTA RIBEIRO (*Universidade de Brasília*)
MAURÍCIO MARQUES SORTICA (*Universidade Federal de Uberlândia*)
MAURÍCIO RESENDE (*Universidade de São Paulo*)
MÍRIAN LÚCIA BRANDÃO MENDES (*Centro Universitário Newton Paiva*)
NATHAN BASTOS DE SOUZA (*Universidade Federal de São Carlos*)
NATHASSIA MARIA DE FARIAS GUEDES BORBA (*Universidade Estadual da Paraíba*)
NORMA BARBOSA NOVAES MARQUES (*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*)
PAULO SANTIAGO DE SOUSA (*Univ. Federal do Pará/Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*)
PHILPE PEREIRA BORBA DE ARAÚJO (*Universidade Federal da Paraíba*)
RAFAEL PREARO-LIMA (*Instituto Federal de São Paulo - Campus Bragança Paulista*)
RAFAEL ZEFERINO DE SOUZA (*Universidade Estadual de Maringá*)
RAFAELA ARAÚJO JORDÃO RIGAUD PEIXOTO (*Universidade de São Paulo*)
REBECA LINS SIMÕES DE OLIVEIRA (*Universidade de Pernambuco*)
RENATA CRISTINE GOMES DE SOUZA (*Universidade Federal Fluminense*)
RONALDO SOARES FARIAS (*Universidade Federal de Goiás*)
SHELLA MARIA RESENDE (*Universidade Estadual de Campinas/Université de Picardie Jules Verne*)
SUELI FUNARI (*Universidade Estadual de Campinas*)
THIAGO LEONARDO RIBEIRO (*Secretaria da Educação e do Esporte-PR*)
WENDEL SOUZA BORGES (*Universidade Federal de Catalão*)

SUMÁRIO

- 11 Fernanda Correa Silveira Galli
Maria Alcione Gonçalves da Costa
Mizael Inácio do Nascimento
Thiago Alves França
NOSSOS GESTOS, NOSSAS LEITURAS

DISCURSO, MEMÓRIA, ESQUECIMENTOS

- 29 Felipe Augusto Santana do Nascimento
Flavio da Rocha Benayon
Renata Ortiz Brandão
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E A MEMÓRIA DISCURSIVA DA SUBVERSÃO
- 45 Lisiane Schuster Gobatto
**O SILENCIAMENTO DO DISSENSO NAS COBERTURAS
JORNALÍSTICAS SOBRE A PRISÃO DE LULA**
- 59 Alessandro Nobre Galvão
**O TRABALHO DA IMPRENSA NA CONTENÇÃO DO ACONTECIMENTO
DISCURSIVO: OS SENTIDOS EM DISPUTA**
- 75 Renata Valéria de Araújo Lima
**RESSONÂNCIAS DO DISCURSO DA MERITOCRACIA EM “NÃO FALE EM
CRISE, TRABALHE”**
- 88 Mário Jorge Pereira da Mata
A RE(SIGNIFICAÇÃO) DO DISCURSO CONSERVADOR NO BRASIL
- 104 Luciane Botelho Martins
**“NÃO! SEU COMUNISTA!” O TRABALHO DA MEMÓRIA NO PROCESSO
DE (RE)SIGNIFICAÇÃO**
- 121 Jaqueline Araújo da Silva
Carla Barbosa Moreira
**“NAZISMO É DE ESQUERDA”: IMPLICAÇÕES DISCURSIVAS,
SILENCIAMENTO E MEMÓRIA**
- 137 Rízia Amanda Pereira Ramos
Rosiane Silva Santos
**O DISCURSO SOBRE A MORTE NA OBRA A MORTE E A MORTE DE
QUINCAS BERRO D'ÁGUA**
- 151 Ilka de Oliveira Mota
**UM ESTRANHO NO (MEU) NINHO: RELAÇÕES ENTRE CIDADE E
ESTRANGEIRIDADE EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE (SP)**



Maria Alcione Costa
Josefa Maria dos Santos
**O IMAGINÁRIO DOMINANTE DA FORMAÇÃO DISCURSIVA RELIGIOSA
SOBRE O ESTUPRO E O ABORTO: (DES)NATURALIZANDO SENTIDOS** 168

Maurício Beck
Iago Moura Melo
AUSCULTAR VESTÍGIOS: EPISTEMOLOGIA, IDEOLOGIA, SILÊNCIO 185

DISCURSO, TECNOLOGIAS, MÍDIAS

Thiago Alves França
**HOMOSSEXUALIZAÇÃO DA AIDS, ÓDIO CATEGORIAL E DISCURSO
DE ÓDIO: ALGUNS GESTOS DE COMPOSIÇÃO-ANÁLISE** 203

Deborah Danny da Silva Pereira
Lucirley Alves de Oliveira
**DE CASA PARA ARMA: MOVIMENTOS DE DERIVA E DE RESSIGNIFICAÇÃO
DA VIDA NA HASHTAG #MINHAARMAMINHAVIDA AS CIÊNCIAS
HUMANAS E O DISCURSO** 218

Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
**LOGICAMENTE ESTABILIZADO NAS MÍDIAS DIGITAIS: DO HUMOR DAS
“MIÇANGAS” AO DISCURSO OFICIAL** 231

Luciana Iost Vinhas
OS ROBÔS DO PRESIDENTE: O QUE AINDA RESTA DA DEMOCRACIA? 249

Dalexon Sérgio da Silva
**UNIVERSIDADE BRASILEIRA E BALBÚRDIA: EFEITOS DE SENTIDO
MOBILIZADOS NO DISCURSO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO DO
BRASIL, ABRAHAM WEINTRAUB** 266

María Esperanza Izuel
**O DISCURSO ANTI-IMIGRAÇÃO NA MÍDIA ARGENTINA: O CASO DOS
BRASILEIROS QUE ESTUDAM MEDICINA EM BUENOS AIRES** 281

Ulisses da Silva Gomes
“INVESTIGAÇÃO CONTRA N”: PRIMEIRAS LINHAS SOBRE
A SIGNIFICAÇÃO DE JUSTIÇA NA NARRATIVA JUDICIAL 297

Ana Cláudia Dias Ribeiro
**OS EFEITOS DE SENTIDOS NO VÍDEO “TODOS PELA REFORMA
DA PREVIDÊNCIA. TODOS PELA IGUALDADE”** 307

Vinícius Brito
**ESQUINAS DA/NA LÍNGUA: DISCURSO URBANO EM JORNAIS DO
SÉCULO XIX** 325

Luciano Luiz Araújo
Ana Paula Santos de Oliveira

344 **A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO TELESPECTADOR POR EMISSORAS DE TV A PARTIR DA CAMPANHA “100 MILHÕES DE UNS”: QUE FORÇA ELE TEM?**

Pedro Henrique Carvalho de Arruda

358 **O PAPEL DA TELEDRAMATURGIA DA REDE GLOBO NA LEGITIMAÇÃO E RETROALIMENTAÇÃO DA HOMOFOBIA NA CULTURA**

DISCURSO, DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIA

Mirielly Ferraça

371 **(R)ESISTÊNCIA NA CIDADE: MOVIMENTO DE ESPAÇOS, SUJEITOS E SENTIDOS**

Caroline Bezerra do Nascimento

383 **A LEITURA DE IMAGEM ATRAVÉS DO GRAFITE LATINO-AMERICANO**

Élida Cristina de Carvalho Castilho

Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

395 **(RE)LEITURAS DE PODER E RESISTÊNCIA EM *O SOL NA CABEÇA*, DE GEOVANI MARTINS: PERSONAGENS MARGINALIZADAS**

Felipa Mabel Caballero

408 **ESPACIOS DE LEGITIMIDAD Y RESISTENCIA: LAS VOCES DE LAS OTRAS DEL FEMINISMO**

Aretuza Pereira dos Santos

426 **O AGIR, O SER E O FAZER POLICIAL: DISPUTAS PELO SENTIDO**

Patrícia Nattes dos Santos

Flávio Roberto Gomes Benites

441 **DISCURSO DA EDUCAÇÃO: SÁTIRA E RESISTÊNCIA EM PROGRAMA HUMORÍSTICO**

Sóstenes Ericson

454 **PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE HOMENS FACE AO DESALENTO**

André Cavalcante

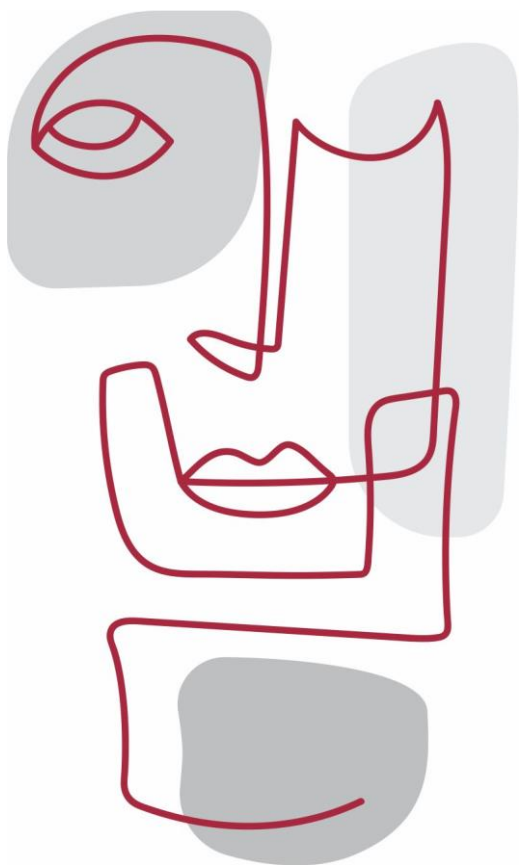
470 **O AMOR AO CORPO: MOVIMENTO DOS SENTIDOS SOBRE A TRANSGENERIDADE**

Liliane Souza dos Anjos

Romulo Santana Osthues

480 **EM CARTAZ, CHEIRO DE POBRE (MORTO): A NECROPOLÍTICA TEXTUALIZADA NA COMPOSIÇÃO DE DIFERENTES MATERIALIDADES SIGNIFICANTES**





Fernanda Correa Silveira Galli
Maria Alcione Gonçalves da Costa
Mizael Inácio do Nascimento
Thiago Alves França
(org.)

NOSSOS GESTOS, NOSSAS LEITURAS

*Ler pelo não, quem dera!
Em cada ausência, sentir o cheiro forte
do corpo que se foi,
a coisa que se espera.
Ler pelo não, além da letra,
ver, em cada rima vera, a prima pedra,
onde a forma perdida
procura seus eteceteras.
Desler, tresler, contraler,
enlear-se nos ritmos da matéria,
no fora, ver o dentro e, no dentro, o fora,
navegar em direção às Índias
e descobrir a América.
(LEMINSKI)*

Pensar em gestos (d)e leituras é uma forma de marcar, já no título, a presença da Análise do Discurso (AD) de filiação pecheuxtiana, lugar teórico a partir do qual organizamos a presente obra. Isso porque é inconcebível pensar sobre gestos (d)e leituras sem levar em consideração a relação entre o dizer e os processos de significação, relação esta que é marcada pela contradição e pela falta constitutiva da linguagem, que convocam, incessantemente, sujeitos a significar-se e a significar o mundo a partir dos lugares sociais que ocupam em dadas condições de produção. Partindo desses pressupostos teóricos, tomamos os artigos que compõem esse e-book como resultantes de gestos de interpretação de suas/seus autoras/es, mas também como passíveis a interpretações outras – sempre efetuadas na tensão (MARANDIN; PÊCHEUX, [1984] 2011) – por parte das/os leitoras/es.

Nesse sentido, movidas/os pelas palavras de Leminski, convidamos as/os leitoras/es a “no fora, ver o dentro e, no dentro, o fora” dos artigos presentes nessa coletânea e, com seus gestos de leitura, produzir a desestruturação do efeito-texto e o descortinamento do efeito de fechamento, de homogeneidade e de completude, trazendo à cena a abertura à exterioridade, a plenitude da heterogeneidade e o lacunar constitutivo de todo processo discursivo. Com seus gestos, podem as/os leitoras/es desestabilizar sentidos aparentemente estabilizados, sob a forma do efeito do sempre-já-lá, provocando deslocamentos, derivas, rupturas. Com seus gestos, representam um trabalho simbólico no espaço político da significação em que as

diferentes possibilidades de interpretação coexistem, se aglutinam, se estranham, dando, assim, origem à pluralidade de leituras.

Convocamos, desse modo, as/os leitoras/es a “desler, tresler, contraler e enlear-se” (n)os variados gestos de interpretação materializados nos artigos aqui compilados, os quais foram apresentados no IX Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), que teve como tema geral **A Análise do Discurso e suas condições de produção: 1969-2019**. O tema surgiu, por um lado, como uma forma de marcar os 50 anos do surgimento da teoria, mostrando o legado de Michel Pêcheux, sua atualidade e seu papel na consolidação da AD no Brasil, e, por outro, como uma maneira de indicar que a noção de condições de produção tem um lugar de centralidade nos estudos discursivos, mediante a qual podem ser percebidas as relações de forças que constituem toda e qualquer prática discursiva.

As produções, aqui reunidas, foram produzidas por pesquisadoras/es que trabalham com a AD nos diversos recantos do Brasil, trazendo escutas múltiplas e plurais dos discursos materializados em diferentes *corpora* e em diferentes condições de produção. Essas multiplicidade e diferenças nos modos de ler os arquivos se devem às diversas formas de aproximação da/o analista com a AD e com seus fundamentos teóricos. Afinal, como sabemos, a AD não é uma teoria que se curva ao utilitarismo, embora possa provocar valiosas contribuições e em diferentes instâncias; não se trata, tampouco, de uma teoria que serve à aplicabilidade em escala, como um programa que lê dados, esquecendo da historicidade, que é condição da significação. Superamos, desde muito, a ilusão de uma maquinaria que pudesse dar conta do que, hoje sabemos, não se pode apreender em sua totalidade; tentamos resistir constantemente à ilusão/tentação da possibilidade de uma “prótese de leitura, [de um]a máquina de lavar textos, ou [de um] aparelho de raio X” (PÊCHEUX, [1981] 2012, p. 275).

O contato com a AD pode produzir gestos que variam de acordo com o recorte que constitui um objeto/material de análise, um gesto de autoria que pode abrir-se para a possibilidade de trabalho com materialidades mais ou menos convencionais. Gestos que variam de acordo com o próprio movimento pendular entre teoria e

análise, o qual pode suscitar relações interdisciplinares que levem a discussões elaboradas alhures, fazendo movimentar a própria teoria do discurso. Esses gestos também podem variar, dentre outras situações, de acordo com o tempo de contato que a/o analista tem com a teoria, o que nos leva a pensar em termos de “maturidade teórica”, embora saibamos que o processo e seu fluxo incontornável também sejam constitutivos da formação de analistas.

Essa diversidade de condições, que traz beleza e viço ao nosso fazer de analistas do discurso, e que também diz sobre o alcance, os desdobramentos e a relevância que a AD tem aqui, no Brasil, é orientadora da multiplicidade de trabalhos apresentados nesta publicação, os quais variam em termos de materialidade discursiva, em termos de diálogo com outros pressupostos teóricos, em termos de “maturidade teórica”. Entretanto, esse conjunto de artigos se inscreve em uma questão central para a AD: a escuta da materialidade discursiva que considera a historicidade da leitura nos gestos de análise, bem como as diferentes temporalidades de “um espaço [sempre] polêmico das maneiras de ler”, tal como nos diz Pêcheux ([1982] 1994, p. 57).

O primeiro eixo temático – DISCURSO, MEMÓRIA, ESQUECIMENTO – reúne onze artigos que, em alguma medida, refletem sobre questões que tocam (n)esses conceitos. Em **Condições de produção e a memória discursiva da subversão**, Felipe Nascimento, Flávio Benayon e Renata Brandão analisam a circulação e o retorno do imaginário social sobre o “fantasma do comunismo” em discursos (re)produzidos em diferentes momentos de nossa história política. A partir dos seus gestos de análises, os autores e a autora apontam que os dizeres sobre a esquerda e o comunismo são afetados pelo retorno, no fio do discurso, de uma dada rede de sentidos que, por meio da repetição, vem produzindo a atualização de uma memória discursiva da subversão, por meio da qual o sujeito do discurso projeta a esquerda/o comunismo como um inimigo não só do governo, mas também do povo.

Lisiane Schuster Gobatto, no texto **O silenciamento do dissenso nas coberturas jornalísticas sobre a prisão de Lula**, analisa o modo como a prisão de Lula foi tratada pela mídia hegemônica e pela mídia alternativa, buscando entender o

funcionamento do silenciamento nos discursos midiáticos. A partir dos seus gestos de análise, a autora afirma que, nas matérias publicadas pela grande mídia sobre a prisão de Lula, há apenas uma direção de sentido: a que silencia Lula. Em contrapartida, as mídias alternativas acabaram por instaurar o dissenso em suas narrativas, revelando outras tomadas de posição quanto ao acontecimento. Com isso, a autora conclui que os *posts* analisados mostram que os veículos da grande mídia servem aos interesses da ideologia dominante, enquanto que os veículos da mídia alternativa produzem o dissenso e podem exercer resistência dentro do Aparelho Ideológico da Informação.

No artigo **O trabalho da imprensa na contenção do acontecimento discursivo: os sentidos em disputa**, Alessandro Nobre Galvão investiga o processo de irrupção, o funcionamento e as transformações do discurso de recusa radical ao Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Para tanto, traz importantes reflexões sobre o modo como os jornais Folha de São Paulo (F.S.P) e O liberal (LB) discursivizaram a cena do facão, protagonizada pela indígena Tuíra no I encontro dos povos do Xingu. Por meio das análises desenvolvidas, o autor entende que a foto histórica que capturou o gesto de Tuíra deve ser tomada como um lugar de memória cuja materialidade semiótica, marcada em sua opacidade constitutiva, oferece lugar à interpretação.

Renata Valéria de Araujo Lima, em discussão intitulada **Ressonâncias do discurso da meritocracia em “Não fale em crise, trabalhe”**, investiga o eco do discurso da meritocracia dentro do contexto político, por meio da análise do funcionamento discursivo da Paráfrase e da Polissemia em diferentes materialidades discursivas. Para tanto, a autora toma o enunciado *“Não fale em crise. Trabalhe”*, proferido pelo então presidente (interino) do Brasil, Michel Temer, como Sequência Discursiva de Referência, a partir da qual observa a (re)atualização de uma memória social, política, ideológica e, conseqüentemente, discursiva. Diante disso, a autora entende que todos os efeitos de sentidos advêm da tensão entre o mesmo e o diferente, entre o sentido que se mantém e o que desliza, entre processos e formulações parafrásticas e polissêmicas, sendo importante, portanto, refletir sobre

os efeitos da manutenção e do deslizamento dos sentidos na constituição dos discursos da meritocracia.

Em **A re(significação) do discurso conservador no brasil**, Mário Jorge Pereira da Mata investiga como os sentidos que expressam a ideologia conservadora se materializaram nos documentos do Sumário do Comunismo Internacional (SNI) e em um vídeo publicado no canal de Kim Kataguirí, no qual o *youtuber* versa sobre o processo de proibição da performance *La Bête* no Museu de Arte de São Paulo (MASP). Ao mobilizar noções teóricas da AD, tais como a historicidade, a memória discursiva e o interdiscurso, o autor identifica uma aproximação discursiva entre documentos oficiais do SNI e audiovisuais depositados na plataforma *YouTube*, cujos discursos potencializam a negação das diferenças políticas, moralizando o debate público e apresentando os sujeitos inscritos em Formações Discursivas (FD) distintas como inimigos não só da ordem política, mas também da ordem moral e religiosa.

No artigo intitulado **“Não! seu comunista!” – o trabalho da memória no processo de (re)significação**, Luciane Botelho Martins analisa duas versões de uma tirinha de Mafalda – uma em espanhol e outra em português –, nas quais a autora busca compreender o funcionamento da memória discursiva no enunciado “Não! Seu comunista”, presente na versão portuguesa, que é a tradução do enunciado “Não! Seu extremista”, na versão espanhola. Partindo do estranhamento frente à relação metafórica estabelecida entre os vocábulos “comunista” e “extremista”, a autora entende que, no processo de tradução, diante de uma rede de formulações possíveis – Interdiscurso –, a interpelação ideológica fez emergir saberes que fundam sentidos “novos” por meio dos quais o sujeito do discurso atualiza um discurso anticomunista, ligado aos ecos da ditadura, para quem “ser comunista” implica ser extremista e, portanto, ser perigoso.

No texto **“Nazismo é de esquerda”: implicações discursivas, silenciamento e memória**, Jaqueline Araújo da Silva e Carla Barbosa Moreira, ao analisar duas *charges* que mobilizam o enunciado “nazismo é de esquerda”, investigam os efeitos de sentidos produzidos pelo enunciado e como eles se ressignificam no discurso, levando em consideração o confronto ideológico e discursivo e os modos como a

política do silêncio constitui esse espaço do dizer. A partir dos gestos de análise desenvolvidos no trabalho, as autoras entendem que o retorno do enunciado nas charges em tela, pelo jogo discursivo, faz trabalhar o modo como o dizer se projeta contra o discurso do atual governo brasileiro, revelando-se como um movimento de resistência e de militância, em que os sentidos são mobilizados conforme a FD e o contexto político em que se inserem.

Por sua vez, Rízia Ramos e Roseane Santos, no texto **O discurso sobre a morte na obra *A morte e a morte de quincas berro d'água: discurso e memória***, analisaram os modos como os sentidos sobre o termo “morte” são construídos na obra *A Morte e a Morte de Quincas Berro D'água* (2008) de Jorge Amado, buscando compreender o modo como o termo é discursivizado por dois grupos sociais marcados por posições-sujeito distintas (família e amigos). Em seus gestos de análise, as autoras mostram que o embate entre vida e morte, presente na obra, põe em jogo vozes sociais que acabam por institucionalizar os sentidos sobre a morte. No entanto, assumindo a posição teórica de que os sujeitos e os sentidos são determinados pela ideologia, as autoras entendem que os efeitos de sentido produzidos sobre o termo, na escrita literária, não são evidentes, uma vez que, pelo funcionamento da ironia, produz-se uma desconstrução do sentido sobre a morte, sentido esse que se mostra dividido desde o título da obra.

Ancorada na interface entre os estudos discursivos e a psicanálise, em **Um estranho no (meu) ninho: relações entre cidade e estrangeiridade em Campina do Monte Alegre (SP)**, Ilka de Oliveira Mota busca compreender as representações imaginárias de moradores antigos de Campina do Monte Alegre, interior de SP, sobre o estudante (novo morador) que habita a cidade no período de estudos na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), *campus* Lagoa do Sino. A narrativa, nessa perspectiva, é tomada como acontecimento entre a memória e a atualidade: a partir da análise de relatos de moradores antigos da cidade, Mota aponta a emergência do mal-estar que atravessa as relações em sociedade, bem como a ausência de pertencimento aos espaços e às “novas formas de sociabilidade e convivialidade instauradas pelo acontecimento da vinda do outro”.

“Violar a uma niña es menos grave que un aborto”. Sobre esse enunciado, Maria Alcione Costa e Josefa Maria dos Santos se debruçam a fim de investigar como os termos “estupro” e “aborto”, pelo viés do funcionamento da memória, são designados no discurso religioso cristão. No artigo **O imaginário dominante da formação discursiva religiosa sobre o estupro e o aborto: (des)naturalizando sentidos**, as autoras constataam, a partir do funcionamento da FD Religiosa Cristã (FDRC), tanto a repetição e a regularização dos sentidos quanto a desregulação e os deslizes de sentidos, e afirmam que os sujeitos filiados a essa FD, ao produzirem o efeito de evidência de que aborto é mais grave que o estupro, dissimulam as contradições sócio-históricas e ideológicas próprias do patriarcalismo.

Por fim, encerrando esse primeiro eixo, Maurício Beck e Iago Moura Melo, no texto **Auscultar vestígios: epistemologia, ideologia, silêncio**, produzem uma provocação a partir da relação que a AD estabelece com o seus irresistíveis impossíveis, apontando como o dispositivo teórico da AD, tendo uma incontornável relação com o ideológico, põe em questão os limites entre teoria e ideologia. Segundo os autores, a AD, como um procedimento de abertura ao polissêmico por via da suspensão da univocidade, poderia ser um dos modos de prática teórica que não apenas reproduz o mecanismo ideológico de produção de evidências. Nesse sentido, o trabalho com o silêncio é potente, porque, segundo os autores, algo no silêncio parece não ceder ao ideológico; e é nesse sentido que os autores propõem a ausculta analítica como procedimento para compreender a especificidade significativa do silêncio.

Sob o título DISCURSO, TECNOLOGIA, MÍDIAS, o segundo eixo temático da presente coletânea agrupa mais onze artigos que buscam abordar questões concernentes aos discursos em circulação nos espaços digitais da internet. **Homossexualização da AIDS, ódio categorial e discurso de ódio: alguns gestos de composição-análise** é um artigo em que Thiago Alves França discute o gesto de composição do material que analisa, pensando nos procedimentos de criação do *corpus* e destacando duas SD que são recortadas de uma postagem realizada no Facebook, as quais textualizam a relação entre a homossexualização da AIDS e o

discurso de ódio. O autor discute como uma determinada relação imaginária com o outro “legítima” a violência contra esse outro, e destaca como a AIDS interpretada enquanto metáfora do homossexual pode ser compreendida como ingrediente desse processo de violência.

De casa para arma: movimentos de deriva e de resignificação da vida na hashtag #MinhaArmaMinhaVida é o título da reflexão que Deborah Danny da Silva Pereira e Lucirley Alves de Oliveira apresentam e na qual analisam o funcionamento da *hashtag* #MinhaArmaMinhaVida na rede social Twitter. As autoras apontam que essa *hashtag* tem um caráter político e revela um embate ideológico, na medida em que retoma o enunciado “*Minha Casa Minha Vida*” e que promove deslocamentos de sentido. Ainda no movimento de análise, Pereira e Oliveira problematizam os enunciados “*se puder, fique em casa*” e “*diga sim ao tratamento precoce*”, os quais também trazem à tona diferentes e contraditórios sentidos.

Também com reflexões a respeito do funcionamento de discursos no espaço digital da internet, Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, em **As ciências humanas e o discurso logicamente estabilizado nas mídias digitais: do humor das “miçangas” ao discurso oficial**, analisa os sentidos de deslegitimação das ciências humanas a partir de memes de um site e postagens das redes sociais Facebook e Twitter. Em seus gestos de análise, Cortes busca mostrar que as ciências humanas e sociais são discursivizadas como “pseudo-ciência” a partir da retomada de discursos logicamente estabilizados sobre o científico.

No texto “**Os robôs do presidente: o que ainda resta da democracia?**”, Luciana Iost Vinhas, através de uma leitura discursiva sobre o efeito do uso de dois perfis robôs capturados na rede social *Twitter*, leva-nos a pensar sobre o trabalho da ideologia através da ação dos *bots* nas redes sociais *online* que, por meio da repetição de *hashtags* e do processo de retweetar determinadas postagens, acabam saturando o espaço *online* com os sentidos autorizados por uma dada FD. Diante disso, a autora considera que o trabalho dos robôs pode influenciar o funcionamento dos regimes democráticos, uma vez que eles atuam, no meio virtual, produzindo o excesso e, conseqüentemente, a inculcação, próprios do discurso autoritário.

Inscrita num fio discursivo político-ideológico de luta travada a partir da produção e circulação de sentidos em torno do termo “balbúrdia” – utilizado pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub –, a pesquisa de Dalexon Sérgio da Silva promove um gesto de leitura e de interpretação de dois depoimentos por meio das *hashtags* #MinhapesquisaMinhabalburdia e #oquevinauniversidadepublica, publicadas no *Twitter* em maio de 2019. Em seu artigo **Universidade brasileira e balbúrdia: efeitos de sentido mobilizados no discurso do Ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub**, o autor investiga os efeitos de sentidos, as formações discursivas e imaginárias e a memória discursiva que se produzem a partir da enunciação desse termo. Seus gestos analíticos apontam para a existência de uma unidade de sentido atravessada pela contradição, pela deriva e pelas reverberações de deslizamentos de sentidos outros.

O funcionamento discursivo na mídia argentina sobre a grande quantidade de brasileiros que vão estudar Medicina nesse país é o tema tratado por María Esperanza Izuel em **O discurso anti-imigração na mídia argentina: o caso dos brasileiros que estudam medicina em Buenos Aires**. Seu arquivo de análise é formado por sequências discursivas selecionadas a partir de matérias publicadas em jornais argentinos sobre o tema e os comentários das/os leitoras/es das referidas matérias. A partir desses recortes, a autora analisa como a discursivização sobre a imigração se articula com os discursos sobre os imigrantes brasileiros estudantes de medicina, observando o modo como a memória se atualiza e funciona como condições de produção desses discursos. O discurso na mídia hegemônica, que coloca o fenômeno dos estudantes brasileiros em Buenos Aires em termos de “onda”, “enxurrada”, inscreve-se num discurso anti-imigração que se articula com o discurso neoliberal e com o qual se identificam as/os leitoras/es. Essa é a conclusão a que chega a autora.

Sob o título **“Investigação contra N”: primeiras linhas sobre a significação de justiça na narrativa judicial**, Ulisses da Silva Gomes inicia suas reflexões afirmando que o lugar do judiciário, atualmente, está atravessado por outros lugares, outras disciplinas e sentidos. No artigo, analisa a construção de um imaginário sobre o Poder Judiciário a partir da imagem compartilhada (ou não) pelos jurisdicionados. Tomando

duas manchetes de jornais como material de análise, o autor demonstra a folhetinização do fazer judiciário e da informação sobre a investigação da ex-presidenta Dilma Rousseff e do ex-presidente Michel Temer.

Em **Os efeitos de sentidos no vídeo “Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade”**, Ana Cláudia Dias Ribeiro analisa um vídeo institucional posto em circulação em dezembro de 2017, durante a gestão de Michel Temer, que trata sobre a reforma previdenciária. No material de análise, a autora discute o funcionamento das materialidades verbal e não verbal, destacando efeitos de sentidos produzidos no vídeo sobre os “privilégios” do funcionalismo público, e apontando como se constrói, no material, uma tentativa de despolitização da linguagem não verbal.

Vinícius Brito, no artigo **Esquinas da/na língua: discurso urbano em jornais do século XIX**, analisa o funcionamento do discurso urbano, perguntando-se sobre como a cidade foi formulada na imprensa do século XIX. Neste texto, o autor discute sobre as esquinas e as ruas, as que organizam o espaço urbano, mas, principalmente, sobre a simbolização do espaço a partir das palavras “esquina” e “rua” em construções relativas. No texto, esquinas e ruas são investigadas com o objetivo de compreender algumas formas de significar a cidade nos periódicos daquele século.

No texto **A representação do sujeito telespectador por emissoras de TV a partir da campanha “100 milhões de uns”: que força ele tem?**, Luciano Luiz Araújo e Ana Paula Santos de Oliveira analisam uma campanha da Rede Globo, chamada “100 milhões de uns”, além de outros dois materiais que retomam a campanha da Globo, mas criados pelo SBT e pela Record. No texto, o autor e a autora discutem como, no *corpus* específico que analisam, o discurso publicitário constrói a imagem do sujeito consumidor, ou “modela” a sua identidade de modo ajustado ao que chamaram de interesses hegemônicos/mercadológicos.

Finalizando o segundo eixo, **O papel da teledramaturgia da Rede Globo na legitimação e retroalimentação da homofobia na cultura brasileira** é o título dado por Pedro Henrique Carvalho de Arruda na investigação sobre o papel da mídia brasileira

(e, destacadamente, das telenovelas produzidas e exibidas pela Rede Globo) na produção de “efeitos fóbicos” e na legitimação e retroalimentação da homofobia. Propondo um trabalho que visa o diálogo entre a AD e os Estudos Culturais, o autor discute o papel das telenovelas como estabilizadoras de dizeres que geram violências simbólicas, mas também como espaços onde podem ser descritos alguns ganhos em termos de visibilidade da comunidade LGBTQIA+, ainda que, como destaca o autor, por meio de passos pacientes.

No terceiro e último eixo temático – intitulado DISCURSO, DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIA –, temos mais nove artigos que apresentam reflexões sobre discurso e seus efeitos de dominação e de resistência. Em **(R)esistência na cidade: movimento de espaços, sujeitos e sentidos**, Mirielly Ferraça apresenta um recorte dos resultados analíticos de sua tese de doutorado, o qual tem como foco abordar a “espacialização dos sentidos na cidade” e a “imbricação entre resistência e existência no cotidiano urbano” – *(r)esistência* como uma forma que entrelaça significantes. Em seu gesto analítico, Ferraça procura mostrar o modo como os laços de afeto e desafetos emergem nas sequências discursivas recortadas, fazendo vir à tona o trivial do cotidiano como “modos de *(r)esistir* pelo urbano”.

A leitura de imagem: o grafite latino-americano como objeto de leitura e resistência, de Caroline Bezerra do Nascimento, traz uma reflexão sobre o grafite como arte urbana que pode ser compreendida enquanto objeto de resistência e, ainda, proporcionar ao sujeito que lê um olhar crítico e transformador. A autora toma como material de análise um grafite da cidade de Bogotá (capital da Colômbia) e procura mostrar como essa arte urbana produz sentidos e faz vir à tona efeitos de resistência ao reivindicar o espaço urbano como lugar de expressão do invisível e do silenciado.

A questão da resistência também é tematizada por Élide Cristina de Carvalho Castilho e Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento em **(Re)leituras de poder e resistência em o Sol na cabeça, de Geovani Martins: personagens marginalizadas**. O artigo é um recorte de pesquisa mais ampla e tem como intuito mostrar a construção discursiva de personagens de um conto (“Rolézim”) do livro *O Sol na Cabeça*, do escritor marginal Geovani Martins. A proposta das autoras é refletir sobre o

funcionamento dos jogos de imagens sobre esses personagens e problematizar as representações dos sujeitos marginalizados. Embora o texto de Geovani Martins busque escancarar sentidos que giram em torno de poder e resistência, a (re)leitura de sujeitos expõe sentidos do senso comum sobre literatura marginal, negando e silenciando outras vozes.

Promovendo a articulação entre os processos de subjetivação e de legitimação, a partir de um lugar de fala, Felipa Mabel Caballero, no artigo **Espacios de legitimidade y resistencia: las voces de las otras del feminismo**, investiga a irrupção de vozes silenciadas historicamente nos debates sobre a prostituição na conjuntura atual argentina. Para tanto, a autora organiza seu percurso analítico em duas partes: o sujeito e seu dizer na construção de um lugar de fala, e os discursos polarizados entre o abolicionismo e o regulamentarismo que circulam sobre/a partir das prostitutas. Os gestos analíticos permitem a autora afirmar que há uma movência nas denominações ou imaginários de “vítimas” ou de “livres trabalhadoras”, e que, a partir dos lugares de enunciação, a oposição entre essas duas denominações não existe, já que ambas compartilham algumas semelhanças nas condições de produção e são regidas por uma mesma FD.

Em **O agir, o ser e o fazer policial: disputas pelo sentido**, Aretuza Pereira dos Santos discute sobre o que se mantém, se apaga e se ressignifica em alguns dizeres que circulam quando as ações policiais ocorrem e/ou resultam em crimes. Para tanto, a autora mobiliza uma ocorrência de abuso de poder por parte dessa categoria com o objetivo de compreender, por meio dos comentários de leitoras/es, o funcionamento discursivo que circula em relação às práticas empreendidas na forma de agir, de ser e do fazer policial. Com base na materialidade posta em análise, a autora afirma haver uma movência e um entrecruzamento dos sentidos que comportam os termos “idoneidade” e “inidoneidade” em torno de uma ação militar.

Enfocando a circulação e formulação do discurso nos meios digitais e os efeitos de sentido produzidos pela sátira apresentada pelo programa humorístico Zorra, da Rede Globo de Televisão, em 2019, Patrícia Nattes dos Santos e Flávio Roberto Gomes Benites analisam o discurso educacional brasileiro, no artigo

intitulado **Discurso da educação: sátira e resistência em programa humorístico**. Pela análise de um vídeo/episódio, intitulado “Manifestações dos professores”, a autora e o autor afirmam que a sátira/ironia, mais do que entreter, pode significar gestos de resistência relacionados às suas condições de produção.

Sóstenes Ericson, no artigo intitulado **Processos de subjetivação de homens face ao desalento**, analisa os dizeres de homens sobre seu desalento, tomando como *corpus* discursivo recortes de materiais selecionados a partir da imprensa e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mais especificamente, duas entrevistas com homens que desistiram de procurar trabalho. Seus gestos analíticos apontam para a existência de uma imbricação interseccional de gênero, raça/etnia, classe social e geração na constituição desses processos de subjetivação.

No texto **O amor ao corpo: movimento dos sentidos sobre a transgeneridade**, André Cavalcante discute os efeitos de sentido produzidos sobre o corpo trans – pensando corpo como linguagem – e sobre a (não)alteração corporal. O material de análise do autor corresponde a sequências discursivas selecionadas na página de militância “NLucon”, do Facebook; esses recortes representam como ocorre a discursivização desses sujeitos no digital. Em sua discussão, sujeitos trans produzem resistências quando provocam movimentos sobre os sentidos de masculinidades e feminilidades, quando ousam ser o que são apesar da transfobia da sociedade.

Partindo da descrição de um “social doído”, no texto **Em cartaz, cheiro de pobre (morto): a necropolítica textualizada na composição de diferentes materialidades significantes**, Liliane Souza dos Anjos e Romulo Santana Osthues exploram relações de sentidos colocadas no cartaz da turnê de aniversário da banda Dead Kennedys, quando seria iniciada uma série de shows no Brasil. A pergunta intrigante (inclusive porque “sinestésica”) que anima o trabalho é a seguinte: que possibilidades de resistência há quando a imagem e a língua fazem ressoar, em uma composição plural, atualizações de uma memória agenciada pelo cheiro? No texto, a autora e o autor se ocupam de pensar algumas formas pelas quais a vida é subjugada ao poder da morte, e como, no material que analisam, uma memória da olfação significa na textualização de uma necropolítica.

Todos os artigos que compõem essa coletânea apresentam abordagens que poderiam integrar mais de uma temática, até porque o modo como os eixos foram pensados não é estanque, e os escritos contemplados em cada um deles se entrelaçam. Ademais, a coletânea se destaca pela quantidade e diversidade de artigos submetidos: são, ao todo, trinta e um (31) textos¹ que, somados aos já publicados no livro “Ousar se revoltar”², marcam a potência da AD no Brasil e os caminhos teórico-afetivos construídos em torno da teoria discursiva.

Por fim, sinalizamos que, “entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo” (PÊCHEUX, [1982] 1994, p. 57) aqui construído, intentamos, com essa coletânea oportunamente publicada pela Editora da UFPE³, possibilitar outras leituras, outros gestos que (se) sustentem (n)o fazer-saber ético e político da herança pecheuxtiana. E, retomando Leminski, desejamos: “Em cada ausência, [uma presença. Em cada palavra,] a prima pedra, [...] a forma perdida [que] procura seus eteceteras. [Em cada movimento,] o enlear-se nos ritmos da matéria [...]”.

Referências

GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da (org.). *Ousar se revoltar: Michel Pêcheux e a análise do discurso no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

LEMINSKI, Paulo. *Toda Poesia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. Informática e Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (org.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, [1984] 2011. p. 111-115.

¹ Nosso agradecimento ao Thiago Costa Carneiro (PPGL/UFPE) pela contribuição no processo de idas e vindas dos artigos, entre autoras/es e pareceristas, até chegarmos às versões finais que aqui apresentamos.

² Publicação também resultante de trabalhos apresentados no IX SEAD - A Análise do Discurso e suas condições de produção: 1969-2019.

³ Nosso agradecimento especial à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc/UFPE) – especialmente, ao Pró-Reitor, Oussama Naouar, ao Coordenador de Gestão Editorial e Impacto Social, Adriano Dias de Andrade e ao Assistente Artur Villaça Franco – pela possibilidade de publicação.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, [1975] 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso e Informática*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, [1981] 2012. p. 275-282.

PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Gestos de leitura*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, [1982] 1997.

SOBRE AS/OS ORGANIZADORAS/ES

Fernanda Correa Silveira Galli

Docente vinculada ao Departamento de Letras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE) e editora da área de linguística da Revista Investigações (PPGL/UFPE); atua, também, como docente, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE/UNESP. Graduada em Letras pela UNESP/Assis (1997), mestre em Letras - Filologia e Linguística Portuguesa pela UNESP/Assis (2002), doutora em Linguística Aplicada pelo IEL/UNICAMP (2008) com estágio-sanduíche na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (2007), pós-doutora em Ciência da Informação e Comunicação pela FFCLRP/USP (2012) e em Estudos Linguísticos pelo IBILCE/UNESP (2018). Desenvolve pesquisas na área de Linguística, principalmente na Análise do Discurso de linha francesa, com a investigação de temas como: discursos na/da contemporaneidade, tecnologias e mídias digitais, leitura e escrita. E-mail: fernanda.galli@ufpe.br.

Maria Alcione Gonçalves da Costa

Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. É doutora em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco (2020). Possui mestrado profissional em Letras (PROFLETRAS) pela Universidade de Pernambuco (2015), especialização no Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (2008) e graduação em Letras, com habilitação em Língua Inglesa (2006). É pesquisadora do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE) e tem interesse na área de Linguística e de Ensino da leitura e da escrita, com ênfase na Análise de Discurso de base pecheuxiana. E-mail: alcione-costa@hotmail.com.

Mizael Inácio do Nascimento

É professor adjunto, em regime de dedicação exclusiva, do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde atua na área de Ensino de Língua Espanhola. Possui Graduação em Letras (1999), pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestrado (2005) e Doutorado (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É pesquisador do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE), colaborador do projeto de extensão Além das Letras (UFRPE) e editor-gerente da Revista Encontros de Vista (UFRPE). Atualmente, vem desenvolvendo pesquisa na área de Análise de Discurso de orientação francesa, com foco em Escrit(ur)a e Autoria em Língua Espanhola. E-mail: mizael.nascimento@ufrpe.br.

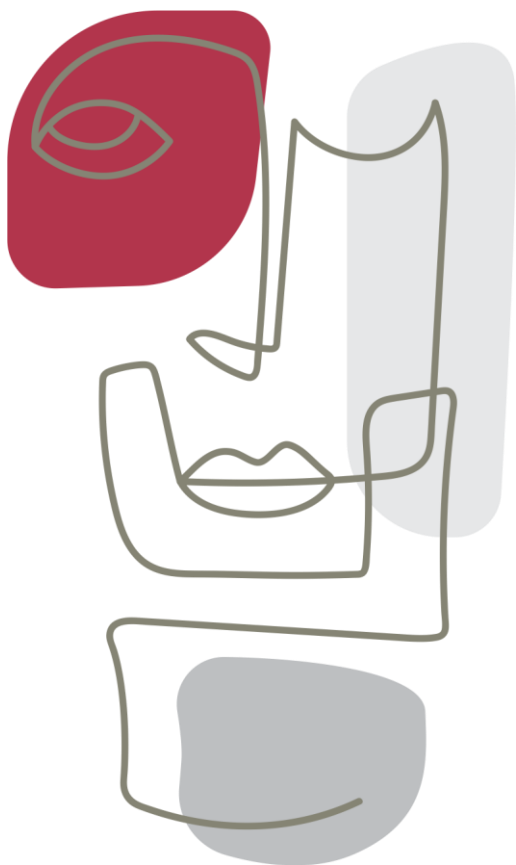
Thiago Alves França

É professor assistente da Universidade do Estado da Bahia, Campus IX-Barreiras, em regime de dedicação exclusiva. É doutor em Letras (Linguística) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (2019), mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) (2013) e mestre pelo programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da UESB (2010). Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (2008). É líder do Núcleo de Estudos Discursivos do Oeste da Bahia (Nedob) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE). Como objeto de estudo, tem interesse sobretudo por discursos de ódio no Espaço Virtual. E-mail: tafranca@uneb.br.



DISCURSO, MEMÓRIA, ESQUECIMENTOS





Felipe Augusto Santana do Nascimento

Flavio da Rocha Benayon

Renata Ortiz Brandão

**CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E A MEMÓRIA
DISCURSIVA DA SUBVERSÃO**

Introdução

Em *A memória saturada*, Régine Robin nos conta: "Retornos, repetições, paródias, imitações, ilusões, em forma de fantasmas e de espectros, há retorno do recalcado no acontecimento [...]. Diga-me que cadáveres você escondeu nos baús da história, e eu lhe direi que tipo de acontecimento você deve esperar" (ROBIN, 2016, p. 60). Certamente os baús da história brasileira guardam muitos cadáveres insepultos, que vagam pelo chão de nossa terra lançando murmúrios em busca de escuta, e que, no entanto, os Aparelhos de Estado e também parcela da população fazem questão de não escutar.

A violência da negação de escuta aos sussurros produzidos por nossos cadáveres recorrentemente se materializa na forma de outra violência, constituída pelo Estado como um imaginário do perigo da "ideologia comunista". Os dizeres contra a esquerda e contra o comunismo, assim como um fantasma que nos assombra, insistem em retornar, em um processo de atualização de uma memória que ocorre em diferentes condições de produção.

Interessa-nos, neste trabalho, analisar a circulação e o funcionamento do retorno do "fantasma do comunismo", na forma como comparece em decretos-lei e em pronunciamentos políticos produzidos em três diferentes condições de produção: o governo de Getúlio Vargas, especificamente na década de 1930; o início do governo militar do Marechal Castello Branco, isto é, logo após o golpe de 1964; e o início do governo do presidente Jair Bolsonaro, em 2019.

A retomada de formulações no dizer vai construindo uma memória histórica que se apresenta como se os sentidos não fossem regularizados e "tramados pelo tecido sócio-histórico" (INDURSKY, 2011, p. 71). Acreditamos que a relevância deste trabalho está em voltar o olhar para documentos constituídos em diferentes condições de produção, assumindo que os discursos jurídico e político "muito além de sua função de camuflagem e de autojustificação, constituem também um vestígio, uma rede de indícios para compreender concretamente como se chegou até aqui e, ao mesmo tempo, para reconstruir a memória histórica a partir deles" (PÊCHEUX, 2014,

p. 22). Empreendemos, portanto, o trabalho de análise do funcionamento discursivo cujo encontro do real da língua com o real da história é incessante, em um movimento de retornos e deslocamentos.

Getúlio Vargas

Descrevemos e analisamos algumas sequências discursivas formuladas no governo de Vargas, entre 1935 e 1937. Em 2 de dezembro de 1937, o Decreto-Lei nº 37 foi promulgado pelo então presidente da República, determinando a dissolução dos partidos políticos. Abaixo, recortamos as seguintes formulações do Decreto-Lei:

SD1: Considerando que **o sistema eleitoral então vigente, inadequado às condições da vida nacional, baseado em artificiosas combinações de caráter jurídico e formal, fomentava a proliferação de partidos, com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade** (BRASIL, 1937).

SD2: Considerando, além disso, que **os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime**, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil (BRASIL, 1937).

No Decreto-Lei, produz-se a desautorização do *sistema eleitoral então vigente*, possibilitada por um processo relacionado à instância jurídica. Em SD1, não apenas as *artificiosas combinações*, que sustentam o sistema eleitoral, são de *caráter jurídico e formal*, mas também esse sistema *fomentava a proliferação de partidos, com o fito único e exclusivo de dar às candidaturas e cargos eletivos aparência de legitimidade*, quando eram ilegítimos.

O imaginário de sistema eleitoral constituído a partir da presidência da República deslegitima a existência dos partidos políticos pela instância jurídica, produzindo a criminalização da política partidária. O *sistema eleitoral* de então comparece como *inadequado às condições da vida nacional*, de forma que a falta de

validade desse sistema é produzida a partir da homogeneidade inscrita em *vida nacional*, desprovida de contradições.

Os sentidos constituídos a partir do lugar da presidência da República opõem *sistema eleitoral* e *vida nacional*, desdobrando-se parafrasticamente em *partidos políticos* e *conteúdo programático nacional*, presentes em SD2. Esta última formulação concorre para produzir um efeito de unidade entre o poder da República instituído e a nação, pois a dimensão partidária de *conteúdo programático*, ao ser caracterizada por *nacional*, desliza para significar a *vida nacional*.

A homogeneização da população brasileira possibilita a inscrição da presidência da República como representante das vontades do povo. Vargas é significado como voz total da *vida nacional*, determinando o que deve ser compreendido como o único possível *conteúdo programático nacional*. Assim, posições de sujeito contraditórias aos sentidos perpetuados pelo *novo regime* são compreendidas como antagônicas à nação, sendo silenciadas e criminalizadas.

Quando consideramos o imaginário produzido pelo poder da República, em que há uma unidade entre o poder instituído e a *vida nacional*, as posições contrárias ao *novo regime* ameaçam também as *tradições do povo brasileiro*. Ameaçar o governo Vargas e suas propostas de poder é estar *em desacordo* com as *circunstâncias reais da sociedade política e civil*.

Em outro texto, o Decreto nº 229 publicado em 1935, dois anos antes do Decreto-Lei nº 37, é ordenado o fechamento dos núcleos da Aliança Nacional Libertadora¹ (ANL) em todo o país. Recortamos a seguinte formulação:

SD3: Considerando que, na capital da República e nos estados, constituída sob a forma de sociedade civil, **a organização denominada “Aliança Nacional Libertadora” vem desenvolvendo atividade subversiva da ordem política e social** (BRASIL, 1935).

¹ O manifesto de lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi publicado no começo de julho de 1935. No mesmo mês, o Decreto nº229 ordenou seu fechamento. Em novembro de 1935, a ANL constituiu um levante contra o novo regime.

A ANL é significada pelo decreto mencionado como *organização* que desenvolve *atividade subversiva da ordem política e social*. Apontamos anteriormente que o *novo regime* e a *vida nacional* significam como uma unidade, de modo que ameaçar um é ameaçar outro. Ainda que esse imaginário compareça a partir do Decreto-Lei de 1937, a homogeneidade entre o poder da República e o povo já está em funcionamento na promulgação do decreto de fechamento da ANL. Assim, uma formulação do tipo “a Aliança Nacional Libertadora vem desenvolvendo atividade subversiva da ordem política e social” pode ser parafraseada por inscrições presentes no Decreto-Lei de 1937: “a Aliança Nacional Libertadora desenvolve atividade subversiva às *circunstâncias reais da sociedade política e civil*”, “a Aliança Nacional Libertadora *esposava ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime*”, “a Aliança Nacional Libertadora *pretende a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro*” (BRASIL, 1937).

Significar o governo e a *vida nacional* como idênticos suprime o espaço da disputa partidária, perpetuando o imaginário de que as práticas constituídas a partir de posições de sujeito em relação de contradição são atividades subversivas, sendo, portanto, criminalizadas. A ANL foi colocada pelo poder da República, em 1935, em posição antagônica e infratora, sendo qualificada como organização que desenvolve *atividade subversiva da ordem política e social*. Em 1937, todo o *sistema eleitoral então vigente* seria desautorizado pela atualização da *memória discursiva* da subversão da ordem.

A noção de *memória discursiva* é compreendida como o que restabelece os sentidos regulares a serem produzidos em um enunciado a partir de determinada posição de sujeito. Conforme Pêcheux (2015, p. 46):

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “*implícitos*” (quer dizer, mais tecnicamente os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A condição do legível nas formulações “os partidos políticos esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social” (SD2) e “a organização denominada ‘Aliança Nacional Libertadora’ vem desenvolvendo atividade subversiva da ordem política e social” (SD3) atualiza a memória discursiva da subversão. Essa memória é composta por uma paráfrase, em que o imaginário de *transformação radical da ordem social* retoma *atividade subversiva da ordem política e social*. Transformar radicalmente a ordem social significa como um ato subversivo que atenta contra o 'novo regime' e, portanto, contra a própria 'vida nacional' e o 'povo brasileiro'.

De modo conveniente, o funcionamento do imaginário de homogeneidade da vida nacional, seguido pela produção de uma unidade entre governo e povo, produz um inimigo, antagonista, que deve ser criminalizado por ser subversivo à ordem. Assim, se a ANL e todo o sistema eleitoral são subversivos ao governo, são também ao povo, sendo criminalizados e possibilitando à Vargas ter um poder total, fundado na ilusão de falar pela nação.

Castello Branco

As sequências discursivas abaixo, SD4 e SD5, são recortes do pronunciamento de Castello Branco de 15 de abril de 1964, em que toma posse do cargo de presidente da República perante o Congresso Nacional. Vejamos a sequência discursiva 4 (SD4):

SD4: *Farei* o quanto em *minhas* mãos estiver para que se consolidem os ideais do **movimento cívico da Nação brasileira** nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou **unida, esplêndida de coragem e decisão**, para **restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções** que a tornavam irreconhecível. (...) **Os cidadãos**, dentre eles, também em expressiva atitude, as mulheres brasileiras, **todos, civis e soldados**, ergueram-se num dos mais belos e unânimes impulsos na nossa História contra **a desvirtuação do regime** (CASTELLO BRANCO, 1964, grifos nossos).

O dizer do porta-voz da República significa a tomada de poder pelos militares como resultado de um *movimento cívico da Nação brasileira*, isto é, como fruto de

uma reivindicação popular e unívoca, que teria unido os cidadãos brasileiros: *todos, civis e soldados*. Esse efeito de unidade/totalidade que funciona na palavra *Nação* significa o governo militar e o povo como uma unidade coesa, com ideais comuns e consonantes, produzindo assim um efeito de homogeneidade que silencia divisões e litígios. Tal funcionamento discursivo orienta o dizer para os sentidos de que foi a própria sociedade civil, junto aos militares, que clamou pela intervenção militar, de modo que o golpe de Estado não se apresenta como tal, isto é, como uma imposição autoritária; ao contrário, ele significa como a certeza da restauração da democracia.

Os efeitos de unidade e de homogeneidade estão presentes também nas declarações do período Vargas, tal como apontamos acima sobre o funcionamento das formulações *vida nacional* e *tradições do povo brasileiro*. Há, desse modo, algo que retorna no discurso político: a disputa pela estabilização dos sentidos de objetos constitutivamente divididos, tais como *nação/nacional* e *povo brasileiro*. É, portanto, central, no campo político, construir, de modo unívoco, sentidos para a 'nação brasileira', de modo a fazê-la significar em consonância ao regime imposto.

O efeito de unidade entre 'nação' e 'regime' permite construir posições antagonistas, que, ao se oporem ao modo de governabilidade estabelecido, significam como opositoras ao próprio *povo brasileiro* e à *vida nacional*, tal como apontamos nas declarações do período Vargas, e ao *regime* e à *democracia*, no enunciado recortado do pronunciamento de Castello Branco (SD4 acima). Desse modo, o suposto movimento cívico, que significa como a união de civis e de militares em prol de uma causa comum, justifica-se no dizer como um modo de lutar contra a *desvirtuação do regime* e contra as *fraudes e distorções*, para assim *restaurar a democracia*.

O dizer produz, desse modo, uma deslegitimação do regime político, tal como estava estabelecido naquele momento, e de suas instituições – o que funciona sob a forma de retorno. Tanto em Getúlio Vargas quanto em Castello Branco, podemos observar sentidos de deslegitimação das instituições: nas declarações do período Vargas, o sistema jurídico-eleitoral vigente significa como incapaz de organizar o país, o que funciona como argumento para a proibição do funcionamento dos partidos políticos e para a instauração de uma ditadura civil em 1937; já no dizer de Castello

Branco, o governo federal de Jango, tal como estava atuando, significa como um risco à democracia.

Nas diferentes condições de produção, no 'novo regime' de Vargas e no período de instauração do regime militar com Castello Branco, observamos o funcionamento de uma atualização da memória discursiva da subversão da ordem, na qual os contrários ao regime significam como aqueles que estão segregados da aliança que se constrói entre povo e governo.

Passemos à próxima sequência discursiva (SD5), que aponta para essa direção, explicitando os opositores à democracia e ao regime pela nomeação *extrema-esquerda*, que significa como o grupo político que governa na contramão dos *processos democráticos*:

SD5: *Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias. Creio, firmemente, na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna. E ninguém pode esperar destruí-los sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única onde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra nesta tarefa de soerguimento nacional* (CASTELLO BRANCO, 1964, grifos nossos).

Na sequência discursiva acima (SD5), a instauração do regime militar é significada como necessária e urgente, como o *remédio* para os supostos males que acometem o país. E o é porque se apresenta como o meio para o *soerguimento nacional* e para a defesa contra *os malefícios da extrema-esquerda*, cujo modo de governabilidade leva à crise econômica: inflação e aumento da pobreza ("orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna"). Os supostos danos causados pela *extrema-esquerda* no país significam como uma doença, um mal, que deve ser combatido.

Os efeitos de unidade e de homogeneidade retornam na sequência discursiva (SD5), sob a forma da primeira pessoa do plural: o verbo *caminharemos* constrói uma

coletividade coesa e unívoca, sem divisões e contradições, e, sobretudo, em aliança com o regime militar. É exatamente o sentido de que há um pacto firmado entre povo e governo que permite significar a oposição, nomeada de *extrema-esquerda*, como algo que deve ser destruído e extirpado – portanto, excluído do alinhamento entre 'povo' e 'governo'.

O dizer do porta-voz da República produz o sentido de que o "caminhar para a frente" só é possível com o combate à extrema-esquerda e com as *reformas necessárias* – incertas, porquanto diluídas na vaguidade e na indefinição do adjetivo *necessário*. Não há explicitação sobre o que seriam essas "reformas necessárias"; no entanto, sobre elas incidem um efeito de evidência pela falta de especificidade: o efeito de que "todos sabem do que eu estou falando aqui" – como se a linguagem fosse transparente e os sentidos inequívocos.

Pelas consequências nefastas do regime militar, hoje sabemos que tais "reformas necessárias" representaram as medidas do governo para sufocar e censurar movimentos sociais, perseguir políticos, jornalistas e intelectuais, bem como para destituir direitos dos cidadãos, especialmente da classe trabalhadora². O "caminhar para a frente" é, portanto, um caminhar que produz sentidos de uma partilha desigual da organização política brasileira, posto que exclui os opositores do governo daquilo que se constrói como a unidade nacional, do sentido de 'todos', e, destarte, do próprio futuro projetado para o país.

² Quanto às leis trabalhistas, a Ditadura Militar proibiu greves nos serviços públicos, reduziu para 12 anos a idade mínima para o trabalho, flexibilizou as demissões e restringiu as possibilidades de reivindicação dos trabalhadores. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978-350976-norma-pe.html>. Acesso em: 31 out. 2019.

Jair Bolsonaro

As próximas sequências discursivas são recortes dos dois pronunciamentos de posse do Presidente Jair Bolsonaro, realizados em 1 de janeiro de 2019, um no Congresso Nacional e o outro no Palácio do Planalto.

SD6: Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. **O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.** Pretendo partilhar o poder de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil, do poder central para estados e municípios. Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o **Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.** Por isso, quando os **inimigos da pátria, da ordem e da liberdade** tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, **cobriu-se de verde e amarelo**, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível e nos trouxe até aqui. Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para **preservar a nossa liberdade e democracia.** Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão (BOLSONARO, 2019, grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que o dizer do porta-voz da República se constrói a partir das marcas do *nós*, há um funcionamento contraditório e equívoco aí inscrito: apesar do imaginário de uma união a ser alcançada, o *povo* comparece como uma unidade que se constitui no antagonismo aos que não conservam *nossos valores*, como outras famílias e outras religiões que têm tradições que não sejam a *nossa tradição judaico-cristã*, e que são também aqueles que defendem a alegada *ideologia de gênero*. Constitui-se assim, no dizer, uma unidade em "povo" e em "Brasil", que funciona no antagonismo a determinados sentidos, tal como no dizer de Vargas e de Castello Branco.

Há, portanto, em diferentes condições de produção, uma tentativa de homogeneizar as divisões sociais, de construir uma coletividade coesa, sem contradição. Por meio das marcas de primeira pessoa do plural, como em (*nós*) *vamos* e *nossos valores*, que, ao contrário de serem inclusivas, funcionam produzindo sentidos de exclusão, é construída uma imagem de um "outro" que

ameaça os supostos valores do Brasil. Esse antagonismo que dá visibilidade às posições em contradição é próprio do funcionamento da atualização da memória discursiva da subversão: no enunciado *o Brasil voltará a ser uma país livre das amarras ideológicas*, há uma suposta ameaça da "ideologia", que subverte *o Brasil, o povo*.

O compromisso do governo Bolsonaro seria então o de *unir o povo*, colocando o "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos", *slogan* da campanha. É preciso se perguntar, no entanto, "tudo" o quê? O pronome indefinido *tudo* funciona pelo equívoco, sem complemento, por meio de uma totalidade que é preenchida por quem a ela se identifica. O mesmo pode ser dito em relação a *todos*, que também sendo um pronome indefinido, funciona nesse enunciado como uma evidência. A partir dessa posição-sujeito, é preciso conter o diferente, o antagonista, para que seja produzida a unificação do povo. É desse modo que a formulação *inimigos da pátria* irrompe no fio do discurso e atualiza o funcionamento de uma memória da subversão.

Esse retorno, no entanto, não é produzido sem deslocamentos. Embora em seu pronunciamento, Bolsonaro esteja se referindo a um fato isolado (a facada que levou durante um ato de campanha, em setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora, de Adélio Bispo, absolvido meses depois por apresentar doença mental³), ressoa no fio do discurso uma memória que atualiza qualquer "ameaça" como um suposto *inimigo da pátria*. Se, em Vargas e em Castello Branco, tal designação se referia, sobretudo, às organizações políticas que iam de encontro ao governo e a um determinado projeto de nação, no enunciado proferido por Jair Bolsonaro, o que temos é um fato específico sendo significado a partir de uma rede de sentidos que atualiza essa memória da subversão, ao generalizar um caso isolado e construí-lo como um atentado à *pátria* e à *ordem*. O efeito de unidade que está presente em

³ Em matéria do *O Globo*, de 14 de junho de 2019, afirma-se que Adélio Bispo foi absolvido e internado, por tempo indeterminado, por apresentar doenças mentais. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/adelio-bispo-absolvido-de-facada-em-bolsonaro-por-ter-doenca-mental-ficara-internado-por-tempo-indeterminado-1-23741031>. Acesso em: 3 nov. 2019.

pátria (e sua família parafrástica) funciona em relação à posição antagônica criminalizada. A figura de Bolsonaro, por sua vez, é construída alinhada à *pátria*, significando como o símbolo da ordem e da preservação dos *nossos valores*.

A campanha eleitoral, que resultou na vitória do candidato, é significada como *um movimento cívico*, no qual os brasileiros que foram às ruas para *preservar a nossa liberdade e democracia* estariam defendendo a pátria. O pronome possessivo *nossa* restringe os objetos paradoxais *democracia* e *liberdade*, que são significados a partir de um imaginário de unidade nacional, apontando apenas para a liberdade e para a democracia da parcela dos que estão inseridos ou que se identificam com a coletividade construída pelo pronome possessivo.

No mesmo dia, no Palácio do Planalto, foi pronunciado um segundo discurso de posse, a todos aqueles que estavam nos jardins do Planalto:

SD7: “Amigas e amigos de todo o Brasil, é com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que **o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto** (BOLSONARO, 2019, grifos nossos).

SD8: Não podemos deixar que **ideologias nefastas** venham a dividir os brasileiros. **Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade**. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, **restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil** (BOLSONARO, 2019, grifos nossos).

SD9: Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação. Que Deus abençoe esta **grande nação**. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. **Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha**. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para **mantê-la verde e amarela** (BOLSONARO, 2019, grifos nossos).

Nas sequências discursivas acima, produzem-se sentidos sobre/para a esquerda, nomeada explicitamente de *socialismo*, que é significada como o antagonista do *Brasil, dos nossos valores e tradições, das nossas famílias, da nossa sociedade*. Embora nenhum partido socialista tenha de fato ocupado a Presidência

da República, ao socialismo é atribuído os problemas do Brasil, significando, desse modo, como responsável, sobretudo, pela disseminação de *ideologias nefastas* que invertem/destroem valores e tradições.

A construção dos sentidos de *socialismo* (e de sua rede parafrástica: *comunismo, esquerda, ideologia, politicamente correto*) funciona como o lugar da ameaça e da degeneração em oposição à *família/tradição/valores/sociedade*. Tal como apontamos sobre o dizer do porta-voz da República Militar, podemos observar aqui, pela atualização da memória discursiva da subversão, o retorno da produção de sentidos para a esquerda/o comunismo/o socialismo como uma ideologia destruidora, perversa e subversiva da sociedade e de seus valores.

Ao construir o outro como ameaça e como responsável pela degeneração da família e da sociedade, associando-o como a causa do cenário de crise econômica, jurídica e político-institucional, os governos de Vargas, Castello Branco e Bolsonaro, nas suas diferentes condições de produção, são significados como o caminho da mudança, como o lugar da transformação, que, nesse movimento, constrói, como seu inimigo, a esquerda, o comunismo – fantasmagórico, um espectro assustador e ameaçador.

Considerações finais

Nossas análises, ancoradas na Análise de Discurso Materialista, tiveram por objetivo dar visibilidade, em diferentes condições de produção, aos modos de circulação e ao funcionamento do retorno, nos discursos jurídico e político, do imaginário do "fantasma do comunismo", isto é, essa suposta ameaça de que a extrema-esquerda no poder causaria crises político-institucional e econômica, destruição da ordem social, deturpação dos valores e das tradições e, mesmo, subversão do regime político e da democracia. Apesar da dispersão de dizeres sobre o que seria a "esquerda", há unidade na dispersão. Há retorno do dito no fio da história. Isso porque uma memória se constitui por repetições, movimentos

parafrásticos, que ressoam e retornam no fio do discurso, em outras condições de produção.

Em condições de produção específicas, isto é, no governo de Getúlio Vargas, na instauração da Ditadura Militar e no início do mandato do presidente Jair Bolsonaro, e a partir de determinada posição-sujeito, observamos que os dizeres sobre a esquerda e sobre o comunismo estão afetados pelo retorno, no fio da história, de uma dada rede de sentidos, ressoando assim algo já dito antes e em outro lugar e, desse modo, produzindo a atualização da memória discursiva da subversão. O funcionamento da atualização dessa memória discursiva da subversão projeta a esquerda/o comunismo como uma posição antagonista, não só ao governo, seja ele de Vargas, dos militares ou de Bolsonaro, mas também ao alinhamento, produzido no dizer por um efeito de unidade e de homogeneidade, entre o governo e o povo.

Nos discursos jurídico e político, a disputa pela estabilização dos sentidos de objetos divididos, tais como *nação* e *povo*, permite que a oposição a um modo de governabilidade, ou ao regime e as instituições políticas, signifique como uma oposição à própria ordem social, à vida nacional e, sobretudo, ao povo brasileiro. Nesse movimento, a memória da subversão desqualifica e deslegitima a esquerda/o comunismo (e suas paráfrases), significando-a como um modo de administração criminoso e corrupto; como uma ideologia que deturpa a racionalidade; como um mal, uma ameaça, um perigo ao país, aos seus interesses e tradições, devendo, portanto, ser extirpado.

Os sentidos projetados para a “esquerda” apontam também para os sentidos projetados para aqueles que, ao enunciar, se apresentam a partir do lugar da democracia e das instituições políticas e, desse modo são significados como defensores do Brasil, como aqueles que preservam as *tradições* e os *valores familiares*. A relação dualista, dessa forma, exclui da construção do todo e da coletividade as posições antagonônicas ao modo de governabilidade que está no poder, em uma tentativa de silenciar o dissenso e impedir que se produzam outros sentidos para a política brasileira. Esse funcionamento, que não cessa de se atualizar, produz recorrentemente a perseguição e a morte de corpos que, investidos em sentidos

outros que não os perpetuados pelo discurso oficial, ousam se revoltar contra as necropolíticas aplicadas pelo Aparelho de Estado. De todo modo, nossos cadáveres insepultos, guardados no baú de nossa história, não param de gritar incessantemente por nossa escuta, clamando para que o retorno de determinados sentidos encontre uma deriva possível.

Referências

BRASIL. Decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937. Dispõe sobre partidos políticos. *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 23961, 4 dez. 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 out. 2019.

BRASIL. Decreto-lei n. 229, de 11 de julho de 1935. Ordena o fechamento, em todo o território nacional, dos núcleos da "Aliança Nacional Libertadora". *Diário Oficial da União*, seção 1, p. 15250, 13 jul. 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-229-11-julho-1935-518037-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 out. 2019.

BOLSONARO, Jair. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional*. Brasília, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BOLSONARO, Jair. *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial*. Brasília, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso em: 5 abr. 2021.

CASTELLO BRANCO, Humberto. *Perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo de presidente da República*. 15 abr. 1964. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/02.pdf/view>. Acesso em: 11 nov. 2019.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP:: Mercado de Letras, 2011.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da análise do discurso. *In*: COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 21-26.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Tradução: Greciely Costa e Cristiane Dias. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

Felipe Augusto Santana do Nascimento

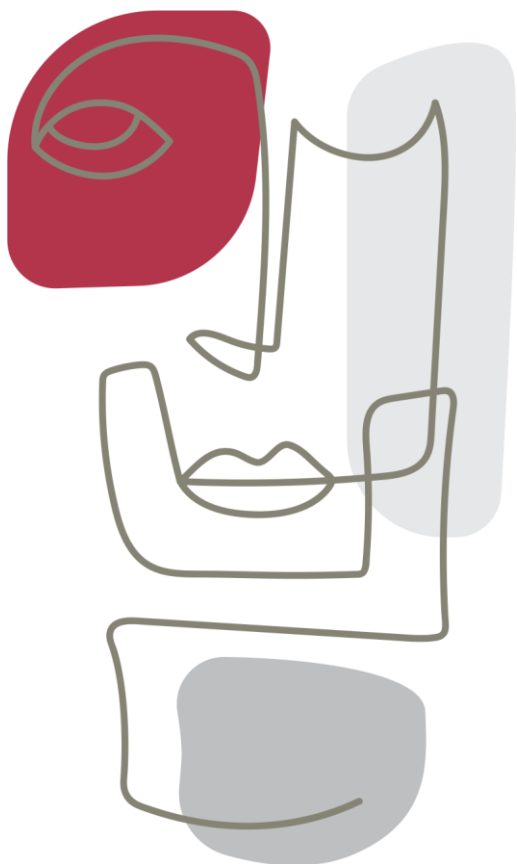
Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Professor de Língua Portuguesa no Instituto Federal do Sertão Pernambucano.
E-mail: felipe.augustus@hotmail.com.

Flavio da Rocha Benayon

Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Bolsista CNPq-Brasil. E-mail: benayon@globomail.com.

Renata Ortiz Brandão

Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Bolsista CAPES-Brasil. E-mail: renata.o.brandao@gmail.com.



Lisiane Schuster Gobatto

**SILENCIAMENTO DO DISSENSO NAS
COBERTURAS JORNALÍSTICAS SOBRE A
PRISÃO DE LULA**

Para início de conversa

O Brasil tem presenciado o crescimento de uma linha de pensamento conservadora, reacionária e autoritária que culminou na eleição de Jair Bolsonaro no ano de 2018. Em meio a uma contingência histórica e a condições de produção bastante complexas, um acontecimento teve papel determinante: a prisão do ex-presidente Lula quando ele liderava as pesquisas de intenção de voto, ocorrida em 7 de abril de 2018.

A prisão foi alvo de exaustiva especulação midiática. Quais fatos se transformaram em notícia e quais fatos ficaram à margem daquilo que foi pautado pela grande mídia? O que mobilizou os veículos jornalísticos a divulgarem determinadas informações e a silenciarem outras? É possível resistir ao sentido dominante que homogeneiza o jornalismo? Partindo desses questionamentos, propus, no SEAD de 2019, analisar como a prisão de Lula foi tratada pela mídia hegemônica e pela mídia alternativa no *Facebook* (rede social que tem assumido um protagonismo nas discussões políticas no ciberespaço). O trabalho apresentado na oportunidade foi revisado após o evento, ampliado e se transformou num artigo publicado em 2020.

O recorte que trago aqui é resultado da pesquisa dos termos “prisão de Lula” e “discurso Lula” na data de 7 de abril de 2018 nas *fanpages* de vários veículos de comunicação. Para este trabalho, selecionei o recorte cujos *posts* são de *O Globo*, *Estadão*, *Mídia Ninja* e *Jornalistas Livres*.

Tal recorte apontou o percurso teórico-metodológico que necessitava ser percorrido: olhar para a materialidade discursiva e a partir daí entender como o silenciamento funciona; partindo, principalmente, das teorizações de Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Eni Orlandi e Freda Indursky.

Sobre o percurso

Antes de tecer algumas considerações analíticas, cabe pontuar que, na Análise do Discurso (doravante AD), cada analista constrói o seu percurso de análise de acordo com o *corpus* de pesquisa. Conforme Orlandi (1994, p. 303), a AD analisa as marcas linguísticas como pistas: “as marcas são efeitos de caráter ideológico”. A pista que conduziu o percurso de análise neste trabalho foi a falta, o silêncio, que só pôde ser observado ao contrastarmos grande mídia e mídia alternativa. Para Orlandi (2007, p. 50), não se trata de atribuir sentido ao silêncio, “[...] mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significar”.

Sobre o discurso jornalístico, Mariani (1998) o classifica como uma modalidade de “discurso sobre”, pois o jornalista, amparado em um pretense efeito de neutralidade, “[...] projeta a imagem de um observador imparcial — e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (MARIANI, 1998, p. 60).

Como resultado da prática jornalística, ocorre um efeito de homogeneização, isso porque o discurso jornalístico dissemina práticas discursivas de exercício de poder e “[...] também atua na dissimulação dos modos como essas práticas se impõem, além de silenciar práticas divergentes ou antagônicas ao poder político dominante” (MARIANI, 1998, p. 226). É o que acontece se observarmos as coberturas de veículos da mídia hegemônica em comparação aos da mídia alternativa, especificamente, sobre a prisão de Lula em 7 de abril.

Outras tomadas de posição ligadas a outros modos de se relacionar com a ideologia são excluídas do discurso jornalístico por gestos de silenciamento. Orlandi (2007, p. 73) designou isso como política do silêncio, a qual “[...] se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Na política do silêncio, “[...] se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’” (ORLANDI, 2007, p. 73). Esse efeito da política do silêncio

pode ser observado ao analisar os *posts* selecionados para este trabalho, embora veremos que outras formas do silêncio também são produzidas pela mídia.

O que (não) diz a mídia

Eni Orlandi (2007) nos chamou a atenção para um importante ponto de análise: o silêncio também significa. Além de mapear os discursos que circulam na grande imprensa, quando se analisa o jornalismo é fundamental compreender a falta, ou seja, os sentidos impossíveis e, por isso, silenciados.

Observemos o primeiro *post* do recorte para este trabalho:



O Globo
7 de abril · 🌐

Lula se entregou à Polícia Federal. O ex-presidente deixou às 18h41 o prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pela segunda vez, caminhou em meio à militância e entrou no carro da PF. A detenção do ex-presidente foi concretizada quase 26 horas depois do prazo que o juiz Sergio Moro havia dado para ele se entregar voluntariamente. <https://glo.bo/2qck70s> 🟢 #JornalOGlobo

618 comentários 834 compartilhamentos
121 mil visualizações

Fonte: <https://fb.watch/v/7jCkz5VHA/>

O *post* é o compartilhamento de um vídeo, com transmissão ao vivo, da condução de Lula à prisão após as horas em que permaneceu cercado de apoiadores

no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos. A descrição do vídeo dá destaque ao fato de Lula ter se entregado à Polícia Federal.

O Globo não faz referência ao que ocorreu nas 26 horas em que Lula esteve no Sindicato dos Metalúrgicos. No dia 7 de abril, *O Globo* publicou dois vídeos, um dos apoiadores de Lula impedindo sua saída do sindicato, e outro que faz um apanhado da condenação de Lula e que se inicia com as imagens de Lula saindo do sindicato para se entregar. Nos demais *posts* sobre a prisão, no mesmo dia, nada foi publicado especificamente sobre o discurso de Lula. Trata-se de um silenciamento de algo que não pode e não deve ser dito na linha editorial de *O Globo*, pois, como observa Orlandi (2007, p. 74), “o silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer”.

A condução de Lula pelos policiais é uma cena emblemática para o mito construído desde as jornadas de junho de 2013, o qual Freda Indursky (2019) chama de mito das campanhas anticorrupção, cuja finalidade é “canalizar o ódio às esquerdas em geral e ao PT em particular, transformando-o na origem da corrupção no Brasil e todos os seus membros em corruptos exclusivos, sendo Lula o chefe da quadrilha” (INDURSKY, 2019, p. 129). A grande mídia aderiu à construção desse mito e o momento da prisão do “chefe da quadrilha”, sob essa linha de interpretação, se sobrepõe a qualquer outra informação que vier do “condenado”, como por exemplo, seu itinerário até se entregar. Como Indursky (2019) analisa, a prisão de Lula foi o xeque-mate de um golpe em “*slow motion*” que não culminou na retirada de Dilma da presidência, mas no afastamento de Lula da eleição presidencial de 2018, deixando o caminho livre para seus opositores.

No próximo *post*, o silêncio funciona de maneira diferente. Vejamos:



Fonte: <https://fb.watch/6D--fuJD2f/>

No post, *Estadão* opta por abordar outra perspectiva, que é a reação popular ao acontecimento. Uma reação que não foi unânime, haja vista a manifestação popular em torno de Lula nas horas que antecederam sua prisão. *Estadão* ignora tais manifestações para noticiar a reação do grupo de pessoas que fez panelaços pedindo o *impeachment* de Dilma nos bairros de classe média alta nas grandes capitais. Conforme Orlandi (2007, p. 142-143):

Esse mecanismo de não-citar produz o lugar (da falta) do dizer como lugar possível quando, na realidade, esse lugar já está realizado (cheio), caracterizando-se assim como uma forma de desconhecimento. É pois uma das formas ideológicas de apagamento da materialidade histórica do dizer. Nega a memória.

Aqui não se trata de um silêncio constitutivo inerente a todo dizer, mas, como observa Flores (2017), trata-se de um silêncio constitutivo que:

[...] apaga as condições de produção do funcionamento do discurso jornalístico, apagando os sentidos possíveis de uma outra formação discursiva, produzindo desse modo o efeito de neutralidade da imprensa. Dito de outra forma, entendo que a grande imprensa ao recortar a notícia, não considera a historicidade do acontecimento e ao silenciar outros possíveis sentidos produz este efeito de neutralidade, como se tudo que interessa saber está ali reportado e, ao mesmo tempo, produz o efeito de verdade nesse discurso, que nada mais é que uma direção de sentidos (FLORES, 2017, p. 127).

Uma direção de sentidos que apaga não só a mobilização popular em torno do Sindicato dos Metalúrgicos nas horas que antecederam a prisão de Lula, que não apaga apenas o discurso do ex-presidente enquanto acontecimento histórico, mas que apaga a própria história de Lula, trata-se do fim do golpe em *slow motion* (assim chamado por Indursky), um golpe que foi “*determinado por várias instâncias institucionais* – parlamentar, jurídica, política e midiática – que, em conjunto, o sobredeterminaram e, assim, garantiram seu êxito” (INDURSKY, 2019, p. 132, grifo da autora). Nas matérias publicadas pela grande mídia sobre a prisão de Lula, há apenas uma direção de sentido, a que silencia Lula. As mídias tradicionais e/ou hegemônicas repetiram tal sentido “cumprindo o que delas se esperava para viabilizar o golpe. Essa era sua tarefa” (INDURSKY, 2019, p. 133).

E o dissenso?

Novos olhares para o mesmo acontecimento são trazidos pela chamada mídia alternativa. A abordagem de *Jornalistas Livres* expõe o que ficou silenciado nas coberturas dos outros veículos.



Fonte: <https://fb.watch/6E1e511QGT/>

No artigo *O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*, Courtine (1999) retoma a história sobre uma fotografia contada por Milan Kundera no *Livro do riso e do esquecimento*. Trata-se da foto do general comunista Klement Gottwald com um chapéu de pele enquanto discursava da sacada de um palácio em Praga no ano de 1948. O chapéu que Gottwald usava era do camarada Clementis que estava ao seu lado na sacada. Na foto original do discurso, lá estavam Gottwald, o chapéu e Clementis. No entanto, quatro anos mais tarde, Clementis foi acusado de traição e enforcado, acontecimento que mudaria a história da fotografia na sacada: Clementis foi apagado da imagem, restando apenas seu chapéu na cabeça do general.

Tal como a foto alterada em que Clementis é “apagado” restando apenas seu chapéu, no *post* de *Jornalistas Livres* também aparece o vestígio daquilo que foi apagado pelos veículos da grande mídia: a imagem de Lula sendo carregado pelo povo. Embora a imagem não tenha circulado em *O Globo* e *Estadão*, ela ganha destaque nos veículos da mídia alternativa. Em artigo anteriormente publicado, analiso que o que ocorre é “um deslizamento na retomada do acontecimento” “prisão

de Lula” porque, ao se inscreverem em formações discursivas diferentes, as quais mantêm uma relação tensa e antagônica entre si, mídia alternativa e grande mídia produzem narrativas diferentes também” (GOBATTO, 2020, p. 21).

Enquanto o foco de *O Globo* e *Estadão* foi a condução de Lula do prédio do Sindicato dos Metalúrgicos para o aeroporto e, posteriormente, à sede da Delegacia da Polícia Federal em Curitiba, a página *Jornalistas Livres* destaca o discurso feito por Lula e a manifestação popular de apoio ao ex-presidente, fato que, conforme Indursky (2019, p. 133), “veio perturbar a engrenagem muito bem azeitada desse golpe praticado em *slow motion*”.

Grande mídia e mídia alternativa, assim, podem apresentar diferentes direções de sentidos para o fato noticiado, pois estão identificadas com formações discursivas distintas as quais mantêm uma relação tensa e antagônica entre si.

Do mesmo modo que *Jornalistas Livres*, a página *Mídia Ninja* retoma o que foi apagado pela grande mídia.

 **Mídia Ninja**
7 de abril · 🌐

“Eu acredito na Justiça e não estou acima da lei. Mas acredito numa justiça verdadeira, baseada nos autos do processo. Não posso admitir mentiras e um PowerPoint como justiça”.

Confira como foi o [discurso](#) de [Lula](#) antes de se entregar à Polícia Federal.

--

Quem financia a Mídia NINJA é você: catarse.me/midianinja ✓



MIDIANINJA.ORG

“Eu sou uma ideia. E ideias não morrem” ✓

Em vigília desde a quinta feira no sindicatos do Metalúrgicos do ABC, [Lu...](#)

👍👎🗨️ 2,8 mil

61 comentários 539 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/1121487118009432>

A legenda do *post* de *Mídia Ninja* é o trecho do discurso de Lula que mais circulou nas redes: “Eu sou uma ideia e ideias não morrem”. A transmissão desse discurso e a cobertura jornalística dele, diante do efeito de homogeneidade da grande mídia, trouxe o dissenso, revelou outras tomadas de posição quanto ao acontecimento. Esse gesto de trazer o diferente, segundo Indursky (2019), foi a materialização de um primeiro gesto de resistência. E sobre o discurso de Lula, a autora aponta que uma das formas mais poderosas de resistência política foi “a *contraidentificação com a Justiça*” (INDURSKY, 2019, p. 137).

O enunciado reverberou e instaurou instantaneamente na militância um gesto de resistência, que depois viria a se materializar na vigília Lula Livre, quando o povo se reuniu e acampou nas proximidades da sede da delegacia em Curitiba onde Lula estava preso.

O trecho é mais uma (importante) metáfora dentre as que Lula mobilizou ao longo de sua trajetória enquanto sindicalista e político. A pesquisadora Daltoé (2011) classifica o discurso de Lula como um discurso de inclusão que produz diferentes efeitos de sentido, sendo um deles o de transmitir ao povo “a confiança na possibilidade de mudar sua realidade e a do Brasil (DALTOÉ, 2011, p. 207). E o enunciado tem justamente esse efeito, pois através dele Lula assegura que a luta continuará independente de sua prisão.

Ao contrapor as postagens dos veículos que compõem o recorte exposto neste trabalho, percebe-se que a imagem de Lula sendo carregado pelo povo circulou com evidência somente nos veículos da mídia alternativa. Isso porque, como aponto em trabalho anteriormente publicado,

De tudo o que está no interdiscurso sobre a prisão de Lula, os veículos da mídia hegemônica mobilizaram uma memória discursiva ancorada numa posição-sujeito dentro da formação discursiva em que o que não pode e não deve ser dito é que Lula é um grande líder político. Por isso, nesses veículos, não foi feita nenhuma referência ao discurso do ex-presidente antes de se entregar, nem às manifestações populares em seu apoio (GOBATTO, 2020, p. 23).

As imagens e os vídeos escolhidos pela mídia tradicional foram de Lula distante da população, no palanque, ou em situação de coação policial. Assim, o silenciamento produzido pela grande mídia não é efeito do silêncio fundador ou do silêncio constitutivo, pois, como observa Indursky, “as práticas e os saberes excluídos remetem a um outro modo de se relacionar com a ideologia e divergem e/ou antagonizam com os saberes e interesses da Formação Discursiva Dominante” (INDURSKY, 2015, p. 15).

Sobretudo, o silenciamento das manifestações populares em favor de Lula e do seu discurso antes de se entregar à polícia não pode ser confundido com um ato de censura, pois se trata de um gesto próprio da posição-sujeito em que a mídia se inscreve. Conforme Indursky (2015, p. 19), o silenciamento observado nesta análise é da ordem de uma política do esquecimento.

Aqui, acho pertinente trazer Laclau (2016) para dialogar com a proposta de Indursky (2015). A política do esquecimento, referida por Indursky, é própria do processo de construção do impensável, o qual Laclau (2016, p. 119) define como a “impensabilidade de certos objetos e sistemas de diferenças”. O autor explica que “nenhum discurso é inocente ou indiferente à presença de outros discursos: um discurso pode constituir apenas as condições de pensabilidade de certos objetos por meio da construção da impensabilidade de outros objetos” (LACLAU, 2016, p. 119). Embora a mídia construa um efeito de homogeneidade, esse efeito não tem um funcionamento totalizante. Daí decorre que o impensável na grande mídia, seja o pensável na mídia alternativa. Se há a política do esquecimento é porque há o impensável numa determinada formação discursiva.

Algumas considerações para efeito de encerramento

O efeito de homogeneidade, diretamente atrelado aos efeitos de verdade e neutralidade do discurso jornalístico na grande mídia, é produzido pela repetibilidade. E a repetibilidade instaura a regularidade de um sentido, forjada num jogo de força que “pode designar o sentido como limite” (ACHARD, [1983]/2010, p. 15).

A prisão de Lula é um acontecimento político, histórico e jornalístico e, como sinaliza Davallon ([1983] 2010, p. 26), enquanto “acontecimento ‘memorizado’ poderá entrar na história (a memória do grupo poderá perdurar e se estender além dos limites físicos do grupo social que viveu o acontecimento); mas enquanto ‘histórico’, ele poderá se tornar, em compensação, elemento vivo de uma memória coletiva”. Os posts, nas redes sociais, as notícias publicadas, os vídeos transmitidos *online*, as reportagens televisivas, tudo isso representará um tipo de memória coletiva e social e se transformará, conforme Davallon, num documento histórico. De acordo com Pêcheux ([1983] 2010), “a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura [...]”.

Dessa forma, os sentidos regulados no jogo de forças da memória são aqueles que perdurarão numa sociedade. Daí podemos perceber o papel fundamental da mídia na regularização desses sentidos. O jogo entre memória e esquecimento no fazer jornalístico produz um efeito de verdade: o acontecimento é apenas aquele noticiado pela grande mídia e da forma como foi exposto nela. É a repetibilidade que cria esse efeito de verdade, “[...] necessário para produzir um efeito de consenso que se assenta no processo que associa seletividade a silenciamento de sentidos-outros, divergentes, que poderiam gerar dissenso” (INDURSKY, 2017, p. 80).

Ao citar Achard, Pêcheux ([1983] 2010, p. 52) aponta que um acontecimento discursivo novo pode vir a perturbar a memória e, “provocando a interrupção, pode desmanchar essa “regularização” [...]; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior”. A imagem de Lula sendo carregado pelo povo e o seu discurso antes de se entregar à polícia é o acontecimento novo que vem desregular a rede de implícitos instaurada pelo acontecimento do anúncio de sua prisão.

Por conta disso é que o novo acontecimento representa o dissenso e, quando emerge, é, sobretudo, nos veículos da mídia alternativa. Conforme aponto em trabalho anterior,

Quando um discurso de 55 minutos de um ex-presidente, cercado por uma multidão, quase não tem menção nos

veículos da mídia hegemônica, não tem transmissão ao vivo nas páginas desses veículos, mas sua condução à prisão ganha transmissão ao vivo não apenas nas redes sociais, mas nos canais de televisão abertos, trata-se da ideologia em seu funcionamento (GOBATTO, 2020, p. 25).

Os *posts* analisados mostram que os veículos da grande mídia servem aos interesses da ideologia dominante, enquanto que os veículos da mídia alternativa produzem o dissenso e podem exercer resistência dentro do Aparelho Ideológico da Informação.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução: J. H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, [1983] 2010. p. 11-21.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DALTOÉ, Andréia da Silva. *As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução: J. H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, [1983] 2010. p. 23-37.

INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (org.). *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 11-28.

INDURSKY, Freda. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 73-88.

INDURSKY, Freda. Discurso, mídias e formas de resistência. In: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. vol. 4. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 125-146.

FLORES, Giovana G. Benedetto. Neutralidade e silenciamento no discurso jornalístico. In: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (org.). *Análise do discurso em rede: cultura e mídia*. vol. 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 117-130.

GOBATO, Lisiane Schuster. O silenciamento e a construção de novas memórias pelo dissenso nas mídias. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 376-403, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/37788>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LACLAU, Ernesto. A política como construção do impensável. In: *Materialidades discursivas*. CONEIN, B. et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1980] 2016.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise do Discurso. *Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

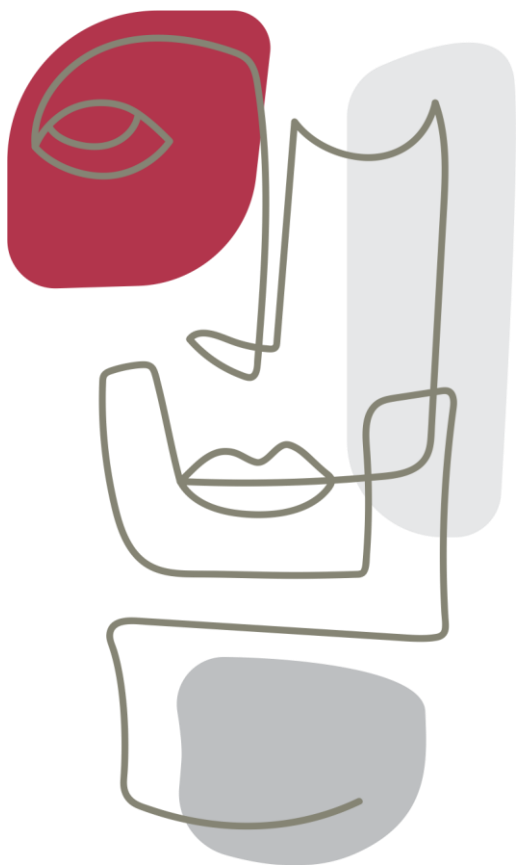
PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução: J. H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, [1983] 2010. p. 49-57.

Lisiane Schuster Gobatto

Doutoranda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mestre em Letras e graduada em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo. Jornalista no Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: lisischuster@hotmail.com.



Alessandro Nobre Galvão

O TRABALHO DA IMPRENSA NA CONTENÇÃO
DO ACONTECIMENTO DISCURSIVO:
OS SENTIDOS EM DISPUTA

Introdução

Este trabalho constitui um recorte da reflexão que fiz em minha tese de doutorado cuja finalidade foi a de investigar o processo de irrupção, o funcionamento e as transformações do discurso de recusa radical ao Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Examinamos aqui o trabalho dos sentidos na imprensa brasileira de referência para conter a irrupção do acontecimento discursivo¹. Para tanto, mobilizo, de dentro do edifício teórico da AD materialista, as categorias teórico-metodológicas de recorte (ORLANDI, 1984), de sequência discursiva de referência (COURTINE, [1981]/2014) e de abordagem triangular (LAGAZZI, 2005). Vamos examinar recortes de matérias jornalísticas dos principais representantes da mídia tradicional impressa que versavam, à época, sobre a cena inusitada do facão. Estamos nos referindo aos recortes de reportagens da Folha de São Paulo (F.S.P) e de O liberal (LB), que constituem as sequências discursivas por meio das quais pudemos flagrar discursos em tensão no que concerne à significação do gesto da índia. Não podemos deixar de salientar que a seleção desse material implica também um trabalho com uma dupla discursiva, a saber, o discurso de e o discurso sobre², que já foi objeto de inúmeros trabalhos de Indursky sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Ele pode ser pensado como uma modalidade em que o locutor se auto institui como intermediário pretensamente imparcial entre, no nosso caso, os sujeitos do dissenso e a opinião pública.

No ponto em que meu trabalho produziu um “efeito-fecho”, entendo que a foto histórica que capturou o gesto da índia Tuíra deve ser tomada como um lugar de memória cuja materialidade semiótica marcada em sua opacidade constitutiva oferece lugar à interpretação. Para situarmos nossas análises, é necessário darmos a

¹ Nos termos de Pêcheux ([1983]/2006), diz respeito ao ponto em que a atualidade encontra a memória, instituindo um novo sítio de significância: em nosso caso, a resistência indígena Kayapó à apropriação indevida das riquezas do Xingu e a luta pela preservação do meio ambiente.

² Os discursos sobre, nos termos de Mariani (1996, p. 20), “são discursos intermediários, pois, ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele”. O discurso jornalístico é classificado por esta autora como uma modalidade de discurso sobre.

conhecer alguns detalhes sobre o acontecimento histórico, pois é nele que se desenham as condições de produção dos processos discursivos que se verificam na maneira como a mídia orienta as leituras do inusitado. Considerando a iminente implantação de um complexo de hidrelétricas no rio Xingu pelo governo brasileiro, os líderes da etnia Kayapó³, com o auxílio de antropólogos e de diversos movimentos sociais, realizaram no ano de 1989, na cidade de Altamira, o I encontro dos povos do Xingu. O objetivo do encontro era cobrar do governo brasileiro explicações sobre os planos de barrar o rio Xingu. Representando o Estado, José Muniz Lopes, então presidente da Eletronorte, deu detalhes sobre o projeto batizado de Complexo Hidrelétrico de Kararaô. Após a fala de Muniz Lopes, a índia Tuíra assume o protagonismo da cena enunciativa ao performar um ritual de descontentamento, envolvendo seu corpo e seu facão, além de enunciar um texto em sua língua materna. O ritual culmina com o gesto de tocar a face de Muniz Lopes com o facão.

Figura 1– Índia Tuíra toca o facão no rosto do presidente da Eletrobrás, Muniz Lopes



Fonte: Revista Manchete, 1989

³ O termo significa “homens semelhantes a macacos” e a explicação para esta atribuição exógena (outras nações indígenas os nomearam assim) tem a ver com alguns rituais que se utilizam de máscaras de macaco. O povo Kayapó se autodenomina Mebêngokrê (homens do buraco) e todo aquele que não faz parte de seu grupo é denominado *Kuben* (estrangeiro). O grupo Kayapó se subdivide em sete subgrupos, a saber, Gorotire, Kuben-Krân-Krên, Kôkraigomôre, Kararaô, Mekrãgnoti, Metyktire e Xikrin.

Nas considerações de Indursky (2003), o acontecimento histórico reclama sentidos, precisa ser discursivizado, mas antes que os sentidos sejam formulados é preciso haver intervalos, dando lugar ao silêncio, cujo “contínuo significante” será preenchido pouco a pouco pela palavra. O gesto capturado por aquela foto e disponível no documentário⁴ produzido pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) atesta a surpresa impressa nos rostos de alguns dos que acompanhavam a cena, isto é, a atestação do inusitado e, ao mesmo tempo, a expectativa pelo que aconteceria, pois aquilo não era esperado pelos participantes. Aquela intervenção era algo que precisava ser significada, pois marcava o inesperado nascido na contingência da história. É com este silêncio que compreendo a (falta de) reação dos participantes, o olhar surpreso e atento ao fato novo: mas o que é isto que está ocorrendo?

Compreender o discurso enquanto estrutura e acontecimento implica considerar o estatuto dos objetos discursivos, pensando os que derivam de universos logicamente estabilizados e os que “têm seu modo de existência regido aparentemente pela própria maneira como falamos deles” (PÊCHEUX, 1990, p. 28). Nesse sentido, questiono, sob a influência de Pêcheux, as posições que sustentam a existência de um “real” único. De acordo com as considerações pecheutianas, o real da história ou real sócio-histórico se apresenta enquanto o conjunto “dos processos sociais, das práticas sociais que têm como agente constituidor/constituído o sujeito” (DORNELES, 1999, p. 157). Entendo que este tipo de real forma uma estrutura que contempla diferentes versões ou realidades correspondentes a um corte específico do “real” (o impossível de ser contornado, mas impossível de estar ausente). O que sobra ou o que fica de fora desse corte não cessa de retornar enquanto “fantasma que assombra” os processos de significação já estabilizados. Por estar o sujeito abrigado no interior da estrutura, as realidades se produzem pelo efeito ideológico elementar como representação das relações imaginárias deste sujeito com suas reais condições de existência. Reformulando a questão, diremos que classicamente em AD a estrutura se funda na tríade: Real-Imaginário-Simbólico. A memória discursiva determina as

⁴ Xingu – a luta dos povos pelo rio (Bangalô Filmes). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8uMte7NR8k8>. Acesso em: 2 fev. 2015.

leituras possíveis para a imagem da índia com seu facão, isto é, institui o processo discursivo que determina a direção dos sentidos a serem lidos a partir de seu gesto de interpretação. Consideramos, pois, em consonância com o estudo de Souza⁵ (2001, p. 4), que essas narrativas jornalísticas pretendem indicar para o leitor “em que posição ele deve se colocar na ordem simbólica social e política em meio a outros leitores e leituras possíveis”. Nosso intento, a partir desta premissa teórica, é mostrar o esforço do discurso midiático no sentido de estancar sentidos diferentes que poderiam perturbar a memória social em circulação e consequentemente irromper no acontecimento discursivo. As análises que apresentamos a seguir demonstraram que os enunciadores jornalistas conferem pouco espaço em suas matérias à posição de sujeito dos índios Kayapó, o que nos leva a constatar que a mídia, de modo geral, identifica-se com a posição de sujeito dominante na formação discursiva capitalista desenvolvimentista (doravante FDCD⁶), fazendo ressoar a memória social do colonizador que abriga sentidos pré-estabelecidos sobre a conduta histórica do índio: um ser selvagem e avesso às maravilhas da modernidade.

O discurso midiático: uma tentativa de domesticação dos sentidos

Indursky (2003) compreende a estrutura em duas dimensões, a saber, a vertical e a horizontal. A primeira comporta o conjunto dos saberes pré-existentes ao discurso do sujeito. Esses saberes são entendidos como enunciados *pré-construídos* cuja morada é uma FD e antes dela o interdiscurso, que fazem retorno no/sobre o dizer do sujeito. A segunda estrutura corresponde à rede de formulações ou intradiscurso. A formulação retira o enunciado de lá da estrutura vertical em sua

⁵ Souza (2001) nos explica que as legendas cumprem esse papel de indicar ao leitor a posição que ele deve se colocar na ordem simbólica social e política para ler as imagens a que tais legendas se referem. Diríamos, pois, que as narrativas jornalísticas também conduzem o gesto de interpretação do leitor.

⁶ A nomeação desta FD resulta de um gesto analítico de identificação de saberes recorrentes no discurso do sujeito que defende a construção das barragens. Tais significam os recursos naturais como potenciais geradores de riqueza. Também nesta FD, a ação indígena (a resistência) é interpretada como ato que atrapalha o desenvolvimento do país.

condição *de-sintagmatizada* para linearizá-lo ou atualizá-lo, o que poderá, nesse “ponto de encontro” entre as duas dimensões inter e intradiscursiva, incorrer na repetição do mesmo ou na irrupção do diferente, tudo isso regido pelo *efeito de memória* (pela atualização, os sentidos podem ser repetidos ou re-significados).

Diante do exposto, reafirmo o estatuto do discurso como estrutura, uma vez que a formulação do sujeito faz retorno no *já-la* dos sentidos, no enunciado pré-construído, permitindo que o *moto-contínuo* da repetibilidade se instale. Ao mesmo tempo, pelo fato de a estrutura abrigar a possibilidade de equivocidade, do efeito de memória “ser fortemente lacunar permitindo que os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se re-signifiquem” (INDURSKY, 2003, p. 104), o discurso é acontecimento. PÊCHEUX ([1983] 2006) trata de uma memória discursiva que funciona como morada do conjunto de dizeres (enunciados) produzidos/esquecidos pelos sujeitos de uma dada formação social. Retorno ao fato histórico sob análise, capturado pelas lentes das câmeras fotográficas presentes no I Encontro. Uma grande quantidade de espectadores fixou a atenção mais sobre o que a índia fazia, menos sobre o que falava. De pronto, o gesto de interpretar a *performance* da índia, descolando-a do texto verbal, por falta de inteligibilidade, potencializou a equivocidade do acontecimento.

Por mais equívoco que se constitua o acontecimento histórico, há sempre um trabalho de negação que busca atá-lo à rede dos enunciados já estabilizados, buscando sufocar os sentidos que respiram à margem. A imprensa tradicional brasileira, assumindo o papel enunciativo de narradora do fato ocorrido durante o I Encontro de 88, demonstra a posição de sujeito que assume no tocante ao litígio estabelecido entre o branco e o índio. Há uma clara inscrição do sujeito das narrativas jornalísticas na FDCD, uma vez que este sujeito trabalha no discursivo reafirmando os sentidos pré-significados na memória discursiva sobre a ação indígena. Vejamos as SDr⁷ e as análises subsequentes:

⁷ Esta noção é operacional em nosso corpus e foi forjada por Courtine ([1981]/2014). Ela tem por função representar o fato discursivo que se alastra no corpus discursivo do analista. É,

SDr1: Reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I encontro dos povos indígenas de 1989: como autoridades de governo, é possível que Fernando César Mesquita, presidente do Instituto de Meio Ambiente, representando o presidente Sarney, e José Antônio Muniz Lopes, diretor de planejamento e operações da Eletronorte, jamais tenham passado por **um momento tão constrangedor, e perigoso**, quanto o vivido ontem de manhã no Centro Comunitário de Altamira. O representante da Eletronorte dava explicações sobre o projeto da barragem Kararaô, quando a índia Tu-Ira, do alto Xingu, levantou do meio do salão e cortou a palestra ao meio **quase cortando as orelhas das duas autoridades**. “Mentira, sua história não vale nada. Porque não vai dizer a verdade lá na nossa aldeia?” esbravejou Tu-Ira na língua dos Kaiapó. Ato contínuo, suspendeu o facão que tinha nas mãos e começou a passá-lo a poucos centímetros da cabeça de Muniz representante de Sarney. Durante um longo minuto a lâmina ia e vinha abanando os pescoços e cabeças oficiais. **Apreensão, perplexidade e medo estiveram presentes naquele momento**. Da arquibancada do Centro Comunitário vinham gritos “corta, corta” (O LIBERAL, 1989).

SDr2: Reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989: Com a presença do cantor Sting e do cacique Raoni, o 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, que se realiza em Altamira (...) até o próximo sábado, *ganhou uma dimensão dramática com o choque cultural ocorrido na manhã de ontem, quando a índia caiapó Tuirá levantou-se da plateia e colocou um imenso facão no rosto do diretor da Eletronorte José Antônio Muniz Lopes*, que tentava justificar a construção da barragem cararaô. *Tanto o diretor da Eletronorte como o representante do governo federal, Fernando César Mesquita, ficaram lívidos no momento em que o facão cruzou o ar a poucos centímetros do rosto de Muniz Lopes* (FOLHA DE SÃO PAULO, 1989).

Uma análise global das SDr permite compreender o processo de discursivização do “real” pelo olhar da grande *mass media*. Este “real”, que, como afirma Pêcheux ([1983] 2006, p. 43), diz respeito a um “saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”. Quer dizer, o fato contingente, o inusitado de que já falamos irrompe como “o impossível de falar, de descrever, de relatar, de produzir um sentido único” (FERNANDES, 2008, p. 40), mas que impõe sua presença como um inevitável a ser simbolizado. A mídia, por meio do recorte de parte do “real”, operado pelo imaginário, transforma o produto

portanto, uma noção metodológica que visa tornar operacionalizável o trabalho com uma série de outras SDr que repetem o mesmo fato discursivo em exame.

desta operação em uma realidade cujos objetos de saber encontram lugar num universo discursivo logicamente estabilizado: o que se pode esperar do índio senão sua incapacidade de dialogar e sua disposição para agredir? Destaco que o corte no real produzido e dado a circular em seu aspecto discursivo pelas narrativas da imprensa permite que se enxergue o evento por duas perspectivas tratadas pelo filtro ideológico da FDCD: a cena enunciativa focada nos sujeitos Muniz Lopes – Tuíra e a cena discursiva focada na ação da índia. É sob a égide dessas duas perspectivas que podemos organizar as paráfrases oriundas das SDr em foco:

Quadro 1 – gestos de interpretação determinados pela FDCD

A cena enunciativa	A cena discursiva
Momento de constrangimento e perigo.	A índia quase corta as orelhas do diretor
Momento de apreensão, perplexidade e medo.	A índia foi rude com o diretor
Momento do choque cultural	A índia agrediu o diretor

Os dizeres da imprensa sobre o fato contingente contornam parte do “impossível”, a parte que dá a ver o sentimento e a avaliação do branco sobre a cena que se processa entre os sujeitos do litígio. Os enunciadores das SDr em análise deslocam o foco do discurso para a sensação experimentada pelas autoridades diante da ação e do gesto de Tuíra. Do lado das autoridades, mais particularmente do de Muniz-Lopes, imperou o constrangimento e o medo pela iminente possibilidade de ser golpeado. Em entrevista concedida à revista Manchete (1989, p. 113), este sujeito afirma o que segue: “Tenho contato com os índios desde 1979 e já vivi situações piores. Mas **se dissesse que não tive medo estaria mentindo**”.

Perguntamo-nos sobre o que sustenta este gesto de interpretar o toque do facão como algo de selvagem e temeroso. Reformulando a questão: que pré-construídos abrigados na memória discursiva do colonizador foram acionados pela FDCD (que determina o discurso desse sujeito e da mídia impressa) quando do trabalho de absorção/apagamento do acontecimento discursivo?

Esse gesto de interpretação do sujeito que experienciou o toque do facão indígena faz retorno sobre a memória que sedimentou no imaginário do brasileiro os saberes relativos aos primeiros contatos do homem branco colonizador com os índios que aqui habitavam. Muitos sujeitos índios se deixaram dominar (escravizar), mas todo o processo de expansão e colonização/exploração do Brasil também se fez com focos de resistência indígena. Sabe-se, por exemplo, que na Bahia, mais especificamente em Ilhéus, a tribo dos Aimorés castigaram duramente os colonos portugueses. Houve aliança desses indígenas com os franceses, o que dificultou o processo de expansão da colonização portuguesa do Brasil. Há relatos de que uma das etnias mais resistentes, os Tapuias, eram bastante aguerridos, o que levou os portugueses a conferir-lhes fama de sanguinários. Há também o caso de tribos que praticavam o ritual do antropofagismo, como os Tupinambá. Eles capturavam o inimigo e serviam sua carne como forma ritual de adquirir sua força. Todos esses fatos trabalhados pela FD do branco, permitiram a discursivização do povo indígena como selvagem e hostil, desprovido de racionalidade e, também, objeto de grande temor. É esse o pré-construído que se agarrou à memória histórica que remonta ao tempo da colonização e até hoje habita o imaginário do brasileiro sobre o indígena e a potencial ameaça que ele representa.

Quando volto meu olhar para a história da colonização do Brasil, constato que os índios sempre resistiram à dominação do branco, à tomada de seus territórios. O gesto da índia se inscreve como um verdadeiro ritual de resistência, um ritual de interpelação ideológica sem falhas cujo efeito final é a defesa aguerrida do rio Xingu, este rio cuja existência é condição *sine qua non* para a vida. Mas como identificado nas SDr em análise, o discurso da mídia escrita tradicional trata de significar esse gesto a partir dos saberes que conformam o imaginário dominante na formação social capitalista, a saber, como uma demonstração de selvageria e de incapacidade indígena para o diálogo. Compreendemos que os locutores dessas narrativas jornalísticas, ao interpretar o gesto da índia, o fazem a partir de um lugar social inscrito nessa formação social, o que dá a ver o ritual da índia como produto de sua cultura menor, subdesenvolvida. Desta feita, esses sujeitos nunca entenderão o gesto

da índia Tuíra como um ritual de resistência, dado que os índios, nessa perspectiva, são como animais sem *logos*, não são capazes de resistência política. Aqui, evoco Rancière (1996) que me ajuda a pensar que o gesto midiático de interpretar a cena do facão aponta para desentendimento⁸ ou enxergar a resistência política da índia como algo da ordem do não ser, do impossível, da ordem da selvageria.

Este desentendimento que se processa pelo gesto de interpretação midiático abre sobre a imagem do índio selvagem e agressivo, do índio “não gente”, do índio não tratável, materializando-se na forma de enunciados que retornam sobre um conjunto de saberes já estabilizados na estrutura vertical. Desse modo, entendemos que as formulações que dão conta de significar o acontecimento histórico do I Encontro pela cena do gesto de Tuíra se inscrevem na ordem da repetibilidade, pois o discursivo retorna sobre e atualiza uma rede de enunciados pré-construídos que deram a ver o acontecimento pelo ângulo “transparente” da (re)ação indígena naturalmente agressiva e selvagem. Esse recorte do real com seu gesto de interpretação pelo viés da mídia escrita concorre para desqualificar a figura da índia (e junto com ela toda a nação Kayapó, bem como suas demandas), alçando-a ao *status* de vilã ou a agente de ações moralmente repreensíveis e até mesmo criminosas, significadas pelas expressões “quase cortando”, “a agressão da índia”, “índia Caiapó ameaça com um facão”. Até mesmo quando a referência ao gesto se faz por meio de expressões como “atitude” ou “ato indígena” que, à primeira vista, têm matizes axiologicamente neutras, significam, na tomada de posição do sujeito discursivo, determinado pela FDCD pró-barragem, ato da característica selvageria indígena. Não por acaso, na SDr3, um dos representantes do Estado que visitou as instalações da Eletronorte demonstrou sua solidariedade a Muniz Lopes.

Ao mesmo tempo em que desqualifica a índia, o discurso da mídia escrita alça as autoridades ao *status* de vítimas ou os pacientes que experimentaram o

⁸ Rancière (1996) nos explica que o desentendimento é “um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro”. É um processo que aponta para o não reconhecimento de um dos polos da interlocução por ser esta, desde sempre, desqualificada para o diálogo.

sentimento de constrangimento pela “ação abusiva” de Tuíra e de medo pelo iminente golpe certo da selvagem, tudo isso materializado por expressões como “apreensão”, “perplexidade”, “ficaram lívidos”.

Em suma, arrisco afirmar que, tomado o acontecimento por esse ângulo, os sentidos apagaram qualquer possibilidade de inscrição da resistência indígena, a que diz respeito à luta dos índios pela conservação/preservação de seus territórios e de seu *modus vivendi*. Dizendo diferentemente, esse gesto de interpretar a cena enunciativa como “choque cultural” expõe justamente a incapacidade de o locutor da narrativa jornalística enxergar o mesmo objeto (o ritual da índia) como ato de resistência, pois a ordem na estrutura de dominação do branco sobre o índio não permite que estes últimos sejam dotados de palavra. Diria que nesta formação imaginária em que se inscrevem os locutores, só é possível ler que o branco civilizado sabe exatamente o que é bom para todos, inclusive para os índios. Este gesto de interpretação coloca o branco como estando culturalmente inclinado ao diálogo democrático, como o que tem uma paciência didática para explicar o projeto que é a “salvação para a crise energética brasileira”, enquanto o índio está culturalmente inclinado à guerra, ao choque corpo a corpo e à intransigência como sintoma de sua incapacidade intelectual para o diálogo, daí a tensão que se estabelece na relação entre dois sujeitos pertencentes a formações sociais intrinsecamente distintas.

Um dado chamou-me atenção durante minha pesquisa no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional onde identifiquei as reportagens sobre o evento do I Encontro. Apenas a Folha de São Paulo e O Liberal abriram espaço para uma versão diferente que encerra um gesto de interpretar a ação de Tuíra atado a uma outra rede de memória bastante distinta da do branco. Estamos nos reportando à versão que o cacique Payakan deu a alguns veículos da mídia impressa sobre o que foi aquela atitude indígena. Por sinal, a fala desse sujeito aparece formulada como discurso relatado indireto⁹. Muito possivelmente, esse parco espaço dado ao cacique

⁹ Indursky (2000) apoia-se nos trabalhos de Authier-Revuz para afirmar que, no discurso midiático, o discurso relatado indireto é o que mais se presta a toda sorte de distorções e alterações na fonte original do dizer.

seja uma tentativa de demonstrar a isenção desses veículos na tomada de posição sobre o litígio. Ora, não há como negar que os locutores das reportagens anteriormente analisadas, ao narrar os fatos ocorridos durante o evento, assumiram a posição de sujeito identificada com a FDCD, pois são esses locutores que qualificam como selvagem a performance da índia. Quando esses enunciadores abrem espaço para o contraditório, demonstram claramente sua necessidade de se afastar da versão outra dos fatos, valendo-se do discurso relatado indireto. Mesmo contando com esse minúsculo espaço, essa voz indígena (objeto de reformulação e quiçá de deturpação) torna visível o diferente, entenda-se aqui este diferente se tomo a formação social capitalista como ponto de referência. Considere as SDr:

SDr3: Reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989: O cacique Paiakan explicou, imediatamente, que **aquilo não era uma guerra, mas apenas uma maneira ritual, através da qual as mulheres Kaiapó expressam sua indignação**. Logo em seguida, **os próprios índios explicaram aos jornalistas internacionais que iria prosseguir o ritual de descontentamento, mas que não deviam tomar aquilo como agressividade** (FOLHA DE SÃO PAULO, 1989).

SDr4: Reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989: Logo a seguir, o cacique Payakan teve o cuidado de explicar que **a índia não tinha a intenção de cortar ninguém ou ferir as autoridades** e que a proximidade do facão era apenas **uma forma de demonstrar publicamente a disposição dos Kaiapó, tribo sabidamente guerreira, de lutar até o fim em favor de suas terras ameaçadas pela barragem** (O LIBERAL, 1989).

Uma análise global das SDr permite-me formular paráfrases que significam a cena enunciativa e a cena discursiva tal como faz ver a interpretação do sujeito discursivo:

Quadro 2 – gestos de interpretação determinados pela FDSI¹⁰

A cena enunciativa	A cena discursiva
Ritual indígena.	Indignação, descontentamento, disposição para a luta.

Pelo que se vê nessas SDr, o sujeito indígena, mesmo sendo falado pelo discurso da imprensa, portanto um discurso sobre, permite que se instale o efeito de restituição da equivocidade da materialidade simbólica do facão tocando o rosto do diretor da Eletrobrás. Em outros termos, o espaço concedido por grandes veículos da mídia impressa ao cacique Payakan permite que um sujeito discursivo, inscrito em outra posição de sujeito, identificada à FDSI, cujos saberes materializam o discurso da subsistência indígena resistente à dominação branca, trabalhe o diferente¹¹. Diria, pois, que a resistência indígena apresenta uma peculiaridade: ela se faz a partir do contato fronteiro entre formações sociais distintas. Pêcheux ([1982] 1990, p. 17) nos explica que “toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se encubam sob a dominação ideológica”. Este autor está tratando de pontos de resistência que se produzem no interior de uma mesma formação social, onde os rituais da interpelação da ideologia dominante sofrem fissuras, rompendo-se e dando origem a novas relações de dominação ideológica. Em nosso caso, há uma disputa entre duas formações ideológicas dominantes, cada qual em sua respectiva formação social. A cena enunciativa do confronto entre a índia e o branco, e o gesto de interpretação do sujeito indígena nos dá uma mostra dessa tensão entre dois mundos

¹⁰ Esta FD que designamos como formação discursiva da subsistência indígena, ao regular o que o sujeito deve/pode e não deve/não pode dizer, é responsável, entre outras coisas, pelo gesto de interpretação segundo o qual as ações radicais de exploração que modificam a característica natural dos rios e das florestas só podem significar a “violação” do sagrado, daí que o empreendimento barrageiro não encontra lugar na formação social indígena. Esta FDSI, pela natureza dos saberes que comporta, delimita-se a partir do antagonismo que estabelece com outra FD que da FS indígena está excluída, qual seja, a FDCD.

¹¹ Cumpre salientar aqui que estamos tomando como ponto de referência a formação social do branco para pensar a versão indígena como diferente, isto porque esta versão ressoa como um já-lá na memória social do índio.

ideologicamente distintos. Para este sujeito, o gesto da índia só pode ser entendido como um ritual que significa a partir da interpelação ideológica, isto é, um ritual que converte aquele indivíduo índio (Tuíra) em sujeito de uma recusa, de uma negação veemente a tudo que pode implicar a destruição do rio Xingu, um elemento natural que dá a vida. Esse modo de significar o gesto ritualístico da índia torna visível algo que na formação social capitalista é da ordem do impossível, do *non sense*. Nesse sentido, afirmo que as interpretações fazem parte de domínios de memória diferenciados, a saber, na memória social indígena o gesto da índia representa uma porção do ritual de descontentamento, de rechaço, já na memória social do branco o mesmo gesto significa uma mostra da selvageria indígena, reafirmando a condição de animalidade social do índio e sua necessidade de tutela.

Considerações finais

O conjunto das análises que recaem sobre as materialidades discursivas jornalísticas permitiu-me compreender o estabelecimento de um confronto entre efeitos de sentido produzidos por posições de sujeito determinadas por FD antagônicas responsáveis pelo desentendimento que atravessa a referida cena de interlocução. O sujeito discursivo se relaciona com a FD externa que, no caso em análise, diz respeito à FDCD, de maneira polêmica e/ou tensa, contraditando os seus saberes, impondo-lhes outros, abrigados em sua FD interna. Nas formulações do sujeito discursivo que foram objeto das paráfrases nas SDr em análise, os enunciados se constituem numa divisão de saberes que se em uma FD são afirmados, na outra são negados. Represento esse jogo tenso pelo esquema a seguir:

Quadro 3 – sentidos em disputa advindos de FD em relação de antagonismo

FDCD	Aquilo é uma guerra Aquilo é uma agressão
FDSI	Aquilo é uma mostra de indignação Aquilo é um ritual de descontentamento

Considerando o fato de haver sentidos em disputa, tal como demonstra o quadro 3, é imperativo que recorramos à noção de enunciado dividido, formulada por Courtine ([1981] 2014). Este autor considera o enunciado |E| como um “esquema geral que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações”. Ou seja, este elemento de saber está lá atado ao interdiscurso em sua forma de-sintagmatizada e constitui-se como pré-construído que migra para o interior de uma FD, mas na condição de reformulado. Esta reformulação de |E| aponta para a existência de |e|, que diz respeito à atualização do enunciado no intradiscurso no momento da enunciação. Se a apropriação de |E| por uma FD se faz na base da reformulação, então é lícito afirmar, tal como nos indica o autor, que há distintos gestos de interpretação sobre um mesmo enunciado que podem se apresentar numa relação de radical antagonismo e este é o caso do gesto da índia Tuíra. Tomamo-lo como um enunciado afetado por gestos de interpretação inscritos nas FD em relação de antagonismo com a especificidade de pertencerem, cada qual, a formações sociais radicalmente opostas.

Referências

- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EDUFSCar, [1981] 2014.
- DORNELES, Elizabeth. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, F; FERREIRA M. C. (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999. p.158.
- FERNANDES, Carolina. *O imaginário de Veja sobre ‘os Lulas presidenciáveis’*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras/UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008.
- INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso sobre o MST. *Revista Alea*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2000.
- INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.
- LAGAZZI, Suzy. A prática do confronto com a materialidade discursiva: um desafio. In: GUIMARÃES, E. G.; PAULA, M. R. B. (org.). *Sentido e memória*. Campinas, SP: Editora Pontes, 2005.
- MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 1.925, p. 113, 11 mar. 1989.

MARIANI, Bethânia. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB*. Tese (Doutorado) – IEL, UNICAMP, Campinas, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar. *In: Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos, 10. Uberaba: Uniube, 1984. p. 9-26.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: EDUNICAMP, [1969] 2010. p. 59-106.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, p. 724, [1982] jul./dez. 1990.

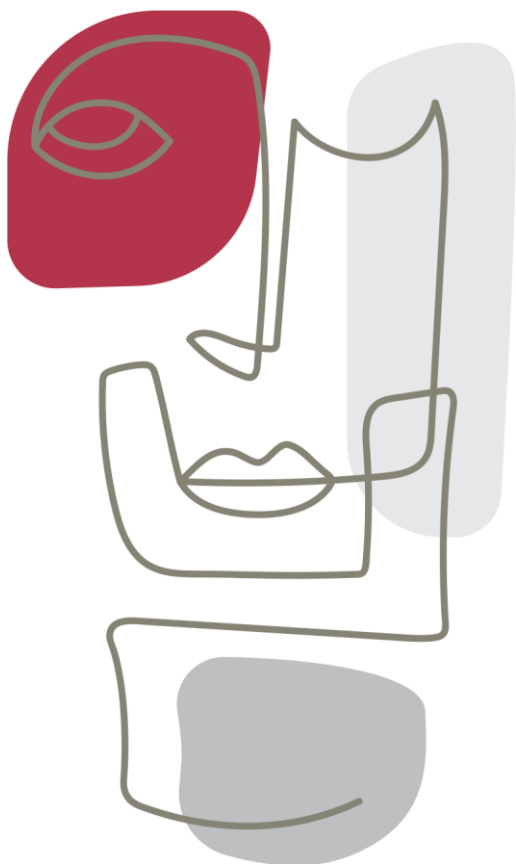
PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, [1983] 2006.

RANCIERE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

SOUZA, Pedro de. Acidente ou ataque? Leitura de imagens e imagens de leitura. *Signos*, ano 22, p. 7-20, 2001.

Alessandro Nobre Galvão

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Pará.
Professor Adjunto 4 da Universidade Federal do Pará- UFPA.



Renata Valéria de Araujo Lima
**RESSONÂNCIAS DO DISCURSO DA
MERITOCRACIA EM “NÃO FALE EM CRISE,
TRABALHE”**

“Os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discurso” (COURTINE; MARADIN, 1981, p. 28)

Introdução

A relação entre linguagem e sociedade é a base da constituição do ser humano, pois a história da humanidade é a história dos seres que se organizam em sociedade e detêm um sistema de comunicação, que é a língua. Assim, a necessidade de se teorizar a respeito de qual deveria ser o objeto de estudo da ciência da linguagem é uma reflexão fundamental para que o homem possa entender a si mesmo enquanto sujeito, essencial e naturalmente, sócio-histórico, que se constitui na e pela linguagem.

A Análise do Discurso advém da necessidade de se considerar, dentro do campo que perpassa os estudos da linguagem, a ideia de que a língua não é meramente um compêndio, um sistema de códigos determinados, imutáveis, regulares, conforme Saussure apresentou em seu *Curso de Linguística Geral*, em 1916. A partir do advento dessa tendência - especialmente a que se desenvolveu na França, sob a égide dos estudos basilares de Michel Pêcheux (1969, 1975), começa-se a considerar a não consciência plena do sujeito ao enunciar, isto é, um sujeito que, ao proferir um discurso que pensa ser seu, é interpelado por outras vozes que ora são trazidas com o objetivo de manter (processos parafrásticos), ora de deslizar (processos polissêmicos) sentidos.

Nesse processo de significar (e significar-se) no e pelo discurso, em processos que ecoam ou atualizam sentidos, alguns, entre muitos, conceitos se apresentam como essenciais. Aqui, serão trazidas as noções de *Formação Discursiva* (doravante FD) e *Formação Ideológica* (doravante FI) para, então, ser possível adentrar na noção de *Paráfrase* (e Polissemia), que são aspectos fundantes da linguagem (ORLANDI, 2009), sobre o qual este trabalho se debruçou com maior detalhe. A fim de apresentar uma discussão mais sólida, outros pesquisadores, além de Jean-Jacques Courtine (2009) e Silvana M. Serrani (1997), também foram trazidos para compor a reflexão acerca dos funcionamentos parafrásticos nas unidades linguísticas.

Finalmente, o ponto de vista que pautou este trabalho foi o de que um estudo atento dos fenômenos parafrásticos sobre o eco do discurso da meritocracia dentro do contexto político, que é veiculado pela mídia, é essencial para que nós, sujeitos ideologicamente assujeitados, porém sociais, consigamos perceber com maior clareza os processos de constituição dos efeitos de sentido que acontecem ao nosso redor.

Para isso, o trabalho foi composto por uma discussão sobre as principais noções que servem de base à AD pecheuxtiana sob a ótica de Orlandi (2009), Courtine (2009) e Serrani (1997) e, depois, apresentou-se uma breve análise sobre o eco do discurso da meritocracia, na qual considerou-se como Sequência Discursiva de Referência (SDR) o enunciado *“Não fale em crise. Trabalhe”*, proferido pelo então presidente (interino) do Brasil, Michel Temer, no início de seu mandato, após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Alguns conceitos da AD no processo de construção das formulações parafrásticas

No contexto do estudo da AD, discutimos adiante alguns conceitos basilares para pensar sobre a relação da constituição dos efeitos de sentido, em linguagem, que se constroem, muitas vezes, por meio de repetições de outros sentidos já-ditos antes, em algum lugar, isto é, que estão no *interdiscurso*. Para isso, serão abordadas as visões de Orlandi (2009), Courtine (2009) e Serrani (1997) que, finalmente, vão desembocar no conceito de paráfrase discursiva, ponto-chave deste ensaio, sobre o qual a breve análise que segue tratará de modo a sugerir que uma SDR, tangida pela temática da meritocracia, é interpelada por outras sequências através do processo de significação parafrástico.

Formação ideológica e formação discursiva

Para compreender o processo em que, no plano da linguagem, o sujeito, interpelado pela ideologia, constitui sentidos, tem-se a noção de FD como uma noção

fundamental para observar os processos pelos quais as regularidades acontecem no discurso.

A primeira aparição da expressão foi em 1969, com Michel Foucault, em sua obra *Arqueologia do Saber*. A abordagem de Foucault relaciona a expressão às condições históricas e discursivas em que se constituem os sistemas de saber e deixa a noção em aberto.

Ainda que Courtine (2009) afirme que a leitura de Foucault sobre a noção de FD não esteja diretamente vinculada à AD, a noção parece "aproximar-se indefinidamente de objetos como o discurso, o sujeito, a ideologia, sem nunca chegar completamente a isso" (COURTINE, 2009, p. 69). Assim, o que interessa ao desenvolvimento deste ensaio é, mais especificamente, o sentido que Michel Pêcheux empreende a esta expressão.

Pêcheux, então, trabalhará utilizando o termo FD a partir de diferentes vieses: ora sob a ótica da teoria do discurso (PÊCHEUX, [1975] 1988), ora considerando-o um método de análise (PÊCHEUX, [1969] 1997b). Essas visões acompanham, de certa forma, o desenvolvimento da própria AD. Primeiro, em 1969, a expressão aparece em AAD 69. Nesse momento, percebe-se que recebeu uma visão essencialmente metodológica. Já em 1970 - agora trazido por Louis Althusser, teórico do qual Pêcheux vai beber para formular sua teoria do discurso e que faz uma releitura de Marx -, a expressão aparece em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, o que influencia uma maior atenção propriamente às análises do discurso. Então, ao trazer o uso da expressão para a AD, Pêcheux ([1975] 1988) considera, sobretudo, o papel da ideologia e da luta de classes na constituição daquilo que, "numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc." (PÊCHEUX, [1975] 1998, p. 160). Ainda segundo ele, o sujeito empírico somente será interpelado em sujeito do discurso quando for perpassado pela ideologia, e isso é imanente a ele. Assim, Pêcheux esboça uma teoria não-subjetiva do sujeito, em que ele não se constitui a partir de suas próprias (e

conscientes, portanto) escolhas, mas através de um *sempre-já* sujeito que, para assim se constituir, é, antes, interpelado pela ideologia dos aparelhos de Estado.

A interpretação que faz Eni Puccinelli Orlandi (1988, 2003, 2009), pesquisadora atenta da obra pecheuxtiana, sobre o processo de significação, aponta justamente para um detalhamento nesta mesma direção. Ela afirma que as palavras somente se revestem de sentido quando situadas em uma situação dada, por um sujeito que ocupa um lugar específico, isto é: “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições axiológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2009, p. 42). Já sobre a noção de FD, Orlandi (1988) a apresenta como o lugar em que o sujeito se identifica para, então, significar: “É nela que todo sujeito se reconhece [...] e, ao se identificar, o sujeito adquire identidade” (ORLANDI, 1988, p. 32).

Já com relação à noção de Formação Ideológica, Courtine (2009), em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, considera que “Se as ideologias têm ‘existência material’, o discursivo será considerado como um de seus aspectos materiais” (COURTINE, 2009, p. 72). Para ele, as FI seriam, assim, de acordo com Pêcheux *et al.* (1971, p. 26), “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. Partindo dessa perspectiva, Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997c), reforçam que as formações ideológicas:

[...] comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que *toda formação discursiva diz respeito a condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar.* (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997c, p. 164)

Outra pesquisadora que também se debruçou sobre estas noções foi Silvana M. Serrani (1997), em *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Nessa obra, que é um estudo sobre os fenômenos discursivos de repetição (ou parafrásticos), ela oferece um breve panorama do que seria esta relação entre FD e FI na constituição de sentidos. As relações entre as classes, que demandam posições políticas e ideológicas, agem sobre as práticas sociais que, por sua vez, são influenciadas pelos aparelhos do Estado. Esses posicionamentos políticos e ideológicos serão, justamente, as bases constitutivas das FI - que são atitudes nem individuais nem universais - e que, por sua vez, formarão as FD, que são o que é possível se dizer dentro de um contexto dado (SERRANI, 1997)

Portanto, aparentemente, uma mesma palavra terá efeitos de sentido diversos se inscritas em diferentes FD, conforme afirma Pêcheux ([1975] 1988), e as leituras que dele fazem Orlandi (1988, 2003, 2009), Courtine (2009) e Serrani (1997).

Funcionamentos parafrásticos

Silvana M. Serrani (1997) começa a delinear sua proposta, afirmando que a AD está embasada em dois pressupostos: o primeiro considera que não existe um arcabouço linguístico inato instalado na mente humana, enquanto o segundo aponta para a não existência de um sujeito intencional, isto é, que é a origem daquilo que diz. Portanto, em AD, não cabe considerar o que se pode verificar desde a ótica positivista, não há uma busca por definir a exatidão da origem do sentido. Ao contrário, o que se pode verificar, na materialidade do discurso, advém das relações históricas, ideológicas, políticas pelas quais este sujeito é interpelado para constituir a si mesmo e ao seu dizer.

Nesta obra, a autora, primeiro, esmiuçar o aporte teórico sobre a paráfrase discursiva e, depois, afirmará que é na repetição onde se encontra uma das principais condições de possibilidade para verificar a constituição dos efeitos de sentidos na AD. Assim, a paráfrase é, apenas, um dos modos de realização deste fenômeno, que abarca também as glosas e as reformulações, por exemplo.

Como objetivos da obra, Serrani (1997) apresenta a concepção da paráfrase como ressonância interdiscursiva de significação que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido e informa que os efeitos de sentido, corroborando com os estudos de Orlandi (1988, 2003, 2009), constituem-se na tensão entre o *mesmo* e o diferente. Nesse momento, Serrani (1997) pontua, então, que ambos os processos (parafrástico e polissêmico), como também afirma Orlandi (1988), funcionam concomitantemente na produção discursiva, por isso, a escolha por direcionar o olhar especialmente aos fenômenos da repetição se deu por questões metodológicas:

Portanto, tomo como referência a distinção que E. Orlandi destaca como fundamento da produção de linguagem: a dos processos “parafrásticos” - “retorno constante a um mesmo espaço dizível” (1983: 126) - e “polissêmico” - deslocamento, ruptura, emergência do diferente, multiplicidade de sentidos. Aqui é de crucial importância salientar que o jogo desses processos atua o tempo todo na produção da linguagem. É somente levando em conta esse jogo constante que a ênfase no estudo de um deles, como é aqui o objetivo dominante de estudar o parafrástico, pode ser realizada (SERRANI, 1997, p. 16)

A autora se refere a alguns conceitos em AD estabelecendo concordância aos pontos de vista defendidos por Pêcheux ([1969] 1997b, [1975] 1988), Orlandi (1988, 2003, 2009), Courtine (2009). Por estar em concordância com sua abordagem, este também foi o ponto de vista utilizado para embasar a discussão deste ensaio.

Serrani (1997) explica que utilizará o termo “paráfrase” sempre com o intuito de significar “funcionamentos parafrásticos das unidades linguísticas no discurso”, conforme utilizam Pêcheux ([1969] 1997b) e, posteriormente, Orlandi (1988). A justificativa desta escolha está na concepção de que a paráfrase não é universal, portanto, “não decorre de alguma qualidade própria das frases que possa ser diretamente observada” (SERRANI, 1997, p. 43): é aquilo que reitera e que produz estabilidade. Nesse ponto, a autora afirma que é necessário valorar o papel do interdiscurso, que traz relações de sentido muito além do que se pode observar no plano intradiscursivo.

Posteriormente, ela apresentará a noção de *ressonância de significação*, que é de fundamental importância para embasar a análise e é também essencial para caracterizar o que, neste trabalho, entende-se por paráfrase. Para isso, utilizam-se as palavras de Serrani:

Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – *interdiscursiva* – de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua. (...) As paráfrases, então, tal como eu estou entendendo aqui, ressoam significativamente da cadeia através de diferentes realizações (SERRANI, 1997, p. 47).

Portanto, a proposta de análise que aqui se desenvolveu representa um intento de perceber como as irrupções do interdiscurso, as interferências constitutivas de uma memória social, política, ideológica e, conseqüentemente, discursiva, transparecem (ou não) no plano horizontal, isto é, do intradiscurso.

O eco do discurso da meritocracia em “*não fale em crise, trabalhe*”

“As palavras mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam”
(PÊCHEUX, [1975]1988, p. 146-147)

Sobre a constituição do corpus, Serrani (1997) afirma que:

Ele consiste, esquematicamente, em: (1) escolher formulações de referência no intradiscurso das sequências analisadas; (2) considerar os contextos intradiscursivos; (3) explorar os domínios interdiscursivos da formação discursiva de referência; (4) elaborar esquemas interdiscursivos de repetibilidade e (5) retornar ao intradiscurso com a finalidade de articular os planos inter e intradiscursivo (SERRANI, 1997, p. 17).

Para este trabalho, foi escolhida a formulação de referência “*Não fale em crise, trabalhe*” para, então, observar outros possíveis enunciados nos quais ecoam o

funcionamento parafrástico referente à temática da meritocracia. Para isso, inicialmente, considerar-se-á o enunciado “*Arbeit Macht Frei*” (“*O trabalho liberta*”), que ficava na entrada dos campos de concentração, na Alemanha, durante a 2ª Guerra Mundial, para refletir sobre, em 2016, o retorno do *mesmo* no enunciado de referência.

No primeiro discurso, após o golpe político-midiático instaurado em 2016, no Brasil, quando objetivava levar uma palavra de esperança ou, talvez, oferecer a segurança supostamente perdida durante o governo que o precedeu, Michel Temer profere o enunciado “*Não fale em crise, trabalhe*”. Nesse momento, sugere, muito mais do que uma forma de suplantar a crise, uma culpabilização do cidadão que, em vez de produzir, isto é, em lugar de *trabalhar* para minimizar os efeitos da crise, continua, apenas, *falando* sobre ela, reclamando. Além desse, outros efeitos de sentido poderiam irromper deste enunciado, que poderia se traduzir, por exemplo, em outros enunciados parafrásticos como: “cada um tem o que merece”, “não haverá liberdade/resolução para a crise sem trabalho”, “quem fala em crise é quem não trabalha” ou, ainda, “se quer sair da crise, trabalhe”.

É imprescindível que se tenha em conta qual é, necessariamente, o objetivo da AD. O objetivo da AD, portanto, não está em refletir sobre as regras que tornaram um enunciado possível ou, simplesmente, desvendar o sentido do que se disse. A primeira situação analisaria somente a materialidade, as formas presentes no intradiscurso, enquanto a segunda situação ofereceria, apenas, uma análise de conteúdo que, para AD, não seria coerente, uma vez que não se considera, aqui, um sentido único, mas, sobretudo, as condições de possibilidade que tornaram possível a constituição daquele enunciado, com possibilidades de sentido várias, e não outro em seu lugar.

O uso de uma retórica que culpabiliza a população não é algo novo nem historicamente nem, por conseguinte, no plano discursivo. Os sentidos daquilo que se diz estão no interdiscurso das formações discursivas e, com relação ao discurso sobre a meritocracia, podem ser encontrados desde em textos bíblicos, por exemplo, até quando alguém atribui à vítima a responsabilidade, por exemplo, por ser assaltada por não ter o cuidado necessário. As problemáticas sociais não são, obviamente, culpa das vítimas; ao contrário. É preciso refletir, portanto, sobre como, por meio do

uso de um discurso interessado em desviar responsabilidades, algumas instituições dirigem-nas àquele que é, como se disse, vítima dessas realidades.

Assim, o prisioneiro, ao entrar nos campos de concentração, deparava-se com a frase "O trabalho liberta", que direcionava para ele a responsabilidade por estar nessa condição, impondo-lhe a verdade de que, por não trabalhar, não poderia ser livre ou, ainda, de que, se queria ser liberto, precisava trabalhar. Assim, o objetivo era claro: estabelecer uma manutenção daquele retrato de dominação e consequente violência (de várias esferas) a que aquele ser humano estava (e deveria permanecer) subjogado.

Observa-se, portanto, na formulação proferida por Temer, a constituição de um eco discursivo da meritocracia do enunciado dos campos de concentração, a manutenção do sentido, a retomada do *mesmo*. Identifica-se, assim, a formulação de um funcionamento parafrástico, seja pela manutenção de efeitos de sentido por aproximações lexicais ("Não fale em crise, **trabalhe**" versus "O **trabalho** liberta"), seja pela recuperação através da presença *sempre-já* do *não-dito*, daquilo que se encontra no interdiscurso.

Finalmente, pode-se verificar a irrupção do eco do discurso da meritocracia em outras várias reformulações comumente utilizadas no uso coloquial. Algumas trazem a temática no plano lexical, outras, porém, retomam-na pelos efeitos de sentido que provocam. Entre as diversas formulações, elencam-se algumas:

1. O trabalho dignifica o homem;
2. Deus ajuda a quem cedo madruga;
3. "Quem relaxa em seu trabalho / é irmão do que o destrói" (Pv 18:9).

Portanto, as formulações parafrásticas não acontecem apenas no campo das equivalências sintáticas. Elas representam, antes, uma questão ideológica, visto que o sujeito, assujeitado, traz de volta e significa através de, neste caso, um processo de manutenção de sentidos.

Considerações finais

Com esse tipo de análise, tem-se uma breve ilustração sobre o que são os processos de constituição de efeitos de sentido a partir de formulações parafrásticas – visto que não se trata apenas de simples troca lexical, não é uma concepção meramente sintática. A noção que se defendeu, aqui, sobre como os sentidos se constituem por meio do fenômeno parafrástico, é a de valorizar como fundamental a inscrição histórica destas formulações discursivas que, juntamente com a ideologia, marca e constitui os efeitos de sentido dentro daquilo que pode e deve ser dito (PÉCHEUX, [1975] 1988; SERRANI, 1997).

Assim, é preciso refletir sobre a possibilidade de ação do sujeito que, embora ideologicamente assujeitado, deve tentar perceber um pouco mais o que tem acontecido ao seu redor. Com esse saber, com esse conhecimento, “consciente” de seu assujeitamento, o sujeito pode tentar repensar sobre as suas ações e, conseqüentemente, suas reações sociopolíticas que, muitas vezes, suscitam a manutenção do uso de certos funcionamentos parafrásticos – aqui, o eco do discurso da meritocracia –, que somente reverberam a manutenção de contextos de desigualdade, de violência social. É preciso, portanto, pensar sobre a origem dessas “frases de efeito” e, sobretudo, em como tudo isso influencia na vida em sociedade; em como os fenômenos sociopolíticos acontecem devido à influência da constituição de efeitos de sentido na e pela linguagem.

Confirma-se, então, que, após esta breve análise, todos os efeitos de sentidos advêm, de fato, da tensão entre o mesmo e o diferente, entre o sentido que se mantém e o que desliza, entre processos e formulações parafrásticas e polissêmicos. Por essa razão, deve-se refletir sobre com que interesses há uma manutenção ou um deslizamento dos sentidos na constituição dos discursos.

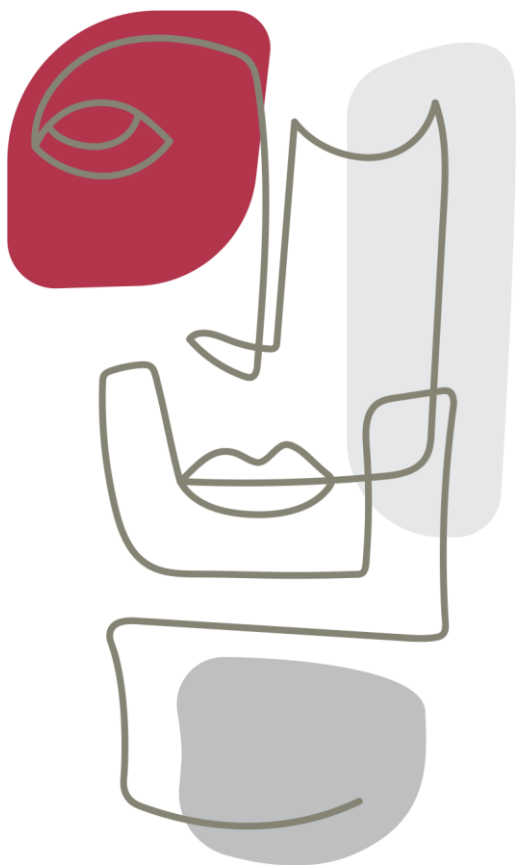
Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença 1970.
- COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução: Cristina Campos Velho Birck et al. São Paulo: EDUFSCAR, 2009.
- COURTINE, J-J.; J. M. MARADIN. Quel objet pour l'analyse du discours? In: *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, [1971] 2007. p. 13-32.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. Campinas, SP: Cortez, 1988.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 1988.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1997a.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso*. Tradução: Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, [1969] 1997b.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução: Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, [1975] 1997c.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução: Antônio Chelini et al. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Época Negócios. *Michel Temer faz seu primeiro discurso: "Não fale em crise, trabalhe"*. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/05/michel-temer-faz-seu-primeiro-discurso-e-ministros-tomam-posse.html>. Acesso em: 16 maio 2017.

Renata Valéria de Araujo Lima

Mestra em Linguística (PPGL/UFPE). Professora de Língua Portuguesa e Língua Espanhola. Tradutora e revisora de textos também nos dois idiomas. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3639773040060224>. E-mail: renata.araujo0712@gmail.com.



Mário Jorge Pereira da Mata
**A RE(SIGNIFICAÇÃO) DO DISCURSO
CONSERVADOR NO BRASIL**

O atual cenário político e ideológico brasileiro ainda se encontra fortemente atravessado pelo crescente discurso conservador. Seu ápice, na história recente do país, ficou evidenciado no período que antecedeu a eleição presidencial de 2018. Muitas vezes, relacionado à “nova direita brasileira”¹, o conservadorismo parece ganhar simpatizantes na medida em que opera como oposição a toda forma de estar em sociedade que discorde de valores moralistas. Discursos dessa natureza estão materializados em documentos oficiais do período da Ditadura Militar no Brasil e, por meio da interdiscursividade, fazem-se presentes, sobretudo, em espaços virtuais.

Nesse sentido, as novas mídias se destacam como potenciais dispositivos de propagação de pensamentos reacionários. Os vídeos dos *youtubers*, por exemplo – roteirizados de forma específica/estratégica –, atingem dimensões maiores do que outros meios de comunicação tradicionais. Neles, pode-se perceber a aproximação com os sentidos próximos aos veiculados nos documentos históricos do Serviço Nacional de Informação (SNI), pois acresce-se aos vídeos a disseminação do sentimento de ódio e de intolerância. Por essa razão, ao considerar que a história brasileira foi fortemente marcada pelo regime ditatorial, em que medida a (re)ascensão do conservadorismo configura um problema social? Assim, por meio da análise discursiva, este trabalho objetiva compreender os efeitos de sentido do “novo” discurso conservador no Brasil, além de priorizar o estudo das condições de produção relacionadas à retomada de discursos caracterizados pelo moralismo e pela agressividade.

Para isso, noções como a historicidade, a memória discursiva e o interdiscurso se mostram imprescindíveis a fim de inserir, na interpretação, modos de operacionalizar a análise de forma que se possa compreender o funcionamento da exterioridade no interior do *corpus* discursivo. Desta forma, ao passo que conceitos,

¹ A expressão diz respeito ao grupo de políticos, personalidades de diferentes áreas que defendem, dentre outras coisas, o discurso revisionista e até negacionista acerca da Ditadura Militar no país. Possui como característica mais evidente o anticomunismo.

brevemente, são discutidos ao longo do texto, análises são produzidas, a fim de promover melhor relação entre a teoria e o *corpus* selecionado.

Os Enunciados do Sumário do Comunismo Internacional do SNI, referente ao período entre 1971 e 1973, são postos ao lado de discursos do *youtuber* Kim Kataguiri, autodeclarado conservador e representante da nova direita brasileira, no período que antecedia as eleições de 2018. Nos dois registros, a pesquisa se delimita a analisar os enunciados relacionados à pauta sobre costumes e sobre educação – conteúdo comum à Ditadura Militar, mas que, hoje, está sendo (re)significado na contemporaneidade brasileira. Ao verificar, no dicionário *Houaiss*, a palavra costume, vê-se que seu significado é equivalente a hábito, ou, se preferir, pode ser definido como uma “prática frequente”, mas que, em hipótese alguma, pode ser confundido com o conceito de tradição. Todavia, parte da imprensa conservadora atribuiu novo sentido para agenda ou pauta de costumes. Embora não fique explícito, quando alguém lança mão do termo “agenda de costumes”, o que está em evidência, de fato, é a censura de comportamento, de igualdade de gênero, de igualdade racial, de direitos LGBTI, de direitos civis, de direitos sexuais e reprodutivos, de reconhecimento da diversidade, enfim, de direitos humanos.

No entanto, a arte, como uma das formas da representação humana; e a educação, como direito universal, não estão alheias às mudanças sociais. Elas estão, em tese, em sintonia com seu tempo, expressando velhas e, principalmente, novas formas de pensar e de viver. Também, por isso, as duas são alvos de discussões promovidas por conservadores em “defesa” da família, da pátria, da religião.

A análise proposta parte das orientações da Análise do Discurso de Linha Francesa (ALDF), tendo como aporte basilar os estudos sobre o interdiscurso. Ainda assim, é válido ressaltar que os discursos trazem consigo uma herança ideológica a qual promove consequências na vida das pessoas, modificando perspectivas políticas e influenciando a prática social.

Dois momentos do conservadorismo no Brasil

Ao iniciar o processo de análise, retoma-se que, no âmbito do debate estritamente político, o conservadorismo praticado no Brasil é, geralmente, associado às variadas posições contrárias aos avanços das pautas da esquerda. São implicados como conservadores os indivíduos ou grupos políticos contrários, por exemplo, à luta pela universalização dos direitos. Tal posição costuma estar associada, também, à adesão à ideologia do mercado, que envolve desde a defesa da mercantilização, cada vez maior da vida social, até a agenda de privatizações e de Estado mínimo. O conteúdo político, teórico e social dessa corrente de pensamento, com frequência, aparece fundido ao pensamento liberal. Liberalismo e conservadorismo são tomados, frequentemente, como sinônimos.

Dito isso, vale ressaltar – também em caráter inicial - uma das premissas da ALDF: considerar o contexto histórico-social como parte constitutiva do sentido, levando em conta as condições em que o texto foi produzido. Por essa razão, é importante lembrar como uma elite financeira, industrial e agrária conservadora levou a classe média à histeria no início dos anos 60, o que resultou em uma suposta preparação para o golpe de 1964. Na perspectiva dos oficiais militares, o projeto político instaurado, à força, era uma “revolução” necessária para estabelecer a ordem e livrar o país de ameaças comunistas subversivas. Dessa forma, o presidente João Goulart foi associado ao comunismo, e este, por sua vez, era visto como a versão política do ateísmo e da negação dos valores cristãos. O objetivo do comunismo, nessas representações, era a destruição da democracia, pondo um fim aos pilares da sociedade cristã: Deus, Pátria e Família.

Assim, o autoritarismo, o conservadorismo, a manutenção das instituições políticas e jurídicas arcaicas e a destruição do patrimônio cultural, político e ideológico, enfim, um ambiente de culto à ignorância, abaixo à inteligência, um não à intelectualidade se constitui nos anos que antecederam as eleições presidenciais de 2018. É nesse cenário que se lança, aqui, luz sobre dias quase que atuais, quando

rádios, jornais, TVs e, sobretudo, a *internet*, levam os desinformados a desfilar nas ruas e a baterem panelas em suas varandas, ecoando um coro contra a “corrupção”.

Discurso oficial e *youtubers* conservadores brasileiros: interdiscursos e retomadas ideológicas

Propõe-se, agora, investigar como os sentidos que expressaram ideologia conservadora se materializaram nos documentos do SNI – os quais são base do *corpus* para esta análise –, bem como nos vídeos do *youtuber* (neo)conservador, uma vez que um número expressivo de manifestações reacionárias foi retomado e se tornou público, sobretudo a partir de 2016. Ainda que, no Brasil, tais gestos, ontem e hoje, sejam numerosos, por conta do desenho metodológico, fez-se o recorte na investigação a partir da análise do episódio referente à proibição da performance no Museu de Arte de São Paulo (MASP).

Em tempo, explica-se que, por conta da considerável extensão do *corpus*, foi necessário apresentar apenas alguns enunciados ou sequências discursivas (SD) extraídos dos fascículos e dos audiovisuais. Devido à necessidade de cortes, os excertos foram selecionados no sentido de manter a materialidade linguística do autor com relação às produções originais, e ao mesmo tempo, não prejudicar a produção de sentidos, demasiadamente.

Após reconhecer, no *corpus* do estudo, o discurso conservador, depreende-se da materialidade linguística o tom autoritário e policialesco, recorrente em ambos registros. Nos *Sumários*, é comum a repressão aos seguimentos sociais, bem como a perseguição às ações político-culturais de tudo que eles considerassem ameaçador. Nos vídeos, por sua vez, além de reproduzir as características destacadas dos documentos do SNI, crescem-se narrativas de sentimento de ódio e de intolerância, estabelecendo-se um novo/velho inimigo: os comunistas remanescentes, os esquerdistas.

Desse movimento discursivo, identifica-se uma formação discursiva denominada de FD conservadora. Compreendendo FD como sendo aquilo que numa formação ideológica – ou seja, a partir de uma posição específica, em uma conjuntura sócio-histórica – determina o que pode e deve ser dito. A FD, por esta razão, representa no discurso as formações ideológicas uma vez que os sentidos sempre são determinados ideologicamente (PÊCHEUX, 2016, ORLANDI, 2019). A linguagem, assim, apresenta-se como lugar privilegiado em que a ideologia se materializa.

Ainda assim, o estudo visa analisar o funcionamento da ideologia conservadora e compreender como ela se manifesta tanto nos arquivos do SNI, bem como no arquivo digital composto por vídeos de *youtubers*. Explica-se tal fenômeno por meio do interdiscurso e sua relação com as FD. Para Pêcheux (2016) e Orlandi (2019), as FD podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, especificidades dos discursos em suas relações. Nesse sentido, o espaço de uma FD é atravessado por um pré-construído, ou seja, por discursos oriundos de outro lugar. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinados pelo já-dito, aquilo que se constituiu em FD. Em outras palavras, de acordo com Foucault (2014), o novo não está no que é dito mas sim no acontecimento a sua volta.

Ao estabelecer que o discurso se manifeste enquanto memória, o que para Michel Pêcheux (2016) constitui-se entender como pré-construído, o autor ainda acrescenta que tais discursos estão em toda parte. São representados pelos textos religiosos, pelos jurídicos e pelos textos com conteúdo político como os que se trabalham na análise. São reflexões, portanto, que permitem Pêcheux pensar e apreender o interdiscurso, conceito fundamental de sua construção teórica. Conceito que junto a outros, também fundamentais para ADLF, serve de base para as correlações feitas a seguir.

A primeira delas é extraída da análise de parte de um dos *Sumários do Comunismo Internacional* do SNI, referente a junho de 1971, ao passo que é explorada

a publicação do então *youtuber* Kim Kataguirí, do MBL² (Movimento Brasil Livre), grupo que se autodeclara adepto do pensamento conservador da nova direita brasileira. Esse paralelo torna-se imprescindível, pois, a partir dele, é possível analisar a aproximação ideológica em ambos registros. Em seu respectivo canal, é analisado o vídeo³ em que o *youtuber* versa sobre o processo de proibição da performance *La Bête* no MASP. A performance é inspirada na série de esculturas *Bichos* de Lygia Clark, desenvolvidas nos anos 1960 e feitas a partir de chapas metálicas que devem ser manipuladas e manuseadas pelos espectadores para então se metamorfosear em diferentes formas, ou “bichos”. Por meio desse trabalho, Wagner Schwartz⁴ se transforma numa escultura performática que, assim como as esculturas, requerem a interação do público e dos espectadores para tomar vida.

A polêmica em torno da exposição resultou de vídeos e fotografias registrados na exibição. Em um dos episódios, uma menina, aproximadamente de cinco anos, aparece interagindo com o artista despido. A partir disto, acusações de pedofilia e intimidação rondaram as redes sociais, apontando a instituição e o artista como agressores. O que poderia ser ressaltado, contudo, é que toda imagem, obra ou performance, necessariamente, precisa ser vista diante do contexto em que se insere. A performance é composta por um homem nu, mas um homem que, neste contexto, não deve ser visto nem entendido como figura viril de cunho erótico, e sim como o próprio ‘bicho’, relacionadas às esculturas de Lygia Clark. Wagner Schwartz, então, empresta seu corpo como meio artístico a ser trabalhado por aqueles que assistem e escolhem participar de sua performance.

² Movimento Brasil Livre (MBL) é um grupo de direita liberal. Apresenta como principais propostas: a redução de impostos das escolas privadas; abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras; desburocratização da economia com redução de impostos e privatizações. Disponível em: <https://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MIGAO2ILv8>.

⁴ O coreógrafo conseguiu liminar que suspendeu condução coercitiva do artista perante CPI dos Maus-Tratos do Senado. A intimação se deu por conta da performance *La Bête* no MASP (Museu de Arte de São Paulo).

Kim Kataguirí do MBL, de outro modo, realiza uma interpretação oposta à do artista, em vídeo produzido sobre o assunto e postado no *site* do movimento e no canal do YouTube. Vê-se, no audiovisual, traços da ideologia conservadora, emergente a partir de 2016. Esse conservadorismo manifesta-se por meio de duas FD, nos dois registros, e atuam de formas distintas, porém complementares: a primeira visa depreciar as produções artísticas, muitas vezes, determinando o que é arte ou arte de qualidade; a segunda, por sua vez, procura identificar, nessas mesmas manifestações culturais e, principalmente, no comportamento de quem as produz, a obscenidade, o condenável, o censurável. Os discursos analisados correspondem a uma parte do *Sumário do Comunismo Internacional*, datado de junho de 1971; em seguida, são transcritos trechos de um vídeo do *youtuber* Kim Kataguirí (hoje deputado federal pelo estado de São Paulo) anterior ao período das eleições presidenciais de 2018. Para melhor visualização, destacam-se em negrito a FD desqualificadora; e, em itálico, a FD moralista.

Os *Sumários* possuem itens separados por temas e subtemas devidamente numerados. Este trabalho reproduziu a numeração original, bem como seu respectivo título.

Quadro1 – Trechos do Sumário do Comunismo Internacional

1.8 A canção de protesto como instrumento subversivo(l) - A orientação vem de Cuba "O centro da canção de protesto"

* Para escrever-se uma **canção de protesto, dessas que agora estão tão em voga**, é necessário escolher umas **palavras como fome, luta, flor, pão, guerra, perseguição, negros, Vietnam, etc., misturá-las bem, colocá-las numa música o menos harmônica possível e cantá-la sentado no chão, descalço e com cara de angústia e sofrimento.**

[...] Com efeito, funciona em Cuba, desde o ano de 1967, um Centro da Canção de Protesto, que publica regularmente uma revista, intitulada precisamente de "Canción Protesta", **verdadero manual do cancionero de barricada mundial e porta-voz das diretivas emanadas de uma central de subversão.**

(2) **Geraldo Vandré, em "Pra não dizer que não falei de flores"**, apresentada no Festival Internacional da Canção de 1963, no Rio de Janeiro, **apreendeu bem a lição dos seus tutores cubanos.**

c. O cinema como veículo da ideologia - VII FESTIVAL INTERNACIONAL DO FILME EM MOSCOU

Observações do apêndice:

(1) Nada do que os comunistas façam está desvinculado da ideologia. Assim, esporte, cultura, arte, tudo serve de meio para propagar a mensagem comunistas. A imprensa, o rádio, a literatura, a pintura, a música, o cinema, o teatro são poderosas armas ideológicas.

(2) Entre elas, certamente, a "*nouvelle vague*" francesa e o "*cinema novo*" do Brasil e toda a **plethora** de obras pornográficas e de contestação que **invadem** a cinematografia mundial, numa surda e continuada tentativa de, através da imagem fartamente difundida, **destruir** os valores morais dos povos.

l) Educação Sexual e Homossexualidade - As Duas Faces da "Moral Castrista".

Os comunistas **costumam apontar** a nossa sociedade como "permissiva" e disso **se aproveitam** para **instilar** o veneno da amoralidade, da imoralidade e da pornografia nos meios de comunicações de massa do Ocidente.

À guisa de defender a "liberdade de criação" ou a "liberdade cultural", **investem contra toda a espécie de censura** em nossos países, eles e seus fiéis seguidores que se apresentam sob variados matizes, **apodando** os defensores oficiais dos costumes de "terroristas culturais".

É do dia a dia. A nossa sociedade ainda não despertou para os *terríveis malefícios morais*, para o *processo deseducativo em massa que, normalmente, tem exercido o teatro, o cinema, a televisão, os jornais e as revistas no Ocidente*. Deixamo-nos ficar inertes e anestesiados, diante da *avalanche corrompedora* que entra pelos lares a dentro. Exemplos mais gritante desse estado de coisas dão testemunho o Norte da Europa e os EEUU, com seus "*pornô-shows*", "*pornô-shops*", "*gay-Power*" etc., pondo a mostra *perversões chocantes, que degradam o ser humano*, em franca exportação para os povos do Ocidente, numa campanha muito bem organizada, em que sobressaem os fins ideológicos.

Fonte: Próprio autor

Quadro 2 – Trechos do vídeo de Kim Kataguirí

"Exposição **ridícula** num museu de arte moderna, que **pode até** ser museu, **pode até** ser moderno **mas que de arte não tem absolutamente nada**. **Trata-se, basicamente, de uma criança tocando num homem pelado. E chamam isso de arte**".

"Bom censo de você não utilizar dinheiro público para *atentar contra a dignidade das crianças, para atentar contra a dignidade das famílias, para atentar contra a dignidade dos valores da sociedade brasileira*".

"Eu não sei qual é a *tara* que essa gente *tem por criança*. Já teve aquela história do Queer museu, em Porto Alegre, em que as *crianças* foram expostas a um vídeo de *homem recebendo ejaculação na cara e agora crianças tocando um homem*. Por que fazer isso com criança?"

"Mas agora, prá que? Por quê? *Qual a agenda que está por trás disso? E por que nós somos os malucos, somos os fascistas, somos os nazistas, quando nós repudiamos isso que, evidentemente, é um atentado, é um crime contra as crianças, contra a sociedade, contra nossos valores*".

Fonte: Próprio autor

O limite entre as FD é muito tênue, embora os vocábulos que versam sobre moralidade sejam mais visíveis para o leitor. Isso se explica, uma vez que as estratégias discursivas são complementares e há semelhanças nos efeitos de sentido; contudo há distinções significativas na estrutura das formulações dos enunciados. A seu modo, o SNI compõe um texto cujo título é constituído por premissas que levam a crer que o regime cubano é subversivo. **A canção de protesto como instrumento subversivo (I) - A orientação vem de Cuba "O centro da canção de protesto"**. Se Cuba é o centro da canção de protesto e esse tipo de canção é instrumento subversivo, logo Cuba é um país subversivo. A adjetivação pode soar estranha, mas se explica, uma vez que em Cuba, no período em questão, Fidel Castro já atuava como primeiro-ministro e mantinha uma efetiva aproximação com a então União Soviética – república de países cujo sistema de governo era o comunismo/socialismo. A palavra subversivo, desse modo, é (re)significada. Os dicionários a definem a partir da ideia daquele que prega ou executa atos visando à transformação ou derrubada da ordem estabelecida, o revolucionário. O termo subversivo – para o sujeito discursivo SNI, inserido no contexto de Guerra Fria e de Ditadura Militar no Brasil - é palavra com sentido aproximado de comunismo e suas derivações. Desse modo, estabelece-se outra analogia: se a música de protesto é subversiva, logo esse tipo de música não tem valor, pois representaria valores e ideologia comunistas.

Outro sentido atuante no texto é de que a referida canção de protesto tem caráter, meramente, panfletário. A expressão *dessas que agora estão tão em voga* revela que, para o SNI, a canção de protesto é algo passageiro, que está na moda. A moda em questão é apresentar ou representar para o público a presença da pobreza, da fome, da guerra, etc. Compreende-se, assim, que o vitimismo, para o órgão de inteligência, consiste na principal característica dessa manifestação artística, conforme sugere o trecho *cantá-la sentado no chão, descalço e com cara de angustia e sofrimento*. E Geraldo Vandré, em *"Pra não dizer que não falei de flores"*, foi indicado como uma explicação pertinente desse processo, uma vez que tinha apreendido *bem*

a *lição dos seus tutores cubanos* e que tinha se tornado um ícone do *cancioneiro de barricada mundial*.

A FD desqualificadora, nos dois registros, manifesta-se também através de palavras com sentido pejorativo, para depreciar as produções culturais, consideradas, pelo SNI e pelo *youtuber*, de autoria comunista. Com o objetivo de desqualificar as produções artísticas supostamente progressistas, percebe-se que os sujeitos discursivos SNI e Kin Kataguri recorrem ao uso de palavras e de sentenças que remetem o leitor, por meio de caminhos interdiscursivos, para significações negativas. Contudo, a ADLF procura ir além do que se diz, do que está na superfície das evidências. Um modo de chegar a esta interpretação é, segundo Orlandi (2019), fazer paráfrases das frases e produzir outros efeitos de sentidos. O tom bélico, por exemplo, a fim de edificar o comunismo como um inimigo, revela-se a partir das expressões em negrito (lista a seguir) que, postas ao lado de outras, remetem o leitor a outro campo de significação.

- **pletora** de obras – *grande número* de obras
- **que invadem** a cinematografia mundial - que *ocupam* a cinematografia mundial
- numa **surda** e continuada tentativa de – *discreta* e continuada tentativa de
- **destruir** os valores morais – *modificar* os valores morais
- **se aproveitam** para **instilar** o veneno da amoralidade – *se valem* para *disseminar* o veneno da amoralidade
- **investem** contra toda a espécie de censura – *acometem* contra toda a espécie de censura
- **apodando** os defensores oficiais – *qualificando* os defensores oficiais

A análise dos fragmentos listados acima se propôs a sugerir palavras (em itálico) com sentido próximo das que foram destacadas em negrito. Vê-se, a partir de

então, que ao invés das expressões utilizadas, poderiam ser inscritas outras que produziriam outros efeitos de sentido. De outro modo, ao compreender o conjunto de sentenças, chama atenção a tentativa de caracterizar os comunistas como pessoas oportunistas e dissimuladas. Constrói-se, no *Sumário*, uma trama discursiva na qual os subversivos com sua **plethora** de obras **invadem** a cinematografia mundial, de forma **surda**, para depois **destruírem** a sociedade, **aproveitando-se** para **instalam** os valores dos quais compartilham os socialistas.

Kim Kataguirí, então, após quatro décadas, retoma o sentido de desqualificação, aderindo à FD filiada à ideologia conservadora/liberal que se opõe ao comunismo. Para isso, o *youtuber* deprecia a performance *La Bête* no MASP, adjetivando-a de *ridícula* e formulando a sentença *“de arte não tem absolutamente nada”*. Além disso, levanta a dúvida da qualidade da exposição, através do uso reiterado da expressão *“pode até ser”*, adotando juízo construído a partir de supostos valores morais, uma vez que o sujeito discursivo declara que o evento *“Trata-se, basicamente, de uma criança tocando num homem pelado”*, o que significa reduzir toda mostra a um único ato, além de retirá-lo do contexto da exposição.

A FD inclinada para pretensa defesa dos valores morais se materializa de forma mais semelhante nos dois registros. Ambos apresentam enunciados que sugerem o ataque dos comunistas à moral e aos bons costumes e suas consequências. O *Sumário* apresenta sentenças como: *os terríveis malefícios morais; processo deseducativo em massa; avalanche corrompedora; perversões chocantes; degradam o ser humano*. O vídeo, a seu modo, compartilha o discurso conservador quando formula que há um *atentado à dignidade das crianças; à dignidade das famílias; aos valores da sociedade brasileira*.

Ademais, no vídeo do *youtuber*, há a acusação de essas produções artísticas serem orquestradas ou partidarizadas quando se questiona *“Qual a agenda que está por trás disso?”*. A palavra agenda sugere, primeiramente, o planejamento de ataques aos valores morais da sociedade. Ainda assim, seu emprego dentro do cenário político, do qual o sujeito discursivo Kim Kataguirí faz parte, indica prioridade,

destaque... Essa prática, tão disseminada no discurso do *youtuber*, foi reiterada no período próximo às eleições de 2018 e auxiliou o então Deputado Jair Bolsonaro não somente a alçar à Presidência, mas como também vários outros políticos conservadores a obterem êxito em suas respectivas candidaturas. Exemplos como a caracterização da cartilha de educação sexual do Ministério da Educação como “*kit gay*”, a denúncia de uma suposta “*ditadura gay*”, além do patrulhamento de exposições de arte denunciadas por provocar a “sensualização precoce de crianças” e o “crime de pedofilia”, foram recorrentes.

Lê-se também a necessidade da demarcação de espaço ideológico e político, no sentido partidário, por conta dessas palavras serem inscritas dentro do contexto eleitoral no qual o audiovisual foi produzido. O esforço de polarizar as filiações ideológicas/partidárias se manifesta em sentenças nas quais o sujeito discursivo antecipa o discurso do outro: “*E por que nós somos os malucos, somos os fascistas, somos os nazistas, quando nós repudiamos isso que, evidentemente, é um atentado, é um crime contra as crianças, contra a sociedade, contra nossos valores*”. O *youtuber* revela que há um discurso de outra filiação ideológica que rechaça os comentários conservadores tecidos à referida exposição. Contudo, a figura do inimigo, no vídeo, sofre um alargamento que contempla todo campo progressista. Construiu-se o simbolismo de que as esquerdas seriam uma categoria polissêmica que abrange ativistas pelos direitos humanos, artistas, professores, sindicalistas e manifestantes.

A distinção das FD não comprometeu a produção de sentidos conservadores. Muito pelo contrário, propiciou um efeito discursivo de complementação. Um conservadorismo combativo, que revela sua força ideológica através dessa completude. E o estudo do discurso explicita, assim, a maneira como a linguagem e a ideologia se articulam em sua relação recíproca (ORLANDI, 2012).

Vale ressaltar que os dois registros interpretados fazem parte de um extenso conjunto de outros registros de mesma filiação ideológica. Embora, isoladamente, as materialidades discursivas já deem pistas da recuperação de sentidos conservadores por meio do interdiscurso, não se pode negligenciar o arquivo no qual estes

documentos estão inseridos. Cada um à sua época e com suas especificidades, os discursos denotam a predileção por temas como sexualidade, religião, constituição familiar, hábitos e ações aprovados ou desaprovados socialmente. Essa característica revela uma dimensão sobre a emergência do conservadorismo brasileiro: sua íntima relação com uma política moral e sexual.

Quase todos os *Sumários* – majoritariamente políticos - contêm uma seção reservada para temas que podem ser discutidos numa perspectiva moralista; e os *youtubers* brasileiros, por sua vez, próximo ao período pré-eleitoral, reproduziram a mesma estratégia discursiva e prática social, selecionando assuntos específicos, reconstituindo a pauta conservadora do período Militar. Essa prática termina por revelar a característica temática da FD, como explicita Amossy (2018): uma forma de organizar o discurso é a partir de um tema ou de um assunto. Potencializa-se, assim, a negação das diferenças políticas e moraliza-se o debate público, apresentando os adversários como inimigos não só de ordem política, mas também de ordem moral e religiosa.

Dessa forma, nos vídeos, as práticas consideradas reprováveis são relacionadas à esquerda política brasileira, principalmente ao PT (Partido dos Trabalhadores). Isto é, elegendo os progressistas atuais como os remanescentes da subversão do período da ditadura de 1964. Nesse sentido, a escolha por esses temas não é aleatória. Assim, de forma análoga à escolha das palavras, ao se escolher uma temática e não outra, reforçá-la por meio da repetição, deseja-se atribuir ao discurso determinado sentido. Um sentido de homogeneização, de prevalência. No Brasil, próximo às eleições, revela-se uma sociedade que “de repente” tornou-se, excessivamente, vigilante com o comportamento dos cidadãos e censora de produção dos movimentos culturais, com esforço de homogeneizar a ideologia conservadora em todos os espaços, sobretudo no virtual, disseminando a cultura do ódio e da intolerância.

A partir da análise apresentada, percebe-se que o conservadorismo, sobretudo o brasileiro, pode se constituir em um problema social. A falta de razoabilidade de

suas propostas, o negacionismo frente às evidências científicas e, por fim, o desrespeito aos avanços sociais na área dos direitos humanos configuram um quadro no qual as diferentes desigualdades tendem a se manter. No Brasil, o conservadorismo adere a concepções liberais e, no tocante à economia e à área social, apresenta uma decadência ideológica crítica, isto é, um pensamento pragmático, acrítico. Nele, há uma guerra ideológica pela rejeição ao aborto, uma ênfase na concepção de família como instituição formada exclusivamente por homem e mulher, além da rejeição ao Estado de bem-estar social.

Ao acusar o Partido dos Trabalhadores por uma suposta decadência moral, que levara o país a uma falência econômica, moral e política, constata-se que esses mesmos sentidos são os utilizados para “justificar” o golpe de 1964 contra João Goulart. Por isso, importante citar a influência dessa ideologia nos vídeos dos *youtubers* da nova direita brasileira. E por esta razão compreende-se a aproximação discursiva entre documentos oficiais do SNI e audiovisuais depositados na plataforma YouTube. Sentidos que são recuperados e redimensionados por meio do interdiscurso.

Para além disso, o que se observa, na prática, são fortes ataques às conquistas sociais dos últimos anos, a exemplo do desmonte do sistema de proteção social brasileiro através das contrarreformas; do crescimento dos setores privados da educação; o desmonte histórico do Sistema Único de Saúde, das Medidas Provisórias contra direitos previdenciários. Em sistemas capitalistas, como o brasileiro, pode-se notar que sua essência se baseia na desigualdade. Desigualdade essa produtora de conflitos, violência, pauperismo, fascismo entre tantas outras expressões que, por sua vez, empregadas sob um viés conservador, tornam-se instrumentos utilizados pelo capital para manutenção de sua hegemonia.

Referências

- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

KATAGUIRI, Kim. Vídeo (3 min). *Kim Kataguirí cobra decência e bom senso de "artistas" do MAM*. Publicado na plataforma do Movimento Brasil Livre (MBL), 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MIGAO2ILv8>. Acesso em: 9 ago. 2021.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2016.

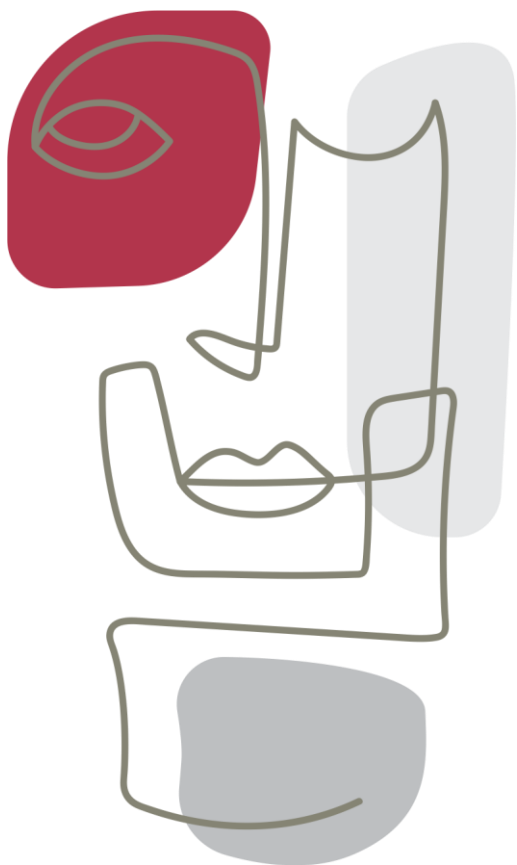
ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Política e Silêncio na América Latina: quando se fala pelo outro. In: GRIGOLLETO, Evandra; DE NARDI, Fabiele; SOBRINHO, Helson (org.). *Silêncio, memória e resistência: a política e o político no discurso*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2019. p. 19-39.

SÃO PAULO. *Sumário do Comunismo Internacional*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/sumarios_comunismo/Relatorio_XX_06_1971.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.

Mário Jorge Pereira da Mata

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é professor titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano e doutorando pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso.



Luciane Botelho Martins

**“NÃO! SEU COMUNISTA!” – O TRABALHO
DA MEMÓRIA NO PROCESSO
DE (RE)SIGNIFICAÇÃO**

“A luta do homem contra o poder, é a luta da memória contra o esquecimento”¹ (KUNDERA, 1981, p. 22).

Considerações iniciais

“Não! Seu comunista!” – Enunciados como esse são cada vez mais frequentes na voz de sujeitos, ideologicamente, identificados com saberes que comportam a Formação Discursiva a favor do atual governo brasileiro para referir-se a qualquer sujeito que, nos termos de Pêcheux (2009, p. 281), “ousar pensar por si mesmo”.

Isso posto e partindo do princípio de que todo dizer constitui um conjunto de ditos *já-ditos* atualizados pelo processo enunciativo a partir de uma memória discursiva e, sabendo que a memória discursiva é, segundo Pêcheux (2010), tudo aquilo que, na materialidade, nos permite ler, reestabelecendo os “*implícitos*”, sejam eles sob a forma de pré-construído, de elementos citados e relatados, ou ainda sob a forma de discursos-transversos, propomos algumas reflexões sobre o enunciado produzido na interlocução entre as personagens do cartunista argentino Quino: *Mafalda, Filipe e Manolito*.

O enunciado, objeto deste estudo, foi traduzido e publicado no Brasil a partir de 1973 (auge da ditadura civil-militar no Brasil), enquanto a tirinha compondo o texto original, em espanhol, foi publicada em 18 de junho de 1965 no Diário *El Mundo*, na Argentina. É importante ressaltar que, na época em que *Mafalda* foi originalmente publicada, a Argentina era governada por um presidente legitimamente eleito após um período marcado por três golpes de estado não-consecutivos (1930, 1955 e 1962). Importante destacar que o país caminhava para o quarto golpe que em 1966 culminou na destituição de Juan Carlos Onganía. É interessante observar também que o cenário que compunha as Condições de Produção da obra de Quino era bem diferente daquele em que a obra foi traduzida para o português brasileiro.

¹ Traduzido do original: *The struggle of man against power is the struggle of memory against forgetting* (KUNDERA, 1981, p. 22).

Em 1973, quando publicada a primeira tradução, o Brasil era governado por Emílio Garrastazu Médici, presidente ditador que impôs o período mais repressivo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). No Brasil, esse período também ficou conhecido como “Anos de Chumbo”, dado o caráter extremamente violento do período.

Já a Argentina de 1965 vivia um período de muitas contradições políticas e divisões. Havia peronistas de esquerda, peronistas “de direita”, *antiperonistas*, socialistas, radicais entre outros. Somados aos acontecimentos locais, estavam também os acontecimentos mundiais, que de alguma forma afetavam o país, tais como: Guerra Fria, conflitos no Vietnã e em Santo Domingo (ambos com forte presença dos EUA), organização dos Montoneros na América do Sul, Revolução Cubana e a liderança de Che Guevara, além dos regimes ditatoriais em países fronteiriços.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem dupla motivação. A primeira, surge de um estranhamento frente à relação metafórica estabelecida entre vocábulos das duas línguas, em que o termo “comunista” consta como tradução em português do termo original em espanhol “extremista”, sendo que o termo “comunista” é uma palavra que também faz parte do conjunto de vocábulos licenciados da Língua Espanhola, assim como “extremista” faz parte do conjunto de vocábulos licenciados da Língua Portuguesa. Já a segunda motivação, resulta do incômodo gerado pela repetição da sentença “Não! Seu comunista!” por um grupo de sujeitos brasileiros, no presente, para se referir a todos aqueles que expressam pensamentos diferentes dos neoliberais.

Assim, delineamos nosso objetivo nesta pesquisa: compreender o funcionamento discursivo da materialidade em português, pois entendemos que já no processo de tradução, diante de uma rede de formulações possíveis – Interdiscurso – , a interpelação ideológica fez emergir, por meio da memória discursiva, saberes que fundam sentidos “novos”, os quais ressoam no discurso presente.

Dadas as considerações iniciais, realizaremos a análise de duas versões da mesma tirinha de Mafalda: a versão em português em que consta o termo “comunista” e a versão original em espanhol em que consta o termo “extremista”. Como arcabouço teórico-analítico serão mobilizadas as noções sobre as Condições de Produção (CP), o Discurso Fundador (DF) e a Memória Discursiva (MD), segundo os pressupostos da Análise de Discurso de filiação francesa (AD). Dando início às reflexões, trataremos sobre a memória discursiva em articulação como o discurso fundador.

A memória discursiva e o discurso fundador

Quando propomos uma reflexão sobre o discurso fundador de forma articulada com a memória discursiva, estamos pensando, conforme Orlandi (1993b), em rupturas pontuais que fazem parte da atividade discursiva. Nesse sentido, o discurso fundador funciona como um “marco” que instala condições para a formação de “novos” discursos, “filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação” (ORLANDI, 1993b, p. 24) para um determinado grupo social.

No entanto, é importante que não confundamos o discurso fundador com a origem do dizer. Na concepção discursiva que adotamos, os dizeres constituem um conjunto de *já-ditos*, os quais ocupam lugares relativos. Esses lugares não-fixos podem ser definidos como Formações Discursivas, conceito inicialmente engendrado por Michel Foucault e que, após ser retomado por Michel Pêcheux, passa a ser compreendido como espaços regidos por formações ideológicas.

Orlandi (1993a, p. 7), ao tratar desses “lugares” não absolutos, explica que “essa questão do ‘lugar’ fica assim re-significada a partir do fato de que há uma história de constituição dos sentidos, ou seja, eles não são considerados em sua ‘essência’”, até porque não acreditamos num sentido fixo, dado. Há pois, um processo de historicidade no/do dizer sempre que enunciado. Em outro momento, a autora

explica que a relação dos sentidos com o lugar ocupado “não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo-a-termo”, mas se constitui a partir de uma “necessidade do sentido no universo simbólico” (ORLANDI, 1995, p. 113). Dito de outro modo, temos na historicidade a função que coloca em jogo a história do sujeito e do sentido, pois não há sentido sem história (a história provê a linguagem de sentidos). Resulta daí que, a historicidade não corresponde à noção de história fixa e absoluta defendida por historiadores que trabalham com uma perspectiva tradicional. A historicidade diz respeito a um processo de constituição de sentido que ao longo do tempo pode estabilizá-lo, mas jamais fixá-lo. E, é com base no caráter não-absoluto que um sentido X pode, a qualquer tempo, sofrer deslizamentos e deslocamentos passando a constituir um sentido-outro. Vale lembrar que, para a autora, “a organização dos sentidos é trabalho do ideológico” (ORLANDI, 1993a, p. 7). A autora explica ainda que a ruptura no/do sentido só é possível porque segundo Pêcheux (2009, p. 277), “não há ritual sem falhas”, ou seja, o discurso como fundador “cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra” (ORLANDI, 1993b, p. 13).

Nesse ponto da discussão, é importante descrever como estamos entendendo memória, visto que trata-se de um conceito compreendido de forma diversa por perspectivas teóricas distintas. A memória da qual estamos falando neste trabalho é a memória discursiva. Esse conceito foi introduzido na Análise de Discurso por Courtine (2009) ao longo de sua pesquisa de doutorado. Nesse trabalho, o autor parte do conceito de memória cognitiva para mostrar que o campo da memória discursiva é outro, é distinto. Além da memória cognitiva como ponto de partida, Courtine também recorreu a Foucault, principalmente quando o autor fundamenta que:

[...] o campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica) (FOUCAULT, 2013, p. 69).

A partir disso, Courtine (2009, p. 111) salienta que o domínio da memória não deve caracterizar-se pela busca de uma sequência “natural” do antes, mas “caracterizar as repetições, as rupturas, os limites e as transformações de um tempo processual”. O autor defende que certas formulações emergem no enunciado produzindo efeitos não só “de lembranças, de redefinições, de transformações, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito” (COURTINE, 2009, p. 112). Dito pelo autor:

É a partir do domínio de memória que poderemos apreender os funcionamentos discursivos de encaixe do pré-construído e de articulação de enunciados (no sentido dado a estes termos): isso equivale a dizer que o domínio da memória representa, num plano de organização do *corpus* discursivo, o interdiscurso como *instância de constituição de um discurso transverso* que regula para um sujeito enunciator, produzindo uma sdr em CP determinadas, o modo de doação dos objetos: é a partir do domínio da memória que se poderá aproximar os processos que garantem a referência dos nomes por um sujeito enunciator e autorizam, assim, a predicação e a correferencialidade (COURTINE, 2009, p. 112).

Ou seja, na perspectiva de Courtine (2009), a memória discursiva diz respeito à delimitação de um já-dito como elemento do saber de uma dada Formação Discursiva (FD). Em outros termos, estamos tratando de um efeito de memória, nome dado ao processo que possibilita no intradiscurso a atualização de um elemento de saber de uma determinada FD, tal qual sustenta Cazarin (1998, p. 61) ao dizer que:

A estreita relação entre interdiscurso e intradiscurso, na ocasião em que uma “formulação-origem” retorna, na atualidade de uma “conjuntura discursiva”, coloca em jogo um efeito discursivo particular - trata-se do efeito de memória.

Ao afirmar que memória discursiva é um efeito, a autora está se referindo ao lugar onde a materialidade discursiva é estruturada, um lugar de repetição e regularização de dizeres. Ainda sobre a memória discursiva, Pêcheux (2010, p. 52) argumenta é nela que podemos pensar a “condição do legível em relação ao próprio legível”. Nessa perspectiva, podemos acrescentar que o interdiscurso, enquanto rede

de formulações possíveis, é da ordem de uma memória plena ao passo que a atualização de saberes no nível da formulação é da ordem de uma memória discursiva.

Convém lembrar que, diante de um processo de ruptura com um dado sentido, é na memória discursiva que o *já-dado* intervém no “novo”, processo que Orlandi (1993b) designou como “filiação”. Em outros termos, o “novo” ao instalar-se produz o efeito de permanente, efeito esse que recebe o nome de discurso fundador. Conforme aponta Orlandi (1993b), o discurso fundador é capaz, em si, de muitos sentidos entre os quais estão aqueles que dão origem a uma nova ordem do discurso.

As condições de produção: o ponto-chave no processo analítico

A noção de Condições de Produção (CP), tal qual conhecemos hoje, é resultado do trabalho de Courtine (2009). O autor retoma a noção de lugares definidos segundo as formações imaginárias, engendrada por Pêcheux ([1969] 1997), para pensar a relação entre esses lugares e a situação concreta de comunicação. A partir disso, o autor conclui que a noção apresenta ambiguidades e, segundo ele, não rompe com as origens psicossociológicas da análise de conteúdo. É com base nisso que o autor propõe a inclusão do contexto sócio-histórico como elemento constituinte das condições de produção. Nas palavras do autor:

A relação [...] entre lugares objetivamente definidos em uma formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou apaga as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo (COURTINE, 2009, p. 49).

Em outras palavras, o lugar social, as experiências/vivências, assim como as formações imaginárias do sujeito que enuncia e com quem interage no processo discursivo são determinantes no processo de produção dos sentidos. É apoiado nisso que os sentidos variam.

As duas tirinhas que analisaremos na sequência desta pesquisa constituem-se como exemplos do trabalho da memória discursiva, bem como do discurso fundador como ruptura de uma tradição de sentidos em prol de uma nova ordem.

A primeira tirinha corresponde à tirinha original produzida na Argentina e publicada no diário *El Mundo*, em 18 de junho de 1965. A tirinha compunha um caderno do jornal que tinha o mesmo nome – *El Mundo*, e ocupava a parte inferior da página. Sobre o contexto histórico do país, podemos dizer que em junho de 65, a Argentina era governada por um presidente legitimamente eleito – Arturo Illia (1963-1966) que não chegaria a concluir seu mandato até o final, isso porque em junho de 66, por intervenção golpista, Juan Carlos Onganía assume o poder.

A tirinha, objeto desta análise, foi publicada um ano antes da intervenção golpista. Essa informação é bastante relevante se pensarmos que o processo que construiu o golpe iniciou muito cedo, já com a não aceitação da vitória de Illia como presidente, pela oposição. Mazzei (1997), em seus estudos sobre uma das revistas que circulava na época, explica que o movimento golpista que levou Onganía ao poder foi resultado de um trabalho massivo da mídia impressa. Embora o diário *El Mundo* não tenha assumido uma postura contrária ao governo de Illia, pelo contrário, o apoiava segundo Maggio (2012), alguns saberes/dizeres eram, inconscientemente, reproduzidos pelo jornal que se colocava como um espaço democrático, disponibilizando espaço para publicação de autores de diferentes filiações ideológicas.

Mazzei (1997) explica que o processo que construiu o golpe de 1966 passou por três fases: na primeira fase, a mídia apostou na reprodução de textos/notícias sobre “países-modelo” e bem-sucedidos em contraste com países comunistas como China e Rússia – uma espécie de campanha anticomunista. Na segunda fase, a mídia investiu nas críticas a Illia, as quais recaíam, sobretudo, sobre sua incapacidade de tomar decisões e sobre sua irresponsabilidade, principalmente depois do episódio em que o presidente resiste em enviar tropas a Santo Domingo como era esperado pela oposição. Tal recusa funcionou como argumento para que os opositores ao governo o

acusassem de estar pondo em risco a segurança nacional². Na terceira e última fase, a investida foi na instabilidade econômica e nas greves. Nesse caso, a mídia apontava como única solução para o país, a intervenção de Onganía e a Revolução Argentina, conforme de fato ocorreu a partir de 30 de junho 1966.

Podemos perceber, através dessas três fases, que o processo que construiu o golpe foi resultado de um trabalho diário, repetido, massivo como bem coloca Mazzei (1997). Ou seja, "a necessidade" de um trabalho dessa natureza revela que o país não era homogêneo, pelo contrário, havia resistência. A heterogeneidade de pensamento na Argentina é sustentada, principalmente, pela manifestação de diferentes grupos, tais como: peronistas, peronistas de esquerda, antiperonistas, socialistas, radicais, entre outros. E, é diante de um cenário conturbado, como acabamos de descrever, que a tirinha a seguir foi publicada:



Fonte: Quino (1965, p. 8)

No diálogo estabelecido entre Mafalda e Filipe, Mafalda caracteriza as ideias de seu interlocutor como "muy loables", "pero un poco ingenuas". A construção da oração coordenada sindética adversativa produz um enunciado cujo discurso é de descrença em relação às "ideias" que aparecem descritas na sequência e que colocam a cultura como produto em destaque, em relação ao produto-dinheiro. É interessante observar que, no discurso de Filipe, cultura e dinheiro ocupam lugares em disputa, o que no dizer de Manolito – um capitalista assumido – é acentuado

² Na época, a ameaça à ordem e segurança nacional residia no perigo que, segundo os articuladores do golpe, representavam o pensamento marxista e as possíveis "invasões comunistas", no país, já que havia um país de bandeira comunista na América Latina, conquistada por meio da Revolução Cubana.

como posições de rivalidade, em que o dinheiro está para o capitalismo, assim como a cultura está para o extremismo. O termo “extremista” enunciado por Manolito faz referência aos diversos grupos que faziam resistência ao modo capitalista na Argentina, ou seja, de um lado estariam os sujeitos identificados com a lógica capitalista (classe média alta) e de outro todos os grupos que questionavam o sistema e a ele faziam oposição.

Dito de outro modo, o diálogo estabelecido pelas personagens materializa a disputa entre posições de classe constitutivas da formação social argentina, as quais estão ideologicamente em confronto. Na perspectiva materialista do discurso, podemos afirmar que os sujeitos estão ideologicamente identificados com formações discursivas divergentes entre si.

No Brasil, Mafalda começa a ser traduzida a partir de 1973 – ano em que o Brasil vivia o pior período da Ditadura Civil-militar, licenciado pelo Ato Institucional nº 5 – o conhecido AI-5. De acordo com Cancian³ (2014), o governo Médici (1969-1974) foi o período mais violento e repressor que o Brasil já teve. Isso porque o presidente, na época, movido por pressupostos ideológicos autoritários determinou que os militares direitistas radicais empregassem a repressão policial-militar contra todos aqueles que estivessem contra o governo ditador. Vale lembrar que, além do caráter repressivo, os anos 70 podem ser caracterizados como o período em que houve maior crescimento da pobreza e da desigualdade social no país.

No que concerne ao trabalho de tradução, Silva e Cintrão (2013) explicam que três editoras diferentes assumiram os projetos de tradução de Mafalda, todavia esses projetos foram concretizados em momentos distintos. A primeira tradução foi realizada entre 1973 e 1975 pela Artenova do Rio de Janeiro; a segunda saiu em 1982 pela Global Editora de São Paulo, e a terceira saiu pela Martins Fontes, à princípio como livretos em 1988 e, em seguida, como livro (Toda Mafalda) em 1991.

³ Renato Cancian é cientista social e autor do texto: “Governo Médici (1969-1974) – ‘Milagre econômico’ e a tortura oficial”, publicado na Página UOL Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.htm>. Acesso em: 6 jun. 2019.

A primeira editora, de acordo com Silva e Cintrão (2013), trabalhou com cerca de oito tiras de Mafalda na Revista Patota. Essa revista publicou apenas 27 edições mensais, conforme apontam as autoras. A segunda – Global – só foi publicar dez anos mais tarde. As autoras ressaltam ainda que a Global:

[...] foi fundada em 1973, em tempos muito duros da ditadura militar no Brasil, portanto uma época "editorialmente conflituosa". A editora não tinha – e não tem – uma tradição na publicação de histórias em quadrinhos, tendo sido a Mafalda uma exceção (SILVA; CINTRÃO, 2013, p. 64).

Soma-se ao exposto que a Global era uma editora voltada à publicação de obras de pensamento socialista, tais como Marx, Engels e Lênin. Assim, como exceção, Mafalda foi, num primeiro momento, traduzida e agrupada em cinco livretos. De acordo com as autoras:

As tiras que compuseram estes livretos haviam aparecido originalmente nos jornais El Mundo (de Buenos Aires), Córdoba (de Córdoba), Noticias (de Tucumán), El Litoral (de Santa Fé), BP-Color (de Montevideo), além de 24 tiras finais do semanário Siete Días Ilustrados (SILVA; CINTRÃO, 2013, p. 64).

Isso implica dizer que a versão em português-brasileiro da tirinha-objeto desta pesquisa está entre as tirinhas do projeto da editora Global. Pensemos, agora, sobre o processo de tradução e sentido. Segundo Silva e Cintrão (2013), o processo de tradução impõe ao tradutor um grande desafio. Nos termos das autoras:

Os mesmos signos que uma personagem argentina enuncia podem não evocar no leitor os mesmos referenciais entre os públicos argentinos e brasileiros. Os quadrinhos, além de tudo, podem ser repletos de imagens que dificilmente deixarão o leitor brasileiro esquecer que aquelas cenas e falas não estão representadas como se acontecessem no Brasil (SILVA; CINTRÃO, 2013, p. 66).

Diante disso, podemos dizer que estamos frente a um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que as autoras apontam a preocupação/necessidade de aproximar os termos da língua-origem à realidade da língua-destino, também destacam que a

identidade das personagens e do próprio contexto ideológico da obra-origem são elementos da ordem do insubstituível. Tal constatação só aumenta nossa inquietação frente aos efeitos de sentido produzidos pelo processo de tradução que converteu “extremista” da Língua Espanhola em “comunista” da Língua Portuguesa.

Passemos então à análise do discurso produzido pela tirinha traduzida para o português-brasileiro, cuja primeira edição data de 1991:



Fonte: Quino (2010, p. 18)

Como podemos observar, os sentidos produzidos pelos três primeiros quadros da tirinha, convergem com o texto original. Entendemos que o processo de ruptura se estabelece no último quadro, em que a relação apresentada é a de que o dinheiro está para o capitalismo, assim como a cultura está para o comunismo.

Nosso gesto de interpretação nos leva a afirmar que, no processo de significação, há uma ruptura com o *já-dado* (extremismo na versão original em espanhol) e a consequente construção de um sentido “novo”. O ponto de partida para que afirmemos isso está no fato de que tanto “extremista” quanto “comunista” são vocábulos licenciados pelas duas línguas (Espanhol e Português-brasileiro), o que não justifica a tomada de um termo pelo outro. Há, pois, entre os termos uma relação metafórica, ou seja, pela relação de similaridade entre os dois vocábulos emerge um sentido outro para o significante. Esse novo sentido surge justamente porque há um processo de deslizamento de sentidos e “esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da forma sujeito ideológica, identificada com a evidência de um sentido” (PÊCHEUX, 2009, p. 277). É relevante destacar que em AD a metáfora

não funciona como mera comparação ou substituição termo a termo; pelo contrário, ela funciona como transferência que se produz numa relação alternada entre deslizamentos de sentidos.

Assim, pelo processo de análise entendemos que a produção do sentido-outro ocorre porque ao traduzir de uma língua para outra há um processo de interpretação por parte do sujeito tradutor e uma tomada de posição inconsciente, ou seja, o sujeito assume um lugar a partir de suas filiações ideológicas daí a tomada de um termo-outro. No caso que estamos analisando, o termo “comunista” produz faz re-significar o dizer e, conseqüentemente, produzir um discurso outro. Nesse processo, o papel da memória discursiva é fundamental, pois é ela o elemento responsável pelo processo de “escolha”⁴ dos termos/vocábulos na língua traduzida. Podemos dizer ainda que o sentido-outro corresponde a um imaginário necessário, o qual ao constituir-se como objeto simbólico produz um discurso fundador, conforme definido por Orlandi (1993b).

Ao refletirmos sobre a relação de contraste produzida pela relação “comunista” – capitalismo temos na tirinha em português, um funcionamento da memória discursiva a partir do que Pêcheux compreende como forma de reestabelecer os implícitos. O autor, na tentativa de entender “onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da sequência” (2010, p. 52), propõe um acréscimo ao que Achard (2010) havia sugerido e define que os implícitos não só surgiriam sob a forma de repetição, mas também de remissão, de retomada ou ainda sob a forma de paráfrase.

A partir disso, nosso gesto de leitura compreende o implícito na análise da tirinha como efeito metafórico, isto é, a tomada no português brasileiro de *comunista* no lugar de *extremista* (termo original em espanhol) retoma sentidos já-dados pelo termo produzindo um deslizamento de sentidos. Vale lembrar ainda que é pela ressignificação, seguida da repetição que o dizer pode vir a se sedimentar e, uma vez

⁴ O termo “escolha” encontra-se entre aspas, porque estamos entendendo que essa escolha não é livre, mas determinada pela ideologia que interpela o sujeito.

estabilizado, o dizer toma a forma de pré-construído e emerge no intradiscurso via memória discursiva.

Para que possamos compreender o funcionamento da memória a partir de uma retomada, sugerimos a visita ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels ([1848] 2005, p. 54), mais especificamente quando os autores afirmam que:

As objeções feitas ao modo comunista de produção e de apropriação dos produtos materiais foram igualmente ampliadas à produção e à apropriação dos produtos do trabalho intelectual. Assim como desaparecimento da propriedade de classe equivalente, para o burguês, no desaparecimento de toda produção, o desaparecimento da cultura de classe significa, para ele, o desaparecimento de toda a cultura.

A partir da citação, estamos autorizados a pensar que o embate entre o sistema capitalista e o comunista está na propriedade do que é produzido. Os comunistas não defendem a supressão da propriedade pessoal adquirida pelo trabalho do indivíduo, visto que isso já é feito pelo próprio sistema capitalista quando concentra o capital – fruto do trabalho do operário assalariado – na classe burguesa. A crítica está é na concentração de capital nas mãos de quem não trabalha, mas explora a força de trabalho do outro, mantendo-o em uma posição de operário permanente (alimentado pela promessa de que um dia chegará a ter suas próprias reservas – seu próprio capital). Nota-se que, nesse embate, a cultura ocupa o lugar de produto em disputa entre burgueses e proletários, tanto quanto o dinheiro na tradução para o português brasileiro. Segundo Adamovsky (2012, p. 366, tradução nossa), “em geral, a cultura teria grande valor como manifestação de status social, até mais que o dinheiro”⁵. Assim, o temor burguês de perder a propriedade da cultura (produto intelectual) vem da ideia como a concebe: propriedade privada.

Decorre daí a relação cultura-comunismo (re)produzida no discurso (traduzido) da personagem Manolito, pois tornar a cultura acessível a todos é torná-la um bem

⁵ O texto original de Adamovsky (2012, p. 366): “en general, la cultura’ tenía gran valoración como manifestación del estatus social, incluso más que el dinero”.

comum, princípio que fere os ideais capitalistas. Essa reflexão permite-nos entender que a produção desse sentido é constituída por meio da memória discursiva que retoma saberes já-ditos em outro lugar.

Vale lembrar que, ao considerar memória discursiva como lugar, é importante destacar que esse lugar não é um lugar de sentidos fixos, de sentidos dados, isso porque a cada novo acontecimento discursivo, novas redes de memória são construídas e sentidos-outros podem ser (re)significados, atualizados. Como vimos, os sentidos produzidos pelo discurso em Língua Portuguesa são diferentes dos sentidos produzidos no discurso em Língua Espanhola, ou seja, temos na construção de sentidos-outros a ruptura com sentidos dados como estabilizados, o que abre espaço para a circulação de novos sentidos.

Efeito de fechamento

Em "Não! Seu comunista!" temos muito mais do que um processo de tradução entre línguas, temos o retorno do "velho" e a fundação do "novo". Retorno do "velho" porque, por meio da memória discursiva, a luta de classes (representada no manifesto comunista pelo embate entre capitalismo e comunismo) ressurge no dizer, o sujeito enunciador assume o lugar de rechaço ao comunismo. E, fundação do "novo" porque há um processo de ruptura, ou seja, há um deslocamento de sentido a partir da substituição de "extremista" por "comunista".

Quando Orlandi (1993b, p. 15) diz que "dar sentido e construir limites é desenvolver domínios, é descobrir sítios de significância, é tornar possíveis os gestos de interpretação", ela está chamando atenção para a historicidade. A análise apresentada neste trabalho mostrou a historicidade no processo discursivo da tirinha na Argentina e uma historicidade no processo discursivo da tirinha no Brasil. Na Argentina, as condições de produção geraram um discurso cujo sentido aponta conflito/embate entre diferentes posições. No Brasil, as condições de produção produziram um discurso anticomunista, ligado aos ecos da ditadura, para quem "ser comunista" era ser criminoso. Soma-se a isso o fato de que a cultura para o

capitalismo, visto como propriedade privada não deve ser “usufruída” pela classe operária, ou seja, quando a classe operária reivindica a cultura, o ato em si é um ato revolucionário – ato “comunista”. E é esse o sentido que reverbera em nosso presente, ou seja, hoje, a luta de classes está mais presente do que nunca: classe dominante X classe dominada; capitalistas X “comunistas” refletem a disputa pela cultura.

Referências

ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas. SP: Pontes Editores, 2010.

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de la Clase Media Argentina – apogeo y decadencia de una ilusión, 1919-2003*. 5. ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2012.

CANCIAN, Renato. *Governo Médici (1969-1974) - "Milagre econômico" e a tortura oficial*. UOL Educação, Especial para a Página 3 Pedagogia e Comunicação, 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.htm>. Acesso em: jun. 2019.

CAZARIN, Ercília Ana. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. J. Lula da Silva*. 1998. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

KUNDERA, Milan. *The Book of Laughter and Forgetting*. Trans. Michael Henry Heim. New York: Penguin Books, 1981.

MAGGIO, Marcelo. *Diario El Mundo – PRT-ERP: prensa masiva para una política de masas*. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Sueno, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução: Álvaro Pina. 4. reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MAZZEI, Daniel H. *Los medios de comunicación y golpismo*. La caída de Illia 1966. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Prefácio. In: ORLANDI, Eni (org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993a. p. 7-9.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni (org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993b. p. 11-25.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. *Organon*, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365/18055>.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas. SP: Pontes Editores, 2010. p. 49-56.

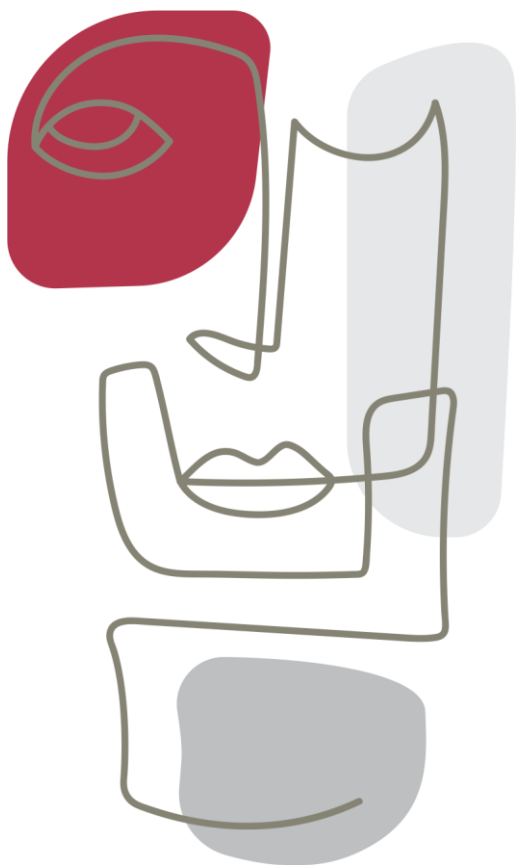
QUINO. *Diário El Mundo*, p. 8, 18 jun. 1965.

QUINO. *Toda Mafalda: da primeira à última tira*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SILVA, Bárbara Zocal da; CINTRÃO, Heloisa Pezza. Traduções da Mafalda no Brasil: que história é essa? *9ª Arte*, São Paulo, v. 2, n.1, p. 58-71, 2013.

Luciane Botelho Martins

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com estágio doutoral na Universidade de Buenos Aires (UBA). Atualmente é membro do LEAD/UFPEL e professora de Língua Portuguesa pela Prefeitura Municipal de Rio Grande.
E-mail: lucianebm@hotmail.com.



Jaqueline Araújo da Silva

Carla Barbosa Moreira

**“NAZISMO É DE ESQUERDA”: IMPLICAÇÕES
DISCURSIVAS, SILENCIAMENTO E MEMÓRIA**

Iniciando os diálogos

O panorama político nos últimos anos no Brasil tem passado por diferentes e ampliadas tensões. Desde 2014, a política brasileira é marcada fortemente por manifestações políticas, por questionamentos à Constituição e à democracia brasileira. Em 2018, com a eleição presidencial, Jair Bolsonaro é eleito Presidente da República, representando a direita conservadora e nacionalista. Essa virada política não acontece somente no Brasil, mas no mundo como um todo¹.

Discursos alicerçados na anticorrupção, no nacionalismo, no patriotismo, na crença religiosa e na forte desestabilização da esquerda mudaram os rumos da política no país. Durante as eleições, um acontecimento discursivo se destacou nas redes sociais. A afirmação foi levantada pela direita no Brasil: “o nazismo é de esquerda”. Esse discurso surgiu, principalmente, com base na nomenclatura do partido Nazista da Alemanha, Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, por conter a palavra “Socialista” no nome. Desse modo, o movimento direitista afirma que se tratava de um partido de esquerda, pois era socialista. Esse enunciado é reforçado pela figura do presidente e ministros do governo em diferentes momentos.

Não vamos nos deter aqui em discorrer sobre a polarização política que o Brasil vivencia, mas, especificamente, no enunciado “nazismo é de esquerda” e em suas implicações. Nessa direção, situado no campo da Análise do Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux (1988) e em seus desdobramentos no Brasil (ORLANDI, 2015), o presente artigo objetiva analisar os efeitos de sentidos produzidos nesse enunciado e como eles se ressignificam no discurso, levando em consideração o confronto ideológico e discursivo; por fim, busca compreender como a *política do silêncio* (ORLANDI, 2007) constitui esse espaço do dizer.

Após esses apontamentos iniciais, parte-se para a análise do *corpus*, que é constituído por *charges* que representam o enunciado “nazismo é de esquerda”. As

¹ Essa afirmação vai ao encontro dos apontamentos realizados por professores especialistas da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/o-mundo-vive-uma-desordem-economica-e-politica/>.

charges foram encontradas em diferentes comunidades da *internet* e circularam durante as eleições e durante o discurso do Presidente Bolsonaro em Israel, onde ele reafirmou o enunciado. Elas foram escolhidas a partir do evidenciamento (MOREIRA, 2007, 2009) que caracteriza o enunciado, uma vez que, segundo a autora, o evidenciamento está na ordem do discurso e atua entre a opacidade e a produção de evidências, materializa a disputa pelos sentidos constituídos historicamente na tentativa de naturalizar sentidos outros, ressignificá-los.

Aspectos teórico-metodológicos

Discorrendo sobre a temática da AD, Orlandi (2015) afirma que a área estuda a mediação entre a língua e a realidade social do homem, tornando possível analisar a realidade em que ele vive a partir do seu meio social. Sendo assim, a autora esclarece que a AD trabalha com “a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma da sociedade” (ORLANDI, 2015, p. 13-14).

Nessa perspectiva, ao levar em consideração o funcionamento discursivo da língua, é necessário pensar não só no seu aspecto sintático, mas também na sua dimensão social-cultural-histórica e política. Sendo assim, é necessário discorrer sobre os conceitos basilares para a compreensão do referencial teórico segundo a AD. Os conceitos que serão mobilizados a seguir nos ajudam a compreender a relação entre língua e ideologia, considerando não só as manifestações da materialidade do texto, mas seu caráter histórico-ideológico.

Nesse sentido, para Pêcheux (1988, p. 161), teórico precursor dos estudos da AD, o sujeito já é, ou seja, “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos do seu discurso)”, sendo constituídos por essas interações. O indivíduo é interpelado a todo instante por situações diversas, nas quais ele se assume enquanto sujeito que ocupa um espaço-tempo na sociedade, por isso ele é “*sempre-já*” sujeito, está condenado a significar. Segundo Pêcheux (1988, p. 154) “o *sujeito é chamado à*

existência: na verdade, essa formulação evita cuidadosamente a pressuposição da existência do sujeito sobre o qual se efetuará a operação e interpelação – daí não se dizer: ‘o sujeito é interpelado pela Ideologia’”, mas dizer “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 155).

Esse assujeitamento do sujeito pelo “outro” consiste nas falas, nas representações que carregamos de outras interações. O sujeito é atravessado por diferentes vozes no seu discurso, porém é pela ideologia que os sentidos são determinados, “só há prática através de e sob *uma* ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 149). Portanto, não há sujeito sem ideologia, ele é um “efeito ideológico”. Não há sentido sem interpretação, todo signo é ideologicamente marcado, conseqüentemente, todo signo é interpretado por um sujeito que é afetado pela língua, marcada por processos sócio-históricos e ideologicamente atestados. O sentido não existe em si mesmo, como aponta Pêcheux (1988, p. 160):

É determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referências as *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem.

O sujeito é essencialmente heterogêneo. De acordo com Orlandi (2005, p. 53):

[...] ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as junções ideológicas.

Os conceitos desenvolvidos por Pêcheux são essenciais para o trabalho em questão, visto que são sujeitos em interação com o todo discursivo que

produzem/reproduzem o enunciado. Desse modo, faz-se necessário, nessa visada discursiva, realizar uma breve discussão sobre acontecimento e memória discursiva para compreender como se dá o funcionamento do sentido no movimento do discurso.

Pêcheux (1990) concebe o discurso não só como materialidade linguística, mas como uma materialidade dotada de sentidos concebidos historicamente. Sendo assim, para esse teórico, trata-se de pensar a materialidade discursiva em suas relações com a historicidade, constituída por uma estrutura e um acontecimento.

Entretanto, algumas exigências são necessárias ao analisar a língua por esse viés. Primeiro, “consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas” (PÊCHEUX, 1990, p. 50), ou seja, descrever significa reconhecer que existe o real da *língua*, com procedimentos, sob a forma da “existência do simbólico”. Segundo Pêcheux (1990, p. 53),

[...] a consequência do que se procede é que toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. [...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Ter essa compreensão de que todo enunciado é suscetível ao equívoco possibilita observar que é pelo acontecimento histórico que se dá a tensão da língua, pelo conflito ideológico. O outro social e historicamente constituído abre espaço para a possibilidade de interpretação da materialidade discursiva, conforme Pêcheux (1990, p. 54) afirma “é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”. O acontecimento é, assim, inserido em redes de memória. Descrever o acontecimento é diferente de interpretar o acontecimento pelo viés da AD.

Por fim, a terceira e última exigência, “a discursividade como estrutura ou como acontecimento” (PÊCHEUX, 1990, p. 55). O discurso transita entre estrutura e acontecimento; ele “marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (PÊCHEUX, 1990, p. 56). Logo, o discurso mobiliza-se por meio do acontecimento, “é o índice de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 1990, p. 56), que se situa entre essa agitação das filiações sócio-históricas (memória) e a atualidade.

Portanto, conforme salienta Orlandi (2015), ao analisar um objeto, um discurso, pelo viés materialista, o analista precisa lembrar que este se insere no real da língua, é suscetível a equívocos, logo oferece lugar à interpretação e está inserido em uma estrutura, mobilizado por acontecimentos “entre a memória e a atualidade” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). A memória garante a existência do enunciado, mas ele nunca é mobilizado como o mesmo, está sempre suscetível a mudanças pelo sujeito-outro e o acontecimento garante que o sujeito, em uma situação discursiva, movimente essa memória, mas sempre se atualizando na discursividade. Assim, o acontecimento discursivo se constitui enquanto ruptura da memória.

É importante frisar que a memória, segundo Pêcheux (1999), é construída socialmente, é o que ele denomina como “memória discursiva”. O acontecimento faz com que ela seja sempre ressignificada, confrontando os limites da homogeneidade social sobre um determinado discurso. Nessa perspectiva, Pêcheux (1999, p. 56) ressalta que:

A memória não poderia ser concebida como uma esfera plena cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria sentido homogêneo, acumulado ao modo reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.

A memória é inconstante; mesmo com imagens e documentações, está passível de diferentes interpretações. A interpretação, como refletido acima, não é um gesto de decodificação, ela é garantida pelo papel social da linguagem, pelo caráter

singular do sujeito que diz a partir de uma posição. Desse modo, ao rememorar um acontecimento, o sujeito é chamado à interpretação face as condições materiais de existência, assim, os sentidos são constituídos pelos processos sócio-históricos-ideológicos e pela posição que o sujeito ocupa ao dizer.

Eni Orlandi (2007) realiza uma discussão fundamental sobre a teoria do silêncio. A autora compreende o silêncio como fundante, silêncio que “atravessa” as palavras e indica o que não está dito entre elas, ou ainda, os outros sentidos possíveis delas: “as palavras são cheias de sentidos e não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (ORLANDI, 2007, p. 14). O silêncio é considerado por Orlandi (2007) como um *continuum* absoluto, o real do discurso e da significação, pois possui um aspecto cultural, social, histórico e político e, por isso, ele significa, possui sentido, o qual está sempre em movimento.

A discussão que para nós se faz fundamental é o silêncio constitutivo da linguagem ou a “política do silêncio”. Ela “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73). Além disso, “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz” (ORLANDI, 2007, p. 73).

A política do silêncio (silenciamento) tem duas formas de existências: o silêncio constitutivo e o silêncio local. Iremos nos dedicar ao silêncio constitutivo, pois ele marca o lugar do sentido no não-dizer. Na fala de Orlandi (2007, p. 73), o silêncio constitutivo:

[...] pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção da linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. [...] Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar.

Gesto de análise

O *corpus* que constitui o objeto de análise deste trabalho se trata de charges que mobilizam o enunciado “nazismo é de esquerda”. A escolha do gênero charge se

dá pelo fato de retratar, por um viés cômico, mas ao mesmo tempo crítico, situações que dizem respeito à sociedade, principalmente, no âmbito político, uma vez que decisões, discursos, movimentos nesse âmbito atingem diretamente o funcionamento sociocultural e econômico de uma organização social.

Nesse sentido, ao utilizar charges como objeto de análise, procura-se compreender o funcionamento do evidenciamento de um acontecimento, que se trata do enunciado “nazismo é de esquerda”. Ainda sobre a charge, D’Athayde (2010, p. 38-39) destaca que:

De acordo com o Dicionário de Comunicação, a charge é uma “crítica humorística de um fato ou acontecimento específico, *em geral de natureza política*” (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p. 89, grifo nosso) ou, ainda, na perspectiva de um artista plástico e jornalista, uma “representação pictórica de caráter burlesco e caricatural [...] em que se satiriza um fato específico, *em geral de caráter político*, que seja de conhecimento público” (FONSECA, 1999, p. 26, grifo nosso).

Um artista, ao optar pelo uso da charge para realizar uma sátira política, espera que o seu leitor esteja inteirado do acontecimento sobre o qual a charge se refere, por isso, normalmente, são retratados acontecimentos que tiveram uma repercussão forte na sociedade e que estão na ordem do dia.

Sendo assim, ao constituir o *corpus* a partir de princípios teórico-metodológicos da AD, objetiva-se compreender como “um discurso funciona produzindo (efeitos) de sentido” (ORLANDI, 2015, p. 63). Desse modo, selecionamos duas charges que trabalham com o enunciado “nazismo é de esquerda”, a fim de compreender seu funcionamento discursivo. Perguntamos, a partir das análises, como os sentidos se constituem? A partir de qual tensão no jogo dos sentidos? Como a política do silêncio constitui nesse espaço de dizer?

Análise

A primeira charge a ser analisada foi encontrada do *blog* “Humor Político: rir para não chorar”, em 15 de outubro de 2019. Trata-se de uma charge sobre humor político, publicada durante as eleições de 2018, quando o então candidato à Presidência da República realizou o enunciado com mais ênfase durante a campanha. Do ponto de vista discursivo, a charge se constitui enquanto materialidade linguística e visual:

Charge 1 – Noticiário barra pesada: aula de história



Fonte: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/nazismo-de-esquerda/>

Nessa charge, dois homens, vestidos com a mesma roupa, destacando-se a camisa amarela e gravata verde, representam os apresentadores do noticiário. Centralizados, noticiam os acontecimentos em forma de tópicos. Além disso, a sequência discursiva constante do título *NOTICIÁRIO BARRA PESADA*, destacado na cor vermelha e em negrito, apresenta o traço satírico da charge, demarcando a partir de qual formação ideológica e discursiva ela foi construída, antecipando para o sujeito-leitor um imaginário sobre o que será tratado no noticiário, ou seja, assuntos difíceis de acreditar/ver. Enquanto materialidade significativa (LAGAZZI, 2011), a cor vermelha, no título, e as cores verde e amarela, na roupa dos apresentadores

remetem, respectivamente, a uma memória discursiva das posições antagônicas "comunismo" e "nacionalismo" durante a Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). O traço satírico da sequência discursiva do título *NOTICIÁRIO BARRA PESADA* é reforçado pela sequência "você acabou de assistir: A história do ponto de vista do *Kama sutra*"². As posições ficam antagonicamente marcadas por essa sátira, que inscreve as sequências discursivas - *nazismo era de esquerda. 64 foi um movimento. O coiso é um mito* na mesma posição de quem interpreta o Kama Sutra. Podemos compreender os efeitos de sentido produzidos pela imagem em composição com as sequências discursivas como *ponto de vista da história BARRA PESADA*.

O enunciado textualiza acontecimentos que provocam rupturas entre a memória e a atualidade da história, como o Golpe de 64 pelos militares no Brasil, que é trabalhado discursivamente pela direita brasileira como fato histórico, ou seja, cuja interpretação se dá pelo efeito de evidência produzido pela ideologia e, para o qual, não cabem outros sentidos. Desta posição discursiva, o Golpe de 64 é discursivizado como 'Revolução de 64' (MOREIRA, 2009), que deve ser comemorado e lembrado com orgulho, apagando, silenciando as torturas, as mortes, as censuras, as perseguições e as lutas pela liberdade, em uma tentativa de naturalizar sentidos que produzem uma formação imaginária positiva em relação ao que, aqui, estamos designando como Golpe.

Desse modo, a sequência discursiva *64 foi um movimento* (Charge 1) mobiliza fios da memória discursiva ao retomar já-ditos – como "Revolução de 64" - em uma mesma região de sentidos. Temos um movimento na ordem do discurso que, segundo Pêcheux (1999), aponta para uma memória discursiva que ressignifica, colocando em conflito a atualidade e a memória. A materialidade linguística em destaque na charge aponta para um confronto ideológico e político em relação ao seu contexto de produção. Ela compõe a materialidade imagética da charge, possível pela incompletude constitutiva das materialidades simbólicas. Seguindo Lagazzi (2011), no

² As sequências discursivas que constituem o *corpus* discursivo serão marcadas em itálico.

gesto analítico da imbricação dessas materialidades, podemos trabalhar o equívoco do acontecimento do significante na história.

Do lugar político, no qual essa charge foi construída, o enunciado *nazismo é de esquerda*, assim como *64 foi um movimento* e *o coiso é um mito*, se inscrevem a partir de uma formação discursiva e ideológica oposta às posições discursivas apresentadas pelo então candidato à Presidência da República, posteriormente eleito, em diferentes pronunciamentos realizados por ele.³ São produzidos sentidos que demarcam uma posição crítica e satírica quanto a esses enunciados, que é reforçada pela sequência discursiva *você acabou de assistir: A história do ponto de vista do Kama sutra*. Em relação à materialidade linguística, para agradar diferentes posições, o sujeito realiza uma mudança histórico-ideológica em seu discurso de modo a possibilitar um prazer aos seus seguidores, aos sujeitos que compartilham da mesma posição.

O embate entre a história e a política discursivamente constituída na memória social é colocado em questionamento pelos sujeitos que interagem com o enunciado “nazismo é de esquerda”. A charge, ao materializar esse confronto não só com o nazismo, mas com o golpe e a idolatria ao atual Presidente da República – *mito* –, materializa o debate presente na arena discursiva e aponta para uma mudança na posição-sujeito cuja fala é perpassada por um vocabulário autoritário, nacionalista, grotesco, mas que, ao mesmo tempo, produz essa tentativa de naturalização pelo prazer de seus interlocutores.

³ “Não houve golpe militar em 1964” (durante entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 30 de julho de 2018).

“Não tenho dúvidas de que o nazismo era um regime de esquerda” (em visita ao Centro Mundial de Memória do Holocausto, em Israel, abril de 2019).

“Não sabem que foi um processo democrático [a posse de Castelo Branco na ditadura militar]. Teve votação” (Entrevista para o Instagram do BLOGDOMAGNO, 19 de maio de 2020).

“Não há dúvida né [que o nazismo é de esquerda]? Como é o nome do partido? Partido Nacional Socialista da Alemanha, né?” (em visita ao Centro Mundial de Memória do Holocausto, em Israel, abril de 2019).

Ao realizar esse gesto, o silêncio constitutivo se marca enquanto resistência dos sentidos, “é preciso não dizer para poder dizer” (ORLANDI, 2007, p. 74). É pelo discurso que se materializa na língua e se dá nas relações estabelecidas pelo sujeito com o outro, que o silêncio se constitui nesses dizeres, enquanto tentativa de produzir um prazer discursivo no outro que interage com o meu dizer, pois é pela fala pública do atual Presidente do Brasil que as sequências representadas na charge são postas em circulação.

A segunda charge foi publicada no jornal “Brasil de Fato”, em 3 de abril de 2019, demarcado pelo seu caráter de militância na área jornalística, pela sua pluralidade e diversificação quanto à composição do seu quadro de jornalistas, sempre retratando acontecimentos do país de forma crítica. A charge é do autor Carlos Latuff e relembra o contexto em que o ex-ministro das relações exteriores e o presidente visitaram o Muro das Lamentações dos judeus, na cidade de Jerusalém (Israel), e, nesta Condição de Produção (PÊCHEUX, 1988), afirmaram que o “nazismo é de esquerda”.

Charge 2 – Curso de história



Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/artes/2019/04/03/latuff/index.html>

Na charge, é possível notar a figura do presidente caricaturada ensinando a outros dois personagens. No canto esquerdo da charge, tem-se uma tabuleta com

ensinamentos sobre o nazismo - onde está escrito *Curso de História Olavo de Carvalho e Nazismo é de esquerda* - diante da figura do presidente ensinando a história do nazismo a partir das leituras do filósofo Olavo de Carvalho. Em resposta, os personagens pensam em consonância: "Idiota!".

No dizer "Olavo de Carvalho" como o precursor do "curso de história", buscamos compreender o modo como a crítica funciona. Olavo de Carvalho é popularmente conhecido como o "guru" do presidente Bolsonaro, fazendo ressoar efeitos de sentidos polêmicos em relação à interpretação da história do Nazismo e do Brasil.

Para a compreensão discursiva da charge, é importante compreender os efeitos de sentidos dos personagens que comparecem como alunos do presidente. A materialidade imagética nos remete ao interdiscurso⁴, pelo qual podemos compreender que os alunos se inscrevem enquanto: um judeu, fortemente perseguido pelos nazistas, marcados por um dos maiores massacres conhecidos pela história; e um militar das forças secretas nazistas, responsável por elaborar as perseguições e atuações das forças nazistas, eram livres para decidirem e atuarem como desejassem⁵. Esses personagens podem ser associados como alunos, tomando-se as marcas imagético-discursivas enquanto materialidade significante. Sentados à frente do professor tem-se o judeu, identificado pelo pijama de listras usado nos campos de concentração, além dos dois triângulos sobrepostos em amarelo, para formar a Estrela de Davi na blusa e os pés descalços remetendo ao despojamento das vestes e pertences que eram obrigados a fazer; e o militar nazista identificado pela vestimenta característica dos militares e pelos símbolos nazistas, como o que está no capacete.

Os personagens são constituídos ideologicamente pela história que vivenciaram; portanto, marcam posições antagônicas entre si, mas ocupam a mesma posição discursiva na charge, como podemos compreender com a sequência

⁴ "Todo complexo com dominante das formações discursivas [...]. Algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente, isto é, sob o complexo das formações ideológicas" (PÊCHEUX, 1988, p. 162).

⁵ Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-gestapo-terror-paranoia.phtml>. Acesso em: 30 abr. 2021.

discursiva em que ambos estão pensando o mesmo – *Idiota* - em relação ao Presidente da República. Já as sequências discursivas *Nazismo é de esquerda* e *Curso de História Olavo de Carvalho*, de um lado, marcam a posição professor (Presidente da República); e de outro, assentados, os alunos (os sujeitos da história), cuja sequência discursiva *Idiota!* pode ser compreendida como discordância quanto ao enunciado proferido pelo professor caricaturado por Bolsonaro.

Por fim, destacam-se as cores fortes utilizadas na charge, como o vermelho na inscrição "*Nazismo é de esquerda*". Mais uma vez, a cor vermelha como materialidade significante compõe o ponto de encontro entre a memória e a atualidade no gesto de interpretação. Os efeitos de sentido historicamente constituídos do vermelho remetem a signos que simbolizam o comunismo, a guerra; "a cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras" (ORLANDI, 2015, p. 27). Assim, a historicidade da cor vermelha ao longo da história é ideologicamente constituída. Dito de outro modo, Pêcheux (1988) propõe que o sujeito não é destituído de ideologia, mas é interpelado por ela. Nesse sentido, dessa posição-sujeito Presidente da República, ao afirmar que o "nazismo é de esquerda", há uma busca pelo apagamento de sentidos que colocam em luta a memória discursiva social, evidenciando sentidos que tentam naturalizar um movimento de acordo com sua vontade de dizer.

A charge analisada trabalha esse caráter ideológico e histórico do sujeito, que se materializa pela linguagem, que se manifesta pelas condições de produção e pelos imaginários que o sujeito constrói de si e do outro. A política do silêncio se faz presente pelo seu caráter constitutivo, pelos personagens caricaturados na charge – enquanto materialidade imagética – pela materialidade linguística, pela disposição dos elementos, assim como pela construção do imaginário social em torno dos personagens que mobiliza efeitos de sentidos outros, apagando, necessariamente, os sentidos que a fala do presidente mobiliza nos sujeitos interlocutores, conforme sinaliza Orlandi (2007), ao reforçar que toda escolha discursiva apaga, necessariamente, outros sentidos possíveis.

Considerações finais

O presente estudo teve por objetivo realizar uma análise discursiva de charges em que o enunciado “nazismo é de esquerda” é trabalhado como forma de questionamento, com base na teoria materialista dos processos discursivos, a fim de compreender os efeitos de sentido que discursos como esse deslocam, considerando os sujeitos e a história.

A partir das análises realizadas, foi possível compreender que as charges buscam, pelo jogo discursivo, trabalhar o modo como o dizer se projeta contra o discurso do atual governo brasileiro, revelando-se como um movimento de resistência e militância, em que os sentidos são mobilizados conforme a formação discursiva e ideológica e o contexto político em que se inserem. É importante ressaltar que as escolhas discursivas nas análises não são aleatórias, mas se constituem como discursividades que evidenciam certos sentidos para silenciar outros.

Por fim, as análises nos apontam para um movimento de resistência quanto a esse discurso, assim, o silêncio constitutivo que perpassa o discurso do presidente, por mais que haja a tentativa de apagamento de certos sentidos, sentidos outros são construídos pela/na interação discursiva, isto é, pelas posições ideológicas que resistem ao discurso na arena discursiva.

Referências

D'ATHAYDE, Elza Maria. *Entre o dizer e o não dizer: a charge política e a relação com o silêncio*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, 2010.

GRISI, Celso Cláudio de Hildebrand e. O mundo vive uma desordem econômica e política. [Entrevista]. *Rádio USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 10 ago. 2018. Disponível em: O mundo vive uma desordem econômica e política – Jornal da USP. Acesso em: 15 out. 2019.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2011.

LATUFF, Carlos. Bolsonaro ridiculariza memória do holocausto e faz reescrita à força da história. *Brasil de fato*. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/artes/2019/04/03/latuff/index.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

MOREIRA, Carla. Censura e silenciamento no discurso jornalístico. In: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria (org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 319-342.

ORLANDI, Eni. Do fato para o acontecimento (da diferença à resistência). In: ORLANDI, Eni. *Eu, Tu, Ele: Discurso e Real da História*. 2. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 43-51.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

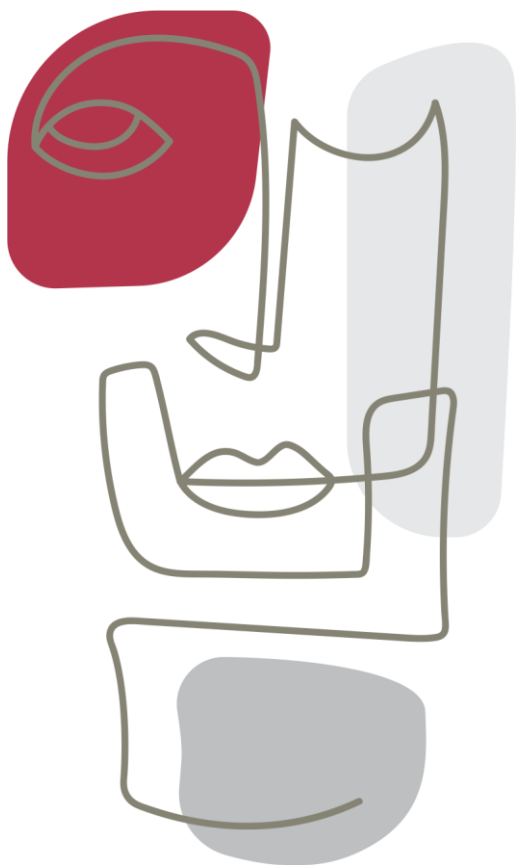
VASQS. Noticiário barra pesada: aula de história. *Humor político: rir para não chorar*, 03 out. 2018. Disponível em: <https://www.humorpolitico.com.br/tag/nazismo-de-esquerda/>. Acesso em: 15 out. 2019.

Jaqueline Araújo da Silva

Mestranda em Estudos da Linguagem (CEFET-MG), bolsista CAPES. Graduada em Letras Português/Inglês e suas Literaturas (UFLA). Membro do Programa de Extensão Pensar Jovem: Fazer Sentido (CEFET-MG) e do Grupo de Pesquisa Discurso, Tecnologia e Divulgação do Conhecimento (CEFET-MG/CNPq).

Carla Barbosa Moreira

Docente no Departamento de Linguagem e Tecnologia (CEFET-MG) e membro permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Estudos de Linguagens/CEFET-MG. Coordenadora do Programa de Extensão Pensar Jovem: Fazer Sentido e do Grupo de Pesquisa Discurso, Tecnologia e Divulgação do Conhecimento (CEFET-MG/CNPq).



Rizia Amanda Pereira Ramos

Rosiane Silva Santos

**A (RE)CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NO
DISCURSO SOBRE A MORTE NA OBRA *A
MORTE E A MORTE DE QUINCAS BERRO D'ÁGUA***

Introdução

Compreendendo que o discurso literário se constitui de elementos exteriores para sua formação discursiva, faz-se necessário pensar o discurso literário e sua relação com a História. Diante disso, objetivamos analisar como são construídos os sentidos de morte na obra *A Morte e a Morte de Quincas Berro D'água* (2008) de Jorge Amado, romance cuja inscrição de efeitos de sentido se estabelece em meio ao discurso político, uma vez que, na narrativa, os discursos implicam conflitos de classes entre burgueses e proletariado, que, por sua vez, deslizam em concepções histórico-sociais da sociedade baiana da década de 1950. Dito isso, propomos explorar a relação polêmica entre a formação ideológica em que os sujeitos sociais ocupam lugares sociais e produzem efeitos discursivos.

A obra publicada em 1959 na revista *Senhor*, constitui-se em doze capítulos curtos que apresentam costumes da sociedade, bem como curiosidades e contradições acerca da(s) vida(s) e da(s) morte(s) do pitoresco Quincas Berro D'água. Ao longo da narrativa o autor mantém uma conversa com o leitor, haja vista que discorre com uma linguagem popular, regional e irônica as peculiaridades do sujeito-protagonista, apresentando-nos a descrição social das personagens em meio ao cenário cultural e ideológico de Salvador da década de 1950.

Quincas era considerado um homem íntegro, dedicado à família, funcionário público, casado com Dona Otacília. Entretanto, aos cinquenta anos de idade, ao chamar a esposa e a filha de “jararacas, e, com a maior tranquilidade desse mundo, como se estivesse a realizar a maior e mais banal dos atos, foi-se embora e não voltou” (AMADO, 2008, p. 42). Após a aposentadoria Quincas decide sair de casa para morar sozinho em uma pocilga em Salvador.

Para análise desta novela, tomamos um posicionamento da Análise do Discurso (doravante, AD) de cunho materialista, a fim de descrever quais efeitos de sentidos são articulados em torno da morte do personagem principal. Diante disso, expomos os seguintes questionamentos: como os sentidos de morte são construídos

ao longo da obra? De que forma diferentes discursos atravessam/dialogam com outros discursos na produção desses sentidos?

Portanto, encaramos o texto literário como materialidade significativa, na medida em que, para compreender os efeitos de sentido articulados na escrita literária, partimos da concepção de que o sentido de morte (opaco no próprio título da obra) não é evidente.

Literatura e discurso: uma proposta de análise

A contradição constitutiva da língua está marcada na narrativa, propriamente por um contexto em que os discursos compreendem os movimentos histórico-sociais da sociedade baiana no século XX (discurso sobre família e religião). Nesse sentido, analisamos a não evidência de sentido da morte como acontecimento natural, uma vez que os efeitos de sentido na obra são possibilitados por diferentes memórias discursivas realçadas nas figuras simbólicas dos sujeitos da narrativa. Instaura-se também a ironia como um aspecto linguístico marcante na obra, na medida em que ocorrem equívocos no discurso das personagens em relação o lugar social que elas ocupam.

O tratamento dado à morte do protagonista causa uma desconstrução do próprio sentido, quando pensada a seriedade em que normalmente a morte é abordada pela sociedade. Diante disso, a partir do lugar de escuta reafirmamos que os sujeitos ideológicos retratados na obra implicam o discurso em torno da(s) morte(s) do protagonista. Desse modo, interessa-nos o deslize de sentido em torno do termo, efetuando, dessa forma, a base de estudo do *corpus*.

Na introdução de seu livro *Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas* (2009), Fernandes considera que os aspectos históricos, sociais e ideológicos que possibilitam a obra, envolvem tanto a produção de discursos quanto a constituição de sujeitos. Assim, a materialidade linguística configura diversas

possibilidades de interpretação, isto é, diferentes sentidos são determinados por fatores exteriores ao sistema linguístico.

Ao destacar que a história é inerente à constituição do sujeito, o autor procura mostrar seu funcionamento na materialidade significativa literária. Nesse sentido, postula que o sujeito discursivo coloca em realce sua constituição sócio-histórica e ideológica, bem como seus posicionamentos demonstrados pelas inscrições discursivas. Assume-se, desse modo, que o discurso literário é constituído por acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, não sendo o autor o centro do sentido, pois,

Não há discurso que não se relacione com outros. A realidade é social, culturalmente construída, que o fazer histórico implica um sujeito historiador que fala de um lugar ideologicamente marcado, perpassado por um dado saber, sob condições de produção definidas (ORLANDI, 2007, p. 37).

Portanto, os sujeitos são atravessados pela memória, ou seja, o sentido é histórico, construído no e pelo interdiscurso, e a análise de textos literários não foge à regra ao utilizar a memória na combinação de diferentes discursos materializados no texto.

Para tanto, procederemos a descrição e análise das representações presentes na sociedade da época observadas na materialização do discurso na língua, sendo a esfera social o local onde o discurso pode ser “revelado” (ORLANDI, 2007). Em outras palavras, é possível dizer que a obra se constitui como uma representação de determinado período da história em que os discursos da população baiana se fazem presentes na narrativa, dando significação à obra. De fato, são as condições sócio-históricas que determinam os efeitos de sentido, o modo como ela será interpretada tanto na sociedade da época quanto na posteridade.

A investigação dessa pesquisa deu-se inicialmente com a descrição do modo como se materializa o discurso sobre a morte na obra. Assim, a pesquisa divide-se nas seguintes etapas: (i) trabalho com o corpus; que consiste na seleção das sequências discursivas consideradas representativas sobre o discurso da morte; (ii)

em seguida, descrição das paráfrases possíveis em relação às sequências discursivas selecionadas. Após a coleta desses dados, partiremos para a segunda etapa que consiste na descrição das condições de produção que permitem a formulação desse discurso na obra.

Diante disso, podemos pensar as condições de produção como determinantes históricos que possibilitam a constituição de sentidos (CROSARA, 2009), em nossa análise, o texto literário deve ser observado através de relações sociais entre sujeitos que se constituem a partir do interdiscurso. Nesse sentido, a língua "é um lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são históricos-sociais" (ANDRADE, 2004, p. 11).

A narrativa apresenta uma linguagem irônica e pitoresca, pois os amigos e o próprio Quincas aparentemente festejam a morte do protagonista. Por outro lado, a família não sente remorso ou lamenta a perda, muito pelo contrário, a esse sentimento sentem "alívio" porque finalmente a "cruz" que eles carregavam não seria mais lembrada e, enfim, poderiam viver sem a preocupação de encontrá-lo "sujo" na rua. Assim, o sobrenome da família não seria mais desmoralizado e os jornais de Salvador deixariam de noticiar sobre o "*Rei dos vagabundos da Bahia*", como observado na seguinte Sequência Discursiva (SD):

SD1: O que nos leva a constatar ter havido uma primeira morte, se não física pelo menos *moral*, datada de anos antes, somando *um total de três*, fazendo de Quincas um recordista da morte, um campeão do falecimento, dando-nos o direito de pensar terem sido os acontecimentos posteriores – a partir do atestado de óbito até seu mergulho no mar – *uma farsa montada por ele com o intuito de mais uma vez atazanar a vida dos parentes, desgostar-lhes a existência, mergulhando-os na vergonha e nas murmurações da rua* (AMADO, 2008, p. 15, grifo nosso).

Tomando o discurso da família como uma regularidade, observado por meio da memória discursiva em que a mobilização de discursos de cunho religioso e da classe social são vigentes, para o sujeito-enunciador. Quincas deixa a vida "confortável" para andar sujo provocando no âmbito familiar o sentimento de

vergonha. Esse episódio pode ser evidenciado no posicionamento assumido por eles quando se referem aos aspectos morais atribuídos à figura de Quincas que, por vezes, rompe progressivamente com os padrões conservadores impostos pela família, ou melhor, pelos discursos sociais que ecoam no ambiente familiar mobilizado por uma memória coletiva.

Ao analisar discursivamente as três mortes do(s) personagem(ns), faz-se necessário "pensar a determinação histórica que possibilita o aparecimento de enunciados e as relações de implicação, oposição, exclusão, transformação, substituição, apagamento que os inter-relacionem e possibilitem a análise" (CROSARA, 2009, p.54). Diante disso, sublinha-se que é a memória que determina os efeitos de sentido que são produzidos, expondo assim, um discurso construído na e pela história.

A constituição do sujeito enquanto ser dotado de ideologia, materializa-se no texto literário. Nesse sentido, a relação entre história e memória discursiva é constitutiva da produção de discursos, de modo que o sujeito não deve ser considerado origem do dizer, mas atravessado por uma memória social e coletiva, manifestada por ideologias discursivas materializadas na língua.

Dito isso, os sujeitos constantemente acionam por meio de uma memória histórica, discursos enraizados em determinada posição ideológica assumida, uma vez que "não há sujeito sem ideologia, isto é, entender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz" (FERNANDES, 2009, p. 24). Com isso, é possível dizer que ecoam no discurso de Quincas, diferentes vozes sociais, sendo representativo de duas esferas sociais: "*pai de família*" e "*pai da gente*", representadas pelo lugar social da família (conservadora) e dos amigos (marginalizados).

Assim, cabe ao analista explicar o que foi dito e como foi dito a partir das formações discursivas (FD) dos enunciadores no discurso. Esse processo de análise consiste na descrição da superfície linguística passando para o processo discursivo. Desse modo, buscamos descrever, interpretar e explicar os processos discursivos

para compreender a relação língua, história e sujeito, uma vez que a compreensão dessa relação ocorre através das práticas discursivas, em que a ideologia é demonstrada na e pela linguagem.

Segundo Maldidier (2003, p. 15), é no fim dos anos 1960 que Michel Pêcheux e o linguista Jean Dubois apresentam as bases que fundam a AD, momento em que é possível pensar algumas ideias fundamentais, como o conceito de “*condições de produção*”, segundo o qual o discurso seria determinado por um “*exterior*” constituído por um “*tecido histórico-social*”; e também a noção de não-dito, que, futuramente dominará a elaboração do conceito fundamental na AD: o interdiscurso. Desse modo, as sequências discursivas serão consideradas como a materialização discursiva que se estruturam a partir do espaço entre as condições de produção e a “*produção do discurso*”.

Para compreender o funcionamento dos discursos na literatura, Fernandes (2009, p. 51) enumera alguns questionamentos que impulsionam os estudos em AD. Dentre eles: se a literatura utiliza mecanismos que lhe são peculiares para discutir questões socioideológica e históricas, como essas questões podem ser tratadas pelo viés da AD na análise de diferentes obras literárias; e como pensar os efeitos de sentido que fazem de um texto literatura.

Ao destacar que a história é inerente à constituição do sujeito, o autor procura mostrar seu funcionamento na produção literária. Nesse sentido, postula que o sujeito discursivo coloca em realce sua constituição sócio-histórica e ideológica, bem como seus posicionamentos demonstrados pelas inscrições discursivas. Nesse sentido, procura mostrar seu funcionamento na produção literária e ressalta que os sujeitos são atravessados pela memória, isto é, sentido histórico, e a análise de textos literários tem uma perspectiva importante para utilizar a memória na combinação de diferentes discursos materializados no texto (FERNANDES, 2009, p. 51).

É interessante destacar que a causa da morte de Quincas não é revelada, e os discursos sobre o ocorrido apresentam oposições ao sentimento de luto entre familiares e amigos. Dito isso, os discursos das personagens põem em jogo o que

não deveria ser dito em ocasiões de morte. É por meio dessa crítica que nos propomos analisar esse discurso polêmico no texto literário, algo que é também observado em nossa sociedade. Nesse contexto, surge a *ironia* como motivadora da contradição no discurso da morte.

Nesse contexto, além de nosso gesto de interpretação acerca de um signifiante, a morte, buscamos compreender a memória coletiva (imaginário social da época) a partir das FD das personagens. Nessa perspectiva, o funcionamento polêmico desse discurso fundamenta o interesse por uma análise discursiva na obra.

A morte como acontecimento social: relações possíveis

Segundo Orlandi (2012, p. 13) no que diz respeito a ironia, esta figura de linguagem se desenvolve na funcionalidade do discurso, seja na forma de construção, ou de negação dos sentidos. O que interessa no campo da AD materialista é analisar a mobilização ideológica constitutiva da língua, por vezes, realçadas pelas FD dos sujeitos. Acerca da ironia, construída pelo acionamento de discursos, Orlandi afirma:

A reflexão sobre a ironia leva-nos à compreensão de que, para o estudo da significação, importa tanto aquilo que é construção como o que é processo de *autodestruição do sentido*. Em outras palavras: a destruição do sentido também é um processo constitutivo da linguagem (ORLANDI, 2012, p. 2, grifo nosso).

Dessa forma, neste estudo, a mobilização de sentidos por meio da ironia se configura na medida em que se constroem enunciados elaborados que possuem ligação com um determinado campo ideológico específico, de modo que se estabelecem sentidos inesperados ou contrários ao que se espera ter dito.

O sujeito-enunciador apresenta nas seguintes SD o posicionamento da família face à morte física de Quincas, se sentindo vitoriosa diante do acontecimento:

SD2: Assim é o mundo, povoado de céticos e negativistas, amarrados como bois na canga, à ordem e à lei, aos procedimentos habituais, ao papel selado. Exibem eles, vitoriosamente, o atestado de óbito assinado pelo médico quase ao meio-dia e com esse simples papel – só porque contém letras impressas e estampilhas – tentam apagar as horas intensamente vividas por Quincas Berro D'água até sua partida, por livre e espontânea vontade, como declarou, em alto e bom som, aos amigos e outras pessoas presentes. (AMADO, 2008, p. 14).

SD3: Vanda pensou no destino da aposentadoria do pai. Eles a herdariam ou receberiam apenas o montepio? Talvez Leonardo soubesse [...] (AMADO, 2008, p. 25).

SD4: Tio Eduardo explicava: - *Caro mesmo é o caixão*. E os automóveis, se for acompanhamento grande. Uma fortuna. *Hoje não se pode nem morrer* (AMADO, 2008, p. 31, grifo nosso).

SD5: Viu o sorriso. *Sorriso cínico, imoral, de quem se divertia. O sorriso não havia mudado, contra ele nada tinham obtido os especialistas da funerária*. Também ela, Vanda, esquecera de recomendar-lhes, de pedir uma fisionomia mais a caráter, mais de acordo com a solenidade da morte (AMADO, 2008, p.43, grifo nosso).

Observados os discursos da família nas SD recortadas, pode-se dizer que a forma como os familiares reagiram diante da morte de Quincas ressoa como um tratamento indiferente, todavia, não se espera que os membros familiares assumam determinada atitude diante da morte de um familiar. Observa-se, no entanto, nas FD do sujeito-enunciador, que a família está presa aos padrões conservadores da época e, por esse motivo, eles compartilhavam das ideologias sociais predominantes e se comportavam como *“amarrados como bois na canga, à ordem e à lei, aos procedimentos habituais, ao papel selado...”*. Podemos associar esses termos às obrigações que a família deveria manter para garantir a valorização da sociedade da época. Porém, Quincas não concordava com as decisões ou regras dos outros (seja sociedade ou família) sobre sua vida, portanto, quando ele morre biologicamente, a família vê, no atestado de óbito, a vitória sobre a rebeldia do protagonista, acreditando tê-lo vencido.

Por meio do atestado de óbito *“tentam apagar as horas intensamente vividas por Quincas Berro D'água”*, como se a vida que ele levava nos últimos dez anos, não

estivesse existido, porque para a família ele realmente não existiu, e a memória dele deveria ser sempre referida (pelos familiares) ao respeitável Joaquim Soares da Cunha.

Diante disso, a preocupação dos familiares está relacionada com a memória do morto, com os gastos que eles iriam adquirir com um velório digno, ou se iriam se beneficiar com a morte, e herdar o dinheiro do aposentado falecido. Assim, como podemos observar na SD3, quando Vanda lembra que tem direito em receber a aposentadoria do pai: *“eles a herdariam ou receberiam apenas o montepio?”*, a pergunta logo suscitou, em Vanda, mais um motivo para se sentir vitoriosa (a sua segunda vitória) com a morte do pai.

Ainda sobre o interesse familiar, compreendemos que a morte de Quincas, apesar de significar uma vitória, também foi um incômodo, visto que eles tiveram de deixar de trabalhar para se reunir em um restaurante (quando aproveitaram para degustar uma moqueca) e discutir os gastos com o velório.

Desse modo, a discussão se dava com os cuidados que deveriam ter com o dinheiro; prezavam pelo máximo de economia, já que, segundo eles, *“os tempos andavam difíceis”*. Tio Eduardo era dono de um armazém e era bastante econômico, sabia que o dinheiro era algo difícil, portanto, ele explicava que *“caro mesmo é o caixão...hoje não se pode nem morrer”*. Nesse sentido, quanto mais simples fosse o velório, menos gastos teriam e menos vergonha passariam aos olhos da sociedade.

Observamos na SD5 uma contraposição à possível conquista da família, isto porque Quincas se apresentava o tempo todo com: *“um sorriso cínico, imoral de quem se divertia”*. O cadáver parecia que estava vivo, perturbando a filha. Vanda olhava para o pai no caixão e via sua *“resistência silenciosa”*, nem mesmo os especialistas da funerária haviam dado jeito nas imoralidades de Quincas. A impertinência do protagonista ressoava na memória da filha e provocava os sentimentos mais tristes e imperdoáveis sobre aquela vida imunda e desregrada que o pai escolheu, opondo-se ao discurso familiar.

Desse modo, compreendemos que a ironia se estrutura na obra sobre as FD das personagens e a posição social em que as duas instituições são apresentadas (família e amigos). Como mencionado, os amigos consideram Quincas como alguém da família e sofreram (aparentemente foram os únicos) com a partida inesperada dele, o que caracteriza a ironia, na medida em que se esperava que esse comportamento fosse de sua família. O que indica que há uma disputa de sentidos atravessados pela ideologia desses grupos. Como assinala Orlandi (2012), ocorre a desconstrução do sentido de morte, possibilitada pelo discurso familiar, caracterizando o efeito irônico sobre as mortes do protagonista visto no próprio título da obra.

É interessante destacar o último enunciado dito por Quincas, segundo Quitéria, que estava ao seu lado: *“Cada qual cuide de seu enterro, impossível não há”* (AMADO, 2008, p. 26), de modo que podemos associar ao ditado popular: *“Cada qual cuide de sua vida”*. Desse modo, mais do que cada um deve cuidar de sua vida, deve-se viver como bem entender. O personagem pitoresco de tantas mortes parece se valer desse ditado, visto que procurou viver a vida a seu modo e fazer o que tinha vontade, sem se prender aos padrões sociais e familiar, como a família esperava.

Assim, compreendemos que a família prezava pelos costumes valorizados pela sociedade e, aparentemente a preocupação com o velório se dava devido à vergonha que passariam com a presença do defunto em casa, portanto, um velório simbólico (*Com padre, roupa nova, coroa de flores*) não era merecido por Quincas, visto que ele não era um cristão, tornando-o um cidadão indigno de rezas. A família discutia o assunto, ressaltando a preocupação com os comentários da sociedade e, para não ficar “feio”, sentia-se obrigada a velar o corpo como se ele fosse considerado por todos, como um cidadão e cristão.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscamos produzir um gesto de interpretação acerca do sentido de morte no espaço ficcional literário. Com efeito, nos debruçamos na história e, por sua vez, analisamos o funcionamento dos discursos que circulavam na sociedade dessa época, na busca de compreender o funcionamento dos efeitos de sentido que produzem. Nesse sentido, é possível dizer que a morte do personagem alimenta uma gama de questões sociais assumidas na obra, para citar algumas: o sentido de família, de relações sociais, de lugares sociais e de interesses julgados por uma memória coletiva. Dessa forma, notamos a importância teórica da AD materialista, na medida em que esta se preocupa em descrever e explicar os processos em torno da significação, mais precisamente como determinados discursos funcionam na/pela história.

Foi recorrente nas análises apresentadas, o modo de construção discursiva operado entre dois grupos sociais, marcados ideologicamente (família e amigos), em que as marcas linguísticas de ambos produzem sentidos de posicionamentos sociais distintos. Assim, a compreensão dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos-personagens é central na compreensão dos efeitos de sentido produzidos no texto literário, ainda mais quando levamos em consideração a presença da ironia, utilizada para descrever como se deu a morte de Quincas, estrutura a polêmica, provoca questionamentos e estranhamento. Isto porque, na sociedade da época (mas também em tantos outros momentos na história da humanidade), não é “desejável” que a morte seja tratada de forma irônica.

Em suma, o embate entre vida e morte apresentado põe em jogo vozes sociais que se apresentam institucionalizadas na língua, no discurso das personagens, promovidas pelas ideologias sociais vigentes da época, porém, não evidentes em sua significação. Crescente ao que propomos neste trabalho, buscamos abordar um gesto de interpretação acerca do funcionamento discursivo sobre a morte na obra, bem como compreender os sentidos construídos e reconstruídos em torno do vocábulo morte. De um lado, vimos que o sentido de morte não é evidente, pois desencadeia como efeito de sentido outras

significações. Além disso, assim como pontuamos, encontramos também um significante marcante no texto, *pai*, marcado pela polissemia, que causa questionamentos, também como resultado da opacidade constitutiva da língua.

Por fim, é importante reforçar que um discurso produz sentido através da relação com outros discursos, pois remete sempre a ocorrências anteriores, por meio do interdiscurso ou memória coletiva. Desse modo, compreendemos que os efeitos de sentido produzidos na obra se legitimam em meio a um discurso patriarcal e familiar, discursos esses, que de modo distintos, ainda vigoram na sociedade. Com esse olhar, esperamos que essas considerações provoquem nos leitores e estudiosos o interesse por novas abordagens discursivas na obra.

Referências

AMADO, Jorge. *A morte e a morte de Quincas Berro D'água*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografia de Salvador*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

CROSARA, Franciele Magalhães. Discurso, história e memória em *Acorda Amor*: a construção dos sentidos. In: FERNANDES, C. A.; GAMA-KHALIL, M. M.; ALVES JUNIOR, J. A. (org.). *Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 57-70.

FERNANDES, Claudemar Alves. Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas. In: FERNANDES, C. A.; GAMA-KHALIL, M. M.; ALVES JUNIOR, J. A. (org.). *Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 46-53.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: Eni Puccineli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, Eni Puccineli. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. *Weg Revista Discursividade*, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de campo Grande-MS, ed. 9, jan./maio 2012. Disponível em: www.discursividade.cepad.net.br.

ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

Rizia Amanda Pereira Ramos

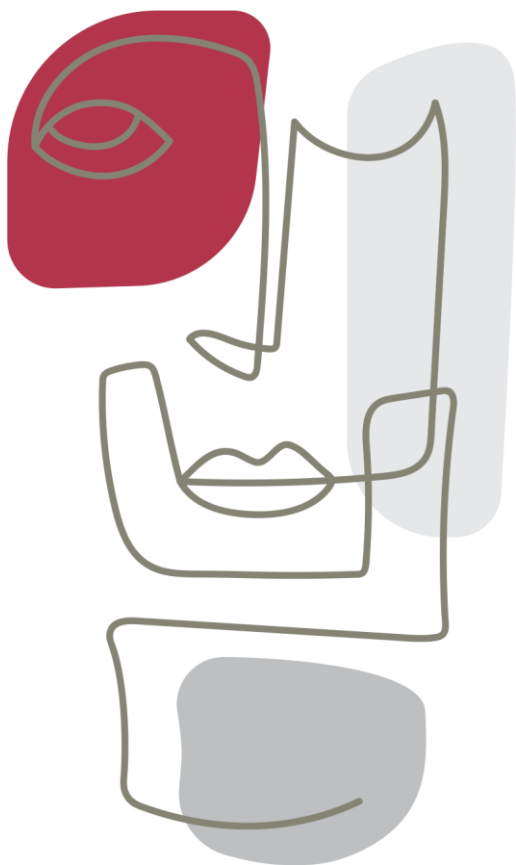
Licenciada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí.

E-mail: riziarmuss@gmail.com.

Rosiane Silva Santos

Licenciada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí.

E-mail: rosianesilva@gmail.com.



Ilka de Oliveira Mota

**UM ESTRANHO NO (MEU) NINHO: RELAÇÕES
ENTRE CIDADE E ESTRANGEIRIDADE EM
CAMPINA DO MONTE ALEGRE (SP)**

Introdução

A reflexão que trago neste artigo é resultado de uma pesquisa produzida no estágio pós-doutoral, na Universidade Estadual de Campinas, no Instituto de Estudos da Linguagem. O tema inscreve-se na área dos estudos da linguagem e vincula-se a uma perspectiva discursiva.

A pesquisa analisou os modos de representação imaginária sobre cidade e universidade a partir da implantação do *campus* Lagoa do Sino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em Buri¹, bem como as relações discursivas tecidas no espaço discursivo entre cidade e universidade. Para isso, apoiamos-nos nos estudos do discurso estabelecendo, ao mesmo tempo, uma interface com as reflexões promovidas pela Psicanálise, de um lado, e por Jacques Derrida, de outro, mais exatamente sobre a sua obra intitulada *Hospitalidade*.

O *corpus* foi produzido a partir de entrevistas com antigos e novos moradores, envolvendo 12 habitantes de cada, o que totalizou 24 entrevistas. A ideia foi construir um espaço discursivo de escuta, motivado pela pergunta: “Fale-me um pouco sobre a presença da UFSCar na cidade de Campina do Monte Alegre”, de modo que os habitantes pudessem relatar suas impressões sobre a cidade, tendo como pano de fundo a sua relação com o *campus* Lagoa do Sino². No processo de escuta, a ideia foi compreender as representações imaginárias que tecem o fio do discurso e seus efeitos de sentido no processo de significação de si e do outro sempre considerando a cidade como carro-chefe desse e nesse processo.

Campina do Monte Alegre (CMA) situa-se em uma região conhecida historicamente como ramal da fome. A implantação de um *campus* da Universidade Federal de São Carlos no sudoeste paulista teve como objetivo inicial transformar

¹ O *campus* Lagoa do Sino pertence ao território de Buri, no limite com a cidade de Campina do Monte Alegre. Em virtude de o *campus* estar geograficamente mais próximo de Campina (6 km), grande parte dos alunos estabelece nela residência durante os anos de estudo.

² Como a pesquisa envolveu pessoas, a mesma foi submetida ao CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP, e aprovada em 2019. O processo está registrado sob o número 17484719.1.0000.8142.

essa realidade, contribuindo, entre outros, para o desenvolvimento econômico e social da região.

Dentre os eixos levantados e analisados na pesquisa, proponho, neste artigo, trazer para a reflexão o recorte estrangeiridade e cidade motivado pela pergunta: como o morador antigo de CMA representa imaginariamente o estudante, novo morador, que passa a viver na cidade para estudar na UFSCar Lagoa do Sino?

Em razão do espaço concedido, escolhi dois relatos que são representativos do(s) modo(s) de significação do outro (estudante³) pelos moradores antigos da referida cidade. A ideia é aprofundar as questões apresentadas e discutidas na ocasião do IX Seminário de Estudos da Análise do Discurso, em 2019, no Eixo Temático 6.

Análise de Discurso: uma breve reflexão

A Análise de Discurso (AD doravante) de linha materialista é uma disciplina do conhecimento científico crítica à concepção cartesiana de sujeito, à ideia de língua como comunicação e à concepção linear de história. Na sequência, apresento algumas afirmações advindas da AD que julgo importantes para a análise proposta:

i. a linguagem é opaca, isto é, ela tem historicidade (ORLANDI, 1999a), o que permite ao analista de discurso compreender e explicitar os processos de significação postos em funcionamento;

ii. o sujeito é constituído pelo outro (Outro) e pela memória: conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam e sustentam o dizer;

iii. não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia: isto é, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua(gem) significa.

³ Estudante, hospedeiro, estrangeiro, *outsider*, todos esses termos são sendo utilizados como sinônimos neste trabalho.

iv. o sentido é relação a, ou seja, não há sentido em si ou colado às palavras. Estas tiram seus sentidos das formações discursivas e das posições dos sujeitos no discurso.

Para este trabalho, a noção de sujeito é fundamental. Discursivamente, o sujeito não controla o seu dizer, já que o inconsciente o constitui. A partir da contribuição da Psicanálise, o sujeito é compreendido como aquele que é cindido, descentrado, atravessado pelo inconsciente, cujo dizer é revelador do não-controle dos desejos que o habitam (CORACINI, 2007). Assim, ao dizer algo, apagam-se outros sentidos possíveis que poderiam ser ditos, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada. Nesse sentido, dizer e silenciar andam juntos, e o relato narrativo é exemplificador disso que estamos afirmando. A narração é compreendida como produção de sentidos, nela os sujeitos significam e re-significam a partir de gestos de interpretação: sentidos irrompem no fio do dizer e podem permitir ao analista de discurso compreender a(s) posição(ões) de sujeito no discurso e os gestos de interpretação que a(s) atravessa(m).

Benjamin (1987), grande teórico da narrativa, concebe a narração como uma atividade indissociada das práticas culturais genuinamente artesanais. Para ele, o narrador, sujeito do desejo, imprime a sua marca na narrativa, ao modo que um oleiro o faz na argila do vaso. Daí a analogia estabelecida entre a atividade da narração e o trabalho do artesão. A matéria relatada, narrável, é compreendida, no viés benjaminiano, como a própria vida humana, que é, noutros termos, a experiência vivida. Discursivamente, a narrativa é um acontecimento entre a memória e a atualidade. Atualidade de um já-dito que é ressignificado pelo seu retorno ao atual que se constitui na instância do dizer, da letra, como um elemento de diferenciação. Como afirma Foucault (1971, p. 28), “O novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento de seu retorno”.

O estrangeiro e (n)a cidade

A partir de agora, sabemos que somos estrangeiros de nós mesmos e a partir desse único apoio é que podemos tentar viver com os outros. (KRISTEVA, 1994)

No livro *Etrangers à nous-même*, Kristeva (1991) mostra-nos quão complexa é a identidade. Para a autora, o estrangeiro habita em nós à medida que somos o que o outro diz de/pensa sobre nós. Isso significa que a imagem que o sujeito tem de si não é obra do além, do acaso ou algo inato. A imagem que o sujeito faz de si resulta do olhar do outro ou, reorganizando, nos vemos a partir do olhar do outro, o que pode ser exemplificado pela célebre frase de Arthur Rimbaud, “*Je est un autre*”. É ele, o outro, que nos dá os contornos de nossos sentidos ou, pelo menos, a sua ilusão. Ao longo de toda a existência, vão se (re)construindo imagens a partir das relações que os sujeitos estabelecem consigo mesmos e com o outro, sempre pela via do simbólico na história.

Acrescente-se, o estrangeiro é o que vem de fora, o *ousider*, aquele que traz a estrangeiridade (o estranho) na bagagem. Discursivamente, ele é pensado como o outro, o estranho que, por ser diferente, pode provocar diversos afetos como medo, atração, repulsa. No caso do medo, conjecturamos algumas motivações que se dão no nível do inconsciente: o medo da despersonalização de uma suposta identidade homogênea, medo do desconhecido, medo de possíveis mudanças que podem(riam) resultar em deslocamentos importantes nos processos de identificação do sujeito.

Vale dizer que, dependendo das circunstâncias em que é produzido, o medo pode impedir uma relação mais profícua com o outro, impondo, imaginariamente, um muro entre os sujeitos. Assim, o que poderia instaurar uma relação significativa, atravessada de possíveis deslocamentos, é produzido, no lugar, uma espécie de repulsa na relação eu-outro, favorecendo afetos hostis, por exemplo. Como bem afirma Coracini (2003, p. 149), “tanto no caso do medo como no caso da atração, é o mesmo desejo do outro, desejo da plenitude que move o amor ou o ódio”, ou a

resistência a uma determinada cultura e/ou grupo social, como na situação linguageiro-discursiva de nossa pesquisa: estabelecidos e *outsiders* em CMA.

Os casos em que o contato com o outro suscita uma forte atração podem ser explicados pelo viés psicanalítico como o desejo do outro, “desse outro que nos constitui e cujo acesso nos é interdito, esse outro que viria completar o um” (CORACINI, 2003, p. 149)⁴.

Propomos um deslocamento para pensar o encontro com o outro a partir do espaço material da cidade. No plano do imaginário, a cidade comparece como um lugar de unidade, completude dos sentidos e dos sujeitos. Da perspectiva discursiva, concebemo-la como um espaço material de significação e, portanto, um produto historicamente construído em condições específicas. Como a universidade faz parte da cidade, ela não é um espaço homogêneo. Ela influencia direta e/ou indiretamente as relações subjetivas, históricas e sociais da vida da cidade. Nela atravessam vários discursos e circulam diferentes sujeitos.

CMA é uma cidade do interior, cidade fortemente marcada pela ruralidade e acentuado tradicionalismo em relação à moral e aos bons costumes. Com a implantação do *campus* na cidade, diferentes formas de ser sujeito passaram a circular e habitar esse espaço (MOTA, 2020), produzindo um “abalo” nas redes de filiação histórica sedimentadas (PÊCHEUX, 2002). Isso significa que a cidade vai muito além de ser um espaço físico onde transitam genuínos corpos biológicos. Concebemo-la como espaço simbólico e político no qual se disputam sentidos e se engendram relações discursivas e sociais por e para sujeitos historicamente

⁴ Façamos aqui uma pausa para esclarecer a noção de desejo. Segundo a Psicanálise, o desejo jamais é realizado, alcançado. Aliás, o desejo é sempre insatisfeito, por isso que ele nos move, nos impulsiona às coisas a saber, tais como: anseios pessoais e profissionais, só para citar dois exemplos. O desejo se desloca de um objeto a outro, em uma série infinita, portanto a falta é o que o estrutura: só desejamos o que não temos e, quando conseguimos, já não é mais desejo, desloca-se, pois, para outro lugar. Nas palavras de Coracini (2007, p.135), “É o desejo, nunca satisfeito, que nos move, que nos impulsiona a buscar, ao longo da vida, uma realização pessoal, profissional, ainda que, de tempos em tempos, nos demos conta de sua transitoriedade, de sua fragilidade, de sua incompletude.”

constituídos. É na cidade em que acontecem e se fazem (des)encontros, laços, circuitos de afetos dos mais diversos (SAFATLE, 2016), que permitem tanto a socialização quanto a segregação.

Orlandi (1999, p. 8) traz considerações importantes sobre a cidade, sua sintaxe, seu funcionamento discursivo. Para a autora, a cidade é o lugar privilegiado onde o simbólico e o político cotejam-se. Conforme a autora assevera:

A cidade é, do ponto de vista discursivo, um espaço simbólico diferenciado que tem sua materialidade e que produz a sua significância. Em outras palavras, a cidade caracteriza-se por dar forma a um conjunto de gestos de interpretação específicos e isto constitui o urbano. Quer dizer que, na cidade, o simbólico e o político se confrontam de um modo específico, particular (ORLANDI, 1999, p. 8).

Falar de cidade nos impele a refletir sobre a questão da hospitalidade, seus modos de inscrição no espaço simbólico-político daquela. A hospitalidade surge no seio das urgências concretas que articulam a política à ética, “longe de destruir ou de negar uma tradição de pensamento entorno da hospitalidade cosmopolita, o autor [Derrida] reconhece e ressalta os progressos alcançados, reafirmando-os mediante a denúncia de suas insuficiências ou de seus efeitos indesejados” (RODRIGUEZ, 2013, p. 32).

Hospitalidade e estrangeiridade são faces de uma mesma moeda. Como já sinalizamos, no âmbito da hospitalidade a figura do estrangeiro é, antes de mais nada, um estranho, tal como a etimologia da palavra permite ver. Para melhor elucidar, o estrangeiro é um estranho principalmente aos aspectos culturais e linguísticos do lugar de onde é recebido, resultando em um acolhimento com reservas da parte daquele que o acolhe. Derivado do radical *etranger*, cujo significado é estranho, trata-se “[d]aquele que vem de fora e estranha a cultura, a língua e o modo de ser do nativo” (PEREIRA, 2014, p. 111). É daí que faz sentido a ambiguidade etimológica trabalhada por Derrida: *hospitalidade* > *hostilidade* > *hostipitalidade*. Dessa lógica depreende-se o fato de que o hóspede é uma ameaça, já que carrega a potencialidade de tornar-se um

parasita, isto é, o hóspede abusivo e ilegítimo, no que resultará em hostilidade⁵. Para Derrida (2003, p. 15),

[...] o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade, o direito ao asilo, seus limites, suas normas, sua política, etc. Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição, não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-los entre nós?

Discorrendo sobre o neologismo “hos(ti)pitalidade” forjado pelo filósofo da Desconstrução, Coracini (2010, p. 98) afirma que a hospitalidade “une, sem unir, hospitalidade e hostilidade: ao mesmo tempo que se acolhe, se hostiliza o diferente, o estranho, o estrangeiro que traz consigo diferenças perturbadoras da ordem dos discursos vigentes na sociedade que acolhe sem acolher, que protege sem proteger”.

Na contemporaneidade principalmente, o que temos assistido é justamente a uma hospitalidade condicionada, uma vez que a sua concretização está calcada na contradição do acolhimento da presença e, ao mesmo tempo, na manutenção da distância e da diferença que o outro carrega na bagagem. Como Montandon (2011, p. 34) bem formula:

vê-se bem o quanto a hospitalidade pode ser paradoxal e complexa, já que é suscetível de ser interpretada e entendida como um jogo de distinção que, sob a capa de uma integridade oposta à integração, é distanciamento, manutenção do outro no seu segundo plano, numa distância protetora para aquele que acolhe, e manutenção de um isolamento. O lugar da hospitalidade pode ser a bolha que, no interior do espaço de acolhimento, encerra o outro em seu exílio. Não ser mais do que um hóspede!

⁵ De acordo com Grassi (2011), desde os primórdios da Grécia arcaica, ser estrangeiro era responder a quatro critérios: ser desconhecido, vir de fora, estar de passagem e não ser conforme os hábitos do lugar.

Aquele que hospeda protege-se ao dificultar, delimitar e demarcar os espaços, mantendo o hóspede, o estranho, numa condição permanentemente provisória. Estabelecer um limite é uma das contradições da hospitalidade que condiciona quem será abrigado, ao mesmo tempo em que exclui aquele que será colocado à margem.

Interessa-nos compreender como o estrangeiro (em nosso caso, o novo morador de CMA) é representado, no plano do imaginário, pelos moradores antigos da cidade.

Da análise

Trago para a reflexão dois relatos de moradores antigos sobre os novos moradores, estudantes da UFSCar. No recorte 1, abaixo, há uma espécie de clivagem no fio do discurso: o sujeito sofre e goza com esse outro, estrangeiro, que passa a residir na cidade.

Recorte 1: Eu sei dizer que **esses estudantes**, para maioria do povo aqui, para todos, **piorou** porque **ninguém tem mais sossego** aqui na cidade. **Aquela cidade pacata, você dormia em paz**, agora virou um fermento isso aqui. É tudo de ruim, tudo de ruim, não tem nada que você fala assim **“olha, que benção que eles estão aqui”**, nada, nada. Boca suja no meio da rua. Eles não respeitam a gente. Eles não tá aí com a gente. Fumando [...] Aquelas meninas, a coisa mais linda, quase todas nua por aí, com droga na mão. Droga, droga, droga que rola nesse povo. Naquele Lobão, virou uma zona. Na pizzaria, teve gente, amiga minha, que teve que sair da pizzaria, o marido tirou ela lá, porque as meninas [referindo-se às alunas da UFSCar] **tudo pelada, tudo nua no meio da rua, minha fia do céu, dá nojo, dá vergonha, de madrugada...** oia o tanto que eles bebem, **perdem a noção da vida, fazem o que querem fazer** [...] A maioria é tudo rebelde, tudo boca suja, muito palavrão, **as músicas deles dá nojo. Aqui na piscina...imagina o que eles o que não faziam nessa piscina com aqueles palavras, dia e noite sem parar aqui na piscina.** (Negrito nosso).

Nesse modo de elaborar sentidos para o outro, significá-lo, atravessa uma mentalidade narcisista: desejo de ver a sua imagem refletida no outro, revelando, ao mesmo tempo, um sentimento de horror (repulsa) ao que há de diferente nele. Isto é, tudo aquilo que vem da alteridade (do outro, do morador provisório) é repellido para

fora, já que em seu ideal totalizante o sujeito busca, inconscientemente, preservar seu sentimento de identidade para confirmar (controlar) seu mundo (cidade, ninho!) ilusoriamente intacto, sem a presença perturbante do outro: “ninguém tem mais sossego aqui na cidade”, diz a enunciativa (moradora antiga) sobre os estudantes, moradores novos (e provisórios) na cidade.

A fala da enunciativa aproxima-se daquilo que Freud escreveu a respeito da histórica. A histórica tende a transformar a realidade em fantasia e erotiza tudo à sua volta, além de manifestar nojo da relação sexual. Há um movimento de sentidos entre “quase nua” para “tudo (todas) nua”, denunciando traços da fantasia e desejo que habitam a moradora. Ou seja, os gestos e comportamentos dos estudantes são interpretados como sexuais, voltados à erotização. Observe: “Aqueles meninas [...] quase todas **nua** por aí, com droga na mão, droga, droga, droga que rola nesse povo. Naquele Lobão, virou uma **zona** ... tudo **pelada**, tudo **nua no meio da rua**. Minha fia do céu, dá **nojo**, dá **vergonha**, de madrugada [...] Tudo **boca suja**, muito **palavrão**, as músicas deles dá **nojo**. Aqui na piscina...**imagina o que eles ... o que não fazia nessa piscina com aqueles palavrões**, dia e noite sem parar aqui na piscina”.

A palavra “nojo” é repetida por duas vezes e nos impele a pensar que aí reside (aponta-se para) o desejo da enunciativa – desejo de ocupar o lugar do outro? O sujeito revela-se naquilo que nega... O estrangeiro – sua alegria, juventude e sexualidade no auge do vigor – representaria as riquezas que hoje já não lhe são possíveis, daí o desejo de gozar como o outro goza, entendendo o gozo como fruição. O desejo pode sinalizar aí uma inquietação do sujeito por não conseguir mais encontrar o seu (mesmo) lugar no corpo da cidade, porque, com a vinda do outro (DERRIDA, 2003), nem ela (a cidade) nem os sujeitos (antigos moradores) são os mesmos.

A enunciativa imagina o Lobão⁶, o bar mais frequentado pelos universitários em CMA, como uma “zona”, mas o mais sintomático a nosso ver está na formulação

⁶ “Lobão” é o bar mais frequentado pelos universitários da UFSCar, em CMA. Geralmente, às quintas-feiras é o dia da semana que recebe um número grande de alunos da UFSCar e, de

“[...] **imagina** o que eles ... o que não fazia nessa piscina com aqueles palavrões”. A enunciadora imagina, ou melhor, fantasia a piscina, os palavrões e os novos moradores “dia e noite sem parar aqui na piscina”. Note-se o funcionamento do verbo “fazer” no aludido enunciado “[...] imagina o que não **faziam** com aqueles palavrões [...]”. Nesse caso, o léxico “palavrões” está funcionando como se fosse o referente que a palavra designa: “imagina o que eles ... o que não **fazia** nessa piscina com aqueles palavrões”. Noutros termos, tudo se passa como se os palavrões proferidos pelos estudantes evocassem, eles mesmos, o que designam.

Carreira (2009), apoiada em Freud, aponta para uma característica importante da fantasia: ela realiza, sem realizar, um desejo. Nas considerações sobre fantasia tecidas por Freud, chama a atenção o fato de ela trazer um paradoxo: gera prazer, mas é também repugnante: “[...] minha fia do céu, dá **nojo**, dá **vergonha**, de madrugada [...] tudo **boca suja**, muito **palavrão**, as músicas deles dá **nojo**” (Negrito nosso). Dito de outro modo: na fantasia, o prazer está articulado ao desprazer, daí o sentimento de nojo emergir no eixo da formulação.

A nosso ver, o contraditório reside no fato de que, embora a enunciadora dê destaque a tudo aquilo que lhe causa nojo e vergonha, é justamente aquilo para o qual ela inclina seu olhar, sua energia pulsional. Trata-se aí de um gozo na observação (voyeurista) do comportamento alheio, um olhar movido pelo desejo de querer ver e que engloba a satisfação. O olhar configura-se aqui como gozo escópico⁷.

O modo de existência dos estudantes causa incômodo e, por vezes, repugnância (nojo) e vergonha no outro, porque, psicanaliticamente, traz à tona recalques, desejos reprimidos. Há um gozo que pulula da observação sobre o que vem da alteridade. Eis aí uma questão importante que atravessa e denuncia os

quebra, os jovens da CMA em geral tendem a frequentá-lo em virtude da movimentação de pessoas.

⁷ Jacques Lacan (1998 [1964]), a partir da retomada a Freud, afirma, no Seminário 11, que a pulsão escópica é a própria sexualidade e que o objeto dessa pulsão é o olhar. Assim, Lacan desenvolve a noção de olhar como objeto *a*, acrescenta às pulsões oral e anal, indicadas por Freud, as pulsões escópica e invocante.

sujeitos de linguagem, sujeitos de desejo: quando o morador antigo se põe a falar do outro, ele diz mais de si mesmo do que do outro, ou seja, diz mais do seu desejo⁸.

Por fim, na formulação “[...] Quando vocês mudaram **aqui**, eu já existia **aqui**. Será que eu vou ter que mudar por causa de vocês?”, a enunciadora parece não (se) reconhecer mais a cidade em que vive(ra) há mais de 40 anos ou, pelo menos, não aceita a presença do *tout autre*, que é o *xenos* (o estrangeiro), mais precisamente a singularidade do acontecimento da vinda do outro, o que nos faz lembrar da célebre afirmação de Derrida, a qual reorganizamos, para pensar sobre o morador antigo na relação com a cidade (*chez soi*): “Eu só tenho uma [a minha] cidade, ora ela não me pertence”. Sua cidade que, agora, não mais lhe pertence – pertencimento imaginário –, pelo menos não é só sua, já que a “vinda do outro” (DERRIDA, 2003) é crucial: ela modifica a relação do estabelecido (moradores antigos) com aquilo que imagina ser seu, apenas seu. A repetição do advérbio de lugar “aqui”, essa insistência em dizê-lo, materializa o imaginário de pertencimento – propriedade – à cidade, o qual o estrangeiro (o estudante) é o invasor: “Será que eu vou ter que mudar por causa de vocês?”.

No recorte 2, abaixo, a enunciadora traz o tema das férias – que compreendem o período de meados de dezembro a início de março – e, ao fazê-lo, enuncia a partir da mistura (fusão) entre o discurso direto e o indireto livre, produzindo efeitos importantes para compreensão dos sentidos e dos sujeitos.

Recorte 2: Tem umas pessoas com um pouco mais de idade que vê que o pessoal de fora, são muitos, vou falar do jeito que eles falam! (risos) –, são muito desleixados. As meninas não se valorizam, no sentido de comportamento, se vestir. [...] Nas férias, quando os alunos vão embora, o pessoal da Campina não sente muita falta (risos). Para as pessoas mais conservadoras, “Graças a Deus!”, “Meu Deus, que alívio”, “Agora sim! Pelo amor de Deus, não tava aguentando mais” (risos).

⁸ Importa dizer que a intolerância ao (à diferença no) outro, materializada no eixo da formulação sob o signo da negação, é denegação, o que é, no mínimo, revelador, do ponto de vista psicanalítico.

Estamos diante de um sintoma do efeito que a presença dos estudantes tem produzido em uma parte dos moradores de CMA. O modo de existência dos estudantes (linguagem, comportamento, modo de se vestir e de se relacionar com o mundo, com a cidade etc.) tem abalado, desorganizado o imaginário de cidade tranquila e pacata, não é à toa que, pela forma do discurso direto, a enunciadora (Recorte 2) traz a fala dos moradores que ela julga “mais conservadore(a)s”, emergindo, no eixo da formulação, o modo de representação sobre os estudantes: “Graças a Deus! Meu Deus, que alívio! Agora sim! Pelo amor de Deus, não tava aguentando mais (risos)”. Fica explícita a sensação de alívio quando do retorno dos estudantes para as suas cidades de origem.

Vale dizer que, durante a entrevista, a enunciadora reforça, reiteradamente, a ideia de que são os moradores “conservadores”, *pas elle!*, que significam os estudantes “desleixados”, acentuando o sentimento de alívio quando retornam à terra natal: *i-* “tem umas pessoas com um pouco mais de idade que vê o pessoal de fora [...]”, *ii-* “vou falar do jeito que eles falam”, *iii-* “para as pessoas mais conservadoras [...]”.

Ao trazer as falas do outro (dos ditos conservadores), a enunciadora as endossa por meio da denegação elíptica que costura e atravessa o fio do discurso, que pode ser vislumbrada nas seguintes paráfrases: “Eles (os moradores conservadores) dizem isso, eu não!”, ou “Eu só estou repetindo o que eles dizem”.

Há um trecho do relato em que a enunciadora é flagrada no jogo da (falha) língua: “[...] vou falar do jeito que eles falam! (risos) *são muito desleixados* [referindo-se aos estudantes]. *As meninas não se valorizam, no sentido de comportamento, de se vestir*”⁹. Essa forma verbal funde-se (enunciadora e a fala das “pessoas conservadoras”), denunciando a sua cumplicidade e aderência ao modo de significar o outro¹⁰. Neste caso, como já afirmamos, a negação funciona como denegação.

⁹ Nos trechos em itálico condensam-se a fala dos conversadores e a fala da enunciadora.

¹⁰ O discurso direto livre dificulta delimitar o início e o fim da fala do enunciador.

As formulações “graças a deus!”, “meu deus, que alívio!”, “agora sim!”, “pelo amor de deus, não tava aguentando mais (risos)”, referentes ao retorno dos estudantes às suas cidades, materializam o peso e incômodo que esse outro (seu corpo) tem produzido. Há um desejo de assepsia do espaço urbano: o estudante é o estrangeiro in-desejado, aquele cuja presença vem desestabilizar o semanticamente normal, uma espécie de entulho do qual é preciso livrar-se: “pelo amor de deus, não tava aguentando mais”, “meu deus, que alívio!”¹¹.

Vale dizer que se trata de um corpo in-desejável porque avesso à docilização, à normatização idealizada pelos moradores (proprietários?) da então cidade pacata.

Considerações finais

Como vimos, ambos os recortes trazem em seu interior tensões, conflitos e contradições que são, do ponto de vista do discurso, estruturantes das relações entre os sujeitos na sociedade. Os moradores antigos enunciam o mal-estar que sentem na relação eu-outro produzido no bojo do espaço urbano. A nosso ver, o mal-estar é produzido graças às relações (hostis) tecidas no interior da cidade, impelindo os sujeitos a tornarem-se, um pouco, um outro, parafraseando Kristeva (1991, p. 226). Em síntese, os moradores antigos expõem o conflito político-simbólico travado na cidade.

Dunker (2015, p. 198) afirma que o mal-estar (*Unbehagen*) remete:

à ausência desse pertencimento, dessa suspensão no espaço, dessa queda (*Fall*) impossível fora do mundo. Ele é a impossibilidade dessa clareira na qual se poderia estar. Ora, o mal-estar está tanto em uma vida feita de cercamentos determinados (construções culturais, leis, formas sociais e condomínios) quanto na experiência do aberto indeterminado, como no deserto (nossa errância descontrolada, familiar-estrangeira, esquizoide).

¹¹ Seguindo a direção argumentativa em análise, as férias escolares são o período em que a cidade e seus moradores encontram-se livres da presença do estrangeiro in-desejado, garantindo-lhes sossego e um retorno provisório à cidade de outrora.

Os novos moradores (estudantes), ao transitarem pela cidade, estabelecem (des)encontros, trocas e formas outras de sociabilidade, como mostramos em outro trabalho (MOTA, 2020), resultado do sentimento de pertencimento ao lugar em que estão. Mudam as formas de uso do espaço urbano como, só para citar um exemplo, a rua em frente ao famoso lago de CMA na qual o bar do Lobão está localizado¹²: torna-se um espaço de festividade, de (des)encontros a partir do qual afetos diversos são produzidos: admiração, ódio, atração, repulsa, entre outros.

Com o surgimento de novas formas de ser sujeito e de sociabilidade – que diferem, em grande medida, das formas já naturalizadas dos estabelecidos, dos moradores antigos (seu ideal de cidade; cidade utópica?) – irrompe um sentimento de estranhamento produzido não somente pelas modificações na(s) forma(s) da cidade, sua arquitetura (construção de novas casas, ruas, prédios, comércio, universidade, só para citar alguns exemplos), mas, fundamentalmente, pelas novas formas de sociabilidade e convivialidade instauradas pelo acontecimento da vinda do outro, seja através da atração, seja da repulsa (MOTA, 2020).

Surge aí um desafio tanto para a sociedade em geral quanto para a universidade: criar condições para que a presença do outro (tanto os moradores antigos quanto os novos) não seja sentida como problema, mas como oportunidade para a convivialidade em meio às diferenças. Em outras palavras, estamos dizendo que é preciso a compreensão dos efeitos que o acontecimento da vinda do outro (no espaço do eu-outro) produz nas relações entre os sujeitos na história.

Repensar os modos de produção do circuito dos afetos (SAFATLE, 2016), os modos de hospitalidade, entre outros, de modo que momentos de convivialidade e sociabilidade sejam possíveis no espaço da cidade, parece ser um caminho necessário. A ideia é que os sujeitos possam habitar a cidade sem restrições

¹² Às quintas-feiras, a maioria dos alunos vai e permanece em frente ao bar Lobão que, por sua vez, encontra-se em frente ao famoso lago da cidade. O referido bar tornou-se ponto de encontro, de socialização, de festividade.

(ORLANDI, 2011): lugar público, social, político. Ainda conforme aponta Orlandi: só assim poderemos nos sentir em *casa*, onde quer que estejamos: “Com nossos concidadãos. Nossos iguais. Em uma sociedade que seria, aí sim, democrática” (ORLANDI, 2011, p. 702). Neste caso, a cidade não pertenceria a um grupo específico, mas seria de todos, e o outro (o estrangeiro, o estudante) seria um habitante com tudo que isso implica e não um estranho no (meu) ninho.

Referências

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARREIRA, Alessandra Fernandes. Algumas considerações sobre a fantasia em Freud e Lacan. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2009.

CORACINI, Maria José. Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 91-112, 2010.

CORACINI, Maria José. *A celebração do outro*. Arquivo, memória e identidade: línguas materna e estrangeira. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, Maria José (org.). *Identidade e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

DANKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

KRISTEVA, Julia. *Etrangers à nous mêmes*. Paris: Gallimard, 1991.

MONTANDON, Alan. *O livro da hospitalidade*. Acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. Tradução: Marcos Bagno e Lea Zylberlicht. São Paulo: Senac, 2011.

MOTA, Ilka de Oliveira. Relações entre sujeitos em Campina do Monte Alegre após a implantação da UFSCar. *RUA* [online], v. 26, n. 1, jun. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação política e social. *Revista Educação Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez. 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. N/O limiar da cidade. *Revista Rua*, Campinas, n.esp., p. 7-19, 1999b.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1983] 2002.

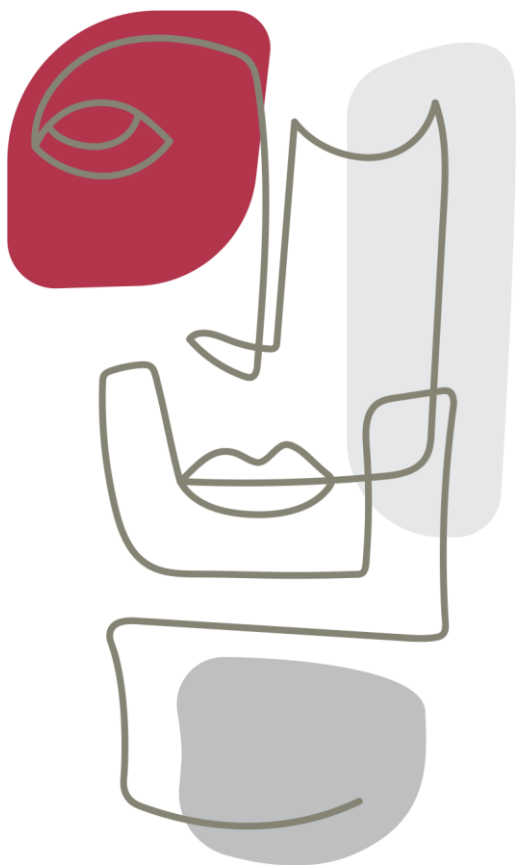
PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. *Da tolerância à hospitalidade na democracia por vir*. Um ensaio a partir do pensamento de Jacques Derrida. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

RODRIGUEZ, Daniel Arbaiza. Derrida e o problema de uma “nova internacional”: a herança marxista da desconstrução e a ética da hospitalidade. *Ensaio filosófico*, v. 3, dez. 2013.

SAFATLE, Vladimir. *Circuito dos Afetos: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo*. 2 ed. rev.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Ilka de Oliveira Mota

Mestre em Linguística, doutorado e pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (IEL). Professora associada II da Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino. Pesquisa os seguintes temas: comicidade; memes; hospitalidade, cidade e estrangeiridade; representações da ciência e do cientista na mídia em geral e representações imaginárias do Norte e seus habitantes.



Maria Alcione Gonçalves da Costa

Josefa Maria dos Santos

**O IMAGINÁRIO DOMINANTE DA FORMAÇÃO
DISCURSIVA RELIGIOSA SOBRE O ESTUPRO E
O ABORTO: (DES)NATURALIZANDO SENTIDOS**

A violência sexual contra meninas e mulheres, infelizmente, ainda é muito presente na sociedade brasileira. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, o país registrou 66.123 casos no ano anterior (2019), o que equivale a um estupro a cada 8 minutos. Além desse dado alarmante, consta no documento que a maioria das vítimas são meninas de 10 a 13 anos e que os agressores são homens, na maioria dos casos, conhecidos das vítimas. Embora os dados pareçam assustadores, sabemos que o número real de mulheres e meninas vítimas de estupro no Brasil é bem maior. Isso se deve ao fato de que nem todos os casos são denunciados, uma vez que grande parte das vítimas se calam por uma série de razões socioculturais: desconhecimento, medo, vergonha, impunidade, entre outras. Diante disso, é impossível, da posição social de mulher, não levantarmos alguns questionamentos sobre a questão: por que os crimes de estupro e, especialmente, de estupro de vulneráveis têm aumentado tanto no país? Por que, apesar da recorrência, esses crimes continuam sendo invisibilizados na sociedade brasileira?

Sem querer simplificar ou encerrar a discussão sobre as questões levantadas anteriormente, podemos dizer que a permanência e a invisibilidade da violência sexual contra meninas e mulheres estão associadas a fatores de ordem histórica, cultural, social, religiosa e, até mesmo institucional, próprios da cultura patriarcal, que tem naturalizado, por meio de práticas discursivas, a dominação do homem sobre a mulher e, conseqüentemente, naturalizado a violência contra o corpo feminino.

Infelizmente, além da violência sexual, o que por si só já é uma questão que precisa ser devidamente enfrentada no Brasil, muitas meninas e mulheres acabam engravidando de seus agressores. De acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SISNASC), aproximadamente 21 mil nascimentos em 2018 foram decorrentes de estupros de meninas entre 10 e 14 anos de idade.

Embora a legislação brasileira, desde 1940, disponha sobre a legalização do aborto em casos de estupro, notamos que o repúdio social em relação à interrupção da gravidez pelas vítimas de violência sexual ainda é muito forte, especialmente, entre os sujeitos filiados à formação discursiva religiosa cristã, seja ela católica ou

evangélica. Essa posição contrária ao aborto ganhou notoriedade, mais uma vez, no ano passado (2020), quando um grupo de fundamentalistas religiosos fizeram um protesto em frente ao hospital onde uma menina de dez anos, estuprada pelo tio, foi submetida à realização do procedimento abortivo, após autorização da justiça¹.

Diante disso, podemos dizer que o discurso religioso cristão sobre o estupro e sobre o aborto tem exercido historicamente importante papel na construção histórico-cultural do imaginário social dominante sobre a sexualidade feminina e segue, na atualidade, influenciando o comportamento social e produzindo discursos que, pelo efeito de verdade, definem qual deve ser o papel “ético e cristão” da mulher na sociedade, especialmente, no que diz respeito à prática de sua sexualidade. É válido pontuar que, ao longo dos séculos, o controle do sexo esteve atrelado a uma aliança entre a Igreja, o Estado e a família, os quais, por meio da criação de regras e normas, definiram como deveria ser a “moral sexual” da mulher, negando-lhe o direito sobre o seu corpo e sobre a sua sexualidade a qual, inclusive, foi colocada a serviço apenas da reprodução.

No tocante aos saberes cristalizados na formação discursiva religiosa cristã² (doravante FDRC) sobre o estupro e sobre o aborto, deparamo-nos, em 2019, com a declaração do cardeal italiano, Giovanni Battista, que, ao fazer referência ao caso de uma menina brasileira de nove anos que foi abusada pelo padrasto e fez o aborto legal de gêmeos, em 2009, afirmou que “Violar a una niña es menos grave que un aborto”³. No campo da evidência, notamos que a formulação do cardeal se encontra em relação de paráfrase com a afirmação do arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, que, na época, excomungou a mãe da menina e a equipe médica, mas não excomungou o padrasto, por defender o posicionamento de que “o aborto é

¹ Informações disponíveis em: <https://veja.abril.com.br/brasil/quem-sao-os-grupos-que-tentaram-impedir-o-aborto-de-menina-de-10-anos/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

² Vale destacar, aqui, que a delimitação dos saberes pertencentes à FDRC resulta do gesto de análise que realizamos sobre o *corpus* do presente trabalho.

³ Disponível em: <https://www.excelsior.com.mx/global/violar-a-una-nina-es-menos-grave-que-un-aborto-afirma-cardenal/1310820>. Acesso em: 17 abr. 2021.

mais grave que o estupro”, colocando em evidência a posição-sujeito da FDRC sobre os termos “estupro” e “aborto”.

Como entendemos que o sujeito do discurso, ao assumir uma dada posição-sujeito, permite-nos observar, enquanto analistas do discurso, as formações imaginárias que ele produz sobre si, sobre o outro e sobre o referente (sobre o que se diz), interessa-nos investigar os modos pelos quais os termos “estupro” e “aborto” são designados no discurso religioso cristão, observando o funcionamento da memória que, entre o repetir e o silenciar, tem regularizado sentidos e, conseqüentemente, influenciado práticas sociais no tocante à sexualidade feminina.

O processo de designação dos termos “aborto” e estupro” no discurso religioso cristão

Para a Análise do Discurso, o sujeito e o sentido são efeitos de um processo sócio-histórico e ideológico que se realiza em uma determinada formação social, sob condições de produção específicas, sendo que esse processo de determinação histórica se apaga para o sujeito de tal forma que ele imagina ser a origem de si e do seu dizer. Nesse sentido, entendemos que os termos “estupro” e “aborto”, ao serem mobilizados pelos sujeitos da FDRC, acabam trazendo para a cena discursiva dizeres anteriores que, pelo viés da repetibilidade e do silenciamento, têm designado o estupro como “menos grave” que o aborto.

Vale dizer, aqui, que a designação é tomada por nós como uma prática política, por meio da qual (re)produzimos efeitos de sentidos, de acordo com nossas filiações ideológicas. Essa compreensão da designação como prática política e, conseqüentemente, ideológica parte dos pressupostos teóricos de Guimarães (2017, p. 7) que, ao analisar a relação das palavras com o mundo, entende que “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”. Isso implica dizer que o processo de significação das palavras não se realiza por meio de uma relação referencial entre as palavras e as

coisas, mas por meio da relação entre a linguagem e as coisas, enquanto coisas significadas, em um acontecimento de linguagem específico.

Posto isso, entendemos que, ao estudarmos o processo de designação de um determinado nome, faz-se necessário levar em consideração a memória do dizer desse nome no interior da formação discursiva (FD). Isso porque o funcionamento da designação de um nome se dá por meio do memorável que é recortado pelo acontecimento. Ou seja, a designação de um nome atualiza, no acontecimento de linguagem, uma rede de outras tantas enunciações que o constitui. Disso decorre nosso interesse em investigar os processos de designação dos termos “estupro” e “aborto”, pelo viés da memória discursiva.

A memória discursiva e seu funcionamento

A noção de memória discursiva, na Análise do Discurso (doravante AD), é entendida como a “existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2014, p. 105-106). Isso significa dizer que a memória discursiva é constituída por saberes próprios de uma dada FD que permanecem vivos na história por meio das práticas discursivas.

Ainda segundo Courtine (2014), a noção de memória discursiva estaria subjacente à análise das FD, proposta por Foucault em *A Arqueologia do Saber*, uma vez que “[...] toda formulação apresenta em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos” (COURTINE, 2014, p. 104). Isso significa dizer que *a existência histórica do enunciado*, isto é, a memória discursiva, se constitui, especialmente, por meio da repetibilidade de saberes no interior de cada FD. Esses saberes, ao serem atualizados no intradiscurso, vão criando uma rede de memória, de acordo com *o que pode e deve ser dito* no interior de cada FD.

No tocante ao funcionamento da memória pelo viés da repetibilidade, Pêcheux (2015, p. 46) afirma que:

[...] haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que podem a meu ver conduzir a questão da construção dos estereótipos).

Dessa forma, podemos dizer que a repetibilidade, ao promover a regularização de determinados sentidos, é responsável pela construção de efeitos de sentido sobre os sujeitos e sobre os referentes do mundo, no interior de cada FD. Efeitos esses que passam a ser (re)atualizados no intradiscurso, por meio de alguns processos discursivos, entre os quais se encontram as paráfrases. A respeito desse processo de regularização de sentidos, Indursky (2011) afirma que é pelo viés do regime de repetição que os sentidos se tornam memoráveis.

No tocante à noção de paráfrase, podemos dizer que, na AD, ela pode ser entendida como um dos funcionamentos responsáveis pelo processo de constituição dos sentidos, uma vez que é por meio dos processos parafrásticos que os sentidos se repetem, constituindo o fio do discurso de uma dada narrativa, o que nos remete à definição pecheuxtiana de formação discursiva “como espaço de reformulação-paráfrase” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 161). No entanto, é importante pontuar que a paráfrase, na perspectiva do discurso, não produz sentidos, apenas, na ordem do mesmo, uma vez que, segundo Pêcheux e Léon (2014), é possível se produzir a diferença, na repetição.

Com isso, entendemos que a repetibilidade é o funcionamento da memória discursiva responsável pela atualização dos saberes próprios de cada FD. No entanto, é importante dizer que o funcionamento da memória não consiste apenas na repetição dos saberes do interdiscurso, mas consiste também na sua refutação e no seu esquecimento. Isso porque a memória discursiva, além de funcionar por meio da repetibilidade, também funciona pelo viés do silenciamento que, segundo Orlandi (2007), é o funcionamento responsável pelo apagamento, embora parcial, dos sentidos indesejados no interior das FD. Isso significa que é no silêncio que os sentidos interditados no interior de uma dada FD habitam, podendo emergir a

qualquer momento. Afinal, o silêncio, na perspectiva discursiva, não é da ordem da negação, mas sim da constituição. Nos termos de Orlandi (2007, p. 31), “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é”.

Logo, podemos dizer que o silêncio produzido pelo efeito da interpelação ideológica faz ressoar o discurso outro, o dito em outro lugar. Ou seja, é por meio do silêncio que os sentidos produzidos em condições heterogêneas ressoam no interior de cada FD. Assim, entendemos que o silêncio pode produzir tanto deslizamento de sentidos no interior de uma dada FD como o deslocamento das fronteiras entre as diferentes FD, já que ele é condição de possibilidade para a produção do sentido outro.

A respeito disso, Orlandi (2007, p. 91, grifo da autora) afirma:

Desse modo, podemos considerar o silêncio como parte da incompletude que trabalha os limites das formações discursivas, produzindo tanto a polissemia (o a-dizer) quanto o já-dito. Isto é, o silêncio trabalha nos *limites* do dizer, o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado.

Posto isso, é válido reiterar que nosso objetivo central é analisar os modos pelos quais os termos “estupro” e “aborto” são designados na FDRC, observando o funcionamento da memória discursiva, por meio do qual identificamos tanto a repetição e a regularização dos sentidos produzidos pelos efeitos parafrásticos quanto a desregulação e os deslizamentos de sentidos produzidos pelo efeito de silenciamento, conforme apontam as análises realizadas no próximo tópico.

“Violar a una niña es menos grave que un aborto”: desafiando a obviedade dos sentidos

Ao analisarmos a sequência discursiva (doravante SD) **“Violar a una niña es menos grave que un aborto”**, a partir do ponto de vista estritamente sintático, somos levadas a pensar que não há “problema” algum, afinal, o enunciado em tela trata-se de uma oração subordinada comparativa em que se produzem efeitos comparativos entre dois termos: estupro e aborto. Nesse processo, a violação do corpo-menina, no dizer

do cardeal, que representa o pensamento da Igreja (mas não só dela), é menos grave. Contudo, como nos ensina Pêcheux ([1975] 2009), é preciso desafiar aquilo que parece óbvio.

Nesse sentido, do lugar social de mulher e de analistas de discurso, lançamos mãos de dois questionamentos que, a priori, irão nortear nossos gestos analíticos: quais são as redes de memórias que, no fio do discurso, produzem como evidente, para o sujeito filiado à FDRC, o sentido de que violar uma menina é menos grave que o aborto? Quais as formações imaginárias que autorizam o sujeito do discurso a dizer o que diz e como diz?

No tocante à primeira questão, podemos dizer que o corpo violentado de uma menina de nove anos é significado pelo sujeito inscrito na FDRC como um “ato de menor gravidade”. Sentido esse que irrompe na SD como um efeito de evidência, uma vez que, para o sujeito discursivo, parece óbvio que o ato de abortar seja mais grave que o estupro. Isso se deve ao fato de que um dos argumentos que sustenta a posição contrária da Igreja Católica no tocante ao aborto é que a vida, desde o momento da concepção, é um bem sagrado que não pode ser violado. No entanto, essa obviedade não está no campo do “real⁴”, mas trata-se de um funcionamento próprio da ideologia que “faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante” (ORLANDI, 1999, p. 46).

Nesse viés, entendemos que os efeitos de obviedade que se apresentam na SD em tela são resultados do encobrimento ideológico do discurso que, por meio do funcionamento da memória discursiva, ou seja, por meio dos saberes que são atualizados no interior das práticas discursivas que circulam na FDRC, apaga os sentidos produzidos em FD antagônicas – inclusive, no interior da FD médica⁵, há

⁴ Até mesmo porque o real da história, no campo discursivo, é da ordem da contradição e é impossível de ser apreendido em sua totalidade.

⁵ Vale pontuar, aqui, que a discussão sobre a origem da vida é uma questão polêmica e aciona diversas posições-sujeito, inclusive no interior da FD médica.

posicionamentos de que a vida não se origina no momento da fecundação – e produz como evidente o efeito de sentido de que o estupro é menos grave que o aborto.

O discurso cristão, nesse caso, mantém certa regularidade desde a criação da Igreja e, por meio dessa regularização, os sentidos de certo e errado, mais e menos, pecado e perdão têm se construído a partir de processos de violência e dominação masculina que subjagam as mulheres e meninas a uma vivência de objetificação e silenciamento, conforme vemos nas falas do cardeal e do arcebispo, as quais atualizam fundamentos religiosos que se baseiam no conservadorismo autoritário, na obediência constante por parte da mulher e no direito dos homens sobre seus corpos, o que tem produzido como resultado a naturalização da desigualdade de gênero e colaborado, em certa medida, para que a prática da violência contra meninas e mulheres continuem a crescer. No entanto, como partimos do pressuposto teórico de que o sujeito é constituído pela linguagem, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, entendemos que os discursos proferidos pelo cardeal e pelo arcebispo não podem ser analisados, sem um olhar atento para a sua condição constitutiva que articula materialidade linguística, realidade histórica, sujeito e contradições ideológicas.

Isso nos remete, então, à segunda questão que sustenta nossa reflexão, a qual diz respeito às condições de produção que têm determinado os efeitos de sentido na FDRC, ou melhor, têm autorizado o sujeito inscrito na referida FD a formular dizeres como o do cardeal italiano. Vale destacar, aqui, que a noção de condições de produção, em Pêcheux, está relacionada à noção de formações imaginárias que, por sua vez, diz respeito às representações dos lugares sociais que os sujeitos do discurso atribuem a si e ao outro numa dada formação social. Isso implica dizer que as condições de produção não se constituem por elementos da realidade física, mas sim por elementos do campo do imaginário. Logo, podemos dizer que elas também são determinadas pela ideologia Pêcheux ([1969] 2010).

Nesse sentido, as condições de produção não podem ser vistas como um mecanismo de análise por meio do qual se pode ter acesso ao sentido “real/verdadeiro” dos acontecimentos do mundo, uma vez que, além de não termos acesso ao real da língua (o impossível), as próprias condições de produção são

determinadas pelo discurso, ou seja, pela ideologia. Dito de outra forma, os lugares sociais ocupados pelos sujeitos numa dada conjuntura social são construções ideológicas que não possuem uma origem material, mas são construídas pela evidência do sentido, por meio da qual todos os sujeitos sabem o que implica ser um professor, um patrão, um “soldado francês” (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Diante disso, resta-nos saber quais são as questões de ordem sócio-históricas e ideológicas que têm determinado os discursos sobre o estupro e sobre o aborto na FD religiosa católica.

As redes de memória sobre o estupro e sobre o aborto no discurso religioso

Historicamente notamos que a Igreja Católica, em diversos momentos, esteve ao lado de uma elite, seja ela aristocrata ou burguesa, e seu discurso esteve (e ainda está) alinhado com as necessidades e interesses das classes sociais dominantes. Assim sendo, é possível dizer que a Igreja, enquanto instituição de poder, tem legitimado, por meio de ações e de discursos, as relações de exploração de classe e a dominação do homem sobre a mulher. Para tanto, sustenta-se em saberes/dogmas que naturalizam a subordinação da mulher, que é condicionada ao silêncio, à obediência e à objetificação, por meio da negação de sua sexualidade. Dentre esses dogmas, destacamos a inviolabilidade da vida, desde o momento da fecundação, e o condicionamento do ato sexual à sua função meramente reprodutiva.

A legitimação da dominação masculina e, conseqüentemente, da violência física e/ou simbólica, seja por meio do estupro seja por meio da culpabilização e condenação das mulheres que praticam o aborto, encontra eco no dizer do cardeal que, ao afirmar que o “estupro é menos grave que o aborto”, por um lado, silencia o sofrimento da menina-mulher vítima de violência sexual; por outro, dá ênfase à ação “criminoso” e “pecaminoso” da menina-mulher que pratica o aborto.

Além do silenciamento da violência praticada contra a mulher, o enunciado em tela silencia os saberes/dizeres da formação discursiva jurídica que prevê o aborto

legal em casos de estupros, silencia os saberes/dizeres (re)produzidos pelos sujeitos filiados à formação discursiva médica que, no caso da gravidez da menina de nove anos, afirmaram se tratar de uma gravidez de risco, por ser uma gestação de gêmeos, assim como silencia o contra-discurso produzido no interior da própria FDRC, a partir do lugar do não-poder.

Diríamos até que o silenciamento do dissenso produzido na FDRC é da ordem da interdição que, segundo Orlandi (2007), é uma forma de silenciamento mais explícita, conforme acontece com a censura, que é entendida não apenas como a interdição de determinados sentidos no interior de uma dada FD, mas também como a “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2007, p. 76). A título de exemplo, trazemos à cena, a ação judicial⁶ que, em 2020, proibiu o uso de termo “católicas” na denominação da organização não governamental (ONG) “Católicas pelo Direto de Decidir”. A ação foi movida pela Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura que acusou a ONG de promover uma agenda anticatólica entre católicos, ao defender a descriminalização do aborto. Em sua argumentação, o Centro Dom Bosco alegou que o uso do termo “católicas”, para denominar uma organização que defende a legalização do aborto, desvirtua os valores cristãos defendidos pela Igreja.

Como o silêncio, no campo discursivo, é o lugar onde o sentido outro encontra ressonância (ORLANDI, 2007), podemos dizer que, ao silenciar os saberes/dizeres de FD antagônicas, o sujeito do discurso deixa escapar o efeito de sentido de que a posição do sujeito inscrito na FDRC de que aborto é mais grave que o estupro não se deve à missão da Igreja de “defender a vida”, já que a vida da menina vítima do estupro estava em risco, mas se deve a um jogo de forças e de interesses da Igreja Católica. Isso porque, ao colocar o aborto em evidência, o sujeito do discurso desvia a atenção da sociedade em torno do estupro e, conseqüentemente, em torno dos casos de pedofilia praticados pelos religiosos que, na maioria dos casos, são blindados pela própria instituição.

⁶ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/justica-proibe-uso-da-palavra-catolicas-no-nome-do-grupo-catolicas-pelo-direito-de-decidir/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

No que diz respeito aos sentidos que se repetem no fio do discurso religioso católico, notamos que o dizer do cardeal encontra-se em relação parafrástica com outros dizeres ditos em outros lugares e em diferentes épocas. Dizeres estes que atualizam o imaginário dominante da FDRC de que o aborto é menos grave que o estupro, conforme podemos ver na fala do Papa Francisco que, em uma habitual audiência na Praça de São Pedro no Vaticano, em 2018, afirmou que “Interromper uma gravidez é como eliminar alguém. É justo eliminar uma vida humana para resolver um problema?”⁷. Discursivamente, percebemos que a fala do Papa Francisco (re)inscreve o dizer do arcebispo de Olinda, trazendo para o presente da enunciação o efeito de evidência de que o aborto, mesmo em caso de estupro, é um crime contra a vida, sendo, pois, considerado mais grave que o estupro. Afinal, no dizer do religioso, este trata-se apenas de um “problema”.

Nesse sentido, podemos dizer que o imaginário dominante dos sujeitos filiados à FDRC fundamenta-se no princípio cristão de que a vida se inicia desde o momento da fecundação, sendo, portanto, o aborto considerado, além de um ato pecaminoso, um crime contra a vida. Inclusive, nos documentos episcopais, o aborto é designado como homicídio, conforme consta na Carta Encíclica *Evangelium Vitae*⁸, assinada pelo Papa João Paulo II em 1995. Com base nesse entendimento, em 2009, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota, apoiando a decisão do arcebispo de Olinda de excomungar a mãe da menina e a equipe médica, na qual deu destaque ao mandamento “não matarás”, revelando-nos, pois, o imaginário dominante do discurso religioso sobre a designação do aborto.

Nesse sentido, percebemos que a formulação “Violar a uma niña es menos grave que un aborto” carrega consigo uma rede de sentidos que, pelo viés da repetibilidade e do silenciamento, tem designado o aborto como um crime contra a vida, invisibilizado a

⁷ Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/10-frases-marcantes-ditas-pelo-papa-francisco.phtml>. Acesso em: 24 set. 2021.

⁸ A Carta Encíclica, que significa carta circular, é um documento pontifício que tem como objetivo tornar público os ensinamentos do Papa sobre temas doutrinários que ganham destaque em determinado contexto sócio-histórico.

violência das meninas-mulheres vítimas de estupro e culpabilizado as que praticam o aborto. Vale destacar que a fala do cardeal, ao atualizar o discurso legitimado por uma importante instituição de poder, a Igreja Católica, apaga as contradições sócio-históricas e ideológicas, próprias do patriarcalismo, naturalizando, assim, a desigualdade e, conseqüentemente, a violência de gênero.

No que diz respeito ao processo de invisibilização e, conseqüente, naturalização da prática do estupro, Vigarello (1998), em sua obra “História do estupro”, disserta sobre a prática da violência sexual na França, desde o Ancien Régime francês até a modernidade. Segundo o autor, no século XVI, por exemplo, o estupro era considerado um crime “apenas” contra a moral, tinha pouca importância e era menos grave que roubar, por isso a punição era branda. A posição de classe da vítima também interferia no julgamento do crime, pois, “a qualidade da pessoa a quem a violência era feita” tornava essa violência mais ou menos grave (JOUSSE, 1974 *apud* VIGARELLO, 1998, p. 23). O autor explica que, nessa época, não se relacionava o estupro à violência, embora a “honestidade” das vítimas já fosse um agravante à penalização.

Campos (2000) acrescenta que no século XIX, na França, o estupro de crianças era considerado repulsivo, *até mesmo quando havia dúvidas em relação ao “passado” da criança*, mostrando que o comportamento e a moral da menina-mulher influenciava a tomada de posição dos sujeitos em relação à prática do estupro. A título de exemplificação, o autor traz para o centro da discussão uma decisão judicial de 1777, em que uma criança entre seis ou sete anos foi vítima de estupro. Na sentença, o juiz alegou que a menina era uma prostituta, pois fora vista abordando militares, guardas e até flagrada “em ação com um rapaz” (CAMPOS, 2000, p. 35).

O julgamento do caráter e da honestidade da menina-mulher vítima de violência sexual, infelizmente, atravessa a história de diferentes países, ao longo dos tempos, e tem determinado os modos como o estupro é discursivizado em diversas FD como a religiosa e a jurídica, por exemplo. Segundo Vieira (2007, p. 111), no período entre os Códigos Penais brasileiros de 1890 a 1940, “O foco dos crimes sexuais estava no casamento e na família e não na garantia dos direitos das mulheres, suas violações e nuances”, inclusive, os crimes dessa natureza eram

designados como crimes contra a honra das famílias e contra os bons costumes e não crimes contra o corpo feminino.

Apesar dos avanços na legislação brasileira, a partir dos quais o estupro passou a figurar como crime contra a dignidade da pessoa, percebemos que a significação da violência sexual como atentado contra a honra e a moral, infelizmente, ainda encontra eco em discursos e práticas sociais de sujeitos filiados a formações ideológicas machistas que associam o estupro à conduta feminina. Em 2020, por exemplo, deparamo-nos com o julgamento⁹ do empresário André de Camargo Aranha, acusado de estuprar a influencer Mariana Ferrer durante uma festa em 2018. O julgamento acabou resultando na tese inédita de que o réu não teve a intenção de estuprar, levando-o à absolvição. Aqui, vale pontuar que uma das questões levantadas pela defesa foi o questionamento da moral da vítima, por meio da exposição de fotos sensuais retiradas de suas redes sociais, mostrando que, na formação discursiva jurídica, apesar dos avanços ocorridos nas leis que regem os crimes de estupro, ainda prevalece o imaginário social de que a mulher, de conduta “questionável”, é a culpada pelo estupro.

Diante disso, percebemos que a forma como a sociedade historicamente tem (não)valorado os atos de violência sexual mantém relação intrínseca com questões de ordem sócio, histórica e ideológica que têm naturalizado as relações de poder do homem sobre o corpo de meninas, adolescentes e mulheres adultas, especialmente, quando as vítimas se encontram em situação de vulnerabilidade, seja ela social, econômica ou moral. Nesse lugar de desigualdades, o imaginário social dominante de que o estupro é um crime de “menor valor” encontra eco em (re)formulações cristalizadas no interior de determinadas FD, as quais culpabilizam a menina-mulher pelo estupro, a partir de construções como: “ela procurou”, “ela seduziu”, “ela usava roupas provocantes”, “ela mereceu”, “ela até gostou”.

Assim, podemos dizer que, pelo funcionamento da memória discursiva, o cardeal traz à cena discursiva uma rede de sentidos marcadamente machistas, que

⁹ Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 8 maio 2021.

tomam a violabilidade do corpo feminino, seja ele um corpo-criança ou um corpo-mulher adulta, como algo que merece menor atenção por parte da Igreja ou até mesmo por parte de autoridades civis. Essa percepção (re)inscreve o estupro no rol das violências “menos importantes”, e isso produz como resultado o entendimento de que aquele que praticou tal ato não cometeu um crime de grande relevância, afinal é a própria Igreja, enquanto instituição defensora dos valores humanos e divinos, que diz ser o estupro um crime de menor gravidade. Tanto é assim que, em 2009, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, excomungou a mãe da menina e a equipe médica, mas não excomungou o padrasto, (re)afirmando, pois, a posição-sujeito dominante na formação discursiva religiosa de naturalização da violência praticada contra a menina-mulher.

Considerações finais

Diante do exposto até o momento, é possível dizer que o sujeito do discurso inscrito na FDRC, ao designar o estupro como sendo “menos grave” que o aborto, mobiliza saberes já disponíveis na memória discursiva que, ao serem atualizados através do processo de designação, acabam produzindo efeitos de verdade sobre os referentes discursivos, no caso, sobre os termos “estupro” e “aborto”.

Para os sujeitos filiados à FDRC, é evidente que o aborto seja mais grave que o estupro, uma vez que o efeito ideológico acaba encobrendo as contradições sócio-históricas e ideológicas próprias do patriarcalismo, assim como acabam silenciando os dizeres de posições-sujeito contrárias à FDRC, a partir das quais poderíamos questionar: o estupro é menos grave que o aborto para quem? O corpo violentado de uma menina de nove anos é menos grave que o aborto? Obrigar uma menina de nove anos a gestar gêmeos, mesmo correndo risco de vida, é menos grave que o aborto? Questionamentos estes que nos levam a refletir sobre as relações de poder do sistema patriarcal que, historicamente, têm subjugado a menina-mulher a papéis de subalternidade e de objetificação, negando-lhes direitos, silenciando suas dores e naturalizando a violência praticada contra o corpo feminino.

Nesse sentido, defendemos que o discurso religioso cristão exerceu e ainda exerce controle sobre a sociedade e mais especificamente sobre a mulher e sua sexualidade. Pautados em uma ideologia conservadora e patriarcal, os discursos de seus representantes marginalizam e culpabilizam as mulheres, vítimas de estupro, atrelando sua imagem ao pecado e ao crime. Se, por um lado, a imagem das mulheres e meninas que praticam o aborto é demonizada pela FDRC; por outro, os crimes produzidos por seus agressores são silenciados e até mesmo naturalizados. Os homens abusadores, ainda hoje, são isentos pela Igreja de responsabilidade no crime e pecado atribuídos à mulher, o que reforça a ideia de que, em casos de estupro e de gravidez decorrente de tal ato, os homens não são culpados, por isso, a excomunhão não se aplicaria a eles.

Sendo assim, é possível dizer que os discursos religiosos cristãos produzem violência, opressão e desrespeito à vida das mulheres, especialmente, àquelas não pertencentes à elite dominante. Faz-se necessário, então, resistir a tais discursos, questionar as bases patriarcais em que os pilares cristãos foram erguidos e tratar a sexualidade, o aborto e o corpo das mulheres como um direito que a elas pertencem. Se o patriarcado sempre encontra novas formas de modernizar-se para moldar o sujeito mulher conforme seus interesses, a luta pelo direito de existir, e existir de forma digna, precisa ser, cada vez mais, travada na arena social, política e discursiva.

Referências

CAMPOS, Carmen Hein de. Da violência real à violência institucional. *Cadernos Themis: gênero e direito – crimes sexuais*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, mar. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EduFScar, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTIMANN, S. (org.) *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

VIEIRA, Miriam Steffen. *Universo legal em ato: a construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

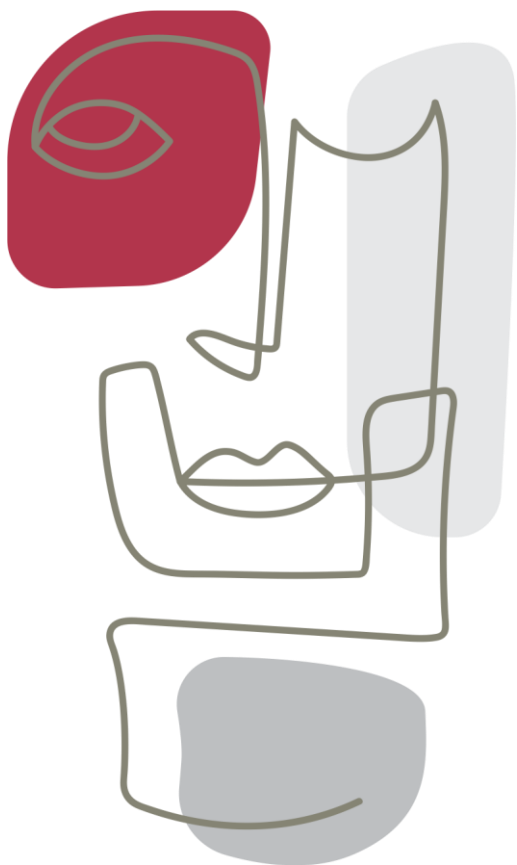
VIGARELLO, Georges. *História do estupro*. Violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Maria Alcione Gonçalves da Costa

Doutora em Linguística pela UFPE, mestra em Língua Portuguesa pela UPE e atua como professora no IFSERTÃO-PE.

Josefa Maria dos Santos

Doutora em Linguística pela UFAL, mestra em Língua Portuguesa pela UPE e atua como professora da educação básica do Estado de Pernambuco.



Maurício Beck

Iago Moura Melo

**AUSCULTAR VESTÍGIOS: EPISTEMOLOGIA,
IDEOLOGIA, SILÊNCIO**

Repara bem no que eu não digo.
(LEMINSKI)

Provocações epistemológicas

Talvez não seja exagerado afirmar que, tendo herdado a teoria da interpelação ideológica althusseriana, a Análise de Discurso de linha materialista não extrapole o projeto de cunho moderno que visaria a compreender como as condições materiais de existência podem encontrar, nos efeitos de sentidos discursivos, a sua alusão (real do antagonismo) via ilusão. Ora, já em *Interpretação dos Sonhos* ([1900] 2012), de Freud – referência para Althusser teorizar sobre o funcionamento da ideologia pelo prisma da interpretação onírica –, o trabalho do sonho é entendido como um modo de camuflar o desejo para que este possa voltar à cena. A interpretação psicanalítica tratava, por conseguinte, de tornar patente o que era latente no relato do onírico. Eis aí um programa de desvelamento em que, segundo Rouanet (2004, p. 124),

[...] no plano social, filogenético como ele [Freud] diria, existe a utopia de uma sociedade totalmente transparente para si mesma. É utópico porque nunca a sociedade será totalmente transparente para si mesma, e, no entanto, a psicanálise, no plano coletivo, no plano social, não pode deixar de se colocar esse ideal. Ele também disse isso no *Mal-Estar na Civilização*, que um dia será possível ao homem renunciar aos mecanismos de defesa, como o recalque, por exemplo (um mecanismo infantil de fuga), e a sociedade passe a ser regida por Logos! Quando a razão assumir o comando, o controle social e a regulamentação pulsional se farão através da organização racional da sociedade. Isso é realizável? Obviamente que não. Então temos duas utopias: no plano individual, a utopia de um psiquismo transparente para si mesmo, e, no plano social, a utopia de uma sociedade regida pela razão. Duas coisas inatingíveis e irrenunciáveis.

Em outro momento, Beck (2019) buscou extrair algumas consequências da constatação destas duas coisas inatingíveis e irrenunciáveis: a sua renúncia redundaria ou na reprodução de uma razão cativa (ROUANET, 1985) ou na anuência (crítica, mas conformada) para com uma razão cínica (SLOTEDIJK, [1983] 2012). Há

de se admitir: uma teoria da opacidade do sujeito e da história, como a de Althusser ou a de Pêcheux, não escaparia ao impasse do inatingível irrenunciável.

Com efeito, tal perspectiva o deflagra e nos lança em confronto com um mal-estar teórico: se a razão de ser da teoria for a de “jogar luz” na opacidade que ela mesma postula, o próprio desvelamento da camuflagem configura o irrenunciável conhecimento da opacidade do objeto. A plena transparência do laço social é, por sua vez, o inatingível irrenunciável situado no cerne do projeto teórico-analítico (e político) de explicitação do funcionamento do ideológico em imbricação com o discursivo.

Entretanto, o inatingível irrenunciável do projeto da Análise de Discurso se adensa em outra questão incontornável e imperdoável: a autocrítica pecheuxiana com relação à suposição de uma “*exterioridade radical da teoria marxista-leninista*” (PÊCHEUX, 2014, p. 275) para embasar a formulação de um “sujeito pleno identificado na interpelação da Ideologia dominante burguesa” (PÊCHEUX, 2014, p. 275). Eis um problema que diz respeito às inúmeras ciências, costumeiramente enquadradas como humanas e sociais: se as práticas científicas contêm vieses ideológicos, como demarcar uma distinção entre ideologia e teoria? Questão do corte epistemológico e do corte continuado em um trabalho (de retificação) sem fim, *a la* Sísifo.

Um modo de melhor expressar a problemática epistemológica resultante (indiferenciação entre conhecimento, desconhecimento, reconhecimento, irreconhecimento) é o chamado paradoxo de Mannheim ([1960] 1982): se todo discurso é ideológico, seria possível haver algo diferente de um discurso ideológico sobre a ideologia? O paradoxo produziria um efeito de *looping infinito* ou de *oroboro*, em que o conceito acaba devorado pelo seu próprio referente. Em outras palavras, o paradoxo de Mannheim ([1960] 1982) seria o indício de que haveria uma equipolência¹ entre teoria e ideologia, resultando em certo impasse epistêmico.

¹ Tomamos emprestado a Sexto Empírico a definição de equipolência. “Dizemos [ser] ‘equipolência’, a equidade quanto à convicção e a não convicção, como se para não indicar qualquer um dos discursos em conflito como mais convincente. A suspensão do juízo é o estado mental por meio do qual nem aderimos e nem assumimos algo” (SEXTO EMPÍRICO, *Esboços pirrônicos*, I, p. 10).

Segundo o estudioso da metaficção, Gustavo Bernardo (2010), devemos recordar que “[...] uma ideologia é uma ficção esquecida de sua origem ficcional” (BERNARDO, 2010, p. 61). Aproveitamos o ensejo desta aproximação conceitual no âmbito dos estudos literários para retomarmos a “[...] célebre suspensão amorosa da descrença” (BERNARDO, 2010, p. 99), de Coleridge, e propormos um paralelo entre a imersão pela via da leitura de uma ficção e a vivência cotidiana que se deixa embalar pelas experiências primeiras, a evidência de que uma palavra significa uma coisa, isto é, a interpretação via dispositivo ideológico (ORLANDI, 2004). O efeito de evidências no funcionamento da ideologia, por conseguinte, guarda similaridades com o primeiro nível da suspensão da descrença (epoché) descrita pelo autor, quando “aceitamos ‘o como se’ como se fosse um ‘aqui agora’” (BERNARDO, 2010, p. 99).

Em um segundo nível, ainda para Bernardo (2010, p. 99), teríamos uma “suspensão da suspensão da descrença’ para entendermos o funcionamento do processo que não só faculta como provoca a suspensão da descrença do primeiro nível”. Em *Análise de Discurso*, esse segundo nível corresponderia ao trabalho do analista que, por meio do seu dispositivo teórico-analítico, desvela a camuflagem do funcionamento do mecanismo de produção de evidências.

Há, entretanto, um terceiro nível para Bernardo (2010, p. 99): “[...] o da ‘suspensão da crença’: da crença nos mapas, nas explicações, nos sistemas, na teoria, na filosofia, na ciência. Esse exercício de suspensão da crença é vertiginoso, mas necessário, caso contrário reificamos nossa teoria”. Se compreendemos que a teoria perdeu quaisquer sacralidades de majestade (ou de ciência régia), se ela está sujeita a falhas, por efeito de vieses ideológicos, é porque, não podemos esquecer, Pêcheux nunca deixou de labutar em retificações teóricas. A inquietude epistemológica, a humildade e a honestidade de suas autocríticas, aliás, são ímpares. Entretanto, reconhecer que a teoria não é imune ao ideológico não significa menor rigor metodológico, nem deixar se embalar em um sono dogmático frente aos impasses e paradoxos de ordem epistemológica, pelo contrário. Uma vez que, se a *Análise de Discurso* realizou e ainda realiza retificações e rigorosas autocríticas, é porque ela se engaja em fazer avançar a produção de conhecimento, pela via da

crítica da afirmação do óbvio e da suspensão das evidências. E, desse modo, confronta o efeitos de desconhecimento ou irreconhecimento próprios à reprodução ideológica.

Voltemos um passo atrás para saltar mais adiante: como, afinal, escapar ao oroboro do paradoxo de Mannheim? Beck, Fonseca e Santos (2019) propuseram que, se a ideologia é compreendida como mecanismo de produção de evidências, por efeito de saturação de um sentido, suposto como o sentido, uma prática discursiva diferente de um discurso ideológico sobre a ideologia precisaria funcionar de modo diverso. Ora, em procedimentos de análise de discurso, quebramos a saturação de um sentido, tido como o evidente, e desvelamos a potencialidade de que os sentidos podem ser outros (ao mostrarmos o interdiscurso em funcionamento no intradiscurso), levando em conta instâncias que eram, outrora, tratadas como exterioridades à língua. Enxertamos suspeitas sobre os efeitos de sentido em dados recortes de análise, ao relançar a questão: por que estes sentidos, por que não outros? Como nos explana Pierre Clastres ([1974] 1990, p. 121), para o pensamento guarani, “o Mal é o Um”, o bem é “ao mesmo tempo o um e seu outro”. Pela via do trabalho de análise, mesmo que muito pontualmente, abrimo-nos à polissemia (não-Um), pela suspensão da univocidade.

Um percurso analítico: as clivagens do político na ditadura militar brasileira

Nos anos setenta do século XX, tem lugar, no Brasil, a dita abertura política. O silêncio local, nos moldes propostos por Orlandi (1997), transforma-se em seu modo *anacrônico* de calar o possível². Isso altera o que convém chamarmos a *passabilidade dos sentidos*, em se tratando da circulação dos dizeres e dos sujeitos neles significados³. A *língua-de-espuma* da ditadura se especializa, sob a pretensão de

² Compreendendo a relação entre silêncio e temporalidade, é que afirmamos que o tempo da censura (silêncio local) funciona pela anacronia. Trata-se de gesto de leitura gestado previamente (MOURA; BECK, 2019), embora ainda não estivesse formulado dessa maneira.

³ Nos espaços significantes em que circulam dizeres de corpos dissidentes, a palavra “passabilidade” vem, regularmente, significar a possibilidade de passar, ou ainda transitar, sem

(des)significar sujeitos e sentidos moralmente subversivos, momento em que se pode, pela teoria, pronunciar a sua *dimensão pedagógica* (MOURA; BECK, 2019)⁴. Podemos, aí, compreender as clivagens do político em sua relação com a política autoritária do período⁵.

Anacronismo e língua-de-espuma: de “que” e “como” estamos falando ao empreendermos um gesto de leitura a partir desse movimento de articulação e apropriação? Dissemos do silêncio local (censura): ele é anacrônico. Essa nossa predicação nos coloca no terreno da história, precisamente no de um “conceito poético”, ainda dominante, que fornece àquela as suas condições de constituição como disciplina científica. Igualmente, situa-nos na teoria materialista do discurso como problematização prática da noção idealista de tempo (ROMÉ, 2019). Segundo Rancière (2011, p. 23), o anacronismo “[...] concerne à verdade na poesia antes de ligar-se à verdade do cientista. E é no debate sobre os direitos da ficção que serão definidas as características do conceito que os historiadores herdarão”. Partindo desse autor, cuja crítica nos conduz à compreensão de que o anacronismo, tomado como emblema do que não pertence ou não convém ao tempo em que é situado, não

ser notado, como um corpo cis e/ou heterossexual autêntico. Propomos, aqui, fazer funcionar a palavra como um operador, no âmbito de nossa prática teórico-analítica, do conceito de “circulação” em AD, havendo-a enquanto modo de trânsito de dizeres de/sobre corpos dissidentes, no caso específico, de sujeitos homossexuais. Essa atitude de leitura não implica uma proposta de substituição conceitual, tampouco se formula como uma crítica. Trata-se, unicamente, de um gesto de leitura que se faz afetar pela escuta das metáforas presentes no arquivo de materiais.

⁴ Em atenção a esse rearranjo nas políticas censórias do período aludido, Afonso-Rocha (2020b) propõe nomeá-lo como ditadura *cis-hétero-militar*.

⁵ Ao situarmos a dimensão pedagógico-censória da língua de espuma da ditadura em relação às clivagens do político que nela se visibilizaram no momento da dita abertura política, advogamos a opacidade complexa da construção discursiva do “outro” no aludido período. É assim que compreendemos que as equações linguísticas “comunista = inimigo” (MARIANI, 1996), “homossexual = inimigo” (AFONSO-ROCHA, 2020a), “homossexual = pervertido + promíscuo” (SOARES, 2016) trabalharam a eficácia do imaginário no Brasil da segunda metade do século XX, tendo “homossexual = comunista” como virtualidade parafrástica. Em termos relativamente distintos, Afonso-Rocha (2020c) falará de uma sinonímia mítica entre os termos homossexual e comunista no funcionamento das políticas do medo/esperança (*deimopolítica*) na ditadura militar brasileira. Ainda sobre a complexidade da construção do outro no aludido período, v. Indursky (2013) sobre o discurso dos presidentes militares.

existe, a não ser positivamente como a materialidade conexa “[...] dos acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com ‘ele mesmo’” (RANCIÈRE, 2011, p. 49); é que podemos inscrever o tempo da censura como uma prática anacrônica sobre o dizível⁶, sentido em que ela é a imagem nostálgica e deformadora – no fato de que não se pode dizer algo do que é sócio-historicamente dizível⁷ – do real do tempo como não-contemporâneo, isto é, necessariamente anacrônico em relação a si⁸. Uma apropriação discursivo-materialista deste conceito é, então, o que tentamos esboçar para compreender o funcionamento da língua-de-espuma, nos termos de Orlandi (2007, p. 99), como

[...] uma língua ‘vazia’, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. É uma língua em que os sentidos batem forte mas não se expandem, em que não há ressonâncias, não há desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussões. Se, de um lado, não se comprometem com nenhuma ‘realidade’, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para essa mesma ‘realidade’.

⁶ Convém assinalar que, ao refletir sobre tempo, silêncio e discurso, Orlandi (2007) se baseia estritamente na forma fundante do silêncio, cujo tempo é contínuo. Aqui, quisemos, dando consequência ao gesto da autora, aprofundar a reflexão sobre o tempo tomado na relação com a censura.

⁷ Nesse sentido, Orlandi (2007, p. 105): “A relação com o ‘dizível’ é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer”. Se, no discurso cientificista do historiador, o conceito de anacronismo faculta a este a denegação de sua posição de interpretação e, então, “[...] oculta as condições mesmas de toda historicidade” (RANCIÈRE, 2011, p. 47), aqui ele é, como real, interpretado no lugar da causa mesma daquele dizer. Sob outros sentidos, é porque o tempo não pode não ser anacrônico que o historiador, sob o resgate cronológico do passado, se volta contra ele: nada deve estar fora ou contra o tempo! (a não ser o próprio ao tempo). A interdição censória, segundo pensamos, mostra-se então como imagem que não apenas dissimula, mas também alude a esse impossível.

⁸ O que nos parece ser uma decorrência da compreensão do “um” tempo como complexamente sobredeterminado, “[...] uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas” (ROBIN, 2016).

Uma língua, assim, que se volta contra o outro e o acontecimento, de onde seu caráter totalitário. Na conjuntura brasileira dos anos 70, então, entendemos que a interdição dos sentidos “explosivos” de liberdade, emergidos dos movimentos de maio de 68 (ORLANDI, 1999), e que acentuavam o caráter paradoxal de objetos ideológicos tais como “corpo”, “gênero”, “sexualidade”, surgiam como “pequenas anacronias”, que o discurso censório visava a de-significar⁹. Nesta conjuntura, a dita abertura política, significada como “lenta, gradual e segura”, slogan da redemocratização formulado no governo Geisel, funcionou, simultaneamente, com a intensificação das práticas discursivas de controle moral, práticas essas que dividiram o político pelo censório, trabalhando sentidos e sujeitos homossexuais como subversivos morais. Os sentidos do político, ou melhor, de política, em relação ao censório, foram, então, em certa medida, redirecionados¹⁰.

A despeito da promessa de novos ares pelo incipiente processo de redemocratização, a censura moral e a perseguição institucionalizada a sujeitos cis-hétero-dissidentes seguiam firmes¹¹. Os sentidos moralmente subversivos, assim, não *passavam* livremente, sendo cooptados pela língua-de-espuma, que deixava de tentar conter o estritamente político para conter “o político” no moralmente subversivo. Sentidos politicamente subversivos, pelo menos de um prisma estritamente político, tornam-se formuláveis ou alvo da autocensura; enquanto sentidos moralmente subversivos foram interditados. A ditadura permaneceu, nos termos de Renan Quinalha (2017), na moral e nos costumes.

Ratificando os estudos de Orlandi (2007[1997]; 1999) sobre o funcionamento da censura na ditadura militar brasileira, enfatizamos: não há, como não houve no

⁹ Rancière (2011, p. 49), afirmando as anacronias a partir de um sentido positivo, dirá: “Uma anacronia é uma palavra, um acontecimento, uma sequência significativa saídos do ‘seu’ tempo, dotados da capacidade de definir direcionamentos temporais inéditos, de garantir o salto ou a conexão de uma linha de temporalidade com uma outra”. Nesse sentido positivo, a anacronia inscreve *o além*, apresenta no presente efeitos de futuro; ao passo que a censura, que contra aquela se volta, é também anacrônica por inscrever o presente *no aquém*.

¹⁰ Para uma distinção entre político e política, v. Rancière (1996).

¹¹ Ver, dentre outros, Trevisan (2018).

aludido período, censura sem resistência. Embora a censura já tivesse se instalado no cotidiano de todo brasileiro, pelo que “[...] cada um experimentava, na sua própria intimidade, os limites do dizer [...]” (ORLANDI, [1997] 2007, p. 114), isso não impediu que os vestígios do in-significado pudessem se reagrupar em formas muito variadas de comunicação e de resistência¹², de que é exemplo o *Lampião da Esquina* (1978-1981): jornal guei que constituiu veículo de discurso urbano, fazendo transpirar sentidos moralmente subversivos e contestando a censura moral do período, à medida em que produziu um falar *sobre* o confronto entre o simbólico e o político na cidade.

No *Lampião*, em sua edição experimental, datada de 1978, a imagem de “gueto” aparece como sintoma dos silêncios sobre a identidade do sujeito homossexual, que intervinham pelo funcionamento pedagógico-censório da língua-de-espuma falada pelos militares. O tabloide circulou um discurso *sobre* (MARIANI, 1996) a censura moral que constituía os sujeitos homossexuais, à medida em que constituiu resposta à (universal) injunção a interpretar a condição de silenciamento que os determinava: a guetização. Ao falar a respeito do discurso-origem – no caso, o discurso totalitário do regime militar de perfil castrador, no que concerne às sexualidades heréticas (FOUCAULT, 2017) – o discurso sobre a censura moral atuou na institucionalização de sentidos, da memória, contribuindo, inclusive, no rearranjo de seus trajetos.

O editorial da aludida edição foi denominado “Saindo do gueto”. Dele, recortamos a seguinte Sequência Discursiva (SD) para pensar a especificidade significante do silêncio:

SD: Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador...

No enunciado recortado, os sujeitos do discurso textualizam um gesto de resistência ao silenciamento a que se viam encapsulados pela língua-de-espuma

¹² E isso se deu sob materialidades significantes diversas, como já foi discutido por XXXXX (2020) na mesa “Discurso e sexualidade”, transmitida no *Youtube* em 21 de julho de 2020.

falada durante o regime. Nele, chocam-se duas materialidades significantes: o discurso sobre o silêncio e o silêncio que o constitui/censura.

Silêncio e exterioridade

Convocando, novamente, o que desenvolvemos anteriormente (MOURA; BECK, 2019), propomos pensar a ausculta analítica como a face do dispositivo discursivo de compreensão voltada à significância do silêncio, considerado em sua espessura material; ao passo que a dimensão da escuta cuida especificamente do funcionamento do dito. Tais faces do dispositivo discursivo articulam-se na forma de um batimento (escuta/ausculta). No aludido trabalho, ainda, propusemos compreender a ideologia tal como o rio do esquecimento, *Rio Lete* na mitologia grega¹³, cujo funcionamento se desdobra na conjugação de três margens, a saber: a da língua, a do discurso e a do silêncio. Concebemos como produtiva a metáfora extraída do conto “A terceira margem do rio”, que emprestamos a Guimarães Rosa (1988), para caracterizar o que, então, designamos *divisão do trabalho semântico*.

Para nós (MOURA; BECK, 2019), a língua, como a base material de processos discursivos (segunda margem), é a primeira margem do rio ideológico. O silêncio, de outra parte, havido como o real do discurso, constitui a terceira margem da significação, o lugar mesmo do não-Um, do impossível que se faz possibilidade pela língua¹⁴. A metáfora do rio também nos ajuda a pensar o funcionamento da memória, cujo fluxo combina esquecimento e lembrança, já que, conforme a mitologia grega, ao banhar-se nas águas do *Rio Lete* (ideologia), o sujeito seria dividido pelo esquecimento.

¹³ Cabe destacar que, na história da filosofia ocidental, o conceito de verdade como “mostrar” se aloja na metáfora do *Rio Lete*, de onde o verdadeiro se identifica ao lembrado, mostrado ou ainda iluminado, estando a dimensão do esquecimento dissimulada diante do primado do que se manifesta.

¹⁴ Não situamos o silêncio como primeira, mas terceira margem da significação, uma vez que, dando consequência à metáfora da terceira margem do rio, de Guimarães Rosa, é o “terceiro” lugar, “a terceira margem”, que metaforiza o silêncio-de-si do herói, a sua indeterminação.

Diante do que precede, perguntamos: se desnaturalizamos, pela via da análise, um dado discurso, remetendo-o à polissemia de sua materialidade, como se dá essa “abertura” ao não-Um em se tratando do silêncio como materialidade significativa específica? Ou ainda, sendo o silêncio o avesso da linguagem¹⁵, como proposto por Orlandi em seus trabalhos, pode-se, nele, supor um reverso em relação ao funcionamento da ideologia? Esse é, então, o ponto em que o real do discurso esbarra com o real não homogêneo da própria AD, fazendo com que compareçam o terreno problemático da epistemologia e as questões que nele são agenciadas.

Nesse sentido, a escuta discursiva, tal como tradicionalmente concebida, pode ser conduzida à dobra do dizer, guardando, em relação a ela, *obediência* (HEIDEGGER, 1999), convolvendo-se enquanto *ausculta do ser*, isto é, do silêncio fundante. Se o silêncio é simultâneo ao discurso, ou seja, se o dito e o não-dito se encontram em suas distintas materialidades¹⁶, pensamos que também o ofício analítico pode responder a tais a partir do batimento escuta/ausculta. Desta maneira, talvez, possamos jogar com o irrenunciável em questão na compreensão que fazemos da opacidade: abrir o Um à polissemia é, de algum modo, reinscrevê-lo no não dizer, isto é, no lugar mesmo do não-Um. Desse modo, muito mais que “jogar luz” sobre objetos opacos, trataríamos da conciliação problemática do dito com o não-dito, jogando

¹⁵ “O silêncio como horizonte, como iminência do sentido [...], aponta-nos que o *fora* da linguagem não é o nada mas ainda sentido” (ORLANDI, 2007, p. 13, grifo nosso). “Podemos mesmo chegar a uma proposição mais forte, invertendo a posição que nos é dada pelo senso comum (e sustentada pela ciência), na qual a linguagem aparece como ‘figura’ e o silêncio como ‘fundo’. Desse modo, podemos dizer que o silêncio é que é ‘figura’, já que é fundante. Estruturante, pelo *avesso*” (ORLANDI, 2007, p. 31, grifo nosso).

¹⁶ “O estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas “pôr em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma *dimensão do não-dito* absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’” (ORLANDI, 2007, p. 12, grifo nosso). Aqui esbarramos com a impossível redução do conceito de materialidade ao de substância, posta “[...] a *materialidade simbólica específica* do silêncio [...]” (ORLANDI, 2007, p. 14, grifo nosso). Ainda: “Fazendo-se um paralelo com o que diz Hjelmslev (1943) a propósito dos três níveis, o da substância, o da forma e o da matéria (*sens*), é no nível *dessa última* que localizamos o *silêncio fundante*” (p. 31, grifos nossos). Isso nos convoca à remissão sempre necessária deste conceito à formulação althusseriana de que “[...] a matéria se exprime de vários modos [...]” (ALTHUSSER, 2008, p. 280).

(com) o dito no silêncio, isto é, remindo o “claro”, a evidência, à clareira que o possibilita. Sobre tal dialética, encontramos, no materialismo subterrâneo recuperável em Heidegger (1979), nos termos de Althusser (2005)¹⁷, uma interessante formulação sobre a tarefa do pensamento em relação ao que denomina como sendo o fim da filosofia. Nas palavras de Heidegger (1979, p. 75):

A luz pode, efetivamente, incidir na clareira, em sua dimensão aberta, suscitando aí o jogo entre o claro e o escuro. Nunca, porém, a luz primeiro cria a clareira: aquela, a luz, pressupõe esta, a clareira. A clareira, no entanto, o aberto, não está apenas livre para a claridade e a sombra, mas também para a voz que reboia e para o eco que se perde, para tudo que soa e ressoa e morre na distância. A clareira é o aberto para tudo que se apresenta e ausenta.

Se não é a luz que produz a clareira, mas, antes, a percorre para poder, assim, brilhar, então as evidências de sentido produzidas pelo mecanismo ideológico, cujo discurso é a materialidade específica, cintilam (aos olhos) e soam (aos ouvidos) porque percorrem o *aberto*, isto é, respondem a um “envio” da história, lugar de sua opacidade assinalável pela teoria. É assim que poderemos tratar do silêncio fundante como *materialidade da clareira*, e não do claro. Nesse caminhar, e em observância ao que nos diz Orlandi (2017, p. 10) – “[...] a parte voltada ao silêncio é, sempre, em qualquer conjuntura histórico-social, mais importante do que o que se diz –, a pergunta “por que esses sentidos e não outros?” convola-se em “por que esses silêncios e não outros?”. O silêncio é, assim, marca da divisão, mas também existe já sempre como não-Um necessário para que o Um imaginário possa se constituir. Isso porque ele, o silêncio, significa de formas distintas. Assim, parece haver algo de potente no silêncio em relação ao dizer, algo que insiste em não se dobrar ao ideológico, enquanto condição mesma para que se possa aludir ao real do antagonismo. Compreendendo a significância do silêncio em relação ao

¹⁷ “Por comodidade, continuaremos a falar de materialismo do encontro; porém, é necessário saber que Heidegger está nele incluído e que este materialismo do encontro escapa aos critérios clássicos de qualquer materialismo, e que precisamos, mesmo assim, de uma palavra para designar a coisa” (ALTHUSSER, 2005, p. 12).

impossível/irrenunciável da AD, podemos ainda postular que o próprio trabalho analítico de tratar do não dito em relação ao *corpus* implica considerar que a análise mesma já se coloca diante dele duma certa maneira, isto é, ela parte do silêncio fundante (clareira) para dizer, ao tempo que é constituída no calar de outros gestos. Nesse sentido, o silêncio também toma parte, e é parte do impossível irrenunciável da teoria. A análise, então, ocupada ou não do não-dizer, sempre tateia um não dizer necessário em relação ao objeto, que funda a compreensão e que constitui o próprio batimento descrição/interpretação.

O silêncio atravessa e constitui o dizer/objeto a um só tempo que o dizer/conceito, delineando os impossíveis da prática teórico-analítica. É porque a ciência interpretativa do discurso é também um discurso, e por isso é, mesmo, interpretativa, que o silêncio afeta/constitui o corte epistemológico enquanto corte continuado, pelo que o dizer teórico nunca se estabiliza, mas cala outros modos de conceituar. Sob outros sentidos, há um impossível específico que se coloca ao dizer analítico. Lembremos, ainda, a partir de Herbert ([1968] 1995), que, para que se proceda ao corte epistemológico, é necessário silenciar sentidos evidentes, marcar pontos de não retorno em relação a eles, e, na fase interna, de teste de coerência dos conceitos, calar os idealismos que não cessam de se inscrever nos domínios do “verdadeiro”.

Retomando, então, as muitas formas do silêncio, podemos dizer que as políticas do silêncio devem ser remidas à passagem do fundante, aos signos de sua ausência, em que reside sua *abertura* ao não-Um. A terceira margem se liga ao rio, tal como o dizer à Ideologia, mas a um só tempo é também o seu ponto de real, lugar onde o rio não existe e acaba. De modo semelhante, ocorre com o silêncio como apraxia/afasia (BECK, 2013); ele resiste ao Um do dizer e, assim, o fura, desestabiliza. Entretanto, o silêncio nunca é apreensível como tal; exige a mediação da palavra, ou, dizendo de outra maneira, o real é tateado pela via da ilusão/alusão; é parte do irrenunciável da teoria, em que a Ideologia já sempre está implicada.

Por mais que o reverso da linguagem traga a promessa do fora, ele é também signo da clausura de nossas posições-sujeito, seja(m) a(s) de analista(s) de discurso,

seja(m) a(s) de não-analista(s). Para nós, se reserva, como sempre nos foi dito sobre as exterioridades, tratar do fora para e pelo dentro. Aqui, esbarramos especificamente com o silêncio tomado como um dos pontos de real que afeta a prática analítica. Produzir, então, um gesto de análise é não apenas abrir clareiras – algo bem distinto do que se denomina como sendo “o iluminar”, “o mostrar”, “o esclarecer” etc. –, mas também percorrê-las. Neste trajeto, que não se descobre e que não se aprende, afirmar a metáfora e tomar partido pelo outro sentido pode, quem sabe, significar “deparar-se” com a contingência do “dom” que é o mundo, ou com o espectro do irrealizado de um outro mundo onde caibam muitos mundos.

Referências

AFONSO-ROCHA, Ricardo. Risco da bixa: o inimigo homossexual como invenção política. *Resista!* Observatório do resistências plurais, 2020a. Disponível em: <https://resistaorp.blog/2020/09/10/risco-da-bixa-o-inimigo-homossexual-como-invencao-politica/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

AFONSO-ROCHA, Ricardo. Um lampião ilumina as esquinas da literatura. *Itinerários* – Revista de Literatura, Araraquara, n. 50, p. 57-82, 2020b.

AFONSO-ROCHA, Rick. *Bichas também sangram*: deimopolítica e direito de resistência na literatura “homossexual” do jornal Lampião da Esquina. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2020c.

ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 9, p. 9-48, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BECK, Maurício. A polis acadêmica: do algoritmo e do sentido no trabalho científico. *Traços de Linguagem*, Cáceres, v. 3, n. 1, p. 98-108, 2019.

BECK, Maurício. Apraxia e silenciar: formas de resistência-revolta por meio de uma subtração subjetiva. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 8, p. 71-82, 2013.

BECK, Maurício; FONSECA, Rodrigo Oliveira; SANTOS, Aretuza Pereira dos. Recortes discursivos, paradigma indiciário e procedimentos contraindutivos. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 153-171, jan./abr. 2019.

BERNARDO, Gustavo. *O livro da metaficção*. Ilustrações: Carolina Kaastrup. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*: pesquisas de antropologia política. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1974] 1990.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, [1900] 2012.

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

HEIDEGGER, Martin. O fim da filosofia e a tarefa do pensamento. In: HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. Tradução: Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 64-81.

HERBERT, Thomas [PÊCHEUX, Michel]. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução: Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. *Rua*, Campinas, n. 1, p. 63-89, [1968] 1995.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEMINSKI, Paulo. *Catatau*: um romance-ideia. 3. ed. crítica e anotada. Curitiba: Travessa dos editores, 2004.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1960] 1982.

MARIANI, Bethania. *O comunismo imaginário*: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de estudos da linguagem, Universidade de Campinas, São Paulo, 1996.

MOURA, Iago. 1 vídeo (2:20:42). *Webnário discurso e sexualidade*. 2020. Publicado pelo Pupilla-NuQueer. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bigClS_Z6SjA&t=5992s. Acesso em: 29 abr. 2021.

MOURA, Iago; BECK, Maurício. Vestígios do silêncio. *Rua*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 137-164, 26 jun. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Alarido e silêncio. *Revista linguagem*, São Paulo, v. 3, p. 6-17, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Maio de 68: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 59-71.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964- 1988)*. Tese (Doutorado em Relações Públicas) – Universidade de São Paulo, 2017.

RANCIERE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011. p. 21-49.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa: volume 3*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROMÉ, Natalia. Existe algo lá fora? História e discurso na teoria de Michel Pêcheux. *Fragmentum*, n. 54, p. 223-246, 2019.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 32-37.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROUANET, Sérgio Paulo. Dupla utopia psicanalítica. *Percurso* – Revista de Psicanálise, São Paulo, ano 17, n. 33, p. 123-134, 2004.

SEXTO EMPÍRICO. *Esboços Pirrônicos I*, 1-30, bilingue grego/português e espelhada. Tradução: Rodrigo Pinto de Brito. Disponível em: <https://docplayer.com.br/182037365-Traducao-de-sexto-empirico-esbocos-pirrnicos-i-1-30-bilingue-grego-portugues-e-espelhada.html>. Acesso em: 1 nov. 2019.

SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da Razão Cínica*. Tradução: Marco Casanova, Paulo Soethe, Pedro Costa Rego, Maurício Mendoza Cardozo e Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade, [1983] 2012.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Toledo: Editora Fasul, 2016.

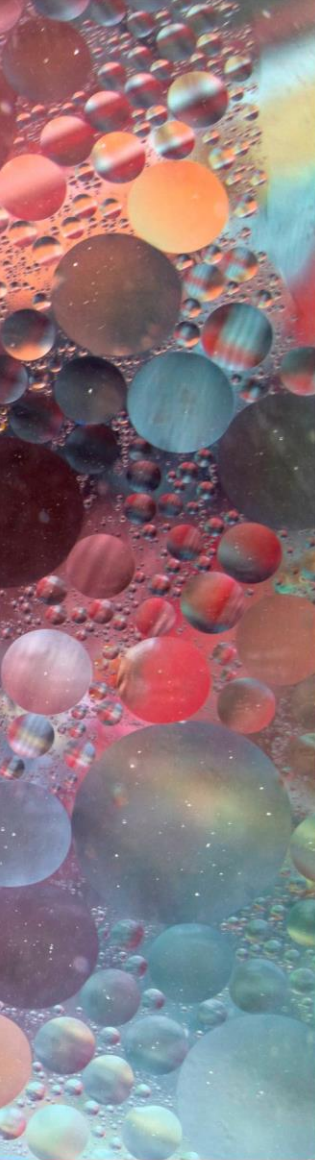
TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Maurício Beck

Professor e pesquisador no PPGL-UESC. Graduado em Psicologia-Unijuí, mestre e doutor em Letras (Estudos Linguísticos) - PPGL-UFSM com tese intitulada *Aurora Mexicana - processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista*.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8681-1626>.

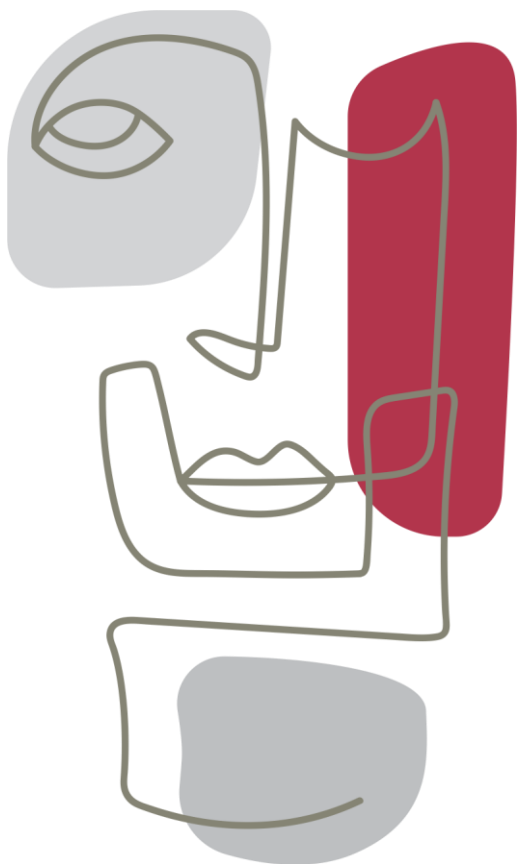
Iago Moura Melo

Doutorando, Mestre em Letras e Bacharel em Direito pela UESC. Advogado (OAB/BA). Membro do Grupo de Estudos Discursivos (GED/UESC), do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP) e do Coletivo Contradit (Coletivo de Trabalho - Discurso e Transformação). E-mail: immsantos@uesc.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2144-0948>.



DISCURSO, TECNOLOGIA, MÍDIA(S)





Thiago Alves França

**HOMOSSEXUALIZAÇÃO DA AIDS, ÓDIO
CATEGORIAL E DISCURSO DE ÓDIO: ALGUNS
GESTOS DE COMPOSIÇÃO-ANÁLISE**

De início, algumas considerações

Neste texto, apresento à leitora (e ao leitor) um gesto de análise de material já abordado em minha tese, mas que, aqui, retomo, amplio e rediscuto, tentando também destacar os gestos de composição do *corpus*. Especificamente, eu dou tratamento discursivo a uma postagem que circulou no *Facebook*, que eu selecionei para o arquivo então em composição de minha tese, e “convertei” em discurso, no sentido de que referi aquele texto postado “às condições que determinam a produção [...] daquela] sequência em relação a outros discursos” (PÊCHEUX, [1973] 2012b, p. 203, intervenções minhas).

Quando afirmo que “convertei” o texto em discurso, quero dizer que, embora a postagem no *Facebook* existisse antes e independentemente de minha intervenção analítica, o que eu discuto neste texto não é exatamente a postagem, mas um certo modo de olhar para ela; quando a seleciono e a desloco do seu lugar de circulação (o *Facebook*) para este texto, por exemplo – assumindo que o sentido não é indiferente ao espaço em que circula (PÊCHEUX, [1984] 2012a; ORLANDI, 2012) –, eu já construo algo “novo”; quando eu olho para a postagem e fragmento aquela unidade-texto em unidades discursivas menores (Sequências Discursivas - SD), isso também já é da ordem da intervenção-criação; quando eu ponho essas SD em relação com outros enunciados não presentificados na postagem, na tentativa de compreender o interdiscurso específico que funciona como rede de significação e condição de legibilidade (PÊCHEUX, [1983b] 2007), isso é também “criar” o objeto de trabalho.

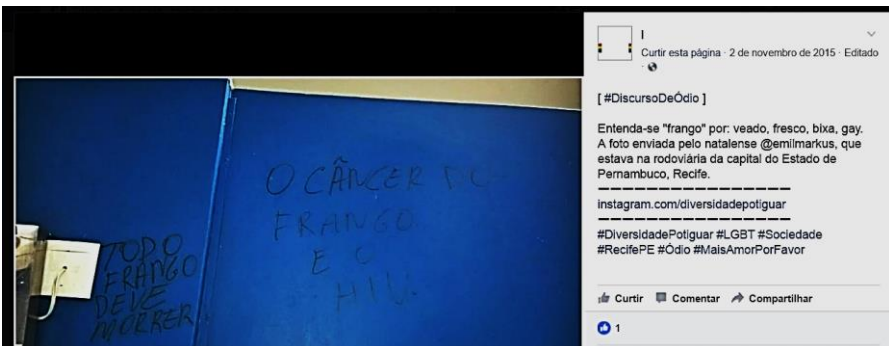
Então, não, eu não “coletar” o meu material de pesquisa no *Facebook*, eu não apenas me deparo com ele; dizer isso não é suficiente. É verdade que, lá, eu encontro a postagem, mas é importante dizer que, a partir de ferramentas teóricas fornecidas, no caso, pela Análise de Discurso (AD), eu vou “manipulando” aquele texto, construindo este objeto-discurso, que passa pela marca incontornável dos gestos de interpretação de quem “manufatura” esse mesmo objeto. É preciso, portanto, não esquecer (ou lembrar) que as condições de produção (CP) são determinantes desde a

composição do *corpus* (ou mesmo antes); é preciso não esquecer (ou lembrar), portanto, que há, por assim dizer, condições de composição do *corpus*.

O material¹ e alguns gestos de análise

Como eu mencionei, a postagem, de novembro de 2015, foi encontrada no *Facebook*. Apresento, a seguir, uma imagem produzida pelo *print* da tela do computador – um registro do momento em que eu entrei em contato com a postagem – e que é, por assim dizer, senão o primeiro, um dos primeiros movimentos de intervenção-criação do material de análise:

Figura 1



Fonte: Facebook (2015)

Na tese, essa mesma figura é apresentada em um capítulo no qual eu me pergunto sobre quais os sentidos da designação “discurso de ódio” (considerando também a sua forma tagueada #DiscursoDeÓdio), segundo gestos de interpretação

¹ Na introdução à tradução brasileira do “Materialidades Discursivas”, Orlandi (2016) aponta a recorrência da confusão entre “material” e “materialidade”. Segundo a autora, “na maior parte das vezes, chamam de materialidade – por exemplo: ‘a materialidade que vou analisar são os textos encontrados no jornal x’ – o que já está categorizado nas disciplinas da linguagem, em geral, como ‘*corpus*’, em algumas, como ‘dados’, ou, em outras, simplesmente como ‘o objeto de análise’. Mas, certamente, não cabe chamar isso de ‘materialidade’. Não nessa formulação” (ORLANDI, 2016, p. 10).

de diferentes usuários-sujeitos² no *Facebook*; mais especificamente, na tese, a figura aparece em um tópico em que eu trabalho com a equivalência (sempre) circunstancial entre “discurso de ódio” e “homofobia” (discurso de ódio = homofobia). Lá, eu argumento que a presença da #DiscursoDeÓdio indica um gesto de leitura do usuário-sujeito responsável pela postagem, que interpreta, portanto, que, na foto postada, há discurso de ódio.

Voltando o olhar para a Figura 1, mais especificamente para a porção esquerda da figura, podem ser lidos os seguintes enunciados, registrados em letras maiúsculas: “Todo frango deve morrer” e “O câncer do frango é o HIV”. Estão, esses enunciados, sobre um fundo azul; provavelmente, a porta de um banheiro, e de uma Rodoviária, como indica o texto do usuário-sujeito responsável pela postagem, e que está na porção direita da Figura 1. Especificamente, esses dois enunciados são o que o usuário-sujeito designa/interpreta como discurso de ódio.

O comentário do usuário-sujeito acerca da foto, na porção direita da Figura 1, logo abaixo da #DiscursoDeÓdio, explica que “frango”, ali, significa “veado, fresco, bixa, gay³”. Nessa postagem, o usuário-sujeito responsável pela edição da página denuncia o discurso de ódio produzido contra sujeitos LGBT (#LGBT). Trata-se, então, de uma postagem-denúncia.

Os dois enunciados, como eu disse, parecem escritos na porta de um banheiro, e de uma Rodoviária. Recupero essa informação sobre o lugar onde os dizeres foram colocados e a associação ao uso, mais ou menos regular, de lugares como banheiros públicos enquanto espaços alternativos de práticas homossexuais⁴. Os

² Na tese, e também aqui, chamo os “usuários” do *Facebook* de “usuários-sujeitos”, tentando deixar indícios da compreensão assumida pela AD, segundo a qual todo indivíduo é sempre já-sujeito (PÉCHEUX, [1975] 2009).

³ Para mim, é relevante destacar que o sentido da palavra “frango” é estabelecido não em sua suposta literalidade, mas na relação que a palavra vai estabelecendo com outras palavras, ou seja, na relação com uma cadeia significativa. O sentido, então, não é da ordem do “insular”, mas do “reticular”; é em/pela rede que ele é (re)produzido.

⁴ É conhecida como “banheirão”, a prática de sexo gay em banheiros públicos. Fala-se em “fazer banheirão”.

dizeres, então, estão ali também para serem lidos por usuários-sujeitos – ou possíveis usuários-sujeitos – desses espaços para fins sexuais. Funcionam, portanto, como avisos, ou como ameaças; e encontram, teoricamente, os “destinatários” a quem pretendiam encontrar, porque se apresentam em ambientes que são/seriam frequentados por esses sujeitos. As portas ou paredes do banheiro, a princípio, um espaço privado (mesmo que seja um banheiro de uso público), servem de “tela” na qual se inscrevem/escrevem dizeres públicos (mesmo que acessados de uma cabine privada) que pretendem também atingir um determinado sujeito (uma determinada categoria, como direi adiante). Esse aspecto “privado-público” torna-se menos privado (e, portanto, mais público) no gesto que o desloca para o *Facebook*, gesto este que produz uma denúncia pública. A inscrição desses dizeres na porta do banheiro indica algo como o regime de circulação desses enunciados (e dos discursos neles materializados), que, em CP atuais – por mais vago que isso seja – não podem (mais) circular publicamente ou, pelo menos, não podem (mais) circular “tranquilamente”, sem que sejam denunciados.

Partindo da Figura 1, que representa, apesar do deslocamento para este texto, a unidade da postagem, (de)componho duas SD, o que é mais um movimento a partir do qual eu elaboro o meu material de análise. Vejamos:

SD1: O câncer do frango é o HIV.

SD2: Todo frango deve morrer.

Embora, na SD1, fale-se em HIV⁵, quando se leva em consideração a relação de equivalência que é estabelecida com o “câncer⁶”, é a AIDS que está sendo,

⁵ Embora sinonimizados na nossa discussão a partir da SD1, HIV e AIDS não são, no vocabulário científico, sinônimos. O primeiro, o HIV, refere-se ao Vírus da Imunodeficiência Humana; é o vírus que pode provocar a AIDS, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

⁶ Trevisan (2018, p. 406-407) menciona que “os jornais especulavam sobre [a existência d]o ‘câncer guei’ (por causa do sarcoma de Kaposi) ou, simplesmente, ‘peste guei’”. Neto (1999, p. 50-51 *apud* SOARES, 2016, p. 54) destaca outras designações para AIDS utilizadas na/pela imprensa no ano de 1983: “peste rosa”, “mal de homossexuais”, “síndrome gay”. Soares (2016) menciona que a AIDS foi também chamada de GRID, sigla em inglês para Deficiência Imune Relacionada a Gays.

metonimicamente, evocada. Sendo assim, na SD1, funciona a associação entre “AIDS” e “homossexuais”. Na SD2, lê-se uma afirmação genérica no sentido de que abarca a todos os homossexuais (todo frango): todo homossexual deve morrer. Homossexual (frango), na SD2, corresponde a uma categoria. É essa categoria que deve morrer, e que teria a AIDS como outra característica categorial.

Essa associação entre nós, homossexuais, e a AIDS, textualizada na SD1, é construída discursivamente, e sua construção é tão mais bem ideologicamente sucedida quanto mais evidente (natural) parece a sua associação, chegando, praticamente, a um recobrimento entre os elementos, como que coincidentes. E houve momentos em que essa associação foi ainda mais “evidente”.

De acordo com MacRae ([1987] 2018), no Brasil, a AIDS começou a ser notificada em 1982, coincidentemente no mesmo “período em que a homossexualidade começava a ganhar grande visibilidade, principalmente devido ao *boom* do comércio voltado ao público gay, mas também em virtude de grupos engajados em uma militância política de defesa dos direitos civis dos homossexuais” (MACRAE, [1987] 2018, p. 78-79).

Apesar das estatísticas, que, segundo Trevisan (2018), confirmavam, já à época, que a AIDS era disseminada em diferentes grupos sociais, imaginariamente, a doença foi sendo associada a práticas sexuais homossexuais (inclusive as que ocorriam em banheiros públicos) e, conseqüentemente, ao “gueto” homossexual. E dessa associação reiterada, repetida institucionalmente (em textos médicos, midiáticos etc.) ou em práticas languageiras mais ordinárias, parafrasticamente, vai sendo construída – para ser negado, logo em seguida, seu caráter histórico –, a homossexualização da AIDS (TREVISAN, 2018). E, como discute Soares (2016), a naturalização do sentido se dá “de tal forma que até o homossexual (com seu discurso reproduzido de maneira direta) tem absoluta certeza de que a AIDS é mesmo ‘coisa de gay’. Ele vai além, acredita que a AIDS é própria da comunidade, que surgiu dessa relação” (SOARES, 2016, p. 50).

A partir desse processo parafrástico, do qual a SD1 apenas é uma atualização, a doença, culturalmente (discursivamente), vai adquirindo seu significado dominante (MACRAE, [1987] 2018), e a AIDS vai se sedimentando como metáfora da homossexualidade (TREVISAN, 2018), de modo que “não era necessário produzir as duas palavras (homossexualidade e AIDS), pois uma pressupunha a outra” (SOARES, 2016. p. 53).

Retomando especificamente a SD1 – **O câncer do frango é o HIV** –, é importante perceber que se fala em “câncer”, mas, pelo funcionamento genitivo, de um tipo específico: a AIDS como câncer específico dos homossexuais. Cabe destacar, como observa Trevisan (2018), que há uma diferença importante entre os acometidos por outros tipos de câncer e os homossexuais, acometidos por seu “câncer próprio”, a AIDS: enquanto as pessoas sadias tendem a ter pena da pessoa acometida pelo câncer, em relação aos doentes de AIDS, tendem “a sentir raiva, a partir do julgamento moral que a via como doença do corpo resultante de uma alma conspurcada” (TREVISAN, 2018, p. 414). O que regula essa variabilidade no tratamento mais ou menos humanitário ao outro doente, funcionando como CP, é uma relação imaginária – que também varia – com esse outro, e que determina quem (não) merece piedade. A pessoa com câncer é interpretada como vítima de uma doença; já a pessoa com AIDS (mesmo se chamada de câncer gay) seria culpada pelo próprio adoecimento.

Da relação entre os significantes “AIDS” e “homossexualidade”, como efeito ideológico, condensa-se a própria homossexualidade como doença, e, então, a “metáfora da homossexualidade-doença” (TREVISAN, 2018, p. 311) aciona, cinicamente ou não (FRANÇA, 2019c), discursos sanitizantes, produzindo plausibilidade em uma narrativa segundo a qual, para se combater a epidemia da AIDS, combate-se o “vírus”⁷ da homossexualidade” (TREVISAN, 2018, p. 427).

⁷ Na tese, discuti como uma determinada relação imaginária com o outro, que o interpreta como “vírus”, por exemplo, produz condições para que a violência contra esse outro seja legitimada. Trata-se, especificamente, de uma formulação de “discurso de ódio” como um processo discursivo realizado a partir de dois movimentos: (i) o movimento imaginário de desumanização do outro, que dá legibilidade ao segundo movimento, (ii) a verbalização do desejo de morte desse outro, já desumanizado (FRANÇA, 2019a, 2019b). Hoje, eu repetiria a

No batimento entre as duas SD, relacionando a especificidade categorial de uma doença – a AIDS – (SD1) à generalidade da afirmação de que todo homossexual deve morrer (SD2), construí a seguinte rede de parafrasegagem (outro importante momento de composição do *corpus*) que funciona, para mim, na tentativa de compreender a relação entre as duas SD, colocadas, enquanto enunciados, lado a lado na suposta porta do banheiro da Rodoviária, como se nota na porção esquerda da Figura 1, apresentada antes. Vejamos a rede:

SD1: O câncer do frango é o HIV.

O frango tem uma doença que lhe é própria.
 A doença d[*e* tod]o frango é a AIDS
 [AIDS mata]
 O frango vai morrer de AIDS
 Todo frango **vai morrer** [de AIDS]
 Todo frango, **provavelmente, vai morrer** [de AIDS]
 Todo frango **deve morrer** [de AIDS]

SD2: Todo frango deve morrer.

Todo frango **tem que morrer**.

A construção dessa rede se apoia em um “procedimento” do qual Pêcheux ([1983a] 2008) nos fala, e que considera que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro [...] toda sequência de enunciado é, pois, linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX ([1983a] 2008, p. 53). Como ele mesmo diz, é nesse lugar que a AD pretende trabalhar. Destaco também que a composição da rede pode funcionar como modo de “furar” a evidência, ao apontar que o foi dito poderia ter sido dito de uma outra maneira.

Especificamente, essa rede que eu compus, e cujos destaques configuram mais um gesto de composição, tenta mostrar como a SD2 pode ser pensada como “paráfrase plausível” (PÊCHEUX, [1983a] 2008, p. 26) da SD1, embora, inicialmente, e antes do procedimento que aponta a presença virtual do discurso-outro, essa

descrição do primeiro movimento, mas retificaria o segundo, acreditando que ele é mais bem descrito quando se fala na legitimação da violência desejada e/ou exercida contra o outro (e não exatamente na verbalização, que seria a materialização/manifestação da legitimação).

plausibilidade da paráfrase possa não ser apreendida. Para isso, eu convoquei (como um técnico esportivo, por exemplo, que convoca uma jogadora para seu time, pensando em tal ou tal arranjo) outros enunciados não inscritos/escritos na porta do banheiro, mas que me ajudam, pela rede, a compreender o tipo de relação que as SD1 e 2 podem ter entre si.

Focando na rede que compus, deslizando o olhar de cima para baixo, percebo/demonstro que “Todo frango, **provavelmente, vai morrer**” é uma paráfrase possível da SD2 (**Todo frango deve morrer**). Então, nessa relação, a SD2 consideraria uma “estatística”, um certo “cálculo”, alguma “previsibilidade”. E essa leitura é coerente, digamos assim, com um certo imaginário que suponho dominante sobre a fatalidade de doenças como câncer e como AIDS. Então, se a AIDS é uma doença dos homossexuais, e se a AIDS, nesse imaginário que desconsidera avanços farmacológicos, mata (como um câncer mata), então, “Todo frango deve morrer”. Nessa leitura “deve” pode ser substituído por “provavelmente vai”. Todavia, não me parece muito provável que essa “constatação” encontre como lugar de manifestação a porta de um banheiro público. Há paráfrases, digamos assim, mais plausíveis que outras.

Voltando para a rede, mais uma vez deslizando o olhar de cima para baixo, quero contrapor, agora, o enunciado “Todo frango **vai morrer**” à SD2 – “**Todo frango deve morrer**”. Essa contraposição, mais que uma operação aleatória, como eu já disse, encontra respaldo na AD, uma vez que assumimos que o sentido de um enunciado se dá na relação com outros enunciados; é, inclusive, o nosso modo de compreender a metáfora.

Tencionando “Todo frango **vai morrer**” com “**Todo frango deve morrer**”, percebo a especificidade do modo de dizer da SD2 e, assim, noto que não se trata de uma constatação que faça referência ao “mal irremediável” que alcança a todas as pessoas, ou mesmo apenas aos homossexuais (como “todo frango vai morrer”, por exemplo, de AIDS, já que esta seria a sua doença categorial). A SD2 funciona, antes, como uma ameaça ou como uma afirmação desejosa de que a morte desabe (ou que se faça desabar) sobre uma determinada categoria (todo frango). É a categoria homossexual (todos, e não um especificamente) que deve morrer.

Esse aspecto categorial é relevante no que diz respeito à impessoalidade do ódio (LIICEANU, 2014) e do discurso de ódio. Na discussão de Liiceanu (2014), o ódio moderno difere do ódio clássico ponto por ponto. Uma dessas diferenças refere-se à impessoalidade do ódio moderno. Ele explica que, quando afirma que o ódio se torna impessoal, quer dizer, na verdade, duas coisas diferentes: a primeira coisa diz respeito ao “sujeito do ódio”, ao sujeito que odeia; a segunda, ao “sujeito do ódio” que é odiado.

É impessoal em relação a quem odeia, de quem parte o ódio, porque, modernamente, não se odeia individualmente, mas em grupo. Isso quer dizer que o autor não está falando sobre o ódio que eu possa sentir de um vizinho que, por exemplo, escuta um certo tipo de música que não me agrada, com um som muito alto em determinado horário; ou do ódio que eu, particularmente, possa sentir de uma liderança política, que, por exemplo, frente a uma pandemia, banaliza a morte (e, conseqüentemente, a vida) de variadas maneiras. Liiceanu (2014) está pensando em uma organização do ódio; um ódio que é fator organizador de diferenças que se obnubilam, atraídas por um ódio como elemento de coesão. Em suma, odiamos em conjunto.

Nesse sentido, os enunciados na porta do banheiro também são uma convocação, e que poderiam ser direcionados (assinados, repetidos, validados etc.) por qualquer um que pudesse ser sujeito desse enunciado (FOUCAULT, [1969] 2012); no caso, considerando uma divisão imaginária do tipo “eles” e “nós”, supostamente, todos os que não são “frangos” poderiam ser convocados a essa “empreitada”, de modo que há mais de um destinatário imaginário para os enunciados na porta do banheiro da Rodoviária: há os próprios “frangos”, ameaçados/avisados, como eu já havia destacado, mas há também os “não-frangos”, que podem compor um “exército” desses “combatentes”.

O ódio moderno é impessoal também em relação ao sujeito odiado, como Liiceanu (2014) formulou. Não se odeia a um indivíduo, como no ódio “original”; odeia-se uma categoria, uma certa imagem do outro, eu acrescento. “Odeia-se um ‘como’ explicativo-categorial” (LIICEANU, 2014). Trata-se da criação de uma identidade categorial, que justifica que se odeie UM judeu qualquer (SÉMELIN, 2009), UM negro qualquer, UM indígena qualquer, UM homossexual qualquer etc.

Nesse sentido, quando a categoria é determinante para o ódio, mesmo quando é contra um indivíduo que se dispara a violência, o ataque se “apoiar” naquilo que o indivíduo teria de grupal – seja por ser um elemento pelo qual se pretende atingir um grupo, seja porque se entende que se trata, aquele indivíduo, de um representante expressivo do grupo etc. Imaginariamente, atinge-se a categoria. Em outros termos, por via do discurso de ódio, relaciona-se com o outro a partir de uma determinada imagem por meio da qual se interpreta o outro, mas também funcionam, nessas formações imaginárias (PÊCHEUX, [1969] 2010), outras imagens, como as que são mobilizadas para interpretar a si, o espaço etc., todas evidentes porque sob efeito ideológico.

Nessa perspectiva, no movimento do ódio, odeia-se determinada pessoa não em sua individualidade, mas porque ela é, de fato ou supostamente, representante de um determinado grupo. “Odeia-se como judeu” vale como “Odeia-se por ser judeu”; “Odeia-se como (por ser) homossexual”; “Odeia-se como (por ser) pobre”; “Odeia-se como (por ser) de Esquerda”. Ou, por que não, odeia-se como (por ser) burguês, como (por ser) de Direita, como (por ser) bolsonarista etc. Não importa se é honesto, cumpridor das obrigações, amável etc. Trata-se de um judeu (ou de um homossexual, ou de um pobre, ou de alguém de Esquerda, ou de um burguês, ou de alguém de Direita, ou de um bolsonarista etc.), e isso é tudo o que importa; é tudo do que se necessita para odiar .

No caso da SD2 – **Todo frango deve morrer** –, odeia-se como (por ser) “frango”. Esse enunciado produz uma certa urgência e uma legitimidade inclusive no assassinato, que seria legítimo justamente porque está conforme a ordem das coisas (deve morrer); a própria “ordem das coisas” é uma evidência ideológica. O que a SD2 produz, então, em termos de efeito, é instaurar uma naturalidade na morte de homossexuais e também de incitação contra esses sujeitos, de modo que, se todo homossexual deve morrer, que mal há que você, da categoria não-homossexual, com suas próprias mãos ou com qualquer que seja o recurso, mate um? E mais que isso, que mate a todos?

Liiceanu (2014) discute o ódio moderno, afirmando, entre outras coisas, que o ódio é tornado, senão nobre, necessário. A partir da AD, quero dizer que essa

“nobreza” e que essa “necessidade” são efeitos de um processo discursivo. Afirmar isso destaca a relevância de, nesse processo, investir na imagem do homossexual como pária, como nocivo (e, nessa direção, a homossexualização da AIDS tem sua eficácia), porque é a partir do trabalho ideológico com essa imagem do homossexual que sua morte passa a ser urgente e desejada; trata-se, nos termos de Khaled Junior (2016), da fabricação de indesejáveis, ou melhor, do homossexual como indesejável. A contraparte daquela “imagem de alteridade” (SÉMELIN, 2009), por isso indesejada, é o seu oposto: a imagem do realizador dessa morte não como um assassino, mas como justiceiro e/ou herói. Então, na porta do banheiro não são convocados exatamente e necessariamente agressores, covardes, assassinos, homofóbicos etc.; podem ser convocados futuros “heróis”. É assim também que o imaginário, isto é, que as imagens em jogo no processo discursivo são parte fundamental das CP de um efeito de sentido (PÊCHEUX, [1969] 2010); e a evidência de quem é o indesejável e de quem deve se livrar dele é efeito imaginário-ideológico.

Considerando a relação entre a homossexualização da AIDS, atualizada na SD1 e a legitimação da violência, no caso, expressa na verbalização do desejo de morte dos homossexuais, em SD2, chegamos a um veredito, que é o “último” enunciado da rede: “todo frango **tem que morrer**”. E essa [sentença de] morte – ou talvez fosse mais adequado falar em extermínio, considerando o aspecto categorial – não causaria luto ou remorso, porque seria necessária, inclusive por motivos ditos sanitários. Uma violência dissimulada, portanto, de benfeitoria; uma violência em nome da vida da população, da sua saúde e longevidade (FOUCAULT, [1976] 2000). Ainda uma violência? Há, então, motivos “nobres” para odiar (?).

Para “fechar”, “abrir”...

Uma rede de parafrasagem como a que construí na presente abordagem não tem seus limites muito facilmente determinados, porque ela não existe exatamente como algo a ser encontrado; como eu mencionei antes, trata-se de um gesto de composição que é, sempre já um gesto de interpretação, e que diz sobre as CP da

própria análise. Por isso, para “fechar”, vou dar um passo adiante, “abrindo” a rede para mais um enunciado, convocando mais um elemento.

Trata-se de um outro enunciado, temporalmente mais distante, ao qual eu tive acesso por meio de uma entrevista concedida pelo antropólogo, militante gay e fundador do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott⁸. Segundo ele, na entrevista, o jornal “A Tarde”, no ano de 1985 – momento em que a associação entre a homossexualidade e a AIDS era ainda mais fortemente reiterada –, publicou duas vezes isto que é, para mim, uma convocação: “Mantenha Salvador limpa, mate uma bicha todo dia”.

Apesar da distância temporal entre as SD1 e 2 e esse outro enunciado convocado, o do jornal, existe, na relação entre os três, uma autorização para a morte, que passa por discursos de eugenia (potencializados pela AIDS como metáfora da homossexualidade), e também uma incitação, mesmo que mais escancarada no jornal (em tom imperativo: mantenha, mate). Ainda no processo de parafraseagem, poderíamos ter algo como “Todo frango deve morrer, porque é importante manter Recife [ou Salvador, ou Barreiras ou qualquer outro lugar] limpa, isto é, saudável”.

Assim como o que foi deslocado do banheiro para o *Facebook* – e há uma relação muito importante entre o discurso e as formas de circulação (PÊCHEUX, [1984] 2012a), porque o sentido se constitui também no modo como e onde circula (ORLANDI, 2012) –, o que está no jornal, muito provavelmente, também seria interpretado pelo usuário-sujeito responsável pela postagem recortada/enquadrada na Figura 1 como discurso de ódio. O efeito de sentido, me parece, é muito semelhante, embora seja muito diferente, no que diz respeito à circulação, por exemplo, uma publicação em um jornal, que tem uma institucionalidade autorizadora, e uma escrita marginal em um banheiro.

Apesar das diferenças, quero destacar que a imagem que se tem do outro, no caso, do sujeito homossexual, prepara um caminho “viável” para a violência contra esse outro, e o imaginário é determinante tanto para publicação do jornal quando para

⁸ Disponível em: http://www.bahianoticias.com.br/app/imprime.php?tabela=principal_entrevistas&cod=56. Acesso em: 22 jul. 2017.

a inscrição na porta do banheiro. Quanto mais “evidente” o não pertencimento do outro à humanidade (e, no caso de nossa análise, uma imagem (re)produzida a partir da desumanização pela patologização do homossexual), mais “tranquilo” é odiar/matar. E essa discussão destaca a atualidade e relevância de pensarmos o imaginário como CP dos discursos, incluindo aí o discurso de ódio e sua materialização não só em jornais ou em portas de banheiros públicos, mas também em corpos discursivamente (re)produzidos para serem mais ou menos matáveis.

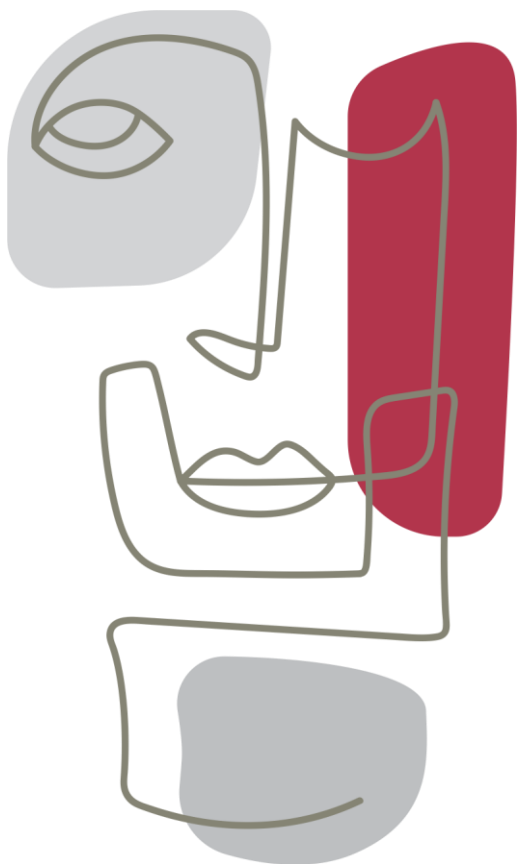
Referências

- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, [1976] 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: GEN; Forense Universitária, [1969] 2012.
- FRANÇA, Thiago A. *Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019a.
- FRANÇA, Thiago A. Discurso de ódio: definições prévias, incompatibilidades e formulação. In: SILVA, Dalécio S. da; GOMES, Glaucio R. (org.). *Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019b. p. 275-293.
- FRANÇA, Thiago A. Refletindo sobre o sujeito do discurso de ódio e tomadas de posição pela ingenuidade e pelo cinismo. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SOBRINHO, Helson F. da S. *Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital*. Campinas, SP: Pontes, 2019c. p. 249-268.
- KHALED JUNIOR, Salah. H. *Discurso de ódio e sistema penal*. Belo Horizonte: Casa do Direito: Letramento, 2016.
- LIICEANU, Gabriel. *Do ódio*. Campinas: Vide Editorial, 2014.
- MACRAE, Edward. AIDS: prevenção ou novo tipo de segregacionismo? In: MACRAE, Edward.. *A construção da igualdade-política e identidade no Brasil da ‘abertura’*. Salvador: EDUFBA, [1987] 2018. p. 77-89.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Nota introdutória à tradução brasileira. In: CONEIN, Bernard et al. (org.). *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p. 09-16.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Seleção de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1984] 2012a. p. 151-161.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, [1983a] 2008.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, [1983b] 2007. p. 49-57.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Editora da Unicamp, [1975] 2009.
- PÊCHEUX, Michel. A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Campinas, SP: Pontes, [1973] 2012b. p. 203-226.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Editora Unicamp, [1969] 2010. p. 59-158.
- SÉMELIN, Jacques. *Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Toledo: Editora Fasul, 2016.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book/5299536/17ccb7>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Thiago Alves França

Professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), campus IX, doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco, líder do Núcleo de Estudos Discursivos do Oeste da Bahia (Nedob), integrante do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (Neplev). E-mail: thiagufsa@gmail.com.



Deborah Pereira

Lucirley Alves de Oliveira

**DE CASA PARA ARMA: MOVIMENTOS DE
DERIVA E DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA NA
HASHTAG #MINHAARMAMINHAVIDA**

Introdução: a *hashtag* como elemento de disputa política

Desde o seu surgimento no site de rede social Twitter, em 2007, a *hashtag* tornou-se um recurso popular entre as comunidades virtuais, sendo utilizada também em outros espaços e por diversos setores da sociedade, produzindo diferentes sentidos. Existem múltiplas categorias de *hashtags*, desde as que têm um tom mais humorístico e estão inseridas em uma condição de comunicação corriqueira e efêmera, a exemplo de #TBT e #Sextou, passando por àquelas atreladas a programas televisivos, que, em geral, são usadas para promover esses programas e, ainda, fazer com que os sujeitos usuários permaneçam conectados à TV sob o efeito de interlocução (OLIVEIRA, 2017), até as *hashtags* políticas, que são utilizadas para oferecer apoio ou repúdio a uma causa social ou para marcar uma posição normalmente disputada e polêmica. Este é o caso da *hashtag* #MinhaArmaMinhaVida que adotamos como objeto de análise neste trabalho.

A *hashtag* #MinhaArmaMinhaVida, que já havia sido utilizada em outras ocasiões, foi bastante (re)compartilhada no Twitter, no dia 12 de junho de 2019, permanecendo 20 horas entre os primeiros lugares dos Assuntos do Momento do Brasil. A adesão a esta *hashtag* ocorreu por conta da suspensão do Decreto Nº 9.785, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, na época filiado ao Partido Social Liberal (PSL), que visava flexibilizar o porte de armas no Brasil. A suspensão foi executada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Diante disso, podemos considerar que essa *hashtag* funciona como um gesto de apoio ao referido projeto de lei e, assim, se configura como uma *hashtag* de caráter político que opera-como um enunciado, tendo em vista que, de acordo com Ferreira (2001, p. 14), “é a partir dos enunciados que podemos identificar as diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso”.

Deste modo, lembramo-nos de Michel Pêcheux que, em *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, reflete sobre o enunciado “*On a Gagné*” (Ganhamos), pronunciado após o resultado da eleição presidencial francesa de 1981, entendendo que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se

descolar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro.” (PÊCHEUX, 2006, p. 50). Ou seja, a deriva, a possibilidade de deslocamento de sentidos faz parte de um enunciado e, para isso, a memória e a historicidade se constituem como fundamentais, pois o enunciado se relaciona não apenas com o que pode vir a ser, mas principalmente com o que já é, já existe e já foi dito.

Um enunciado pode estabilizar ou desestabilizar a memória discursiva, que, para Pêcheux,

não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2015, p. 50).

Assim, as *hashtags* políticas e, especificamente, a #MinhaArmaMinhaVida, funcionam como enunciados – já que estão passíveis de deriva e deslizos de sentidos – com a particularidade de, quando dispostos *on-line*, serem clicáveis e pesquisáveis e significarem também pela circulação que, de acordo com Pêcheux, no texto de abertura do *Colóquio Materialidades Discursivas*, não são jamais aleatórias, não são jamais “não importa quê” (PÊCHEUX, 2016, p. 28). Desta forma, à luz do aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista, buscamos observar, a partir de *tweets* publicados com a *hashtag* #MinhaArmaMinhaVida, algumas regularidades - especificamente no uso de determinados termos. Com isso, procedemos com as análises do referido enunciado por meio de um exercício parafrástico, considerando que essa formulação retoma um dizer anterior, o “Minha Casa Minha Vida”.

Cabe destacar que a prática do uso de *hashtags* políticas, como nos ensina Paveau (2017), não fica presa ao “ativismo de *hashtag*” e ultrapassa o *marketing* ou a militância *on-line* justamente pela fluidez das circulações entre os universos digitais e não digitais. Deste modo, compreendemos que analisar a *hashtag* #MinhaArmaMinhaVida, mesmo que ela não tenha feito parte de um grande movimento nas ruas, é fundamental para o entendimento das dinâmicas políticas

atuais que colocam as redes sociais da Internet em um lugar de protagonismo. Além disso, as *hashtags* atuam, conforme Pereira (2018, p. 19), de forma discursiva e, ao se constituírem como lugar de poder e disputa, permitem a reflexão sobre o funcionamento do histórico, do político, das relações de memória e dos confrontos que fazem parte da sociedade contemporânea.

Análise: o jogo entre casa e arma

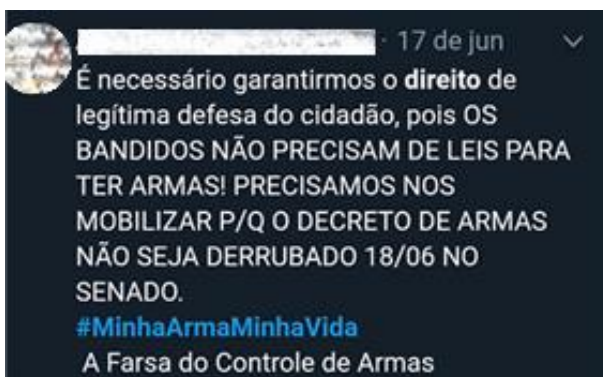
Para iniciarmos a nossa análise, é essencial nos debruçarmos ao fato de que a *#MinhaArmaMinhaVida* resgata um dizer anterior, o Minha Casa Minha Vida, nome dado ao programa de habitação federal criado há doze anos, em março de 2009, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Este programa foi criado para facilitar o acesso à moradia em todo o país com foco em famílias cujas rendas mensais estivessem entre 1.800 e 9 mil reais. Conforme dados apresentados por Antunes (2019), o Minha Casa Minha Vida possibilitou a realização da compra da casa própria a 4,3 milhões de famílias – levando em consideração a quantidade de unidades entregues entre maio de 2009 e julho de 2019. Além disso, o programa habitacional impactou positivamente a economia do país, tendo em vista que ele “foi essencial no enfrentamento da crise mundial de 2008 e passou a ter um papel importante para atenuar os efeitos da crise registrada desde 2014 no Brasil, graças à sua capacidade de gerar renda, emprego e arrecadação para o governo” (ANTUNES, 2019).

Isto posto, entendemos, através do jogo entre a *hashtag* *#MinhaArmaMinhaVida* e a nomeação Minha Casa Minha Vida, que há uma deriva em funcionamento - de *casa* para *arma*. Esta deriva revela um embate ideológico acerca dos efeitos de sentido da palavra *vida*, como podemos analisar com base no conjunto de *tweets* coletados do Twitter a partir do arquivo formado por esta *hashtag*, conforme as figuras 1 e 2 a seguir:

Figura 1– Print de tweets com a #MinhaArmaMinhaVida



Figura 2– Print de *tweet* com a #MinhaArmaMinhaVida



Empreendendo nosso gesto de leitura, realçamos dos *tweets* apresentados acima a repetição de alguns termos, são eles: arma, proteção, defesa, direito, família. Atentas a essa repetição e considerando que, de acordo com Orlandi (1999), o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos, tomamos o exercício parafrástico como procedimento analítico para compreender e descortinar os dois enunciados em questão.

Assim, é válido lembrar do que nos ensina Orlandi (1999, p. 36) a respeito dos processos parafrásticos que são, de acordo com a autora, “aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Com isso, a paráfrase corresponde a um já-lá da enunciação, ela reflete um retorno aos mesmos “espaços de dizer”, sendo entendida como a “matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 1999, p. 38).

Sarti e Chiaretti (2016), refletindo sobre o lugar da paráfrase no trabalho do analista do discurso, entendem que elas ocupam, na análise, a função de propor indícios, de revelar através das marcas linguístico-discursivas traços do processo de produção de sentidos. Isto permite

recuperar o modo como o enunciador se posiciona e se constitui como sujeito historicizado, inscrito em uma particular relação entre o já dito e o que está se dizendo, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso, entendidos como constituição do sentido e sua formulação (SARTI; CHIARETTI, 2016, p. 73).

Ou seja, por meio das famílias parafrásticas formadas no fio do dizer, é possível que o analista trabalhe no jogo entre o que foi dito e o que não foi dito (mas que constitui o dizer), resgatando posições ideológicas não tão visíveis na estrutura superficial da enunciação. As pesquisadoras ainda salientam que as paráfrases funcionam “como um elaborador de possíveis, um ‘desautomatizador’ da realidade” (SARTI; CHIARETTI, 2016, p. 88). Por esta perspectiva, Lagazzi (2015, p. 178) discute que buscar paráfrases plausíveis para um enunciado significa “considerar as derivas possíveis nas condições de produção dadas para, assim, delimitar as fronteiras da

família parafrástica à qual pertence o enunciado” evocando, no discurso analisado, as posições sujeito e as formações discursivas em jogo.

Trazemos, então, o seguinte quadro que apresenta paráfrases possíveis para Minha Casa Minha Vida e #MinhaArmaMinhaVida na tentativa de, justamente, através do nosso movimento de análise, “desautomatizarmos” da realidade:

MINHA CASA MINHA VIDA	MINHA ARMA MINHA VIDA
MINHA PROTEÇÃO MINHA VIDA	MINHA PROTEÇÃO MINHA VIDA
MEU TETO MINHA VIDA	MINHA VIOLÊNCIA MINHA VIDA
MEU SONHO MINHA VIDA	MEU PODER MINHA VIDA
MINHA TRANQUILIDADE MINHA VIDA	MINHA AMEAÇA MINHA VIDA
MINHA FAMÍLIA MINHA VIDA	SUA MORTE MINHA VIDA

É possível notar que, no deslize entre *casa* e *arma*, *vida* se ressignifica: de teto para violência, de sonho para poder, de tranquilidade para ameaça, de convivência familiar para a morte do outro. Apenas o sentido de proteção permanece, mas essa proteção ressoa de modos distintos. Em Minha Casa Minha Vida, a proteção se dá pela moradia, pelo abrigo, por questões financeiras, já que um dos objetivos do programa habitacional é propiciar a famílias de baixa renda a independência do aluguel; a proteção também está na segurança de se ter um imóvel próprio e poder repassá-lo para os filhos.

Já em #MinhaArmaMinhaVida, a proteção se dá pela ausência do outro, pela possibilidade de aniquilação do outro; a segurança está na ameaça, na iminência de morte e, portanto, na intolerância. A casa produz um efeito agregador, enquanto a arma pressupõe apenas uma possibilidade de vida, que só pode existir em detrimento de outra. Assim, considerando as relações sociais, casa e arma significam o outro diferentemente: em casa há o efeito de junção, de agrupamento que opera pelo plural (nós/nossa) e lança ao outro um convite ao convívio, à partilha; já arma joga com o medo, com a intimidação, promovendo no/com o outro uma relação de coação.

É interessante pontuar que dez anos separam o momento de ápice destes dois dizeres. Em 2009, quando o Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado, o Brasil vivia um *boom* econômico, o poder de compra de minorias sociais aumentava, muitas famílias adquiriam imóveis, viagens etc. A classe trabalhadora consumindo gerava não apenas uma movimentação na economia, mas sobretudo em aspectos sócio-discursivos: uma vez que se pobres, negros e LGBTs começavam a ter uma maior inserção no mercado, suas realidades também passavam a ser mais representadas nos meios hegemônicos de comunicação e, mais que isso, a presença destas pessoas ocupava outros lugares (anteriormente negados): bancos, escolas particulares, clubes, universidades e aeroportos. A possibilidade do múltiplo e do heterogêneo, ainda que com embates e com severa injustiça social marcando a sociedade brasileira, se evidenciava e expandia.

Em 2019, não somente vemos o agravamento da crise econômica - com o aumento do desemprego e subempregos -, mas, também, a eclosão de certos discursos - que sempre existiram e tiveram força, a diferença é que, neste período, passam a ter ainda mais adesão popular. Esses discursos, legitimados pelo então presidente da República e seu projeto de governo, tentam: i) negar conflitos através de dizeres como “racismo/machismo não existe no Brasil” e “nunca houve ditadura no Brasil”; e ii) simplificar questões densas como “meninos usam azul e meninas rosa”, “homem é homem, mulher é mulher” e “a solução para a violência é matar os bandidos”. Há, portanto, neste momento, uma tentativa de aprisionamento de sentidos, como se não houvesse a possibilidade para o deslize e para o alhures. A *hashtag* #MinhaArmaMinhaVida, filiada a esses dizeres, representa um corte não só de outras vidas, mas de outros sentidos, como se o mundo fosse o lugar apenas do um, do homogêneo, fechado ao divergente e ao contraditório.

Além disso, chamamos atenção para o pronome possessivo “minha” presente nas duas formulações: Minha Casa Minha Vida e #MinhaArmaMinhaVida. Este pronome, repetido duas vezes nos dois enunciados, traz a memória da propriedade privada que, no caso, é significada como um direito. Minha Casa Minha Vida evoca tanto o direito à moradia quanto a possibilidade de se adquirir um imóvel residencial;

#MinhaArmaMinhaVida traz o direito de matar, a posse não apenas do armamento, mas da vida do outro. Neste sentido, o direito à propriedade e, portanto, a filiação a uma posição capitalista perpassa o modo como significam os dois dizeres. No entanto, cabe frisar que o Programa Minha Casa Minha Vida, mesmo que esteja inserido nesta lógica (do consumo e da posse individual), desloca estruturas sociais já que significa acesso à moradia e melhores condições de vida a quem este acesso e condições eram interditados anos antes; o direito à arma, ao contrário, mantém significados já regularizados: o “cidadão de bem”¹ merece viver e os outros, diferentes, morrer.

Por fim, a hashtag #MinhaArmaMinhaVida pressupõe um apagamento e uma negação de existências e de ideias, tentando romper com a possibilidade de fuga de sentidos, ou seja, com a explosão desorganizada de outros sentidos, de outros possíveis. Orlandi (2012) explicita que esta *fuga* não significa, propriamente, fugir, mas sim ressoar, ir além, arrebatando sentidos em outro lugar. #MinhaArmaMinhaVida, ao se filiar a significações de apartação e extinção, procura impedir o deslocamento, interditando a vida e o seu embalo para a fuga.

Ecos de #MinhaArmaMinhaVida em 2021

Para finalizar esta discussão, gostaríamos de lançar luz sobre um acontecimento que tem afetado e atingido o mundo todo – a pandemia de Covid-19 –, pensando em como o enunciado #MinhaArmaMinhaVida ressoa e se faz presente em alguns discursos pertencentes à situação pandêmica que ainda estamos vivendo, no Brasil, desde março de 2020.

Como foi possível observar na análise, #MinhaArmaMinhaVida e Minha Casa Minha Vida se encontram no sentido da proteção, ainda que essa proteção funcione

¹ Entendemos “cidadão de bem” em concordância com Fernandes e Sores (2020). Os autores, a partir de dizeres de Jair Bolsonaro acerca da posse e do porte de armas no Brasil, afirmam que o “cidadão de bem” figura aquele sujeito que, além de ter elegido Bolsonaro, passa a ser “colaborativo e confiante das decisões do governo” (FERNANDES; SOARES, 2020, p. 52).

de maneiras distintas para cada uma dessas formulações: enquanto *casa* resgata uma proteção financeira e habitacional, *arma* evoca uma proteção direcionada à violência, ao aniquilamento do outro, à morte. Tendo isso em mente, tomamos duas enunciações que tiveram (e ainda têm) ampla circulação desde que o vírus SARS-CoV-2 começou a fazer vítimas e causar mudanças nos modos de viver dos brasileiros, são elas: “se puder, fique em casa” e “diga sim ao tratamento precoce”.

Essas duas formulações, assim como na relação entre #MinhaArmaMinhaVida e Minha Casa Minha Vida, apontam para significações bastante distintas e contraditórias: “se puder, fique em casa” produz efeitos de atenção às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e órgãos científicos, demonstrando confiança no isolamento social como único método – além da vacina – capaz de minimizar a disseminação do vírus e, portanto, diminuir o número de vidas perdidas. Já “diga sim ao tratamento precoce”, embora também demonstre uma conexão a certos respaldos considerados científicos justamente para se difundir, filia-se a uma formação que deslegitima a OMS e pesquisas feitas em Instituições Públicas e reconhecidas pela ampla comunidade científica, entendendo que o distanciamento social é desnecessário para o combate à doença já que remédios como cloroquina ou ivermectina podem impedir, precocemente, a contaminação. Os dois enunciados se encontram, novamente, na proteção: “se puder, fique em casa” protege do vírus por conta do isolamento e “diga sim ao tratamento precoce” conjura o sentido de proteção não apenas porque alguns remédios dificultariam o contágio, mas, principalmente, pela suposta proteção da economia.

Uma paráfrase possível para “diga sim ao tratamento precoce” poderia ser “precisamos trabalhar e, portanto, sair de casa”. Ou seja, a defesa do tratamento dito precoce está alinhada à defesa dos interesses neoliberais, que colocam o sujeito como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso, pela situação de desemprego, fome e miséria. Esse modo de gestão, de acordo com Fonseca e Silva (2020, p. 62), “privilegia a autonomia do indivíduo como símbolo da liberdade”, mantendo “todas as estruturas da vida social à mercê dos interesses econômicos, eliminando, paralelamente, outras formas de pensamento político”. Especificamente em relação à

crise instaurada pela pandemia, os autores explicitam que, para o governo Bolsonaro, o risco de contágio não deve “interferir nas atividades econômicas”, de modo que “o mercado deve construir caminhos para que a produção da estrutura capitalista continue de maneira acelerada, sem sofrer interferências externas” (p. 64).

Diante deste cenário, entendemos que o enunciado “diga sim ao tratamento precoce” não está promovendo, como “se puder, fique em casa”, uma proteção contra a doença e pela preservação da saúde e da vida das pessoas, mas, sim, uma proteção do mercado, não importando os riscos e consequências (dentre elas, a morte) que esse discurso pode causar. Lembramos, com isso, de Pêcheux (2014a), que nos atenta para o fato de que, dependendo da posição ocupada pelo sujeito, uma dada palavra pode significar de modos diferentes. Uma mesma formulação, então, não possui uma só significação; os sentidos são disputados e sempre podem “vir a ser outros”. Por isso “proteção” – que constitui o dizer dos dois enunciados – acena para sentidos tão contraditórios.

Assim, do mesmo modo que #MinhaArmaMinhaVida atualiza significados de aniquilamento e de posse da vida do outro, “diga sim ao tratamento precoce” também opera por essa apropriação de vidas, sugerindo que a vida só tem valor se for produtiva, se for à serviço do capital, instaurando um sentido único para vida: aquela que gera lucro mesmo sob condições sanitárias graves. #MinhaArmaMinhaVida, dois anos depois, ressoa nos discursos favoráveis ao tratamento precoce, porém de maneira diferente: não é mais “o cidadão de bem merece viver e os outros, diferentes, morrer”; o sentido desloca-se para: “quem domina a economia merece viver e os outros, empregados, trabalhar (até morrer)”.

Diante disso, gostaríamos de terminar com um ensinamento de Pêcheux (2014b): “não há dominação sem resistência”. Se nosso desejo é lutar contra essas armas e tudo o que elas simbolizam, lembremos que a arma capaz de produzir desorganização é a própria língua. Que nos agarremos a ela – não de qualquer forma, mas protegidos pela possibilidade de ousar pensar e ousar se revoltar.

Referências

- ANTUNES, Leda. Minha Casa perto do fim? *UOL Economia*, 24 nov. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- FERNANDES, Elizângela; SOARES, Thiago. Discurso da luta contra a violência: o porte de armas e os seus efeitos de sentido. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, v. 23, p. 43-58, 2020.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Letras, 2001.
- FONSECA, Anderson; SILVA, Silvio. O Neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro no contexto de crise da covid-19. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 2, p. 58-75, ago. 2020.
- LAGAZZI, Suzy. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (org.). *Análise de Discurso em rede: cultura e mídia* – v. 1. Campinas: Pontes, 2015. p. 177-189.
- OLIVEIRA, Lucirley Alves de. *O funcionamento discursivo das hashtags pela/na TV*. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2017.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. A fuga de sentidos: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZZA, Guilherme; SILVA, Telma Domingues da (org.). *Sujeito, Sociedade, Sentidos*. Campinas: RG, 2012.
- PAVEAU, Marie-Anne. *L'analyse du Discours Numérique: dictionnaire des formes e des pratiques*. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158.
- PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b. p. 269-281.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 43-51.

PÊCHEUX, Michel. Abertura do colóquio. In: CONEIN, Bernard et al. *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

PEREIRA, Deborah Danny da Silva. *Funcionamento discursivo das hashtags: um olhar para a #somostodos*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2018.

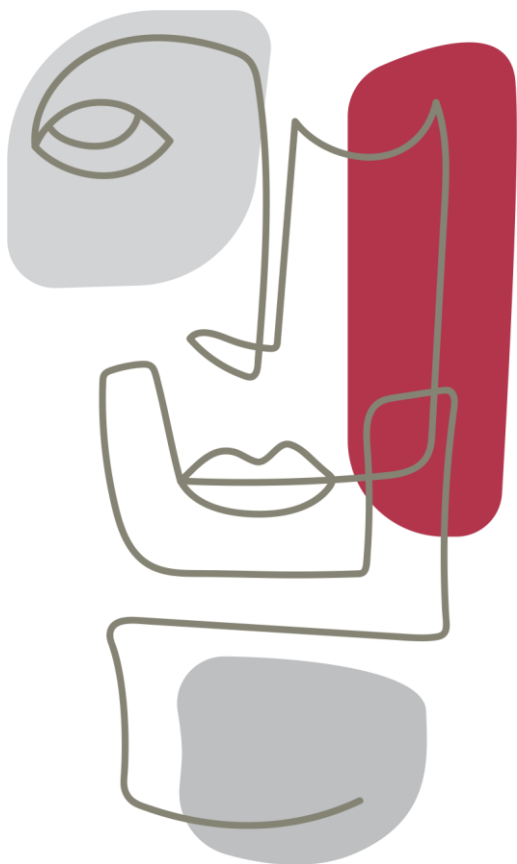
SARTI, Milena Maria; CHIARETTI, Paula. O lugar da paráfrase no trabalho do analista do discurso. *Revista Investigações*, Recife, v. 29, n. 2, p. 70-89, jul. 2016.

Deborah Pereira

Doutoranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Integra o grupo de pesquisa Alhures (Análise do Discurso, Linguagem, História, Urbano e Resistência). Bolsista CAPES. E-mail: deborah.p16@gmail.com.

Lucirley Alves de Oliveira

Doutoranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL/UFPE) e integrante do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV). Bolsista do CNPq. E-mail: lucirley.oliveira@ufpe.br.



Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes

**AS CIÊNCIAS HUMANAS E O DISCURSO
LOGICAMENTE ESTABILIZADO NAS MÍDIAS
DIGITAIS: DO HUMOR DAS “MIÇANGAS” AO
DISCURSO OFICIAL**

Primeiras considerações

Neste estudo, nosso objetivo é analisar o funcionamento dos discursos sobre as ciências humanas nas mídias digitais, na busca por compreender os efeitos de sentidos e tomadas de posição dos sujeitos nessa trama discursiva, que também se enreda sob os efeitos do discurso digital. Tal interesse surgiu a partir da observação de uma intensa repetibilidade do dito “Ajudar o povo de humanas a fazer miçangas” – o qual se tornou uma *fanpage* – e tem ecoado e ressoado nas mídias digitais, especialmente em sites humorísticos e nas redes sociais.

Ademais, os sentidos de deslegitimação das ciências humanas também têm se atualizado no discurso governamental, ora vigente, que vem adotando medidas e direcionamentos cada vez mais desfavoráveis às pesquisas de um modo geral, sobretudo à área de ciências humanas e sociais.

O *corpus* foi constituído a partir da coleta de algumas postagens digitais com formulações sobre as ciências humanas, a saber: i) duas postagens da *fanpage* “Ajudar o povo de humanas a fazer miçangas”, publicadas na rede social *Facebook*; ii) dois memes publicados no site *metropolitanafm.com.br*; iii) uma postagem do Jornal Estadão; iv) uma postagem do Portal e-cidadania – Senado federal; v) duas postagens do Presidente da República, Jair Bolsonaro na rede social *Twitter*¹, com dois comentários de internautas.

O estudo ancora-se teoricamente nos pressupostos da Análise de Discurso filiada aos estudos de Pêcheux e ampliada por outros estudiosos. Ademais, também nos respaldamos nos estudos acerca do funcionamento dos discursos sob as condições de produção das mídias digitais e sociais.

¹ A rede social *Twitter* constitui-se do formato de *microblog*, que limita os caracteres e põe em circulação textos curtos (*twetes*).

Considerações sobre a Análise de Discurso (AD)

Pêcheux (1969, 1975, 1983), ao estabelecer a teoria materialista dos processos discursivos, se propõe a buscar as discursividades inscritas nas materialidades significantes, tomando a língua como a base material dos sentidos, de forma que as palavras, expressões e proposições não têm sentidos próprios, vinculados a uma suposta literalidade; é a ideologia que produz o efeito de transparência da linguagem, e assim os sentidos – que estão em jogo no processo sócio-histórico – são determinados pelas posições ideológicas sustentadas pelos sujeitos que as empregam (PÊCHEUX, 2009). Ou seja, segundo o autor, a evidência do sujeito mascara-se, sob a transparência da linguagem, o caráter material dos sentidos.

O sujeito, afetado pela história e pelo inconsciente, se inscreve na língua, sendo esta constituída da falha, do equívoco. É pelo viés do simbólico que se apreende o real da língua, que consiste, segundo Cazarin (2006, p. 300), como “aquilo que não pode ser dito pela língua (pelo sistema), mas é apreendido pela discursividade, isto é, pela ordem do simbólico; esta é a representação do real da língua pela linguagem; o real se opõe ao simbólico e vice-versa”. Dessa maneira, a forma material se instaura pelo confronto entre o político e o simbólico.

Nessa trama, o sujeito é interpelado ideologicamente pelas formações discursivas (FDs), as quais determinam o que pode e deve ser dito e “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). E, assim, produz-se a evidência de autonomia e o efeito de liberdade do sujeito. Todavia, graças à heterogeneidade e instabilidade das FDs, dá-se a fragmentação do sujeito em diversas posições-sujeito (COURTINE, 2009).

Segundo Cazarin (2011, p. 36), “a ideologia funciona como um mecanismo imaginário através do qual se coloca, para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente [...]”. Dessa maneira, os dizeres já dados do interdiscurso retornam e se atualizam nas formulações do intradiscurso, instaurando a discursividade. Nesse processo, “o

interdiscurso é recortado em unidades significantes, constituindo-se em memória discursiva [...] constituída por aqueles sentidos possíveis de se tornarem presentes no acontecimento da linguagem” (AGUSTINI, 2005, p. 2). A análise discursiva, busca, portanto, estabelecer as relações, conjunções, dissociações, entrecruzamentos entre os textos e as materialidades, no intuito de reconstruir o espaço da memória, atravessada de divisões heterogêneas, de rupturas e contradições (PÊCHEUX, 2008).

O trabalho do analista consiste, pois, em buscar compreender o funcionamento do jogo dos ditos (e não ditos) – no batimento da descrição e interpretação (PÊCHEUX, 2008), a fim de observar os efeitos de sentidos produzidos entre os interlocutores, a partir das relações metafóricas que instauram tanto o já estabilizado como o equívoco, a perturbação. Pêcheux (2009, p. 240) argumenta que “O sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases e formações de sinônimos) [...]”. Eis o nosso objetivo neste estudo, compreender o funcionamento dos sentidos parafrásticos sobre as ciências humanas, em suas relações metafóricas, buscando os equívocos, a polissemia, com base nos pressupostos de que “A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco” (ORLANDI, 2012, p. 36).

Convém assinalar que o discurso sobre as ciências humanas, inscrito no corpus discursivo construído para esta reflexão, funciona sob as condições de produção das redes digitais e sociais, e tais condições interferem na produção de sentidos. Dias (2018) assinala que a compreensão da historicização da produção de sentidos no digital impõe a compreensão do político e da ideologia. Assim, passamos ao nosso percurso analítico, na busca pela compreensão do político, da ideologia, das discursividades sobre as ciências humanas em funcionamento em/nas redes midiáticas digitais.

Gestos de análises

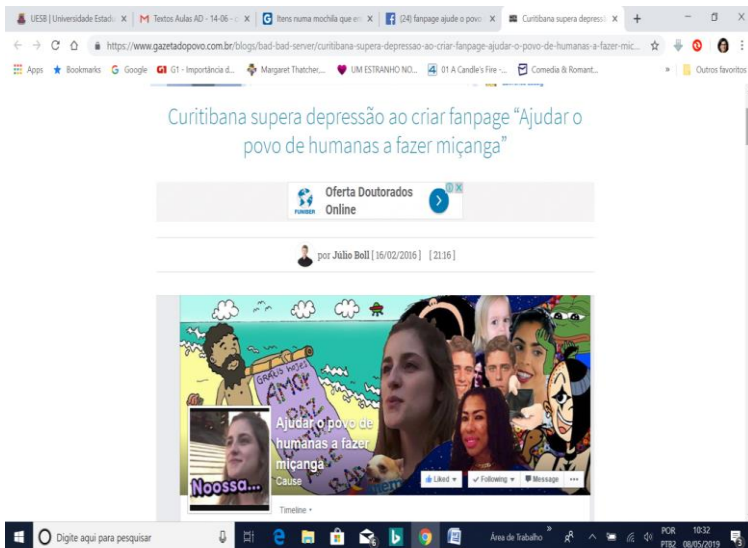
Para iniciar nossos gestos analíticos, vejamos os primeiros recortes efetuados, conforme as sequências discursivas (SDs) mostradas abaixo:

SD1: Trecho de entrevista do Jornal **Gazeta do Povo** à criadora da *fanpage* **“Ajudar o povo de humanas a fazer miçangas”**²:

“1- Como era a sua vida antes da criação da página e como veio a ideia?”

Nikki – A página surgiu de um evento que eu criei no Facebook, com o mesmo nome da página, que surgiu depois que eu voltei de Videira (SC) e levei um ‘pé na bunda’ de um ex-namorado e eu precisava me distrair. O evento (Para ver, clique [aqui](#)) cresceu tanto que me pediram pra fazer uma página. A **ideia de que estudante de humanas só faz miçangas** me veio a cabeça, porque eu era estagiária de Direito na época e também veio a coisa de estágio ser **escravidão e ganhar pouco** – **só sofrimento mesmo, ou seja, tudo a ver com humanas**. Já fiz 7 faculdades, no total, mas sempre desisti. Passei por Design, Publicidade, Administração... Bem coisa de gente que sabe o que quer da vida” (BOLL, 2016).

SD2: Figura 1– *Print* de postagem sobre a fanpage **“Ajudar o povo de humanas a fazer miçangas”**³



Fonte: Gazeta do Povo (2016)

² Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/bad-bad-server/curitiba-supera-depressao-ao-criar-fanpage-ajudar-o-povo-de-humanas-a-fazer-micanga/>. Acesso em: 7 jul. 2019.

³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/bad-bad-server/curitiba-supera-depressao-ao-criar-fanpage-ajudar-o-povo-de-humanas-a-fazer-micanga/>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SD3: Figura 2– Print da fanpage “Ajudar o povo de humanas a fazer miçangas”⁴



Fonte: Facebook

Conforme observamos no trecho da entrevista (SD1) concedida ao **Jornal Gazeta do Povo**, pela criadora da fanpage, “**Ajudar o povo de humanas a fazer miçangas**”, a criação do site se deu em um contexto de superação emocional, via humor. A formulação da fanpage instaurou uma rede parafrástica, que não cessa de crescer e se multiplicar em sites humorísticos, jornalísticos, como também nas redes sociais.

No entanto, o que nos interessa neste estudo é investigar essa rede parafrástica de sentidos já-ditos sobre as ciências humanas em suas relações com as redes de memórias, no intuito de compreender as filiações históricas e ideológicas das formações discursivas e as determinações de sentidos, não somente das ciências humanas, mas também da própria definição do que é (e não é) ciência. Dessa maneira, a definição de ciência já faz funcionar o político no discurso científico, na medida em que instaura essa divisão. Nas palavras de Orlandi (2011, p. 6): “O político

⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/ajudaropovo/>. Acesso em: 7 jul. 2019.

está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos [...]”. Assim, o político se instaura no discurso que nomeia a *fanpage* mencionada, com a divisão de sentidos, a saber, de um lado o “povo de humanas”, que precisa de ajuda para fazer miçangas; e, de outro lado, o povo que sabe fazer ciência, a ciência “verdadeira”. Dessa forma, o dito da *fanpage* pode ser parafraseado pela seguinte formulação “o povo de humanas não sabe nem sequer fazer miçangas, precisa de ajuda para isso, quanto mais para fazer ciência”.

Para melhor compreender essa memória, faz-se necessário lembrar que o ato de “fazer miçangas”⁵ nos remete ao imaginário da cultura indígena⁶; assim, o dito “Ajudar o povo de humanas a fazer miçangas” se filia às redes de memórias de sentidos preconceituosos em relação aos povos indígenas (MUSEU DO ÍNDIO, 2017, s. p.). Ou seja, o discurso inscrito na *fanpage* atualiza, na formulação acerca do “povo de humanas”, pré-construídos pejorativos acerca do sujeito indígena, a exemplo de indolente, preguiçoso, ser que não pensa... e desse modo, instaura-se aí outro efeito de paráfrase com sentidos de que “o povo de humanas é tão preguiçoso quanto o povo indígena”.

Pêcheux (2010b), ao discorrer sobre o papel da memória, pontua que os implícitos ou pré-construídos podem instaurar a regularização de sentidos, “sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (que poderiam a meu ver conduzir a questão da construção dos estereótipos” (PÊCHEUX, 2010b, p. 52). Pautados no pensamento do autor, podemos dizer que, no Brasil, funciona um

⁵ A palavra miçanga é derivada de *masanga*, palavra de origem africana que significa “contas de vidro miúdas” (MUSEU DO ÍNDIO, 2017, s. p.). Disponível em: <https://artsandculture.google.com/exhibit/no-caminho-da-mi%C3%A7anga-museu-do-indio/AAJiN-7p65D7Jw?hl=pt-BR>. Acesso em: 7 jul. 2019.

⁶ Segundo o site do Museu do Índio do Rio de Janeiro (2017, s. p.): “A miçanga tem papel central na relação entre os grupos indígenas e os exploradores europeus, desde a viagem de Cristóvão Colombo às ilhas do Caribe, em 1492, passando pelos franceses que comercializavam com os Tupinambá da costa brasileira, no século XVI. As contas de vidro não pararam de chegar às Américas, vindas nos navios europeus, sendo trocadas por madeira, peles e outros produtos”. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/exhibit/no-caminho-da-mi%C3%A7anga-museu-do-indio/AAJiN-7p65D7Jw?hl=pt-BR>. Acesso em: 7 jul. 2019.

estereótipo do sujeito indígena, construído discursivamente, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase de sentidos de ser indolente e preguiçoso, incapaz para trabalhos intelectuais, dentre outros.

Tal estereótipo também se inscreve no discurso humorístico sobre as ciências humanas, cujo povo “só faz miçangas”, conforme podemos verificar no seguinte trecho da SD1: [...] “A ideia de que **estudante de humanas só faz miçangas**” [...], dito que pode ser parafraseado por “só gosta de fazer miçangas, logo não sabe fazer ciência”. Dessa maneira, esses sentidos de deslegitimação das ciências humanas vão sendo regularizados na memória discursiva, nos espaços midiáticos digitais.

É mister também assinalar que o uso das miçangas, como acessórios, foi introduzido na Europa pelos romanos, apenas para pessoas de baixo poder aquisitivo, que não podiam adquirir joias feitas com ouro, prata, pedras preciosas, etc. (NOVAIS, 2020, s. p.)⁷. Nesse processo histórico, podemos observar, também, o funcionamento do político, a divisão entre os ricos que usam joias e os pobres que usam miçangas; e, parafrasticamente, a divisão de sentidos entre os cientistas bem remunerados e o “povo de humanas” que vive “na escravidão, ganha pouco, só sofrimento”, conforme vimos na SD1. Assim, a estabilização de sentidos das ciências humanas como ilegítimas tem afetado a política de fomentos destinados à pesquisa científica; ou seja, se a ciência não é legítima, logo as pesquisas da área não devem ser financiadas, essa é a lógica que tem sido usada para promover o apagamento das ciências humanas e silenciar suas respectivas pesquisas e pesquisadores.

E as retomadas de sentidos pejorativos sobre as ciências humanas continua nas mídias digitais, a exemplo das próximas sequências discursivas:

⁷ No período aproximado entre o primeiro século A.C. e o quarto século A.C, os romanos começaram a difundir o uso de miçangas pela Europa, como moeda de troca nas regiões conquistadas por eles. Disponível em: <https://elle.com.br/moda/micangas-historia-acessorios-divertidos/harry-style-usando-acessorios-de-micangas-no-clipe-de-golden>. Acesso em: 7 dez. 2020.

SD4: Figura 3– *Print* de meme do site metropolitanafm.com.br⁸



Amei essa iniciativa da unb de deixar os alunos de humanas apresentarem o tcc na entrada



Fonte: Metropolitana FM (2021)

SD5: Figura 4– *Print* de meme do site metropolitanafm.com.br⁹



Fonte: Metropolitana FM (2021)

⁸ Disponível em: <https://metropolitanafm.com.br/universitarios/17-memes-que-definem-perfeitamente-o-que-e-ser-de-humanas>. Acesso em: 7 dez. 2021.

⁹ Disponível em: <https://metropolitanafm.com.br/universitarios/17-memes-que-definem-perfeitamente-o-que-e-ser-de-humanas>. Acesso em: 7 dez. 2021.

Observamos que as retomadas e efeitos de paráfrase continuam a funcionar no discurso humorístico inscrito nas SDs 4 e 5, de modo a produzir efeitos de regularização discursiva e construir sentidos estereotipados sobre as ciências humanas. Nessa trama, também há retomada de sentidos preconceituosos para o sujeito índio, conforme verificamos na imagem à direita da Figura 4. Convém salientar que o estereótipo discursivo é bem recorrente no discurso humorístico, conforme postula Possenti (2002, p. 159):

[...] as piadas fazem aparecer, ao lado de um estereótipo básico, assumido pelo próprio grupo (um traço de identidade?), o estereótipo oposto. Por exemplo, se um grupo se representa tipicamente como "macho" (valente etc.), as piadas dirão dele não só seu oposto, mas seu oposto mais rebaixado possível, considerado um certo quadro cultural. Assim, embora o traço "macheza/masculinidade" possa implicar características não ligadas necessariamente ao desempenho sexual (como valentia, ombridade etc.), o estereótipo oposto com o qual a piada opera selecionará o traço "sexualidade". É nesse sentido que se pode dizer que o estereótipo talvez seja um simulacro.

A partir das ponderações do autor sobre a oposição estereótipo básico x estereótipo oposto, podemos pensar na divisão de sentidos sobre a ciência, via discurso humorístico, ou seja, a textualização do político nas SDs apresentadas. As ciências humanas nas mídias digitais são discursivizadas humoristicamente como "pseudo-ciência", em oposição às ciências *exatas*, historicamente legitimadas como as ciências "verdadeiras".

Mas esta regularização de sentidos de deslegitimação para as ciências humanas não se dá somente no discurso humorístico; o discurso logicamente estabilizado da ciência "verdadeira" também atravessa o discurso jornalístico e estatal, como vemos a seguir:

SD6: Figura 5– Print de matéria do jornal Estadão¹⁰



Fonte: Estadão (2012)

SD7: Figura 6– Print de matéria do Portal e-cidadania do Senado Federal com a Ideia legislativa de Thiago Turetti¹¹



Fonte: E-Cidadania, Senado Federal (2018)

“São cursos baratos que facilmente poderão ser realizados em universidades privadas. **Os cursos de humanas poderão ser realizados presencialmente e a distância em qualquer outra instituição paga**” (Fala de Thiago Turetti, extraído do print).

¹⁰ Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jovens-estudam-humanas-mercado-pede-exatas,128800e>. Acesso em: 7 jul. 2019.

¹¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=100201>. Acesso em: 7 jul. 2019.

Nas formulações das SDs 6 e 7, respectivamente do discurso jornalístico e do discurso jurídico/estatal, instauram sentidos parafrásticos sobre as ciências humanas. Segundo Orlandi (2012, p. 36), a paráfrase produz o retorno aos mesmos espaços do dizer: "Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. E assim funciona o discurso logicamente estabilizado nas mídias digitais, na tentativa de estabilizar sentidos já ditos sobre a deslegitimação das ciências humanas".

Nas SDs apresentadas (6 e 7), observamos também o atravessamento do discurso neoliberal que produz determinações ideológicas na educação, com uma posição sujeito que impõe a escolha da carreira profissional dos jovens, em especial na SD7, e ainda produz efeitos de apagamento das ciências humanas e sociais. Nesse sentido, é oportuno ouvir as ponderações de Pêcheux (2009, p. 180, grifos do autor):

A ideia de que a produção dos conhecimentos consistiria no puro e simples desenvolvimento (empírico-dedutivo) das propriedades dos objetos é, pois, um mito idealista, que identifica ciência e lógica e, ao colocar esta última como *princípio* de toda ciência, concebe inelutavelmente a prática científica como uma atividade de triagem entes enunciados verdadeiros e enunciados falsos [...].

Dessa maneira, no discurso logicamente estabilizado, a ciência considerada legítima é aquela normalizada e normatizada pela "higiene pedagógica do pensamento", que busca manipular e estabilizar os sentidos (PÊCHEUX, 2008, p. 51). O autor ainda argumenta que o desígnio neopositivista visa construir, por meio da lógica, a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos e administrativos e assim, produz uma normalização asséptica da leitura, que produz o "*policimento dos enunciados*, e de uma *normalização asséptica da leitura e do pensamento*, e de um *apagamento seletivo da memória histórica*" (PÊCHEUX, 2010c, p. 55, grifos do autor).

E dessa forma, observa-se uma divisão de sentidos entre o que é a ciência legítima(da) ideologicamente, e o que não é ciência; ou seja, dá-se o funcionamento do político no discurso, tendo em vista que "o político é o fato de que o sentido é

sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, 2004, p. 21-22). Portanto, o político funciona no discurso científico, com a divisão de sentidos de ciência verdadeira e as “pseudo” ciências humanas e sociais.

Para finalizar nossos gestos analíticos, temos ainda duas materialidades constituídas de *tweets* publicados pelo presidente Bolsonaro, em 2019, vejamos:

SD9: Figura 7– *Print de tweet do presidente Bolsonaro*¹²



Fonte: Twitter (2018)

¹² Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713534402990081>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SD10: Figura 8– Print de tweet do presidente *Bolsonaro*¹³



Fonte: Twitter (2018)

Nos dois tweets (SDs 9 e 10), verificamos o discurso logicamente estabilizado materializado na fala do presidente da República, que ocupa uma posição-sujeito de apagamento das ciências humanas. Aqui também observamos as determinações ideológicas do discurso neoliberal, ao defender o foco dos investimentos educacionais em “**áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte**” (SD9); e ainda no segundo tweet (SD10) “**A função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, a escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda**” [...]. No entanto, nesse dito, funcionam muitos não ditos, a exemplo dos interesses empresariais determinando e direcionando as verbas destinadas à

¹³ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713534402990081>. Acesso em: 7 jul. 2019.

pesquisa, apenas para as ciências já legitimadas historicamente. E o trabalhador e contribuinte jamais foi ouvido para manifestar suas escolhas e interesses.

Ademais, funciona também no discurso estatal materializado na fala do Bolsonaro, uma posição-sujeito neoliberal, que impõe o ensino tecnicista e imediatista, uma educação mercadológica como necessária, para gerar retornos; a ideologia neoliberal produz efeitos de transparência de sentidos, mas esse é um discurso profundamente opaco, afinal, que retorno é este? Para que/quem retorna? Como retorna? Qual o verdadeiro retorno para os jovens brasileiros, para o trabalhador? Dessa forma, esse efeito de verdade advém do ideário neoliberal que “é totalizante e totalitário. [...] como uma espécie de ‘pensamento único’ ou ‘verdade inquestionável’, procurando impor-se, por esta via, como interpretação exclusiva da realidade social” (MALAGUTI, 2000, p. 7). E assim esse efeito de verdade vai sendo regularizado nas mídias digitais, visando impor um único sentido, seguindo determinações ideológicas da FD neoliberalista.

No segundo comentário do segundo *tweet* (SD10), temos também o funcionamento do discurso do senso comum, em anuência à mesma posição-sujeito do discurso estatal; ademais, a formulação da SD10 atualiza sentidos do interdiscurso sobre as ciências humanas como prática de “maconheiros”: **“Ahahahah... Amei. Chega de financiar maconheiros”** (SD10/*tweet* 2). Este é mais um estereótipo para o estudante/pesquisador de ciências humanas, em oposição ao “verdadeiro” cientista das ciências exatas e da natureza, eis a divisão de sentidos, o funcionamento do político no discurso.

Conforme o estudo de Cortes (2015, p. 226), a concepção de ciência homogeneizadora “descarta os saberes e os métodos das ciências humanas e sociais, rotuladas como pseudociência, cujos cientistas são considerados ‘palpiteiros’ e ‘irracionalistas’, sem rigor científico”. São sentidos do já dito que trabalham no discurso para estabilizar essa posição-sujeito de deslegitimação para as ciências humanas.

No entanto, o equívoco se inscreve no terceiro comentário do segundo *tweet* (SD10), no qual temos deslizamentos de sentidos que confrontam os já ditos acerca do sujeito pesquisador de ciências humanas: **“Os maiores maconheiros e usuários de cocaína que eu conheço são médicos e engenheiros”**. Conforme declara Pêcheux (2008, p. 32, grifos nossos), “[...] esta homogeneidade lógica que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é *atravessado por uma série de equívocos [...]*”. E ainda conforme o autor, *“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro e, assim, os espaços logicamente estabilizados também funcionam com pontos de deriva, oferecendo lugar à interpretação”* (PÊCHEUX, 2008, p. 53, grifos nossos). Desse modo, na SD10 também funciona o contradiscurso, a réplica ao discurso logicamente estabilizado, pois a língua é opaca e constituída da falha.

Algumas (in)conclusões

Buscamos mostrar, com os gestos analíticos, que as ciências humanas são discursivizadas nas mídias digitais como “pseudo-ciência”, um já-dito da memória do discurso científico logicamente estabilizadas, que funciona, historicamente, com uma posição-sujeito de apagamento e deslegitimação das ciências humanas e sociais. Tal ideologia também produz determinações no discurso estatal, pois o atual presidente da República ocupa uma posição-sujeito de apagamento do (não)lugar das ciências humanas e sociais em seu projeto de governo.

Essa trama em funcionamento nas mídias digitais – que se tece intrinsecamente aos fios do discurso humorístico, midiático e estatal – sofre fortes determinações da FD neoliberalista e busca legitimar somente as práticas científicas que atendam aos interesses empresariais e capitalistas. Nessa trama, o discurso estatal também é afetado pela FD neoliberalista, que determina que educação deve ser oferecida (ou negada) aos nossos jovens, e que profissão eles devem/podem (ou não) seguir.

Nesse processo discursivo, o discurso midiático digital também trabalha na interpelação dos indivíduos internautas em sujeitos, visando à estabilização do sentido dominante. Mas como todo discurso é atravessado por equívocos, o processo de significação se movimenta, se ressignifica, instaurando posições-sujeito divergentes, deslizamentos e rupturas de sentidos.

Referências

- AGUSTINI, Carmen. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. *In*: SEAD, 2., 2005, Porto Alegre. *Anais* [...] Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead2.html>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- CAZARIN, Ercília A. A análise do discurso nos estudos da linguagem e sua dimensão política. *Revista da ABRALIN*, n. esp., p. 33-46, 2011.
- CAZARIN, Ercília A. A leitura: uma prática discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 6, n. 2, p. 299-313, maio/ago. 2006.
- CORTES, Gerenice R. de Oliveira. *Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009.
- MALAGUTI, Manoel Luis; CARCANHOLO, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D. (org.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- NOVAIS, Clara. Miçangas: o material que está deixando nossos acessórios mais divertidos. *Elle*, 2020. Disponível em: <https://elle.com.br/moda/micangas-historia-acessorios-divertidos/harry-style-usando-acessorios-de-micangas-no-clipe-de-golden>. Acesso em: 7 dez. 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. *In*: DIAS, Cristiane. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital*. Campinas, SP: NUDECRI/ UNICAMP, 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, [1969] 2010a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 2010b. p. 49-57.

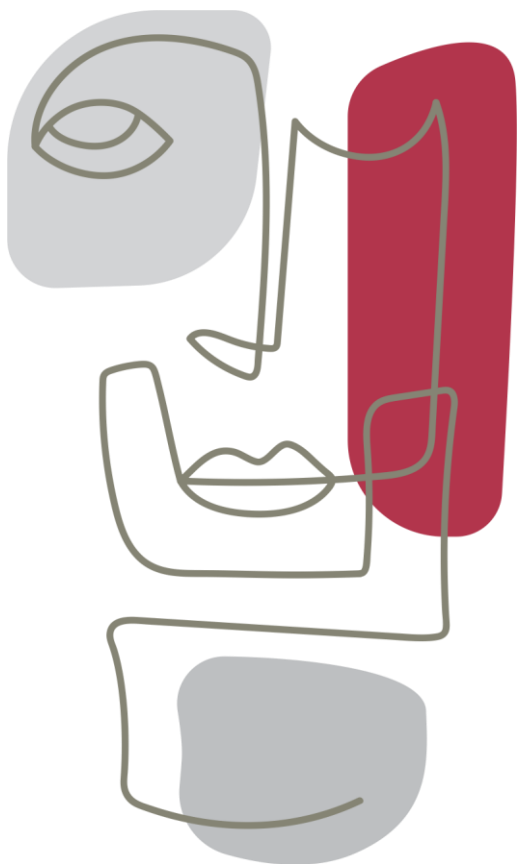
PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1982] 2010c. p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso, estrutura ou acontecimento?* 5. ed. Campinas-SP: Pontes, [1983] 2008.

Gerencie Ribeiro de Oliveira Cortes

Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela UFPE. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB/Departamento de Estudos Linguísticos e Literários - DELL e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN); pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Análise de Discurso - GPADIS.



Luciana lost Vinhas

OS ROBÔS DO PRESIDENTE: O QUE AINDA RESTA DA DEMOCRACIA?

A presença dos robôs em redes sociais *online* parece estar provocando efeitos no processo de circulação e formulação dos discursos. Neste estudo¹, consideramos necessário tratar sobre essa prática tendo em vista o amplo uso dos perfis robôs nessas redes, principalmente no trabalho de intensificação da reprodução de saberes vinculados a figuras políticas ou a governos. Estudos revelam que a eleição de 2016 para a Presidência dos EUA (BESSI; FERRARA, 2017), assim como as campanhas de Dilma Rousseff e de Aécio Neves na disputa eleitoral de 2014 no Brasil (RUEDIGER *et al.*, 2017), recorreram ao uso de “bots”. Desde as eleições de 2014, aproximadamente, supõe-se a inauguração de um ritual nos processos eleitorais e na forma como o discurso político se organiza, com o uso dos *bots*, relacionado a um funcionamento cínico da ideologia (BALDINI, 2009).

O cenário em foco neste artigo é o Brasil depois do processo de *impeachment* ocorrido em 2016². Com o afastamento de Dilma, a insegurança política e jurídica se instala no país, provocando a naturalização de determinadas práticas permeadas pelo cinismo, parte de um funcionamento próprio da versão neoliberal do modo de produção capitalista. Entendemos que se trata da instalação de um regime de democracia forjada, próprio do modo de funcionamento cínico como forjadura (VINHAS, 2019).

O que ainda resta de democracia no Brasil? Através de uma leitura discursiva sobre o efeito do uso de robôs nas redes sociais *online*³, buscamos empreender uma

¹ Agradeço ao pesquisador Otávio lost Vinhas (University College Dublin), membro do grupo de pesquisa MIDIARS (UFPEL), pela coleta dos dados analisados na presente pesquisa e pela indicação de bibliografia. Agradeço também à Profa. Aracy Ernst pela leitura do texto e pela contribuição à reflexão proposta no artigo.

² Entendemos que o processo de *impeachment* de Dilma, ocorrido ao longo de 2016, é parte de um “golpe em slow motion”, segundo Indursky (2019), o qual foi finalizado em 7/4/2018 com a prisão do Presidente Lula.

³ O domínio de novas plataformas de comunicação parece estar alinhado aos rumos da política (MOURA; CORBELLINI, 2019). A vitória de Bolsonaro é um efeito desse novo alinhamento que foi por ele explorado de forma a produzir efeitos nos votos de milhares de brasileiros. Segundo os autores, o atentado da fachada contra Bolsonaro transferiu a discussão política para o ambiente digital, transformando-o no centro das comunicações através das redes sociais

discussão sobre como eles interferem nas interpelações-identificações que sustentam as subjetividades. Assim, associando a presença de robôs ao pensamento de Pêcheux, entendemos que essa presença apresenta desdobramentos nas condições ideológicas de reprodução-transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2019) como efeito do uso de recursos tecnológicos automatizados em diferentes práticas que constituem a formação social atual. Conforme o próprio Pêcheux (2019, p. 310), a região da ideologia não é “o único elemento pelo qual se efetuará a reprodução-transformação das relações de produção de uma formação social”. A ideologia, juntamente com as determinações econômicas, efetua a reprodução-transformação das relações de produção. Pêcheux resgata de Althusser o fato de que as determinações econômicas “condicionam, em última instância, essa reprodução-transformação no interior mesmo da produção econômica” (PÊCHEUX, 2019, p. 310); assim, colocamos em pauta o papel do neoliberalismo na utilização de recursos tecnológicos no processo de reprodução das relações de exploração da formação social capitalista, e as condições de reprodução das práticas neoliberais ganham suporte no funcionamento cínico da ideologia.

Com base nas questões acima referidas, o presente artigo objetiva trazer elementos para pensar sobre o trabalho da ideologia através dos robôs nas redes sociais *online*⁴, tendo como elementos materiais de análise dois perfis robôs capturados na rede social *Twitter*, os quais mantinham operações favoráveis ao Presidente Jair Bolsonaro ao longo do ano de 2019.

Consideramos que o trabalho dos robôs pode influenciar o funcionamento dos regimes democráticos. O que nos chama a atenção neste trabalho tem relação com o excesso (ERNST, 2009) de postagens desses perfis, que, prioritariamente, produzem publicações que repetem, através do *retweet*, uma publicação já feita por outro perfil

online.

⁴ Existem outras utilizações para os bots, como os chatbots, empregados por marcas e empresas como forma de atendimento automatizado às perguntas frequentes de clientes feitas em pontos de contato virtuais, a partir da tecnologia da inteligência artificial. O presente trabalho fará uma análise dos robôs do *Twitter*, considerando que os robôs têm atuações diferentes dependendo da plataforma na qual são programados para atuar.

da mesma rede. Nessas publicações retweetadas, há, em geral, a presença de uma *hashtag* impulsionada pelos *bots*, a fim de ocupar todos os espaços da rede e transformar-se em *trending topic*. Esse funcionamento característico dos perfis robôs, na nossa interpretação, pode ser relacionado, discursivamente, ao trabalho do excesso no processo de inculcação de saberes, ou seja, o excesso intradiscursivo conduz, interdiscursivamente, a uma inculcação, a uma injunção à identificação, à estabilização de determinados saberes vinculados a uma formação discursiva.

Traremos elementos sobre a relação entre o excesso e o discurso autoritário. Em seguida, falaremos brevemente sobre os perfis robôs e seus comportamentos no Twitter. Nosso estudo enfocará na análise do comportamento de dois perfis robôs identificados através de ferramenta específica, os quais agiram na massificação de *tweets* referentes à *hashtag* #SenadoQuorumMP871 em 3 de junho de 2019. Finalmente, teceremos algumas considerações sobre a relação entre discurso autoritário, excesso, funcionamento cínico da ideologia e a democracia brasileira.

Conforme proposta de Orlandi (2006), o discurso pedagógico compõe um dos três tipos de discurso por ela criados para tratar sobre funcionamentos do processo de interpelação ideológica na prática, ou seja, como o ritual de interpelação se materializa na língua e em outras formas de existência material. Courtine (2009) salienta que é na relação entre interdiscurso e intradiscurso que são situados os processos de interpelação-assujeitamento do sujeito falante como sujeito de seu discurso. Assim, na transposição de sujeito falante a sujeito do discurso, o discurso autoritário opera materialmente de forma muito particular, logrando a eficácia da formação discursiva a partir da qual exerce seu funcionamento.

Nosso interesse está em trabalhar sobre os elementos intradiscursivos “de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD” (COURTINE, 2009, p. 74). Entendemos que uma das formas materiais do discurso autoritário é o excesso; todavia, no caso aqui analisado, esse excesso é produzido não por *um sujeito enunciador a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD*, como diz Courtine (2009), mas por robôs automatizados e programados para

imitar o comportamento humano. Os robôs inauguram um *efeito de subjetividade*, ou uma *subjetividade forjada*, por a constituição do processo de interpelação ideológica ser restrita ao sujeito materialmente existente por um corpo humano, inscrito na linguagem, determinado pelo atravessamento do inconsciente e da ideologia.

Conforme diz Orlandi (2006), o critério para a distinção entre o discurso autoritário, o discurso polêmico e o discurso lúdico toma por base o referente (o objeto do discurso) e os participantes do discurso (os interlocutores). Além de considerar esse critério, tem-se que os processos de paráfrase e de polissemia são *constitutivos da tensão que produz o texto*, e cada tipo de discurso possui diferentes aberturas para a ocorrência da paráfrase e da polissemia.

Apesar de recorrente nos estudos discursivos, vale resgatar a citação de Orlandi (2006, p. 15-16, grifos da autora) sobre a diferença entre os três tipos de discurso:

[...] o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de *polissemia aberta* (o exagero é o *non-sense*). O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma *direção*, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na *polissemia controlada* (o exagero é a injúria). No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na *polissemia contida* (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem.

A polissemia contida, conforme o desenvolvimento teórico feito, aqui, tem relação, intradiscursivamente, com o excesso, nos termos propostos por Ernst (2009, p. 04), ou seja, como “estratégia discursiva que se caracteriza por aquilo que está demasiadamente presente no discurso”. A contenção da polissemia é marcada materialmente no excesso de repetições: a falta da polissemia e o excesso da

paráfrase caracterizam o discurso autoritário. Esse excesso pode ser associado à pretendida “estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem” (ERNST, 2009, p. 04). Na arena do discurso, uma estratégia para ter eficácia na interpelação parece ser a ocupação de todos os espaços possíveis de reprodução do discurso através da saturação imaginária daquilo que pode ser dito a partir da identificação com uma determinada formação discursiva.

Ernst (2009) trata sobre o uso de incisivas, de intensificadores e da repetição de palavras ou expressões e orações. Nesta reflexão, o trabalho dos robôs nas redes sociais *online* nos permite deslocar o trabalho do excesso para a repetição de *hashtags* e para o processo de retweetar determinadas postagens, imaginariamente saturando o espaço *online* e preenchendo todos os espaços possíveis de enunciação, ganhando visibilidade e vencendo a batalha do *ranking* dos *trending topics*. Ter uma *hashtag* entre os *trending topics* demarca uma posição discursiva na rede social *online*, que pode ser a posição discursiva dominante, o que produz o efeito de discurso legitimado, passível de identificação, pois significa que um grande número de perfis também reproduz o mesmo discurso (mesmo que sejam perfis robôs que reproduzem esse discurso).

O excesso é fundamental para esta reflexão, pois os robôs têm como comportamento característico a reprodução massiva de determinada informação, operando na tentativa de estabilização de determinados efeitos de sentido⁵. Esse excesso, entendido aqui como uma forma de existência material do discurso autoritário⁶, busca “estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição” (ERNST, 2009, p. 04). O excesso é identificado na forma como os robôs operam nas redes sociais *online*, espaço enunciativo informatizado (GALLO, 2018). Para Gallo (2018, p. 346), a

⁵ Braga (2017) traz uma contribuição sobre o excesso no processo de desestabilização: ao tentar estabilizar, o sujeito enunciativo provoca uma instabilidade, abrindo a possibilidade de emergência de sentidos outros.

⁶ O excesso no discurso totalitário é abordado por Klemperer (2009) ao analisar a linguagem do Terceiro Reich.

tecnologia é tomada pelo discurso “como uma materialidade na confluência com todas as outras”, o que torna possível a análise de seu funcionamento.

Esse funcionamento teve efeito, por exemplo, nas organizações das manifestações de 2013, ganhando a aparência de um caráter democrático. Para Gallo (2018, p. 351), as novas tecnologias pressupõem formas polêmicas; isso indica, então, que as redes sociais *online* podem ser importantes instrumentos da democracia, por permitirem a livre expressão, o debate sobre os mais variados temas, e, também, a compreensão do ambiente *online* como um espaço político e da política. No entanto, essas mesmas redes sociais proporcionaram a emergência dos *bots*, que, com sua atuação, ocasionam o efeito contrário: do polêmico, passamos ao autoritário. Essas contas automatizadas, através da massificação de postagens, “se converteram em uma potencial ferramenta para a manipulação de debates nas redes sociais, em especial em momentos de relevância política” (RUEDIGER, 2017, p. 04). Os espaços enunciativos informatizados podem ser um local de predominância polêmica; contudo, com a atuação dos robôs, observa-se um predomínio autoritário e, por conseguinte, surge uma ameaça ao regime democrático.

Os robôs⁷ podem ser entendidos como “contas controladas por *softwares* se fazendo passar por seres humanos que já dominam parte da vida nas redes sociais e participam ativamente das discussões em momentos políticos de grande repercussão” (RUEDIGER, 2017, p. 06). A maioria dos estudos sobre robôs trabalha com a identificação de seus comportamentos e a possível “influência” dos *bots*, o que concerne à forma como os sujeitos podem se identificar com os discursos reproduzidos por eles. O foco está nos perfis e nos padrões que esses perfis apresentam. Algumas de suas principais características são: relação atípica entre o número de postagens e o tempo das postagens; tipos de interações (normalmente as interações somente replicam conteúdos); “monotematização” sobre aquilo que é dito,

⁷ Há uma ferramenta desenvolvida pelo ITS-Rio que estipula a probabilidade de um perfil ser bot. Ela se chama Pega Bot e pode ser acessada em: <https://pegabot.com.br/>. Segundo consta no próprio site, “o PegaBot verifica um perfil em rede social e dá uma pontuação baseada na probabilidade desse perfil ser um *bot*. Quanto maior a pontuação, maior a chance de ser um *bot*”. Disponível em: <https://pegabot.com.br/>. Acesso em: 2 out. 2019.

ou seja, os conteúdos replicados são sempre referentes ao mesmo tema; e a promoção de *hashtags* que ganham destaque pelo excesso das postagens, o que “sufoca” debates espontâneos sobre o tema (RUEDIGER, 2017). Há elementos importantes que diferenciam as práticas dos robôs nas redes das práticas dos não-robôs, sujeitos determinados pela ideologia e pelo inconsciente, cuja equivocidade da língua garante a impossibilidade de inscrição nesse tipo de prática.

Ainda em Ruediger (2017), é afirmado que os robôs sociais⁸, ou seja, aqueles que interagem em redes sociais *online*, geram conteúdos artificialmente e interagem com não-robôs através de um controle exercido por um *software*. A base para a produção dos robôs está no comportamento humano: são uma forjadura da subjetividade com objetivos muito específicos, objetivos de promover a identificação com determinados discursos pelos não-robôs. Para Ruediger (2017, p. 09),

Com este tipo de manipulação, os robôs criam a falsa sensação de amplo apoio político a certa proposta, ideia ou figura pública, modificam o rumo de políticas públicas, interferem no mercado de ações, disseminam rumores, notícias falsas e teorias conspiratórias, geram desinformação e poluição de conteúdo, além de atrair usuários para links maliciosos que roubam dados pessoais, entre outros riscos.

Além disso, no *Twitter*, a ação dos robôs facilita a reprodução de uma ação humana pela limitação dos caracteres (140 caracteres); é possível marcar usuários aleatórios através do uso do @; pessoas geralmente seguem quem os segue, o que facilita a geração de seguidores pelos robôs; os robôs tentam forjar o comportamento humano quanto ao padrão temporal das postagens (RUEDIGER, 2017). Os algoritmos mais modernos conseguem exercer outras funções, tais como: “identificar perfis populares e segui-los, identificar um assunto sendo tratado na rede e gerar um pequeno texto por meio de programas de processamento de linguagem natural

⁸ As contas bot compõem entre 9 e 15% de todas as contas ativas no *Twitter*, mas estudos mais aprofundados indicam que este percentual pode ser ainda maior devido a dificuldade de identificar os bots complexos”. Disponível em: <https://pegabot.com.br/>. Acesso em: 2 out. 2019.

(*natural language algorithms*) e gerar certo grau de interação” (RUEDIGUER, 2017, p. 12, grifos do autor).

Por meio de coleta automática e análise de dados obtidos da API (*Application Programming Interface*) do *Twitter* em 03/06/2019, dois perfis praticamente idênticos emergiram dentre os mais ativos no uso da *hashtag* pró-Bolsonaro #SenadoQuorumMP871, lançada aos *trending topics* na manhã do mesmo dia. A *hashtag* tinha o objetivo de pressionar os senadores a comparecerem à sessão do dia 3 de junho para votarem na medida provisória 871, pois era o último dia para votar a MP antes de ser arquivada. A medida foi elaborada pelo governo Bolsonaro com o objetivo de combater fraudes no INSS e gerar uma economia de 100 bilhões de reais em 10 anos, conforme divulgado pela sua equipe econômica. O próprio Presidente, em 03/06/2019, publicou o seguinte: “Hoje deve ser votada no Senado a MP 871, que combate as fraudes no INSS, e nós esperamos por sua aprovação, pelo bem do Brasil e dos brasileiros. Caso aprovada, a ação deve gerar uma economia de R\$ 100 bilhões em 10 anos, fundamental para seguirmos crescendo. Vamos!”.

Os dois perfis identificados, criados em 2012 e em 2015, não compartilhavam somente o primeiro nome: a mesma foto de perfil, a mesma imagem de capa, além de postagens monotemáticas sobre o mesmo objeto⁹. A diferença se dá no fato de que esses dois *bots*, apesar de apresentarem características e comportamentos quase idênticos, não se comunicavam um com o outro e, além disso, os perfis com os quais eles interagiam não são os mesmos, indicando que seguiam e eram seguidos por

⁹ Importante referir que os dois perfis apresentavam mesma imagem (a imagem de um homem branco e jovem) no momento da coleta dos dados. No entanto, as imagens foram alteradas. O perfil de Fernando Fidencio (@comerciodoport) possui uma foto do Rambo e o seu nome mudou para Tenente Rambo, conforme consta no ANEXO 1; o perfil de Fernando Fidel (atualmente @Fernand55510509) manteve o mesmo nome, mas alterou sua foto para o que parece ser um caminhão com trio elétrico, conforme ANEXO 2. A mesma foto do caminhão já foi usada pelo perfil de @comerciodoport em novembro de 2019, conforme pode ser visto no ANEXO 3.

perfis distintos¹⁰. A imagem utilizada nos dois perfis, em junho de 2019, pode ser observada na Figura 1.

Figura 1– Imagem dos dois perfis



Os dois perfis analisados são Fernando Fidencio (@comerciodoport) e Fernando Fidel (@Fidel311). Esses perfis apresentaram as seguintes estratégias de impulsionamento: (i) misturam *tweets* de diferentes tipos, como os *tweets* para a *timeline* e *replies* a outros usuários (normalmente os *replies* são para muitos outros *bots*); (ii) interação, através de *reply*, com perfis de alta notoriedade, como tentativa de furar a bolha de *bots*, adentrando na conversação; (iii) impulsionam *tweets* de pessoas de alta notoriedade através de *retweets*; e (iv) em alguns poucos *tweets*, os robôs falam de outros assuntos não diretamente relacionados à *hashtag*

¹⁰ Importante mencionar que essas afirmações foram feitas no momento da coleta dos dados, em junho de 2019. As alterações ocorridas no *Twitter* são muito dinâmicas. O bot intitulado Fernando Fidel já foi capturado várias vezes pela rede; no entanto, ele retorna com algumas alterações de número acrescentadas ao seu nome. O nome que constava na coleta de junho de 2019 era @Fidel311; em seguida, alterou o nome para @Fidel3111; em maio de 2020, o nome havia mudado para @Fernand55510509. A presença de números nos perfis também constitui uma característica de perfis robôs. O fato de esse perfil ter um baixo número de seguidores e de estar seguindo poucos perfis também é um indicativo de que ele foi banido da rede e retornou há pouco tempo.

#SenadoQuorumMP871, mas sempre utilizam a *hashtag*, o que caracteriza uma estratégia de, inclusive, burlar as fiscalizações automáticas feitas pelo *Twitter*. Além disso, vale salientar que os dois *bots* analisados apenas retweetaram, ou seja, nenhum *tweet* foi originalmente publicado por esses dois perfis.

Ambos os *bots* reproduzem o discurso bolsonarista: dizem que são a favor do Brasil, atacam o Senado, Rodrigo Maia, jornalistas e, também, o PT/a esquerda. Por vezes, levantam pautas contra o aborto, por exemplo. Em todas essas manifestações, sempre se valem do uso de *hashtags*. Podemos interpretar, portanto, que se trata de robôs a serviço de Jair Bolsonaro.

Desse modo, as redes sociais *online*, de forma contraditória, ao mesmo tempo em que permitem a democratização e a popularização do acesso ao saber, também produzem o excesso e, conseqüentemente, a inculcação, próprios do discurso autoritário. Esse discurso almeja, imaginariamente, uma dominação ideológica completa, sem contradição, própria de um mecanismo profascista de produção de subjetividades. Com essa tentativa de inculcação de uma posição no processo de circulação e formulação de sentidos, cria-se uma divisão discursiva (uma posição a favor e outra posição contra determinado discurso), e, com isso, surge a necessidade de aniquilamento do diferente, a exclusão da posição contrária – algo considerado impossível em qualquer formação social de base democrática. Assim, as mediações promovidas por algoritmos nos ambientes de participação social e de circulação de discursos políticos na *internet* (GILLESPIE, 2014) remetem a um processo de máquinas de destruição matemática (*weapons of math destruction*, conforme O'NEIL, 2016), mostrando-se capaz de produzir a desestabilização dos processos democráticos em instituições fragilizadas pela narrativa da liberdade de informação (e da desinformação). Esse funcionamento normatiza os espaços enunciativos informatizados (GALLO, 2018), controlando a forma como o sujeito opera nesses espaços pela inculcação à identificação. A aparência de liberdade se submete à coação à identificação, caracterizando o funcionamento cínico no âmbito das redes sociais *online*, pois os *bots* foram incorporados, mesmo que ilegal e não oficialmente, à gestão do governo bolsonarista nas redes sociais *online*.

Vale mencionar o “gabinete do ódio”¹¹, que, segundo investigações da Polícia Federal¹², teria como principal articulador Carlos Bolsonaro. Esse gabinete funciona na sala 315 do Palácio do Planalto e é responsável, principalmente, pela produção e disseminação de notícias falsas. Uma das formas da disseminação massiva dessas notícias se dá pelos *bots*, o exército pessoal de Bolsonaro, produzindo efeitos na democracia brasileira.

O uso dos robôs, por se configurar em uma tentativa de estabilização, através do excesso, à ameaça de efeitos de sentido que não podem e não devem ser dominantes na formação social, acaba sendo naturalizado nos Estados modernos. Assim, acontece o estabelecimento do efeito típico do discurso autoritário: a inculcação, através do excesso, de um saber vinculado a uma determinada formação discursiva, objetivando a interpelação do sujeito à reprodução do discurso a ela vinculado. Isso se torna uma forma de coação, de violência instalada na rede, e, muitas vezes, reproduzida fora dela.

Outro ponto que pode ser aqui destacado diz respeito à imagem exposta na Figura 2. São apresentadas *hashtags* capturadas entre os meses de abril e junho de 2019. Ao lado de cada *hashtag* consta a data em que ela foi impulsionada no *Twitter*.

¹¹ Vários veículos de comunicação fizeram referência ao gabinete. Para exemplificar, citamos a reportagem “Carluxo, o chefe fake”. Disponível em: <https://istoe.com.br/carluxo-o-chefe-fake/>. Acesso em: 6 maio 2020.

¹² Sabe-se que a troca do chefe da Polícia Federal, exigida por Bolsonaro ao ex-ministro Sérgio Moro, tem relação com essas investigações.

Figura 2– Hashtags impulsionadas durante os meses de abril, maio e junho de 2019

#bolsonaroorgulhodobrasil 03-05-19 10-23	03/05/2019 10:36	Planilha do Micro...	820 KB
#bolsonarotemrazaao 16-05-19 14-15	16/05/2019 15:23	Planilha do Micro...	15.682 KB
#centraoblocodeladrao 02-05-19 10-12	02/05/2019 10:54	Planilha do Micro...	3.829 KB
#centraoblocodeladrao 02-05-19 14-55	02/05/2019 16:18	Planilha do Micro...	13.778 KB
#centraoblocodeladrao 02-05-19 duas coletas	16/05/2019 17:36	Planilha do Micro...	16.221 KB
#dia26reformasja - 23-05-19 16-35	23/05/2019 17:55	Planilha do Micro...	13.550 KB
#Dia30MeuFilhoNaoVai - 29-05-19 15-40	29/05/2019 16:49	Planilha do Micro...	14.411 KB
#Dia30MeuFilhoNaoVai - 29-05-19 16-50	29/05/2019 17:35	Planilha do Micro...	14.803 KB
#DomingoPeloBrasil 24-05-19 15-10	24/05/2019 16:58	Planilha do Micro...	10.126 KB
#DomingoPeloBrasil 24-05-19 16-40	24/05/2019 19:45	Planilha do Micro...	13.817 KB
#EuAcreditoNoBolsonaro 01-06-19 10-15	01/06/2019 12:05	Planilha do Micro...	11.496 KB
#euapoioalavajato 10-06-2019 14-25	10/06/2019 15:44	Planilha do Micro...	14.850 KB
#EuApoioTheIntercept 10-06-2019 17-25	10/06/2019 18:55	Planilha do Micro...	13.757 KB
#EuToComOMoro 11-06-19 15-20	11/06/2019 16:36	Planilha do Micro...	13.826 KB
#morocriminoso 10-06-2019 16-10	10/06/2019 16:50	Planilha do Micro...	13.930 KB
#morusupremo 13-05-19 15-04	13/05/2019 17:06	Planilha do Micro...	5.312 KB
#morusupremo 15-04	13/05/2019 17:06	Planilha do Micro...	5.312 KB
#MP870VotoNominal - 15-05-19 15-30	15/05/2019 17:01	Planilha do Micro...	10.998 KB
#MP870VotoNominal - 15-05-19 17-00	15/05/2019 18:14	Planilha do Micro...	14.602 KB
#OrePeloBrasil 20-05-2019 15-05	20/05/2019 15:56	Planilha do Micro...	10.776 KB
#OrePeloBrasil 20-05-2019 16-15	20/05/2019 17:42	Planilha do Micro...	14.085 KB
#previdenciaanticrimeja 22-05-19 10-15	22/05/2019 12:00	Planilha do Micro...	15.189 KB
#QuemMandouMatarBolsonaro 28-05-19 14-15	28/05/2019 15:18	Planilha do Micro...	13.595 KB
#QuemMandouMatarBolsonaro 28-05-19 15-50	28/05/2019 16:38	Planilha do Micro...	14.676 KB
#ReformaDeUmTrilhao - 17-06-19 14-35	17/06/2019 16:11	Planilha do Micro...	15.420 KB
#ReformaDeUmTrilhao - 17-06-19 17-15	17/06/2019 18:41	Planilha do Micro...	16.219 KB
#reformaprevidenciaja 30-04-19 10-34	30/04/2019 11:01	Planilha do Micro...	1.304 KB
#reformaprevidenciaja 30-04-19 11-27	30/04/2019 12:18	Planilha do Micro...	1.478 KB
#reformaprevidenciaja duas coletas	16/05/2019 18:49	Planilha do Micro...	1.939 KB
#SenadoQuorumMP871 03-06-19 10-15	03/06/2019 12:41	Planilha do Micro...	15.523 KB
#SenadoQuorumMP871 03-06-19 15-50	06/11/2019 16:56	Documento de Te...	3.959 KB
#SenadoQuorumMP871 03-06-19 15-50	03/06/2019 17:19	Planilha do Micro...	13.437 KB
#SenadoVergonhaDoBrasil 19-06-19 19-30	19/06/2019 20:45	Planilha do Micro...	16.809 KB

Durante o período citado, em quase todos os dias surgia uma nova *hashtag* pró-Bolsonaro. Pode-se interpretar o processo de criação e impulsionamento das *hashtags* como parte de um momento difícil para o governo Bolsonaro, quando tentava aprovar a Reforma da Previdência, além de ter que lidar com diferentes crises internas. Mesmo que Bolsonaro tivesse pouco apoio fora do ambiente digital, com o

impulsionamento das *hashtags* pelos robôs, construía-se um imaginário de que possuía um forte e atuante apoio na *internet*, o que traz legitimidade no processo de forjadura de sua imagem como Presidente e, assim, possibilitando o engajamento discursivo entre apoiadores e não-apoiadores.

Enfocamos aqui os robôs de Bolsonaro, mas não podemos esquecer de que há robôs automatizados para diferentes partidos, diferentes posições político-ideológicas, o que corrobora ainda mais a hipótese sobre a fragilidade das democracias. O que Bolsonaro faz, mesmo fora do período eleitoral, é instalar uma política de governo, através do funcionamento dos robôs, com o objetivo de desestabilizar a democracia. O modo de produção capitalista em sua versão neoliberal tem à sua disposição instituições que operam na instância superestrutural. O discurso reproduzido pelo Presidente, apoiado pela atuação dos robôs nas redes, conduz à instalação do neoliberalismo através de mecanismos que aparentam ser democráticos (pois se produz o efeito de que as redes são ocupadas por não-robôs), mas, na verdade, são mecanismos autoritários. Saber disso e, mesmo assim, fazê-lo conduzir à compreensão de que se trata do funcionamento cínico da ideologia a serviço da desestabilização da democracia e da consolidação da versão neoliberal do capitalismo.

O funcionamento cínico se instala, pois se sabe que as publicações são reproduzidas por perfis falsos, programados para, de forma automática e massiva, produzir o efeito de alinhamento político. Os robôs não agem sozinhos: possuem um comportamento coordenado inautêntico (GIGLIETTO; RIGHETTI; MARINO, 2019), objetivando a influência em grande quantidade. Essa é a função dos *bots* no *Twitter*. O excesso dos robôs nas redes sociais *online* torna a *internet* campo propício para o forjamento: as notícias *fake* são propagadas pela *internet* e publicações *fake* de sujeitos *fake* também são propagados pela *internet*. Isso parece constituir o atravessamento do funcionamento cínico da ideologia nas práticas (re)produzidas na nossa formação social atual, e o motor desse funcionamento cínico é o neoliberalismo: *eles sabem o que fazem e, mesmo assim, o fazem* (SLOTTERDIJK, 2012).

Referências

- BALDINI, Lauro. Cinismo, discurso e ideologia. *In: SEAD, 4., 2009, Porto Alegre. Anais [...]: Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/LauroJoseSiqueiraBaldini.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.*
- BESSI, Alessandro; FERRARA, Emilio. Social bots distort the 2016 U.S. Presidential election online discussion. *First Monday*, v. 21, n. 11, jun. 2017.
- BRAGA, Diego Vieira. *Excesso e produção de instabilidade: uma análise do discurso de organização dos Jogos Rio 2016*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – UCPel, Pelotas, 2017.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: UFSCar, 2009.
- ERNST, Aracy. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. *In: SEAD, 4., 2009, Porto Alegre. Anais [...]: Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.*
- GALLO, Solange. Discurso e novas tecnologias de informação. *In: NAVARRO, Pedro; BARONAS, Roberto Leiser (org.) Sujeito, texto e imagem em discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2018. p. 345-356.
- GIGLIETTO, Fabio; RIGHETTI, Nicola; MARINO, Giada. *Understanding coordinated and inauthentic link sharing behavior on facebook in the run-up to 2018 general election and 2019 European election in Italy*. LariCA, University of Urbino Carlo Bo, 2019.
- GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. *In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZOWSKI, Pablo; FOOT, Kirsten (org.). Media technologies: essays on communication, Materiality and society*. Cambridge: The MIT Press, 2014.
- INDURSKY, Freda. Discurso, mídia e formas de resistência. *In: FLORES, Giovanna Benedetto et al. (org.) Análise de discurso em rede: cultura e mídia – v. 4*. Campinas, SP: Pontes, 2019. p. 125-146.
- KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Tradução: Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. *A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

O'NEIL, Cathy. *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Crown Publishers, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Linguística e marxismo: Formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de; NOGUEIRA, Luciana (org.). *Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2019.

RUEDIGER, Marco Aurélio et al. *Robôs, redes sociais e política no Brasil [recurso eletrônico]: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018*. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, 2017.

SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

VINHAS, Luciana Iost. Processo de interpelação ideológica e cinismo na pesquisa em Análise do Discurso. *Letras Raras*, v. 8, n. 2, p. 29-40, 2019.

Anexos

Anexo 1 – Imagem do perfil do *Twitter* de @comerciodoport¹³

Anexo 2 – Imagem do perfil do *Twitter* de @Fernand55510509¹⁴



¹³ Disponível em: <https://twitter.com/comerciodoport> Acesso em: 4 maio 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://twitter.com/Fernand55510509> Acesso em: 4 maio 2020.

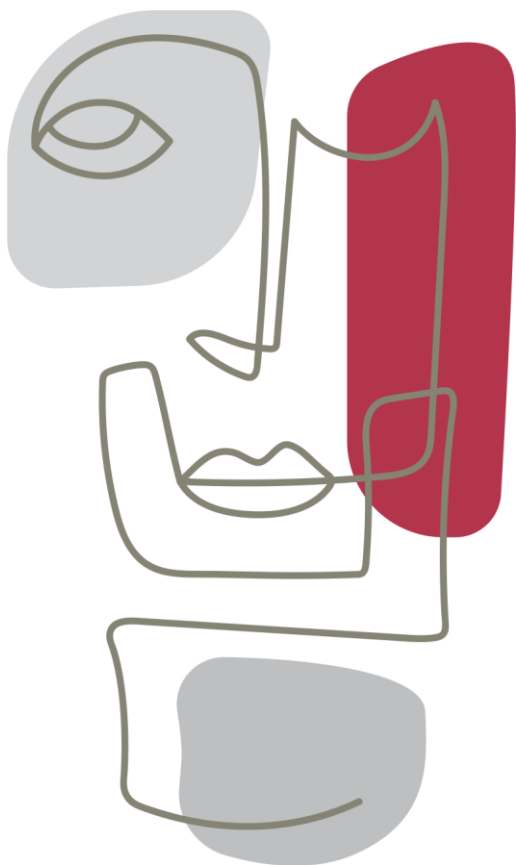
Anexo 3 – Imagem do perfil do *Twitter* de @comerciodoport¹⁵



Luciana lost Vinhas

Doutora em Letras pela UFRGS. Professora de Língua Portuguesa e Linguística da graduação e da Pós-Graduação em Letras da UFPel. Desenvolve pesquisas sobre corpo, prisão e o político/a política. Líder do grupo de pesquisa Ordinário do Sentido e Resistência (OuSaR). E-mail: lucianavinhas@gmail.com.

¹⁵ Disponível em: <https://twitter.com/comerciodoport>. Acesso em: 4 nov. 2019.



Dalexon Sérgio da Silva

**UNIVERSIDADE BRASILEIRA E BALBÚRDIA:
EFEITOS DE SENTIDO MOBILIZADOS NO
DISCURSO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO DO
BRASIL, ABRAHAM WEINTRAUB**

Para início de conversa

Este trabalho foi desenvolvido no laboratório do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL, da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, sob a supervisão da Prof^a Dr^a Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo, que se constitui como minha supervisora no pós-doutorado em Ciências da Linguagem, pela UNICAP, onde desenvolvo pesquisas voltadas para as práticas sociais, sob a perspectiva teórica e analítica da Análise do Discurso de linha francesa, tal qual delineada na França por Michel Pêcheux, reterritorializada no Brasil por Orlandi e continuada por nós, estudiosos.

Nessa conjuntura social, este trabalho inscreve-se, por meio da Análise do Discurso de linha francesa (AD), num fio discursivo político-ideológico de luta travada a partir da produção e circulação de sentido do termo *balbúrdia*, como resultado de pesquisa acadêmica, que mostra em seu desenvolvimento, que o que se faz na universidade, especialmente pelos cientistas da linguagem, tem compromisso com a sociedade, especialmente com o que se faz por meio de ampliação na área de Letras e Linguística, pois refletir sobre o sujeito acadêmico é compreender como as políticas educacionais de um país caminham. Assim, falar em *balbúrdia* é marcar lugares socialmente constituídos por meio de lutas de classe. É mostrar como, a partir de inscrições em determinadas formações discursivas, a Educação do Brasil marca sujeitos e sentidos num processo de ascensão ou de descensão.

Do exposto, no dia 30 de abril de 2019, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, justificou para a imprensa e nas mídias sociais a necessidade de se promover o corte de verbas do Ministério da Educação para as universidades que promovem “*balbúrdia*”. Ele citou como exemplos para a imprensa a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de Brasília (UnB).

Neste mesmo dia 30, o jornal *O Estado de São Paulo* trouxe a seguinte manchete de capa “MEC cortará verba de universidade por '*balbúrdia*' e já mira UnB, UFF e UFBA”. A matéria afirmou que, de acordo com Weintraub, universidades têm

permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse o ministro. Ainda segundo o jornal, ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus.”

Rapidamente, o depoimento do ministro provocou reações de várias esferas da sociedade. Ainda no dia 30, à noite, o site da *UOL* publicou a seguinte manchete: “Corte de 30% da verba valerá para todas as universidades federais, diz MEC”. A reportagem afirmou que, logo após a fala de Weintraub, o Ministério da Educação (MEC) informou, na noite do dia 30, que o corte de 30% dos repasses de recursos federais valerá para todas as universidades e institutos, e não só para UnB, UFF e UFBA.

O site *UOL* trouxe a informação dada pelo secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior. O anúncio aconteceu após declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que o MEC cortaria recursos de universidades que não apresentassem desempenho acadêmico esperado e estivessem promovendo “balbúrdia” em seus campi, na citada entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*.

Tais depoimentos provocaram uma avalanche de protestos no Brasil e no Exterior. No dia 10 de maio de 2019, o site da *UOL* apresentou a matéria: “Universitários reagem na internet contra cortes e acusação de ‘balbúrdia’”. A reportagem afirmou que estudantes de graduação, mestrandos e doutorandos foram às redes sociais para protestar contra os bloqueios impostos pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para a área da educação.

Já no dia 11 de maio de 2019, o *Jornal do Commercio* fez circular a seguinte manchete de capa: “Em PE, universitários protestam contra cortes de verbas nas federais”. O jornal mostrou os protestos ocorridos em todo o Estado de Pernambuco e a forma como os estudantes reivindicaram a defesa da qualidade do ensino público no Brasil.

Esse turbilhão de protestos fez deslocar e reverberar vários efeitos de sentido de 'balbúrdia'. Nessa diretriz, baseado na Análise do Discurso de linha pecheutiana, este artigo promove um gesto de leitura e de interpretação, por meio de uma análise discursiva do depoimento de dois internautas, um por meio da *hashtag* #MinhapesquisaMinhabalburdia e outro internauta através da *hashtag* #oquevinauniversidadepublica, perfazendo um total de dois depoimentos, que foram publicados no *Twitter*, no mês de maio de 2019, por professores e por alunos pesquisadores de universidades federais brasileiras, como forma de mobilização, protestos e resistência contra o discurso do ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub.

Nesse foco, este trabalho pretende responder às seguintes questões de pesquisa: · (i) Que efeitos de sentido são produzidos a partir do uso do termo "balbúrdia," enunciado pelos sujeitos analisados no *Twitter*? (ii) De que modo, as formações discursivas e imaginárias sobre 'balbúrdia' se mostram nesses enunciados no *Twitter*? (iii) Como a memória discursiva se apresenta nessas publicações?

Efeitos de sentido, formações discursivas, imaginárias e memória na Análise do Discurso de linha francesa

Pêcheux (1969), desde a gênese da Teoria do Discurso, entende que são as lutas de classes que movem a sociedade e os discursos. Embora existam outras áreas dos estudos da linguagem que foquem na compreensão dos diversos discursos circulantes na sociedade, é a partir de Pêcheux ([1969] 1993) que o discurso passa a ser concebido como efeitos de sentido entre locutores.

O conceito de *formação discursiva (FD)* foi criado por Foucault e deslocado com outros vieses por Pêcheux. Em suas concepções teóricas acerca da formação discursiva, Pêcheux busca centralizar suas pesquisas, focando o elemento ideológico, já que na compreensão dele a ideologia é materializada no discurso.

Assim, para Pêcheux, a FD está, pelo menos em seu início, intimamente relacionada à noção de formação ideológica, decorrente da leitura que ele fez da obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de Althusser, o que, por conseguinte, explica o seu estreito laço com o marxismo. Assim, Pêcheux (2014, p. 147) expõe seu conceito:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina “o que pode e o que deve ser dito”, articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.

Pêcheux (1993) amplia seus estudos e destaca que as formações discursivas sempre se correspondem com outras formações discursivas para a sua concepção. Isto é, baseiam-se em outras formações discursivas para elaborarem seu próprio discurso. Compreende-se, assim, que uma formação discursiva é constituída por paráfrases, já que é um espaço onde enunciados são retomados e reformulados.

Pêcheux (1997) compreende que a formação discursiva é o lugar de articulação entre língua e discurso. Assim, as palavras, expressões, proposições etc, possuem sentido a partir da formação discursiva na qual são produzidas e estão sempre relacionadas às formações ideológicas que as constituem. Nesse ponto, a ideologia é compreendida como as relações imaginárias do sujeito com as suas condições de existência.

Do exposto, como compreendem Orlandi (2005) e Brandão (2004), no mecanismo da antecipação, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário e, dessa maneira, o sujeito representa, em suas formações imaginárias, o *outro*, prevendo o efeito de suas palavras. O locutor regula seu discurso conforme os efeitos que espera reproduzir no interlocutor. Deste modo, na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito-falante.

Nessa perspectiva, a posição social ocupada pelo sujeito falante é inerente ao seu dizer. Nesse item, Pêcheux (1993) tece seus estudos observando que certos

dizeres dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia – variação de dominância das palavras.

Com relação ao imaginário, vale reproduzir o que escreve Orlandi (2005, p. 39):

Segundo o mecanismo da antecipação, todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor 'ouve' suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor.

Nessa perspectiva, o sujeito diz aquilo que espera que faça sentido para seu interlocutor. Nesse direcionamento, o sujeito, quando enuncia, mobiliza um funcionamento discursivo, que remete às formações imaginárias.

Assim, aquilo que o sujeito espera que faça sentido para o interlocutor é também uma interpretação de um discurso anterior que faz parte da formação imaginária do sujeito falante. O mecanismo imaginário acessa esse sentido já dado em discursos anteriores e produzido em condições em que fazia sentido. O mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

A partir dos mecanismos de funcionamento da linguagem, pode-se concluir que não são os lugares empíricos, ocupados pelos sujeitos, que determinam os dizeres, mas a representação que o sujeito faz de si, do outro, do outro em relação a si e também do referente. Logo, é a representação que o sujeito faz desse interlocutor que direciona a produção de seu discurso. Vale ressaltar que a relação de sentido postula que não há discurso original – todo discurso faz parte de um processo: é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos.

Outro elemento pertinente a este trabalho, que merece destaque, é o papel da memória, observada e compreendida à luz da perspectiva da AD. Assim, nesta tese, assume-se o conceito de memória discursiva defendido por Pêcheux (1999, p. 52), ao apontar que:

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Isso posto, para Pêcheux (1999, 1984) todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Nesse item, os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Assim, a memória é o saber discursivo, o já-dito, os sentidos a que já não se tem mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão nos sujeitos, sem pedir licença.

A memória, compreendida por Orlandi (2001) em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso e é esta concepção que nesta tese se adota. Isto é, a memória discursiva chamada também de interdiscurso.

Pêcheux (1999, 1984) também compreende a memória discursiva, nesse ponto, enfatizada como interdiscurso. De outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo "já dito", entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos.

Em razão disso, a memória e, conseqüentemente, o interdiscurso são responsáveis diretos pela constituição do sentido, como bem atenta Orlandi (2001, p. 33): "a constituição determina a formulação, levando-se em consideração que só se pode dizer (formular), colocando-se na perspectiva do dizível (memória, interdiscurso)".

Um gesto de leitura e interpretação sobre um corpus discursivo

Aqui, é preciso pontuar que os enunciados produzidos pelos sujeitos Yasmin Curzi e Carlos Gomes foram extraídos das hashtags #MinhaPesquisaMinhaBalburdia e #oquevinauniversidadepublica, publicizadas na rede social Twitter, acessados no dia 8 e 10 de maio de 2019. Conforme já dito, tais enunciados serão analisados à luz da teoria e método da Análise do Discurso de linha francesa.

Comentário (enunciado) 1 - Recorte 1 – Comentário de Yasmin Curzi na rede social Twitter em 10 de maio de 2019



Yasmin Curzi @yasmincurzi · 1 d

Já apresentei minha **balbúrdia** na Sorbonne, com financiamento e ajuda de custo deles. Uma sala cheinha de gente querendo ouvir sobre estratégias pra transformar o direito e a política em enfrentamento à violência de gênero (que não existe rs)
[#MinhaPesquisaMinhaBalburdia](#)



Fonte: <https://twitter.com/hashtag/minhapesquisaminhabalburdia>

De imediato, é possível perceber como o termo “balbúrdia,” empregado por esse sujeito internauta, inscreve-se em novos efeitos de sentido que se distanciam dos sentidos mobilizados pelo atual Ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub. Se para ele prevalecem os sentidos cristalizados dicionarizados de “balbúrdia” como confusão, baderna, bagunça, desordem ou trapalhada, na posição-sujeito internauta analisada por esse trabalho, há um deslizamento de sentidos desse termo que reverbera para os efeitos de sentido de produção científica, pesquisa interessante que atrai investimentos, transparência e contribuição social acadêmica, por exemplo.

Aqui, convém pontuar que, na ótica da Análise do Discurso de linha francesa, tal qual delineada por Pêcheux (1969) na França e sistematizada e difundida no Brasil

por Orlandi (2005) e demais estudos, o mobilizar da unidade do sujeito e dos sentidos passam a ser chamados de “efeitos de sentido”, porque essa unidade é imaginária. São efeitos justamente porque, ao se refutar as “transparências” (do sujeito, da linguagem, da história, da “realidade”), o que resta ao sujeito são efeitos (de objetividade, de transparência, de evidência, de comunicação bem sucedida...).

É interessante observar, como identificado à *Formação Discursiva Bolsonaroista*, que, como toda formação discursiva, conforme compreende Pêcheux (2014, p. 147), “a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito”, Abraham Weintraub, transpassado pelo inconsciente e interpelado pelas formações ideológicas nas quais se posiciona como *Ministro da Educação do Brasil*, recorta e incorpora o que lhe interessa desses diferentes sentidos e saberes do termo “balbúrdia”, ao se fazer enunciar que “há universidades brasileiras que fazem balbúrdia”, localizando-as no fio discursivo em seu enunciar à imprensa para fazer circular aos leitores sentidos cristalizados desse termo.

É desse modo que Abraham Weintraub, em sua posição-sujeito de Ministro da Educação do Brasil, fez proliferar ataques apócrifos, inicialmente estendidos à Universidade Federal Fluminense, à Universidade Federal da Bahia e à Universidade de Brasília e, depois, às demais universidades federais brasileiras. Ataques considerados, aqui, como apócrifos porque ao acusar as universidades de baixa produtividade científica, por exemplo, ele não apresentou à imprensa dados oficiais que comprovassem tal delação, dentre outras acusações que também funcionaram apenas no tocante às relações imaginárias do ministro com as condições reais da existência acadêmica que ele demonstrou pouco conhecer em seu enunciar.

Distanciando-se do lugar social de ministro bolsionarista, o comentário (enunciado) 1, recorte 1, inscreve-se numa memória para enunciar sentidos antagônicos aos que foram mobilizados por ele. Assim, por meio da historicidade, na exterioridade que é constitutiva de todo dizer, o referenciar que se faz ao termo “*Sorbonne*” faz ressoar ecos da memória discursiva, que mostram como ela funciona nessa posição-sujeito de internauta ao mobilizar o enunciado 1, pois a alusão ao

termo provoca um efeito de sentido de evidência de que, se a pesquisa foi aceita pela Universidade de *Sorbonne*, uma das instituições acadêmicas mais prestigiadas do mundo, é porque tal pesquisa merece um lugar de destaque, que se distancie do termo “balbúrdia”, empregado por Weintraub.

Nessa diretriz, é inscrito noutra formação discursiva e ideológica, que esse sujeito internauta mobiliza também os termos linguísticos “com financiamento e ajuda de custo deles” e “uma sala cheia de gente querendo ouvir”. É desse modo que as formações imaginárias desse sujeito internauta se mostram no enunciado 1, como ações que buscam aproximar a sociedade brasileira/internacional das produções científicas produzidas (em produção) pela comunidade acadêmica.

Desse modo é possível perceber que os sentidos que são naturalizados pelo ministro deslocam-se noutros sentidos, pois o sujeito não é o senhor/controlador do seu dizer nem dos sentidos, que sempre estão à deriva, conforme compreendem Pêcheux (1999) e Orlandi (2007). Logo, é desse modo, compreendido pela AD, que há algo que sempre escapa na cadeia significante.

Comentário (enunciado) 2 - Recorte 2 – Comentário de Carlos Gomes na rede social
Twitter em 8 de maio de 2019



Carlos Gomes @voumeja · 3d

A balbúrdia tá comendo solta aqui na

FALE-UFMG #oquevinauniversidadepublica



Fonte: <https://twitter.com/hashtag/oquevinauniversidadepublica?src=hash>

O comentário (enunciado) 2 também se mostra como produzido a partir de uma instância onde o termo linguístico “balbúrdia” foi enunciado, mas os ecos que ressoam de seu uso aqui não se harmonizam com os do enunciado produzido pelo Ministro da Educação do Brasil, Abraham Weintraub. Aqui, sob o efeito de sentido de ironia, provoca-se o que a AD convencionou chamar de “efeitos metafóricos”. De acordo com Pêcheux (1993, p. 96): “Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y”. Dito de outro modo, é a possibilidade do efeito metafórico, conforme afirma Pêcheux (1993) que permite que um efeito semântico possa ser substituído contextualmente por outro, sem que dele se desvincule totalmente. É, pois, esse efeito que traz a possibilidade de deslocamento dos sentidos, senão o que ocorreria seria apenas uma reprodução dos sentidos, nos quais a interpretação, os deslizes, os deslocamentos não teriam lugar, pois seriam meras repetições.

Assim, o sujeito internauta mobiliza, no comentário (enunciado) 2, uma substituição contextual do termo “balbúrdia” e se inscreve noutras condições de produção do discurso, na qual o enunciado: “a balbúrdia tá comendo solta aqui na FALE – MG” promove a proliferação do discurso da resistência acerca dos sentidos cristalizados proliferados pelo ministro, que associou o termo “balbúrdia” como elemento desqualificador das universidades públicas e institutos federais brasileiros, por conseguinte, já que não se observa nesse enunciado a presença de alunos promovendo bagunças na universidade.

Outro ponto a ser analisado aqui é que o internauta que produz o enunciado 2 publica uma imagem numa foto. Em princípio, é preciso ressaltar que essa imagem publicada pelo internauta no Twitter não deve ser entendida como uma simples foto recordativa de um estudante num ambiente acadêmico, mas, sim, como um texto que funciona como unidade de sentido em relação à situação, onde o que importa é o seu funcionamento.

Nesse perfil, baseado nos estudos de Pêcheux (1969, 1975) pode-se entender que esta imagem é uma materialidade discursiva que, ao mesmo tempo, (d)enuncia a

exterioridade constitutiva (não estamos fazendo baderna, estamos concentrados e estudando).

Dito de outro modo, a foto que mostra alunos sentados e enfileirados em posição de concentração aponta para a exterioridade, para o já-dito, conforme compreende Pêcheux (1969), ao dizer que alguma coisa fala antes noutro lugar independente e diferentemente.

Assim, a memória discursiva é acionada nessa relação constitutiva na historicidade, pois a foto significa ao (d)enunciar inscrevendo-se numa memória. Logo, pode-se dizer que essa memória se diz na foto, que funciona como unidade de sentido em relação à situação e marca posição ao (d)enunciar no Twitter a presença de pelo menos duas formações discursivas: a do ministro bolsonarista e a dos internautas acadêmicos.

É inscrito na *Formação Discursiva Acadêmica de Pesquisador* que o sujeito internauta produz novos efeitos de sentido ao (d)enunciar por meio dessa foto a presença do contraditório, fazendo referência às formações imaginárias presentes no discurso do Ministro da Educação do Governo Bolsonaro, pois essa foto, via exterioridade constitutiva, posiciona-se num discurso de engajamento político, numa luta de classes entre o dizer do ministro que se apaga (universidades públicas brasileiras promovem “balbúrdia”, baderna no campus) e o dizer que inscreve, promovendo novas discursivizações (estudantes concentrados estudam no campus).

Mas por que será que ministro e internautas (estudantes/professores) promovem efeitos de sentido tão díspares sobre um mesmo ambiente acadêmico, a universidade brasileira? Isso se dá porque não é o lugar empírico (universidade brasileira) que funciona aqui. Isto é, são as posições-sujeito que fazem acionar as formações imaginárias acerca do lugar social universidade pública brasileira, compreendida a partir de determinadas formações discursivas. Então, não é especificamente o lugar social que é afetado em seu funcionamento, mas o lugar social marcado pelo imaginário, pois é o imaginário desse lugar que deixa de funcionar, apontando para a incompletude.

De acordo com Orlandi (2005), observamos que os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que o sentido não está apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensão das relações de forças, pois os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. Não é à toa que Pêcheux (1969) afirma que não há palavras neutras, as palavras estão sempre carregadas de uma força, que é dada por esse imaginário na relação entre os lugares sociais.

Nesse ponto, pode-se dizer que o termo “balbúrdia” empregado pelo ministro não é neutro nessa conjuntura apresentada por ele, pois funciona como unidade de sentido em relação à situação. É nessa relação de forças que esse termo linguístico é visto, nesta análise, como materialidade discursiva, constitutiva na historicidade e marcada pela ideologia que o naturaliza, cristalizando o sentido de que “universidades brasileiras fazem balbúrdia” (no dizer do ministro) e de que “universidades brasileiras promovem pesquisas respeitadas internacionalmente”, no dizer dos internautas, aqui, analisados.

Para efeito de fechamento

O presente trabalho mostrou a análise feita a partir do discurso do ministro da Educação do Brasil visando compreender os efeitos de sentido produzidos a partir da enunciação da palavra balbúrdia em diferentes lugares. Por isso, mais que compreender o modo de funcionamento da linguagem, o que se pretendeu foi analisar a existência de uma unidade de sentido atravessada pela contradição, pela deriva e pelas reverberações de deslizamentos de sentido outros.

Dessa forma, baseado na Análise do Discurso de linha pecheutiana, este artigo promoveu um gesto de leitura e de interpretação, por meio de uma análise discursiva do depoimento de dois internautas, que foram publicados no *Twitter*, no mês de maio de 2019, como forma de mobilização, protestos e resistência contra o discurso do ministro Abraham Weintraub.

Conclui-se, portanto, que os efeitos de sentido do termo “*balbúrdia*” podem vir a tornarem-se outros a partir do lugar social que o sujeito ocupa e da ideologia que o transpassa, inscritos numa formação discursiva que determina o que pode e o que deve ser dito e, também, numa ou noutra formação ideológica os sujeitos mobilizam termos linguísticos a partir da produção de sentidos que podem ser naturalizados, deslocados e encontrados em diferentes enunciados remetendo a memórias e à exterioridade já que o sentido não está apenas nas palavras e no texto, mas na tensão de forças, na luta de classes sociais.

Para isso foi necessário mobilizar a noção de memória discursiva, de efeitos de sentido e de efeitos metafóricos. já que a repetição se dá através da substituição contextual, sem total desvinculação do termo, palavra ou expressão da qual se aproprie noutro enunciado. Visa-se assim contribuir para (re)pensar a possibilidade de deslocamentos de sentido para não cair no reducionismo de considerar apenas a reprodução dos sentidos, pois a interpretação e os deslizos ultrapassam o âmbito de mera repetição para se voltar para o âmbito de deslocamento dos sentidos (re)produzidos.

Referências

- BRANDÃO, Helena H. Negamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Rôle de La mémoire. In: MALDIDIÉ, D. (org.). *Histoire et Linguistique*. Paris: Editions de La Maison des Sciences de l'Homme, 1984.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

Sites consultados

MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia” e já mira UnB, UFF e UFBA. *O Estado de São Paulo*, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 1 maio 2019.

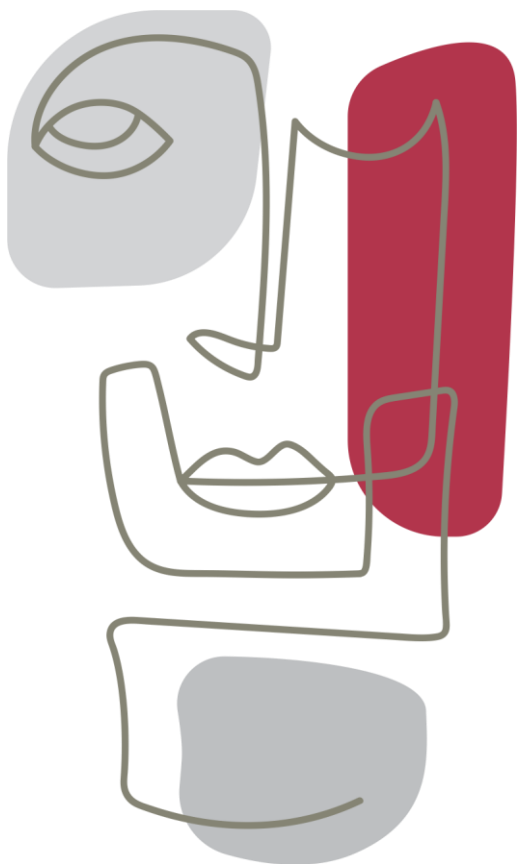
Corte de 30% da verba valerá para todas as universidades federais, diz MEC. *Uol*, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30-da-verba-para-todas-as-federais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 1 maio 2019.

Universitários reagem na internet contra cortes e acusação de “balbúrdia”. *Uol*, 10 maio 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/10/universitarios-reagem-na-internet-contra-cortes-e-acusacao-de-balburdia.htm>. Acesso em: 1 jun. 2020.

“Em PE, universitários protestam contra cortes de verbas nas federais. *JC Online*, 11 maio 2019, Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/educacao/noticia/2019/05/11/em-pe-universitarios-protestam-contra-cortes-de-verbas-nas-federais-378507.php>. Acesso em: 1 jun. 2019.

Dalexon Sérgio da Silva

Pós-doutorando e Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) em Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES), pela Universidade de Lisboa/Universidade Aberta de Lisboa - Portugal. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Portugal.
E-mail: dalexon@uol.com.br.



María Esperanza Izuel

**O DISCURSO ANTI-IMIGRAÇÃO NA MÍDIA
ARGENTINA: O CASO DOS BRASILEIROS QUE
ESTUDAM MEDICINA EM BUENOS AIRES**

Introdução

Nos últimos anos, a mídia argentina vem colocando em pauta o “fenômeno” dos brasileiros que vão para esse país para fazer curso de Medicina. Algumas manchetes destacam: “Brasileiros monopolizaram a universidade gratuita”; “Onda brasileira em Medicina”. A partir de nossa inscrição teórica na Análise do Discurso francesa, entendemos que esses discursos produzem efeitos de sentidos em função de condições de produção históricas e ideológicas, que vão muito além das condições específicas da enunciação. Neste trabalho propomos analisar as particularidades dessas condições de produção, procurando observar de que forma a discursivização sobre a imigração se articula com o discurso sobre os imigrantes brasileiros que estudam Medicina na Argentina, o que trará reflexões sobre a relação histórica entre ambos os países.

Cabe destacar que a Análise do Discurso propõe trabalhar com a historicidade, o que implica compreender que todo e qualquer discurso se insere em uma ampla rede de memória discursiva. Nesse sentido, é importante considerar que a Argentina possui uma longa história em matéria de imigração e, logicamente, desde sua fundação como Estado-nação a imagem do imigrante foi discursivizada de diferentes formas, especialmente se consideramos o contraste entre o momento da sua formação – quando se promoveu, a partir de certos discursos fundadores, a imigração europeia – e o período compreendido entre o final do século XIX e o começo do século XX, quando o país recebeu uma onda de imigração massiva que não correspondia com a projeção imaginada pelas elites locais sobre como seria essa imigração. Isso, somado à mudança da composição migratória produzida ao longo do século XX, que virou para uma imigração marcadamente sul-americana, foi produzindo certos deslocamentos nos discursos sobre os imigrantes. Assim, neste trabalho procuraremos observar como essa memória dos discursos sobre a imigração atualiza-se agora e funciona como condição de produção dos discursos sobre os brasileiros que estudam Medicina em Buenos Aires. Seleccionamos, para nossa análise, sequências discursivas recortadas de matérias publicadas em jornais

argentinos sobre o assunto, assim como dos comentários dos leitores dessas matérias.

Discursos sobre a imigração: a relevância dos discursos fundadores

Cabe ressaltar que, quando no começo do texto nos referimos às condições de produção dos discursos que serão analisados, estamos entendendo essa noção em sentido lato, nos termos que Orlandi (2007) propõe, isto é, levando em conta o contexto sócio-histórico e ideológico da produção dos discursos, o que implica considerar não apenas o que é dito, mas também os não-ditos e o que foi dito antes, em outros lugares, e foi esquecido pelo sujeito, criando a ilusão de que ele é a origem desse dizer. A dimensão ideológica é, nesse sentido, fundamental para compreender as filiações do sujeito a determinados sistemas de ideias que determinam sua representação de si e dos outros, mesmo que ele não seja consciente disso.

Assim, para analisar os discursos sobre a imigração brasileira na Argentina – e especificamente sobre o caso dos brasileiros que estudam Medicina nesse país – é fundamental considerar determinadas dimensões que compreendem não apenas o contexto atual da situação dos imigrantes no mundo, mas também aspectos históricos e sócio-políticos que envolvem, faz muitos anos, a questão do imigrante como um “problema” a ser resolvido. No caso do Brasil, podemos pensar, por exemplo, na imigração italiana, entre 1880 e 1930, que tão bem descreve Payer (2006). Já na Argentina, cabe lembrar a denominação “má imigração” que vigorou no mesmo período e com a que foram designados os estrangeiros considerados “indesejáveis”. Contra esses imigrantes se sancionou, em 1902, a “Lei de Residência” que autorizava o governo a expulsar os estrangeiros cuja conduta comprometesse a segurança nacional ou perturbasse a ordem pública.

Mas a história de imigração nos países colonizados, como é o caso do Brasil e da Argentina, não foi sempre uma história de rejeição. De fato, em 1853, ano em que se publicou a primeira Constituição Nacional da República Argentina, existia o interesse explícito de fomentar a imigração, especificamente, a imigração europeia:

Art. 25. El Gobierno federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias, e introducir y enseñar las ciencias y las artes (ARGENTINA, 1994).

Um dos ideólogos do referido documento foi Juan Bautista Alberdi, que um ano antes tinha publicado as *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* ([1852] 1915), onde se fundamenta a necessidade de estimular a imigração europeia através da proteção dos estrangeiros e a concessão dos mesmos direitos dos que gozavam os nacionais com o objetivo de povoar o território. Como afirma Rodrigues (2019), a forma em que esse território foi significado naquele momento da construção nacional constitui um elemento fundamental para compreender também a figura do imigrante. Sob o lema de Alberdi *“Gobernar es poblar”* (“Governar é povoar”), produziu-se uma significação do espaço como um imenso deserto que era necessário ocupar e tornar produtivo para o progresso da nação e criou-se uma projeção do imigrante como o europeu, letrado, culto, moderno que iria levar o país à modernização e ao mais alto da civilização. Celada (1993), ao analisar o discurso de Alberdi nas *Bases*, aponta que o deserto – enquanto substituição e condensação metafórica – apresenta-se nesse texto como evidência. Vemos assim que o momento de sentar as bases do que seria e como seria a nação argentina esteve pautado por uma explícita exaltação do europeu, representado de forma homogeneizada como o branco católico, fonte de origem dos “cidadãos de bem” que habitavam o solo argentino, de quem tinham herdado também a língua: o espanhol. O texto de Alberdi funciona assim como discurso fundador, definido por Orlandi (1993, p.7) como aqueles discursos que, em relação à história de um país “funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país”, através da reprodução de determinados sentidos apresentados como evidentes, repetidos historicamente e estabilizando-se na construção de uma memória nacional.

Ainda segundo a autora, o discurso fundador instala as condições necessárias para a formação de outros discursos que, ao mesmo tempo, apontam para ele definindo-o como fundador. Assim, é a historicidade o que define o discurso fundador

como tal, na medida em que “cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância [...] que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade” (ORLANDI 1993, p. 23-24).

As *Bases* de Alberdi têm, nesse sentido, uma função fundadora, na medida em que se trata de um texto que é apontado como fundador por outros discursos que falam sobre ele. Podemos mencionar, por exemplo, o caso do discurso de Raúl Alfonsín¹ analisado por Zoppi-Fontana (1993), cujos efeitos de sentido se sustentam, pelo funcionamento da memória discursiva, no discurso fundador da organização nacional promovido por Alberdi. Assim, nos termos de Celada (1993, p. 104), podemos pensar que sua eficácia fundadora “se vincula a uma relação determinada com a exterioridade (com o interdiscurso) e com o *Outro*”. O fato de Alberdi ser considerado um prócer, ter ruas e praças com seu nome, e ser estudado nas escolas argentinas, entre outras coisas, parece confirmar o caráter fundador de seu discurso. Inclusive recentemente foram publicadas na mídia algumas reflexões sobre a obra de Alberdi. No artigo “La necesidad de volver a las bases de Alberdi”², seu autor, Adrián Ravier, – que através do texto realiza uma férrea defesa do liberalismo econômico e do Estado mínimo –, o define como “um ator fundamental na conformação do estado argentino [...] que deixou as bases para que Argentina empreendesse um caminho de desenvolvimento contínuo durante várias décadas” (tradução nossa).

Embora o interesse das elites da época tenha sido povoar o país com imigrantes europeus dispostos a trabalhar, produzir e ensinar as artes e as ciências, baseando-se em uma projeção imaginária do europeu como uma pessoa mais culta e mais instruída do que os próprios habitantes da Argentina, a imigração que chegou de ultramar definitivamente não foi a que se esperava. Não chegaram os finos e poderosos europeus, os letrados cultos nem os sofisticados homens e mulheres da

¹ Presidente da Argentina entre 1983 e 1989.

² Disponível em: <https://www.cronista.com/columnistas/La-necesidad-de-volver-a-las-bases-de-Alberdi-20191001-0001.html>. Acesso em: 2 mar. 2020.

alta sociedade parisiense. Em contraposição ao imigrante que tinha sido projetado como aquele que viria povoar *la pampa*, o *desierto*, trazendo ideias inovadoras e modernizadoras, chegaram os pobres, os rejeitados da sociedade que, na Argentina, continuaram ocupando o lugar do outro, dos excluídos, e que foram representados como ameaça para a sociedade local, pois eles não foram povoar a *la pampa*, mas o espaço urbano da cidade de Buenos Aires. Esse confronto entre a projeção imaginária do imigrante sustentada pelos discursos fundadores e o desenvolvimento dos fatos históricos que levaram a gerar um determinado tipo de imigração diferente da imaginada, sem dúvida produziu deslocamentos de sentidos em torno da forma de significar a imigração e o imigrante, como tentaremos demonstrar nas análises.

A imigração sul-americana e as particularidades do caso brasileiro

Depois da grande onda imigratória já mencionada e especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, houve uma diminuição na quantidade de ingressos de imigrantes na Argentina. Isso não significa que durante o percurso do século XX a imigração tenha se detido. Produziu-se, isso sim, uma transformação em relação a sua origem. Enquanto as grandes ondas migratórias que tinham chegado ao país entre os séculos XIX e XX proviam do outro lado do oceano, no final do século XX predominou a imigração oriunda de outros países sul-americanos, especialmente do Paraguai e da Bolívia. Nesse contexto, cabe destacar que a imigração brasileira foi e continua sendo minoritária em comparação com outros países sul-americanos e, além disso, possui características específicas que a diferenciam. Uma das particularidades é que a migração brasileira não se produz predominantemente por motivos de trabalho, uma vez que há também motivações afetivas – é talvez por isso que não é possível detectar uma onda migratória brasileira clara – e, mais recentemente, motivações ligadas à possibilidade de acesso à universidade. Ainda com relação ao emprego, o mercado de trabalho ao que se incorporam os imigrantes brasileiros não é similar, na sua maioria, ao dos outros imigrantes sul-americanos que se concentram principalmente nos setores de comércio (18,8%), construção (18,7%),

serviço doméstico (16,6%) e indústria têxtil, confecções e calçado (6,9%) (ARGENTINA, 2018).

Por outro lado, o Brasil se caracteriza por ter sido historicamente um país de baixa taxa de emigração, se comparamos com outros países da América do Sul. Segundo Hasenbalg e Frigerio (1999), nas décadas posteriores ao final da Segunda Guerra Mundial, se dá no Brasil um fenômeno de aumento dos fluxos migratórios internos, talvez justificado pelo próprio tamanho e heterogeneidade do país, em detrimento da emigração. É apenas a partir da crise social e econômica dos anos 80 que o fluxo de emigração começou a aumentar em relação aos períodos anteriores, o que de alguma forma pode explicar também o incremento da imigração de brasileiros na Argentina naquela época. Nesse contexto, o Brasil começa também a exportar mão de obra para países como Estados Unidos, Canadá e Japão. Os autores apontam que, diferentemente dos brasileiros que migravam para Argentina, o fluxo para os países do Norte estava, em geral, conformado por pessoas de níveis sociais e educacionais mais altos que a média da população brasileira e que estavam dispostos a preencher posições no mercado de trabalho secundário, em empregos de baixa qualificação “que os próprios emigrantes nunca aceitariam no Brasil” (HASENBALG e FRIGERIO, 1999, p. 143). Já em Buenos Aires, segundo os autores, os brasileiros não se expõem à queda no seu *status* laboral e social e preenchem posições que estão de acordo com seu nível de instrução.

Independentemente da situação socioeconômica dos migrantes direcionados para um ou outro destino, esse panorama expõe o funcionamento dos imaginários que existem sobre os diversos países. Nesse sentido, parece que a migração para um país projetado imaginariamente como superior justifica-se pelo suposto pertencimento a uma sociedade valorizada como positiva, mesmo que o lugar que esse imigrante vá ocupar implique não apenas assumir piores condições de trabalho, mas também a inscrição no lugar de um outro inferiorizado. Já no caso da Argentina, ela parece ser projetada imaginariamente como um país que se encontra no mesmo patamar do Brasil e, portanto, a migração apenas se justifica, pelo menos do ponto de

vista laboral, sempre que as condições sociais e de trabalho sejam mantidas no mesmo nível ou em um nível superior às que tinham no país de origem.

Nesse fenômeno pode-se observar a materialização das representações imaginárias sobre o próprio espaço e sobre o espaço do outro, representações que são produto da história e das discursivizações que foram se construindo não apenas sobre cada um dos países, mas também sobre a relação entre eles. Nesse sentido, é inegável que no cenário internacional existem complexas relações de poder entre os países que foram organizando o mundo ao longo da história e polarizando-o em divisões, tais como: países colonizadores/países colonizados; primeiro mundo/terceiro mundo; países desenvolvidos/países em desenvolvimento/países subdesenvolvidos; países centrais/países periféricos; e assim por diante. Nessas dicotomias funcionam relações assimétricas nas quais os países que se encontram no polo superior exercem uma hegemonia econômica, política e simbólica sobre os países do polo inferior. É claro que estamos fazendo uma simplificação, porque entendemos que em todos os níveis também existem diversificações na distribuição do poder, mas o que nos interessa para os efeitos de nossa análise é mostrar que, em todas as polarizações mencionadas, Brasil e Argentina se encontram, por assim dizer, “no mesmo lado da barra”. Esse panorama, logicamente, é sustentado e reproduzido ideologicamente através da inscrição dos sujeitos em determinadas formações discursivas e ideológicas com as quais se identificam ou não, assumindo ou resistindo o lugar que lhe foi assignado nessa estrutura, através das diversas identificações imaginárias e simbólicas que vão conformando sua subjetividade.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar, nesse panorama, o contexto regional latino-americano e, particularmente, o processo de integração regional promovido a partir da criação do Mercosul e seus efeitos nos processos de identificação-subjetivação dos sujeitos que integram esse espaço. É interessante, nesse ponto, observar as reflexões de Zoppi Fontana e Celada:

Todo proceso de integración regional, aunque sea provocado por iniciativas políticas y responde principalmente a motivaciones económicas, incide fuertemente en la configuración de nuevas relaciones de sociabilidad. Estas

relaciones afectan los procesos de identificación-subjetivación a partir de los cuales se constituyen los sujetos en su identidad lingüística y cultural dentro del espacio en juego, en el que los Estados nacionales que lo integran pasan a establecer relaciones particulares. La relación más intensa de contacto e intercambio, resignificada imaginariamente como oferta de nuevas posibilidades de desarrollo profesional, económico y/o social promueve una serie de movimientos de aproximación que trabaja los procesos identitarios a partir de la proyección de imágenes de sí y del otro, interpretadas en su mutua relación especular (ZOPPI FONTANA; CELADA, 2009, p. 161).

Sem dúvida, a incidência do cenário descrito pelas autoras é particularmente relevante nos processos migratórios. Por um lado, a integração regional pode aproximar os países, fazendo com que a Argentina como país de destino seja percebido como um espaço mais familiar, mais parecido, e que se encontra em um patamar relativamente similar do ponto de vista da hierarquia internacional. Mas, por outro lado, sabemos que nem tudo é tão linear e que o vínculo construído historicamente entre Brasil e Argentina está atravessado por uma história de encontros e desencontros que por momentos contribuíram para criar um imaginário de irmandade, mas não qualquer irmandade, pois trata-se de irmãos que brigam – especialmente no futebol –, que se burlam um do outro, que se admiram e se criticam, que dividem fronteiras, que se visitam, que competem entre si, enfim, como diz Zoppi Fontana (2016, p. 134), uma relação de “rivalidade especular”. Sem dúvida essa relação imaginária de rivalidade e fraternidade, de estranha familiaridade, projeta-se nos discursos, reproduzindo-a ou a ela resistindo.

Análises

A primeira sequência discursiva selecionada para este trabalho foi extraída de uma matéria publicada no jornal *Clarín*, um dos mais importantes da Argentina em termos de difusão, circulação e relevância política. Inscreve-se, portanto, dentro do discurso jornalístico, que se caracteriza por ter um papel destacado nos processos de reprodução/transformação de sentidos na medida em que os sentidos que

(re)produzem estão ligados aos regimes de verdade hegemônicos e categorias de compreensão da “realidade”, cujos efeitos de sentido se apresentam para os sujeitos como naturais e sempre já-lá. Dessa forma, alguns sentidos são cristalizados – contribuindo na criação de uma determinada memória discursiva –, enquanto outros são esquecidos ou apagados. Segundo Pêcheux ([1975] 1995), o mecanismo mediante o qual os sentidos são fixados é ideológico, dado que são as formações ideológicas as que fornecem a cada indivíduo, interpelado em sujeito, sua “realidade”, através da identificação que ele estabelece com determinados sistemas de evidências. Esse processo implica o apagamento do carácter histórico dos sentidos, o que faz com que, para o sujeito, eles se apresentem como naturais, evidentes, completos. Assim, a mídia em geral e o jornalismo, em particular, contribuem para criar sistemas de evidências que são funcionais à reprodução das estruturas sociais de poder. Nesse sentido, afirmamos com Mariani (1998, p. 44) que a mídia funciona como “um elemento fundamental na representação e reprodução dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas” (MARIANI, 1998, p. 44).

Na seguinte sequência, colocamos a manchete da matéria publicada no *Clarín*:

SD1: Enxurrada de estudantes estrangeiros

Em La Plata³ se fala português: brasileiros querem ser médicos e monopolizaram a universidade gratuita [Clarín, 13/02/2019, tradução nossa⁴].

Cabe chamar a atenção sobre o fato de que, embora no conteúdo da matéria se recolham dados sobre a presença de estrangeiros de outras nacionalidades na universidade, o foco está posto no caso dos brasileiros, cuja proporção é maior nesse contexto. Além disso, no texto se incluem dados das universidades particulares, mas a manchete destaca que os brasileiros “monopolizam a universidade gratuita” – ou

³ La Plata é uma cidade argentina, capital da província de Buenos Aires, cuja universidade (Universidad Nacional de La Plata) é uma das universidades mais bem avaliadas da Argentina e da América Latina.

⁴ Título original: Aluvión de estudiantes extranjeros. En La Plata se habla portugués: brasileños quieren ser médicos y coparon la universidad gratuita. Disponível em: https://www.clarin.com/sociedad/plata-habla-portugues-brasilenos-quieren-medicos-coparon-universidad-gratuita_0_4wk2_hV3e.html. Acesso em: abr. 2021.

seja, pública –. A eleição do adjetivo “gratuita” não é ingênua. A ideologia se manifesta na linguagem e, portanto, as escolhas lexicais não podem ser consideradas aleatórias, pois estão atravessadas pela ideologia e envolvem uma tentativa de legitimação de determinados interesses.

Além disso, a ideia de “enxurrada” e de “monopolização” atribui ao fenômeno a ideia de “invasão”, remetendo à memória das ondas migratórias do começo de século XX na Argentina, quando muitos intelectuais se viram preocupados pela ameaça que os imigrantes significavam para a tradição e a dita “identidade nacional” que estavam empenhados em edificar.

Cabe assinalar também que, na reportagem, a “enxurrada” é justificada através de estratégias que procuram demonstrar, através de números, porcentagens e infográficos, que esse “aluvión” é real e comprovável estatisticamente e que o que se vê afetado não é apenas a universidade gratuita, mas também a cidade toda que, de alguma forma, vê-se transformada, no sentido negativo, pela perda da sua língua (“Em La Plata se fala português”). Considerando as condições de produção da notícia, podemos afirmar que nesse enunciado se atualiza, mais uma vez, a memória daquelas grandes ondas migratórias que ameaçavam a “identidade nacional” e diante das quais era necessário combater o “perigo” da hibridação e da “contaminação” da língua pelo excesso de expressões idiomáticas surgidas pelo contato com as línguas de imigração.

A matéria analisada tematiza também a questão das condições financeiras e da conveniência dos estudantes brasileiros de estudar na Argentina, o que faz com que o foco da questão se coloque na racionalidade econômica e, em consequência, na gratuidade. Ou seja, o efeito de sentido para onde desliza a matéria em função da forma como ela está constituída é o de que a gratuidade universitária é o motivo da enxurrada de estrangeiros. Embora isso não seja explicitado (ou não-dito), o que aparece sugerido é retomado nos gestos de interpretação dos leitores, exacerbando a relação entre o discurso anti-imigração e o discurso privatizador. Vejamos algumas seqüências extraídas dos comentários da matéria:

SD2: Eu estou de saco cheio. Na UBA⁵, na faculdade de Ciências Sociais até um comitê colombiano e venezuelano vi outro dia. Uma vergonha.

SD3: Vamos ver se algum deputado tem culhões para promover uma lei tarifária para estrangeiros que ocupem nossos hospitais e universidades.

SD4: Para que não pensem que tem discriminação, também deveriam seguir o mesmo método para os nativos.

SD5: Atenção médica gratuita, estudos gratuitos, assistência social, usurpação de terrenos, tráfico de drogas, assaltos e até crimes, os “pátria grande” tem encontrado seu “lugar no mundo”, Argentina, onde tudo é possível.

SD6: Tão burros somos, pelo amor de deus, lá fora ninguém nos dá nada, estou de saco cheio de ver meus impostos que vão para bolivianos, venezuelanos, paraguaios, senegaleses, peruanos, colombianos e a lista segue.

Cada uma dessas SD renderia uma análise aprofundada, o que excede os limites deste trabalho. Porém, serve como amostra do teor dos comentários dos leitores e permite nos aproximarmos de algumas conclusões provisórias. A princípio, cabe chamar a atenção sobre dois aspectos específicos: por um lado, a questão da gratuidade e, por outro, a questão da nacionalidade dos imigrantes.

Sobre o primeiro ponto podemos destacar que aquilo que é sugerido e não-dito explicitamente na matéria produz determinadas relações de sentidos que são retomadas nos comentários. Há, dessa forma, uma identificação entre o discurso do jornal e o discurso dos leitores. O discurso jornalístico contribui, assim, para reproduzir um estereótipo do imigrante, como aquele que vem usufruir “de graça” do trabalho, da saúde, da educação, do espaço que não é dele. Isso se vê claramente na SD5 onde, além disso, associa-se o estrangeiro com vários tipos de delito. Esse estereótipo, sustentado na memória discursiva, remete a expressões com sentidos cristalizados que, como aponta Leandro-Ferreira (2003, p. 73), “expressam o efeito do já-dito, que resulta de automatismos de memória dos quais os sujeitos estão impregnados”. Isso porque, como comentamos anteriormente, no funcionamento do discurso jornalístico, a mídia opera como agente de (re)produção de uma memória

⁵ Refere-se à Universidade de Buenos Aires, também pública e gratuita.

discursiva que produz filiações entre língua e sentidos, gerando ora sedimentações, ora deslocamentos.

Por outro lado, o discurso sustentado na matéria (e especialmente no título) abre espaço, nos comentários, para a formulação de enunciados que defendem o estabelecimento de mensalidades na universidade (SD3, SD4), tanto para os estrangeiros quanto para os nativos, produzindo assim uma identificação clara com o discurso privatizador e reatualizando uma discussão histórica sobre o papel do Estado.

No que diz respeito ao segundo ponto, embora a matéria coloque a ênfase no caso dos brasileiros que vão para Argentina para estudar Medicina, observa-se que, nos comentários dos leitores, o discurso anti-imigração não está orientado especificamente aos brasileiros e sim a imigrantes de outras nacionalidades: venezuelanos, colombianos, bolivianos, senegaleses, paraguaios, peruanos (SD2, SD6). Assim, o discurso sobre os brasileiros se entrelaça com discursos outros que se inscrevem em formações discursivas que sustentam discursos de anti-imigração onde, historicamente, os brasileiros não formavam parte dos grupos sociais rejeitados ou, ao menos, questionados. Esse deslocamento poderia se explicar pelo particular vínculo construído historicamente entre Brasil e Argentina que, como foi explicado, está atravessado, ao mesmo tempo, por um imaginário de irmandade e de rivalidade especular (ZOPPI-FONTANA, 2016) que parece produzir um efeito de relativa igualdade em uma suposta hierarquia de países latino-americanos.

Considerações finais

Com base no analisado nas sequências discursivas podemos concluir, por enquanto, que, pela própria especificidade da relação imaginária entre Brasil e Argentina, e pelas particularidades da imigração brasileira em Buenos Aires, o discurso sobre os brasileiros sustentado na matéria é deslocado para um discurso contra a imigração em geral – que, como afirma Payer (2016), estrutura-se com base

na polarização imaginária entre identidade e alteridade – e que se articula com o discurso privatizador promovido pelo jornal.

Além disso, os discursos anti-imigração se inscrevem num contexto mundial em que se observa um recrudescimento de políticas contra os imigrantes que chegam ao extremo da desumanização do outro. Basta observar fatos relativamente recentes como as ondas migratórias na Europa, nas quais refugiados asiáticos e africanos atravessam o mar para fugir da fome e da guerra e cuja problemática ficou midiaticamente exposta a partir da difusão mundial da imagem de uma criança morta, de nacionalidade síria, numa praia turca; ou a cruel separação de mais de 2600 crianças de seus pais nas fronteiras dos Estados Unidos, em um claro gesto de tolerância zero à imigração por parte do governo de Donald Trump, entre tantos outros casos.

Essa dimensão da imigração, impactante e mobilizadora pelo ódio que mostra nas suas expressões mais extremas de racismo, xenofobia, rejeição ao outro, ao que vem de fora, sem dúvida mereceria uma análise mais aprofundada. No entanto, o que nos interessa apontar é que tudo isso conforma também a memória do que é ser imigrante e do que é a imigração, e atravessa os discursos que são produzidos na mídia sobre ela. Essa memória, que opera como condição de produção dos discursos, é constitutiva do sentido.

No caso que estamos analisando, entendemos que o discurso na mídia hegemônica, que coloca o fenômeno dos imigrantes brasileiros que estudam Medicina em Buenos Aires em termos de “onda”, “enxurrada”, etc., se inscreve nesse discurso anti-imigração articulando-se com o discurso neoliberal. Nos comentários dos leitores, por sua vez, observamos também uma identificação com esse discurso assim como um deslocamento no que diz respeito às nacionalidades apontadas como aquelas que “usufruem” não apenas do sistema educativo, mas também dos outros serviços brindados pelo Estado, mesmo que esse não seja o objeto da matéria. Com isso, entendemos que se atualiza aquela velha dicotomia entre a imigração desejada – sustentada pelos discursos fundadores da nação – e a imigração efetivamente concretizada.

Finalmente, acreditamos que o silêncio nos comentários em relação ao foco da matéria, isto é, os brasileiros em Buenos Aires, e os claros deslocamentos para outras nacionalidades representadas imaginariamente como inferiores, responde ao funcionamento de determinadas projeções imaginárias em relação ao Brasil – associado, para os argentinos, à praia, às férias, ao futebol, à sensualidade, etc. – e a uma relação imaginária não isenta de tensões entre irmandade e rivalidade, mas que acaba interditando a projeção de um outro inferiorizado.

Referências

ALBERDI, Juan Bautista. In: CRUZ, Francisco (org.). *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, [1852] 1915. Disponível em: <https://archive.org/details/basesypuntosdepa00albe>. Acesso em: 14 fev. 2020.

ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 1994. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>. Acesso em: fev. 2020.

ARGENTINA. Ministerio de Producción y Trabajo. Dirección General de Estudios Macroeconómicos y Estadísticas Laborales. *Hermanos latinoamericanos: su inserción laboral en los aglomerados con mayor presencia migratoria*. Buenos Aires, 2018.

CELADA, María Teresa. A fundação de um destino para a pátria argentina. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 89-112.

HASENBALG, Carlos; FRIGERIO, Alejandro. *Imigrantes brasileiros na Argentina: um perfil sócio-demográfico*. Série Estudos 101. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. A antiética da vantagem do jeitinho na terra em que deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 69-79.

MARIANI, Bethania Sampaio Correia. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PAYER, Maria Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

PAYER, Maria Onice. A condição humana de imigrantes à deriva: corpos, línguas e diluição do sujeito. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. (org.) *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes, 2016. p. 343-358.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 1995.

RODRIGUES, Andréa Alves. *O imigrante italiano no sainete argentino da primeira metade do século XX: memória es estereótipo em um recorte da obra de Alberto Novión*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

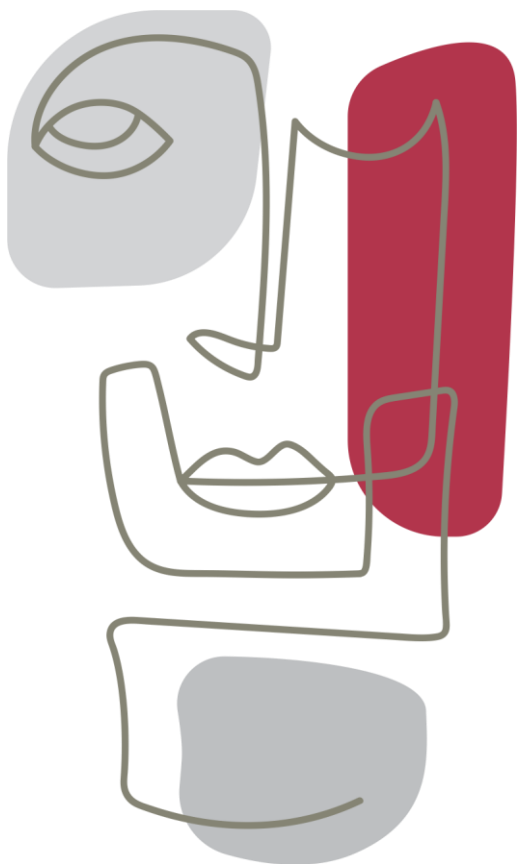
ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 127-149.

ZOPI-FONTANA, Mónica Graciela. Entre lenguas y discursos: “sí, pero no mucho”.: *Tópicos del Seminario: argumentación y polifonía enunciativa*, Puebla, v. 1, n. 35, p. 133-172, ene./jun. 2016.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela; CELADA, María Teresa. Sujetos desplazados, lenguas en movimiento: identificación y resistencia en procesos de integración regional. *Signo & seña*, Buenos Aires, n. 20, p. 161-181, 2009.

María Esperanza Izuel

Mestre em Letras e Doutoranda em Letras (UFPE).



Ulisses da Silva Gomes

**“Investigação contra N”: PRIMEIRAS LINHAS
SOBRE A SIGNIFICAÇÃO DE JUSTIÇA NA
NARRATIVA JUDICIAL**

O presente texto procura externalizar questões outras decorrentes da problematização do judiciário como poder constituído, empreendimento que assumi na dissertação de Mestrado, e com a publicação de *...remediado está: implicações do proceso de significação de greve na relação entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário a partir da Constituição de 1988* (GOMES, 2017).

O trabalho que ora pretendo desenvolver parte do estranhamento frente à ampliação do papel do judiciário na cena política nacional e da sua constante relação com a mídia e, assim, considerando que o próprio lugar do judiciário atualmente está atravessado por outros lugares, outras disciplinas e sentidos, entendo ser necessário que a crítica àquele poder saia do lugar-comum de uma mera descrição de caráter circular e asfixiante que só faz legitimar as instituições e seus procedimentos. Necessário também pensar o lugar da mídia nessa relação, mais especificamente como, ao *falar sobre* os procedimentos judiciais, a mídia estabelece um lugar onde se inscrevem relações de sentidos (intradiscurso, interdiscurso), relações de poder e um modo de construção de um imaginário de Judiciário (ORLANDI, [2002] 2013). Diante disso, a presente proposta segue a via da linguagem e fundamenta-se teoricamente na Análise do Discurso que, inaugurada na França por Michel Pêcheux ([1969] 2010), tem ainda hoje grande produtividade no Brasil, incentivada por Eni Orlandi a partir dos anos 1970.

Essa linha teórica elege o discurso como objeto de estudo, ao entender que a linguística formalista, ao investigar a língua, não dá conta de tratar da semântica. A estrutura da língua é o lugar onde se materializam os processos de constituição de sentidos. A Análise de Discurso propõe um deslocamento em relação à definição saussuriana de língua, já que a considera em seu funcionamento, não em seu sistema formal, e é nesse caminho que pretendo seguir, elegendo a Análise do Discurso para pensar o processo de construção do sentido de judiciário na atualidade, considerando seus elementos estruturais e externos.

Petri e Cervo (2016, p. 267) destacam a passagem em que Pêcheux traz o pensar a língua como sistema como a contribuição saussuriana à introdução de um

deslocamento conceitual: “Para Pêcheux, ao separar metodologicamente língua e fala, Saussure demonstra que a heterogeneidade é constitutiva do objeto de estudo da Linguística, tornando, assim, visível a contradição que lhe é inerente”. Pêcheux ([1969] 2010), então, defende a necessidade de um deslocamento de terreno e da intervenção de conceitos exteriores à linguística, momento em que apresenta as noções de *mecanismo discursivo*, *processo de produção* e *condições de produção*.

Desse modo, além do aspecto estrutural, resultante da combinação de elementos de variação específica e de elementos invariantes da língua, a análise do discurso supõe o reconhecimento de condições extralinguísticas, o contexto de produção do discurso, de forma a pensar o processo discursivo em sua generalidade considerando a língua em sua estrutura ao lado das suas condições de produção. O fenômeno linguístico é tido como funcionamento não integralmente linguístico, mas em relação aos lugares dos seus protagonistas e do objeto do discurso (PÊCHEUX, [1969] 2010).

Essa forma de pensar o processo de constituição dos sentidos não se faz importante aqui somente na análise do processo de significação de judiciário na atualidade, atua desde a minha filiação à Análise do Discurso, passando pelo modo como fui afetado pelo próprio processo de formação da disciplina e pelo qual defendo insistir nela.

Não é possível entender a Análise do Discurso sem pensar que sua formação como disciplina de entremeio foi afetada pelas suas próprias condições de produção, devendo ser levadas em conta, portanto, sua estrutura e sua exterioridade, seu modo próprio de fazer ciência e todas as questões sobre a prática científica levantadas em fins de 1960, os posicionamentos político-ideológicos de seus pensadores e os acontecimentos políticos daquele período em todo o mundo ocidental.

Diante disso, considero ser necessária a análise daquelas circunstâncias exteriores à língua para defender a insistência na Análise do Discurso, da mesma maneira que se torna imprescindível considerar as circunstâncias ditas exteriores ao direito para ser possível pensar o processo de significação de judiciário na atualidade.

Partindo, portanto, dessas linhas norteadoras da Análise do Discurso, proponho o estudo de judiciário, significado como instituição, procurando pensar a construção de um imaginário sobre aquele que é um dos poderes da República, a partir da imagem compartilhada (ou não) pelos jurisdicionados, intrinsecamente relacionada às atuais condições de produção que acima mencionamos. E, como dissemos, defendemos uma possibilidade de estudo dessa construção de sentido por via da linguagem.

Assim, considerando que a decisão judicial, na maioria das vezes, é restrita às partes envolvidas nas demandas, pensamos que um dos papéis da mídia é intermediar a relação entre o Judiciário e o cidadão, e uma das maneiras pelas quais busca atingir tal objetivo é apresentando o "caso" como uma narrativa para seu público. Gillet (s. d. *apud* LANZA, 2008) afirma que o jornalismo tem experimentado uma "folhetinização da Informação", ou seja, percebe-se uma apropriação, pela linguagem jornalística, do gênero literário folhetim – muito difundido no século XIX. A autora fala em uma "dramatização" das narrativas jornalísticas, com a inclusão de características de melodrama, com a finalidade de oferecer conteúdo a ser consumido por maior número de leitores:

Os jornais vivem, queiramos ou não, das fatalidades, dos escândalos, dos dramas da vida. Se o folhetim foi a "fórmula consagrada" que vendeu muitos jornais, tornou-o um veículo de massa, os dramas da vida real também fazem muitos consumidores, alavancam as vendas e aguçam o imaginário coletivo (GILLET, s. d. *apud* LANZA, 2008, p. 114).

Em outra visada, propomos que a apropriação do gênero folhetim pelo jornal com a finalidade de atingir maior número de consumidores é um elemento a ser considerado no processo de construção de um imaginário de judiciário. Se, no século XIX, a divulgação de tramas ficcionais em periódicos contribuiu para a popularização da sua forma (narrativa), seu objeto (romance ficcional) e do seu meio (jornais), fomentando a produção de romances e, em momento posterior, propagando sua fórmula às novelas de rádio e televisão (representação), a recente massificação da mídia e a folhetinização da informação contribuem para a divulgação de casos em

investigação ou julgamento (sobretudo criminais), em uma versão legível ou palatável ao público. Assim como nas tramas ficcionais, a folhetinização do fazer do judiciário fomenta a representação fílmica e novelesca da instituição, o que tem contribuído para esfumegar a fronteira entre uma “verdade” – aparentemente buscada pelo processo judicial – e o ficcional. Além disso, a constância daquelas narrativas na mídia e os sentidos nelas presentes popularizam certas expressões que dão pistas de uma ressignificação. É dessa reprodução de sentidos que trataremos brevemente neste escrito, trazendo aqui duas manchetes para análise:

Figura 1– Capa do jornal O Dia (3 ago. 2017)



Figura 2– Capa do jornal O Estado de São Paulo (4 maio 2016)



A primeira imagem foi retirada do jornal impresso carioca *O Dia*, de 3 de agosto de 2017, que traz a manchete "263 Deputados barram a investigação contra Temer". A segunda, extraída do jornal impresso *O Estado de S. Paulo* (versão nacional), do dia 4 de maio de 2016 com a seguinte manchete: "Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação contra Dilma".

Recortamos das manchetes a sequência discursiva "investigação contra N", onde "N" representa um nome qualquer. Para a análise de tal sequência, é imprescindível ultrapassar a linha da estrutura, a fim de que seja possível interpretar o processo de significação de "investigação contra" no momento em que uma presidenta democraticamente eleita é destituída do cargo.

Importante destacar que a destituição da presidenta Dilma pôs fim a um período de treze anos de condução do Executivo Federal pelo Partido dos Trabalhadores, período em que se governou sob os "slogans": "Brasil, um país de todos" (2003-2006 e 2007-2011), "País rico é país sem pobreza" (2011-2014) e "Pátria Educadora" (2015-2016). Após o afastamento, estabeleceu-se o governo de Michel Temer sob o slogan "Brasil, *Ordem* e Progresso" (grifo nosso).

Os *slogans* de governo podem dar pistas das condições de produção em que os enunciados foram produzidos, bem como permitir a análise dos efeitos de sentidos sobre o agir do Estado naquelas condições, já que aqueles enunciados são classificados por Orlandi (2012, 2012a), na linha de pensamento de Pêcheux ([1979] 2011), como propaganda política, "língua de Estado", "o modo pelo qual o Estado dá sentido a si mesmo num gesto político" (ORLANDI, 2012a, p. 107). Trata-se de um lugar onde os "gestos e declarações substituem as práticas" (PÊCHEUX, [1979] 2011, p. 91) implementando a "política do performativo", ou onde a língua de Estado funciona pela língua de vento.

Se o enunciado base de qualquer propaganda é "é de x que você precisa" (ORLANDI, 2012a, p. 131), na propaganda política, o "você" remete a uma ilusão de individualidade, fazendo flutuar entre o *cada um* e o *ninguém* a indicação daquele autorizado a produzir o enunciado performativo. Ademais, o *slogan* do governo Temer

reafirma o compromisso positivista assumido no século XIX, reproduzindo a inscrição da bandeira nacional e remetendo ao imaginário da posição-sujeito Presidente, *aquele que “pode interpretar a ordem social para levá-la ao progresso”* (ORLANDI, [2002] 2013, p. 333).

Lê-se, assim, o *slogan* como “É de ordem/progresso que você [o Brasil/o brasileiro] precisa”, criando-se uma generalidade com “Brasil/brasileiro”, resgatando a interpretação de que *ordem* pressupõe o imaginário de *nação*, um “sentido religioso de unidade fraterna” (ORLANDI, [2002] 2013, p. 333), e remetendo a uma *desordem*, *estagnação* e *crise* anteriores à enunciação, localizados no período do governo do Partido dos Trabalhadores, portanto. De fato, Pêcheux ([1979] 2011, p. 89), ao tratar de *Maió de 68* na França, e citando Débray, esclarece que é necessário pensar sobre os aspectos políticos e econômicos do processo de significação de *desordem*, considerando que “a nova ordem do capitalismo liberal tinha *positivamente* necessidade de um certo tipo de desordem para abrir sua via”.

É nessas condições de produção que analisamos o enunciado “investigação contra”, tomando inicialmente *investigação* em sua estrutura gramatical e como ato de Estado, subsumido no procedimento do *inquérito*.

Com foco na estrutura do substantivo *investigação*, Luft (1992) registra que a sua regência é feita com as preposições *de*, *sobre* e sinônimos (“investigação *de*”, “investigação *acerca de*”, “investigação *em*”).

Já como ato do Estado, a investigação é levada a cabo pelo instrumento do inquérito, que tem como uma de suas principais características o caráter inquisitorial – esta, herdada do período autoritário do chamado *Estado Novo*, em que a lei processual penal, ainda em vigor, foi editada –, ou seja, trata-se de uma oportunidade de “captura cautelar da informação” (MELO, 2018, s. p.), – não havendo, em princípio, que se falar em contraditório, portanto – sendo um meio de arrecadação de provas a fim de dar subsídios para uma possível persecução que, neste momento, ainda não se encontra instaurada. Em linhas gerais, então, trata-se de um procedimento preliminar,

levado a cabo pela autoridade competente, a fim de angariar provas suficientes a embasar um futuro procedimento criminal.

Vemos, portanto, que a construção em análise, "investigação contra N", apesar de não registrada pela norma culta, faz sentido nas condições de produção estabelecidas no Brasil nas primeiras décadas do século XXI, acima expostas, e traz um novo sentido para a investigação: se "a investigação de N" remete a um procedimento administrativo, informativo e preparatório da ação penal, no qual ainda não há *condenado* ou *julgado*, somente um *investigado*, "a investigação contra N" remete a outro sentido de investigação, afastando-se de um caráter preliminar e, ao lado do processo judicial (e antes dele), passa a também categorizar os indivíduos (GOMES, 2017) com atributos negativos. No discurso midiático, portanto, ainda na fase instrutória, o *investigado* passa a compartilhar os atributos de *condenado*, da mesma forma que, ainda antes da sentença, o *réu* de um processo criminal já é significado com os atributos de criminoso. A questão aqui é que, como já mencionado, em princípio, a fase de inquérito, diferente da fase processual, não prevê o contraditório e a ampla defesa, restringindo as possibilidades de o investigado, "contra quem" se instaura o inquérito, se defender das acusações.

Esse processo de significação de *investigação* tem efeitos no agir do Estado, apresentando-se a necessidade de reafirmar os mecanismos de defesa do acusado e de preservação de suas garantias constitucionais. Assim, em 2015 foi publicada a Tese de Repercussão Geral relacionada ao Tema 184 (poder de investigação do Ministério Público), repetindo a ideia de que, em um Estado Democrático de Direito, o *parquet* deve agir nos limites constitucionais e de suas prerrogativas profissionais, estando também sujeito ao controle jurisdicional de seus atos (BRASIL, 2015). Mais recentemente, a necessidade de reafirmar princípios constitucionais básicos – como a submissão da investigação ao princípio da legalidade, e a necessidade de salvaguarda dos direitos individuais do investigado – veio com a publicação da Lei Federal nº 13.964/2019 (BRASIL, 2019), chamada de "pacote anticrime", com a adoção da figura do "juiz das garantias".

Acreditamos que essa atual necessidade de reafirmação de princípios constitucionais tem como finalidade garantir um sentido de democracia frente a um imaginário de justiça que se coloca como atuação sem limites de um Estado capitalista em busca de uma *ordem* que autoriza e, em alguns casos, justifica a atuação autoritária, segregadora e censória das instituições ou de seus membros. Pensamos que entender esses processos de significação – de justiça, democracia e ordem –, que repercutem pelo senso comum por meio da mídia, é importante para começar a pensar o imaginário de judiciário no Brasil e os seus efeitos no agir da instituição, na maioria das vezes restritos aos próprios mecanismos institucionalmente postos.

Referências

263 Deputados barram a investigação contra Temer. *Jornal O Dia*, Rio de Janeiro, 3 ago. 2017, capa.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.964. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. *Diário Oficial da União*, ed. extra, 24 dez. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 593.727. Tese de Repercussão Geral. Rel. Min. Cezar Peluso, 8 de setembro de 2015.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2. ed. Campinas : Editora RG, [1981] 2010.

GOMES, Ulisses da Silva. *...remediado está: implicações do processo de significação de greve na relação entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário a partir da Constituição de 1988*. Niterói: EDUFF, 2017.

LANZA, Sonia Maria. *As narrativas jornalísticas: memória e melodrama no folhetim contemporâneo*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário Prático de Regência Nominal*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, [1990] 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, [2005] 2007.

MELO, Bruno Cesar Calandrini de Azevedo. *A natureza jurídica do inquérito policial sob a ótica dos elementos migratórios: Processo Penal. Inquérito Policial. Provas Irrepetíveis, Cautelares e Preliminares*. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65064/a-natureza-juridica-do-inquerito-policial-sob-a-otica-dos-elementos-migratorios>. Acesso em: 31 jan. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Propaganda política e língua de Estado: Brasil, um país de todos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido ideologia*. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. P. 107-128.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Uma tautologia de um embuste semântico-discursivo: país rico é país sem pobreza? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a. p. 129-138.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. In: *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, [2002] 2013. p. 295-336.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1969] 2010.

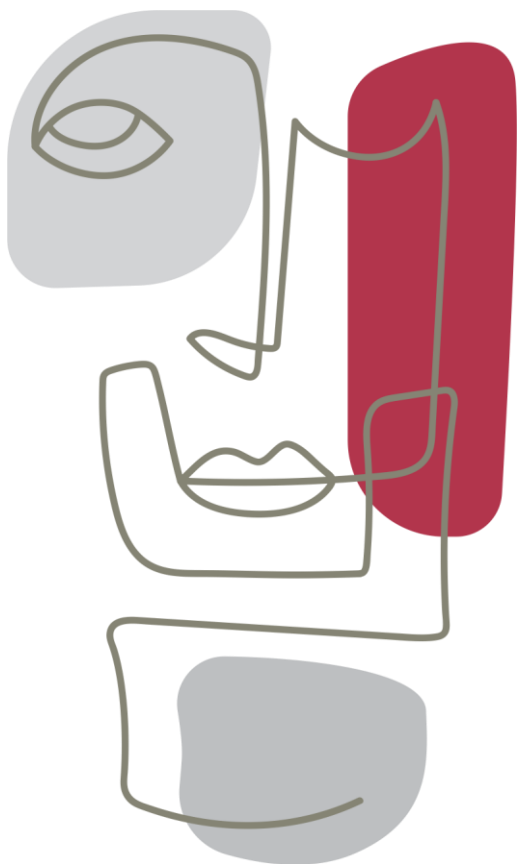
PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. Foi "propaganda" mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1979] 2011. p. 73-92.

PETRI, Verli; CERVO, Larissa. A presença de Saussure na obra de Michel Pêcheux: reflexões sobre a noção de língua. In: SOUZA, Lucília et al. (org.). *A palavra de Saussure*. São Carlos: Pedro & João Editores. 2016.

Ulisses da Silva Gomes

Doutorando e Mestre em Estudos de Linguagem (UFF). Bacharel em Direito (UFF).
Graduando em Letras (CEDERJ-UFF).



Ana Cláudia Dias Ribeiro

OS EFEITOS DE SENTIDOS NO VÍDEO
“TODOS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.
TODOS PELA IGUALDADE”

Introdução

O presente estudo visa analisar discursivamente o vídeo institucional sobre a reforma da previdência, cujo tema se fixa em torno do seguinte enunciado: “Todos pela reforma da previdência. Todos pela Igualdade”. Na perspectiva da Análise de Discurso (AD daqui em diante), por meio dos estudos propostos por Pêcheux, abordaremos como ocorre o processo de construção de sentidos, considerando os efeitos de sentidos provocados pela materialidade verbal e não verbal do/no referido vídeo.

A constituição epistemológica da AD, conforme Orlandi (2015), estabelece-se num entremeio, visto que se originou do espaço de relações entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Pêcheux ([1969] 2014a), ao estruturar a AD, relacionou os conceitos de história, de língua, de ideologia e de inconsciente; trabalhando na confluência dessas três áreas, esses conceitos ganharam novas dimensões e formulações nas redes discursivas, diferentemente dos campos de origem.

Na Linguística, ele buscou o conceito de língua, sistema de signos, que possui sua ordem própria. E foi, com conceitos advindos do Marxismo, que Pêcheux moldou a AD, considerando a língua em relação com a história e a ideologia na produção de sentidos, tendo como base a releitura que Althusser faz dos textos de Marx. Dessa forma, a AD trabalha com materialidade da língua (não abstrata como era para Saussure), em que a produção de sentidos é determinada pela posição social do sujeito (regulado pelo lugar)¹ e pela historicidade, em que a história tem seu real afetado pelo simbólico (ORLANDI, 2015).

¹ “Toda a discussão acerca da noção de sujeito, na teoria do discurso, vai considerar o sócio-histórico e o ideológico como elementos constitutivos dessa noção. Portanto, o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer. No entanto, ao se identificar com determinados saberes, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e passa a ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso. Então, para discutir a diferença entre lugar social (sujeito empírico) e lugar discursivo (sujeito do discurso), [... parte-se] da exterioridade, resgatando a noção de formação social, na qual o sujeito empírico está inscrito” (GRIGOLETTO, 2005, p. 4, intervenções nossas).

Acrescentemos a contribuição da Psicanálise freudo-lacanianiana em que Pêcheux ([1969] 2014a) buscou o conceito de inconsciente (que cliva, ou seja, divide o sujeito) e que se constitui como linguagem. Assim, postula-se que quem determina o sujeito é a linguagem. Na ótica da AD, a língua é a base material dos processos discursivos; nessa ótica, consideramos a linguagem como prática de interação entre o homem e a realidade social, como trabalho simbólico, e não apenas como instrumento de comunicação (ORLANDI, 2015). Nesse sentido, a AD busca mostrar não haver divisão entre a linguagem e seu exterior, sendo a sua exterioridade constitutiva.

Em seu livro *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*², Pêcheux afirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX [1975] 2014b, p. 150). Ele explica que essa tomada de posição produz um efeito-sujeito, resultante da ilusão de unicidade do sujeito, o que leva o sujeito do discurso a se identificar com a forma sujeito da FD, o que Pêcheux ([1975] 2014b), referindo-se a Althusser, chamou de “bom sujeito”. Agora, quando o sujeito do discurso se opõe à forma sujeito da FD com a qual ele se identifica, através da tomada de posição, tem-se o “mau sujeito”, que consiste em “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (PÊCHEUX [1975] 2014b, p.199), ou seja, ocorre, nesse caso, uma contra-identificação do sujeito com a FD imposta. É o que torna possível questionar, duvidar e não simplesmente reproduzir os saberes. Pode ocorrer ainda uma transformação-deslocamento, segundo Pêcheux ([1975] 2014b), da forma sujeito, como explica Indursky (2008), acontecendo uma desidentificação do sujeito de uma FD e sua respectiva forma-sujeito, que passa a identificar-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito.

Na perspectiva da AD, nem os sujeitos, nem os sentidos estão prontos e acabados. Ambos são construídos na relação constante do simbólico com a história (ORLANDI, 2015). Ou seja, os sentidos não são imanentes. Assim sendo, a AD

² Tradução brasileira, do título francês *Les Vérités de la Palice* publicado originalmente em 1975.

reconhece a existência de múltiplas linguagens, procurando entender seu funcionamento na produção de sentidos. Por meio do estudo do silêncio, visto pela ótica da AD, Orlandi (2007) explicita uma importante diferença entre a linguagem verbal e não-verbal. Segundo a autora, o silêncio tem muitas formas; ela o dividiu em duas categorias: a) o silêncio fundador: a presença do não-dito; e b) a política do silêncio: subdividido em b1, silêncio constitutivo em que para dizer é preciso não-dizer, e b2, o silêncio local, que se refere à censura. Portanto, o silêncio é matéria significante e possui primazia sobre as palavras; não pode ser traduzido por elas, pois ele significa por si só.

A construção de sentidos não ocorre de maneira aleatória. A partir da reflexão sobre o silêncio, podem ser percebidas as relações que ocorrem entre a indistinção, a instabilidade e a dispersão no âmbito do discurso, isso porque o silêncio é tudo aquilo que não foi dito, mas poderia ter sido, ou ainda, tudo aquilo que seria possível dizer, mas não se diz. Nesse sentido, para Orlandi (2007, p. 39),

O sentido tem uma matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e sua consistência significativa.

Os sentidos se movimentam, o múltiplo e o incompleto se articulam na materialidade; portanto, outros sentidos são sempre possíveis, e as várias linguagens são necessidades históricas que o homem é levado a significar.

O material a ser analisado neste trabalho é um vídeo produzido para veicular na televisão, que é um tipo de mídia que funciona através da redução do não verbal ao verbal, que, por um efeito ideológico, produz um efeito de transparência de sentidos da informação e da estabilidade, de acordo com Orlandi (1995). O silêncio, no caso, se materializa por meio da linguagem não verbal que constitui o vídeo, como as imagens, os sons, os recursos de iluminação e etc.

Para Orlandi (1995), a mídia funciona sob três mistificações. A primeira corresponde ao mito da informação: o verbal ganha legitimidade de interpretação, sobrepondo as outras linguagens, de acordo com um discurso já consolidado socialmente. O segundo mito é o da Ciência: na produção científica, a linguagem não verbal é diminuída para garantir a literalidade da linguagem. O último mito é do modo de relação do falante com a mídia: o sujeito, diante de um objeto simbólico, é impelido a produzir sentidos, mas, por um efeito ideológico, ele é levado a crer que o sentido sempre esteve lá, como origem, de modo que é produzido um esquecimento de que tanto os sujeitos quanto os sentidos são construídos em relação com a historicidade. Para Orlandi (1995 p. 47), “as palavras não são apenas nomes (almas) que se dissolvem. Elas são corpos (materialidade) e têm o peso da história”.

Sujeito, discurso e Ideologia

O sujeito, ao se constituir como tal, é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, tornando-se clivado, ou seja, dividido; portanto, sem controle total sobre seu dizer. Assim, tudo o que constitui o sujeito está na exterioridade que está “dentro”. “Entrar” na linguagem é constituir-se sujeito, numa relação com o outro e com a exterioridade, visto que a entrada no simbólico é contingente e sempre mediada pelo outro. Contudo, esse sujeito tem a ilusão de ser a fonte, origem de seu discurso. Não obstante essa ilusão, o sujeito não tem total controle sobre o que diz. Isso aponta para o fato de que, na constituição do sujeito do discurso, ocorrem duas constituições: na primeira, o sujeito é interpelado pela ideologia, mas se acredita livre, individual e, na segunda, o sujeito é constituído de inconsciente, mas acredita estar o tempo todo consciente (ORLANDI, 2015).

Isso ocorre, segundo Pêcheux ([1969] 2014a), devido a dois tipos de esquecimentos. O “esquecimento nº 1” é decorrente da ideologia, ocorre quando o sujeito pensa que seu dizer tem origem em si. Esse apagamento ocorre por conta da ideologia e do inconsciente que “apaga” tudo que não pertence à sua formação discursiva (FD). Enquanto isso, o “esquecimento nº 2” ocorre quando o sujeito produz

a enunciação de uma maneira e não de outra, quer dizer, seleciona determinados dizeres e “apaga” outros. Por exemplo, ao dizer que está “com pressa” o sujeito tem uma ilusão referencial de que aquilo só pode ser dito utilizando aquelas palavras e não outras como “estou sem tempo”, “estou em cima da hora”.

É importante ressaltar que estamos trabalhando com o conceito de ideologia concebido por Althusser (1980), a qual tem existência material, diferente da visão de senso comum que a concebe como ideia. Segundo ele, a ideologia existe “num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos atos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença” (ALTHUSSER, 1980, p. 90).

Sendo a ideologia um mecanismo de funcionamento de construção e de constituição de sentidos, que se materializa por meio do discurso e da língua, a AD se interessa pelo homem falando, ou seja, pelo discurso, entendido neste campo teórico, segundo Orlandi (2015), como a palavra em movimento; portanto, procura compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

É a ideologia que determina o que pode ou não ser dito em uma determinada FD. A mídia televisiva é um dos meios que fazem circular a ideologia dominante, que é colocada como verdade para a sociedade. Para Foucault ([1971] 2012), a relação de verdade, ocorre no discurso, de forma ligada a sistemas de poder que a produzem e a feitos de poder que induzem sua reprodução. E o poder, para esse autor, é uma prática social constituída historicamente. Dessa feita, a “vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, [1971] 2012, p. 18). Portanto, a ideologia constitui-se como conceito fundamental, já que alia o linguístico ao sócio histórico, sendo ela responsável pela própria constituição do sujeito e dos sentidos.

O silenciamento da linguagem não verbal

Buscando relacionar os efeitos da linguagem verbal sobre a não-verbal, faremos uma análise discursiva de um vídeo institucional sobre a reforma da Previdência do Governo Federal, veiculado na televisão em de 17 dezembro de 2017. Em busca do apoio da população em relação à reforma da Previdência, o governo de Michel Temer (2017) lançou uma campanha publicitária visando defender a reforma.

A mídia televisiva silencia o não verbal por meio de um processo parafrástico em que os textos verbais disciplinam a interpretação da imagem, como no vídeo em análise, que possui duração de 1 minuto e 18 segundos. Encontra-se organizado em plano-sequência no qual a narrativa se desenrola em um único plano, sem cortes. No cenário, foi utilizado um recurso chamado pela cinematografia de *background*, que consiste num fundo escuro, onde incide a luz sobre o personagem que está falando, causando um efeito de dramaticidade (similar à esquete teatral e à utilização de recursos típicos de gêneros teatrais como o modo dramático e o foco na gestualidade). Além disso, o plano de enquadramento utilizado foi o plano médio, que consiste em focalizar o personagem na altura da cintura para que o ator apareça maior e mais presente; dessa maneira, mostra-se mais aproximadamente a expressão dos atores e o apelo dramático.

Figura 1– *Background*



Os personagens são dois homens, com aparência distinta. Eles encontram-se sentados lado a lado, mostrados nos primeiros segundos da filmagem. Em seguida, é utilizado do recurso de *background* para compor o paralelismo entre os personagens, alternando o foco sobre personagem mencionado pelo narrador, para não causar dúvidas no telespectador, conduzindo, assim, a construção dos sentidos. Um dos personagens encontra-se de terno, barba feita, o outro com roupa amassada e barba por fazer. A expressão fisionômica também difere: um está feliz, o outro apresenta um semblante triste.

Os personagens não falam; uma voz em *off*, recurso em que o narrador faz o registro, mas que não aparece no quadro/enquadramento, vai apresentando os dois, que vão aparecendo alternadamente. A voz atua como uma legenda da imagem, narrando as cenas por meio do discurso indireto. Segundo Souza (2015, p. 73), "ao se interpretar a imagem pelo olhar – e não através da palavra – apreende-se a sua matéria significativa em diferentes contextos". Nesta perspectiva, a interpretação, a partir da incompletude da linguagem, produz outros textos ou outras imagens.

Nesse material, o modo como foi formulado o vídeo revela que o conjunto de recursos constituintes da linguagem não verbal é apagado como se fosse apenas um cenário, numa tentativa de reduzi-los a um mero complemento da linguagem verbal, dado que as imagens são traduzidas pelo narrador em *off*, que impõe o sentido a elas, como se fosse possível sobrepor o verbal sobre o não verbal, como se a linguagem fosse transparente.

Figura 2– Comparação



Voltando aos personagens do vídeo, ambos se chamam João, são formados em direito, têm 60 anos. Porém, as semelhanças terminam aí. A escolha do nome também significa, pois é um nome simples, bastante comum no Brasil, e isto pode favorecer a identificação por meio do interlocutor.

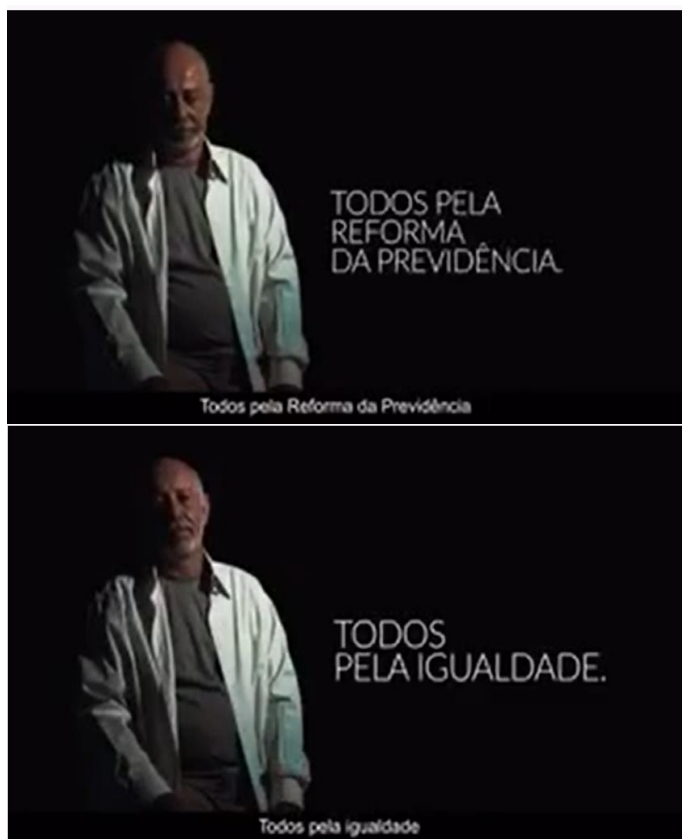
O narrador estabelece uma relação de comparação e enumera as diferenças entre eles, realizando um movimento de paráfrase entre o verbal e o não-verbal. Um João (com roupa amassada e triste) trabalha na iniciativa privada, o outro (o de terno e feliz) é aposentado há 10 anos, era alto funcionário público e se aposentou com um salário de R\$ 35.000,00.

Figura 3– Salário



Vale ressaltar que o texto narrado aparece em forma de legenda (que pontua algumas informações narradas) durante todo o vídeo, e cabe o registro de que, quando é mencionado o valor da aposentadoria do João que é servidor público, foram registrados todos os dígitos correspondentes. No entanto, ao mencionar que o outro ainda vai esperar mais 5 anos para se aposentar por idade e ainda vai receber o teto limite da previdência, a forma de indicar o valor é representada de forma imprecisa, informando que ele irá receber 5 mil e poucos reais. Esses indícios favorecem a compreensão simbólica e ideológica da narrativa, ou seja, deixam entrever a que formação ideológica se filiam esses dizeres, como veremos adiante.

Figura 4– Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade.



Ao final do vídeo temos o enunciado “TODOS PELA REFORMA DA PREVIDÊNCIA. TODOS PELA IGUALDADE”, de forma a sintetizar o apelo que é feito no anúncio em questão. Temos, nesse caso, dois sintagmas nominais. A nominalização é um processo que consiste tomar uma classe gramatical qualquer e transformá-la em substantivo. O verbo “reformatar”, do enunciado citado, encontra-se nominalizado para “reforma”, desse modo não desempenha mais a função de núcleo da oração, pois a carga semântica agora incide sobre o fato que foi nominalizado, provocando um efeito de “virtualização” dos agentes.

Pêcheux em AAD 69 (2014a) formula a noção de efeito metafórico, cuja existência é inerente à língua, o que possibilita a construção de paráfrases do dizer. Desse modo, por meio do deslizamento metafórico, é possível de-superficializar o discurso, ou seja, essas outras formulações possíveis por meio das produções parafrásticas deixam entrever os vestígios do funcionamento discursivo e a produção de sentidos dominantes que norteiam uma determinada situação discursiva. Diante das famílias parafrásticas o sujeito, mediante o esquecimento nº2, acredita que determinada formulação só pode significar x e não y, na ilusão de que só pode dizer daquela maneira e não de outra. Entretanto, as formulações não ditas carregam sentidos possíveis e desejáveis em uma dada situação discursiva.

Quanto ao uso do pronome “todos” que, embora seja um pronome indefinido, aqui, assume uma identidade, “todos” pode se referir aos interlocutores do enunciado que trabalham na iniciativa privada assim como o personagem João que aparece na imagem junto ao texto. O enunciador convida a população a se engajar nessa proposta, a se incluir nesse “todos”. Utilizando o movimento parafrástico como dispositivo analítico, podemos transformar o sintagma nominal apresentado em sintagma verbal, obtendo “Todos vamos reformatar a previdência”. Ao substantivar o verbo, produz-se um efeito de sentido que joga/ transfere a ação de reformatar para os interlocutores, que passam a ser os agentes “virtuais”.

Ao considerarmos o vídeo na totalidade, teremos outra possibilidade: o “todos” estaria se referindo às pessoas que trabalham na iniciativa privada. O pronome “todos” é repetido no segundo sintagma nominal. Assim, os interlocutores que se

posicionarem a favor da reforma da previdência estarão, por conseguinte, a favor da igualdade. No entanto, pode-se jogar com esse enunciado no plano da dispersão, possibilitando a construção de outros sentidos, pois, embora todo dizer possua sempre algo que se mantém, situado no plano da memória ou já-dito, promovendo a estabilização dos sentidos, a linguagem não é transparente, está sujeita a falhas e rupturas. De acordo com Orlandi (2015, p. 35), "é porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem".

Ao construir enunciados parafrásticos pode-se jogar com os sentidos do enunciado "Todos pela reforma da previdência. Todos pela igualdade", possibilitando outras diferentes produções de sentidos, por meio da substituição do pronome "todos" por outros possíveis agentes, mostrando várias possibilidades não-ditas no anúncio.

"Militares pela reforma da previdência. Militares pela igualdade."

"Judiciário pela reforma da previdência. Judiciário pela igualdade."

"Parlamentares pela reforma da previdência. Parlamentares pela igualdade."

"Servidores públicos pela reforma da previdência. Servidores públicos pela igualdade."

"Trabalhadores da iniciativa privada pela reforma da previdência. Trabalhadores da iniciativa privada pela igualdade."

"Trabalhadores rurais pela reforma da previdência. Trabalhadores rurais pela igualdade."

"Professores pela reforma da previdência. Professores pela igualdade."

Nesse movimento de sentidos provocado pelos enunciados parafrásticos, pode-se evidenciar outras interpretações possíveis, mostrando pontos convergentes e divergentes do enunciado original. Desse modo, observa-se que diferentes grupos poderão se identificar como os agentes do enunciado em questão, e numa relação metonímica da parte pelo todo, onde cada grupo representaria o pronome "todos" posto em questão. Pode-se observar o que não está dito ou não pode ser dito, por uma forma de censura, aqui entendida como "interdição da inscrição do sujeito em

formações discursiva determinadas” (ORLANDI, 2007, p.76). O não dizer significa. Cada uma das possibilidades elencadas produz conclusões diferentes, em consequência dos diferentes gestos interpretativos de sentidos, da relação dos sujeitos com a ideologia e com o simbólico.

Retomando o segundo sintagma nominal do enunciado, tem-se a questão da igualdade. Igualdade de quê? Podemos perguntar. Para AD, todo discurso tem relação com o que já foi dito (o esquecimento 1, também chamado de ideológico, ocorre de forma inconsciente, resulta do assujeitamento ideológico, por meio do qual tem-se a ilusão de que somos a origem do dizer, quando, na realidade, os sentidos são pré-existentes). No entanto, para efeito de convencimento, o sujeito pode se colocar no lugar de seu interlocutor para regular sua argumentação e escolher seu discurso, conforme o efeito que deseja produzir. No vídeo, ao colocar em comparação dois sujeitos, diferenciando-os quanto ao vínculo empregatício e o valor da aposentadoria, o narrador diz: “João, que era da iniciativa privada, vai receber o teto da previdência: 5 mil e poucos reais e ainda corre o risco de ter seus salários atrasados por conta dos *privilégios* do João (do funcionário público)”. Ao utilizar o termo *privilegiado* para se referir ao João que é servidor público, o discurso aciona a memória discursiva, relacionando-o a outros discursos proferidos anteriormente. É, para a AD, o chamado interdiscurso, que ultrapassa a materialidade linguística, levando a considerar o não explícito para buscar a ideologia presente no enunciado, que vem

[...] pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentido constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (ORLANDI, 2015, p. 30).

Em 1989, o governo neoliberal de Fernando Collor de Mello prometeu uma verdadeira caçada aos “Marajás”, palavra esta utilizada para se referir aos funcionários públicos, então tidos como privilegiados. Nesse sentido, observa-se que esse discurso de que os funcionários públicos são privilegiados ressurgiu no governo Temer e foi retomado agora.

O funcionalismo público é visto como responsável pelo (suposto) déficit na previdência social. A peça publicitária, portanto, traz um efeito ideológico de que o modelo atual de previdência beneficia mais os trabalhadores de renda mais alta e de emprego formal por mais tempo, cujo valor do benefício é maior. Por que foi escolhido o exemplo de um advogado que atua como servidor público do judiciário? Por que não escolher um professor? Se assim o fizessem, não conseguiriam obter o efeito de verdade produzido pela escolha realizada, pois há enorme disparidade entre os vencimentos dos servidores públicos, no âmbito do legislativo e judiciário; os salários são bem maiores que os do executivo.

Existe, ainda, no enunciado, uma generalização causada por um efeito metonímico (parte pelo todo): usou-se o caso de um servidor público específico do judiciário, provocando o entendimento de que todos os servidores públicos se aposentam cedo e ganham salários em torno de 35 mil reais. Segundo dados do IBGE³ de 2016, "enquanto o benefício médio pago pelo INSS é de R\$ 1.862, um aposentado do Congresso ganha, em média R\$ 28.527, e do Judiciário, R\$ 25.832". Dessa maneira, aqueles trabalhadores que são da iniciativa privada, que ganham bem menos, identificar-se-ão com "todos" do enunciado e se colocarão a favor da reforma. Ataca-se, também, a aposentadoria por tempo de contribuição, à medida que se coloca em evidência o servidor público com a mesma idade do outro João, tendo se aposentado 10 anos antes.

Nesse contexto, é importante dizer que nenhum discurso é construído aleatoriamente; ao contrário, podemos observar "... que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos cuja função é conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...]" (FOUCAULT, [1971] 2012, p.8-9).

O discurso neoliberal tem como característica a redução do papel do Estado, nas políticas sociais, promovendo a privatização de empresas e dos serviços estatais.

³ <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/12/reforma-nao-afetara-militares-servidores-com-altos-salarios-no-legislativo-e-judiciario-dizem-tecnicos/> Acesso em: 18 maio. 2019.

Ou seja, o Estado evidencia ações à política econômica em detrimento da política social. Segundo Foucault ([1971] 2012), os discursos na sociedade são controlados, selecionados e organizados por instituições, as quais instauram e/ou reproduzem discursos como uma das formas de manter o controle social e instaurar a verdade.

Além disso, não se pode deixar de mencionar, são as relações de forças que dizem respeito ao “lugar a partir do qual fala o sujeito e é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2015 p. 37), ou seja, as palavras produzem sentidos diferentes dependendo do lugar que o sujeito ocupa, segundo as relações hierarquizadas, que constituem a sociedade. O fato de ser uma campanha publicitária advinda do governo pode produzir, para o interlocutor, um efeito de verdade, uma vez que quem fala, fala em nome do Estado, fazendo valer seu poder.

O que o anúncio não salienta é que, em reformas previdenciárias anteriores, muita coisa foi modificada. Por exemplo, embora a média de vencimentos no executivo seja de 8.500 reais, quem entrou no serviço público depois de 5 de fevereiro de 2013, e recebe mais que o teto da previdência, que atualmente é de 5.645 reais, somente receberá aposentadoria integral se aderir ao plano complementar de previdência (FUNPRESP)⁴. Além disso, houve aumento no valor da contribuição para previdência, além de que foi adicionado o fator idade ao tempo de serviço. O que seria privilégio? Desde a última reforma ocorrida na previdência no ano de 2013, os servidores federais homens precisam de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição para se aposentar, enquanto as mulheres precisam de 55 anos idade e 30 de contribuição, e devem respeitar o teto limite do INSS. Seria este o privilégio?

Por que o governo não utilizou em sua propaganda dados concretos sobre a Previdência? Por serem favoráveis ao governo? Por isso, optaram por escolher informações que acionassem a memória discursiva, e claro, condizente com a ideologia à qual o enunciador do vídeo está filiado, no caso, o neoliberalismo, em que se posicionam como os “salvadores da pátria”, dispostos a resolver todas as

⁴ <https://www.funpresp.com.br/fique-por-dentro/noticias/2018/conheca-melhor-a-funpresp-entenda-se-vale-a-pena-ou-nao-aderir-ao-regime-de-previdencia-complementar/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

"injustiças" e as "desigualdades", justamente agindo ao contrário, como bem nos mostra a história. O governo, em vez de combater a desigualdade, irá reforçar as diferenças de renda entre os trabalhadores, prejudicando os mais pobres e quem se inserir no mercado de trabalho mais cedo.

Considerações finais

Para a AD, os sentidos das palavras se estabelecem em sua relação com as outras e dependem da FD. Portanto, o sentido da palavra "privilégio", nesse enunciado, está inserido numa FD neoliberal, que vê os servidores públicos como geradores de problemas, como responsáveis pelo "rombo" da previdência.

No discurso, as FD podem pertencer a diferentes tipos de discursos que nos possibilitam fazer recortes. Por exemplo, dentro do discurso político, há uma heterogeneidade de discursos: neoliberal, socialista, de direita ou de esquerda. Ocorre aí a inscrição do sentido discordante. Essas FD em conflito estão relacionadas às formações ideológicas, ocasionando que um sujeito servidor público possa identificar-se com o discurso do vídeo e venha a defender a reforma da previdência tal como está posta pelo governo neoliberal.

A televisão, a imprensa e o rádio são Aparelhos Ideológicos de Estado, conforme postula Althusser (1980), funcionam com o domínio da ideologia, mas que, às vezes, também utilizam da violência, mas de uma forma mais simbólica. É também por meio deles que se desenvolvem as lutas de classe ao longo de toda história. "Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com saber manejar a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou profissionais da ideologia" (ALTHUSSER, 1980, p. 65- 66). No âmbito da AD, é ponderado que a ideologia é quem interpela os indivíduos, tornando-os sujeitos com uma determinada posição social que é efêmera e vai depender de onde eles se inserem nas práticas dos vários Aparelhos Ideológicos de Estado.

Desde 2016, as redes sociais, que também são aparelho ideológico de Estado, estão sendo utilizadas como importante meio de divulgação da ideologia dominante, onde os políticos e órgãos governamentais possuem contas alimentadas cotidianamente para possibilitar o contato mais direto com a população. Prova disso é que o ex-presidente Temer (2016-2018) tinha sua página no Facebook, por meio da qual comunicava algumas ações de sua agenda.

Por fim, pudemos compreender, por meio da análise do material analisado neste trabalho, o funcionamento da linguagem do vídeo, em que ocorre um apagamento do conjunto de recursos constituintes da linguagem não verbal, tratada como se fosse apenas um cenário, constituindo uma tentativa de sobrepor o verbal ao não verbal, como se não houvesse uma relação entre elas. Utilizamos o movimento parafrástico como forma de evidenciar como os sentidos se constroem através do jogo entre o dito e o não-dito, por meio do qual o enunciador antecipa um conteúdo, mas não tem total controle sobre ele, pois um mesmo enunciado poderá provocar diferentes construções de sentidos, por suas várias possibilidades de leitura, visto que a ideologia está diretamente ligada à interpretação, pois atesta a relação da história com a língua, sendo constitutiva tanto do sujeito quanto da produção de sentidos.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Tradução: Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Lisboa: E. Presença; Martins Fontes; Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, [1971] 2012.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao discursivo: o imbricamento de diferentes posições sujeito. In: SEAD, 2., 2005, Porto Alegre. *Anais [...]*: Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigolotto.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (org.). *Práticas Discursivas e Identitárias: Sujeito e Língua*. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. p. 09-46. (Col. Ensaios, 22).

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, Campinas, n. 1, p. 35-47, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Unicamp, [1969] 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2014b.

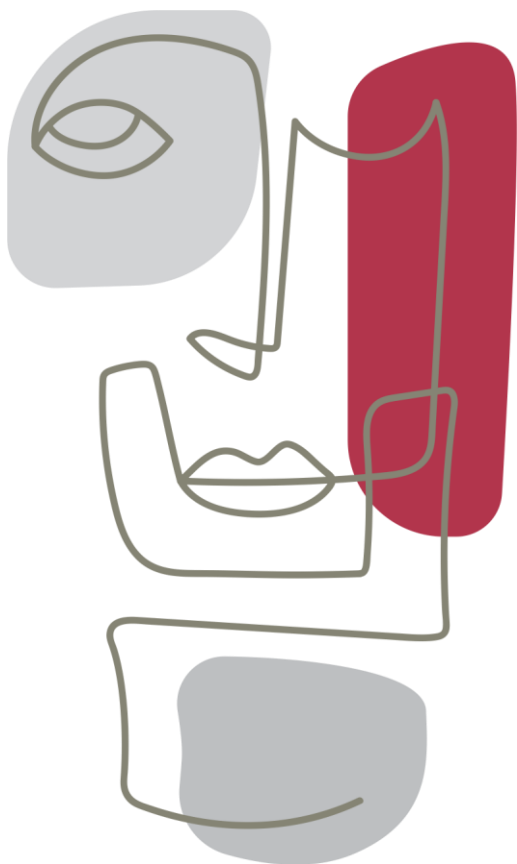
Ana Cláudia Dias Ribeiro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Professora do Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Membro do Grupo de Estudos Tocantinense em Análise de Discurso (GETAD).

E-mail: ana.ribeiro@ifro.edu.br.



Vinícius Brito

ESQUINAS DA/NA LÍNGUA: DISCURSO
URBANO EM JORNAIS DO SÉCULO XIX

Introdução¹

*“Una esquina remota
Que puede ser del norte, del sur o del oeste,
Pero que tiene siempre una tapia celeste [...]
De calles que repiten los pretéritos nombres
De mi sangre: Laprida, Cabrera, Soler, Suárez...
Nombres en que retumban (ya secretas) las dianas,
Las repúblicas, los caballos y las mañanas,
Las felices victorias, las muertes militares.
Las plazas agravadas por la noche sin dueño
Son los patios profundos de un árido palacio
Y las calles unánimes que engendran el espacio
Son corredores de vago miedo y de sueño”.*
(BORGES, 1984, p. 864)

As esquinas pontilham a cidade norte-sul, produzindo cruzamentos possíveis, de gente, de ruas. Encruzilhadas ou não, as esquinas colocam uma decisão para quem passa por elas: há que se tomar a rua para os lados (direito-esquerdo), seguir o caminho adiante ou retornar. Encontros com a constituição mesma do urbano. Assim como as ruas e os seus odônimos inscrevendo homens “bem-ditos”, as esquinas dão forma material à cidade. Por um lado, esquinas e ruas pretendem organizar o urbano e, por outro, construções languageiras com *esquina* e *rua* simbolizam o espaço, em linguagem. Porém, a lógica colocada pelo discurso urbanístico (que ressoa nas regulações jurídico-administrativas sobre a casa e a rua) falha na própria ordem da cidade (ORLANDI, 2001, 2003). O mesmo irrompe na língua, pela falha constitutiva do dizer (PÊCHEUX; GADET, 2004). Esquinas da/na língua.

¹ Trabalho feito com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Figura 1– Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, século XIX



Fonte: imagineRio (2019) - reprodução de um software

Em uma primeira colocação, proponho uma estória, que depois virá a calhar com o gesto de análise. Imagine-se no Rio de Janeiro do século XIX lendo os anúncios do *Diário* (1826a, p. 2): vende-se “huma espada debainha amarella muito boa, e hum chapéo coberto de oliado com prezilia e borlas de canutão, e huma pluma toda verde, tudo em muito bom uzo”. Interessado nos produtos divulgados, você deveria se deslocar até uma loja na Freguesia da Candelária para fechar negócio. Para chegar até lá, deveria seguir, passo a passo, a informação publicada no jornal, que localizava o comércio em uma esquina (cf. Figura 1) do Centro da cidade. Nessa primeira figura, denomino p(0) o ponto de saída em uma rua x (no caso, a rua Direita) e p(1a) ou p(1b) os pontos de chegada possíveis, na esquina (nessa situação, com o largo do Paço). Adotarei p(0) e p(1) ao longo do trabalho didaticamente.

(Re)pensando esses anúncios discursivamente, como há 200 anos a imprensa formulava a esquina e a rua? A questão se debruça sobre o discurso urbano, que circula em diversas formas, entre elas, os nomes de ruas, conforme Orlandi (2001). Sabendo que a sequência discursiva (SD) sequencializa elementos do saber e articula, como efeito, a formulação (COURTINE, 2016), tenho à frente uma construção que circulou nos jornais oitocentistas:

SD1: loja em que vende-se rapé, **na esquina da rua Direita que volta para o largo do Paço** (DIÁRIO..., 1826a, p. 2).

Expressões como *na esquina da rua Direita que volta para o largo do Paço* produzem efeitos de sentidos e deixam um lastro para uma investigação sobre a forma de significar a cidade em condições amplas e específicas. Perguntando-me pelo *como* se formulou o espaço urbano durante o século XIX na imprensa, tenho o objetivo de compreender, neste artigo, o discurso urbano em construções relativas² com *esquina* e *rua* (a exemplo de “esquina da rua x que volta/vai/sai/vira para/na rua y” e “rua x que faz esquina com rua y”). Nesta perspectiva, desenvolvo o trabalho prática e teoricamente na Análise do Discurso pecheutiana, disciplina a partir da qual é possível interpretar efeitos de sentidos no espaço urbano enquanto sítio de significação na história e no sujeito pela língua, citando Orlandi (2001).

Para reunir o *corpus*, consultei os jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1829), *Diário do Rio de Janeiro* (1820-1879), *Jornal do Commercio* (1820-atual) e *Diário de Pernambuco* (1825-atual), alguns dos mais relevantes do século XIX no país, na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Por gestos de interpretação no arquivo (PÊCHEUX, 1997), notei a repetição de construções relativas com *esquina* e *rua* nos anúncios da época, o que despertou a fagulha para analisar funcionamentos no discurso urbano nos oitocentos.

Para a análise, também seleciono do arquivo verbetes de dicionários, uma lei da Assembleia Legislativa de Pernambuco e um relatório sobre a numeração dos prédios no Rio de Janeiro. Já a delimitação ao século XIX se justifica pela chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, data na qual o país virou sede do império com a implantação das instituições jurídico-administrativas. Igualmente, a impressão da *Gazeta*, e dos demais jornais do período, marca a história do jornalismo (MOLINA, 2015) ao institucionalizar uma tipografia brasileira depois de séculos de controle régio.

² Há formulações em que *esquina* e *rua* não ocorrem em relativa (ver da SD6 à 8), mas priorizei a busca por construções como “esquina que volta para”, “que faz esquina com”, “esquina que vai para”, “esquina que sai para” e “esquina que vira para/na” por causa do *software* da Hemeroteca, cujo mecanismo limita o reconhecimento de caracteres.

Discurso urbano na imprensa

Investigarei o funcionamento de *esquina* e *rua* em construções relativas lançando mão da ideia de que o urbano vem se sobrepor à cidade (metrópole capitalista), movimento que se dá pelo discurso do urbanista, segundo Orlandi (2001). Por esse viés, a cidade nomina com alguma unidade o “conjunto urbano” (ORLANDI, 2003, p. 50) enquanto o urbano se constrói em uma oposição, referindo-se (a) ao que não é rural e (b) àquilo “que tem as qualidades da cidade’, em particular ‘polido, de bom tom” (ORLANDI, 2003, p. 50). Há, na passagem das definições em (a) e (b), o par *polis/cidade* e urbano/polir, o que vem a calhar com a distinção entre ordem e organização. Na tentativa de organizar a cidade, o urbanista acaba por abafá-la, contê-la, dispô-la em um plano cartesiano e, nos termos de Orlandi (2001), esse discurso do urbanista também se relaciona com os discursos ordinário e administrativo.

Para não resultar anacrônico, recorto o verbete “Esquina” em três dicionários do final do século XVIII e início do XIX, o “Vocabulario portuguez & latino” de Raphael Bluteau (1728, p. 295), o “Diccionario da Lingua Brasileira” de Luiz Maria da Silva Pinto (1832, p. 59) e o “Diccionario da lingua portugueza” de Antonio de Moraes Silva (1813, p. 767), na mesma ordem: “O angulo exterior, & direito, que resulta da união de duas paredes. *Angulus exterior*. Vid. Quina. Deu com a testa hum grande encontro na *Esquina*”; “Esquina, s. f. Canto da rua”; e “ESQUINA, s. f. Canto, angulo de rua, ou edificio”. Funciona, nessa dicionarização de *esquina*, um discurso ordinário, à procura de uma matemática da cidade (*angulo exterior, & direito; angulo de rua*).

Tais sentidos dicionarizados guardam uma relação com o que escrevem, séculos mais tarde, Albarnaz e Lima (1998, p. 238) no “Dicionário ilustrado de arquitetura”, no qual *esquina* é o “ponto de encontro entre duas ruas concorrentes” e, ainda, o “ângulo externo formado por duas superfícies que se encontram, principalmente de paredes ou muros. Mais frequentemente é chamada aresta ou quina”. Haveria, aí, o entrelaçamento do discurso do urbanismo com o ordinário, dicionarizado. Mas o discurso do urbanista funciona, ainda, no administrativo quando as ruas e as esquinas organizam a cidade. Para uma primeira mirada, trago este recorte publicado no *Diario de Pernambuco* (1882, p. 1), na Seção das Construções da Lei N 1.691 aprovada pela

Assembleia Legislativa Provincial em 1882: “Todas as casas de esquina que seguirem por outras ruas, terão duas frentes, uma para cada rua”.

O *corpus*, avançando, também significa pelas condições de produção específicas do discurso urbano em jornais. A imprensa brasileira oitocentista, chamada opinativa ou de partido (SOUSA, 2006), era regulada pela corte portuguesa, a quem cabia a decisão sobre o que publicar ou censurar. Penso que, se a mídia atual se vale de um medidor de audiência como o Ibope para dizer ou calar informações (ORLANDI, 1996), estampar ou derrubar manchetes, os jornais do século XIX significavam o urbano pelo silenciamento, na margem da censura real.

Pela instrumentalização da língua nas práticas discursivas jornalísticas (SILVA, 2001), as publicações se voltavam, em suma, para o serviço e o comércio – e muitas vezes dedicadas exclusivamente aos comerciantes, como está formulado na primeira edição do *Jornal do Commercio*. Decerto, a *esquina* e a *rua* produzem efeitos de sentido da organização do espaço urbano em um século de intensa urbanização e institucionalização da imprensa. Lado a lado. Não seria, no entanto, esse processo discursivo infalível.

Real da língua e(m) formulações com *esquina* e *rua*

O discurso se tece na história e se institucionaliza na imprensa de alguma forma; poderíamos dizer, com Mariani (1997), que é, em geral, pelo funcionamento do discurso *sobre*. Os jornais materializam o falar sobre e podem compor um arquivo para compreender como se diz a cidade diacronicamente. O discurso urbano não pode, porém, significar descolado das condições de produção. Escrevi alhures (NASCIMENTO, 2019) sobre o liame dos nossos periódicos com a escola norte-americana, da qual a grande mídia brasileira herdou as ideias de objetividade e imparcialidade que parecem autorizar o sujeito-jornalista a dizer, como efeito, *a verdade*.

Lendo as primeiras edições de jornais impressos, compreendo o modo como se dá, historicamente, o domínio jornalístico, “por meio do qual se facilitassem as

transacções, e se comunicassem ao publico noticias” (DIARIO, 1825, p. 1) e no qual anúncios e notícias fossem “inseridos com a maior prontidão possível, e com toda a razoavel imparcialidade” (DIARIO, 1821, p. 1). Já no século XIX, se identifica, na imprensa, uma construção simbólica do jornalismo enquanto comunicação, veloz (*maior prontidão*) em termos de transmissão da informação e imparcial. Encontrei, no *corpus*, recortes que, entretanto, contrariam alguns desses *valores*, no sentido do que expõem Pêcheux (1995) e Orlandi (2009) sobre a linguagem comunicar e não comunicar, uma vez que a linguagem não se reduz à transmissão de informação. As próximas SDs, assim, materializam construções relativas³ com *esquina* e *rua*.

SD2: **dirija-se a rua de Matta Cavallos** na esquina que sai para **rua do Conde N. 85** (DIARIO..., 1826b, p. 3)

SD3: com huma venda na esquina da **rua nova do Senado**, que volta para a **estrada de Matta cavallos** (GAZETA..., 1821, p. 4)

SD4: **quem a perttender pode vela na rua dos Ourives** em a Botica que faz esquina com a das Violas (DIARIO..., 1822, p. 2)

SD5: dirija-se a **rua da Ajuda**, esquina que vai para **Santa Luzia** a fallar com João da Cruz (DIARIO..., 1824, p. 2)

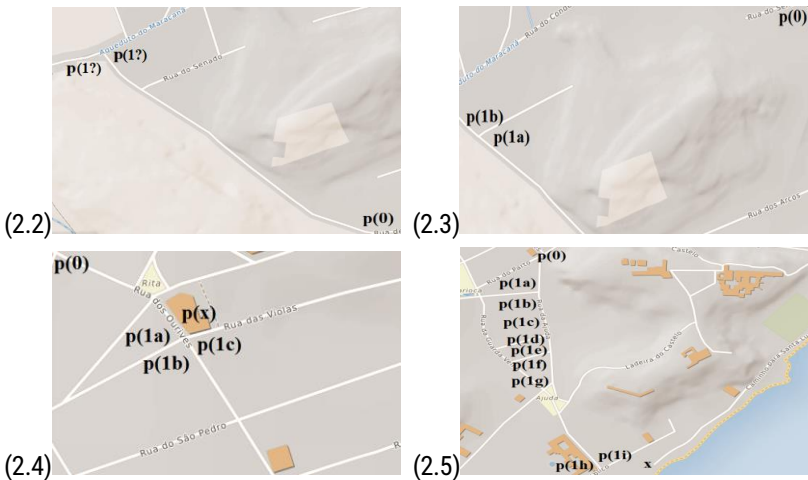
Da SD2 à SD5, há uma sintaxe prescrita, construções com marcas de imperativo verbal (*dirija-se*) que parecem produtivas na seção de anúncios e, com exceção da SD4, uma oração principal (*dirija-se a rua da Ajuda; dirija-se a rua de Matta Cavallos; quem a perttender pode vela na rua dos Ourives*) e outra sentença na qual se distingue na dêixis alguma topografia (em *esquina; rua da Ajuda; [caminho de/praiade]; Santa Luzia; [rua/estrada de] Matta Cavallos; rua do Conde; N. 85; rua nova do Senado; rua dos Ourives; e [rua] das Violas*). Passando para a interface semântica, poderia, em primeira leitura, dizer “o sentido” das SDs. Mas uma análise acurada pode esbarrar em um “problema” para quem busca uma “terapêutica da linguagem” (PÊCHEUX, 1997, 2011) por uma via universalizante da semântica. Ainda que

³ Há vários estudos em Linguística sobre relativas; especialmente em Análise do Discurso, é clássico o texto de Pêcheux “Effets discursifs liés au fonctionnement des relatives en français” (1981 [2011]). Na análise, o autor aponta um funcionamento das relativas com ambiguidade estrutural na relação de restrição e explicação, o que sustenta uma crítica a uma semântica universal.

possamos reconstituir um mapa, as relativas não precisam linguisticamente o caminho a ser percorrido (cf. Figura 2) entre esquinas e ruas a fim de localizar/informar sobre uma loja/venda específica.

Em continuação, expondo meu argumento, procurei identificar em mapas da época os pontos – representados por (p) – aos quais as formulações se referiam. Com cuidado para não soar anacrônico, utilizei o imagineRio, plataforma que recupera a cartografia carioca desde o século XVI até o atual, mostrando as mudanças topográficas/urbanísticas anualmente. O segundo passo foi marcar o ponto de partida $p(0)$ e o ponto de chegada $p(1)$; este último deveria, em tese, coincidir com a dita esquina. No entanto, o que mostram (2.3), (2.4) e (2.5) é que falta às construções relativas a indicação da esquina especificamente, a exceção de (2.2), na qual funciona a dêixis discursiva distinguindo a topografia em *N. 85*. Antes de prosseguir, tomo de Maingueneau (1997) a noção de deixis discursiva, que, além de definir o espaço e o tempo na enunciação, “manifesta-se em um nível diferente: o do universo de sentido que uma formação discursiva constrói” (MAINGUENEAU, 1997, p. 41). Principalmente, opero com uma dimensão dêitica nesse texto, a topográfica, que simboliza textualmente o “aqui”.

Figura 2– Colagem da cartografia oitocentista do Rio de Janeiro



Fonte: imagineRio (2019) - reprodução de um software

Na SD3, se considero p(0) a esquina da rua nova do Senado (cf. (2.3)), há duas possíveis esquinas na estrada de Matta cavallos, aos pontos p(1a) e p(1b), quinas à direita e à esquerda. Para a SD4, a rua dos Ourives está marcada sob p(0) aleatoriamente, mas p(1a), p(1b) e p(1c) seriam esquinas possíveis; p(x) também está no encontro da rua dos Ourives com a das Violas, mas informações “extralinguísticas” dão conta do retângulo colorido representar no mapa uma igreja (Matriz de Santa Rita, que também nomearia o Largo de Santa Rita, uma rua ao norte). Por sua vez, a SD5 talvez seja a mais intrigante, uma vez que a formulação *esquina que vai para Santa Luzia* – p(1) – se referia, pelo menos, a nove pontos na cidade, em p(1a-1i).

Portanto, para se localizar na cidade oitocentista a que se referiam as sequências, guardada a exceção, seria necessária uma vivência imediata da cidade. As formulações são interessantes para pensar uma ciência que acredita analisar o discurso como “ato pelo qual se age em vista de obter o que se deseja” (PÊCHEUX, 2011, p. 140). Se o sujeito morador do Rio de Janeiro, ou das cidades pernambucanas, desejasse situar as esquinas das lojas pelas expressões locativas em circulação, possivelmente se perderia entre os possíveis caminhos, rotas e discursos. Construções relativas com *esquina* e *rua* também foram regulares na imprensa pernambucana oitocentista. Os recortes – por exemplo: “Huma venda, na esquina da rua do Queimado, que volta para o beco do Peixe frito” (DIARIO, 1829, p. 3) – não aparecem no texto pela dificuldade de acesso a mapas nos quais se possam localizar p(0) e p(1) no Recife da época.

Não quero, com isso, apontar para uma análise formal das relativas, mas sim, como analista do discurso, ressaltar que os jornais do século XIX, mergulhados em um imaginário sobre o jornalismo enquanto comunicação, simbolizavam a cidade sem “saturar” a topografia na dêixis discursiva e, mais importante, destacar que isso funcionava pela falta ou pelo “não está” da/na língua, pois, “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata” (PÊCHEUX, 2012, p. 8).

O não está/estará (mais) da língua, afirmação retirada de “Delimitações, inversões, deslocamentos”, trabalha, em outras palavras, a ordem do real da língua. Apoiando-se no linguista Jean-Claude Milner (que escreveu, entre outros, “O amor da língua”) sobre o impossível do dizer/do não dizer, Pêcheux e Gadet (2004, p. 52) afirmam que o real da língua é o “impossível que lhe é próprio”. Apesar de marcarem a diferença política com Milner (2016), cuja produção não considerava o materialismo histórico, os teóricos colocam o real da história (perturbando o “progresso”) frente ao real da língua (perturbando o “lógico”). O real da língua não é a exceção da língua lógica, mas a falha constitutiva do dizer, na iminência do lapso. As falhas abalam a concepção de uma língua sem ambiguidades, põe à prova as propostas higienistas gramaticais, e “vêm desfazer a regularidade do sistema naquilo que é dado como o seu centro: no nó da consistência/completude” (PÊCHEUX; GADET, 2004, p. 149).

As relativas desde a SD1 à SD5 marcam a falta/o lapso porque, se *esquina* é o “canto, angulo de rua, ou edificio” (SILVA, 1789, p. 767), logicamente é de se pensar que o termo se “sature” combinando-se com o odônimo (*rua da Ajuda; rua do Conde; rua nova do Senado* etc.) e o número do prédio (p(1)) na cidade. Materialmente, na medida em que as SDs são ambíguas na textualização da topografia na dêixis discursiva, é possível escrever que a língua se constitui na imprecisão (de apontar para vários sentidos e não para um ou outro apenas) e que isso implica efeitos nas interfaces semântica e sintática (PÊCHEUX, 1997). Porém, para que essa análise se sustente, compreendo, pelo arquivo, que o discurso jurídico oitocentista regulava a numeração em edifícios da cidade, pois as noções de real da língua/da história se tecem na determinação (histórica) dos sentidos. E, assim, funciona o dito jurídico-administrativo no político, como analisarei pelos documentos, controlando, limitando, tecendo o discurso urbano nas relativas com *esquina* e *rua*.

Condições que significam *esquina* com odônimos

Poderia fundamentar a falta de dêixis topográfica nas formulações o fato de ser inexistente uma regulação da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa à

época que determinasse a numeração de *todos* os edifícios no espaço urbano brasileiro (ou que viria a ser brasileiro após a declarada independência na década de 1820). A princípio, a hipótese não é consistente frente a ocorrências como *esquina que sai para rua do Conde N. 85* (SD2), em circulação em 1826. Como o discurso urbano inscreve a exterioridade no próprio texto (ORLANDI, 1995), a língua materializa os sentidos do urbano historicamente.

Para cidades cada vez mais populosas, é de se pensar que houve, naquele século, uma demanda (seja política, seja social, seja econômica) para organizar, pela numeração, os prédios. O Censo de 1872 (IBGE S.A.) precisava a população do Rio de Janeiro e do Recife em 274.972 e 116.671, na mesma ordem. Nessa situação, as duas cidades se urbanizaram/organizaram para acomodar a grande massa de cidadãos – ver Rodríguez-Alcalá (2011) sobre a forma específica do espaço corresponder atualmente à cidade; nessas condições, “cidadão” deixa de significar apenas o “habitante da cidade” para se referir ao sujeito jurídico, ainda que na relação com habitantes da cidade ou não –, abrindo-se ruas e avenidas, afundando-se áreas alagadiças, modificando-se os morros e iluminando-se a gás as vielas na caída da noite. No Rio, e igualmente na capital de Pernambuco (NETO, 2003), a numeração dos prédios foi padronizada no século XIX.

No caso fluminense, a numeração predial era dada pela Recebedoria do Município desde a década de 1830, segundo Cavalcanti (1878, p. 12), ainda que antes mesmo disso já fosse utilizada pelos proprietários, com um sistema de cifras e letras, a exemplo da rua do Senado, onde as casas eram numeradas por 7, 7 A, 7 B e 7 C antes do Regulamento de 1878. Ao final da década de 1870, justamente, foi aprovada a Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro para dar conta do aumento populacional e da abertura e reorganização das ruas. “A falta de um regulamento, tinha estabelecido confusão tal na numeração que, tornava-se um verdadeiro vexame para os proprietários e não pequeno prejuízo para os cofres públicos” (CAVALCANTI, 1878, p. 12).

Real da cidade que irrompe na organização urbanística, a falta de regulação da numeração dos prédios implicava a atribuição errônea dos impostos (*prejuízo para os*

cofres publicos) e dificultava a circulação de pessoas nas ruas. Nesse sentido, seria mais “exitoso” para o cidadão encontrar uma localidade na esquina perguntando o nome do dono aos transeuntes do que tentando localizá-la pelo número. Não à toa, a SD5, diante da ambiguidade que irrompe nas esquinas da/na língua, informa o nome próprio *João da Cruz* ao invés do número da casa na rua da Ajuda.

Ao ler, abaixo, da SD6 à SD8, contudo, identifico a co-ocorrência de construções com *esquina* e *rua* significadas ora pela topografia na dêixis discursiva (*rua do Visconde do Rio-Branco n. 11*) ora pela ausência (Ø) dela (*à rua das Mangueiras Ø*, *esquina da dos Barbonos* e *rua Escobar Ø*, *esquina da de S. Christovão*), em circulação, portanto, posterior à publicação da Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro, sustentando a análise que desenvolvi, com base em Pêcheux (1997) e Pêcheux e Gadet (2004), sobre a falha constitutiva em tais formulações. Ainda sobre as últimas SDs, noto que textualizam a *esquina* e a *rua*, mas, diferentemente das anteriores, não estão sob a forma de uma relativa.

SD6: Quem quiser causar uma verdadeira surpresa às pessoas que queira presentear, não deixe de fórma alguma de ir a **rua do Visconde do Rio-Branco n. 11**, esquina da do Lavradio, Confeitaria do Commercio, que não se arrependerá (JORNAL..., 1880a, p. 4)

SD7: PRECISA-SE de um commodo, completamente independente, em lugar saudavel e em casa de familia muito capaz [...]. Por especial obsequio, queirão dirigir-se, em carta fechada a T., à **rua das Mangueiras, esquina da dos Barbonos**, loja de ferragens (JORNAL..., 1880b, p. 6)

SD8: ALUGA-SE por 80\$. o sobrado da **rua Escobar, esquina da de S. Christovão**, com muitos commodos (JORNAL..., 1880c, p. 4)

Para uma análise discursiva diacrônica, não posso deixar de pontuar, com Nunes (2001, p. 101), que os sentidos sobre *rua* são polissêmicos. A noção designa, no decorrer dos séculos, “espaços, sujeitos, práticas urbanísticas, acontecimentos, significando também a fusão do espacial e do social, bem como as contradições que atravessam o espaço público”. O autor, pesquisando sentidos dicionarizados de *rua* e suas renomeações, afirma que a *rua* é o lugar – em dicionários do final do século XVIII e começo do XIX – pelo qual o cidadão transita, sítio significando pela

organização, discurso do urbanista/urbanístico. Em um segundo momento, localiza-se o verbete na relação com a diversidade social e o convívio, irrompendo nesse sentido algum conflito. Foi, porém, no finalzinho do século XIX que a *rua* começou a se constituir como espaço público em oposição ao mundo privado. Com efeito, posso considerar que as SDs que compõem o trabalho trabalham os sentidos de *rua* nessas condições.

Apondo, ainda, para a significação de *esquina* na relação com um nível topográfico na dêixis discursiva, os odônimos ou nomes de rua. “O odônimo só é determinado como tal dentro e por meio da sua figuração neste dispositivo complexo, heterogêneo, que consiste na contiguidade entre um segmento discursivo e o espaço nomeado” (FOURNIER, 2001, p. 112). A forma de discurso nos odônimos, segundo Fournier (2001), se divide em duas partes: uma nominal (*rua; caminho*) e outra pelo funcionamento do adjetivo ([*rua Direita*]), do nome próprio ([*caminho Santa Luzia*) ou do nome comum precedido de determinante ([*largo do Paço; [rua] do Senado; [rua] dos Ourives*]).

Os odônimos, por sua vez, dizem de *traços* sociais, estruturantes, na cidade fundada por portugueses – o Rio de Janeiro foi fundado pela Coroa, e o Recife, diferentemente de Olinda, por iniciativa dos donatários portugueses. As duas cidades, que juntas abrigavam quase 400 mil cidadãos no último quarto do século XIX, eram bastante díspares social e economicamente, mas foram erguidas sob um modelo urbanístico comum (TEIXEIRA; VALLA, 1999). Sendo o espaço urbano oitocentista dividido topológica e urbanisticamente entre a cidade alta e baixa, de acordo com Teixeira e Valla (1999), é compreensível, pelas condições de produção, que as próximas SDs formulem o odônimo nas dimensões religiosa e civil/secular.

SD9: Quem quiser alugar huma preta mocamba [...]; dirija-se á **rua de Santo Antonio n. 41**, pegado á venda da esquina, que volta para a Guarda Velha” (DIARIO..., 1830a, p. 2)

SD10: uma caza de sobrado na **rua de S. Bento** em Olinda, no alto da ladeira do varadouro, esquina com o **Palacio velho** (DIARIO..., 1831, p. 4)

SD11: quem aos mesmos pertender póde dirigir-se á **rua do Conde** no largo do Catumby, na casa da esquina que volta para o **Exmo Visconde de alcantara**, que tudo se dará muito encontra (DIARIO..., 1830b, p. 2)

Teixeira e Valla (1999) escrevem que o espaço ao redor de igrejas e conventos se integrou à malha da cidade dos oitocentos. Mas a relação entre o urbano e a Igreja era constitutiva, pois as donatarias dividiam as cidades por freguesias (cf. Gravura 1 da Freguesia da Candelária), denominação para o “território submetido à jurisdição espiritual de um cura que também exerce a administração civil” (FRIDMAN, 2009, p. 95). As condições de produção do espaço urbano se marcam no texto, é o que se pode analisar na SD9, cujo odônimo *rua de Santo Antônio* deriva da igreja de São Francisco situada naquela redondeza. Ademais, a nomeação da rua pelo religioso já ocorrera na SD5 (a *rua da Ajuda* e a de *Santa Luzia* coincidem com os nomes da Igreja Matriz da Nossa Senhora da Ajuda e Igreja de Santa Luzia, à época, nas proximidades) e na SD8 (*esquina da [rua] de S. Christovão*).

Na SD10, os odônimos simbolizam a divisão (dos sentidos) urbana entre o poderio religioso (*rua de S. Bento*, onde estava o mosteiro de mesmo nome) e o secular (*Palacio velho*). Funciona, nesse dizer, o imbricamento do Estado português/brasileiro e a Igreja. Por fim, na SD11, os odônimos se formulam pelo título nobiliárquico (*rua do Conde*) e, no limite, produzem a metonímia que diz o lugar pela pessoa – em *Exmo Visconde de alcantara*, título do político João Inácio da Cunha. Materializados nas construções relativas da imprensa da época, os nomes de rua, situados em relação à *esquina*, dizem da cidade, dos processos de urbanização, da organização territorial e administrativa pela igreja e pelo poder civil. E, retomando Jorge Luis Borges (1984), o simbólico citadino se produz na e pela língua.

Esquinando apontamentos

Cá e acolá, a cidade ocidental vem lembrar, nas suas ruas e esquinas, tempos de república, heróis e vitórias, para ecoar Borges (1984). Funcionando como sítio de significação, o espaço urbano tenta organizar os sentidos, mas há algo na

materialidade mesma da língua e da cidade que perturba, na história, essa lógica numérica e pretensiosamente universalizante. Nesta encruzilhada, me perguntei, no presente texto, como o espaço urbano no século XIX foi formulado pela imprensa e, especialmente, busquei compreender o discurso urbano em relativas com *esquina* e *rua* nos periódicos daquele século.

Com a análise do discurso, observei que haveria um “problema” para uma ciência da “terapêutica da linguagem” (PÊCHEUX, 1997; 2011), uma vez que as relativas em circulação não formulavam com precisão o caminho a ser percorrido na cidade, o que ganhou mais densidade com os recortes cartográficos. Nesse sentido, os jornais dos oitocentos, ainda que mergulhados no imaginário do jornalismo enquanto comunicação, não “saturavam” a topografia na dêixis discursiva, funcionando pela falta. A imprecisão nas SDs irrompe pelo real da língua mesmo, pois se esquina é o canto produzido por duas ou mais ruas, seria lógico que se significasse não apenas com o odônimo, mas também com o número do prédio. No período, tanto o Rio de Janeiro quanto o Recife, aos quais faz referência a maior parte das SDs, já havia padronizado a numeração dos edifícios. A linguagem, é preciso lembrar, serve para comunicar e não comunicar.

Materializado no texto, o discurso urbano sobre *esquina* e *rua* diz de traços estruturantes da cidade fundada por portugueses, em condições de produção que tornam opaca a comunhão (fiduciária, administrativa, política, econômica, social etc.) entre o Estado português/brasileiro e a Igreja. Da rua de Santo Antônio à de Santa Luzia, no Rio, passando pela rua de São Bento na esquina com o Palácio Velho, em Olinda, as construções linguísticas/discursivas sobre a cidade do século XIX funcionam como falas desorganizadas (ORLANDI, 2001; 2003) nas quais o espaço urbano significa pela falta, pela possibilidade do impossível no real da língua/cidade.

Referências

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. *Dicionário ilustrado de arquitetura* - volume 1 - A a I. 1. reimpressão. São Paulo: ProEditores, 1998.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

BORGES, J. L. *Jorge Luis Borges Obras Completas 1923-1972*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.

CAVALCANTI, J. C. *Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro - tomo 2*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1878.

COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução: Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 1, ano 1, jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>. Acesso em: 29 mar. 2021.

DIARIO de Pernambuco, Recife, ed. 00001, p. 1, 1825.

DIARIO de Pernambuco, Recife, ed. 00118, p. 3, 1829.

DIARIO de Pernambuco, Recife, ed. 00254, p. 4, 1831.

DIARIO de Pernambuco, Recife, ed. 00165, p. 1, 1882.

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 0600001, p. 1, 1821.

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 0600017, p. 2, 1822.

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 0400017, p. 2, 1824.

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 1000013, p. 2, 1826a

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 1200012, p. 3, 1826b.

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 0400012, p. 2, 1830a.

DIARIO do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 0300015, p. 2, 1830b.

FOURNIER, J-M. Os nomes de ruas: uma forma de discurso estritamente urbana. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 111-121.

FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 49, p. 91-143, 2009.

GAZETA do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ed. 00015, p. 4, 1821.

IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010 Brasil. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00 . Acesso em: 29 mar. 2021.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, ed. 00086, p. 4, 1880a.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, ed. 00015, p. 4, 1880b.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, ed. 00033, p. 4, 1880c

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Tradução: Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes/Editora da UNICAMP, 1997.

MARIANI, B. S. C. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado) – Campinas, SP, 1996.

MILNER, J.-C. *O amor da língua*. Tradução: Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

MOLINA, M. M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NASCIMENTO, E. V. B. *Discursos sobre cidade e efeitos do exótico no jornalismo de viagens*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2019.

NETO, F. de S. C. A. O panoptismo e casa de detenção do Recife. *In: ANPUH*, 22., 2003, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: [s. n.], 2003.

NUNES, J. H. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. *In: ORLANDI, E. P. (org.). Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 101-109.

ORLANDI, E. P. A desorganização cotidiana. *In: Orlandi, E. P. et al. Percursos Sociais e Sentidos nas Cidades. Escritos*, Campinas, n. 1, [s. d.].

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. Apresentação: Cidade Atravessada. *In: Orlandi, E. P. (org.). Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001. p. 7-8.

ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não verbal. *Rua*, Campinas, n. 1, p. 35-47, 1995.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. Polissêmico. In: Orlandi, E. P. (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. Traços e troços: o flagrante urbano. In: Orlandi, E. P. (org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 9-24.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. Delimitações inversões, deslocamentos. Tradução: José H. Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PÊCHEUX, M. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de Discurso - Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 131-140.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli et al. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethania S. C. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 49-59.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PINTO, L. M. da S. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Typographia de Silva. 1832.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da "evidência do mundo". In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos; CASTELLO BRANCO, L. K. A. (org.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre - uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, SP: Editora R, 2011. p. 243-258.

SILVA, T. D. da. Mídia e imagem urbana: tecnologia no discurso jornalístico. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 151-163.

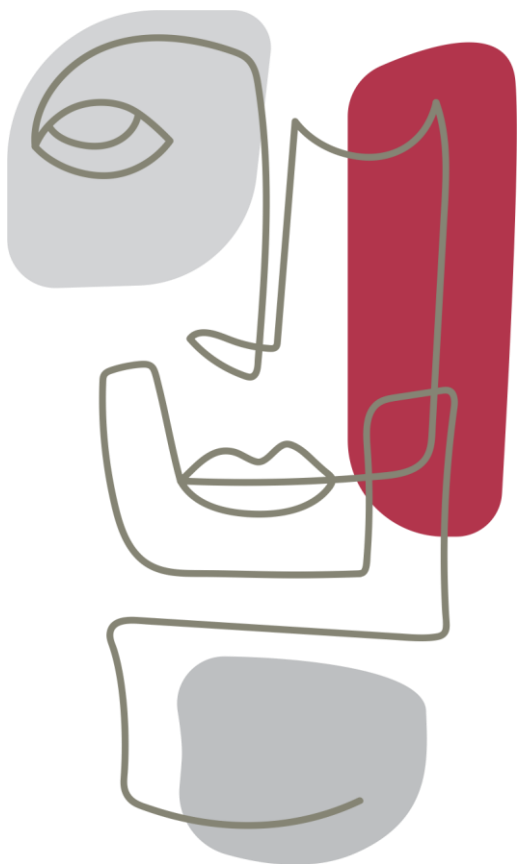
SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SOUSA, J. P. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto: Ed. Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M. *O urbanismo português. Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

Vinicius Brito

Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: viniciusdebrito94@gmail.com.



Luciano Luiz Araújo

Ana Paula Santos de Oliveira

**A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO
TELESPECTADOR POR EMISSORAS DE TV A
PARTIR DA CAMPANHA “100 MILHÕES DE
UNS”: QUE FORÇA ELE TEM?**

Introdução

Este estudo tem como objetivo compreender os discursos das principais emissoras de TV brasileiras originados da campanha publicitária¹ “100 milhões de uns”, lançada pela Rede Globo de Televisão em 2017. A partir da análise de três materiais vinculados à TV Globo, ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e à Record TV, buscamos destacar o papel dos meios de comunicação de massa em uma sociedade de classes, desvelando, a partir do funcionamento do imaginário no nível do simbólico, as posições dessas empresas, considerando as suas especificidades e o período pós-golpe institucional de 2016.

Sob o fundamento da Análise de Discurso pecheuxtiana (AD), através de Pêcheux (2011, 2014a, 2014b), Orlandi (2012a, 2012b, 2016), Magalhães e Silva Sobrinho (2014) e Carrozza (2011), as análises discursivas dos materiais são conduzidas de modo a demonstrar como as formações imaginárias são convocadas no dizer na representação do sujeito telespectador. A seguir, veremos como funciona esse processo.

As formações imaginárias no discurso publicitário

Entendendo que todo discurso é produzido em condições de produção específicas, que, constitutivas do dizer, determinam o processo discursivo (PÊCHEUX, 2014a), destacamos que essas condições possibilitam a atualização das redes de sentidos de um domínio do saber, reproduzindo-o ou rompendo com a sua posição dominante. Nesse processo, quando um acontecimento é evocado, o sujeito “ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido”, esclarece Pêcheux (2014a, p. 76). Ainda segundo o autor, o funcionamento

¹ Por campanha publicitária, entendemos o conjunto de ações direcionadas para a promoção de uma marca com vistas a um retorno financeiro a curto, médio e longo prazo (DIFERE COMUNICAÇÃO).

discursivo se dá a partir de uma série de formações imaginárias, que designam os lugares que seus interlocutores atribuem cada um a si e ao outro, através de regras de projeção que estabelecem relações entre determinadas situações e as posições dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a compreensão do funcionamento das campanhas publicitárias originadas de "100 milhões de uns", da Rede Globo, a que nos propomos neste artigo, parte do conceito de formação imaginária em sua imbricação com as significações que circulam nas relações sociais, não se limitando, portanto, às questões da psicologia, embora esta possua suas implicações na constituição do discurso publicitário. Dito isso, é necessário situarmos os sujeitos envolvidos nos discursos em análise para o alcance do objetivo proposto.

Assim, partimos de Orlandi (2012a) para dizer que, na AD, o sujeito "é posição entre outras, objetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso" (ORLANDI, 2012a, p. 99). Mais adiante, a autora acrescenta que "sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia" (ORLANDI, 2012a, p. 99-100). Avançando na noção de sujeito na AD, é importante ressaltar que a ideologia é constituída desde o exterior, a partir da processualidade sócio-histórica, e que, ao mesmo tempo, ao dotar o sujeito de consciência, leva-o a acreditar que as suas ideias provêm de sua livre escolha.

Contudo, numa formação social capitalista, o sujeito é levado a se identificar com a ideologia dominante, sob a interpelação dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) – em forma de religião, escola, família, justiça, política, sindicato, cultura e meios de informação (ALTHUSSER, 1985) –, e, assim, a reproduzir as suas relações de subordinação/desigualdade, ainda que não se dê conta dessa condição, sendo esse processo da ordem do inconsciente.

De acordo com Althusser (1985, p. 94-95), tal é o efeito característico da ideologia:

impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de 'evidências') as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no 'silêncio da consciência'): "é evidente! É exatamente isso! É verdade".

É pelo viés da forma-sujeito, resultado do assujeitamento ideológico, que o sujeito pecheutiano se inscreve em uma determinada Formação Discursiva (FD), que "representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito" (ORLANDI, 2012a, p. 103), podendo assumir diferentes modalidades de subjetivação (ou posição sujeito): de identificação com a ordem vigente, tornando-se reproduzidor da ideologia dominante; de contraidentificação com essa ordem, através do questionamento, da dúvida; e de desidentificação com a ideologia hegemônica, levando-o a se identificar com uma FD contra-hegemônica (PÊCHEUX, 2014b).

Pêcheux (2014b) observa que, na sociedade capitalista, o assujeitamento torna tangível o vínculo entre o sujeito de direito, que corresponde à forma-sujeito do capitalismo (ao mesmo tempo autônomo e determinado por condições externas), e o sujeito ideológico, ou seja, entre "aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito (seus iguais) e aquele que diz ao falar de si mesmo: 'Sou eu'" (PÊCHEUX, 2014b, p. 140). Trata-se, pois, de uma forma-sujeito sobre a qual se imputam, de um lado, autonomia (direitos), e de outro, responsabilidade (deveres).

Considerando a concepção de sujeito em AD, voltamo-nos ao discurso publicitário, foco das nossas análises, a partir de Carrozza (2011), que, embora se reporte a um esquema comunicacional estruturalista para mostrar como a publicidade trabalha a sua linguagem, distancia-se dessa perspectiva ao se aproximar da teoria do discurso de Pêcheux.

Desse modo, segundo Carrozza (2011, p. 43),

Se por um lado tem-se um aspecto funcional, por outro, e acredito, mais fortemente, temos um imaginário que trabalha num nível simbólico, atribuindo sentidos às relações sociais, tendo suas consequências, inclusive, não só sobre aquilo que é tratado como função da mídia, mas também no processo de

formatação (historicamente falando) das próprias necessidades humanas.

Na crítica que tece à psicologia na propaganda no texto “Foi propaganda mesmo o que você disse?”, Pêcheux (2011) observa que o referido campo do conhecimento percebe o sujeito como um ser constituído de pulsões, que, em nossa compreensão, englobam os desejos dos sujeitos e as suas necessidades, entre outros fatores, levando-os à ilusão ideológica de que é livre para fazer escolhas, em forma de desejos, numa sociedade marcadamente consumista. Com isso, “esquece” que é interpelado ideologicamente nessas escolhas/desejos. “As formas de individua(liza)ção do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade”, diz Orlandi (2016, p. 187).

Na próxima seção, veremos como o discurso publicitário constrói a imagem do sujeito consumidor. Como dissemos, nosso *corpus* de análise se constitui de três materiais originados da campanha “100 milhões de uns” – lançada pela Rede Globo em 2017. Além da campanha da TV Globo, analisamos outras duas sequências discursivas (SD), vinculadas à mesma publicidade, criadas pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e pela Record TV.

Análise das campanhas: entre “uns” e “outros” milhões

Nos discursos das três emissoras, é possível observar uma memória que é atualizada, resignificando-se nas campanhas do SBT e da Record TV. Para analisarmos esses dizeres, a partir da representação da audiência dessas empresas, partimos do efeito metafórico, que Pêcheux (2014a, p. 96) define como “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”, indicando ainda que o efeito metafórico produz um sentido diferente em cada SD que modifica, sendo o conjunto de que faz parte conservado, pois pertence a uma mesma FD.

A seguir, transcrevemos as SD que constituem o nosso *corpus* de análise, bem como a imagem da marca visual criada pela TV Globo para representar seus telespectadores:

SD1: Todo Brasil assiste a Globo, são mais de cem milhões de pessoas todos os dias, mas a gente sabe que não fala com esse tal de cem milhões. A gente fala com cem milhões de uns, uns diferentes dos outros, uns se emocionam, uns se informam, uns gostam da gente, uns dizem que não; e a gente se movimenta pra conquistar cada um, porque a gente sabe que um desses cem milhões é você. (plim, plim) (GLOBO, 2017).

Imagem 1– “Cem milhões de uns”



Fonte: Globo (2018)

Imagem 2– “Cem milhões”



Fonte: Globo (2018)

SD2: Nada contra os 100 milhões de uns. Mas, se a sua marca precisar falar com + 50 milhões de outros, fale com a gente (RECORD TV *apud* METRÓPOLES, 2017).

SD3: Todos os meses do ano, 67 milhões de corações estão se emocionando junto comigo. Eu te convido a continuar ao meu lado em 2018 (SBT *apud* GABOR, 2018).

A partir de marcas e pistas que atravessam a campanha "100 milhões de uns", da TV Globo, entendemos que ela toma forma através de um efeito de sentido que resulta na busca de aproximação da emissora carioca com seus telespectadores. Num primeiro momento, a emissora faz uso de expressão numérica para demarcar a sua posição de empresa televisiva com a maior audiência no país - **São mais de cem milhões de pessoas todos os dias** (SD1). Adiante, ressignifica a forma como se dirige aos telespectadores, substituindo a expressão numérica por estratégias que visam à aproximação com o consumidor da emissora.

Dessa forma, lança mão de um recurso comum na publicidade: o de estabelecer uma relação de intimidade com o consumidor. Na SD1, essa relação é constituída de forma gradual. Assim, de **cem milhões de pessoas**, o sujeito passa a ganhar especificidades a partir do uso do artigo indefinido - **uns diferentes dos outros, uns se emocionam, uns se informam, uns gostam da gente, uns dizem que não** -, alcançando maior proximidade com o uso do pronome você - **a gente sabe que um desses cem milhões é você**. Desse modo, ora o representa como um corpo homogêneo (**cem milhões de pessoas**), ora como sujeitos com desejos, que se emocionam, que se informam, que podem ou não gostar da emissora.

É importante lembrar que a imagem construída a partir das formações imaginárias não se vincula ao aspecto físico ou à individualidade do sujeito, mas aos lugares determinados em uma formação social. Logo, o discurso que surge dessas projeções é dependente das relações sociais. Nas considerações que faz acerca da relação subjetividade-objetividade, Magalhães (2000) explica que o discurso traz a marca da subjetividade que a produziu; não como expressão de uma individualidade,

mas como expressão da relação entre individualidade, num espaço e tempo historicamente definidos, e a realidade representada por esta individualidade.

Partindo do entendimento de que todo discurso é produzido em condições de produção específicas, que determinam a direção do processo discursivo (PÊCHEUX, 2014b), a SD1 traz ainda um jogo de sentidos que busca apagar as duras críticas que a Globo vem recebendo nos últimos anos em consequência de seu posicionamento político. Ao se dirigir aos seus mais de 100 milhões de telespectadores, a campanha sugere que até os que criticam assistem e gostam da emissora - **uns gostam da gente; uns dizem que não** (SD1), ironizando as críticas que vinha recebendo nas redes sociais, justificando que mais de cem milhões a assistem.

Essas críticas têm lugar nas manifestações de julho de 2013, quando, por ocasião de uma manifestação contra o aumento na tarifa de ônibus em São Paulo, uma onda de protestos se espalhou pelo Brasil. Um dos alvos, as organizações Globo, sob forte pressão, chegou a declarar, em editorial do jornal *O Globo*, em agosto de 2014, o reconhecimento do erro em ter apoiado o Golpe militar de 1964. Acerca dos acontecimentos mais recentes, Magalhães e Silva Sobrinho (2014) observam que, na luta de forças pela divisão de leitura/interpretação dos fatos, a grande mudança que afetou o aparato midiático foi a impossibilidade de sustentação do discurso de neutralidade jornalística.

Ainda segundo os autores,

Afirmações, imagens, entrevistas que antes eram tidas como a expressão da “verdade”, do “fato em si”, tão alardeadas no principal jornal televisivo da emissora, foram questionadas pelo grande número de fotos, vídeos, postagens que circularam nas redes sociais e se multiplicaram exponencialmente (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2014, p. 183).

No entremeio de “100 milhões de uns”, surgem campanhas de outras emissoras que dialogam com tal discursividade. Trata-se de um vínculo que aponta para as contradições que determinam a relação entre as classes sociais, própria do

capitalismo. A manutenção dessa relação depende de um complexo formado pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. Os meios de informação de massa, em seu gesto de interpretação da realidade, exercem papel relevante em favor dessa manutenção. Nesse sentido, Gregolin (2007) afirma que a mídia, em grande medida, "formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente" (GREGOLIN, 2007, p. 17).

Em busca de "modelar a identidade" de sua audiência, a equipe de criação da TV Globo desenvolveu como marca visual da campanha publicitária em análise impressões digitais (IMAGENS 1 e 2), que são singulares para cada pessoa, na tentativa de mostrar que há identificação de igual modo desses indivíduos pela empresa de televisão em questão.

A interdiscursividade das SD1 (TV Globo), SD2 (Record TV) e SD3 (SBT) se mostra perene quanto às relações da mídia corporativa com a sociedade, indicando uma guerra mercadológica imbricada à audiência, utilizando-se diferentes estratégias publicitárias. Assim, enquanto a SD1 e a SD3 se dirigem diretamente aos consumidores, através de recursos de aproximação, trazendo-os para o centro da "discussão", na SD2, o consumidor é deixando em segundo plano, sendo representado apenas como número, ou melhor, como um atrativo para que outras empresas, a quem a Record TV se reporta, anunciem na emissora.

SD2: Nada contra os 100 milhões de uns. Mas, se a sua marca precisar falar com + 50 milhões de outros, fale com a gente (Record TV apud METRÓPOLES, 2017).

Na sequência, como podemos observar, há a atualização de uma memória cujos pré-construídos remetem à campanha então recente da TV Globo: **Nada contra os 100 milhões de uns** (SD2). Nela, vemos que a Record TV evita entrar em conflito aberto com a sua concorrente, certamente para não desagradar ambas as audiências, que podem coincidir, e seus possíveis anunciantes. Nesse sentido, utiliza como recurso marcas de modalização (**Nada contra**) e a conjunção condicional se – **se a sua marca precisar falar com + 50 milhões de outros, fale com a gente** –. Por outro

lado, ao introduzir a conjunção adversativa **mas** na mesma SD, atualiza sentidos que se direcionam para o campo da competição, no caso, para a disputa por anunciantes pelas emissoras, deixando escapar que essa relação não é tão pacífica.

Assim, verificamos o chamamento para que as marcas/empresas falem com os **+ 50 milhões de outros**, com a Record TV mediando essa relação. Com isso, infere-se que, caso a marca decida anunciar na emissora, encontrará sujeitos dispostos a assistirem seus anúncios.

Outro ponto de deriva de sentidos entre as duas primeiras materialidades se refere ao apagamento de resistência à Record TV, como sugere a SD2. Para a AD, o deslocamento de sentidos, em geral, dá-se em virtude da própria natureza da linguagem: de sua incompletude. O dizer é aberto, deriva para outros discursos, sendo o texto “um bólido de sentidos”, pois “‘parte’ em inúmeras direções, em múltiplos planos significativos”, explica Orlandi (2012b, p. 14), que ressalta que não é porque é aberto que o processo de significação não é administrado. Ele tanto possibilita a movimentação quanto o trabalho de estabilização do discurso.

Esse jogo de sentidos pode ser percebido também na SD3:

SD3: Todos os meses do ano, 67 milhões de corações estão se emocionando junto comigo. Eu te convido a continuar ao meu lado em 2018 (SBT apud GABOR, 2018).

Na terceira sequência do nosso *corpus*, é possível observar marcas que produzem os mesmos efeitos de sentidos verificados nas SD1 e SD2, mas também desvios de sentidos. Assim, se, como na campanha da TV Globo, o SBT se dirige diretamente aos seus telespectadores, representando-os como as peças mais importantes da empresa, por outro lado, assim como a Record TV, o SBT desconsidera as possíveis resistências à emissora.

Nesse ponto, é importante assinalar que, diferente da TV Globo, as imagens do SBT e da Record TV não são (tão) afetadas negativamente pelo imaginário social. Dada a vinculação da emissora carioca com acontecimentos que culminaram em crises democráticas no Brasil, a exemplo do golpe militar de 1964 e do golpe

institucional de 2016, como reconheceu a própria emissora em relação ao golpe de 64, não é difícil deduzir que a referência que a campanha publicitária da TV Globo faz aos seus críticos é sintomático de uma memória que faz parte do imaginário social dos brasileiros, e que circula em forma de "Globo golpista" e, quiçá, na expressão "Isso a Globo não mostra". Trata-se de uma memória trazida à tona nos últimos anos, em meio à forte polarização política no país e à rápida circulação e massificação das informações. A respeito da memória social, Davallon (2007, p. 25) destaca que

[...] para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Porque é a possibilidade de fazer impressão que o termo "lembrança" evoca na linguagem.

Por outro lado, o SBT, criado em 1981, já no período de redemocratização, tendo a sua imagem construída a partir do slogan a "TV da família brasileira", afasta-se do imaginário negativo associado à TV Globo, ainda que, na condição de Aparelho Ideológico do Estado, também contribua para a manutenção da ordem hegemônica. Em seu discurso, o SBT evoca dizeres que levam à impressão de que funciona tal qual uma família. Assim, recorrendo à emotividade como recurso de aproximação com seu público, a sua campanha o representa como parceiro afetivo, convidando-o para continuar ao seu lado – **67 milhões de corações estão se emocionando junto comigo. Eu te convido a continuar ao meu lado em 2018.**

No entanto, considerando a FD que faz convergir os três discursos em análise, de ordem capitalista, compreendemos que a representação do sujeito telespectador pelo SBT silencia o seu objetivo, que é o mesmo de todas as empresas: a obtenção de lucro.

Os milhões de pessoas/sujeitos referidos pelas três emissoras – **100 milhões** (SD1), **+ 50 milhões** (SD2) e **67 milhões** (SD3) – são percebidos, assim, como cifras em seus departamentos financeiros. A Record TV é a única que se aproxima dessa ideia ao colocar em primeiro plano os possíveis anunciantes, dirigindo-se diretamente

a estes: [...] **se a sua marca precisar falar com + 50 milhões de outros, fale com a gente.** Dessa forma, volta-se para o mercado, os responsáveis diretos pela lucratividade da mídia televisiva, oferecendo, como garantia de lucro às empresas anunciantes, a quantidade de sua audiência, ou melhor, a geração de maior visualização dos produtos anunciados e, conseqüentemente, o seu consumo.

Considerações finais

Ao analisar os materiais que constituem o *corpus* deste estudo, chegamos à compreensão de que a representação do sujeito telespectador pelas principais emissoras de TV do Brasil, através do uso de estratégias de aproximação, como o apelo à emoção (**milhões de corações**), está intrinsecamente vinculada os interesses mercadológicos.

Isso em vista, *que força esse sujeito tem?* A partir da paráfrase da pergunta que fazemos no título, acreditamos que esse sujeito não se resume a ser um consumidor em potencial. Trata-se de um sujeito dividido, dado o caráter heterogêneo da FD, que tem a sua subjetividade determinada historicamente. Portanto, ele também pode reivindicar, como nas manifestações de 2013, não aceitar a deturpação de fatos ou manipulações e *fake news*.

Assim, como conclusão, apontamos que os meios de comunicação de massa, incluindo os que funcionam a partir de concessão pública, caso da TV Globo, do SBT e da Record TV, têm como *modus operandi* servir à lógica capitalista. Na condição de Aparelho Ideológico de Estado, exercem o papel de modeladores de comportamentos, ajustando-os aos interesses hegemônicos. Por outro lado, as nossas análises também indicam que há resistência a essa manipulação, como sinalizou a TV Globo, ainda que tente apagá-la a partir do uso da ironia.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CARROZZA, Guilherme. *Consumo, publicidade e língua*. Campinas, SP: RG Editores, 2011.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD *et al.* *Papel da memória*. Tradução: José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 23-37.

DIFERE COMUNICAÇÃO. *Você sabe o que é uma campanha publicitária?* 2021. Disponível em: <https://www.diferecomunicacao.com/post/voc%C3%AA-sabe-o-que-e-uma-campanha-publicitaria>. Acesso em: 9 jul. 2021.

GABOR, Arthur Agaton. A ditadura dos meios de comunicação. *Medium*, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://medium.com/singular-plural/a-ditadura-dos-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-f3a41ceb0bd3>. Acesso em: 9 jul. 2019.

GLOBO. *Cem milhões de uns*: Danton Mello estrela campanha. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=37yzQ8rUWLA&index=5&list=PLOOu_7HSxG8EMVU-QXMH_rbQYgGaSeKlv. Acesso em: 2 jun. 2019.

GLOBO. *100 Milhões de Uns*: Samba! 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DqkoC0yhu-&list=PLOOu_7HSxG8EMVU-QXMH_rbQYgGaSeKlv&index=6. Acesso em: 2 jun. 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-2, 5 nov. 2007.

MAGALHÃES, Belmira. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. *Linguagem em discurso*, Tubarão, v. 3, p. 73-90, 2000.

MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. "Erro" no apoio ao Golpe de 64: sujeitos enfrentam-se nesse acontecimento discursivo. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 177-192, jan./jun. 2014.

METRÓPOLES. *"50 Milhões de Outros"*: Record cutuca campanha institucional da Globo. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/televisao/50-milhoes-de-outros-record-cutuca-campanha-institucional-da-globo/amp>. Acesso em: 9 jul. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto*: formação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise*: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*. 2. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 73-92.

Luciano Luiz Araújo

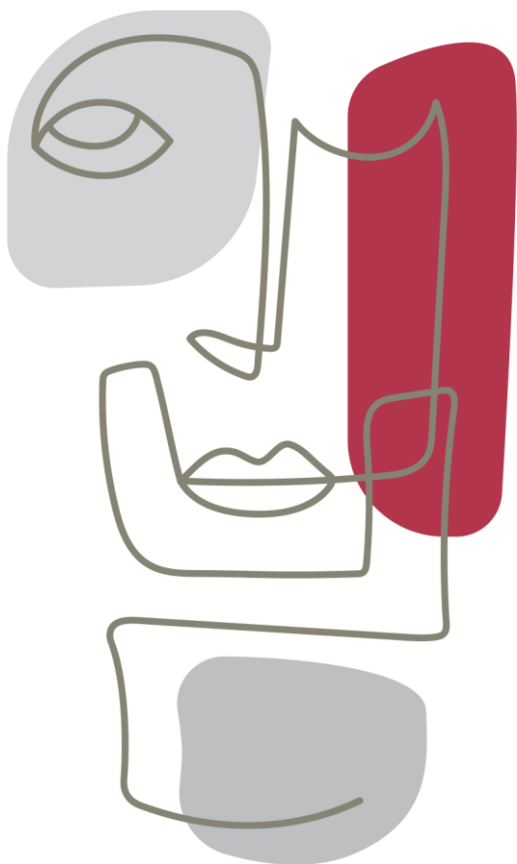
Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Técnico em Assuntos Educacionais – Prograd/Ufal. Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia-Gedon (PPGLL/UFAL). E-mail: lucianolaraujo@gmail.com.

Ana Paula Santos de Oliveira

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Docente do Instituto Federal de Roraima (IFRR). Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia-Gedon (PPGLL/UFAL). E-mail: ana.oliveira@ifrr.edu.br.



Pedro Henrique Carvalho de Arruda

**O PAPEL DA TELEDRAMATURGIA DA
REDE GLOBO NA LEGITIMAÇÃO E
RETROALIMENTAÇÃO DA HOMOFOBIA
NA CULTURA BRASILEIRA**

Introdução

Assentado nos aportes teóricos sobre os quais Michel Pêcheux (1969) fundou a Análise do Discurso, este artigo busca apresentar uma reflexão sobre o papel da mídia brasileira e, mais especificamente, das telenovelas da Rede Globo entre os anos de 1970 e 2013, na legitimação e retroalimentação de traços culturais atravessados por uma formação ideológica homofóbica. Através da análise de materialidades a partir das quais são (re)produzidos efeitos fóbicos de sentido, entendidos aqui como os efeitos do discurso dramatúrgico que, no imaginário, cristalizam sentidos estereotipados e distorcidos acerca da homossexualidade, tentaremos explicitar como essas telenovelas, enquanto um espaço em que se instauram a movimentação de sentidos, é capaz de constituir sujeitos que legitimam e perpetuam a violência simbólica (BOURDIEU, 1998) contra homossexuais na cultura brasileira. Para tal, lançamos mão de um mapeamento realizado pela pesquisadora e jornalista Fernanda Nascimento (2015), que, a partir de uma análise de 126 papéis, em 62 novelas da Rede Globo, de 1970 a 2013, traçou os perfis reincidentes das personagens homoafetivas na dramaturgia da emissora. Através de um gesto analítico-interpretativo, objetivamos explicitar como os mecanismos de determinação histórica percebidos neste mapeamento atuam não somente na produção de efeitos fóbicos de sentido na cultura brasileira, mas também na perpetuação e legitimação da memória discursiva, o já-dito que torna possível todo e qualquer dizer (ORLANDI, 2015). Com efeito, esperamos pôr em relevo ainda aquilo que se nos apresenta como mecanismos de controle social responsáveis por produzir um sujeito que, atravessado pelas ilusões necessárias de que ele é fonte primeira do seu dizer e de que os sentidos são transparentes (PÊCHEUX, 1995), é levado a se filiar a determinadas formações discursivas, onde se reúnem os saberes e dizeres a partir dos quais a sociedade condena a homoafetividade, de maneira a naturalizar a patologização, a aviltção e, de modo geral, o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+¹.

¹ Inicialmente representada pela sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), hoje a comunidade se vê mais efetivamente identificada pela sigla LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: no segundo tópico, vamos delinear os pilares sobre os quais se sustenta o baluarte teórico da Análise de Discurso de fundação pecheuxiana em interface com os Estudos Culturais, explicitando os dispositivos analíticos de que vamos lançar mão no nosso gesto de análise; no terceiro tópico, vamos realizar o gesto analítico-interpretativo propriamente dito sobre o nosso material, procurando fazer emergir os sentidos (fóbicos) aos quais se alinha o modo com que os homossexuais se veem representados nas telenovelas da Rede Globo. Tentamos, ainda, descrever a maneira com que se tem (re)produzido esta representação, isto é, os mecanismos através dos quais os sentidos da criminalidade, da violência, da afetação e da vilania são historicamente vinculados à representação do homossexual na televisão brasileira, de onde resulta o movimento de estabilização desses sentidos no imaginário popular como um efeito do ideológico sob a forma do esquecimento. Por fim, no último tópico, apresentamos os efeitos de conclusão da nossa análise.

Pressupostos teóricos

Pensando as relações íntimas que poderia estabelecer entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, Michel Pêcheux (1997, 2014a, 2014b, 2001) situa o entrelugar (ORLANDI, 2015) onde se constitui a teoria da Análise de Discurso. A partir do tensionamento que se propôs a realizar, tendo em vista os fatores de natureza linguística, social, histórica e inconsciente, Pêcheux (1997) procura rever o recorte saussuriano a partir do qual se separa não somente a *língua* (entendida como um sistema de regras e códigos linguísticos arbitrariamente definido pelos falantes) da *fala* (a manifestação articulatória desse sistema), mas essencialmente a língua das suas condições políticas, sociais, históricas etc. Desde os primeiros passos da teoria, quando Michel Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbet (1967), dava os primeiros passos para a formulação de uma teoria materialista do discurso, a Análise

Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outro tipos de identidade de gênero e orientações sexuais que fogem da heterocisnormatividade, representado na sigla pelo sinal "+").

do Discurso já dava indícios de que se propunha a enxergar a língua(gem) como um lugar onde se fazem constantemente presentes relações de força e de sentido fundamentalmente atravessadas e constituídas por fatores da ordem do ideológico. A língua(gem) é compreendida, portanto, como um terreno onde, atravessados pelo real da história, se dão os processos discursivos a partir dos quais ocorre a elaboração histórica dos sentidos e dos sujeitos. O sujeito, nessa perspectiva, não é tomado como um sujeito empírico, mas como um sujeito social cujo discurso é configurado, organizado e, em última instância, comandado por mecanismos extremamente sutis de controle social mediante os quais os sentidos se estabilizam, se historicizam. Nesse sentido, o sujeito da AD é constituído no interior do jogo da memória e do esquecimento, a partir do qual o sujeito, atravessado pelo ideológico, se interpela por duas ilusões necessárias: a ilusão (parcial) de que o que é dito só pode ser dito da forma que se disse e a ilusão de que ele é não somente dono, mas origem, fonte do seu discurso, apagando, dessa forma, a espessura da ideologia, a opacidade da história. Afetado pelos efeitos dos esquecimentos, pelas evidências necessárias para a movimentação dos sentidos e dos sujeitos, pelas projeções imaginárias que dão espaço ao significar, o sujeito imagina haver uma relação direta, unívoca entre as coisas e os sentidos, dissimulando o fato de que os sentidos, na verdade, não decorrem de uma relação transparente entre mundo, pensamento e linguagem, mas, sim, de uma inscrição no interior de uma determinada formação discursiva.

Para pensar o conceito de Formação Discursiva, basilar na Análise do Discurso, partiremos da definição a partir da qual ela é entendida como uma região que, nos saberes e dizeres já estabilizados, no tecido da memória, produz um recorte, determinando o que pode e o que deve ser dito (PÊCHEUX, 1995). São as formações discursivas, nesse sentido, recortes do interdiscurso, no interior do qual os sentidos vão significar de uma forma específica, a partir das formações ideológicas a que se filiam e de que se constituem as formações discursivas. É importante frisar que, muito embora seja possível traçar fronteiras do dizer que vão garantir a individualização de determinadas formações discursivas frente a outras, não se pode pensá-las como limites fechados, rígidos. As formações discursivas são, isto sim,

regiões porosas e heterogêneas em relação a si mesmas, constituídas pela contradição, pelo equívoco e pela falha, que, em sua natureza "delineada por fechamento e abertura, dispersão e regularidade" (KRAMER, 2020), garantem não somente a movência dos sentidos, mas também a movência de sujeitos cindidos entre uma FD e outra.

Nesse sentido, remonto a Bourdieu (1997) para dizer que a televisão emerge, na sociedade contemporânea, como o veículo que melhor cumpre a função de configurar e selecionar traços diversos da formação ideológica de grande parte da população brasileira, consumidora assídua das telenovelas da emissora. Isso porque os sentidos em torno dos quais é (re)elaborada e (re)produzida a identidade da comunidade LGBTQIA+ e, mais especificamente, da comunidade gay, na dramaturgia das telenovelas da Rede Globo, entre os anos de 1970 e 2013, parecem advir da ordem do estereótipo, do caricato, do teatral, donde os efeitos de sentido que promovem as distorções identitárias, sobre as quais falaremos mais a frente. Ao pensar a potencialidade da televisão em irradiar padrões comportamentais por meio da dramaturgia, cabe citar o sociólogo francês:

Há uma proporção muito importante de pessoas que não leem nenhum jornal; que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações. A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Como dissemos anteriormente, o arcabouço teórico que mobilizamos para tecer essa discussão está ancorado na Análise do Discurso em interface com os Estudos Culturais, uma vez que ambos entendem a questão da identidade – aspecto de imprescindível importância para esta análise – como uma construção discursiva socio-historicamente situada que só se constitui em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2006). Os Estudos Culturais, nessa perspectiva, vão enxergar a produção da identidade às vistas de um sujeito

igualmente assujeitado, isto é, constitutivamente histórico, como uma produção tensionada por fatores sociais, históricos e inconscientes.

Dito isso, passamos a refletir sobre questão da consolidação e retroalimentação da homofobia na cultura brasileira, partindo da maneira como foi representada, ao longo dos anos, a identidade de homossexuais na dramaturgia da Rede Globo. Para isso, consideramos os seguintes aspectos: o efeito das evidências subjetivas a partir das quais os sujeitos, interpelados pelo ideológico, criam a ilusão de serem donos e fontes do próprio discurso; as formações discursivas, pensadas enquanto uma região do interdiscurso que organiza saberes e dizeres em função dos quais o sujeito atribui às coisas um sentido e não outro, constituindo, no interior delas, sua própria identidade; e a noção de espraiamento de sentidos operada na e pela televisão enquanto o veículo de comunicação que mais efetivamente (re)elabora os traços identitários que constituem o imaginário da população brasileira.

Análise

Concebidos pelos chamados formadores de opinião, grupo no qual estão inclusos intelectuais, artistas, jornalistas, religiosos e educadores, e veiculados pelos meios de comunicação de massa, os sentidos, de acordo com Lima (2005), seriam transmitidos de maneira unidirecional, decaindo dos patamares mais elevados da pirâmide social às classes mais populares, que constituem a maioria da sociedade. É o processo que Venício de Lima convencionou chamar de Modelo Cascata, segundo o qual a ideologia da classe dominante, a grande Líder de Opinião do Modelo de Fluxos de Comunicação Social (CORRÊA, 1993)², tende a se locomover em direção aos níveis mais baixos da pirâmide, que absorvem o ponto de vista que lhes é apresentado como sendo uma verdade absoluta. Nesse sentido, nos ancoramos no pressuposto de que a

² De acordo com esse modelo, adaptado por Corrêa (1993) a partir de Dumazeider (1973), existe uma relação linear entre os líderes de opinião (indivíduos moralmente exemplares), os meios de comunicação e a base da pirâmide social, contra a qual disparam os padrões comportamentais incansavelmente reproduzidos nas tramas televisivas.

televisão emerge na sociedade contemporânea como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), no sentido que o toma Althusser (1970), através do qual são (re)produzidos saberes e dizeres que atendem a uma formação ideológica fundamentalmente tradicional e religiosa.

Dito isso, pode-se afirmar que a Globo, que atualmente encontra-se entre as maiores e mais influentes emissoras de TV do mundo, ocupa, hoje, uma posição consideravelmente importante na linha de montagem dessa Indústria Cultural. Partindo desse princípio, é importante perceber que a formação discursiva onde se inscrevem os saberes e os dizeres produzidos por esta empresa, o carro-chefe da produção e exportação de sua mercadoria no Brasil, é decisiva no que diz respeito aos sentidos que serão estabilizados, cristalizados no imaginário popular da cultura brasileira.

Como dissemos, a incidência de personagens gays nas tramas das novelas produzidas pela Rede Globo foi minuciosamente estudada pela pesquisadora e jornalista Fernanda Nascimento (2015), que analisou 126 papéis, em 62 novelas, de 1970 a 2013. Levando em consideração diversas particularidades das personagens, como faixa etária e classe social, o mapeamento realizado parece trazer à tona uma preponderância acentuada de homens homossexuais afeminados emergindo como o alívio cômico das tramas. Personagens com essas particularidades passaram a ser identificados na década de 1970, isto é, cinco anos depois do surgimento da emissora, quando os primeiros gays surgiram na teledramaturgia brasileira. Eles foram classificados por Fernanda Nascimento como *camp*, categoria na qual ela reuniu os homossexuais com comportamento exageradamente afetado, artificial ou teatral. Além de integrarem os núcleos cômicos, essas personagens também pertenciam à classe média e baixa, ao passo que aquelas cuja performatividade era delineada por trejeitos mais heteronormativos estavam vinculados à classe média e alta. Nas décadas de 1980 e 1990, as personagens gays seguiram com as mesmas características artificiais, mas agora estavam vinculados à criminalidade. A partir dos anos 2000, a representação das personagens gays passa a ser delineada com base em um modelo essencialmente heteronormativo e de classe média e alta. Das 62

telenovelas em que foram identificadas personagens homoafetivas, 36 foram exibidas no horário das 21h, 22 no horário das 19h e apenas 4 na faixa das 18h.

Pensando no jogo da memória e do esquecimento aliado aos dados coletados por Nascimento (2015), que, aqui, são tomados como o nosso arquivo, o que nos salta aos olhos é o modo através do qual os sentidos da comicidade, da vilania, da criminalidade e da pobreza são alinhados à identidade homoafetiva na cultura brasileira, de modo a instaurar e legitimar, pela via do ideológico, que, aos sujeitos homoafetivos, sejam atribuídos esses e não outros sentidos. Isso se dá, como dissemos, pelo efeito ideológico do esquecimento, pelo movimento de historicização dos sentidos a partir do qual os sujeitos, entendidos aqui como sujeitos assujeitados, como sujeitos interpelados pela ideologia sob a ilusão da escolha e da autonomia, são levados a ocupar posições no discurso que, filiadas a determinadas formações ideológicas, fazem com que a identidade homossexual seja dita da forma com que se diz. Assim, uma vez que os sentidos vinculados à identidade homossexual são alinhados a noções depreciativas, eles passam (se) historicizar, na e pela memória discursiva, donde os efeitos da marginalização e do preconceito que resultam do gesto de legitimação e retroalimentação destas distorções identitárias.

Remontamos, neste momento, àquilo que nos diz Pêcheux (1990) sobre os sentidos não pertencem somente aos sujeitos, mas ao real da história e ao real da língua, para afirmar que, sendo a Rede Globo uma importante entidade na linha de montagem disto que chamamos de Indústria Cultural, ela desempenha um papel decisivo dentro do processo de elaboração histórica dos sentidos e das identidades de sujeitos que, uma vez clivados pelo inconsciente e interpelados por uma formação ideológica onde se veem (re)produzidos e legitimados os efeitos fóbicos de sentido a que nos referimos anteriormente, são produzidos à luz dos valores éticos, estéticos e morais apregoados por uma elite essencialmente conservadora. Desta forma, apaga-se a movimentação de sentidos outros para, assim, se apagar a movimentação de sujeitos outros, garantindo a manutenção dos parâmetros conservadores da cultura brasileira à medida que se interdita a circulação de sentidos e, conseqüentemente, de sujeitos homoafetivos. Autorizada pelo poder simbólico que ela detém, a emissora

potencializa, dessa forma, o trabalho de estabilização dos sentidos que, girando em torno de um discurso fundamentalmente homofóbico, produzem um gesto de silenciamento de outros discursos possíveis sobre a comunidade LGBTQIA+. Isso porque, uma vez que atendem aos interesses da classe conservadora dominante essencialmente tradicional e religiosa, os dizeres que circulam no interior desta formação discursiva calam, silenciam dizeres outros, sobretudo em vista da acepção de que palavra e silêncio andam juntos na movência dos sentidos, uma vez que tudo que se diz, quando se diz, silencia tudo não foi dito (ORLANDI, 2007).

Diante desse panorama, parece-nos que a representação homoafetiva na trama das novelas da Globo esteve, por um bom tempo, longe do que se espera de uma representatividade genuína. Dito isso, torna-se inevitável observar que a teledramaturgia brasileira realizou, durante aproximadamente 30 anos, um papel fundamental na perpetuação de uma violência simbólica por intermédio da estabilização de sentidos absolutamente perniciosos à população LBTAQIA+. Por outro lado, embora tenham tardado a vir à tona, é preciso também pôr em relevo a importância de representações que têm trazido à tona a possibilidade de desestabilizar e de ressentificar os sentidos que ao longos desses 62 anos cristalizaram e legitimaram, na e pela memória, o efeito da homofobia na cultura brasileira: em tramas mais atuais, como na novela Amor à vida (2014), foi exibido o primeiro beijo gay da teledramaturgia brasileira, protagonizado pelos atores Matheus Solano e Thiago Fragoso. Além desta cena, que deu origem a uma grande repercussão nas redes sociais, há ainda o beijo lésbico entre personagens de terceira idade, interpretadas por Nathalia Timberg e Fernanda Montenegro, na novela Babilônia (2015). Cenas como essas são de uma relevância verdadeiramente considerável no movimento de contradição, de ruptura contra saberes que vinham sendo cristalizados na matriz interdiscursiva da nossa teledramaturgia, sobretudo às vistas da possibilidade de, juntas, apontarem para um horizonte em que, a partir do mesmo, seja possível dizer o diferente, o outro, de outro modo. Dessa forma, a televisão emerge, na contemporaneidade, como um aparelho ideológico bastante significativo no movimento de inscrição histórica dos sentidos, caminhando “cada vez

mais rumo a universos em que o mundo social é descrito e prescrito pela TV” (BOURDIEU, 1997).

Efeitos de conclusão

Embora as telenovelas não tenham sido a entidade que deu à luz o discurso da homofobia na cultura brasileira, posto que as raízes desses dizeres encontram-se fincadas em solos muito mais remotos do contexto social, histórico e político em que foi constituída a identidade do nosso povo, fincadas no interdiscurso, no dito a que constitutivamente remonta o dizer no movimento histórico de elaboração dos sentidos, parece-nos que, ainda assim, e talvez por isso mesmo, elas se impõem como uma AIE que atua de modo a legitimar e perpetuar o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+. Dito de outro modo, opera como uma instituição que, à serviço de uma formação ideológica essencialmente conservadora, possui um papel fundamental no processo de estabilização de dizeres a partir dos quais são gerados efeitos fóbicos de sentido, dizeres que (re)tomam o já-dito, (re)organizando-o sob a forma do pré-construído, à medida que os cravam profundamente nas entranhas de um povo que, como afirma Adorno (1987), teve a sua consciência suplantada pela Indústria Cultural por intermédio daquilo que Bourdieu (1998) chama de violência simbólica.

Apesar dos percalços envolvidos na busca por uma maior visibilidade LGBTQIA+ na dramaturgia da Rede Globo, é notório que essa minoria tem conquistado, com passos pacientes, cada vez mais voz e espaço, seja porque, no caso de *Amor à vida* (2014), rompem com a regularidade prescritiva em função da qual se institui que somente beijos heteronormativos são aceitos nas telenovelas, seja porque, no caso de *Babilônia* (2015), ousam exibir um beijo lésbico entre idosas.³ Para

³ A faixa etária das personagens torna-se um fator importante em vista da hipótese de que o beijo lésbico parece sofrer uma retaliação muito menor do que o beijo gay quando se tratam de duas mulheres jovens, um efeito de sentido que pode ser pensado, por exemplo, a partir da repercussão mínima do primeiro beijo lésbico oficial da TV aberta, protagonizado pelas atrizes Giselle Tigre (39 anos) e Luciana Vendramini (40 anos), na novela *Amor e Revolução* (2011), no SBT. É importante pôr em relevo que para melhor explicar os (im)possíveis desdobramentos de sentido que daí derivam, é preciso melhor pensar e explicar não somente esse como outros

além disso, após a repercussão negativa da escalação da atriz cisgênero Carolina Duarte para interpretar uma personagem trans em *A Flor da Pele* (2017)⁴, a emissora contratou a atriz trans Gabriela Loran para atuar em *Malhação* no ano de 2018, mostrando que, embora as telenovelas tenham sido usadas, por aproximadamente 45 anos, como ferramentas de prescrição de padrões culturais preconceituosos, ela pode ser reorganizada para a legitimação do amor livre e igualitário, independentemente de orientação sexual.

No entanto, embora esta mudança em curso possa se apresentar sob a forma da elaboração de uma representatividade genuína, ela também pode ser pensada pela via da noção de antecipação enquanto uma formação imaginária que leva o discurso a ser (re)produzido da forma que se espera que ele o seja. Às vistas disso, cabe analisar a forma com que a Indústria Cultural tem se antecipado à recepção do dizer, o que, parece-nos, se apresenta como questões a serem mobilizadas em trabalhos futuros.

Referências

- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

materiais, sobretudo porque, neste caso, certamente seria preciso considerar também o próprio alcance das duas emissoras como um aspecto de influencia.

⁴ Em roda de debate com mulheres trans do *Projeto Damas*, quando questionada pela escolha da atriz Carolina Duarte para o papel, a autora Glória Perez (2016) justificou sua decisão baseada na crença de que "ficará mais fácil para o público colocar uma mulher, que se incomoda com seu corpo, que odeia seus peitos crescendo, e que quer ser homem", ao que foi questionada, tendo em vista a regular falta de representatividade LGBTQIA+ na teledramaturgia da emissora, se não seria possível escalar um mulher trans para o mesmo papel. À época, o debate também ganhou repercussão considerável no espaço digital, donde as críticas à fala e à decisão da autora.

- CORRÊA, T. G. *Contato imediato com a opinião pública: os bastidores da ação política*. São Paulo: Global, 1993.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KRAMER, Rita. *Da inspiração à interpelação: o discurso fitness no Instagram*. 2020. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39008>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- LIMA, V. A. A opinião privada tornada pública. *Observatório da Imprensa*, ano 12, n. 342, 16 ago. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-opinio-privada-tornada-publica/>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990a.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (1969)*. Tradução: Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- SILVA, F. S. *Bicha (nem tão) má: representações da homossexualidade na telenovela. Amor à Vida*. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

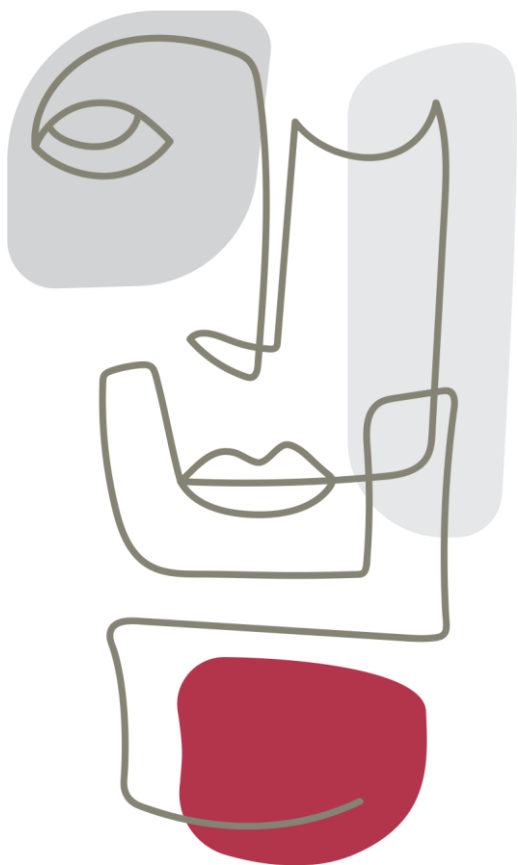
Pedro Henrique Carvalho de Arruda

Graduando da Licenciatura em Letras - Português pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV), onde desenvolve, sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Galli, pesquisa relacionada às práticas discursivas no espaço virtual (PIBIC 2021-2022). E-mail: pedrocarvalho1007@gmail.com.



DISCURSO, DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIA





Mirielly Ferraça

(R)ESISTÊNCIA NA CIDADE: MOVIMENTO DE
ESPAÇOS, SUJEITOS E SENTIDOS

Este texto foi apresentado no IX SEAD, em 2019, no Simpósio VI *Discurso, resistência, espaço urbano*, coordenado por Silmara Dela Silva e Suzy Lagazzi, sendo esta uma versão expandida do artigo publicado nos Anais do evento. Trata-se de um pequeno recorte da tese de doutorado (*R*)*esistir no Jardim Itatinga: laços entre sujeitos e espaço urbano* (2019), defendida no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, Unicamp. Especificamente nesta reflexão, procuro discutir sobre a espacialização dos sentidos na cidade e sobre o processo de constituição de sujeitos e sentidos, considerando a imbricação entre resistência e existência no cotidiano urbano.

É em Campinas-SP que se encontra o Jardim Itatinga, espaço que se constitui como *objeto* de investigação deste trabalho. Localizado entre as Rodovias Santos Dumont e Bandeirantes, a 11 quilômetros do centro citadino, o bairro foi construído na década de 60 pelo poder público campineiro a partir de um projeto de higienização urbana. Cortiços foram demolidos, casas de prostituição fechadas e muitas das prostitutas que moravam e trabalhavam em áreas consideradas “nobres”, espaços urbanística e economicamente valorizados, foram levadas para os *confins* da cidade. Hoje quase duas mil prostitutas trabalham pelas ruas do bairro¹.

Entre 2016 e 2017 realizei entrevistas com moradoras, moradores, trabalhadoras, trabalhadores e comerciantes do Jardim Itatinga². Além das entrevistas que compõem o *corpus*, outras materialidades significantes (LAGAZZI, 2015) compuseram o arquivo de análise: mapas, Plano Diretor Estratégico (1938, 1970, 1991, 1996, 2006, 2016) da cidade de Campinas, notícias e reportagens publicadas entre 1960 a 2017 nos jornais *Folha de S. Paulo*, *Diário do Povo* e *Correio Popular*, fotografias tiradas durante as várias visitas ao bairro. É a partir da tensão entre essas diferentes materialidades que busco compreender os sentidos que se

¹ Afirmando a não-homogeneidade do espaço. Nas entrevistas, materializam-se divisões e diferenças: *rua das universitárias*, *rua das mais velhas*, *rua das travestis*. Fala-se também na presença de transexuais, indígenas, michês. Diferenças étnico-raciais, de classe e de gênero atravessando e constituindo as relações sociais e a própria prostituição nesse espaço.

² Apesar de os moradores entrevistados (muitos moram há mais de 10 anos no bairro) não se relacionarem diretamente com a prostituição, a relação de trabalho, de todos os entrevistados, sempre é atravessada pela prostituição.

espacializam pela urbe, perguntando pelos laços que enlaçam sujeitos e Jardim Itatinga, questionando também de que modo os sujeitos (*r*)*esistem* na cidade.

Considero que a experiência social urbana conduz à produção de laços. Laços que se dão pelo discurso, tecidos e estruturados pela linguagem, nos e pelos processos de produção histórico-ideológicos, na e pela ação política do Estado, que recorta espaços e ordena o lugar dos corpos (do sexo e das prostitutas) pela cidade. São nas condições de produção de um bairro criado pelo Estado para ser *o lugar* da prostituição na cidade, num espaço política, histórica e geograficamente segregado, lugar de moradia e de trabalho para quase duas mil prostitutas, lar e lugar de trabalho para muitos sujeitos, que relações sociais se estreitam e se entrelaçam.

Durante o percurso teórico-analítico, esbarrei, muitas vezes, nesse lugar: a (*r*)*esistência*. No entanto, é preciso dizer que a resistência não era uma pergunta prévia que antecedia e conduzia a análise. Embora hoje configure uma inquietação em meus questionamentos, a composição do entrelaçamento dos significantes existência e resistência veio durante o percurso, quando, ao me deparar com os deslizos, as brechas e as falhas que permeavam o espaço urbano e suas relações, percebi que de algum modo a existência cotidiana dos sujeitos no Jardim Itatinga produzia movimento de sentidos, de espaços e de práticas, produzia outros pontos de ancoragem e de identificação para os sujeitos que vivem e trabalham nesse espaço da cidade de Campinas.

A (*r*)*esistência*, tal como proponho, se ata e se entrelaça às práticas cotidianas, ao modo como o sujeito encontra brechas possíveis para movimentar-se pelo discurso no espaço urbano. Movimento e deslize que toca o simbólico e o político. Na proposta de escrita, o entrelaçar de significantes que juntos significam essa relação do sujeito no cotidiano: uma existência que encontra resistência, uma resistência que se dá pela existência. Uma (*r*)*esistência* que não é do sujeito, mas se encontra no sujeito, em conjecturas específicas de produção de sentidos. Na grafia, o entrelaçar de *vida* e de revolta, de poesia e de política. A proposta de escrita encontra a transcrição fonética de ambos os significantes que na similitude do som se imbricam:

existência [i.zis.t'ēj.sjə] e resistência [xe.zis.t'ēj.sjə]³. O “s” fora de lugar, que produz estranhamento nessa proposta de escrita, é a marca do sujeito que vacila entre o lugar que ele *deve* ocupar na cidade e aquele em que ele *ousa* estar, deslocando sentidos. O “s” é, desse modo, nessa composição, a inscrição do sujeito no enlace entre resistência e existência. Uma (*r*)*esistência* que se marca na língua.

Esse modo de escrita, que entrelaça existência e resistência, encontra a *vida* narrada nos relatos colhidos; encontra a *vida* em sua espessura poética e política. É na existência, nessas condições de produção, na falta e na falha do Estado, na individu(aliza)ção (ORLANDI, 2012) do sujeito em sujeito de direito, que é possível encontrar furos e brechas para resistir frente a um social que retalha, divide, exclui, *confina*; mata. São nesses pontos em que o ritual se quebra que é possível para o sujeito se reconhecer (se desconhecendo) diferentemente em outros pontos de ancoragem (LAGAZZI, 2016). Reconhecer-se em novos sentidos é, para Suzy Lagazzi (2016), a possibilidade de produzir “furos no social”, podendo “resistir simbolicamente”. No ordinário do sentido, o *real* (ORLANDI, 2012) irrompe pelo equívoco fazendo e refazendo sentidos, borrando espaços, possibilitando formas outras de identificação dos sujeitos com o espaço de morada, de trabalho de convivência. O habitual desdobra-se.

Ao longo da análise, desenvolvida na tese, aponto para os laços que os sujeitos estabelecem com o espaço, pontos de identificação que entrelaçam os sujeitos e (n)o Jardim Itatinga: laços de afeto e desafeto, de convivência e sociabilidade, religiosos e espirituais, de trabalho, de existência, de *sobrevivência*. No recorte realizado para este artigo, selecionei três sequências discursivas (SD) que colocam em tensão *afetos* e *desafetos*. As SDs 1 e 2 se referem a uma entrevista realizada com uma moradora e seu marido. Ela trabalha lavando roupas para as *casas de prostituição* e também possui uma pequena mercearia. Ele trabalha em uma das empresas que funcionam no bairro. Eles possuem um filho e residem no Jardim Itatinga há mais de 15 anos:

³ Para a transcrição fonética, utilizou-se para consulta o site: <http://portaldalinguaportuguesa.org>. Acesso em: 02 maio 2021.

SD1: Pesquisadora: E o que que o Jardim Itatinga é para vocês?

Entrevistada: Eu, se fosse pra mim falar do...do bairro, assim... hoje, assim...hoje, assim tanto tempo...hoje, **se eu viesse de lá de fora hoje**, não lá dessa Rondônia, de onde eu vim, que eu não gosto, mas se eu morasse ainda em São Paulo, em São Bernardo dos Campos onde foi até os meus 18 eu vivi, se fosse pra mim sair de lá e falar: “não, eu vou morar no Jardim Itatinga”, **por mais que eu goste daqui, eu não viria.... pra ser sincera, eu não viria**. Se fosse pra mim sair de lá, a idade que eu tenho hoje, 52 anos, pra morar **AQUI** eu não vinha, eu ficava em São Bernardo dos Campos, que é um lugar que eu gosto bastante, ficaria lá. Hoje, essa minha idade... se fosse pra mim sair daqui, **mas é que moro na minha casinha própria**, né, mas fosse....assim, pra mim sair de São Bernardo e falar: **“eu vou direto morar no Jardim Itatinga”, EU não viria** (Moradora. É lavadeira de roupas).

SD2: Pesquisadora: A senhora disse que se a senhora conhecesse o bairro hoje, né, não viria?

Entrevistada: **Hoje, hoje eu morasse em São Bernardo do Campo viesse passear aqui, eu não moraria aqui, não moraria.**

Pesquisadora: Agora, pensando assim, aqui foi onde a senhora criou o seu filho, passou aqui 20 anos, considerando isso o bairro não tem um sentido especial? Assim, porque a gente sempre gosta do lugar que a gente mora, né?

Entrevistada: É, é a gente gosta de onde mora, **eu até gosto daqui, mas se fosse para escolher...** hoje em dia... acho que até uma época atrás... até uns dois anos atrás eu até escolheria morar aqui, mas... na metade de 2015 pra 2016 é fora de discussão.

Pesquisadora: Piorou o barulho ou outras coisas também?

Entrevistada: Ah, umas outras coisas, não moraria! Por mim, **eu detonaria o bairro** (Moradora. É lavadeira de roupas).

Entre um gostar e um desgostar, afetos e desafetos são discursivizados. Os marcadores argumentativos trabalham os sentidos de modo a enfatizar e a dar mais força ao argumento final: *EU não viria* [não moraria [mais] no Jardim Itatinga], ainda que este seja enunciado a partir do modo subjuntivo, como hipótese, possibilidade, desejo. Em 01, a oração subordinada iniciada pela concessiva *por mais que* introduz como concessão o fato de gostar do local de morada, mas, na sequência, esse argumento é recusado na repetição de um mesmo desejo: “por mais que eu goste

daqui, **eu não viria**.... pra ser sincera, **eu não viria**". Na formulação seguinte, o adversativo vacila entre argumentos distintos: de um lado a propriedade privada como argumento definitivo e decisivo para a permanência no local, de outro, na inscrição de possibilidade, o desejo de não estar/ficar ali: (01) "Hoje, essa minha idade... se fosse pra mim sair daqui, **mas** é que moro na minha casinha própria, né, **mas** fosse....assim, pra mim sair de São Bernardo e falar: 'eu vou direto morar no Jardim Itatinga', **EU não viria**". Ainda que a propriedade privada seja um argumento decisivo para fazer com que o sujeito permaneça no bairro, inclusive a construção sintática aparece no presente do modo indicativo, "mas é que **moro** na minha casinha própria", o modo subjuntivo reiterado e repetido com frequência, somado à força da entonação, enfatizam o desejo de sair, ou, na situação hipotética, de nunca ter vindo. Na sequência 02, os operadores *até* e *mas* funcionam na inscrição de uma escala de sentidos e reforçam o direcionamento argumentativo que inscreve com força o desafeto: "eu **até gosto daqui, mas** se fosse para escolher..."; o desejo de sair/nunca ter vindo inscreve-se nas reticências, que, pelo espaço não preenchido, encontra o desejo já enunciado. Assim, pela repetição insistente de uma hipótese, de um desejo de sair ou de nunca ter vindo, a discursivização de um desafeto com o local de morada. Afetos e desafetos tensionam-se entre a afirmação de permanecer e a possibilidade (incerta, mas desejosa) de sair.

Destaco ainda que, nessas sequências discursivas (01 e 02), repetidamente, o advérbio *hoje* inscreve-se marcando uma divisão temporal: "Eu, se fosse pra mim falar do...do bairro, assim... **hoje**, assim...**hoje**, assim **tanto tempo...hoje**, se eu viesse de lá de fora **hoje**", "**Hoje**, essa minha idade... se fosse pra mim sair daqui", "**Hoje, hoje** eu morasse em São Bernardo do Campo viesse passear aqui, eu não moraria aqui, não moraria", "mas se fosse para escolher... **hoje em dia**... acho que **até uma época atrás... até uns dois anos atrás**, eu até escolheria morar aqui, mas... na **metade de 2015 pra 2016** é fora de discussão"; antes, o Jardim Itatinga foi uma escolha, hoje não é mais. O tempo do presente insistentemente marcado diz sobre o desgosto com o local de morada, com o desejo de **hoje** deixar o Jardim Itatinga. No entanto, essa divisão temporal produzida na formulação funciona na relação com um passado em

que o Jardim Itatinga **foi** uma escolha possível para a família. Na formulação “acho que **até uma época atrás... até uns dois anos atrás, eu até escolheria morar aqui, mas...** na **metade de 2015 pra 2016** é fora de discussão”, o sujeito marca temporalmente um momento em que a escolha, o laço afetivo com o local de morada passou a tensionar fortemente afeto e desafeto. Desse modo, destaco como os marcadores temporais incidem com insistência e colocam em funcionamento afeto e desafeto, dando visibilidade à tensão que constitui o laço com o bairro.

Chamo ainda a atenção para a formulação que encerra a seqüência discursiva 02: “Pesquisadora: Piorou o barulho ou outras coisas também? Entrevistada: Ah, **umas outras coisas**, não moraria! Por mim, **eu detonaria o bairro**”. Essas *outras coisas a mais* que fazem o Jardim Itatinga não ser mais uma opção de morada não são enunciadas. O silêncio presente nesse *algo que não se pode dizer* toca a contradição histórico-político-ideológica que retalha a cidade, que organiza corpos pelo território, que constitui sujeitos. Em outras seqüências trabalhadas durante esse percurso teórico-analítico, fala-se em exploração [de prostitutas], cárcere privado e violência urbana, práticas sociais que se relacionam com o modo como o Estado trata (ou não trata) (d)esses problemas, deixando alguns grupos mais vulneráveis a essas situações do que outros. É esse *algo* não enunciado, esse desafeto pelo lugar em que se vive que inscreve na enunciação o desejo de *destruição* do lugar.

Essa tensão entre afetos expõe a contradição que constitui o urbano em sua relação político-histórico-ideológica. É preciso lembrar que as condições de produção nas quais esses sujeitos produzem laços com o urbano se constituem em meio ao funcionamento ideológico de nossa formação social na relação com o poder do Estado de ordenar a vida e a morte (FOUCAULT, 2005; BUTLER, 2016), de organizar a urbe e o corpo dos sujeitos pelo traçado urbano. Vale relembrar as condições de produção de criação do Jardim Itatinga, espaço criado para *confinar*⁴ a prostituição na cidade de Campinas, a partir de uma política de higienização urbana. Assim, os laços entre sujeitos e espaço se dão nesse urbano dividido pelo Estado, cindido por

⁴ Esse significante compareceu nas entrevistas e nas notícias que compõem o arquivo de análise: bairro confinado, vidas confinadas, prostituição confinada, mulheres confinadas.

discursos que separam sujeitos e delimitam seus espaços de permanência e circulação, retalhado por um discurso político-urbanístico que, sob a defesa da revitalização urbana, manda para longe e para *fora* da cidade determinados grupos sociais; divisões atravessadas por questões étnico-raciais, de classe e de gênero. Os laços se constituem a partir desse mesmo discurso político-urbanístico que, desigualmente, investe em infraestrutura privilegiando áreas e regiões restritas da cidade, que, desigualmente, oferece políticas públicas de acesso à educação, cultura e lazer, que, desigualmente, combate a violência (que se desdobra pelo traçado citadino como um sintoma dessa falha estatal). Tensionam-se memória e esquecimento; presenças e ausências: pela presença reiterada diariamente da exclusão e da violência, pelas ausências do investimento que se deveria fazer na urbe e que não se faz. De outro lado, é neste espaço o lugar da morada e do convívio familiar e comunitário, do trabalho e do lazer. É nessas condições de *existência* que laços são produzidos; é essa complexidade histórico-político-social que afeta sujeitos, espaços, sentidos. Nesse sentido, considera-se que os processos de identificação se dão também, como defende Eni Orlandi (2012), pelo processo de individuação do sujeito pelo Estado.

Assim, laços de equivocidade são tecidos nesse espaço: relações sociais encontram a contradição e o conflito que permeiam e constituem esse território, desembocando em formas outras de viver em um espaço em que o Estado *fal(h)(t)a*⁵. É apesar da falta e apesar da falha que os sujeitos encontram a *vida*. Viver, nessas condições de produção, é, tal como em outros lugares, estabelecer relações de afeto com o lugar de morada, laços sociais entre as pessoas da *comunidade*, laços *informais* de trabalho. Enlaces vários que, não sem contradição, também se atam a *desafetos*. Destaco, ainda, mais uma sequência discursiva para pensar nessa relação tensa e contraditória dos afetos:

SD3: E eu cuidei de criança, viu? Tinha dias que eu estava com 19 crianças aqui, você não sabe o que que é o **sufoco** que eu passava. O Cepromm me deu

⁵ Eni Orlandi (2012, p. 230) considera a falha como estruturante do Estado e a falta do Estado como “uma forma de presença em condições de produção em que deveria estar lá e não está, falta”.

pra mim duas caçarolas que eu tenho até hoje aqui, fazia uma de macarrão, fazia outra de arroz, fazia outra de carne e tratava das crianças e fazia aquele jarrão de suco assim pras criança. E eles brincavam... **Só que aquele tempo eu não podia ter nenhuma flor na minha porta, as rosas eles acabaram com tudo. Depois que eu parei de cuidar de crianças, fui plantando flor outra vez, que eu adoro flor (risos).** Mas **eu tenho orgulho** de cuidar de filho dos outros, eu cuidei de muita criança e **se um dia eles tiverem a família deles eles vão falar muito de mim** (Moradora. É *cuidadora*).

Depois das crianças, flores. Esse depoimento expõe dureza e doçura. *Entrar* no bairro e na *casa* dos sujeitos que compõem esta pesquisa com suas histórias é, como defende Michel Pêcheux (2008, p. 48), “se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido”, é escutar a *vida* ser narrada. De todos os depoimentos colhidos pelo bairro, este foi um dos que mais me pegou. Passei três horas nessa *casa*, sentada na sala. No meio da entrevista, um intervalo para um café passado na hora. *Cuidadora* de crianças, o depoimento mostra um pouco sobre seu trabalho. Na *casa*, 19 crianças. O que eu não sabia é que essas crianças não são buscadas pelas mães às 18 horas, depois do trabalho, tal como imaginariamente pensamos que é o trabalho de uma *babá*. As crianças permaneciam com ela durante toda a semana e, às vezes, as mães apareciam aos domingos. Algumas crianças permaneceram anos em sua *casa*, até que um parente próximo aparecia para levá-las embora. A dor de dizer adeus a essas crianças se materializa nas entrevistas; muitas ficaram três anos em sua residência, sob seus *cuidados*.

Compreendi, então, a complexidade que permeava as relações sociais no Jardim Itatinga. Uma relação de trabalho atada à prostituição, que se desenrola em laços de carinho, amor, *cuidado*. Laços de *vida*, mais uma vez, discursivizados. Essa sequência também dá visibilidade às relações familiares outras construídas nesse espaço, nessas condições de produção. Mães que deixam os filhos na *casa da cuidadora* para trabalhar nas *casas de prostituição*, que fazem visitas aos filhos aos domingos. Mães, como essa do relato, que deixam os filhos anos com a *cuidadora*. De outro lado, relações empregatícias que se desatam em relações familiares. As crianças permaneciam sob seus cuidados durante toda a semana, conviviam com sua família, constituíam sua família. Nessa SD, a compreensão de que as relações

familiares pelo Jardim Itatinga são muitas e heterogêneas, mesmo que os dizeres que nomeiam a morada com as placas *residência familiar* e *casa de família*⁶ se inscrevam numa memória burguesa que busca definir o que é **família**. Tratam-se de arranjos familiares que se estabelecem nessas condições de produção e que dizem sobre modos possíveis de viver a *vida* nesse espaço (e, eu diria, em tantos outros por nosso país): mães que pouco veem seus filhos, devido ao modo como se constitui seu trabalho; *cuidadoras* que se tornam a família de várias crianças também como decorrência de um modo outro de trabalho.

Essa dureza do cotidiano e o relato tão poético sobre plantar flores e cuidar de crianças diz muito sobre o Jardim Itatinga e a relação dos sujeitos com o espaço. Entre o *cuidado* de flores e o *cuidado* de crianças, laços de afeto e desafetos compõem uma cena trivial do cotidiano, na qual as crianças *acabavam* com as flores e que, agora, na ausência das crianças, as flores florescem. Entre o afeto das crianças e das flores e os desafetos do trabalho que, apesar da doçura e do amor, expõe dureza e dificuldades. O trivial expõe modos de *(r)esistir* pelo urbano. Chamo a atenção para dois pontos fortes que se entrelaçam nessa sequência: o primeiro se relaciona ao vínculo empregatício ligado à prostituição e como esse, nessas condições de produção, desdobra-se em laços que ultrapassam a relação de trabalho. O laço de trabalho é um forte laço que organiza as relações sociais nesse espaço e que se desdobra em laços de afeto, laços de convivência, laços familiares. O trabalho, atravessado pela prostituição, dá ancoragem aos sujeitos nesse espaço. O segundo diz respeito ao modo como o cotidiano, também nessas condições de produção, compõe o comum de um bairro, que, nessas relações sociais, é tido como *natural* para os sujeitos. O trabalho de uma *cuidadora* no Jardim Itatinga funciona no entrelaçamento com a existência da prostituição, inclusive a divisão do tempo de trabalho de uma *cuidadora* funciona no encontro com o tempo e o modo de trabalho de uma prostituta. O trabalho da *cuidadora* funciona nessa especificidade, num tempo

⁶ Esse é um ponto analítico bastante importante na tese. A arquitetura espacial do Jardim Itatinga é constituída pela predominância de *casas de prostituição* e de algumas outras que (ins)(es)crevem nas fachadas: *casa de família* ou *residência familiar*, disputando os sentidos para *casa* e para *família* no bairro.

outro, num modo outro de *cuidar* de crianças. É esse tempo outro e esse modo outro que compõem o dia a dia do trabalho de uma *cuidadora* que faz com que os laços empregatícios se deem em meio a laços de afeto, de carinho e *cuidado* (um cuidado que se demora, um cuidado que dura anos). É o cotidiano, composto por práticas possíveis de existência, que nessas condições de produção produz como efeito pontos outros de ancoragem para os sujeitos, sentidos *comuns* e *possíveis* que dão suporte aos sujeitos que nesse espaço *vivem* e se relacionam. Formas outras de *(r)esistir* nesse espaço que se dão em meio a laços de trabalho, que se desdobram em laços sociais outros.

São *vidas* que compõem as entrevistas coletadas, e disso não se pode esquecer. Parafraseando Michel Pêcheux, questiono: o que, senão a *vida*, que se *revolta e resiste*? Experiências pessoais e cotidianas que se dão a partir do e no poder do Estado de gerir o urbano, de organizar corpos pela cidade, de controlar o sexo (insubmisso) dos sujeitos; são *vidas* que se constituem em meio aos processos de reprodução(-transformação) ideológica; *vidas* que só são *vidas* como tais porque se inscrevem na linguagem e no simbólico e é por se inscrevem na linguagem e no simbólico que há a possibilidade de mudança.

Nesse percurso teórico-analítico, deparei-me com a metáfora, sentidos que deslizam em encontros equívocos, *real* da língua que encontra *real* da história (GADET; PÊCHEUX, 2010), cotidiano que, em condições de produção dadas, permite movimento. Assim, considero o cotidiano não como o banal ou o senso comum, mas como aquilo que, pela repetição que lhe é constitutiva, permite que o sujeito *(r)esista* num social desigualmente dividido, fraturado por relações sociais cada vez mais tensas, cotidiano, como o lugar da *invenção do dia a dia*. Lugar onde o inesperado irrompe fazendo e refazendo sentidos, oferecendo possibilidades outras de identificação para o sujeito, possibilidades outras de reconhecimento.

Referências

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FERRAÇA, Mirielly. (R)esistir no Jardim Itatinga : laços entre sujeitos e espaço urbano. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP, 2019.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução: Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285-315.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2010.

LAGAZZI, Suzy. Resistência simbólica. In: MARIANI, Bethania (coord.). *Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise dos Discurso e áreas afins*. Niterói: LAS – Laboratório Arquivos do Sujeito/UFF, 2016.

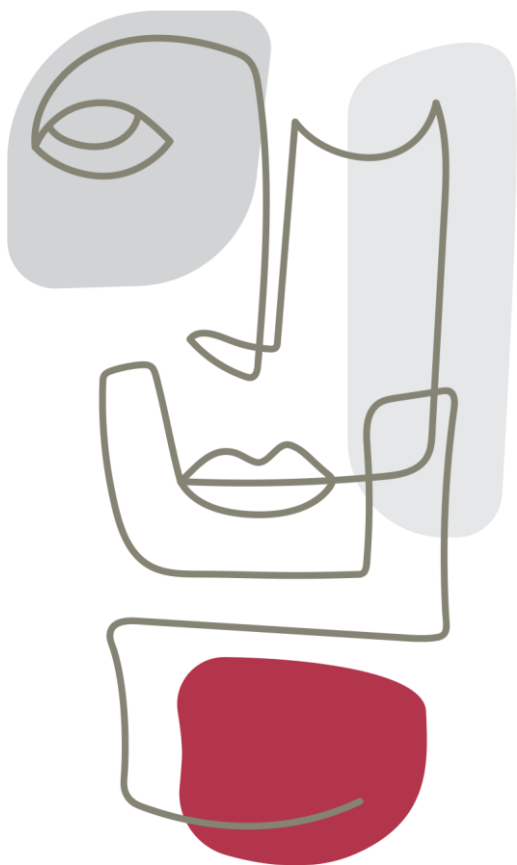
LAGAZZI, Suzy. Paráfrase da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória do equívoco. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 177-189.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

Mirielly Ferraça

Doutora em Linguística (Unicamp). Docente do curso de Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Pesquisadora nos grupos: Estudos do Texto e do Discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos (UFPR/Unicentro) e O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem (Unicamp).



Caroline Bezerra do Nascimento

**A LEITURA DE IMAGEM: O GRAFITE
LATINO-AMERICANO COMO OBJETO
DE LEITURA E RESISTÊNCIA**

Introdução

A leitura de imagem associada ao grafite latino-americano como arte urbana chama à necessidade de abordar questões diversas, principalmente quando este último é visto como elemento que simboliza resistência e diversidade através da arte. O estudo desenvolvido no presente trabalho visa entender como o grafite pode ser percebido como objeto de leitura e resistência, uma vez que pode levar os sujeitos-leitores a desenvolver um olhar crítico e transformador acerca das diferentes realidades em que estão inseridos estes sujeitos e as obras.

Para isso, a leitura de imagem é colocada aqui como prática que provoca movimentos interpretativos nos sujeitos-leitores, levando-os ao interesse em encontrar os efeitos de sentidos que podem ser produzidos mediante a leitura da imagem-texto. Desse modo, desenvolver um estudo em que a leitura de imagem esteja associada ao grafite não diz respeito apenas a observá-lo enquanto técnica artística que colore as ruas das cidades, mas fazer vir à tona as questões de ordem cultural, social e estética que fazem do grafite matéria significativa para os sujeitos enquanto leitores da cidade, para os cidadãos.

Refletir sobre o grafite, portanto, enquanto materialidade (discursiva) representativa de resistência e diversidade aponta para um caminho pelo qual se deve passar, o que está por trás da arte urbana latino-americana -considerando-se as especificidades que caracterizam a proposta temático-estética do grafite latino-americano com relação a outras formas de expressão da arte urbana mundial. Esse grafite mencionado aqui é o grafite que reivindica a cidade como espaço de expressão, dando lugar a que os sujeitos invisíveis sejam vistos e ocupem a cidade; além disso, representa um movimento de interpelação dos sujeitos-leitores-cidadãos a se verem como parte da cidade, enquanto sujeitos dela.

O grafite abordado neste trabalho está comprometido com uma memória social e cultural de uma sociedade, mais especificamente a latino-americana; destacamos, a partir dessa questão, a necessidade de fazer uma diferenciação entre o grafite que tratamos aqui e outros que não necessariamente se alinham a essa

proposta- como o grafite usado para fins publicitários- ainda que, de certo modo, possa ser visto como material para análise.

Por conseguinte, o grafite pensado como arte urbana demanda determinadas reflexões, tais como: a influência sobre a concepção dos espaços urbanos expressa nessa forma de arte; os imbricamentos entre os modos de os sujeitos-cidadãos se relacionarem com os espaços urbanos; e, especialmente, os embates que o grafite enfrenta como arte urbana, destacando o fato de sua legitimação enquanto arte, visto que não estão confinados a um lugar institucionalizado, como é o caso dos museus ou galerias.

Estas constatações ilustram um pouco do caráter intenso de desenvolver um estudo que associa leitura de imagem ao grafite, principalmente quando se pretende pensá-lo para o ensino-aprendizagem de língua, considerando-o como possibilidade de trabalhar o letramento verbo-visual. A partir disso, levanta-se um ponto inquietante: a importância de manejar diferentes tipos de letramento no ensino revela o grafite como um outro tipo de materialidade relevante para o resgate da memória social e cultural dos sujeitos-leitores. Tendo em vista, com isso, que os posicionamentos sociopolíticos dos sujeitos-artistas que se materializam no grafite são capazes de repercutir através da leitura no modo como se posicionam sociopoliticamente os sujeitos-leitores.

Sendo assim, o grafite enquanto texto visual se faz materialidade discursiva que pode colaborar para a construção de um letramento crítico. Nesse sentido, a arte urbana aparece como objeto privilegiado para que se possa, mediante sua leitura/apreciação, abordar problemáticas essencialmente sociais, culturais e políticas dos espaços urbanos, uma vez que o grafite latino-americano tem dado visibilidade a diferentes minorias e às culturas e problemáticas, levando-o para além dos olhos daqueles que circulam na cidade. O principal motivo de fazer o grafite latino-americano como matéria da leitura, neste trabalho, ao se pensar os espaços urbanos de cidades latino-americanas, é também a resistência e diversidade que se desdobram dessa forma de arte e que tem como finalidade demarcar o lugar de sujeitos que, ao serem capazes de delinear sua(s) identidade(s), almejam ocupá-lo.

Grafite

O decorrer de muitos acontecimentos ao longo do tempo, nos diversos espaços urbanos latino-americanos, tornou o grafite uma das expressões artísticas mais difundidas nas ruas das principais cidades latino-americanas. Entre esses motivos, é possível apontar para alguns como sendo os principais: o processo de modernização, a necessidade por expressar-se sociopoliticamente e o desejo pela autonomia sobre a própria identidade cultural e descolonizada de um grupo social.

Ainda que estas sejam algumas das principais motivações atribuídas ao grafite, é fundamental apontar o caráter que possui enquanto arte que registra questões sociais latentes nos espaços urbanos e dá visibilidade em forma de lugar de expressão às minorias que se veem no direito de se definir como parte de um contexto social diverso. Acredita-se que perceber o grafite dessa maneira tem a ver com um ato de provocação social que gera muitos conflitos, principalmente quando o público alvo é todo e qualquer cidadão que se vê automatizado pelos modos de vida (impostos) de um espaço urbano.

O fato de estar nos muros, nas ruas, traz ao grafite um outro desafio: estabelecer-se enquanto arte, visto que, em muitas cidades, o grafite tem sido tomado como uma forma de vandalismo a ser combatida. Mas é preciso, para ser arte, que uma obra esteja em um espaço determinado? Só é arte aquilo que está nas galerias e nos museus? Por que a arte urbana "incomoda" tanto? Por que incomoda tanto que a arte urbana expressa por meio de técnicas diversas, especialmente o grafite, viabilize compreensões sobre questões sociais, culturais e históricas que não devem ser adormecidas?

Desse modo, quando tratamos do caráter artístico do grafite nos referimos a:

Ambivalências da arte contemporânea, sejam os espaços institucionalizados ou não, [em que] os artistas jogam com os referenciais da cultura, da identidade, das mestiçagens, nas suas contradições, nos seus limites fluidos ou não, nos espaços, nos lugares, nos locais, enfim, "tudo" pode ser utilizado como um meio que tenta perturbar e questionar a estabilidade da sociedade (BLAUTH; POSSA, 2012, p. 151).

Se a arte precisa ser expressada em espaços institucionalizados, seu fim pode estar destinado a um afunilamento do público-alvo que a interpreta, e essa perturbação e questionamento que se desdobra através da leitura da imagem se vê controlada por um conjunto de regras que limitam o processo de significação construídos na imagem e os sentidos que se manifestam a partir dela. Não obstante, ambos espaços (institucionalizado e o não institucionalizado) manejam, de modos particulares, o político e o social, apenas partindo de concepções diferentes de sua relação com o espaço no qual se coloca.

De modo particular, os artistas grafiteiros têm “as ruas como espaço para se expressarem” (FERREIRA, 2015, p. 80) e não existe uma aleatoriedade nisso, tendo em vista que é importante para o grafite que esteja assumindo uma relação significativa com o espaço, implicando também numa relação significativa com os sujeitos. Toda criticidade e denúncia que se constroem no grafite tem como fim interpelar os sujeitos-leitores-cidadãos, conectando-os com o espaço urbano em que vivem e que eles mesmos constroem.

Portanto, o grafite latino-americano, tal qual como abordamos, é visto como exemplo de expressão artística de resistência no sentido de expor nas ruas os rostos, a beleza, mas também as dores de um povo que, muitas vezes, estão invisibilizadas.

O que propõe a leitura de imagem através do grafite

A leitura de imagem, a partir do que é proposto neste trabalho, está pensada como uma forma de despertar nos sujeitos-leitores o desejo por compreenderem as materialidades textuais-imagéticas presentes nas ruas das cidades, criando novas formas de se relacionarem com elas. Neste contexto, a imagem que está sendo trabalhada (o grafite) é esta que se torna objeto/matéria dos movimentos interpretativos e que pode levar a determinadas construções de sentidos, visando um aprofundamento de sua compreensão para além do que “comunica”.

Consequentemente, a leitura de imagem pode ser entendida como esta prática que faz com que os sujeitos-leitores não se acomodem com o dado como óbvio, questionando-se e mobilizando-se diante da imagem. Nesse sentido, trabalhamos com grafite de Bogotá, capital da Colômbia, como *corpus* de análise, a fim de saber o que pode oferecer a leitura do grafite enquanto materialidade textual e discursiva.

A trajetória do grafite bogotano decorre de importantes movimentos sociais, políticos e culturais que ocorreram, em especial, na capital, mas também em outras cidades da Colômbia, tendo como marcos principais o M-19, as mobilizações indígenas que aconteceram com a comemoração dos 500 anos de “descoberta da América” e os movimentos estudantis universitários. Desde então, o grafite bogotano vem tendo grande envolvimento com movimentações políticas, sociais e também com as guerrilhas, marcando, de certa forma, a cidade com um forte discurso de resistência desses grupos sociais que ainda passam por constantes ataques. Entretanto, é importante situar neste texto quem são esses sujeitos que resistem e quem são os sujeitos a quem se resiste.

Em primeiro lugar, as fortes influências dos processos de modernização produzem, sobretudo nos espaços urbanos/urbanizados, um sem-fim de problemáticas sociais e políticas que geram conflitos entre os sujeitos que ocupam lugares de poder e os que são controlados pelos que estão no poder. Sendo assim, podemos dizer que este embate está caracterizado como um enfrentamento entre o sujeito que oprime e o que é oprimido, ou melhor, sujeitos que resistem (representados pelas minorias) e sujeitos que reproduzem um sistema opressor (representados por grupos de pessoas ou órgãos).

Principalmente por ser uma cidade-capital e por passar por mudanças relacionadas aos processos anteriormente citados, Bogotá apresenta um sistema sociopolítico instável, que gera invisibilidade das minorias, entre as quais se destacam os grupos indígenas, a população negra e a mulher. As problemáticas que envolvem estes grupos ganham ainda mais força por estarem associadas às ações políticas que deveriam ser tomadas, mas que continuam sendo escanteadas devido

ao conjunto de ideais a elas atrelado, assim como muitas outras questões, como é o caso do investimento em saúde e educação.

Estas considerações fazem lembrar que a cidade-capital está permeada por movimentações diversas e pulsantes que têm como motivação principal mostrar que há sujeitos que estão atentos ao que acontece social e politicamente e que não estão de acordo com o que é imposto. Estes grupos que se inquietam e usam a rua como seu principal espaço de dizer, ocupam as ruas como espaço de reivindicações, seja por meio de protestos e caminhadas, seja por meio da arte urbana.

Alguns pontos que foram mencionados serão abordados a partir de uma análise que tentará demonstrar a que caminho pode nos levar uma leitura do grafite, considerando seu potencial crítico. Faz-se importante destacar que, por uma questão de espaço, será apresentada apenas a análise de um grafite, conforme segue abaixo:

Imagem 1– Grafite bogotano produzido pelos artistas Franco de Colombia e Bloke em 2018



Fonte: <https://www.facebook.com/BOGOTAGRAFFITI/posts/1979622582118431/>

O presente grafite, que está publicado numa foto de perfil do Facebook do artista, vem acompanhado da legenda “‘Esencia’ Con el transcurrir de los años la energía se ha utilizado para la creación, en ocasiones como belleza, fuerza y representación de cómo el espíritu puede trascender” e tem como elementos principais a metade da cabeça de um jaguar em cima da cabeça de uma mulher, talvez como uma máscara, o azul que é uma cor que propositalmente se destaca entre as construções arquitetônicas da cidade que dispõem de poucas cores (uma particularidade da cidade são os prédios com tijolos à mostra).

O jaguar está presente em muitos grafites da capital colombiana, ele é visto como um elemento que representa resistência e força, de modo que o artista lança mão desse significado atribuído ao animal para atrelar a uma outra perspectiva de resistência (social, política e cultural), tecendo relação também à figura de uma mulher. Esta associação faz remeter a uma construção imagética que a figura do jaguar tem para algumas tribos indígenas da Colômbia (em especial, os povos Kogui), os quais acreditavam nele como representação maior de força, sendo este o animal associado ao guerreiro.

Esta figura, unida a um corpo feminino, convoca o leitor a, a partir do grafite, rever uma série de sentidos estigmatizados sobre a mulher, que não é mais colocada como frágil e subjugada, dentro de uma visão muitas vezes criada pelo masculino, e que assume o lugar da guerreira. Além disso, posicionado de modo estratégico, o grafite chama os leitores a um despertar com relação a essa mulher de boca fechada, mas de expressão, ainda que mínima, segura e intimidadora, também presente no olhar do jaguar.

Relacionando os dois elementos – jaguar e mulher –, o grafite provoca uma leitura que coloca em pauta a resistência por parte da mulher que atinge muitos âmbitos- sendo os principais o social e o político-, uma vez que o olhar do artista reconstrói a imagem da mulher não pelo viés da delicadeza e da fragilidade, mas como expressão de força construída na beleza, gerando assim uma outra perspectiva de beleza. Outras questões também são colocadas a partir dessas afirmações: quem é essa mulher bogotana e quais dificuldades encontram nesse espaço?

A Colômbia é um país que apresenta um altíssimo número de violência contra a mulher, sendo Bogotá uma das cidades marcadas por estas estatísticas). Segundo a revista colombiana *Semana* (2018)¹,

Aunque este 4 de diciembre se cumplen diez años de Ley 1257 de 2008, una norma que busca trazar una política pública para prevenir y erradicar la violencia de género, los retos siguen siendo enormes. Las cifras demuestran que, en vez de disminuir, el maltrato contra la mujer ha aumentado en Colombia.

Esta matéria reforça algumas problemáticas de ordem estrutural que se intensificam com o passar dos tempos, mas também conquistas, como o fato de a mulher estar sendo, cada vez mais, incentivada a se expressar, visto que existe uma forte onda na América Latina impulsionando as movimentações feministas. É possível dizer, com isso, que a mulher bogotana é essa que ainda sofre com uma estrutura social conservadora que reprime sua participação de modo igual a do homem, mas que tem sido incentivada a dizer como é e o que vive, embora ainda não seja de forma majoritária.

Partindo de um olhar mais amplo sobre a imagem e retomando o que de diversidade emerge nela, é necessário dizer que existe aí também um resgate dessa memória cultural da Colômbia que se vê marginalizada e que significa por meio do jaguar, elemento que resgata um conjunto de crenças dos povos originários. Essa energia impulsionada e expressa numa perspectiva de beleza dá força a uma representação diante aos movimentos modernizadores que reprimem, dando também importância à resistência por parte especialmente da mulher, quando compreendida nesse espaço.

¹ Disponível em: <https://www.semana.com/vida-moderna/articulo/diez-anos-de-la-ley-1257-que-sanciona-la-violencia-contra-la-mujer/593448/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Considerações finais

Após as considerações levantadas ao longo desse trabalho, retomo aqui alguns pontos abordados no início. Em primeiro lugar, que resposta temos com relação às compreensões que a leitura do grafite dá sobre o espaço urbano que pertence? Posteriormente, o que podemos presumir a respeito da relação assumida pelos sujeitos-leitores-cidadãos desse espaço urbano? E quais embates trazidos pelo grafite como arte urbana nesse espaço?

Os embates que o grafite vivencia nesse espaço urbano apontam para sua aproximação ao vandalismo e comparação dessa técnica com a pichação, acentuando um lado negativo de ambos que os concebem como tal, buscando fazer com que seja mal compreendido socialmente. A criação da imagem que se tem do grafite a partir desse olhar não é algo aleatório; existe uma estratégia política que envolve a invisibilidade do grafite, tendo em vista que é uma materialidade que busca “perturbar” os sujeitos com questões que estão ao seu entorno.

Além disso, provocar a invisibilidade do grafite é uma ação que está associada a um desejo político de manter as “cidades limpas”, uma limpeza que não implica simplesmente higienização do espaço como também retirada de mensagens construídas por sentidos que evocam nos sujeitos-leitores-cidadãos uma ligação com seu passado e o não esquecimento de questões relevantes que envolvem os modos de vida dessa população. Ou seja, podemos compreender que essa higienização é muito mais do que uma higienização de expressão, é mesmo o silenciamento de vozes.

Sendo assim, o grafite é uma maneira de fazer com que sujeitos-cidadãos se alinhem cada vez mais com problemáticas presentes no espaço urbano que a eles são importantes. Principalmente as minorias precisam se ver representadas nos espaços urbanos para que seus envolvimento com as problemáticas não estejam permeados por uma passividade que só faz reforçar uma opressão. Nesse sentido, o grafite indica um chamamento de atividade cidadã que não fica apenas marginalizada a alguns grupos pequenos que lideram movimentos sociais.

Partindo para um outro ponto, compreende-se que a arte urbana diz e segue tentando dizer muito sobre a memória dos espaços urbanos, alinhando história política, social e cultural. A não aleatoriedade da autoria do grafite, já mencionada anteriormente, traz a relevância que possui em fazer com que simples cidadãos sejam capazes de sensibilizar-se com a arte criticamente, através de uma matéria artística e discursiva que se constitui e se reconstrói de elementos abertamente significativos. Nesse caso, a representatividade se faz a partir de uma mescla entre arte, espaço urbano e sujeito-cidadão que busca significar uma resistência e a necessidade de não deixar ruir uma caminhada já iniciada em direção à autonomia sobre a identidade política e cultural pertencente aos latino-americanos, dentro de um recorte do que é ser latino-americano.

Referências

BLAUTH, Lurdi; POSSA, Andrea Christine Kauer. Arte, grafite e o espaço urbano. *Palíndromo*, [s. l.], n. 8, 2012.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade*. Reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERNANDES, Carolina. *A resistência da imagem*. Uma análise discursiva dos processos de leitura e escrita de textos visuais. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81377/000901719.pdf?sequence=1>.

FERREIRA, Manuela Lowenthal; KOPANAKIS, Annie Rangel. A cidade e a arte: um espaço de manifestação. *Tempo da Ciência*, [s. l.], v. 22, n. 44, 2. sem. 2015.

GAMA-CASTRO, María Martha; LEÓN-REYES, Freddy. Bogotá arte urbano o graffiti. Entre la ilegalidad y la forma artística de expresión. *Arte, Individuo y Sociedad*, v. 28, n. 2, p. 55-369, 2016.

HERRERA, Martha Cecilia; OLAYA, Vladimir. Ciudades tatuadas: arte callejero, política y memorias visuales. *Nómadas* (Col), Bogotá, n. 35, p. 99-116, oct. 2011.

KOZIOŁ, Katarzyna. *"No estamos pintados en la pared"*. El arte urbano como representación de la identidad latinoamericana. 2014. Monografía (Graduação) – Universidad Jaguelónica de Cracovia, Cracóvia, 2014.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). *O discurso na contemporaneidade*. Materialidades e Fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

OBANDO, Edwin. *Las huellas del graffiti en Bogotá: una aproximación de análisis desde la teoría Imaginarios Urbanos de Armando*. Monografía (Graduação) – Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, 2018. Disponível em : <http://repository.udistrital.edu.co/bitstream/11349/12855/1/CabreraObandoEdwinFerneyn2018.pdf>.

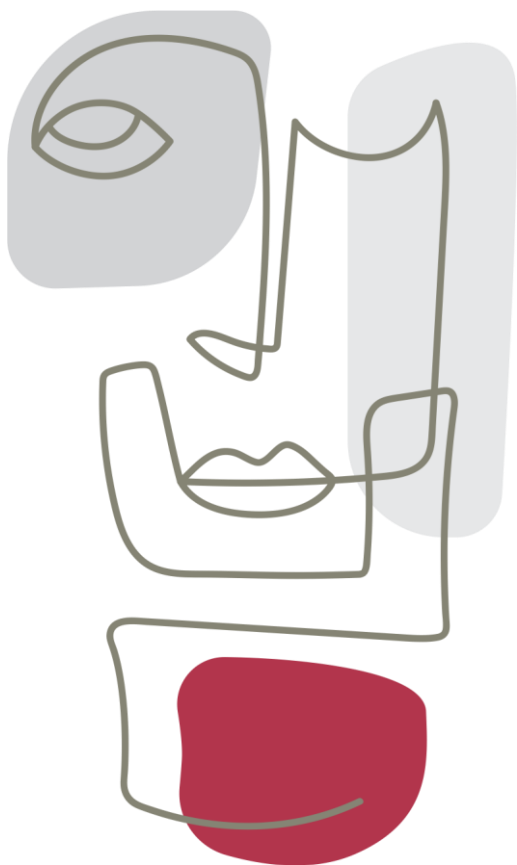
ORLANDI, Eni Puccinelli. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso*. Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011.

TORRES, Natalia Pérez. As trajetórias do graffiti na Bogotá contemporânea. *Revista landa*, Santa Catarina, v. 4, n. 1, 2015.

Caroline Bezerra do Nascimento

Estudante de graduação em Letras Espanhol (UFPE).

E-mail: carolinebezerra18@gmail.com.



Élida Cristina de Carvalho Castilho
Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
(RE)LEITURAS DE PODER E RESISTÊNCIA
NO E PELO CONTO *ROLÉZIM*,
DE GEOVANI MARTINS

É a partir das palavras de Sérgio Vaz e sua discussão do lugar do sujeito discursivo periférico e os efeitos de sentido de poder e resistência que as artes e obras dos considerados autores da literatura "subalterna, periférica e/ou marginal" (PATROCÍNIO, 2016, p. 149) e/ou "marginal-periférica" (NASCIMENTO, 2011) podem possibilitar, que apresentamos este texto, cujas reflexões integram um estudo mais amplo, de nossa investigação de doutoramento, que pretende observar, nas formas de produção e (re)leitura de subjetividades de um discurso literário, outros modos de (se) conhecer, de (se) pensar e de (se) relacionar com personagens marginalizados no e sobre o discurso literário contemporâneo brasileiro.

Para isso, tomamos como referência a construção discursiva dos e sobre os personagens jovens e adolescentes do livro de contos *O Sol na Cabeça*¹, do escritor Geovani Martins (2018), morador da favela do Vidigal, e que traz como referência temática esse espaço ficcional de enunciação/criação/resistência, narrando as aventuras e desventuras de jovens marginalizados, aqui entendidos, em sentido amplo, consoante Dalcastagnè (2007, p. 20), "como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valoração negativa da cultura dominante, sejam definidos por gênero, etnia, cor, condição física, orientação sexual ou posição nas relações de produção". Além também de fazer clara menção ao sentido do termo "Marginal" que, na literatura Marginal contemporânea², diz-se de "um número

¹ Obra de estreia do escritor que reúne treze contos "que retratam a infância e adolescência de moradores das favelas cariocas, como jamais foram retratados", segundo avaliação do crítico e escritor Antonio Prata (2018), na orelha do livro. Lançado com expectativas (e realidade!) positivas de crítica e público, a obra já conta mais de 50.000 exemplares vendidos e traduções em inglês, espanhol, francês e alemão. (Fonte: Jornal El País, 2020).

² Movimento artístico-literário que desde o início dos anos 2000 nomeia as produções literárias dos autores advindos das periferias e que giram em torno de temas que falam sobre a favela brasileira, narrando eles mesmos as representações de seus referentes principais (PATROCÍNIO, 2013, p. 12). Entendida como a demarcação de uma territorialidade no âmbito das produções artísticas, "uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou

expressivo de autores que utilizam o termo marginal como signo identitário e buscam expressar o cotidiano de territórios periféricos a partir de uma escrita fortemente marcada por um teor testemunhal e pela estética realista” (PATROCÍNIO, 2016, p. 149).

Assim, ao ancorarmos nosso gesto de leitura nas possibilidades de (re)leituras de poder e resistência de um texto Marginal, pelo viés do discurso, pretendemos, no infinito, na opacidade e na heterogeneidade da linguagem (AUTHIER-REVUZ, 1990; PÊCHEUX, 1988), na presença de vozes que atravessam os dizeres dos sujeitos enunciadores, de uma literatura manuseada por outras mãos, usadas para contar outras experiências que não as da elite ou da classe média intelectualizada no Brasil (DALCASTAGNÈ, 2018, s. p.), discutir, nas condições de emergência da obra e em torno da prática de leitura e interpretação do conto de abertura, intitulado *Rolézim*, como o autor e uma aluna-leitora, estudante do primeiro semestre do curso de Letras, em contato pela primeira vez com um texto de autoria Marginal³, (des)constroem os jogos de imagens do narrador-personagem do conto, protagonizado por um adolescente que, na companhia de mais três amigos, decide, em um dia quente “que nem o bafo do capeta” (MARTINS, 2018, p. 9), dar um *rolézim* em uma praia da Zona Sul carioca.

socioeconômicas” (FERRÉZ, 2005), a literatura Marginal, marcada em maiúscula, sinaliza, à essas produções, um lugar discursivo próprio de identidade na alteridade, sobretudo, promulgando um discurso próprio de resistência quanto às relações de poder, sejam elas linguísticas, estilísticas, sociais e culturais.

³ Durante a aplicação de um questionário para pesquisa-piloto do projeto inicial do doutorado, dez alunos, estudantes de Letras, de uma instituição pública paulista, fizeram a leitura do conto inicial da obra e responderam sobre seus contatos pessoais e acadêmicos com textos de autoria Marginal. Todos, de maneira negativa, responderam que não (re)conheciam essa rubrica literária, marcando, sobretudo, em seus dizeres, a presença de um discurso de resistência, linguísticas, temáticas e discursivas, quanto ao modo como Geovani Martins construiu as narrativas e as subjetividades dos personagens. Pela brevidade deste artigo, apresentamos apenas um recorte, extraído da interpretação de uma aluna-leitora, indicada na análise como R3 e escolhida por apresentar, em seu gesto interpretativo, marcas discursivas de resistências/negativas, sinalizadas, sobretudo, por uma heterogeneidade constitutiva e (mais) marcada (AUTHIER-REVUZ, 1990), quando comparada aos outros nove relatos produzidos.

Reconhecido e legitimado socialmente, o texto literário, aqui entendido como discurso, como estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2002), é um poderoso instrumento responsável pela dominação simbólica da figuração do outro, na construção de discursos sobre o outro (FOUCAULT, 2001). E, o fato da produção literária nacional ainda estar longe de ser “um mosaico, composta por várias perspectivas, vista de ângulos diferentes” (DALCASTAGNÈ, 2018, s. p.), faz com que muitas dessas narrativas contribuam para reafirmar jogos de imagens de sujeitos moradores de periferias de maneira preconceituosa e excludente.

Com Geovani Martins e sua obra de estreia, assumimos a hipótese de que os processos de formações subjetivas de seus personagens são construídos na alteridade, a partir da perspectiva de um outro olhar/lugar de fala/significação. Mas será que os leitores também compreendem, sob a perspectiva desse outro lugar de fala, outros processos subjetivos discursivos sobre personagens marginalizados? Os efeitos de sentidos possíveis na materialidade discursiva de Geovani Martins podem colaborar para que a outras formas de subjetivação e resistência sobre esses jovens sejam (re)pensados? Ou a memória histórico-discursiva sobre esse espaço ficcional e os sujeitos que dele fazem parte, ainda pauta o dizer sobre o conto em formações discursivas que derivam de sentidos de uma ideologia dominante e de poder, acerca das noções de texto/discurso literário, personagens marginalizados, linguagem literária? Passemos às interpretações.

Do objeto à análise: (re)leituras e efeito de sentidos

O objetivo da Análise do Discurso (AD) é descrever/interpretar o funcionamento de um texto, em outras palavras, explicitar, como bem sinaliza Orlandi (2004), como ele produz sentido. É a partir de uma noção de funcionamento discursivo, próprio de todo enunciado, que o analista trabalha não somente com o que as partes significam, mas com os efeitos de interpretação, pontos de deriva possíveis. Nesse sentido, o texto é entendido como uma materialidade do discurso, em que a concepção de linguagem não é uma reprodução e/ou disseminação de uma realidade

a priori, cheia de intenções e/ou de significados escondidos, mas de uma ação no mundo, materializada nas manifestações de linguagem de sujeitos divididos por um “pensamento que é fundamentalmente inconsciente” (PÊCHEUX, 1988, p. 243).

Campo aberto de investigações, é a partir da relação transdisciplinar da AD que pretendemos tomar a relação entre língua e história na produção dos sentidos dos sujeitos/personagens marginalizados da/na literatura. Observando, para isso, como são mobilizados, no conto *Rolézim* e na leitura desse conto por uma aluna, de acordo com as relações sociais e lugar discursivo de cada condição de produção e (re)leitura, as várias memórias para produzir as significações sobre o personagem-narrador do conto.

Desde o início dos anos 2000, autores advindos das periferias, sobretudo das grandes cidades brasileiras, vêm produzindo arte e literatura que buscam produzir novas significações nas relações sociais entre literatura e periferia. Com o objetivo de representar uma coletividade, a arte da literatura Marginal, como as outras artes literárias, é cheia de significações e efeitos de sentidos, sobretudo com os movimentos de identificação entre/com o objeto narrado e as marcas do social, do ideológico e do histórico que cada autor carrega consigo. O engajamento social dos escritores e a constatação de que o local de enunciação é o mesmo do objeto (PATROCÍNIO, 2013, p. 13) são algumas das condições importantes na construção discursiva dos textos assinalados por essa rubrica que, nas palavras de Ferréz (2005, p. 9), um dos seus principais expoentes e idealizadores, diz-se de “uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas”.

Por meio de uma consciência crítica, a literatura Marginal, em geral, conforme investigou Nascimento (2011), retrata a vida na periferia e problemas sociais como a desigualdade, a violência, a precariedade da infraestrutura urbana e das relações de trabalho. Com outro ponto de vista, não dispõe sobre seus referentes principais um olhar fixo, mimético e real, mas interpreta seu tempo, na busca por ampliar e

ressignificar alguns jogos de imagens autorais/leitoras sobre temáticas/personagens/sujeitos marginalizados⁴.

Para analisar as (re)leituras e os efeitos de sentido de poder e resistência dos/sobre o narrador-personagem no e pelo conto *Rolézim*, de Geovani Martins, apresentamos, neste artigo, três recortes: o primeiro e o segundo extraídos do conto em análise e o terceiro, da interpretação/produção escrita sobre os jogos de imagens construídos no conto por uma aluna-leitora que, após a leitura da narrativa, respondeu ao seguinte questionamento: Como ele (o autor) se representa e vê o outro (narrador-personagem) que ele traz?

Conto de abertura da obra, *Rolézim* tem como tema o distanciamento social e geográfico que resulta na brutal desigualdade e exclusão do jovem favelado⁵, sobretudo no instante em que ele deixa de ser invisível para os frequentadores das praias da zona Sul, na capital carioca, e para os policiais. O clímax acontece na volta para casa, quando ele e seus amigos, depois de um dia inteiro escoltados pelos olhares dos policiais e/ou dos playboys segurando a mochila contra o corpo, topam com uma abordagem policial e, como sempre, dado o racismo institucional que os colocam como suspeitos automáticos em muitas situações, também são abordados/revistados.

Extraído do parágrafo inicial, apresentamos, abaixo, o recorte 1, que, no entrelaçamento de vozes, (d)enuncia, nos efeitos de sentido do dizer do narrador, as

⁴ Marcados, na tradição literária, por narrativas de violência, “de enredo exótico de mídia e comercialização editorial” (HOLLANDA, 2014), como as produções das décadas de 1990/2000 em que o tema da violência urbana foi levado ao topo das produções literárias, sobretudo, após os massacres da Candelária, Vigário Geral e do Carandiru. O mercado cinematográfico e a mídia televisiva também deram destaques à essa temática, o filme *Tropa de Elite*, de 2007, foi sucesso de bilheteria

⁵ Aqui utilizado de forma indistinta, tal como a utilização do escritor da obra ao ser questionado em uma entrevista para um site alemão sobre a utilização dos termos: “Eu moro em uma favela. Nós todos pertencemos a uma comunidade”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ofen%C3%B4meno-liter%C3%A1rio-geovani-martins/a-48205943>. Acesso em: 26 jan. 2021.

implicações subjetivas de ser um jovem morador de uma comunidade carioca, tanto dentro quanto fora dela (recorte 2, na sequência):

Recorte 1: Acordei tava ligado o maçarico! Sem neurose, não era nem nove da manhã e a minha caxanga parecia que tava derretendo. [...] **Tinha dois conto em cima da mesa, que minha coroa deixou pro pão. Arrumasse mais um e oitenta, já garantia pelo menos uma passagem, só precisava meter o calote na ida, que é mais tranquilo.** Foda que já tinha revirado a casa toda antes de dormir, **catando moeda** para comprar um varejo. Bagulho era investir os dois conto no pão, divulgar um café e partir pra praia de barriga forrada. O que não dava era pra ficar fritando em casa. Calote pra nós é lixo, tu tá ligado, o desenrolo é forte. (p. 09)

Para produzir e veicular sentidos de resistência, quanto ao jogo de imagens significados a seus personagens, Geovani Martins, atribui ao narrador-personagem, nesse conto, o foco narrativo em primeira pessoa que, nos efeitos do dizer desse recurso estilístico, significa uma tentativa de aproximação/subjetivação do leitor quanto às condições de (sobre)vida que esse personagem têm, bem como uma forma de ratificação de uma situação factual, vivida por ele. Assim, ao descrever, já no contexto inicial do conto, seus conflitos pessoais, sociais e econômicos, que se seguirão ao longo na história, o narrador-personagem, com o uso regular dos verbos no passado, no pretérito imperfeito, como observamos em R1, indica, de maneira generalizada e, sobretudo, recorrente, como esses conflitos, essas ações descritas, esses obstáculos econômicos e sociais iniciados no passado, ainda permanecem no presente, toda vez que ele e seus amigos pretendem tomar um banho de mar, dar um *rolézim* na praia, em uma das cidades mais famosas por esse cartão postal.

O diálogo com o discurso capitalista inscreve o narrador-personagem em uma descrição de suas condições sociais, que não só questionam as desigualdades econômicas vividas por ele e seus amigos, mas também os preconceitos estruturados na sociedade sobre eles, invisíveis individualmente, criminalizados em grupos e que têm, inclusive, seu direito de ir e vir e, sobretudo, permanecer, (com)viver em ambientes do *asfalto*, cerceados, escoltados, conforme veremos em R2, pelos olhos do “poder”. Além dos obstáculos econômicos e morais, observados em R1, para chegar à praia, para permanecer nela, eles são ainda maiores, uma vez que a

presença desses jovens em ambientes de convívio social para além do *morro*, na maioria das vezes, são reproduzidas e consumidas, no conto, pelos olhares dos garotos *playboy* e dos policiais, por um jogo de imagens que, frequentemente, os associam a roubos, drogas e criminalidade. Observemos o recorte 2:

Recorte 2: Chegando na praia com o sol estalando, várias novinha pegando uma cor com a rabetá pro alto, mó lazer. Sai voador pra água, mandando vários mergulho neurótico, furando as onda. A água tava gostosinha. Nem acreditei quando voltei e vi o bonde todo com mó cara de cu. O bagulho era que tinha uns cana ali parado, **escoltando nós** (p. 12).

Quando vistos, os jovens são subjetivados pelo olhar do outro, em R2, pelo olhar do policial, a partir de uma inscrição subjetiva que os identifica como criminosos, marcados por uma homogeneidade de comportamentos, de caráter e de ações (quase sempre negativas). Por esse motivo, **os cana ali parado** [ficam] **escoltando nós**, não no efeito de sentido de proteção e segurança pública, mas, no fio discursivo que significa o dizer do narrador-personagem, atravessado pela língua, pelo discurso e pelas relações de poder histórico-sociais que envolvem esse contato social – jovens de periferia e policiais, sob uma interpretação de ronda, guarda, não dele e dos seus amigos, mas daqueles que estão à sua volta, daqueles que podem ser (e com o discurso da verdade, são) suas vítimas.

A presença física desses personagens, invisíveis socialmente, problematiza, no discurso de Martins, um debate acerca das marcas da historicidade sobre as formas de ser/ estar no mundo dos jovens de periferia, tornados visíveis, pelo olhar preconceituoso do outro, nos momentos em que se supõem como ameaças, inscritos em formações discursivas constituídas por tantos (inter)discursos de criminalização.

Ao, portanto, trazer à tona um outro ponto de observação, a imagem construída no discurso de Martins busca manter, com as posições crítico-sociais e as experiências de si, uma relação muito próxima, em que sua escrit(ur)a e posição ideológica-social discutem e problematizam, por meio de um discurso realista imaginativo, um outro ângulo para as apresentações dos conflitos sociais e identitários dos personagens, sempre evocando sentidos em *relação à* (CANGUILHEM,

1990 *apud* PÊCHEUX, 2014, p. 65-66, grifos do autor), em relação à rede de paráfrases e reformulações que as representações histórico-ideológicas entre a zona sul e a periferia podem nos fazer (re)pensar, resistir.

Como não existe um sentido único, literal, em si mesmo, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Por essa pressuposição, são as condições de produção dos discursos uma das principais responsáveis para se estabelecer diferenças entre os discursos produzidos, seus diferentes domínios e sentidos, conforme podemos observar no recorte 3, apresentado na sequência, extraído da interpretação/produção escrita da aluna-leitora que, no e a partir de seu lugar discursivo de aluna, deixa emergir, em seu dizer, as marcas do social, do histórico e do ideológico, para além de seu discurso discente.

Recorte 3: **Não** consigo ver a imagem do autor no conto, a **não** ser o fato dele ser provavelmente alguém que vivenciou ou pode observar situações desse tipo de cotidiano, por tanto posso levar em consideração a voz narrativa do garoto como sendo o “autor” desta história. Ele se descreve como um garoto que vive em uma periferia, que possivelmente **não** frequenta a escola, fato este, que talvez a própria mãe **não** saiba. Está em busca de alguns momentos onde ele possa curtir dias de bobeira na praia com amigos.

Como podemos perceber, R3, não consegue “**ver a imagem**” de presença/existência/resistência do autor, ou seja, não (re)conhece, no discurso do conto, um posicionamento crítico-social (d)enunciado por Geovani Martins, ao apresentar, sob a perspectiva discursiva do projeto da literatura Marginal, o narrador-personagem. Por essa observação, a memória discursiva, que emerge em seu relato, é marcada por uma representação identitária histórico-social, tanto do autor quanto do jovem protagonista de *Rolézim*, associada a uma identidade de invisibilidades e estereótipos nos modos de produção dessas identidades, comumente, narradas na e pela tradição literária, como objetos de discurso (BOSI, 2002), objetos de discurso do poder.

Constituído, em sua maioria, por uma regularidade discursiva de negativas, “**não** consigo ver a imagem, **não** frequenta escola, a própria mãe **não** saiba”, os gestos

interpretativos dela evocam significações de um distanciamento, de (des)identificação das/com as posições crítico-sociais presentes no conto, uma vez que seu olhar apreensivo, repreensivo e repressivo vê, na presença dessa possível imagem de autor, refletida **“na voz narrativa do garoto que vive na periferia”**, uma (in)certeza marginal (no sentido pejorativo e preconceituoso do termo) desse texto, representação subjetiva, que apenas leva em consideração uma suposta voz narrativa, descritiva e espelhada em uma referencialidade – **“que vive na periferia”** e, não na presença e, sobretudo, na resistência de uma voz social.

O uso dos advérbios de dúvida, **“possivelmente”** e **“talvez”**, reforça e indica essa incerteza discursiva sobre o habitar, o viver e escrever sobre/na periferia, sobre a construção das identidades dos personagens que estão ali representados (e não apresentados). Funcionando como um modalizador discursivo (AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 7), “para opacificar o modo complexo do dizer”, os usos desses advérbios pela aluna, além de amenizar e justificar seu distanciamento sobre esse **“tipo de cotidiano”** (“tipo” de gente), contribui para marcar em sua leitura a (re)afirmação de discursos sobre as produções e temáticas oriundas das periferias, significadas, de maneira estereotipada e preconceituosa, como aquele que **Está em busca de alguns momentos onde ele possa curtir dias de bobeira na praia com amigos**.

Também o uso das aspas ao identificar o possível **“autor”** também contribui para marcar a não identificação e interpretação quanto aos possíveis efeitos de sentido no/pelo discurso de existência e resistência produzido por Geovani Martins, uma vez que, com essa estratégia enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1990), a aluna busca assinalar e, sobretudo, ratificar, no discurso outro, seu distanciamento em relação ao que enuncia, lê e interpreta sobre autoria e personagens marginalizados.

Logo, as (novas/outras) significações propostas pela literatura Marginal, através desse texto de Geovani Martins, que marca a resistência literária e discursiva da posição ideológica de um autor e discurso Marginal, que vai muito além de uma autenticidade linguística e temática, ao exprimir também uma autenticidade ideológica com relação ao que se diz e como se diz, por meio da análise dos efeitos de sentido na (re)leitura da aluna, não são, por ela, no R3, percebidas e/ou

subjetivadas. Isso porque a forma como relaciona seu discurso, tanto sobre autoria quanto protagonismo literários, ainda está muito colada com os saberes e discursos da ordem do senso comum que, historicamente, busca(ram) negar e/ou invisibilizar a presença, a existência e as resistências dos personagens marginalizados, entendidos, neste artigo, em sentido amplo, como os sujeitos da história literária e social, marcados pela história da sociedade, como aqueles cuja diferença está sempre reduzida à desigualdade, à valoração negativa da cultura dominante, tanto dentro quanto fora das páginas literárias.

Considerações finais

Pelo fato de os significados das palavras não estarem a elas coladas, mas dissimulados no próprio funcionamento da linguagem (PÊCHEUX, 1988), é que podemos observar, como diferentes lugares discursivos, nesta análise, o de autor e o de leitora, podem apresentar diferentes construções discursivas e significações sobre os mesmos temas – a representação identitária do narrador-personagem do conto.

Ao ser manuseado por outras mãos, usadas para contar outras experiências que não as da elite ou da classe média intelectualizada no Brasil (DALCASTAGNÈ, 2018, s/p), o conto *Rolézim*, de Geovani Martins, expõe alguns sentidos representativos, (re)leituras de resistência sobre os efeitos do dizer, do agir e do ser um jovem morador de uma comunidade carioca, tanto dentro, quanto, principalmente, fora dela, marcadas, sobretudo, por apresentar, nas cenas de contato (exclusão) social, um debate acerca das marcas da historicidade sobre as formas de ser/ estar no mundo desses jovens, inscritos, pelo olhar preconceituoso do outro, em formações discursivas constituídas por tantos (inter)discursos de criminalização.

No discurso da aluna-leitora, R3, a (re)leitura de poder, de (re)afirmação de identidades rasgadas e dilaceradas pelas condições históricas de preconceitos e negação, sobretudo social e literária, sobre autoria e personagens marginalizados, marca o seu dizer, em uma não identificação com o discurso crítico-reflexivo do projeto discursivo-literário dos contos de Martins, que, ao aproximar seu discurso do

senso comum, distancia-o, cada vez mais, de uma possível (re)leitura de poder e resistência.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução: Celene M. Cruz e João W. Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 7-30, 1999.

BOSI, Alfredo. A escrita e os excluídos. In: *Literatura e Resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

DALCASTAGNÈ, Regina. Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro. *Revista CULT*, São Paulo, ed. 231, 2018. Disponível em: revistacult.uol.com.br/home/quem-e-e-sobre-o-que-escreve-o-autor-brasileiro/. Acesso em: 15 maio 2019.

DALCASTAGNÉ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.42, n. 4, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FERRÉZ. Terrorismo literário. In: FERRÉZ (org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 9 -13.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Crônica Marginal. In: RESENDE, Beatriz; FINAZZI-AGRÓ, Ettore (org.). *Possibilidades da nova escrita literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

MARTINS, Geovani. Rolézim. In: *O sol na Cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 9-16.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *É tudo nosso!* Produção cultural na periferia paulistana. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *Escritos à margem: a presença de autores de periferia na cena literária brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani. Subalterno, periférico e marginal. Os novos sujeitos da enunciação no cenário cultural brasileiro. In: ALMEIDA, Júlia; SIEGA, Paula (org.). *Literatura e voz subalterna*. Espírito Santo: Edufes, 2016. p. 149-170.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, Eni Puccinelli et al. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 57-67.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

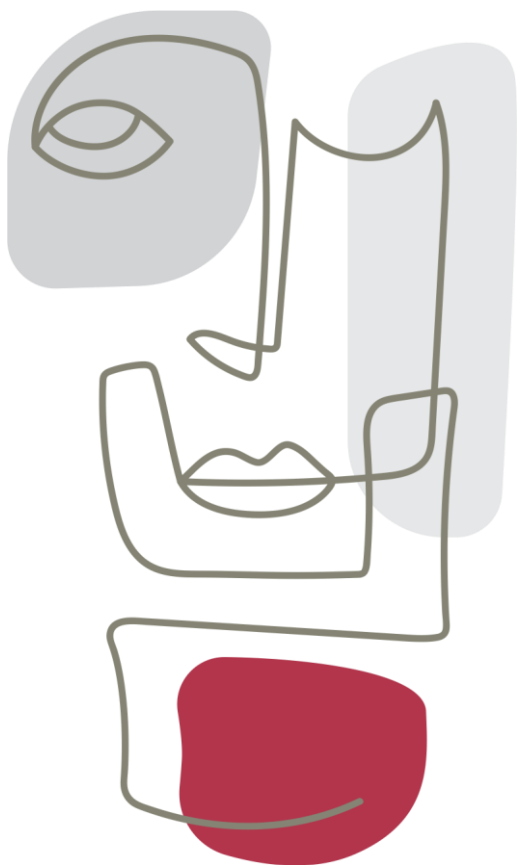
VAZ, Sérgio. *Literatura, pão e poesia*. São Paulo: Global, 2011.

Élida Cristina de Carvalho Castilho

Doutoranda em Estudos Linguísticos na linha de pesquisa Discurso, Subjetividades e Ensino de Línguas (UFMS - Campus Três Lagoas).

Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

Professora Doutora Voluntária na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Programa de Pós-graduação em Letras (UFMS - Campus Três Lagoas).



Felipa Mabel Caballero

**ESPACIOS DE LEGITIMIDAD Y RESISTENCIA:
LAS VOCES DE LAS OTRAS DEL FEMINISMO**

El presente trabajo consiste en desarrollar una articulación, en términos discursivos, entre los procesos de subjetivación y de legitimación desde un “lugar de fala”. A partir de esta articulación, se presenta la oportunidad de pensar la irrupción de voces silenciadas históricamente en la escena político-feminista, particularmente en los debates sobre la prostitución, considerando las voces de “mujeres prostituidas” y “trabajadoras sexuales” en la coyuntura actual argentina.

El análisis se organiza en dos partes fundamentales. En la primera parte se retoma la problemática analítica del *sujeto* y “su” *decir* (PÊCHEUX, [1975] 2016) en la construcción de un *lugar de fala* (ZOPPI-FONTANA, 2017) como espacio de subjetivación, legitimación y resistencia, en discursos que involucran las condiciones y experiencias de vida del *sujeto*. Y en la segunda parte se describen y analizan discursos que se presentan a sí mismos como “polarizados”, como “contrarios”, filiados al *abolicionismo* y al *reglamentarismo*. Específicamente en esta última parte se analizan las *denominaciones*, la *representación de la voz e imaginarios* que circulan sobre/desde las prostitutas.

Sujeto, interpelación ideológica y lugar de enunciación

El *lugar de fala* comprende el funcionamiento de la enunciación como constitutivo de la subjetivación y la legitimación para hablar. Esta perspectiva teórica articula las nociones de materialidad de la *voz*, del *cuerpo* y de un *decir*. En este desarrollo teórico se contempla la articulación teórica entre las categorías de *sujeto* y *enunciación*, que incide en el funcionamiento de los procesos de constitución del sujeto del discurso.

La construcción de un *lugar de fala* (ZOPPI-FONTANA, 2017) moviliza las formas discursivas de la subjetivación y resistencia en las dimensiones enunciativas cuya *representación imaginaria* se refuerza en la legitimidad para *hablar*, que genera en término de Zoppi-Fontana, un saber y un modo de hablar sobre sí mismos (2017, p.

63) teniendo en cuenta lo que puede y debe ser dicho desde un lugar que involucra distintas posiciones de sujeto.

Se trata aquí la emergencia discursiva del *lugar de fala* de como un lugar, por presencia o ausencia, configuran ciertos modos de decir, con respecto a la circulación, legitimidad, organización enunciativa, entre otros aspectos (ZOPPI-FONTANA, 1999). La construcción de un *lugar de fala* moviliza las formas discursivas de la subjetivación y resistencia en las dimensiones enunciativas cuya *representación imaginaria* se refuerza en la legitimidad para hablar.

La discusión teórica que propone Zoppi-Fontana (2017) articula la teoría materialista del análisis del discurso (filiada a los trabajos de M. Pêcheux y de E. Orlandi, entre otros) y los Estudios de Género, con la finalidad de abordar cuestiones relativas a las representaciones del cuerpo, las identidades y las sexualidades, considerando a los discursos de opresión y prácticas discursivas de resistencia.

La perspectiva teórica de Althusser expuso la problemática de la constitución del sujeto como efecto ideológico y como evidencia del sentido, crítica fundamental para la teoría del discurso al considerar que en “esta «evidencia» de que ustedes y yo somos sujetos – y el que esto no constituya un problema – es un efecto ideológico, el efecto ideológico elemental” (ALTHUSSER, 1970, p. 30). Pêcheux (2016), a partir de esta teoría althusseriana, articula la relación entre ideología y enunciación y sostiene que el destino de la ideología es *interpelar a los individuos en sujetos* que provoca un efecto *autonomía*:

Mirada desde una perspectiva althusseriana, la instancia de enunciación puede ser analizada como un ritual ideológico que reclama «reconocimiento» (del «yo» que enuncia) y en el que también opera el «desconocimiento», como si el «yo» que se constituye en la enunciación (y solo en ella) preexistiera, estuviera ya dado y fuera evidente (AGUILAR *et al.*, 2014, p. 41).

Para dar cuenta de la delimitación que realiza Pêcheux del *sujeto* y *su* decir, es necesario distinguir al sujeto del discurso (sujeto sujetado a las Formaciones Discursivas y al Interdiscurso) del sujeto de la enunciación (sujeto de operaciones

enunciativas) para lo cual señala “se habla del sujeto y al sujeto antes de que el sujeto pueda decir ‘hablo’” (PÊCHEUX, [1975] 2016, p. 165). De este modo, la ideología produce una secuencia de “[...] verdades evidentes ‘subjetivas’ donde ‘subjetivas’ significa no ‘que afectan al sujeto’ sino ‘en las que el sujeto se constituye’” (PÊCHEUX, [1975] 2016, p. 164). Es decir, que la enunciación causa efectos en la producción del *sujeto* antes de que el *sujeto* pueda hablar¹. Lo que implica una condición y contrapartida necesaria de sujeción – sujeto sujetado – a un orden del discurso, de lo que puede y debe ser dicho, según las formaciones discursivas que lo dominan.

La propuesta teórica de Zoppi Fontrana (2017) se filia en la categoría de *interpelación ideológica del individuo en sujeto* la cual se realiza según dos movimientos simultáneos e igualmente constitutivos de este proceso (ORLANDI, 1999, 2001). El primer movimiento consiste en la interpelación del individuo en sujeto por la Ideología, debido a que la ideología afecta al sujeto en la estructura misma por la cual el sujeto funciona desde la inscripción en lo simbólico y en la historia:

Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive (ORLANDI, 2001, p. 105).

A partir de esta postulación, Zoppi Fontana (2017) avanza hacia la articulación de esta teoría general de interpelación ideológica en cuestiones de género en relación a procesos identitarios y de subjetivación. Donde expresa que, mediante la inscripción en lo simbólico, el individuo se constituye en sujeto ideológico sexuado a partir del funcionamiento de la ideología y de las fórmulas de la sexualización. El segundo movimiento corresponde a la forma individualizada del sujeto en relación al Estado (y

¹ Según Pêcheux es en este punto que se vuelve necesaria una teoría materialista del discurso, delimitada por la evidencia de una existencia espontánea del sujeto, como origen y causa en sí (PÊCHEUX, [1975] 2016). Pêcheux aclara que la evidencia del sujeto como único, irremplazable e idéntico a sí mismo, resulta de la evidencia del *yo* (*je*) soy el único que puede decir *yo*, y que oculta en ese mismo enunciado el hecho de que el sujeto es desde siempre “un individuo interpelado en sujeto” (PÊCHEUX, [1975] 2016, p. 138).

sus instituciones) y por las relaciones de poder/dominación que configuran una determinada formación social:

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação (ORLANDI, 1999, p. 24-25).

La lectura de este fragmento podría ponerse en relación con las nociones de *sujeto, poder e instituciones* que provienen de otro campo de estudio; sin embargo, se abre la posibilidad de pensar una articulación para este punto específico. Considerando la aplicación específica al análisis del discurso y lo expuesto por Orlandi, el trabajo de Michel Foucault ([1969] 1997) resulta de vital importancia porque sostiene que la *expresión del sujeto* está determinada por el discurso en el cual se inscribe y que, a su vez, tal práctica discursiva está históricamente determinada y gobernada por estructuras institucionales. Foucault define la categoría de *sujeto* como repliegue en la historia del conocimiento, dependiente de la propia práctica del discurso. En dicha práctica, el *sujeto* se encuentra en constante lucha con un *otro*, proceso que redefine continuamente a un nuevo sujeto social. Lo que permite introducir la cuestión del poder para el análisis del discurso y de la historia².

Como ya hemos señalado, Zoppi-Fontana (2017, p. 64, grifos da autora) describe la necesidad de pensar en el funcionamiento de la interpelación ideológica en el terreno de los estudios de género, definiéndola como:

[...] um processo sempre-já-gendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade. Em termos discursivos, esta compreensão nos leva a discutir teoricamente a complexidade dos processos de identificação que configuram as posições-sujeito no discurso,

² Así el discurso pone de relieve la lucha constante entre los sujetos y una serie de imposiciones del poder, pero también de resistencias, para Masiello (1986, p. 21) "las manifestaciones del poder se pueden ver en todas partes. No están restringidas a un sujeto específico, sino que emergen de todos los discursos y de todos los contextos de la actividad social".

na sua relação constitutiva com as *condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo*.

La problemática que trae consigo la noción de lugar de enunciación (en su eficacia ideológica) resulta de una reflexión sobre la división social del derecho para enunciar y la eficacia de esa división en el lenguaje para la producción de diversos efectos de legitimidad, verdad, credibilidad, autoría, circulación, en otras (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 16).

Considerado el segundo movimiento planteado por Orlandi, es justamente en esta relación de alteridad que se instaura la lucha por el reconocimiento. Puntualmente ocurre en la producción y/o interdicción histórica que configura diferentes lugares enunciativos y su relación con los mecanismos institucionales de individuación/control sobre el *sujeto del decir* (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 22).

El proceso de constitución de *sujeto* se genera mediante las relaciones de identificación/interpelación ideológica establecidas en las *posiciones sujeto*, definidas no solo en relación a los dominios de *saber* de una *Formación Discursiva* sino también en la relación a determinados lugares de enunciación, que, por presencia o ausencia, configuran un modo de decir, entendiendo que las posiciones sujeto son delimitadas, organizadas y dominadas por la formación discursiva (PÊCHEUX, 1975; INDURSKY, 2000).

Estamos diante de um conjunto de diferentes posições de sujeito, que evidenciam diferentes formas de se relacionar com a ideologia e é esse de posições-sujeito que vai dar conta da forma-sujeito (INDURSKY, 2000, p. 76).

Los lugares de enunciación resultan fundamentales y deben ser considerados de la misma manera que las dimensiones de sujeto (descritos por Orlandi en los dos movimientos) y que dichos lugares de enunciación son afectados por los procesos históricos de silenciamiento³ (ORLANDI, 1992, 2008). Desde esta perspectiva el

³ La privación (interdição) o ausencia de un lugar definido en la enunciación, en relación con una posición particular de sujeto, puede explicarse por el silencio/silenciamiento de esa posición, la

silencio (no como vacío o silencio empírico) es inscripto como una materialidad definida por la relación entre el *decir* y el *no decir*. El carácter político adquiere su especificidad en las relaciones de poder, lo que permite observar la articulación entre lo que se dice y lo que es silenciado (ORLANDI, 2008).

La puja por la legitimidad al interior de los feminismos

Expuesto las consideraciones teóricas sobre *sujeto*, *interpelación ideológica* y *enunciación* como constitutivo de la subjetivación, y desde los avances en esta misma línea de investigación, donde se considera la materialidad de la voz, del cuerpo y a un decir en “la construcción de un *lugar de fala* que se presenta como ética y políticamente legítimo en la lucha contra las identificaciones hegemónicas” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 63).

Los discursos de los feminismos, género y sexualidades se presentan como un terreno fértil para la reflexión sobre la contradicción constitutiva en los procesos de producción de *sentido* y de *sujetos*, que refuerza en el orden del discurso, posibles *denominaciones*, *representaciones de la voz* e *imaginarios* como acontecimientos discursivos. También permite comprender a los lugares de enunciación que legitimado por un saber y por un modo de hablar de sí. En este campo de estudio se inscribe la posibilidad de realizar un abordaje discursivo de los debates sobre prostitución en Argentina, describiendo mediante los discursos feministas y de militancia las posturas que se presentan y reconocen como opuestas.

Con respecto a la filiación de los discursos, se encuentran aquellos que se inscriben en el *abolicionismo* de la prostitución, posición que define a las mujeres en situación de prostitución como víctimas del sistema prostibulario, sin elecciones ni voluntades, y que promueve la implementación de políticas públicas de reinserción y contención para mujeres que han transitado por esta singular forma de violencia (BARRY, 1988; GUY, 1994; PATEMAN, 1989, RAYMOND, 2003, JEFFREYS, 2004, entre

cual produce el vaciado, la designación o incluso la privación de sentidos producidos a partir de ella (ORLANDI, 1999).

otras). Las denominaciones más recurrentes al referirse a las mujeres que ejercen el oficio son: “mujeres prostituidas”, “esclavas sexuales”, “víctimas de trata”, “mujeres tratadas”, entre otras. Y aquellos que se inscriben en el *reglamentarismo* que comprende a la prostitución como un trabajo sexual, elegido de manera libre y autónoma, y exige a los estados y gobiernos la legalización y reglamentación del trabajo sexual como un trabajo digno (ULLA, 1977; BOUTELLIER, 1991; OSBORNE, 1991, KEMPADOO, 1996; JULIANO, 2002; PISCITELLI, 2016; DESPENTES, 2018, entre otras). Se denominan a sí mismas como “trabajadoras sexuales”, “putas”, “putas feministas”, entre otras.

En Argentina⁴ el movimiento abolicionista de la prostitución reúne a diferentes asociaciones nucleadas en la campaña *Ni una mujer más víctima de las redes de prostitución*, como ser; Fundación María de los Ángeles, La Alameda (ONG), Asociación Civil Tiempo de Crecer, Fundación Espacios de la Mujer, Asociación de Mujeres Argentinas por los Derechos Humanos, Asociación Nuestras Manos, Mujeres por la solidaridad, Fundación Espacio de la Mujer, entre otros organismos, asociaciones e instituciones estatales. Y, por otro lado, se encuentra el movimiento reglamentarista nucleado principalmente por la Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina (AMMAR) que nuclea a trabajadoras/es sexuales desde 1994, que conforma uno de los sindicatos de la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), esta asociación también forma parte de Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe (RedTraSex) desde 1997. Otros de los frentes que se filian a este discurso son la asociación de Travestis Transexuales y Transgéneros de Argentina (ATTTA), Frente de Unidad Emancipatorio por el reconocimiento de los Derechos de Trabajadorxs

⁴ Desde 1936 Argentina adoptó una posición abolicionista. La agenda pública del Estado ha visibilizado la problemática nacional de trata de mujeres y niñas/os, vinculada al comercio sexual a partir del año 2000, adhiriendo a acuerdos internacionales, como ser el Protocolo de Palermo (2000). En el año 2008 se promulgó la Ley N° 26.364 “Prevención y sanción de la trata de personas y asistencia a sus víctimas” donde se tipifica como delito penal la captación, traslado –dentro o fuera del país-recepción y cautiverio de personas con fines de explotación sexual. El Art. 2 de la misma, profundiza la perspectiva abolicionista de la prostitución considerando a la mujer en situación de prostitución “víctima de explotación sexual”, no existiendo distinción entre prostitución y trata de personas.

Sexuales en Argentina (FUERTSA), el Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/Sida (ONUSIDA), Asociación de Transexuales y Trabajadoras Sexuales (ATT), entre otros.

A partir de lo expuesto anteriormente, se puede observar que la circulación de los discursos *sobre* y *desde* la prostitución marcan una discusión en torno a cómo debe entenderse por el significante “explotación sexual” o “trabajo sexual” u otras maneras de nombrar a las formas de intercambio de sexo por dinero y en consecuencia de cómo se deben nombrar a las mujeres que ejercen dicha práctica. Esta discusión sobre los significantes ha producido un sinfín de publicaciones de carácter teórico y militante, redacciones o reelaboraciones de políticas públicas, tratamientos mediáticos, y difusiones de materiales desde diversas disciplinas y/o corrientes feministas. Estas producciones declaran la intensión de *representar* a estas minorías, pero paradójicamente las voces o testimonios de las putas/prostitutas/trabajadoras sexuales no han sido *textualizadas*, quedando así excluidas y silenciadas en *su* propio debate.

Para desarrollar el análisis sobre los procesos discursivos que se propuso al comienzo de este desarrollo, para ello se expone a continuación la serie I y serie II, conformadas por fragmentos discursivos en donde aparecen expresadas las posiciones discursivas anteriormente esbozadas. Se seleccionaron ciertos enunciados de los perfiles de la red social Facebook.com *de* Sonia Sánchez, mujer que se enuncia como *prostituida* y *abolicionista*; y *de* Georgina Orellano, que se nombra a sí misma como *puta feminista* y que ocupa el cargo de Secretaria General de AMMAR.

Serie I

En el perfil *de* Sonia Sánchez se visualiza, en primera instancia, el espacio de presentación en el cual enuncia “FEMINISTA, ABOLICIONISTA Y ANARQUISTA” (sic) y cuenta actualmente con 12.285 seguidores. Al recorrer el perfil se encuentran innumerables réplicas y publicaciones personales (materiales audiovisuales y discursivos) con temáticas a fines a “trata de personas”, “prostitución”,

“proxenetismo”, “feminismos”, “abolicionismo”, “alquileres de vientres”, “Derechos Humanos”, “aborto”, entre otras. A continuación, se transcribe un recorte de este discurso para análisis:

S.S.1: Por una sociedad libre de violencia, trata, prostitucion y proxenetismo. 30 de julio día internacional de lucha contra la trata de personas” [sic] (SÁNCHEZ, 2019).

S.S.2: La prostitución es no es un trabajo, no es el oficio más antiguo del mundo, es la violación de los derechos económicos, sociales, culturales y políticos en una persona. Es violencia, porque en la prostitución no se elige con libertad” [...] [00:32 min] “No se elige con libertad ser la puta de todos y todas, ser penetrada anal, vaginal y bucal, más de 30 veces por día. La elección en la prostitución siempre es coaccionada” [...] [02:13 min] “Por eso sostengo que las personas que hemos pasado por la prostitución y la trata, y la que aún están ahí siendo prostitutas, si el Estado no nos ayuda a arrancarnos de nuestras vidas la vergüenza y el dolor, jamás seremos sujetas activas de derecho. Por esta razón y todas las razones del mundo: Ninguna mujer nace para puta (SÁNCHEZ, 2019).

S.S.3: “REGULAR LA PROSTITUCION ES LUCHAR POR LOS DERECHOS DE LOS PROSTITUYENTES. NO A LA PROSTITUCION. MALUMA Y AMMAR- CTA LA MISMA VIOLENCIA [sic] (SÁNCHEZ, 2018).

La publicación es acompañada por un collage de dos imágenes que pretenden o sugieren un efecto de comparación, de lado izquierdo se observa a trece trabajadoras sexuales de AMMAR, juntas y abrazadas, debajo de una bandera que expresa “La puta que te parió. Por más derechos laborales de las trabajadoras sexuales”, y de lado derecho se observa una imagen de promoción del cantante Maluma recostado en una cama, rodeado de 7 mujeres en ropa interior, bajo el logo del sindicato AMMAR, como otro elemento de collage. La publicación contiene un hilo de respuestas de 538 mensajes, en los cuales las trabajadoras de AMMAR y mujeres abolicionistas discuten sobre los contenidos publicados por Sánchez. El 10 de mayo de 2016, Sánchez publica un adelanto de su próximo libro, el cual titulará “Ni puta, ni peronista, anarquista”, un extracto del texto denominado *Cuerpo sacrificables* [sic] expresa:

S.S.4: El cuerpo, la memoria, el espacio y el tiempo es el territorio de apropiación y de acción en la persona prostituida. Un cuerpo prostituido es un cuerpo sacrificable, un cuerpo que da y produce mucho saber y ese saber es

convertido en millones de dólares, solo se debe mirar los proyectos que entra al país para sostener el discurso fálico de trabajo sexual, como los 12 millones para “trabajar en la prevención del VIH/SIDA, ITS y malaria “entre trabajadoras sexuales” AMMAR CTA. junto a OIM (organización internacional de las migraciones) en año 2012” [...] “hablo de cuerpos sacrificables porque así son tratados por la academia, las agencias internacionales, por la CTA., los laboratorios, los jueces, los políticos, los medios de comunicación, el sindicato de trabajadoras sexuales, los proxenetas, y los varones prostituyentes [sic] (SÁNCHEZ, 2018).

S.S.5: La palabra puta ha estado para uso propio de otra gente, no nuestro, yo la recojo no para definirme, sino para interpelarme a mí misma y para interpelar a otros y otras, a la sociedad y al estado [sic] (SÁNCHEZ, 2016).

Serie II

En el perfil de Facebook.com de Georgina Orellano, en la sección presentación se lee “Putas Feminista Sindicalista”, con 2.505 seguidores. Sus publicaciones están relacionadas a temáticas fines como ser: “trabajo sexual”, “derechos laborales”, “feminismos”, “género”, “aborto”, “denuncias contra el maltrato policial y código contravencional”, “trabajo doméstico”, “precarización laboral”, entre otros.

En una de las interacciones en el muro de publicaciones Orellano expresa:

O.G.1: Soy de esas que no ofrece su sexo de manera gratuita, sino que cobra por lo que mejor sé hacer. Soy de esas que prefiere mil veces la autonomía que te da una esquina y no la explotación que te ofrece una fábrica [...] Soy Puta patentada, salida del closet y con herramientas [...] Soy de esas que se hartan cuando escucho todo el tiempo que me hablan de que mi trabajo es violencia cuando [...] lo violento es el control que otras quieren ejercer sobre nuestros cuerpos adjudicándose ese poder de marcarnos lo que es digno y no lo es [...] de esas que por mucho tiempo no tuvieron voz y veíamos desde el lugar de espectadoras como otras hablaban por nosotras (ORELLANO, 2019a).

Con referencia polémica hacia discursos abolicionistas Orellano, manifiesta en publicaciones diferentes:

O.G.2: Dicen las abolas que las Putas vendemos el cuerpo y vean ustedes que ni una teta me falta. No vendemos nada. Ofrecemos un servicio. El cliente no me compra el cuerpo ni el alma, demanda un SERVICIO que puede ser sexual o social (hablar y contar sus problemas, viene en búsqueda de compañía). Y

cuando dicen que es indigno serán por las condiciones laborales en la que debemos ejercerlo, la clandestinidad, la violencia institucional y la falta de derechos. Dejen de desplegar estigma y hablar por nosotras [sic] (ORELLANO, 2019b).

G.O.3. El abolicionismo te vende que no está en contra de las trabajadoras sexuales pero para ir y quitarle toda ayuda social se organizan a través de una cruzada moral silenciado toda voz que piense distinto a ellas. Antes eran las únicas que contaban con recursos económicos haciendo caridad con las Putas, hartas de esa explotación que hacían de nuestras voces somos nosotras las que queremos disponer de ese dinero y decidir sobre el [sic] (ORELLANO, 2019c).

Análisis

Resulta entonces que desde la perspectiva pècheutiana los discursos presentados en la Serie I y la Serie II, transitan conexiones con el exterior constitutivo, entendido desde la noción del *interdiscurso*, como *el todo complejo de las formaciones discursivas* (PÊCHEUX; FUCHS, 1975; PÊCHEUX, 2016) o como *cuerpo sociohistórico de trazos* (PÊCHEUX, 2012).

Es necesario aclarar que bajo esta perspectiva, en principio el discurso remite a procesos y funcionamientos heterogéneos, en el cual se distinguen los procesos de *formación* de los discursos y sus instancias de *formulación*. Esta distinción plantea que, cada vez que se enuncia o *formula* un discurso, las tramas o modos del decir constituyen relaciones con procesos de *formación*, en otra instancia discursiva, que resulta anterior, exterior al discurso emitido. Este proceso de *formación*, es de carácter heterogéneo e histórico, el cual acarrea tensiones, efectos y evidencias, funcionamientos independientes al *sujeto*, establecidos más allá de su *voluntad* o *intención*.

Entonces, fuera de la evidencias y filiaciones declaradas por los sujetos como *abolicionista* y *reglamentarista*, los discursos son atravesados y hablados, en gran medida por registros, enciclopedias, trazos de discursos enemigos al cual se enfrenta férreamente, lo que se puede conceptualizar como el Olvido N° 1 descrito por Pêcheux, zonas inaprensibles para el sujeto hablante/oyente y que Authier-Revuz (1984) denomina heterogeneidad constitutiva de todo discurso.

No se trata entonces de observar las ideas, posiciones o adhesiones en Sánchez y Orellano, sino de describir las relaciones *entre* sus discursos, en cuestión de regularidades y discontinuidades, donde aparecen de diversas formas múltiples voces que los habitan. Lugar enunciativo que se denomina Olvido N°2, por lo cual Sánchez y Orellano apelan a otras voces o a otros discursos en el orden intradiscursivo (PÉCHEUX, [1975] 2016). Estas zonas discursivas se encuentran marcadas por recursos tipográficos o por voces mantenidas a distancias con las cuales *polemizan* o *discuten*, en forma de referencias, alusiones, ironía entre otras, lo que en Authier-Revuz (1984) es denominado como heterogeneidades mostradas, zona discursiva que involucra a otras voces.

Expuesto lo anterior, es necesario poder avanzar en el análisis en cuanto a esta modalidad del decir en la inscripción de la voz y el cuerpo, en discursos que se proclaman en primera persona como “una trabajadora sexual” y como “una ex-prostituta abolicionista”. Desde la perspectiva discursiva de un *lugar de fala* (ZOPPI-FONTANA, 2017) quedará redefinida como un *lugar de enunciación*, en relación al funcionamiento de los (dos) movimientos de la interpelación ideológica (ORLANDI, 1999. 2001).

Este lugar de enunciación es afectado por la ideología, la lengua y el inconsciente, para lo cual el *lugar de fala* se muestra sostenido en procesos metonímicos que lo legitiman a partir de la experiencia vivida de un *yo* que se identifica con otros *yo* y con un *nosotras* (ZOPI-FONTANA, 2017, p. 66). Lo que refiere a enunciados expresados en primera persona, en singular “yo fui la puta de todos y de todas” o “(yo) soy puta patentada”, o en plural “las mujeres que hemos pasado por la prostitución y la trata, y las que aún siguen allí siendo prostituidas” o “nosotras vendemos un servicio libremente, somos trabajadoras del sexo”.

En estos discursos operan los procesos de subjetivación de acuerdo a los desplazamientos metonímicos que une o enlaza una voz con un cuerpo. Este proceso metonímico se ve reforzado en el funcionamiento del imaginario de “representación” de minorías o colectivos de identificación, y también deja entrever una

“representación” en un espacio de circulación digital, a través de prácticas discursivas de adhesión de voces y perfiles en redes sociales.

Como se pudo apreciar con anterioridad, este “yo”/“nosotras” en la singularidad de cada testimonio personal ancla, mediante procesos metonímicos, en la legitimación a partir de la experiencia vivida de un “yo” que se enuncia y que a su vez se identifica o representan a otros “yo”. Denominaciones de la subjetivización como fenómenos de resistencia en contra de imaginarios históricos (evidenciados como “verdaderos”) que objetivan a estos grupos minoritarios y oprimidos.

La legitimación de nuevas subjetividades posiciona el debate de la constitución del sujeto sexuado en el terreno discursivo, entendido este como un campo de tensión y lucha por sentidos, por las formas del decir, de nombrar/se y las formas significantes autodefinirse. Además, la representación imaginaria de los/as “otros/as” en cada discurso despoja o anula la posibilidad del lenguaje para uso propio y/o representación autónoma por parte de estos grupos, entonces en el discurso de Sánchez, las trabajadoras sexuales son representadas como “fiolas”, “proxenetas”, “sindicato de putas”, “regentas”, y en el discurso de Orellano, las abolicinistas son nombradas como “abolos”, “yutas”, “moralistas”, “violentas”, entre otras denominaciones.

En los discursos *de* Sánchez, existe una mediación de las instituciones del Estado, ya que es contratada/habilitada para dar charlas de concientización y prevención en contra de la violencia hacia la mujer, trata de personas y prostitución, por parte de las municipios, provincias, secretarías, universidades, colectivos de mujeres, entre otras, lo cual nos permite pensar esta contradicción con los modos de *resistencia* hacia el poder estatal como declara Sánchez en diversas intervenciones en sus redes sociales. La posibilidad de hablar sobre sí misma y sobre su experiencia en la prostitución es dada por el Estado “soberano” (de lógica abolicionista) que le brinda un espacio y un lugar para *su* palabra.

Con respecto a los discursos de Orellano, fuera de su carácter metonímico como una trabajadora sexual en ejercicio, el lugar de enunciación recurre

especularmente a la representación sindical como “trabajadora” y “dirigente” en lucha por derechos laborales, pero mediada por la “representación” política e institución de la Central de Trabajadores Argentina, CTA, sindicato que promueve y expresa de manera directa una filiación obrera, cristiana y peronista.

Entonces podemos apreciar que los lugares de enunciación se definen también en relación al funcionamiento del Estado y sus instituciones, que se manifiestan mediante las reglas de proyección y en las diferentes posiciones de sujeto. Los lugares de enunciación, constituido por la proyección de las formaciones imaginarias en los procesos discursivos, posibilitan que los sujetos puedan *hablar* y también ser *hablados* por los *olvidos* de la heterogeneidad constitutiva y por el sujetamiento a determinadas *Formaciones Discursivas*, los cuales permiten que el *yo* esbozado se ubique como tal: “Yo puta”, “yo pobre”, “yo prostituida”, “yo trabajadora sexual”, “yo patentada”, lo cual resulta en rupturas del “yo” fundamento del sujeto que se encuentra aquí desplazado.

La constitución del *yo* y *nosotras* que presentan Sánchez y Orellano condice con el “yo” experimental, autobiográfico, lo que permite cambios en los niveles de enunciación, movimiento que permite el ocultamiento o aparición del “yo narrador” o “yo protagonista y genera el efecto de imposibilidad en la separación de la “voz enunciativa” del cuerpo marcado por el fenómeno que impacta en la legitimidad enunciativa en cuanto a que representan a “las otras de las otras” del feminismo, a un sector de “otras mujeres” prostitutas y exprostitutas. Sin embargo, estas estructuras del “yo” exceden las voluntades adjudicables a Sánchez y a Orellano, donde la concepción de “sujeto enunciador” denota síntomas manifiestos de diferentes voces que se pronuncian al interior mismo de “sus” discursos.

Se comprende a los testimonios como formas de denuncias y de lucha por el reconocimiento por parte de sujetos que narran historias en primera persona. Y en relación con la corporeidad del decir, donde la dimensión enunciativa del cuerpo se inscribe sobre la experiencia y presencia, tanto de la voz, como también de la carne y la piel (proceso metonímico) generando así una relación con los/as “otros/as” con los/las cuales el sujeto se identifica o se diferencia.

La paradoja discursiva que atraviesa las políticas de reconocimiento en el feminismo con respecto a los lugares legitimados para hablar en relación al género, clase y raza. Por otro lado, es necesario aclarar que, dentro del trayecto discursivo de resistencia de los sujetos, es necesario comprender que *hablar* resulta de un esfuerzo por la palabra legítima en una triple condición de alteridad por la posición de “mujer”, “pobre” y “puta”. No se trata, entonces, de contemplar el *discurso polémico* (o describir las filiaciones que los discursos declaran) sino de comprender la producción de subjetivación femenina en este campo específico.

La articulación de un *lugar de fala* moviliza las formas discursivas de la subjetivación y resistencia desde un “yo”/“nosotras” cuya representación imaginaria se refuerza en la legitimidad para hablar. La prostitución, entendida como construcciones discursivas, nos permite comprender la constitución de sujetos en esa esfera y a las demandas de reconocimiento, las cuales permiten un movimiento de subjetivación necesario en la lucha contra la objetivación de estos sujetos silenciados, posibilitando la constitución de posiciones discursivas, no subalternas, en las cuales puedan enunciar y denunciar la opresión.

A modo de cierre

Poner en serie a estas secuencias permitió apreciar que las diferentes denominaciones o imaginarios de “víctimas” o de “libres trabajadoras” son móviles y que no representa siempre al mismo grupo de mujeres. Para el discurso abolicionista la palabra “víctima” remite a todas aquellas mujeres que, a causa de desigualdades económicas, políticas y sociales, han caído en la prostitución. Mientras que para el discurso reglamentarista, se considera que la prostitución es un “trabajo libre” el cual necesita ser legitimado como un trabajo por el Estado para que las trabajadoras sexuales dejen de sufrir el acoso de la ley y de la fuerza policial.

La lucha por la legitimidad y resistencia, desde los lugares de enunciación, nos permite comprender que no existe tal oposición o desencuentros entre discursos reglamentaristas y abolicionistas. Por un lado, comparten ciertas similitudes en las

condiciones de producción, por el otro, los rige la misma formación discursiva. Se visibiliza así la arena donde estas subjetividades disputan por el sentido, por términos, por fuera de los silenciamientos históricos.

Referencias

AGUILAR, Paula Lucía *et al.* ¿Qué es un corpus? *Entramados y perspectivas*: revista de la carrera de sociología. Buenos Aires, v. 4, n. 4, p. 35-64, oct. 2013/sep. 2014.

ALTHUSSER, Louis. *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In*: AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Entre a transparência e a opacidade*: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1984. p. 11-80

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. *In*: INDURSKY, F.; CAMPO, M. C. (org.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000. p. 70-81.

MASIELLO, Francine. *Lenguaje e ideología*: las escuelas argentinas de vanguardia. Buenos Aires: Hachette, 1986.

ORELLANO, Geornina. *Facebook*, 21 jul. 2019a. Disponível em: <https://www.facebook.com/georgina.orellano/posts/2355347461200171>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ORELLANO, Georgina. *Facebook*, 5 jul. 2019b. Disponível em: <https://www.facebook.com/georgina.orellano/posts/2328490993885818>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ORELLANO, Georgina. *Facebook*, 4 abr. 2019c. Disponível em: <https://www.facebook.com/nosotrasparamos/posts/887231678335598>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sentido na história e no simbólico. *Escritos*, Campinas, n. 4, p. 17-27, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Silêncios: presença e ausência. *ComCiência*, Campinas, n. 101, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, [1969] 1990. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. Leitura e memória: Projeto de Pesquisa. In: *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, [1984] 2012. p. 141-150.

PÊCHEUX, Michel. *Las verdades evidentes*. Lingüística, semántica, filosofía. Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Goriniiri, [1975] 2016.

SÁNCHEZ, Sonia. Facebook, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/100004247081668/videos/1169481743203384>. Acesso em: 1 dez. 2021.

SÁNCHEZ, Sonia. Facebook, 12 set. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1173921852759373&set=a.924686337682927>. Acesso em: 1 dez. 2021.

SÁNCHEZ, Sonia. Facebook, 30 nov. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/melisa.martin.solar/posts/10211740667939172>. Acesso em: 1 dez. 2021.

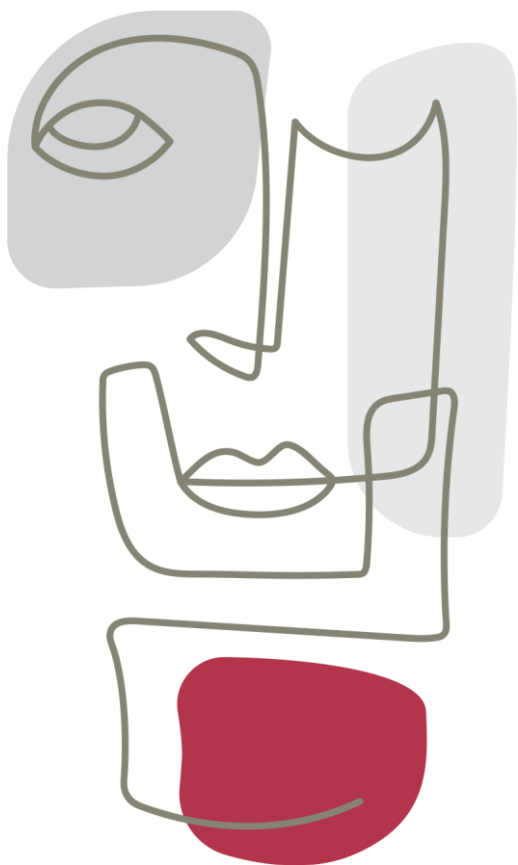
ZOPPI-FONTANA, Mónica. Lugares de enunciação e discurso. *Leitura – Análise do Discurso*, Maceió, n. 23, p. 15-24, 1999.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Lugar de fala: Enunciação, subjetivação, resistência. *Conexão Letras - A Análise do Discurso*, Porto Alegre, n. 18, p. 63-72, 2017.

Felipa Mabel Caballero

Becaria Doctoral: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina) – Resistencia, Chaco.

Docente de Lingüística Textual y Semiología de la Comunicación Social: Universidad Nacional del Nordeste (Argentina).



Aretuza Pereira dos Santos

O AGIR, O SER E O FAZER POLICIAL:

DISPUTAS PELO SENTIDO

No cenário brasileiro, a polícia militar ocupa um lugar historicamente marcado por reincidentes práticas de violências e abuso de poder, pondo em descrédito a função que lhe é atribuída socialmente, ou seja, manter a ordem, a paz e garantir a segurança. Cada vez mais, somos bombardeados por noticiários que trazem ao público situações em que certos policiais militares aparecem como bandidos, criminosos, assaltantes, desordeiros, dentre outros, dando visibilidade à relação conflituosa entre a polícia, a política e a sociedade.

Sabe-se, também, que historicamente a polícia transita entre o proibir e o reprimir. Thomas Holloway, ao discutir o dueto Polícia e Política no livro *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, expõe que

a Polícia Militar era rotineiramente mobilizada para reprimir comportamentos inaceitáveis ou prender os que desrespeitavam eventos oficialmente autorizados, fosse o patrocinador a Igreja Católica, uma das irmandades da camada da elite, [...] Todas essas organizações de certo modo faziam parte da dominação da maioria pela minoria, e os atos desrespeitosos que a polícia tinha de reprimir constituíam formas de resistência a essa dominação (HOLLOWAY, 1997, p. 153).

A força policial, a serviço de quem patrocinava, reprimia (e ainda reprime) comportamentos rotulados como inaceitáveis ou de quem ia (ou vai) de encontro aos interesses do patrocinador. Tal exercício expõe as fragilidades da instituição, principalmente, para a categoria de soldados¹, que estão expostos a vários patrocinadores (Estado, oficiais superiores e pequenos empresários). Vale pontuar que os policiais militares que fazem parte da subalternidade dentro da categoria das praças têm formação institucional deficitária, lidam com defasagem salarial, patrulham em algumas regiões com inferioridade numérica e equipamento sem manutenção apropriada, além de conviverem em um ambiente tensionado tanto pelo

¹ Os postos e graduações da escala hierárquica são: I - **Oficiais**: Coronel PM; Tenente Coronel PM Major PM; Capitão PM; 1º Tenente PM. II - **Praças**: Subtenente PM; 1º Sargento PM; Cabo PM; Soldado 1ª Classe PM. Entretanto, o contato direto com a população concentra-se entre os sargentos e os soldados.

risco de perder a vida em um confronto quanto por conflitos hierárquicos contaminados por inúmeros tipos de assédio moral². Tal cenário trabalhista tanto pode auxiliar na reprodução da violência quanto no autoextermínio, dado que o cotidiano de um policial militar é árduo e cheio de desafios e incertezas³.

Deste modo, as regras impostas socialmente, por grupos dominantes, são resultantes das relações coercitivas decorrentes do modo de produção capitalista. No campo discursivo-ideológico, o processo de exploração gerado pelos agentes da produção e repressão capitalista potencializa os embates que visam deter o controle da ideologia dominada e o emprego do uso da força. No livro *Sobre a reprodução*, Althusser (2008, p. 109) faz uma importante consideração quanto à dinâmica repressiva no universo militar: “as forças armadas e a polícia: no interior, elas formam seus próprios recrutas, simultaneamente, pela repressão e pela inculcação ideológica; no exterior, agem pela repressão violenta, mas também pela discussão e pela persuasão”. À vista disso, o que se mascara ou denuncia quando policiais militares são violentos, abusivos e repressivos entre os pares da categoria e as diferentes classes sociais? Os fios que formam o novelo problemático da tríade polícia-política-sociedade têm as cores da violência, repressão e persuasão constitutivamente tanto no que tange à relação externa quanto à interna.

² Atuar como policial militar no Estado da Bahia desde 1999 permitiu-me iniciar a construção de um arquivo composto por reportagens que noticiam práticas consideradas criminosas, movimentos grevistas, além de meus próprios registros em relação aos problemas enfrentados no cotidiano do policial.

³ O policial busca no seu cotidiano: a) lutar para sobreviver; b) superar o preconceito e o desprezo tradicionalmente construídos no imaginário social; c) cumprir as ordens do Estado e de alguns segmentos sociais dominantes mesmo que, muitas vezes, não concordem; d) aprender a superar os assédios morais que existem na hierarquização interna da corporação; e) lidar com a dualidade entre exercer suas atividades profissionais e sofrer punições decorrentes de ações malsucedidas; f) mediante confronto, os policiais sempre respondem a processos ou inquéritos e, por vezes, mesmo tendo agido dentro da legalidade, são punidos, caso tenha alguma desavença com o superior hierárquico ou a mídia sensacionalista tenha distorcido os fatos; g) enfrentar a marginalidade que, cada vez mais, adquire armamentos mais sofisticados; e, h) trabalhar com equipamentos com validade vencida e sem manutenção adequada. Para mais informações ver em Santos (2021).

Neste trabalho, propomos discutir sobre o que se mantém, apaga e ressignifica em alguns dizeres que circulam quando as ações policiais ocorrem e/ou resultam em crimes, visto que a Polícia Militar é uma instituição responsável pela manutenção da ordem, mas também responsável por causar repúdio e medo a uma parcela da população⁴ pelas práticas repressivas empregadas. Para tanto, utilizamos o aparato teórico-metodológico em Análise do Discurso que perpassa por diferentes etapas de análise e procedimentos que compreendem a superfície linguística, o objeto discursivo e o processo discursivo, com a finalidade de chegar à compreensão de como a linguagem produz sentido na relação com a língua e com a história, conforme estabelecido pelo dispositivo de análise proposto por Pêcheux e Fuchs (1975) e Pêcheux (1973)⁵. Por conseguinte, na busca de pistas que ajudassem a compreender o funcionamento discursivo circulante em relação às práticas empreendidas na forma de agir, de ser e do fazer policial, extraímos de nosso arquivo⁶, que é composto por material digital publicado em jornais virtuais que circulam publicamente no meio jornalístico, uma ocorrência de violência e abuso de poder envolvendo essa categoria. Com efeito, alicerçamo-nos epistemologicamente na Análise de Discurso de Linha Pecheutiana, uma vez que enquanto prática de compreensão histórica dos processos

⁴ Principalmente, a parcela que não apoia uma força policial que seja truculenta.

⁵ Nesta proposta, o analista do discurso buscará na primeira etapa operacionalizar no limite da superfície do texto, examinando de qual maneira, nos recortes, as regularidades estão organizadas (ou não) com relação aos aspectos lexicais, morfológicos e sintáticos; na segunda, após ultrapassar o limite da superfície, retirar o discurso da linearidade linguística em qual se apresenta, por meio da parafrazação, analisando outras possibilidades do dizer e de formalizar o que está sendo enunciado, dessa forma, anula-se a ilusão de nº 2, a enunciativa, na qual se estrutura a sequência discursiva e o sujeito ao falar o faz de uma maneira e não de outra. Esses procedimentos permitem identificar os elementos constitutivos do interdiscurso (pré-construído e articulação) e acessar as formações discursivas; na terceira, de posse do *corpus discursivo* constituído, poderá compreender como se instaura o assujeitamento, as oposições ideológicas e as condições contraditórias do modo de reprodução/transformação das relações sociais, e como o material da linguagem produz sentidos e de que maneira se processa o funcionamento do discurso. Para mais informações, ver em Santos (2021, p. 139).

⁶ Vale assinalar a importância do arquivo enquanto documento, ele não se circunscreve apenas como um amontoado de textos com fins de diário histórico, e, sim, como um acontecimento histórico e discursivo, do qual aquilo que não é dito também faz sentido.

semânticos permite compreender como as tensões sociais se processam com campo da linguagem.

O agir, o ser e o fazer policial: tensões, conflitos, falhas

À luz da teoria pecheutiana, começamos a pensar como a discursividade em torno da designação crime circulava de maneira tão acirrada quando noticiado o envolvimento de algum policial militar em ações consideradas criminosas, bem como alguns representantes do Estado em situação, diante de um movimento de greve da categoria, classificava-os por criminosos. A força policial sempre atua em consonância aos interesses políticos, em situações de aglomeração das massas, em disputas entre aqueles que se opõem ao jugo da dominação, e para o povo quando cometem desordem. No entanto, a ordem mobiliza diversos sentidos de acordo com a posição ideológica de quem a empregue. João Bernardo, teórico marxista, defende que

forças repressivas eficazes servem aos capitalistas, sobretudo para ser visíveis [...] Estas forças repressivas destinam-se a manter presentes na população trabalhadora a possibilidade de em qualquer momento poderem ser ativadas e, assim, marcam os limites da contestação admitida (BERNARDO, [1991] 2009, p. 75).

Sendo assim, se o Estado utiliza-se da força repressiva para exercer o poder coercitivo sobre as massas, o que fazer/dizer quando esta mesma força repressiva é o pivô⁷ da desestabilização do Estado e da sociedade, haja vista que “os militares, polícias, políticos e administradores são os agentes da repressão e estão a serviço da elite capitalista^{2”}? Convém destacar também que as reincidentes práticas de comportamentos violentos, abusivos e repressivos de certos policiais contribuem

⁷ Devido ao aumento do número de policiais militares presos e indiciados por integrarem organizações criminosas, cujas práticas abrangem proteger traficantes, extorquir mediante sequestro, sequestrar e forjar confronto seguido de morte, integrar esquemas de grilagem, assassinar seus próprios parceiros de trabalho, estuprar, dentre outras.

para a instauração de tensões sociais e políticas que podem evidenciar uma falha do Estado. Para Althusser (1970, p. 65), na sociedade de classe, existe o papel de explorado (que mantém uma consciência cívica), o de agente da exploração (que sabe mandar e falar aos operários/subordinados) e de agentes da repressão exploração (que sabe mandar e ser obedecido sem discussão ou sabe manejar a demagogia retórica dos dirigentes políticos). Nesses papéis, o lugar do dominado, os trabalhadores explorados pelo modo de produção, sustenta a posição do dominador, a elite capitalista e seu Estado. Nesse interim, quais sentidos estão em disputa quando circula socialmente a expressão “*Quando a polícia torna-se criminosa*”? Como as ações consideradas criminosas, praticadas por policiais militares, na atual conjuntura, significam para e por sujeitos e como os sentidos vão se filiando a tantos outros sentidos regulados sócio-historicamente? Pensando nisso⁸, selecionamos uma matéria publicada em 2015⁹, que trazia ao público a informação de que *policiais são presos pelo crime de estupro a uma adolescente grávida*. Na narrativa jornalística, enumera-se uma série de ações que reforçavam o reconhecimento de que os policiais presos em flagrante praticaram crimes. Vejamos:

O crime aconteceu na noite de sábado (11), quando a jovem e o companheiro estavam de moto na BR-110. De acordo com as investigações da polícia, **os PMs abordaram o casal atirando para cima e fazendo o veículo parar**, tiraram a chave da moto e levaram a mulher no carro da polícia¹⁰ para uma estrada afastada. **O marido buscou ajuda, e outros policiais flagraram os dois PMs com a mulher, obrigando-a a praticar atos sexuais**. Segundo a jovem, **ela não foi poupada pelos militares, mesmo avisando que estava grávida. Os policiais que resgataram a jovem faziam buscas após pedido do marido** que havia sido deixado na estrada. **Os criminosos usaram duas armas e estavam em um carro com placa fria**, que a polícia apura se foi objeto de roubo. **Vamos aprofundar para saber se eles têm praticado outras ações criminosas**,

⁸ “O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito é determinado por um dispositivo ideológico” (ORLANDI, 2012, p. 26).

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/07/jovem-gravida-estuprada-por-pms-na-bahia-descreve-momentos-de-panico.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

¹⁰ O carro utilizado não foi a viatura padronizada da polícia militar.

porque um crime cometido com essa ousadia, com essa falta de respeito ao ser humano e à mulher demonstra que são pessoas de instinto ruim", disse a delegada Joana Angélica Santos. **O governador disse**, em perfil no Twitter, **que os dois policiais "cometeram um crime bárbaro"**. "Vão ser expulsos seguindo os critérios legais. **Tenham certeza que crimes como esse não vão ficar impunes em nosso governo**", disse o governador. **"Parabéns aos policiais que fizeram a prisão. Agiram com rapidez e conseguiram deter os criminosos em flagrante"**, finalizou sobre a ação do grupo de PMs que prendeu os suspeitos (G1-BA, Salvador, 13 jul. 2015, p. 1, grifos nossos).

Tanto a chamada quanto o corpo da notícia movem sentidos de repugnância que potencializam a incredibilidade na instituição por seu histórico de violência e abuso de poder. As expressões "abordaram o casal", "atiraram para cima", "fizeram o veículo parar" e "levaram a mulher no carro da polícia" correspondem às formas narrativas utilizadas no meio militar para relatar quais procedimentos foram adotados diante de uma ocorrência policial, por exemplo, abordaram os bandidos, atiraram para cima na tentativa de inibir a ação delituosa, conseguiram fazer o veículo suspeito parar, conduziram os suspeitos ou criminosos no carro da polícia à delegacia. Pêcheux ([1983] 2015, p. 53) relata que "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro". Dessa maneira, os discursos remetem uns aos outros, abrindo e tirando possibilidades de inscrição para os sujeitos e os sentidos, em meio a relações de forças atravessadas por resistências e dominâncias. Ao narrar, "levaram a mulher no carro da polícia para uma estrada afastada", sendo que não se tratava do carro da polícia, notamos uma falha no ritual e, também, uma alusão a filiações de sentidos inscritos em algum lugar na história social do país, os já-ditos da interpelação, que traz à tona os crimes cometidos durante a ditadura militar, bem como as polêmicas que circulam em decorrência de mortes por auto de resistência ou mortes por intervenção policial. A contradição e o equívoco na narrativa *levaram a mulher no carro da polícia para uma estrada afastada* evocam sentidos de arbitrariedade em torno do modo de agir, de ser e do fazer policial. Para Orlandi (2009, p. 53),

ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

Ao significar, o sujeito¹¹ materializa, pela língua e pela história, a formação discursiva correlata à formação ideológica (ideologia) que o coloca em suas posições; no entanto, essas formações discursivas disfarçam seu próprio caráter contraditório, que, através dos elementos do interdiscurso, pode vir à tona. As contradições em torno dos saberes (pode/não pode, deve/não deve, dizer/não dizer) são fatos constitutivos de toda formação discursiva sob a dominação de determinada formação ideológica e que remetem a filiações de sentidos inscritos na história social.

Outro aspecto da narrativa jornalística refere-se ao deslizamento no emprego das denominações *polícia* e *militar* que parece mover sentidos de disputa entre forças antagônicas. Vejamos os recortes¹²,

Rd₁: Segundo a jovem, ela *não foi poupada pelos militares*, mesmo avisando que estava grávida.

Rd₂: Os *policiais que resgataram a jovem* faziam buscas após pedido do marido que havia sido deixado na estrada.

A denominação *policial* fora empregada em referência aos policiais que estavam exercendo a função que lhes é própria dentro da legalidade, enquanto que a

¹¹ À luz da teoria pecheutiana, os sujeitos são discursivamente constituídos pelas formações discursivas, que designam “o que pode e o que deve ser dito”, e fornecem as evidências que “fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, sob a ‘transparência da linguagem’ o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146).

¹² Indursky (2013, p. 6) esclarece que a “noção de recorte discursivo foi formulada por Orlandi para distinguir o gesto do linguista, que segmenta a frase, do gesto do analista de discurso, que, ao recortar uma sequência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem-e-situação”.

denominação *militar* fora empregada em referência aos policiais que cometiam o crime. Na narrativa, *militar* e *criminoso* estavam significando no mesmo campo semântico e mobilizando sentidos de que os militares cometem e/ou cometeram torturas, sequestros, execuções etc. Bethania Mariani, no livro *PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*, ao esclarecer que, para se compreender os sentidos produzidos pelas denominações e as regiões discursivas organizadas no seu entorno, considera que:

para compreender os sentidos produzidos pelas denominações, e essas regiões discursivas que vão se organizando em torno delas, é preciso desconstruir superfícies linguísticas, apreender o conjunto de empregos das palavras, os tipos de ligação que elas mantêm entre si, o modo como ocorrem nos textos, como podem estar significando, os efeitos que produzem, sua relação com a história oficial, em resumo, trata-se de ver o funcionamento de palavras e expressões que atuam como denominações. Um tal ponto de vista permite verificar conflitos, adesões, silenciamentos etc., produzido entre as formações discursivas, permite ainda, delinear e acompanhar as tendências históricas na produção dos sentidos, seu passado e seu futuro, seu movimento, ou seja, as redes de filiações de sentidos que organizam a tessitura do discursivo (MARIANI, 1998, p. 119).

Com efeito, ao leitor é preciso atravessar o texto para sua interpretação. A produção de sentidos acionados através das denominações *militar-crime* ancora-se na relação entre a história e a língua suscitando, no imaginário social, os sujeitos sociais a se identificar ou se contra-identificar com o que lhes é dado a pensar, ou seja, militares são criminosos. Assim, os discursos se constituem no tensionamento entre o retorno ao mesmo (retorno a algo já dito, que já tenha sentido) e o diferente (possibilita a ruptura). Conforme Orlandi (2009, p. 36) “é no jogo entre a paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”. Vale assinalar que, para o analista do discurso, a paráfrase é uma ferramenta fundamental para tirar o discurso da linearidade linguística, em virtude de proporcionar outras possibilidades do dizer, outras possibilidades de formalizar o que está sendo enunciado. Ao

reformularmos as sentenças, podemos encontrar parafrasticamente *Crime cometido por policiais demonstra que são pessoas de instinto ruim*¹³ e *Policiais que fizeram a prisão dos criminosos em flagrante estão de parabéns* (ou, *são parabenizados*), possibilitando a formalização “policiais que cometem crimes são pessoas ruins/inidôneas”. Logo, “policiais que prendem criminosos são parabenizados (já que exercem sua função)”. Tal formalização possibilita uma melhor compreensão de como ocorre o funcionamento do discurso e a relação entre o sujeito e a ideologia, dado que o interdiscurso permitir, através dos mecanismos de encaixe¹⁴⁷ sintático e articulação, entrelaçar a teoria dos processos discursivos ideológicos e o sistema linguístico.

Nesse jogo de constituição entre a memória do dizer e atualidade a-dizer, os sentidos se movimentam em direção às diversas formas de silenciamento, equívocos, falhas, deslizamentos e ambiguidades. As orações adjetivas *que cometem crimes* e *que prendem criminosos* reforçam o funcionamento do interdiscurso, através do pré-construído, uma vez que o relativo *que* retoma a saberes que ditam o modo de como deve ser o agir, o ser e o fazer policial. O efeito de sentidos mobiliza saberes de que, para o exercício da atividade policial, exige-se um caráter idôneo, virtuoso, muito embora o interdiscurso disponibilize dizeres que retomam um já-dito de que a polícia reprime, prende e mata aqueles que adotam comportamentos inaceitáveis. Portanto,

¹³ O mal, o satânico, conseqüentemente, as pessoas ruins, ocupam no imaginário social, o lugar onde se reúnem todas as ameaças aos valores cristãos, sendo fundamental afastar-se de tudo aquilo que possa suscitar a reprovação divina. Alain Badiou, discípulo do filósofo marxista Louis Althusser, ao falar sobre o Mal, defende que “[...] o mal é a interrupção da verdade pela pressão de interesses particulares ou individuais [...]. Não existe uma definição natural do mal; o mal é sempre aquilo que, em uma situação particular, tende a enfraquecer ou destruir um sujeito. E a concepção de mal é, portanto, inteiramente dependente dos eventos nos quais um sujeito constitui a si mesmo. É o sujeito que prescreve o que é o mal, não uma ideia natural do mal que define o que um sujeito ‘moral’ é” (BADIOU, 2016). Com efeito, observamos como as denominações atribuídas às pessoas ruins que cometem crimes bárbaros que atentam contra a mulher e contra a pessoa significam também no campo religioso e dão visibilidade às relações de força em determinada formação social. Para mais informações, ver em Santos (2016).

¹⁴ Segundo Courtine (2009, p. 74), no encaixe, “um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse ali”.

é na convergência entre a memória (constituição) e a atualidade (formulação) que os sentidos são construídos. A oposição criminoso *versus* idôneo remete a filiações de sentidos inscritos em uma formação ideológica Cristã de que devemos ser sempre idôneos, cívico, não ter comportamentos inaceitáveis perante a sociedade. Se a falha, o deslize, o equívoco, a ambiguidade são partes constitutivas da língua e o sentido emerge do interior da sintaxe, quais mecanismos podem contribuir para a compreensão de como os sentidos se constituem, como são formulados, como circulam e como os sentidos silenciados significam no jogo ideológico daquilo que não é dito, mas faz sentido?

No corpo da reportagem, ao lado esquerdo, posicionou-se o print da imagem do Twitter do governador petista Rui Costa o qual teceu comentários de aprovação e reaprovação aos policiais militares envolvidos na ocorrência.

Figura 1– Postagem do Governador Rui Costa no Twitter



Rui Costa postou mensagem de desagravo no Twitter (Foto: Reprodução / Twitter)

Fonte: g1.globo¹⁵

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/07/jovem-gravida-estuprada-por-pms-na-bahia-descreve-momentos-de-panico.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

Na voz do representante do Estado, ao empregar a denominação *policiais* para se referir aos que cometeram o crime, parece existir uma intenção de minimizar ou silenciar a falha do Estado. Vejamos,

Rd₃: O governador disse, em perfil no Twitter, que os dois policiais "Vão ser expulsos seguindo os critérios legais. *Tenham certeza que crimes como esse não vão ficar impunes em nosso governo*",

Se “crimes *como esse* não vão ficar impunes em nosso governo”, os outros tipos de crimes – considerados menos graves – contra a sociedade (e até mesmo contra policiais) podem ficar impunes? Lagazzi (1988, p. 16-17) discute que “para coagir, o Estado precisa se mostrar forte [...] É o estado centralizador, autoritário, que enquanto aparelho repressivo mantém uma relação coercitiva com seus cidadãos e cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos”. A respeito disso, a corrigenda punitiva “vão ser expulsos seguindo os critérios legais” – mas a sentença já foi dada – camufla as mazelas da relação política, polícia e sociedade, bem como tenciona apagar aos inúmeros confrontos entre a polícia e as massas? Suscita o reconhecimento de que as relações de poder, na sociedade, são formas de dominação hierarquizadas e autoritárias? No funcionamento intradiscursivo entre a independente “Tenham certeza” e a subordinativa “que crimes como esse não vão ficar impunes em nosso governo” há a sustentação de uma posição que induz para um retorno universalmente consentido de que o Estado exerce um poder autoritário, hierarquizado e coercitivo.

Eni Orlandi, no livro *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*, aduz que

compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para o sujeito). As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes (ORLANDI, 2007, p. 20).

Por conseguinte, para compreender o processo de produção do discurso, é necessário analisar como os sentidos se movimentam. Notamos que a predicação em torno do sintagma *crime* remete a um efeito de negatividade e desaprovação que se inscreve no imaginário social, desaprovando o “mau sujeito”, aquele que está fora da Lei, que comete crimes e atrocidades. Os sentidos que disputam a idoneidade e a inidoneidade, em torno de uma ação militar, movem-se entrecruzando-se. Os dizeres do Estado moveram sentido em direção à valorização e à pertinência de ser enérgico e rápido diante de quaisquer infratores, sobretudo quando o infrator deveria ser o agente direto do Estado na manutenção da ordem. A falha no ritual aponta para o mal funcionamento da Instituição como força repressiva do Estado. A oposição dos sintagmas [criminoso/idôneo] traz a discursividade em relação aos conflitos ideológicos, na nossa atual conjuntura sócio-histórica, bem como tenciona produzir um apagamento, no imaginário social, dos conflitos materializados em decorrência de um militarismo que conserva os resquícios do regime civil-militar. Desse modo, na atual conjuntura, faz-se imprescindível a reestruturação de um sistema policial que evitasse “o verdadeiro atrás-das-cortinas das ilusões mantidas pela classe dominante” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 281) e proporcionasse um “romper o círculo encantado da ideologia dominante” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 281).

Considerações

Dentre os resultados, evidenciamos que os efeitos de sentidos construídos dialogicamente estão relacionados a tantos outros sentidos situados em um momento sócio-histórico, com reflexos na posição que o sujeito assume ao se constituir discursivamente. Evidenciamos, também, que o jogo discursivo entre os sentidos atribuídos aos crimes praticados por policiais *versus* os policiais que prendem criminosos contribuiu singularmente para dar visibilidade como ocorre o imbricamento da língua com a história, indispensável à compreensão do processo de construção e produção de sentidos. Interpelados pela ideologia, os sujeitos materializam, pela língua e pela história, as formações discursivas correlatas às suas

ideologias, porém essas formações discursivas disfarçam seu próprio caráter contraditório, que através dos elementos do interdiscurso emergem.

Buscar compreender o funcionamento discursivo em relação aos dizeres que circulam quando ações consideradas criminosas acontecem, leva-nos a defender a necessidade de reestruturar o sistema de segurança pública, possibilitando o surgimento de uma nova forma de fazer, de agir e de ser policial. É preciso "ousar se revoltar" e ousar a pensar nestas feridas sociais, ousar alinhar a segurança pública com a atual conjuntura, muito embora saibamos que a repressão a trabalhadores, por meio de violência praticada pela polícia, funcione muito mais em razão de garantir o bom funcionamento das relações capitalistas em defesa do mercado e da classe dominante. Enfim, o histórico e o linguístico estão presentificados no discurso, não de modo alheio ou exterior ao que está sendo investigado, mas como parte intrínseca.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BADIOU, Alain. *Sobre o Mal: Uma Entrevista com Alain Badiou*. [Julho de 2016]. Plataforma Digital Lavra Palavra. Entrevista concedida a Christoph Cox e Molly Whalen. Tradução: Hugo Gomes Penaranda. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2016/07/15/sobre-o-mal-uma-entrevista-com-alain-badiou/>. Acesso em: 21 set. 2016.

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1991] 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

G1-BA. Jovem grávida estuprada por PMs na Bahia descreve momentos de pânico. *Jornal G1-Ba*, Salvador, p. 1, 13 jul. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/07/jovem-gravida-estuprada-por-pms-na-bahia-descreve-momentos-de-panico.html>. Acesso: 22 jul. 2018.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução: Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 2015.

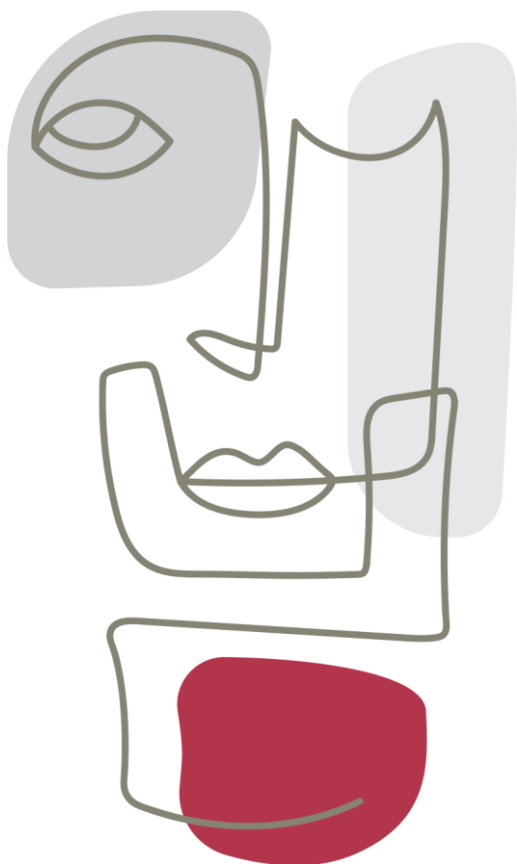
PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. Tradução: Pércles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora Unicamp, [1975] 2014.

SANTOS, Aretuza. A demonização do outro enquanto estratégia discursiva. *Anais [...]*, v. 3, 2016. Disponível em: https://81c56680-6f6a-43bc-beeca108db9569fb.filesusr.com/ugd/9e9c35_b52830c20aa542ad9c7638938fef515b.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

SANTOS, Aretuza. *A greve da polícia militar da Bahia no campo do discurso: disputas pelo sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

Aretuza Pereira dos Santos

Mestre em Estudos de Linguagens (UNEB), Especialista em Gestão Educacional (UCB-RJ) e Licenciada em Letras Vernáculas (UEFS).
E-mail: aretuzap@yahoo.com.br.



Patrícia Nattes dos Santos

Flávio Roberto Gomes Benites

**DISCURSO DA EDUCAÇÃO:
SÁTIRA E RESISTÊNCIA EM
PROGRAMA HUMORÍSTICO**

Considerações iniciais

No século XXI, a televisão e a internet (o digital) são meios que interagem na constituição da relação social e de entretenimento e proporcionam um leque de interpretações, a partir de um conjunto diverso de práticas discursivas, pois a linguagem utilizada na televisão e na internet não são transparentes, muito embora assim se mostre.

Particularmente, para o desenvolvimento deste trabalho, partimos da inquietação sobre a circulação e formulação do discurso nesses meios e os efeitos de sentido que emergem pela sátira no programa de televisão, Zorra. Com o objetivo de analisar o discurso educacional brasileiro, tomamos como materialidade discursiva um vídeo/episódio, intitulado “Manifestação dos professores”, que circulou na televisão e nas redes sociais, produzido e apresentado pelo programa humorístico Zorra, da Rede Globo de Televisão no ano de 2019.

O discurso, o humor e o campo midiático

Para realizar a análise, pautamo-nos na Análise de Discurso materialista, que, por ser uma disciplina de entremeio, possibilita gestos de interpretações outros, ou seja, são possibilidades de leituras sobre esse dado, o vídeo como materialidade discursiva e significativa.

Sobre a materialidade significativa Lagazzi (2010) nos permite pensar acerca da relação entre (língua, imagem, sonoridade) e história, buscando trazer assim, a “relação simbólica marcada por significantes verbais e não verbais” (LAGAZZI, 2004, p. 67). A linguagem verbo visual não pode ser pensada de forma isolada, é no imbricamento de ambas que a materialidade significa.

E com base nos estudos de Orlandi (2012), retomamos pontos relevantes para a compreensão do processo de produção dos sentidos. Concentramos nossos esforços nos motes que trouxemos para o debate: formulação, circulação e resistência na mídia.

À circulação cabe esclarecer que “os dizeres são como se mostram”, independentemente dos meios em que são veiculados, “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (ORLANDI, 2012, p. 12). Por formulação compreendemos a materialização da língua, ou seja, a textualização do discurso, na qual “há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras” (ORLANDI, 2012, p. 10). É pela formulação que, ao enunciar, o sujeito articula seu dizer e nele se inscreve.

As formulações aqui analisadas estão alocadas no eixo do intradiscurso e são atravessadas pelo interdiscurso enquanto já-ditos por um outro sujeito em um outro momento, em outro lugar, ou seja, o dizer é, assim, remetido a uma filiação de dizeres e que, ao serem atualizados, mostram que os sentidos podem ser outros.

Vamos trazer, inicialmente, uma reflexão de Silva (2011), com o argumento de que a mídia é um âmbito particular da produção de linguagem na qual há a confluência da linguagem verbal (textos orais e escritos) e não verbal (imagem, linguagem corporal). Ao passo que a internet e a televisão se inscrevem em nossa sociedade como “comunicação institucionalizada” que constrói e legitima significados, podemos observar, no campo midiático, discursos que dialogam/remetem a uma determinada sociedade, e, através desses discursos, uma movência na construção de sentidos acontecem. Sobretudo, através de discursos que confrontam diferentes posições sujeito (o comediante, o ator, o jornalista etc.).

Assim, as formulações e circulações dos discursos são transmitidos para um sujeito que acolhe as informações de modo evidente, que pense a produção da linguagem como transparente.

Segundo Orlandi (2007, p 96),

A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa. Com a mídia há uma

reorganização do trabalho intelectual e uma nova divisão do trabalho de leitura.

Essa plurivocidade interpretativa da qual nos fala a autora é concebida pelas relações sócio-históricas do sujeito; o sentido da palavra não existe nela mesma, mas, sim, é constituído pelas posições ideológicas a partir das quais o sujeito enuncia.

Ainda, sobre o gerenciamento dos gestos de interpretação mencionado pela autora, compreendemos que a mídia fala de educação de um determinado lugar, ou seja, de uma dada posição, e direciona os sentidos para uma dada interpretação que, por vezes, produz uma interpretação fechada e, desse modo, gerencia os sentidos.

Levando em conta a circulação dos sentidos, ressaltamos que há um controle dos enunciados como forma de dominação de determinados discursos e “práticas discursivas determinadas pelos meios de comunicação de massa” (GREGOLIN, 2003, p. 12).

Diante do que Orlandi (2007) elucida sobre o processo de produção do discurso, no que concerne à formulação, em nosso *corpus* de análise temos a sátira como estratégia discursiva, e, nesse viés, consideramos que ela se apresenta como um modo de qualificar ou desqualificar, ou mesmo de resistir.

Segundo Stefaniczen (2015, p. 8), “o humor satírico pretende, muitas vezes, alcançar um resultado cômico pela aproximação da sátira com a realidade. Entretanto, a finalidade da sátira é política, social ou moral, pois inclina-se à sutileza, à ironia”.

Temos, então, como material de análise, o vídeo humorístico intitulado “Manifestação dos professores”¹, que enquanto prática de linguagem pode ser visto como um meio de defesa e crítica à situação em que se encontram os sujeitos professores e alunos. Esse humor subversivo nos permite perceber a hostilidade contra os poderes, mostrando e criando um espaço de resistência.

¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7644280/>.

Desse modo, o humor não é sintetizado a um único tipo de texto, ou discurso específico, ele é um efeito de sentido sustentado por uma dada formação discursiva. O humor possibilita uma leitura que desconstrói muitos sentidos predeterminados por meio de estratégias discursivas, como a ironia.

Vale a pena pensar os discursos humorísticos desencadeados pela sátira e o que significam, as interpretações possíveis, considerando também as explicações linguísticas, melhor dizendo, descrição do que é linguístico nesses discursos. Desse modo, o efeito de humor deverá ser considerado a partir da língua que provocou esse efeito. É importante “descrever as chaves linguísticas que são o meio que desencadeia nosso riso” (POSSENTI, 1998, p. 17). Por essas chaves linguísticas, compreendemos os processos de construção de sentido, e sem a formulação de inferências não seria possível produzir o efeito de humor.

Nesses discursos humorísticos, podemos reconhecer diversas manifestações culturais e ideológicas. No entanto, Possenti (1998, p. 49) acrescenta que:

o que caracteriza o humor é muito provavelmente o fato de que ele permite dizer alguma coisa mais ou menos proibida, mas não necessariamente crítica, no sentido corrente, isto é, revolucionária, contrária aos costumes arraigados e prejudiciais.

Nesse viés, a partir do autor supracitado, entendemos que, aqui, entraria a sátira como um artifício para dizer o que é proibido de modo a não despertar por demais a revolta daqueles que foram mencionados e provocaram o riso. Entretanto, em Análise de Discurso, sabemos que o sentido não está na palavra, mas é produzido na relação com a formação discursiva a partir da qual o sujeito enuncia. Os sentidos se dão dependendo da constituição do sujeito, um sujeito que para dizer ocupa uma posição numa formação social e a partir dela enuncia.

Sobre o humor, Mota (2010, p. 117) afirma que:

o humor em geral não é um objeto já-dado, transparente, que serve como mero instrumento para relaxar os ânimos, mas um objeto simbólico atravessado pela história, construção significante de culturas e sociedades específicas. Acrescente-

se, o campo da comicidade, enquanto manifestação estética, é o espaço de inscrição de forças que estão em jogo no aparelho psíquico (desejo, prazer, agressividade, enfim, energias psíquicas que constituem o sujeito de linguagem, sujeito do inconsciente).

Sendo assim, depreendemos que o humor não é algo transparente, que serve somente para fazer rir, mas, como toda materialidade discursiva, é atravessado pela história e produz sentidos.

Ademais, sobre o movimento de resistência na mídia, podemos elencar que essa regularidade se dá de forma artística, ou seja, através da música, representação teatral, pintura, etc. Não devemos ficar na linearidade de um movimento de resistência apenas pelo ato de manifestar (rebelião) com agressões e armas. Mas utilizar das várias formas (discursos) de fazer sentido ou significar.

Dado o funcionamento do discurso humorístico, a mídia tende a apresentar uma formulação e circulação própria de seus discursos. Em particular, nosso material de análise teve uma veiculação (Facebook, WhatsApp, Youtube) muito rápida entre os sujeitos telespectadores e o que facilitou sua divulgação e compartilhamento provavelmente foi o fato de ser um arquivo de cunho humorístico, com teor satírico e de curta duração. Acrescente-se a este tipo de gênero discursivo temáticas que versam sobre questões sociais, culturais e ideológicas. Sendo assim, uma forma de manifestação artística e cultural com diversos propósitos.

É por essas nuances discursivas que é importante dizer que “o discurso está sempre imbricado com os interesses, posições e lutas de classes”, podendo ser observado de modo sutil ou não, e ainda, a “ordem material e ideológica afetam e constituem sujeitos e sentidos nas práticas sócio-históricas” (SOBRINHO, 2016, p. 100).

Humor e resistência no discurso da educação

Antes de mostrarmos os resultados da nossa análise, necessitamos dizer que as condições de produção discursiva em que se assenta a construção do nosso

corpus estão nas manifestações de professores e alunos que foram às ruas no dia 25 de maio de 2019; o evento ocorreu em muitas cidades brasileiras, incluindo todas as capitais, bem como a capital do país. E, colaborando para essa materialidade, durante uma visita a Dallas, uma entrevista à imprensa do presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a manifestação da educação contra os cortes de verbas, bem como a repercussão em grande escala por todo o Brasil, resultando na paródia, enquanto reverberação parafrástica, transmitida pelo programa humorístico Zorra.

O vídeo narra a manifestação dos professores e alunos nas ruas contra o corte de verbas na educação, cujo grito de guerra é “não vai ter corte, vai ter luta!”, os quais, em confronto com as forças policiais, acabam convencendo através do conhecimento as autoridades policiais a aderirem ao movimento. Do vídeo em análise, selecionamos algumas sequências discursivas (SD), e destacamos alguns enunciados.

SD1: Policial 1 - “_ Atenção professores e alunos, vocês precisam deixar o ambiente imediatamente, se não **a gente vamos ter que fazer...**”.

Professor 1 - “_ Tenente, desculpa! Gente, desculpa! É que eu sou professora de português, com todo respeito e **não existe a gente vamos, o correto é nós vamos...**” (FARIAS, 2019, grifo nosso).

Nesse enunciado, a posição sujeito professora, ao dizer “não existe a gente vamos”, inscreve-se numa dada formação discursiva, ou seja, a língua normativa, mostrando o sentido de que os educadores prezam o bom uso e a regularidade da língua em momentos que lhes são exigidos; no entanto, como sabemos, a língua em sociedade é mutável e transcende os mais variados espaços, criando o efeito de legitimidade.

Discursivamente, a língua é um sistema sintático passível de falha, um lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos, segundo Pêcheux (2014). Assim, a língua não é uma estrutura fechada em si mesma, o que nos permite, pelo excerto acima, perceber a relação entre língua, ideologia e possíveis equívocos, muito embora se trate de um vídeo, ou seja, algo planejado de antemão.

Nessa perspectiva, a sátira é produzida num jogo de saberes, no qual representantes da autoridade (do Estado, portanto) são capturados por questões relacionadas à língua. O sujeito policial se inscreve numa formação discursiva autoritária, em que representa o poder do Estado; por sua vez, os enunciados nos dão indícios do modo pelo qual o movimento da resistência significa, que ocorre através do convencimento, ou seja, pelo saber.

Como podemos ver, o discurso midiático assume um modo peculiar de representar e reforçar o imaginário de um sujeito heroicizado e idealizado (sujeito detentor do poder e autoridade), perante todos, e que se desfaz pelo avesso de sentido provocado pela ironia. Nessa sequência discursiva, a forma de resistência pelo uso do discurso autoritário se dá pela sátira, reinstaurando, nesse discurso, o lugar de contradição, de modo que o sujeito espectador, afetado por esse humor sutil, possa afastar-se desse imaginário heroicizado e cristalizado anteriormente pela própria mídia, mas que, neste vídeo, mostra-se como desestabilização dos sentidos postos.

E ainda, faz referência à desaprovação contra o corte de verbas na educação pública. E, nessa direção, podemos pensar tal produção como outras possibilidades de interpretação sobre a educação brasileira, que, em momentos de luta contra as medidas descabidas e prejudiciais ao sistema de ensino, sempre encontrou uma maneira de resistir. Dando seguimento à nossa análise, temos:

SD2: Policial 2 - “__ Alunos e professores, se vocês não dispersarem, eu vou mandar o gás lacrimogênio. **Vai ser CO2 na cara de geral, todo mundo**”.

Professor 2 - “__ Opa, opa, opa, me dê licença, eu sou professor de química e **CO2 é gás carbônico e não gás lacrimogênio**” (FARIAS, 2019, grifo nosso).

A sequência discursiva acima mostra um jogo de relações parafrásticas em que podemos ver o funcionamento da memória discursiva que remete à fala do presidente Bolsonaro sobre alunos e professores de Universidades, que, segundo ele, não sabiam a fórmula da água (H₂O). Desse modo, o discurso irônico materializado acima determina os efeitos de sentido que daí emergem, pois, o “discurso irônico é

tomado em redes de memória, dando lugar a filiações identificadoras” (PÊCHEUX, 2015, p. 53).

Dito de outro modo, vemos que o funcionamento parafrástico do discurso traz as marcas do humor, assim como também os efeitos do sentido irônico ressaltam a autoridade do saber através do discurso do saber científico, ao qual se filia o saber específico de cada professor. Assim, pressupõe-se a importância de cada área do conhecimento, e daí podemos depreender que a educação pode ser um movimento transformador, um lugar de resistência.

De acordo com Orlandi (2007, p. 128), “paródia, sátira, são formas de elaboração – de ressignificação – dessas identidades. São também lugares de visibilidade dos processos de identificação sociais, políticos e históricos, ideologicamente constituídos”. Nesse caso, pode haver, então, identificação do sujeito-leitor a partir de uma condição peculiar e de seu contato, relacionado com um discurso autoritário ou científico. Orlandi (2017, p. 228) também afirma que “a sociedade não é inerte” e as “posições-sujeitos se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação a partir do modo como o sujeito é individuado e identifica-se.”

Esse jogo constante criado pela mídia, através da identificação e/ou desidentificação do sujeito leitor/ouvinte, mediante as informações transmitidas, provoca nesses sujeitos posições distintas. Afinal, nesse ambiente de estabilização dos sentidos em que todo discurso se repete, um possível distanciamento de uma ideologia sobreposta é resistir. Vejamos a seguinte sequência discursiva:

SD3: Policial 1 - __Esse negócio de educação é importante mesmo.

Policial 2 - __Tanta coisa para cortar, foram mexer com educação.

Policial 1 - __É, e eles sabem **mesmo** das coisas, **não é só balburdiador não** (FARIAS, 2019, grifo nosso).

As resistências também podem ser pensadas pelo deslizamento de sentido do termo *balbúrdia*; pela ressignificação desse termo, o enunciado não é isolado, pois faz-se a resistência tanto pelo ato de manifestar quanto pelo ato de dizer, o que, ao

final, promove a adesão dos policiais ao movimento (manifestação da educação), mostrando o funcionamento da sátira. Esse deslizamento de sentido do termo *balbúrdia* se dá pelo discurso que se inscreve num mesmo lugar, numa mesma formação discursiva. É no discurso da educação que o Ministro da Educação Abraham Weintraub, no dia 30 de abril de 2019, afirma cortar recursos de Universidades que estejam promovendo “*balbúrdia*” (manifestação). O ato do ministro causou grande insatisfação e manifestação dentro das Universidades e repercutiu em todas as redes sociais; Abraham Weintraub tentou se explicar alegando ser um contingenciamento financeiro.

Nesse sentido, na materialidade discursiva que estamos analisando, é possível notar o embate das posições subjetivas nas relações de poder, que está imbricado pela capacidade de domínio da língua normativa, em que o saber precisa estar acima de tudo, acima da ignorância e pelo saber é possível convencer.

O humor nessas condições de produção se constitui como uma “defesa”, resistência, e em sua formulação apresenta estratégias muitas vezes sutis para fazer irromper as desigualdades sociais, as inconsistências políticas ao tratar da educação.

As formas de resistências pelo uso formal da língua, que apresentamos aqui, e que se formulam de diferentes maneiras sob diferentes discursos através das áreas do conhecimento no vídeo humorístico, apontam para um dizer contrário, ou seja, a resistência se mostra na contradição do dizer autoritário que julga o conhecimento como algo insignificante.

O que é acentuado por Pêcheux ([1990] 2012, p. 17) sobre resistência é:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras [...]

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido.

Nesse sentido, os processos de resistência do sujeito se mostram em diferentes modos de revirar as questões sociais. E é nessa resistência que o sujeito diz se movendo no e pelo simbólico.

Considerações finais

O humor enquanto uma prática da linguagem na interação social se materializa em diversos gêneros do discurso e pode ser encontrado em todas as culturas, mesmo que signifique de formas diferentes. Dentro do que foi exposto até aqui, a crítica social abordada através do vídeo humorístico configura uma denúncia aos abusos sofridos no sistema educacional brasileiro. Este trabalho buscou refletir sobre o modo como o discurso da educação é colocado em circulação pela mídia e seus efeitos de sentidos.

Os novos meios tecnológicos também demonstram movimentos de práticas de resistência, movimentos que convocam os sujeitos a estabelecerem laços virtuais, entre outras formas de produção de sentido em rede.

Assim, vemos o modo pelo qual o humor se manifesta atravessado por uma resistência. E é por meio de uma linguagem satirizada que se produzem risos em determinados momentos, a depender do sujeito e das condições de produção dos discursos, o que implica a formação dos sentidos, a ideologia e o imaginário destes sujeitos.

Por meio do nosso olhar, entendemos que uma simples transmissão de programa humorístico vai além da condição de entretenimento; em outras palavras, pode significar gestos de resistência relacionados às suas condições de produção discursiva, mesmo que seja de modo sutil, gestos esses que são possíveis a partir da ironia/sátira.

Sendo assim, pelas formulações do discurso satírico é possível despertar no sujeito telespectador um olhar e conduta menos inocente. Seu sentido transcorre nas entrelinhas da comicidade, num processo crítico e reflexivo.

Referências

- FARIAS, Maurício. *Manifestação dos professores*. 1 vídeo (2 min.). Rio de Janeiro: Rede Globo, 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7644280/>. Acesso em: 26 maio 2019.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Pontos de parada na discursividade social: alternância e janelas. In: MORELLO, Rôsangela (org.). *Giros na cidade: saber urbano e linguagem*. Campinas, SP: LABEURB/NUDECRI-UNICAMP, 2004.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *Linha de passe: a materialidade significativa em análise. Labeurb* – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, Campinas, v. 2, n. 16, 2010. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>.
- MOTA, Ilka de Oliveira. *A comicidade no contexto linguístico escolar: quadrinhos de humor em livros didáticos de inglês como língua estrangeira*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7–24, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2014.
- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua*. Análises linguísticas de piadas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

SILVA, Telma Domingues da. Televisão e internet no Brasil: formulação e circulação das “mensagens” para o cidadão consumidor. In: DIAS, Cristiane. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital*. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>.

SOBRINHO, Helson Flavio Silva. Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo: “É preciso ousar se revoltar”. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (org.). *A Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

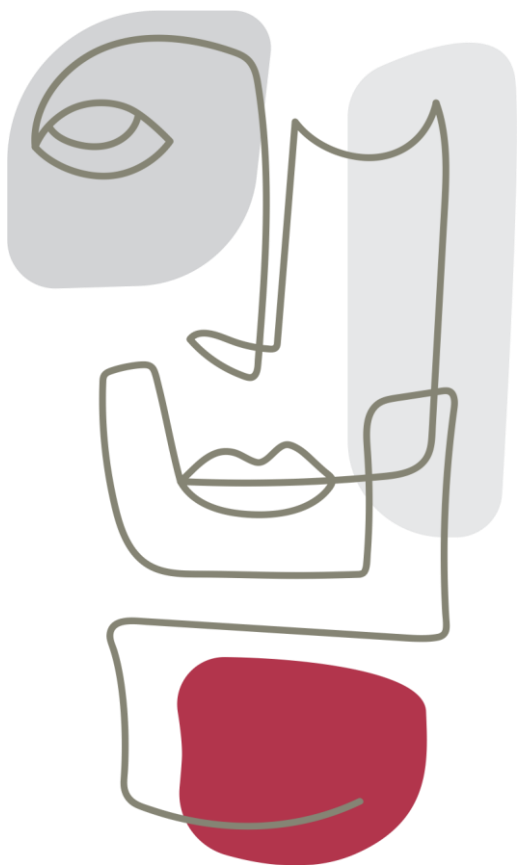
STEFANICZEN, Josemara. As condições de produção dos discursos: uma análise reflexiva nas charges do Facebook. *Rev. Travessias*, p. 236-252, 2015.

Patrícia Nattes dos Santos

Mestre em Linguística (UNEMAT). E-mail: pattynattes@hotmail.com.

Flávio Roberto Gomes Benites

Doutor em Linguística Aplicada (UNICAMP), docente na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: frgbenites@unemat.br.



Sóstenes Ericson

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE
HOMENS FACE AO DESALENTO

Introdução

Em artigo recente, considerei que “o desalento é um efeito de sentido produzido na fratura do emprego – des/subemprego e constitui um acontecimento enunciativo, que instaura uma nova posição-sujeito no discurso do desemprego” (ERICSON, 2019, p.58). Pelo viés econômico, o efeito desalento foi introduzido por Long (1953), entendendo que é agudizado em momentos de recessão, quando trabalhadores/as desempregados/as *optam* por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho.

Em março de 2020, em Conferência realizada no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp)¹, aponte que a designação “desalentadas” é constitutiva no discurso sobre, comparecendo como efeito de conclusão, sendo a sua subjetivação uma contra-identificação na formação discursiva do desemprego. Além disso, foi possível observar que havia um efeito de temporalidade implícito no discurso sobre mulheres consideradas como desalentadas, orientado por um “componente individual e influência do discurso do empreendedorismo e do discurso religioso, funcionando enquanto interdiscursos, que produzem efeito de esperança, embora com uma relação de dependência do processo histórico em curso” (ERICSON, 2020, p.707).

No presente trabalho, recupero os pressupostos apresentados acima e busco analisar os processos de subjetivação masculina face ao desalento, considerando que em estudos anteriores não abordei dizeres de homens sobre o *seu* desalento. Para tanto, fiz recortes de materialidades extraídas da imprensa e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disponíveis on-line, considerando um recorte temporal iniciado em 2015, por ocasião do ano eleitoral que culminou com o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff e estendendo até abril de 2021, período de finalização dessa escrita.

Conforme observei anteriormente (ERICSON, 2019, 2020), existe um dizer sobre o desalento, enunciado por porta-vozes autorizados, sendo esta uma posição

¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2fbAHbuLL_Q.

assumida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), cujos dados são recuperados pela imprensa, como subsídio aos processos argumentativos alinhados às formações discursivas e às formações ideológicas em presença, produzindo efeito de verdade, de credibilidade aos dizeres sobre.

Para este trabalho, selecionei enunciados extraídos de títulos de matérias que tratavam sobre desalento e, destas, duas entrevistas com homens que desistiram de procurar trabalho, compondo assim o *corpus* de análise, considerado aqui como “um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP [condições de produção] do discurso” (COURTINE, [1981] 2009, p. 54, grifo nosso).

Nas condições de produção do discurso, a crise estrutural do capital

A noção de “condições de produção” é apresentada inicialmente por Marx e Engels, em *A Ideologia alemã* ([1845/6] 2009, p. 29), quando, ao se referirem à estrutura feudal, observaram que, mesmo tendo uma associação face à classe produtora dominada, diferenciava-se da propriedade comunal, pois “a forma de associação e a relação com os produtores diretos era diferente, porque existiam diferentes condições de produção”. Althusser ([1974] 1985, p. 53) recupera esta noção, em *Aparelhos ideológicos de Estado*, para tratar da reprodução, e reconhecendo a determinação da base econômica sobre a superestrutura, considera que “a condição última da produção é a reprodução das condições de produção” e que estas podem ser *simples* (limitadas a reproduzir as condições pré-existentes de produção) ou *amplas* (quando as amplia).

No campo da Linguística, esta noção tem origem na Análise de Conteúdo (COURTINE, [1981] 2009, p. 45) e Pêcheux e Fuchs ([1975] 1993, p. 182) a ressignificam, na perspectiva da teoria do discurso, considerando as condições de produção como “determinações que caracterizam um processo discursivo, inclusive

as características múltiplas de uma situação concreta que conduz à produção do sentido linguístico”. De acordo com Courtine ([1981] 2009, p.108), em crítica a uma noção empírica das condições de produção do discurso, a noção pode ser definida, em se tratando de uma seqüência discursiva de referência, como relacionada ao sujeito de enunciação e à situação da enunciação (condições escritas), que, por sua vez, podem ser referidos a um lugar determinado, tomado em uma relação de lugar no interior de um aparelho. No sentido amplo, as “relações de lugar remetem a relações de classe, isto é, a um dado estado das contradições ideológicas de classe em uma conjuntura histórica”.

Tenho considerado que os processos de subjetivação decorrem da relação constitutiva entre história e ideologia materializada na língua, pois “[...] uma vez interpelado pela ideologia em sujeito, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta” (ORLANDI, 2001, p. 105-107). Trata-se de uma relação materialmente constituída entre o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico, instaurando distintas posições-sujeito, que “se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação na história e na relação com os modos de individuação em relação à formação social e ao Estado” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 65).

Nesta análise, considero que as identificações de gênero inscrevem seus efeitos em relação aos processos identitários e de subjetivação. De acordo com Zoppi-Fontana (2017, p. 64), os processos de identificação, que constituem o sujeito do discurso, a partir de sua inscrição no simbólico e na história, “se caracterizam como um movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem, materializadas nos processos discursivos”. Conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 148, grifo do autor), os processos discursivos designam “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”.

Tais pressupostos permitem inferir que os processos de subjetivação têm base nas condições de produção do discurso, sob o efeito ideológico nas formações discursivas. Considerando que o intradiscurso corresponde ao nível horizontal do discurso, ou seja, a sua materialidade mostrada nas formulações linguísticas que o compõem, tomei a designação desalento como tema, enquanto posição referencial, supondo “a distinção entre ‘o horizonte de expectativas’ – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 167, grifo dos autores). A partir da definição do tema, empreendi uma busca em títulos de matérias de jornais, revistas e sites on-line, o que possibilitou a construção de um arquivo, observando a sua regularização, onde, conforme Pêcheux (2010, p. 52) em referência a Pierre Achard, “residiriam os implícitos, sob as formas de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”.

Considerando que, para Marx ([1844] 2010, p. 28), no método dialético, “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”, sendo este, portanto, o caráter material do pensamento, e tendo em conta o objetivo da análise, mobilizei os dispositivos teórico-analíticos da teoria do discurso para selecionar dizeres extraídos de enunciados de homens entrevistados em reportagens sobre trabalho/desemprego. Dada a especificidade da análise aqui apresentada, cabe lembrar que entendo “o gênero como uma construção discursiva, [...] na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um modo de falar sobre si” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 64).

A sequência discursiva (SD) a seguir foi extraída de uma matéria do jornal Estado de S. Paulo (Estadão), jornal paulista fundado em 1875, na qual o pernambucano Wilson de Lima Santos, de 55 anos, que à época morava há oito anos como agregado na casa de uma família no centro de São Paulo, foi entrevistado, próximo a amigos que papeavam encostados na lateral do Shopping Light, na mesma região. A reportagem foi publicada na seção “trabalho” e tratava do desemprego de homens no país, sob o título “Homem de meia idade sem trabalho, este é o ‘nem nem

maduro”, seguida de um subtítulo que apontava: “fenômeno dos homens que não trabalham, não estão procurando emprego nem são aposentados pode estar associado ao desalento” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.). De acordo com a reportagem, navegar horas a fio na internet atrás de informações sobre filósofos era a rotina de Wilson Santos.

SD1: “You sair na rua de manhã, a essa hora? Todo mundo vai ver que eu não estou trabalhando. Fico em casa adquirindo cultura, [...] “Mas, ultimamente, tenho precisado vir aqui jogar conversa fora” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.).

A relação entre o espaço privado e o público territorializa os processos de constituição dos sujeitos e produz sentidos de masculinidade e feminilidade no meio urbano, uma vez que instaura, historicamente, a rua como sendo um “lugar de homem”. O cotidiano que se reproduz a partir daí, por efeito da ideologia, naturaliza o modo como os sujeitos circulam entre a casa e a rua, remetendo ao modo de organização do trabalho numa sociedade de classes.

Por esta via, sair à rua pela manhã significa parte de uma rotina de trabalho a que, historicamente, os homens estão habituados. Entretanto, esse ritual é alterado se a saída não for motivada pela ida ao trabalho, a exemplo de sair à rua para papear com os amigos. Interessa observar um efeito de antecipação que contribui para que o homem fique em casa no horário que usualmente sairia para trabalhar, evitando que todo mundo veja que ele não está trabalhando. Por sua vez, o ficar em casa não significa assumir tarefas domésticas, consideradas femininas. Há um dizer que desloca a significação da presença masculina nesse espaço da casa para uma atividade considerada intelectual (adquirindo cultura). Não menos importante é o fato de a negação contribuir para uma formulação enunciativa (“não estou trabalhando”), que comparece em lugar da afirmação: “estou desempregado”.

Trata-se, então, de considerar os efeitos do desemprego desestabilizando o modo como os sujeitos significam a sua relação com o trabalho, com o espaço urbano e com a sociedade. Pela mediação do discurso, é possível apreender desde o título da reportagem o funcionamento de um processo que, pela memória, aciona

outros dizeres que aí estão significando. Cabe lembrar que a expressão “nem nem”, usada inicialmente no Reino Unido para designar os jovens que nem estudam nem trabalham, passou a se referir mais amplamente a pessoas que não têm trabalho, nem estudam, considerando quem faz parte da força de trabalho e quem está fora dela, abrindo possibilidade de incluir o desalento entre as suas condições causais. De acordo com o IBGE, no fim de 2016, ano anterior à reportagem em tela, havia 11,6 milhões de jovens de 16 a 29 anos nessa situação, percentual 10,8% maior do que o registrado em 2012, estando o aumento relacionado aos efeitos da crise econômica ocasionando desocupação, sobretudo de jovens, segundo o IBGE (2016).

Recuperando tal designação, a reportagem identifica esse fenômeno também em adultos e, baseando-se em dados do IBGE (2017), aponta para o que chamou de “nem nem maduro”, fazendo significar pela restrição, os homens brasileiros adultos que “não trabalham, não estão procurando emprego, nem são aposentados ou pensionistas” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.). Desse modo, aponta-se para aquelas condições esperadas por “todo mundo” com relação aos homens, o que distingo com relação ao sair de casa pela manhã (para trabalhar ou para procurar emprego) e o ficar em casa pela manhã (caso dos homens que são aposentados ou pensionistas). Entre estar trabalhando ou procurando trabalho e ser aposentado ou pensionista estão as condições econômicas que impõem a negação do direito ao trabalho.

Assumindo posição no dizer sobre o desalento, o Estadão (FUCUCHIMA, 2018, s. p.) sustenta a argumentação do aumento do contingente masculino fora da força de trabalho, afirmando que, segundo o IBGE, “em 2015, 8,3% dos homens desta faixa etária se encaixavam no perfil ‘nem nem’. Dez anos antes, em 2005, esse porcentual atingia 6,2% e há 20 anos era de 4,1%”. Para além de uma questão de gênero, uma vez que o referido aumento tem sido mais observado entre os homens do que entre as mulheres, que já estavam em menor proporção no mercado de trabalho, chama a atenção o fator geracional, considerando que para os trabalhadores mais velhos a recolocação se torna ainda mais difícil. “Nesse contexto, alguns desistem de procurar emprego por acreditar que não conseguiriam ser contratados para uma vaga. São os

‘desalentados’, que não entram na estatística tradicional de desocupação divulgada pelo IBGE” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.).

SD2: Número de homens mais velhos desalentados cresce mais do que o de mulheres (CUT, 2018).

Conforme já apontado anteriormente (ERICSON, 2020), quando entrevistadas, as mulheres não se autodesignaram como “desalentadas” e o mesmo ocorre aqui com os homens, razão pela qual tenho considerado que se trata de um acontecimento enunciativo que instaura uma posição-sujeito inscrita num dizer sobre e não em um dizer de si. Desse modo, o efeito ideológico fundamental interpela os sujeitos no discurso, produzindo dizeres que são significados pela filiação discursiva que os determina, quer esteja tratando do discurso jornalístico na grande mídia quer do discurso sindical, guardadas as devidas distinções ideológicas.

Embora na SD1 haja uma inscrição em primeira pessoa (vou sair; eu não estou; fico; tenho precisado), são as condições de produção do discurso que contribuem para um reconhecimento que autoriza o outro a designar como desalentado. A quem, no entanto, interessaria tal designação, uma vez que empiricamente o sujeito não se reconhece como tal? Considerando que os/as leitores/as do Estadão são, em sua maioria, da classe média e alta, dentre esses estão economistas e investidores/as, põe-se em relevo a necessidade de sistematizar os efeitos do desemprego em segmentos específicos da força de trabalho, cabendo ao mercado, com seus representantes, o desenvolvimento de estratégias para lucrar com a informalidade e com o reordenamento das forças produtivas. Nesse receituário, “é importante que se tenha políticas para capacitar esses homens, para que possam voltar ao mercado de trabalho, mas é preciso que haja também incentivos para as empresas contratá-los”, afirmou Ana Amélia Camarano, responsável pela pesquisa do IPEA, reproduzida pela CUT (2018).

Em estudo de Aquilini e Costa (2003), fez-se menção à Pesquisa de Emprego e Desemprego (DEP), que desagregava o desemprego em três categorias: desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo

desalento, sendo este último o desemprego de “pessoas sem emprego, que desejam trabalhar, sem procura nos últimos trinta dias antes da pesquisa e que realizaram busca em um período de doze meses antes da pesquisa. Depois desse período, a pessoa é classificada como inativa” (AQUILINI; COSTA, 2003, p.31). Ainda de acordo com a referida pesquisa,

Se, em 2002, o tempo médio de desemprego para as mulheres foi de 23 meses e o tempo médio de procura doze meses, é de se supor que, dentro do contingente de inativas, encontra-se um determinado percentual de mulheres desalentadas frente ao mercado de trabalho e que deixaram de tentar incorporar-se a ele há mais de um ano (AQUILINI; COSTA, 2003, p. 31).

Já em 1991, o economista francês Jacques Freyssinet relacionou o desalento às pessoas que saíam da população economicamente ativa por motivos institucionais ou por constrangimento econômico, ou, ainda, às que, após sucessivas buscas, desistiam de procurar trabalho. Dados recuperados de pesquisa do IPEA, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), dão conta de que, no Brasil, em 1992, eram quase 3 milhões de mulheres e 291 mil homens desalentados. Em 2017, este número subiu 580% entre os homens e 755% entre as mulheres (CUT, 2018).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgados pelo IBGE em novembro de 2020, apontaram que no trimestre de julho a setembro de 2020, a quantidade de desalentados (5,9 milhões) bateu o recorde da série, com alta de 3,2% (mais 183 mil pessoas) face ao trimestre anterior, e de 24,7% (mais 1,2 milhão de pessoas) comparado ao mesmo trimestre de 2019 (IBGE, 2020). Já recentemente, “a **taxa de desocupação** (14,4%) do trimestre móvel de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021 teve alta de 2,7 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre móvel de 2020 (11,6%)” (IBGE, 2021, s. p., grifo do autor).

De acordo com Oliveira (2020, s. p.), do Brasil de Fato, o recorde histórico do desemprego, tendo em conta também os efeitos da pandemia de covid-19, atingiu principalmente pretos, pardos e mulheres, apontando que “mais de 14 milhões de

pessoas estão desocupadas e quase 9 milhões são pretas e pardas”. Os limites deste trabalho impedem maiores considerações sobre a relação do desalento com a questão étnico-racial, daí apenas pontuo a complexidade do estudo desse fenômeno, uma vez que aí incidem de modo interseccional gênero, raça/etnia, classe social, região geográfica e geração.

Em se tratando dos estratos da classe trabalhadora, há um escamoteamento que aponta para algo talvez não observado em momentos anteriores, sendo aqui considerado como uma expressão do fenômeno do desalento na atualidade. Trata-se das pessoas com maior escolaridade que desistiram de procurar trabalho. Na gênese dessa expressão está a contradição do discurso da qualidade total (AMARAL, 2016), que, na perspectiva do reordenamento produtivo nos idos da década de 1970, em resposta à crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), apregoou a ascensão profissional pelo viés da qualificação e do esforço individual.

SD3: “Eu não tenho mais qualidades para apresentar”, lamenta. “Era formado em radiologia e eletrotécnica, tudo muito técnico, braçal. Cansei de ser peão, eu gosto é de pensar” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.).

Tomada como um lamento, a limitação das qualidades do trabalhador, considerado desalentado, é seguida pelo germe da divisão entre trabalho técnico e trabalho intelectual, indispensável ao processo de produção capitalista. A impotência diante das exigências do mercado de trabalho ressoa pela frustração em ter optado por pensar (trabalho intelectual), enquanto possibilidade de superar o trabalho braçal, de peão, sem ter, no entanto, conseguido “ascender” socialmente.

De acordo com a reportagem, Wilson Santos “completou a graduação em Direito há quase um ano, em uma universidade particular, onde conseguiu vaga por meio do Fies”. No entanto, para o exercício da nova profissão há a necessidade de aprovação na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “A primeira tentativa foi frustrada. A segunda vai ficar para outra hora, diz ele” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.).

Cabe ressaltar que o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) foi criado pelo Ministério da Educação em 1999, durante o governo de Fernando

Henrique Cardoso, mas foi no governo Lula que a taxa de juros de financiamento foi baixada de 6,5% para 3,4% e o prazo de carência para o início do pagamento após a conclusão do curso passou para 18 meses. Já o prazo para quitação das mensalidades se estendeu para até três vezes o tempo de duração da graduação. Desse modo, uma parcela significativa de pessoas da classe trabalhadora passou a ter acesso ao ensino superior em instituições privadas.

No entanto, embora o aumento do desalento tenha sido observado em períodos de recessão, no momento recente há um componente particular que aponta para o seu crescimento também entre trabalhadores/as de maior escolaridade. Maria Andréia Lameiras, pesquisadora do IPEA, entrevistada pelo Estadão (FUCUCHIMA, 2018, s. p.), afirmou que “não é que essas pessoas simplesmente cansaram de procurar emprego. Elas pensam ‘o mercado não está para mim’”. Desse modo, a desistência por procurar trabalho se daria ou porque as pessoas “não se veem aptas a desempenhar aquelas funções ou porque não se sentem qualificadas ou porque se sentem qualificadas demais”. Tendo em conta o uso do Fies para famílias de classe média financiarem o acesso a cursos como Medicina, em se tratando de estudantes de estratos inferiores da classe trabalhadora, sua presença sempre foi motivo de desconforto entre estudantes de instituições privadas e um incômodo para a burguesia, a exemplo do dizer do atual Ministro da Economia, durante reunião do Conselho de Saúde Suplementar realizada em 30 de abril de 2021: “Paulo Guedes diz que Fies é 'bolsa para todo mundo' e fala que filho de porteiro 'tirou zero na prova' e conseguiu financiamento” (G1, 2021)². O sentido de tirar “zero na prova” associado à ignorância e à incapacidade cognitiva corre por conta, entre outros fatores, do modelo tradicional de ensino no país, o que demandaria outro investimento analítico.

Por ora, interessa considerar que o financiamento público do Ensino Superior privado decorre da constatação de que o acesso à Universidade não é universal no Brasil e, além disso, que o Estado pode desenvolver uma “parceria” via programas e

² Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/30/paulo-guedes-critica-o-fies-e-diz-que-filho-de-porteiro-tirou-zero-na-prova-e-conseguiu-financiamento.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2021.

políticas públicas para minimizar a dívida histórica da não garantia do direito à Educação. O incentivo à inscrição recupera para os sujeitos a possibilidade de ascensão social e move, pelo desejo, o sonho do filho do porteiro em cursar uma graduação. Abre-se aí também a possibilidade do técnico em radiologia e eletrotécnica “virar” advogado. Todavia, as condições objetivas dão o fundamento a partir do qual a inserção na Universidade, a permanência nela e o ingresso no mercado de trabalho vão se constituindo, ou não. É o que observo na SD a seguir:

SD4: “Eu disse que me comprometeria a ficar pelo menos um ano fazendo esse serviço, se essa fosse a preocupação da empresa, já que para mim não seria demérito nenhum. Mas não fui selecionado, fiquei muito chateado” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.).

A narrativa recorrente de homens com maior escolaridade que desistiram de trabalhar aponta para a frustração em não ter a sua qualificação profissional reconhecida pelo mercado de trabalho. A SD3 foi extraída da entrevista de João Luis Aprigliano, paulista de 57 anos, formado em Administração e pós-graduado em Marketing. Eis aqui um exemplo de que o desalento alcança também quem já atuava no chamado trabalho intelectual. De acordo com a reportagem do Estadão (FUCUCHIMA, 2018, s. p.), Aprigliano foi demitido do cargo de gestor financeiro em uma empresa de agronegócio e “sua busca por uma recolocação no mercado durou poucos meses. A gota d’água para ele foi ter sido recusado para uma vaga de caixa de supermercado em uma rede que costuma empregar idosos”.

Diante da atual situação de desemprego no país, ter uma boa qualificação profissional e experiência já não são mais suficientes para garantir o ingresso e a permanência no mercado de trabalho. Interessa observar como os efeitos do antagonismo capital-trabalho vão sendo apreendidos pelos sujeitos no discurso, ganhando espaço dizeres que materializam aspectos subjetivos dessa relação, como “tenho precisado”, “cansel”, “gosto”, “chateado”, etc. O peso da frustração assume maior expressão quando se leva em conta o papel do homem como provedor e o quanto custa para quem se identifica com esse lugar estar, por exemplo, agregado na casa de uma família. O fato de nem trabalhar nem estudar, reforçado pelo nem estar

procurando trabalho, produz um efeito de inutilidade, sendo parte do imaginário social, a figura do homem “desocupado”, estereótipo pejorativo de raiz histórica realçada no período pós-abolição legal da escravatura.

Dessa maneira, na relação com o outro (“todo mundo”, os amigos, o ex futuro empregador etc.), o sujeito do discurso assume posição na formação discursiva do desemprego, contrapondo-se a sua ordem, resistindo por desistir. Esse é o modo como tenho analisado o dizer de si, antes da designação que é dada pelo outro no discurso.

SD5: “Todo dia escutar ‘não’? Uma hora você tem que dar uma parada. Foi o que eu fiz” (FUCUCHIMA, 2018, s. p.).

Na SD5 chama a atenção como o outro comparece também como um limite que estabelece o ponto do não retorno, quer seja pela não contratação de um administrador especialista em Marketing, quer seja pela não aprovação na prova da OAB. Há um ritual que impõe a saída para procurar trabalho, um gesto que pode ser ressignificado para o espaço virtual, movida pela esperança de conseguir uma vaga no escasso mercado. O não conseguir, apesar da persistência, alcança o mais profundo desse sentimento e por oposição, a desesperança assume lugar, momento em que a desistência se torna, no simbólico, uma tomada de posição, pela ilusão do sujeito, face às imposições do capital sobre o trabalho.

Considerações de percurso

Assumindo a tese da crise estrutural do capital, tomei o desalento enquanto expressão que materializa na língua as transformações contemporâneas do mercado de trabalho. Face à suposta homogeneidade na categorização das pessoas desempregadas, outros sentidos são produzidos a partir das condições que marcam no discurso, enquanto práxis social, suas distinções e particularidades. É nesse espaço que alguns dizeres vão sendo constituídos, ancorados no que consiste a subutilização da força de trabalho, ou no que dela escapa.

Na tentativa de nomear os homens que escapam da condição de sub/desempregados, assume expressão o dizer desalentado, enquanto efeito da interpelação da ideologia neoliberal nos processos de subjetivação. Desse modo, observo uma imbricação interseccional de gênero, raça/etnia, classe social e geração. Para estes, a busca por trabalho consistiria um gesto último de resistência face ao rebaixamento do salário esperado e da probabilidade de conseguir uma vaga no mercado e, ao mesmo tempo, um momento que antecede o seu desalento. Para esta análise, recortei materialidades extraídas de reportagens on-line, para analisar os processos de subjetivação de homens face ao desalento, enquanto expressão na cena contemporânea do trabalho no Brasil. Por ora, fica adiada uma investigação dos processos discursivos materializados em documentos oficiais, “que parecem silenciar ou apagar o desalento no discurso documental” (ERICSON, 2020, p.717).

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 11. reimp. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, [1974] 1985.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. *Discurso e relações de trabalho*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2016.
- AQUILINI, Guiomar de Haro; COSTA, Patrícia Lino. O sobre-desemprego e a inatividade das mulheres na metrópole paulista. *Estud. Av.*, São Paulo, v.17, n. 49, set./dez. 2003.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos/SP: EdUFSCar, [1981] 2009.
- CUT – Central Única dos Trabalhadores. *Número de homens mais velhos desalentados cresce mais do que o de mulheres*. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/numero-de-homens-mais-velhos-desalentados-cresce-mais-do-que-o-de-mulheres-f0aa>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- ERICSON, Sóstenes. Desalento: efeito de sentido da ofensiva neoliberal sobre o trabalho. *Entremeios – Revista de Estudos do Discurso*, Pouso Alegre, v. 20, n. esp. (Dossiê “Língua, discurso e trabalho na contemporaneidade”), p. 45-60, dez. 2019. Disponível em: www.entremeios.inf.br.

ERICSON, Sóstenes. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, set./dez. 2020.

FREYSSINET, Jaques. *Le chômage*. Paris: La Découverte, 1991.

FUCUCHIMA, Letícia. Homem de meia idade sem trabalho, este é o “nem nem maduro”. *Estadão*, 2018. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/focas/planeje-sua-vida/homem-de-meia-idade-sem-trabalho-este-e-o-nem-nem-maduro>. Acesso em: 4 jul. 2018.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso do lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelle (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua*: taxa de desocupação é de 14,4% e taxa de subutilização é de 29,2% no trimestre encerrado em fevereiro. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30599-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-2-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>. Acesso em: 1 mai. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua*: taxa de desocupação é de 14,6% e taxa de subutilização é de 30,3% no trimestre encerrado em setembro. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29521-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-3-no-trimestre-encerrado-em-setembro>. Acesso em: 8 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018.

LONG, Clarence Dickinson. Impact of effective demand on the labor supply. *The American Economic Review*, p. 458–467. Disponível em: www.jstor.org/stable/1831509. Acesso em: 1 nov. 2019.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1844] 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1848/9] 2009.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, Sheila. Desemprego bate recorde histórico e atinge principalmente pretos, pardos e mulheres. *Brasil de Fato*, São Paulo, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/28/desemprego-bate-recorde-historico-e-pretos-pardos-e-mulheres-sao-os-mais-atingidos>. Acesso em: 8 dez. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

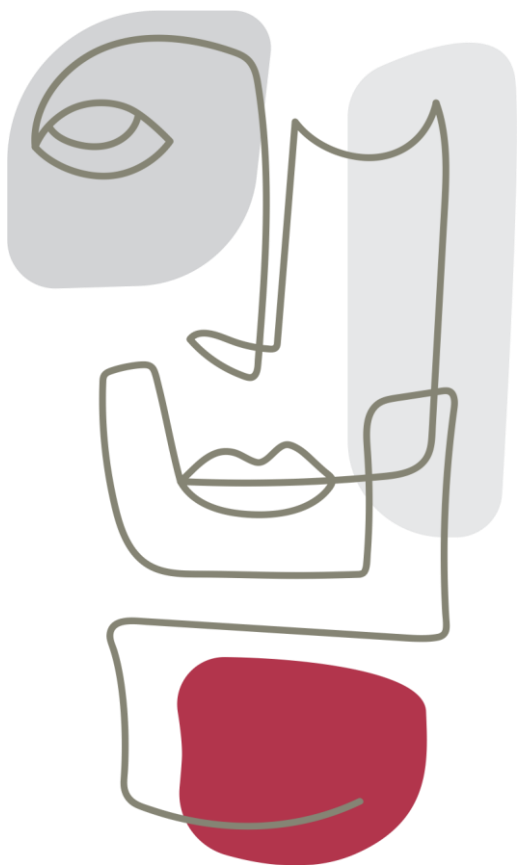
PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Pontes, [1975] 2009.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Conexão Letras*, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017.

Sóstenes Ericson

Doutor em Linguística (UFAL). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura – PPGL/UFAL.



André Cavalcante

**O AMOR AO CORPO: MOVIMENTO DOS
SENTIDOS SOBRE A TRANSGENERIDADE**

Corpo e Gênero¹

Em minha tese de doutoramento², discuti a relação entre corpo trans e resistência a partir das análises de materialidades do espaço virtual, sobretudo páginas de militância trans do Facebook. Metodologicamente, o *corpus* foi organizado em três eixos de análises: um sobre a violência; outro sobre a exclusão; e o terceiro sobre a positivação do corpo. Neste trabalho, retomo a discursividade em torno da transgeneridade, da positivação do corpo e da (não) alteração corporal.

No campo das identificações de gênero, no que se refere à transgeneridade³, ressoam dizeres que associam as pessoas trans a quem “nasceu no corpo errado” e, assim, a redesignação sexual ou reaparelhamento dos genitais seria capaz de “corrigir” o “erro”. Com isso, reconfigura-se o imaginário de que “corpo” e “psiquê” seriam coisas totalmente distintas. Nessa leitura binária, normativa, corpos trans precisariam, então, de ferramentas médico-cirúrgicas para “adequação” entre o gênero e o corpo.

Aqui, ponho em questão essa leitura do que é transgeneridade, tentando lançar luz sobre a opacidade e evidências dos sentidos que decorrem desse imaginário sobre os corpos trans, levando em consideração o corpo como linguagem, que produz/desloca sentidos, e assumindo que há uma relação incontornável entre corpo, sujeito e Ideologia.

A Análise do Discurso materialista (AD), base teórica deste trabalho, compreende a Ideologia como práticas materiais das relações de produção/reprodução das condições de existência. Assim, a Ideologia marca as

¹ Uma primeira versão desse trabalho foi publicada nos anais do IX SEAD. Disponível em: <https://www.discursosead.com.br/anais-do-sead>. Aqui, temos uma versão revista e ampliada.

² Tese intitulada “O corpo que habito: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans”. Defendida em fevereiro de 2021 no Posling-UFF.

³ Transgeneridade refere-se à identificação de gênero quando os sujeitos se identificam com o gênero oposto ao determinado ao nascimento, podendo também não se identificarem com nenhum modelo binário de gênero cristalizado na sociedade.

relações dissimétricas de lutas de classes baseadas no complexo de desigualdade-subordinação-contradição das formações ideológicas (PÊCHEUX, [1975] 2009).

A Ideologia, nessa perspectiva, constitui os sujeitos e, também, os sentidos. Assim, são produzidas evidências sobre estes de forma tal que os sujeitos pensam ser fonte dos sentidos e que controlam seus dizeres (PÊCHEUX, [1975] 2009). Pelo atravessamento do inconsciente, como uma instância desconhecida pelo consciente, é que sujeito não se dá conta de onde vêm seus dizeres e como estão identificados com regiões de saberes. Dessa maneira, pode-se entender que são estes funcionamentos, o da Ideologia e do inconsciente, que produzem evidências sobre o que é ser homem e o que é ser mulher através de já-ditos sedimentados no dizível.

O corpo é atravessado pela linguagem, (se) significa e os momentos de identificação não são controlados pelos sujeitos, mas funcionam pela interpelação ideológica, que é desde-sempre-já-gendrada⁴. Como a norma social é a do sujeito-cis (cisnormatividade) como regra, a identificação como sujeito-trans se dá no estilçamento no rito da interpelação. Dessa maneira, ao subjetivar-se na linguagem, estes sujeitos estão produzidos resistência por romperem com as normas pré-estabelecidas sobre seus corpos e sobre os sentidos impostos que determinados gêneros possam/devam produzir.

Do ponto de vista psicanalítico, não há uma distinção estanque entre psiquê e corpo. Na AD, Pêcheux, em alguns textos, já aponta para a importância do corpo na relação com o discurso, com os sentidos e com a resistência. Para Pêcheux ([1983] 2015), a normatização dos sentidos se inicia na relação de cada um com seu próprio corpo e com seus “arredores imediatos”. No entanto, sujeitos e sentidos escapam à univocidade e, dessa maneira, a resistência, a produção do inesperado, da não normatização de sentidos, isso tudo se inicia a partir do próprio corpo, como pudemos analisar no nosso *corpus*.

⁴ “Gendrada”, aqui, se refere à construção discursiva do gênero, que se dá já na interpelação ideológica.

A partir da AD e da concepção de corpo como linguagem, objetivamos compreender quais efeitos de sentidos produzidos sobre o corpo trans e sobre a (não) alteração corporal. O *corpus*, selecionado entre 2016 e 2019, aqui, especificamente, da página de militância “NLUcon”, onde são divulgadas notícias, entrevistas e vários tipos de textos acerca da população trans e assuntos relacionados, será analisado em sequências discursivas, recortes discursivos verbo-visuais, que representam a forma pela qual estes sujeitos são discursivizados no digital.

Alguns gestos de análise

Sequência Discursiva 1⁵ :

NLUcon
15 de janeiro · 🌐

Saiba como ajudar...
<http://nlucon.com/.../grupo-de-amigos-trans-realizam-vaquinha.../>

NLUCON.COM
Grupo de amigos trans realizam vaquinha para custear cinco cirurgias no peitoral; saiba mais

👍❤️😂 372 2 comentários 152 compartilhamentos

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/nlucon/posts/1688678847899655>. Acesso em: 14 out. 2019.

Em SD1, estão presentes materialidades verbais e não-verbais. No plano imagético, há um grupo de jovens abraçados e felizes; tal disposição produz um efeito de união. Dois desses jovens estão sem camisa, mostrando o peito livre e com marcas da mastectomia. Tais cicatrizes delineiam, no corpo, uma memória de signos tidos como femininos, que não estão lá, mas marcam que o corpo passou por um procedimento cirúrgico. Tal procedimento é um gesto, um ato no nível do simbólico (PÊCHEUX, [1969] 2014), que marca a transexualidade e a resistência no/pelo corpo a não se submeter ao rito da interpelação ideológica do gênero. Esse gesto é, como se inscreve na materialidade imagética, um desejo de outros sujeitos. Possivelmente, os que estão de camiseta, binder (faixa para cobrir os seios) ou adesivos visam a apagar este símbolo marcado socialmente como um traço do feminino, traço com o qual estes homens trans não se identificam e, por isso, como aponta a parte verbal da imagem, "realizam vaquinha para custear cinco cirurgias no peitoral".

Os corpos dos homens trans são, em grande parte das discursividades desse eixo temático, marcados pela interferência cirúrgica⁶ e por seus vestígios, que irropeem, na discursivização, como resistência. A resistência, do ponto de vista discursivo, não diz respeito ao controle dos sujeitos, mas é possibilitada pelas fissuras no ideológico a partir da produção de discursos não-dominantes (PÊCHEUX, [1982] 1990). Ainda para Pêcheux ([1982] 1990, p. 17), a resistência pode ser compreendida como

não entender ou entender errado; não "escutar" as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como se fosse uma estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

⁶ Vale ressaltar que as interferências cirúrgicas nos corpos não dizem respeito apenas aos corpos trans, mas a todos os corpos. Diversos sujeitos, independente da identificação de gênero, podem sentir o desejo em interferir no seu corpo. Há sempre um descompasso entre os sujeitos e o seu corpo, lugar do mal-estar social.

Neste sentido, não repetir o ritual do gênero entre correspondência da identificação de gênero e o sexo determinado ao nascer é uma forma de ir de encontro com a cisnormatividade, é resistir.

Na SD2, por exemplo, também advinda da página de militância "Nlucon", há a marcação do sujeito no corpo e na produção sentidos relativa à resistência em ser trans em uma sociedade transfóbica.

Sequência Discursiva 2⁷ :

O modelo Sam Porto, homem trans de 25 anos, fez história durante os desfiles do São Paulo Fashion Week, que ocorreu até esta sexta-feira (18), no Pavilhão das Culturas Brasileiras, em São Paulo.

Ele foi o recordista de desfiles da temporada – nove, para marcas como Ellus e Cavalaria - e usou um dos momentos de holofote para levantar a bandeira trans.

<http://nlucon.com/.../modelo-sam-porto-faz-historia-no-48o-s.../>



NLUCON.COM

Modelo Sam Porto faz história no 48º SPFW ao reivindicar Respeito Trans

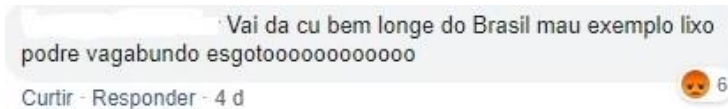
   650

20 comentários 95 compartilhamentos

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/nlucon/posts/2126207737480095>. Acesso em: 24 out. 2019.

Em SD2, há os seguintes dizeres sobre a matéria postada: "o modelo Sam Porto, homem trans de 25 anos, fez história durante os desfiles do São Paulo Fashion Week...". Sam Porto desfila sem camisas, mostrando as marcas da mastectomia; além disso, no seu corpo, se ins/escrevem os dizeres "Respeito trans", que marcam duplamente essa resistência do/pelo corpo em se afirmar trans, seja por mostrar as marcas corporais, seja pelo enunciado de apelo ao respeito às pessoas trans. Dessa maneira, no simbólico, marca-se a resistência e isto inscreve-se na materialidade significante. Esse apelo/chamado ao público nem sempre é correspondido; há distintas posições discursivas inscritas no espaço dos comentários da matéria, como o seguinte.

Sequência Discursiva 3 :



O espaço do comentário no Facebook e também em outras redes sociais é um lugar no qual os sujeitos se sentem livres para produzir seus discursos, sem se sentirem interpelados à posição autor destes discursos. Nele, podemos encontrar discursos de ódio que, nesse caso, confrontam os discursos pró causa trans.

Em SD3, como um dos exemplos dos discursos produzidos a partir da matéria a respeito do modelo trans, podemos ver o desrespeito a esses sujeitos em diversos xingamentos, como "vai da cu bem longe do brasil", "mau exemplo", "lixo" "podre", "vagabundo", "esgoto"; esses excertos do enunciado materializado no comentário revelam não só uma desidentificação com aquela forma de subjetivação, mas também uma tentativa de apagamento dessa existência material, gerando um mal-estar na vivência dos sujeitos-trans e na sua circulação nos espaços públicos.

Sobre essa socialização das pessoas trans na sociedade, Araruna (2018, p. 149) diz que

Habitar o concreto e o invisível da cidade é captar suas tripas, camadas e tecidos simbólicos e culturais que concretizam as

nossas relações e encontros cheios de banalidade. Com isso, pensando na imensidão da malha urbana como corpo heterogêneo e sempre em construção, sustento a importância da realização de transformações políticas guiadas por coletividades marginalizadas, com o propósito de promulgar novos horizontes de interação comprometidos com a diversidade dos corpos e com a mobilidade segura e saudável dos mesmos.

Para a autora, portanto, na malha urbana, os corpos trans são tratados com banalidade, junto à invisibilidade que desconsidera corpos heterogêneos e em construção. Assim, é necessária uma maior interferência do Estado em relação a essas coletividades marginalizadas para que outras formas de socialização e de mobilidade para as pessoas trans na sociedade sejam possíveis. Dessa maneira, corpos e sujeitos trans serão apenas uma forma outra de subjetivação, que diz respeito a como a ideologia não interpela os sujeitos da mesma maneira.

Trago, por fim, uma outra SD.

Sequência Discursiva 4:



A sequência discursiva acima também é trazida da página “NLucon” do Facebook. Nesse *print*, há um recorte de uma matéria onde se encontram materialidades significantes verbo-visuais: uma foto do modelo trans, Theo Barreto, e

um excerto da sua fala: “Eu amo ficar nu e acho que a gente, cis e trans, precisa trabalhar a cabeça para amar o nosso corpo do jeito que é. Porque o mundo projeta ideias de corpos que sofremos ao buscarmos ou nos sentirmos fora dele. Se amar nu é uma liberdade excepcional”.

No lado esquerdo do *print*, vê-se o corpo trans, a materialidade do sujeito, lugar de significação. Mostrar o corpo trans e demonstrar satisfação com ele, ainda que a partir de algumas alterações, e, como no caso da sequência acima, ser objeto de olhares outros a partir de ensaios fotográficos, é uma maneira de deslocar e sedimentar outros sentidos para os corpos trans que, mesmo que seja ainda visto, por uns, como algo “anormal”, é onde habita um sujeito, com desejos, demandas, com uma subjetivação própria, como é para as diferentes posições-sujeitos, em diferentes identificações de gênero. Assim, percebe-se que não há nada de anormal nesses corpos.

Na imagem, há uma tarja sobre o corpo. Tarja que possibilita a presença daquele corpo no espaço virtual. Sem esta, provavelmente, os algoritmos das redes sociais não permitiriam a circulação da imagem, independente da genitália. Dessa forma, é o significante “trans”, nas postagens, que bordeia esse corpo e marca a não-cisgeneridade.

Se pensarmos em genitálias presentes nesses corpos, todas elas estão no campo das possibilidades disponíveis para o corpo humano. Além disso, a normatização dos corpos e a cobrança da sociedade por corpos imaginários também produz efeitos em pessoas trans e pessoas cis, causando sofrimento caso não se aceitem e não amem os corpos que têm.

Por um efeito de fim

As sequências discursivas aqui analisadas trazem funcionamentos distintos relacionados à transgeneridade, que dizem respeito às intervenções no corpo que, por si só, não legitimam a transexualidade dessas posições-sujeitos. As formas de

identificação também são atravessadas pela Ideologia e pelo inconsciente. Ao não se identificarem com os sentidos pré-construídos sobre os gêneros, amando os próprios corpos apesar da sociedade violenta e transfóbica, e ao se identificarem com um gênero distinto da cisnormatividade, esses sujeitos fazem mover os sentidos sobre as masculinidades e feminilidades, produzindo, assim, resistências.

Referências

ARARUNA, M. L. F. B. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. *Periódicus*, Salvador, n. 8, v. 1, p. 133-153, nov. 2017/abr. 2018.

CAVALCANTE, André. *O corpo que habito: resistências e produção de sentidos dos/sobre os corpos trans*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói, 2021.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1969] 2014. p. 59-158.

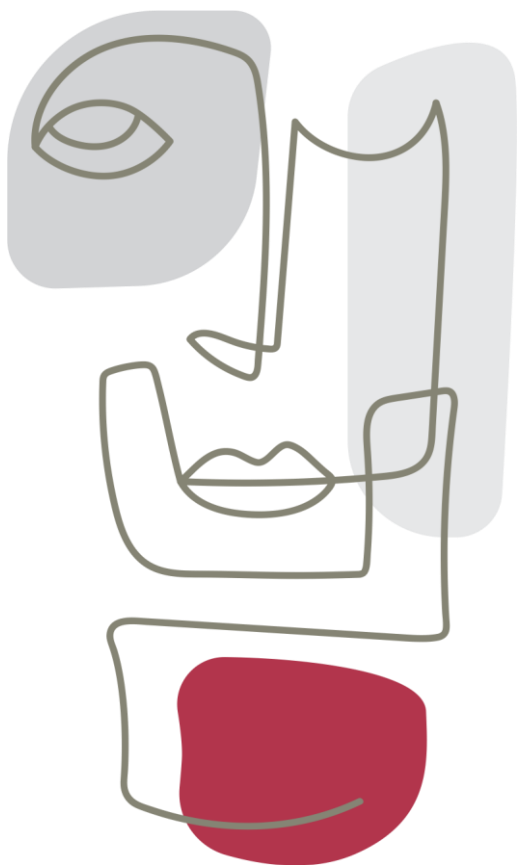
PÊCHEUX, Michel. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 19, p. 7-24, [1982] jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 2015.

André Cavalcante

Pós-doutorando na FFCLRP-USP. Doutor em Estudos de Linguagem pela UFF. Integrante dos laboratórios LAS/UFF e E-L@DIS/USP. É membro do Núcleo de Estudos e Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/UFPE) e do grupo Arquivos de Língua (GAL/UFF). E-mail: acbs.cavalcante@gmail.com.



Liliane Souza dos Anjos
Romulo Santana Osthues

**EM CARTAZ, CHEIRO DE POBRE (MORTO):
A NECROPOLÍTICA TEXTUALIZADA NA
COMPOSIÇÃO DE DIFERENTES
MATERIALIDADES SIGNIFICANTES**

Introdução

As polêmicas com as quais convivemos desde que o Poder Executivo da nação foi parar nas mãos do presidente Jair Messias Bolsonaro evidenciam um social doído. Discursos inflamados, vindos de toda parte, demonstram mais que posições políticas; marcam relações de oposição que cooperam para uma imobilização no social. Sabemos que é preciso pôr em escuta esse social, apresentado em relações organizadas a partir de redes de significantes. Entretanto, perguntamo-nos: que intrincadas filiações se colocam nessas redes? De que maneira elas se dão a ver? De certo, o axioma discursivo da insistência do *outro*¹ como lei da memória histórica e do espaço social se impõe de diferentes maneiras. Pêcheux (2012) nos diz que ela ocorre na pluralidade contraditória das redes de filiações históricas, no interior das materialidades colocadas em análise. Sendo assim, a prática da análise discursiva oferece a possibilidade de compreensão do social e de suas mudanças a partir dos diferentes movimentos dos sujeitos no simbólico.

Concernidos com a potência do simbólico, colocamo-nos à escuta desse social. Para isso, as questões levantadas aqui estão a serviço de uma reflexão cujo objeto é um cartaz que mobilizou sujeitos de todo o país ao fazer emergirem problemáticas tão pertinentes a nosso momento histórico. Referimo-nos ao controverso cartaz da turnê de aniversário de 40 anos da banda de punk rock *Dead Kennedys*, apresentado ao público em abril de 2019, quando o grupo faria uma série de shows no Brasil. Após a polêmica, a banda estadunidense se pronunciou negando a autorização para a divulgação do material, alegando não ter “conhecimento suficiente”² para manifestar opiniões sobre a situação política de outros países. O debate, hoje já apaziguado, nos legou o cartaz que chama atenção por mesclar caos e

¹ Nesse sentido, retomamos as palavras de Pêcheux (2012, p. 55): “esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica”.

² Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,apos-polemica-com-bolsonaro-dead-kennedys-e-ilustrador-divergem-sobre-cartaz,70002800982>. Acesso em: 31 maio 2019.

ironia, levando-nos à compreensão do jogo satírico e cáustico que sustenta diferentes relações sociais colocadas em quadro. O objetivo deste trabalho é, pois, explorar as relações de sentidos colocadas no cartaz, compreendendo os diferentes modos de formulação e de falhas do sentido no simbólico. Assim, colocamo-nos diante da seguinte questão: *que possibilidades de resistência há quando a imagem e a língua fazem ressoar, em uma composição plural, atualizações de uma memória agenciada pelo cheiro?*

Mobilizações dos sentidos

Figura 1– Pôster de divulgação da série de shows da banda *Dead Kennedys*, ilustrado por Cristiano Suarez³



³ Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/04/22/poster-do-dead-kennedys-no-brasil-mostra-palhacos-vestidos-com-camisas-da-selecao-brasileira.ghtml>. Acesso em: 2 ago. 2019.

O material acima (figura 1) demanda nossa atenção para o visível e o invisível. Se, por um lado, traz uma textualização discursiva que explode em excesso de cores e elementos gráficos, por outro, conduz os sentidos em uma composição plural, que nos demanda um trabalho diferenciado de descrição-interpretação. Consideraremos, primeiramente, a imagem em sua estrutura. A organização intradiscursiva, exposta ao interdiscurso, abre-se em diferentes planos, gesto analiticamente possível graças ao procedimento de *deslinearização da imagem*⁴ (LAGAZZI, 2013).

Como num desfile de rua, tanques de guerra enfileirados avançam com uma bandeira semelhante à bandeira nazista, tendo um cifrão no lugar de uma suástica. Saindo de cada um deles, vemos pequenos palhaços armados, que, especificamente, aludem ao famoso personagem Bozo. Em um segundo plano, uma família – heteronormativamente composta por pai, mãe e dois filhos – veste camisetas que mimetizam os uniformes da seleção brasileira de futebol, cujo emblema típico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi, sintomaticamente, trocado por uma cruz. Nos braços direitos de todos os membros dessa família, há braçadeiras, usadas para distinguir os capitães dos demais jogadores em times de futebol, estampadas com a letra grega sigma, símbolo da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político ultranacionalista e conservador que surgiu em 1930. Já no terceiro e último plano, o fogo incendeia e explode a favela. Todos os membros da família são (caracterizados de) palhaços: cabelos e perucas; maquiagem; nariz vermelho; bermuda de bolinhas; suspensório. Eles se entreolham enquanto os filhos seguram armas de fogo. Uma das crianças fala, em inglês, o que, em tradução livre, seria “*Eu adoro cheiro de pobre morto pela manhã*”.

O escândalo de uma criança branca portando arma de fogo não se resume a apenas uma possível alusão às mãos de uma menina formando uma “arminha” com

⁴ Em diferentes trabalhos, Lagazzi procura compreender o desdobramento da formulação visual em imagens, pela relação entre o interdiscurso e o intradiscursivo. Para isso, a autora propõe o procedimento de *deslinearização da imagem* como movimento analítico discursivo que põe à escuta o acontecimento da estrutura na composição visual.

seus dedinhos⁵ durante a última campanha presidencial. O escândalo se dá quando, pelas condições sócio-históricas brasileiras, se tornou possível articular os sentidos de *família, arma e Brasil* e, em oposição, *fogo, pobreza e morte*. Reiteramos: oposição intradiscursiva, que aloca tais elementos em planos distintos; e interdiscursiva, a partir de um antagonismo comum ao belicismo característico de um passado de repressões violentas e, atualmente, naturalizado no social brasileiro.

(Maus) palhaços

A relação que se apresenta entre o primeiro e o segundo planos, por sua vez, funciona em um efeito de contiguidade, cuja regularidade, a figura do palhaço (simbolizada pela família caracterizada como tal e pela personagem Bozo), é responsável por estabelecer uma ligação entre ambos os planos no material.

Para a compreensão dessa articulação e consecução da reflexão que materializamos neste artigo, faz-se necessário especificar a figura do *palhaço* e do *nariz vermelho* no cartaz. Em nossa análise, eles serão compreendidos em uma dimensão que extrapola o campo de produção discursivo das artes cênicas e circenses, no qual, metonimicamente, a palavra palhaço e a pequena máscara simbolizam a *palhaçaria* – um conjunto de saberes e fazeres artísticos sobre os modos de (se) significar (como um) palhaço, afetados por memórias que, variavelmente, sustentam tal prática (cômicos ancestrais, bobos da corte, bufões, arlequins, augustos, mímicos etc.). Trataremos, todavia, de seus modos de significação a partir de discursos *sobre* o palhaço que constituíram/deslocaram sentidos para esse objeto. Especificamente, exploraremos como o nefasto, o funesto e o mortal conduzem a interpretação das figuras palhacescas no cartaz.

Para além de marcarem presença nos circos itinerantes de lona ou nas praças e parques das cidades nos últimos séculos, as figuras que constituem um imaginário

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-ensina-crianca-imitar-arma-com-mao-22905093>. Acesso em: 2 ago. 2019.

sobre o palhaço têm sido exploradas pela indústria cultural na produção de literatura, música, cinema e programas de TV como filões comerciais. Em alguns casos, na contramão de uma imagem cômica, lírica, pueril etc., os palhaços passaram a ser significados por uma memória aterrorizante: um encadeamento significante entre assassino > perverso > sinistro... A equivocidade da máscara se ampliou então: para alguns sujeitos, diante do nariz vermelho, é o horror que se produz como efeito de sentido de *palhaço*. Vejamos três exemplos “icônicos”, com destaque para um deles.

Embora seja um dos “palhaços do mal” mais famosos, **Pennywise**, protagonista do romance, da minissérie (posteriormente um telefilme) e do filme homônimos *It – A Coisa* (1986, 1990 e 2017), cuja história é de autoria de Stephen King, não foi exatamente aquele que inaugurou a possibilidade de um palhaço promover perversidades, tampouco foi o único de seu tipo. Fora da ficção, inclusive, um emblemático caso, ocorrido na década de 1970, tornou o palhaço **Pogo** reconhecido pelos assassinatos em série que seu intérprete, John Wayne Gacy, cometeu na cidade de Chicago. Foram contabilizadas, no mínimo, 33 vítimas (há muitos desaparecidos). Não somente roteiros macabros fazem com que os palhaços estejam marcados, também, pelo significante da maldade. Entre tantos que fizeram história, **Bozo** é o famoso nome que mais nos interessa aqui.

Criado nos Estados Unidos, em 1946, para ilustrar capas de disco com histórias infantis, três anos depois é que o personagem ganhou maior notoriedade ao assumir um programa de TV. Dali em diante, devido ao seu sucesso, Bozo se tornou uma lucrativa franquia, que permitia a TVs locais em diversos estados que exibissem seus próprios programas, apresentados por variados intérpretes. No Brasil, a primeira aparição de Bozo também foi fonográfica: em 1954, era lançada a versão em língua portuguesa dos discos do palhaço, cuja voz pertencia ao ator José Vasconcellos. Somente 26 anos depois, a TV brasileira passou a ter sua própria variante. Entre 1980 e 1991, o canal SBT (antiga TVS) e algumas de suas afiliadas, aos moldes da franquia estadunidense, produziram e transmitiram versões nacionais e locais do programa (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia). Em 2013, a emissora fez uma breve nova aposta – tempos depois, pela baixa audiência, o programa foi interrompido. Ao

todo, 15 atores brasileiros interpretaram *Bozo Bozoca Nariz de Pipoca*, nome completo da personagem no País.

Dos Estados Unidos ao Brasil, há inúmeras histórias sobre crianças que disseram “coisas feias” ao palhaço no ar (de um “Cram it, clown!” a um “Vai tomar no cu”⁶). Bastidores da vida privada de seus intérpretes⁷ e rumores de situações constrangedoras, mescladas ao próprio jogo de derrisão, troça e zombaria – típicas de muitas práticas palhacescas –, foram construindo essa atmosfera de excentricidade, despautério e sandice em torno da personagem Bozo. O que, tanto lá nos Estados Unidos quanto aqui, faz com que “Bozo” sirva para designar, regularmente com efeito pejorativo, alguém com comportamentos análogos aos que tornaram a personagem reconhecida.

No nosso país, a figura política que justamente recebe essa alcunha é o presidente Jair Messias Bolsonaro. “Bozonaro” ou “Bozo” compõem as formulações linguísticas nos mais diversos materiais e espaços de circulação de dizer – como o das redes sociais digitais, em que, durante a campanha presidencial, seus adversários evitavam usar o nome do candidato em suas postagens para não fazer propaganda para ele⁸. Também, fotografias e vídeos manipulados digitalmente, charges, memes etc. fizeram e ainda fazem circular a imagem dele associada à do palhaço Bozo.

No cartaz desenhado por Cristiano Suarez, a imagem de Bozo está colada à dos quatro soldados que ocupam os tanques de guerra em primeiro plano, assim como à da figura do pai na família ilustrada no segundo plano. O nariz vermelho, a maquiagem sobre os olhos e o formato do cabelo são os pontos que guiam nossa interpretação. Bozo é o pai que detém o conhecimento mortal sobre como eliminar o

⁶ Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/bozo-a-historia-real-por-tras-do-mito>. Acesso em: 1 ago. 2019.

⁷ Notoriamente controverso é o exemplo de Arlindo Barreto: atualmente pastor evangélico, o ator fez pornochanchadas no início da carreira, passou por altos e baixos financeiros durante o trabalho na TV, foi alcoólatra e drogado. Inclusive, em entrevista ao jornal Notícias Populares, em 1998, confirmou que se apresentava na TV sob o efeito de cocaína.

⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/militantes-usam-apelidos-para-evitar-encontros-de-bolhas-na-internet.shtml>. Acesso em: 3 ago. 2019.

outro, conforme os soldados à sua semelhança que deixam um rastro de sangue por onde passam com os veículos bélicos. E é também aquele que se responsabiliza por transmitir tal conhecimento aos filhos, portadores de armas e que se regozijam da morte do pobre favelado. Bozo, o pai, tem, inclusive, um bigode discreto sob seu nariz – impossível não se atualizar a memória de Adolph Hitler, responsável por orquestrar a morte de cerca de 6 milhões de judeus⁹ na Europa. Tal qual o ditador, esse pai representado no cartaz não suporta a diferença, transmitindo aos filhos não somente sua intolerância, mas também a tecnologia que pode eliminar o outro, o diferente.

Ao se esquivar da polêmica que o pôster levantou, a banda *Dead Kennedys*, por intermédio de Eliel Vieira, produtor responsável pelos shows no Brasil (que não aconteceram¹⁰), tentou reger as interpretações que associavam Bolsonaro às figuras palhacescas do material. Em entrevista ao portal G1, disse: “A banda não deu palpite em relação ao pôster. Eles até ficaram um pouco assustados com a repercussão muito forte. O pessoal ficou falando que eles estavam criticando o presidente e tal. Receberam isso até com bastante susto”. Segundo ele, “algumas associações que estão sendo feitas pelo público não foram pensadas na concepção da arte”¹¹. O produtor alegou que os desenhos não se referiam ao presidente, e sim a uma canção da banda chamada “Rambozo The Clown”, uma das faixas do disco *Bedtime for Democracy* (1986). Observe um trecho da letra da canção:

Got a deadly toy/ To brainwash your boy/ An egocentric muscle thug / Kicks
butt on screen like a brat outa hell / Bullshitter in the Indochina shop / Pull the
string in his back, we win the war / That we never should have started at all/ A
cabbage patch terrorist to call our own / Who rewrites history with a machine

⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/13/internacional/1505304165_877872.html. Acesso em: 2 ago. 2019.

¹⁰ A banda decidiu cancelar os shows por aqui, alegando preservar a segurança dos fãs diante dos comentários odiosos que viram circular na internet após a polêmica. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/banda-dead-kennedys-cancela-shows-no-brasil-apos-polemica-com-poster>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/04/22/poster-do-dead-kennedys-no-brasil-mostra-palhacos-vestidos-com-camisas-da-selecao-brasileira.ghtml>. Acesso em: 9 ago. 2019.

gun/ Don't think about it – kill it / That's what we teach your child / Rambozo,
Rambozo, Rambozo The Clown [...]¹².

De fato, o que encontramos na materialidade linguística da música se atualiza e se textualiza imagetivamente no cartaz. *Rambozo The Clown* – a mistura de Bozo com Rambo, outro personagem do cinema, fortemente marcado no imaginário de violência contra o outro, o diferente¹³ – é uma figura nefasta “*who rewrites history with a machine gun*” (em português, “que reescreve a história com uma metralhadora”).

No cartaz, essa reescrita mortífera é garantida por armas de fogo e tanques de guerra nas mãos de palhaços. A imagem equívoca de Bozo – e de palhaços a ele associados –, em condições de produção que permitem a relação simbólica entre Bolsonaro e esses personagens, se abre para interpretações apesar das “vontades” da banda, de seu produtor ou do artista que concebeu o cartaz. Sabemos bem, a partir de nossa visada materialista, que “o que eles *quiseram* dizer” não importa tanto quando o cartaz é posto em circulação em uma formação social na qual as animosidades no campo da política se acirram cotidianamente. Os sujeitos críticos ao presidente em exercício interpretam as figuras palhacescas do cartaz como referentes a Bolsonaro, sua família e à política armamentista defendida por ele (e a seus apoiadores por extensão, recorrendo, por exemplo, à memória das manifestações sociais nas quais o uniforme da seleção brasileira de futebol marcava presença). Na outra ponta, esses mesmos apoiadores do presidente reclamam das críticas e as refutam, polemizando sobre o material.

Fonética e morfologicamente, a constituição do nome do presidente permite as aproximações com o nome do personagem. De Bolso a Bozo, de Bolsonaro a Bozonaro, a formulação linguística ainda possibilita a associação, estando também na

¹² Disponível em: <https://m.letras.mus.br/dead-kennedys/105379>. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹³ John Rambo é o personagem que, desde 1982, faz o ator Sylvester Stallone enfrentar de terroristas a narcotraficantes nos mais diversos cenários: a Guerra do Vietnã serviu como mote para o primeiro episódio, por exemplo, e tematiza a música *Rambozo The Clown*. Disponível em: <https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/listas/2019/08/coisas-que-acontecem-com-sylvester-stallone-em-todos-os-filmes-de-rambo>. Acesso em: 13 ago. 2019.

base de significação e identificação do presidente como palhaço, que, no caso do cartaz, fica determinado pela belicosidade, pelo conservadorismo, pela eliminação do outro – o pobre favelado, cujo cheiro de seu corpo morto é motivo de regozijo.

Cheiro, amor e morte: na língua, na imagem

Sabemos por Pêcheux (1990) que deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras são formas possíveis de se resistir no simbólico. E se esse deslocamento sintático se dá em composição com outras materialidades significantes, o exercício de análise exige um gesto de interpretação refinado, sensível aos diferentes modos de formulação e de falhas do sentido no simbólico. Quando partimos do enunciado "*I love the smell of poor dead in the morning*", dito por um dos filhos da referida família de palhaços, os sentidos entram em enfrentamento: língua, gesto, imagem, cores. Odores.

Chegamos ao ponto no qual a composição visual toca a formulação linguística. Situamos esse jogo no segundo plano da imagem, quando da articulação entre o verbo "adorar/amar" (*love*) ao objeto "cheiro" (*smell*) e seu determinante "de pobre morto" (*of poor dead*). Ao fim, uma indicação temporal, "*pela manhã*" (*in the morning*), que situa a fala entre tantas outras possibilidades interdiscursivas. Um encadeamento sintático que explora a hierarquia referencial entre os significantes, numa concatenação de determinações, a qual representamos da seguinte maneira:

1. *I love it* >> Eu amo isso
- 1.1 *I love the smell* >> Eu amo o cheiro
- 1.2 *I love the smell of poor* >> Eu amo o cheiro de pobre
- 1.3 *I love the smell of poor dead* >> Eu amo o cheiro de pobre morto
- 1.4 *I love the smell of poor dead in the morning* >> Eu amo o cheiro de pobre morto pela manhã

Entre o sorriso e o olhar que sustentam sua afirmação, o menino se identifica em um "Eu amo/adoro". Um sujeito, cujo suporte *Ihe* é dado pela segurança do seio familiar, determinado, primeiramente, por seus gostos, suas preferências. Provocado

pelo cheiro, consequência de um acontecimento anterior – a morte do outro –, ele direciona a sua preferência peculiar: perversa, malevolente, impiedosa. Um outro não personificado, o indistinto *pobre morto*.

Como sabemos, na análise da materialidade linguística, a sintaxe, tanto quanto as palavras, importa na construção de sentidos, e, nesse caso, o enunciado, em sua estrutura aparentemente simples, se abre para a possibilidade de desvio sintático. *I love the smell of poor dead in the morning* substitui *I love the smell of dead poor (people) in the morning*, a maneira considerada gramaticalmente aceitável na língua inglesa. A estrutura sintática em seu excesso vocabular, e inversão sintática incomum, conduz a interpretação a identificar o falante na condição de quem se esforça em falar um inglês “correto”. Alguém que, por um possível “preciosismo”, desliza e evidencia sua carência de conhecimento da gramática da língua inglesa, tomando como parâmetro a gramática de sua própria língua. Por outro lado, vemos uma abertura para o imprevisito na língua nesse desvio sintático. Imprevistos que até mesmo escapam ao sujeito autor da peça. Se pensarmos nas associações possíveis para a construção sintática em questão, podemos colocar o enunciado e a imagem em paráfrase com uma das cenas do filme *Apocalypse Now* (1979), como é possível notar a seguir (figura 2). “*I love the smell of napalm in the morning*” é uma célebre frase proferida por um capitão do exército americano para seus soldados, enquanto bombas explodem ao fundo, anunciando, ironicamente, o horror da guerra do Vietnã.

Figura 2– Fotograma do filme *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola¹⁴



¹⁴ Disponível em: <http://www.adorocinema.com/materias-especiais/filmes/arquivo-100271/?page=20&tab=0>. Acesso em: 1 ago. 2019.

Quando em paráfrase com “*I love the smell of napalm in the morning*”, “*I love the smell of poor dead in the morning*” vai além do que o autor considerou como um “deslize gramatical da classe média”. A paráfrase coloca no mesmo eixo paradigmático *napalm* e *pobre morto*. A composição da bomba, o conjunto de líquidos inflamáveis, o *napalm*, é substituído pelo pobre, aproximando os sentidos de coisa, de perigo, de bomba. *Cheiro de pobre morto* se apresenta em uma estrutura genitiva que confere efeito de posse, uma característica atribuída momentaneamente à imagem da coisa inflamável ‘pobre’. Um pobre que se encontra no estado de não-vida e que é capturado pelo cheiro. Na condição de *pobre morto*, esvai-se o perigo e resta apenas o prazer do cheiro que aponta para a sua morte. A ambivalência da formulação linguística, então, é explorada no qualificativo utilizado para o objeto de sua afeição: morto. Não se trata de qualquer cheiro, trata-se do cheiro do pobre na condição de cadáver; aí, portanto, tem-se a possibilidade da apreciação afetiva/olfativa.

Tais considerações sobre a formulação linguística unem-se à complexidade da relação entre os significantes *cheiro*, *amor* e *morte*. Sobre isso, damos destaque à relação equívoca entre afeição e cheiros aprazíveis, situando a possibilidade dessa articulação na ordem do saber discursivo. Sustentando a afirmação do sujeito, a menção ao cheiro de *pobre morto* se ancora na imbricação entre a textualidade mencionada e a visualidade da fumaça, como consequência de um incêndio generalizado na favela. Compondo com o enunciado, a imagem sustenta, ao menos, dois pré-construídos: o de que a favela é lugar de pobre, e, conseqüentemente, seu destino é o extermínio; e que é pelo cheiro de sua morte que tal pobre se dá a (re)conhecer. Um cheiro textualizado em uma composição plural capaz de atualizar uma memória cujos sentidos são tomados em evidência.

Textualizado linguisticamente no material, o cheiro direcionou nossa atenção à busca por saberes a respeito do aroma e do olfato. Apesar de, historicamente, ser relegada ao mais baixo nível dos sentidos (CORBIN, 1987), a olfação relaciona de modo bastante particular os sujeitos ao simbólico, requerendo da análise um gesto pelo qual seja possível compreender o cheiro relacionado a diferentes efeitos de sentido. Nesse sentido, tomamos o cheiro em seu funcionamento enquanto

materialidade equívoca afetada pela história. Parte dessa compreensão se deve ao fato de acreditarmos que a condição do humano se dá na ordem do simbólico e que, assim como o olhar, a possibilidade de sentir odores e de interpretá-los, ou ainda a possibilidade de compartilhar de um “silêncio olfativo”, é resultado das tramas sócio-históricas que não podem ser definidas individualmente. Especificamente, as interpretações em torno dos variados cheiros em sociedade, das diferentes classes sociais, mexem nas redes de sentidos, interferindo nos diferentes processos de identificação.

Ousamos tais leituras porque a Análise de Discurso (AD) materialista nos permite esse avanço, a partir do entendimento amplo da relação humana com o simbólico:

[...] a materialidade do discurso é a linguagem em suas diferentes materialidades significantes, quais sejam: a palavra, a imagem, o gesto, a musicalidade, o aroma, a cor, o enunciado, a cena, o corpo, a melodia, a sonoridade, enfim, diferentes relações estruturais simbolicamente elaboradas pela intervenção do sujeito (LAGAZZI, 2017, p. 36).

“Diferentes relações estruturais simbolicamente elaboradas pela intervenção do sujeito” é o que podemos dizer dessa materialidade que, historicamente, foi modificando a forma de o homem se relacionar com o mundo. O aroma enquanto evidência é, portanto, questionado a partir do que nos permite o quadro epistemológico da AD. Trata-se de uma apreensão sensorial do homem que se constitui em sua opacidade. Rodríguez-Alcalá (2019, p. 138, grifo nosso) menciona:

A apreensão sensorial do espaço, dos objetos que o sujeito vê, *cheira*, toca... não deve ser entendida como um ato individual, resultado direto de estímulos neurofisiológicos, pois essa apreensão está afetada (mediada) pelas significações anteriores atribuídas a esses objetos na história, sedimentadas numa memória perceptiva e espaço-temporal de natureza social e política na qual o sujeito – seu corpo – se inscreve em condições de produção específicas para perceber – e significar.

Significar o olfato à animalidade fez parte da história humana por muito tempo. Ainda segundo Corbin (1987), o olfato seria o sentido da conservação da vida, detectando perigos, antecipando ameaças, discernindo a podridão. A posição social de camponeses ou burgueses, por exemplo, era destacada pelos odores, uma oposição testemunhada em obras como *A Comédia Humana*, de Honoré de Balzac (PFEIFFER, 1949). Isso diz de um gesto social revelador: a sensibilidade cada vez maior ao cheiro do povo, permitindo à burguesia se identificar como diferente, ao mesmo tempo que justificava o tratamento aos pobres. Uma sobredeterminação da discursividade religiosa aos odores, a associação do odor ao pecado e à morte, o que leva, posteriormente, a uma estratégia higienista capaz de relacionar desinfecção à submissão, fetidez a catástrofes sociais. Um comportamento que é acompanhado pelo discurso médico, tendo como determinante para a doença “o amontoamento e a vizinhança excrementícia” (CORBIN, 1987, p. 185). Com o tempo, alguns grupos sociais se tornaram objetos de relatórios higienistas e de análises dos pioneiros da sociologia empírica.

O que pretendemos com essa breve incursão à obra de Corbin é sinalizar a constituição de uma história da olfação atravessada por relações imaginárias entre o sujeito, o social e o olfato. Nas atuais condições de produção, na forma sujeito capitalista, outras redes de significantes não deixaram de ser visibilizadas por interpretações à olfação. Com isso, voltamo-nos ao jogo evidenciado no cartaz do cheiro aprazível da morte do sujeito pobre; a morte, como política genocida do Estado, atualiza uma discursividade em torno do que se diz sobre o pobre, pelo cheiro. Uma discursividade, enquanto língua atravessada pela história, no que diz respeito às interpretações possíveis do significante *pobre*. E arriscamos a dizer: *uma materialidade significativa específica* (ANJOS, 2020) enquanto modo de identificar o homem no/pelo simbólico, constituído pelo jogo político, e, assim, pela possibilidade de falha. É ali, em algum espaço entre o dizer, o olhar e o cheirar o outro (com um nariz de palhaço, de um “mau” palhaço mais precisamente), que a resistência no cartaz se impõe, e a falha acontece.

Pobreza-morte

O cartaz ainda tem a nos dizer sobre a evidência da violência dos morros, que seria solucionada pela violência explícita das armas em punho, recurso capitaneado pela elite brasileira, acabando com o incômodo da convivência com os pobres. A condição de morte do outro é o que especifica a relação do pobre ao abastado pela possibilidade da afeição: pobre em vida se antagoniza a outras classes sociais, pelo incômodo intolerável. Nessa intrincada relação, o cheiro se constitui como significante fundamental e testemunha o final de uma longa história de ajustes frustrados da favela à ordem social da cidade. Ali, onde só restariam as chamas e o que se sente, olfativamente, como resultado delas, tem-se a solução para esse mal-estar centenário no social brasileiro.

Essa conjugação entre desprestígio social e morte nos permite trazer ao debate a noção de *necropolítica*, do filósofo Achille Mbembe (2018). Em seu ensaio, ele deslinda os atributos fundamentais da soberania: a capacidade de ditar quem pode ou não viver. Exercer o controle sobre vida e morte seria, em suas palavras, “a implantação e manifestação do poder” (MBEMBE, 2018, p. 6). Problematizando o conceito foucaultiano de *biopoder*, associado a noções de soberania e de estado de exceção, Mbembe (2018) levanta a questão da violência soberana como sinal de poder absoluto. A necropolítica seria uma forma de “soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações’” (MBEMBE, 2018, p. 10). A referida noção, então, intervém naquilo em que a de biopoder é insuficiente, apontando para as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, afetando as condições de existência de muitas populações – tendo o Estado o papel regulador dessas relações sociopolíticas. Com recursos variados, por meio de operações militares, por exemplo, o Estado pode até mesmo transformar-se em sua própria arma de guerra, elegendo quem é ou não descartável. Uma reflexão que nos demanda pontuar alguns deslocamentos teóricos.

Pela AD à qual nos filiamos, não concebemos uma dominação realizada de fora para dentro, com dominantes e dominados, por isso, trazemos o esforço teórico

de Mbembe naquilo que toca as relações em sociedade, e nos modos de imobilizar o social. Os gestos necropolíticos que, hoje, vemos no âmbito nacional, por um lado, são atestados pelos altos índices de mortalidade de negros e pardos no Brasil¹⁵ e, por outro, em ações militares como a pacificação de 2008 e as intervenções militares no começo de 2018, cuja maior prejudicada tem sido a própria população dos morros. Por tais reflexões, podemos dizer que é esse imaginário de uma soberania cruel que sustenta a violência capaz de levar o inimigo à morte. Na análise, as armas em punho dos palhaços no cartaz textualizam a oposição entre as classes sociais hierarquicamente dispostas, enquanto o cheiro de morte significado como *aprazível* é realçado em um comentário mórbido: *I love the smell of poor dead in the morning*.

Considerações finais

O cartaz que analisamos, em sua formulação e circulação, se constitui em condições de produção peculiares. Ele anuncia uma série shows que não ocorreu e formula, na composição de diferentes materialidades significantes, questões que tocam numa ferida que ainda sangra o nosso social. O material focalizado dá a ver uma composição plural que conduziu a análise e insistiu em remeter a interpretação a um alhures que pôde ser simbolizado e que procuramos especificar. Referimo-nos ao cheiro, presentificado na materialidade linguística, ainda que, como materialidade significativa em si, não estivesse presente. Dito de outro modo, o cartaz atualiza uma memória da olfação que torna possível significar o pobre-morto a partir de sentidos não somente reconhecíveis socio-historicamente, mas também associados à satisfatoriedade. No material, observamos que a imbricação entre o enunciado linguístico e a formulação visual aponta para uma textualização de uma *necropolítica* pelo efeito verbal de “afeição à morte do pobre” e pelo efeito visual de belicosidade e

¹⁵ Segundo o Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 75,5% das vítimas de homicídio no País são negras. Em 2019, para cada indivíduo não-negro vítima de homicídio, houve 2,7 negros mortos. Um dado alarmante. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acesso em: 1 set. 2019.

extermínio da favela. Nesse funcionamento plural, o cheiro intervém já significado por uma memória que viabiliza a interpretação a um antagonismo social situado historicamente.

Cheiro. Pobreza. Morte. Guerra. Sentidos que se atravessam e nos convocam à compreensão de formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, à atenção aos odores, ao mesmo tempo em que conduz a interpretação a representações ora nefastas, ora grotescas do palhaço, tão associadas aos protagonistas do campo da política nacional. O cheiro de pobre morto causar algum prazer, algum afeto a alguém só se torna possível quando um sujeito diz “Eu amo o cheiro de pobre morto pela manhã” da posição de palhaço. Mas não de qualquer palhaço. É daquele cujo sentido se sustenta pela memória da loucura, da maldade, do mau comportamento e da perversão mortífera.

Nossa análise atravessa a polêmica na qual o cartaz esteve envolvido em direção à compreensão do confronto inusitado entre a imagem da favela em chamas e a textualização do cheiro de morte (de pobre); entre sintomáticos sorrisos e armas pesadas em punho de crianças; entre o palhaço e a “família tradicional brasileira”. O jogo simbólico, impregnado de ironia, mobiliza, na imagem, violência, conflito social, memórias da favela, do cheiro e de um certo sentido de palhaço, além da política de morte que, hoje, se legitima com a última ascensão presidencial. O leitor do cartaz fica exposto à ironia em tons ainda mais fortes que as cores escolhidas na formulação visual, situando o confronto entre diferentes posições-sujeito: de um lado, atores da alta sociedade, famílias heteronormativas, os militares, os palhaços, os que merecem viver; de outro, os pobres, os favelados, os que devem morrer. A univocidade imaginária de um cartaz falha pela impossibilidade de síntese de um sentido para a peça publicitária, resistência pelo/no simbólico corroborada pela polêmica na qual esteve inserida – a partir de um cartaz que, por fim, tornou-se o espetáculo em si.

Referências

- ANJOS, Liliane S. dos. O cheiro e alguns ascos: imbricações materiais entre as obras *Parasita* e *A Metamorfose*. *Revista RUA*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 711–727, 2020.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LAGAZZI, Suzy. A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia. *REDISCO*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 104-110, jan./jun., 2013.
- LAGAZZI, Suzy. Trajetos do sujeito na composição fílmica. In: FLORES, G.; GALLO, S.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N.; ZOPPI FONTANA, M. (org.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. v. 3. Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 23-39.
- MBEMBE, Achile. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- PFEIFFER, Charles-Leonard. *Taste and Smell in Balzac's Novels*. Tucson: Universidade do Arizona, 1949.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Da evidência do espaço à evidência da percepção sensível: uma abordagem discursiva. In: ADORNO, G; MODESTO, R.; FERRAÇA, M.; BENAYON, F.; ANJOS, L.; OSTHUES, R. (org.). *O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi*. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 133-144. v. 1.

Liliane Souza dos Anjos

Doutoranda em Linguística (IEL/Unicamp), investiga o social e o espaço urbano, com interesse particular nos estudos performativos da linguagem.

E-mail: lilianesouzaanjos@gmail.com.

Romulo Santana Osthues

Doutorando em Linguística (IEL/Unicamp), interessa-se pelos modos de significação do palhaço e dos objetos simbólicos correlatos a essa figura em diferentes materialidades significantes.

E-mail: romulo.osthues@gmail.com.

<i>Título</i>	Práticas contemporâneas em Análise do Discurso: gestos (d)e leituras
<i>Organização</i>	Fernanda Galli, Alcione Costa, Mizael Nascimento e Thiago França
<i>Formato</i>	E-book (PDF)
<i>Tipografia</i>	Roboto Condensed, Tulpen One e Opens Sans Condensed Light
<i>Desenvolvimento</i>	Proexc



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
E-mail: editora@ufpe.br | Site: www.editora.ufpe.br



PROEXC
PRO-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA

